

# Agricultores familiares em contexto de controle global do cultivo de tabaco

A experiência brasileira

(org.)

Joel Orlando Bevilaqua Marin





## **Agricultores familiares em contexto de controle global do cultivo de tabaco**

Agricultores familiares em contexto de controle global do cultivo de tabaco : A experiência brasileira / Alberto Bracagioli Neto ... [et al.] ; Compilación de Joel Orlando Bevilaqua Marin. - 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires :

CLACSO, 2024.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-813-883-1

1. Agricultura Familiar. 2. Tabaco. I. Bracagioli Neto, Alberto II. Bevilaqua Marin, Joel Orlando, comp.

CDD 306.349

Corrección de estilo: María José Rubin

Diseño de tapa: Dominique Cortondo Arias

Diseño del interior y maquetado: Eleonora Silva

# **Agricultores familiares em contexto de controle global do cultivo de tabaco**

A experiência brasileira

Joel Orlando Bevilaqua Marin  
(org.)



**CLACSO**

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales  
Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais

**CLACSO Secretaría Ejecutiva**

**Karina Batthyány** - Directora Ejecutiva

**María Fernanda Pampín** - Directora de Publicaciones

**Equipo Editorial**

**Lucas Sablich** - Coordinador Editorial

**Solange Victory y Marcela Alemandi** - Producción Editorial



LIBRERÍA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES  
**CONOCIMIENTO ABIERTO, CONOCIMIENTO LIBRE**

Los libros de CLACSO pueden descargarse libremente en formato digital desde cualquier lugar del mundo ingresando a [libreria.clacso.org](http://libreria.clacso.org)

*Agricultores familiares em contexto de controle global do cultivo de tabaco. A experiência brasileira* (Buenos Aires: CLACSO, agosto de 2024).

ISBN 978-987-813-883-1



CC BY-NC-ND 4.0

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

**CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**

**Conselho Latino-americano de Ciências Sociais**

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875

<clacso@clacsoinst.edu.ar> | <www.clacso.org>

# Índice

Prefácio .....11  
*Maria Ignez Silveira Paulilo*

Cultivo de tabaco em contexto da Convenção-Quadro da  
Organização Mundial da Saúde. Introdução ao debate ..... 17  
*Joel Orlando Bevilaqua Marin*

## **CAPÍTULO I.**

### **Convenção-Quadro e estratégias das agroindústrias de tabaco**

Agroindústrias de tabaco. Um campo econômico no contexto  
da Convenção-Quadro ..... 43  
*Joel Orlando Bevilaqua Marin*

Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Processos de  
construção, mudanças e institucionalização no Brasil ..... 91  
*Dagoberto de Dios Hernández*

Agenda da Câmara Setorial do Tabaco .....113  
*Mariana Coutinho Marques de Pinho e Nilson do Rosário Costa*

## **CAPÍTULO II.**

### **Agricultores familiares, produção de tabaco e integração agroindustrial**

Por que os agricultores familiares produzem tabaco? Instituições que sustentam a fumicultura no Rio Grande do Sul.....143  
*Rafaela Vendruscolo e Paulo Dabdab Waquil*

Produção, assistência técnica, comercialização e conflitos na cadeia produtiva do tabaco ..... 181  
*Ezequiel Redin*

## **CAPÍTULO III.**

### **Trabalho assalariado e parceria agrícola na produção de tabaco**

De volta ao proletariado rura. Revisão da categoria e o caso da fumicultura ..... 211  
*Yves Marcel Seraphim*

Assalariamento e parceria agrícola na produção de tabaco.....235  
*Graziela Castro Pandolfo*

## **CAPÍTULO IV.**

### **Geração e gênero: questões relacionadas ao cultivo do tabaco**

A situação contraditória da infância na produção de tabaco. Relações entre educação e trabalho ..... 261  
*Tânia Parolin da Cruz e Simone de Fátima Flach*

“Não tem corpo que quente”. O “puxado” cotidiano de trabalho de fumicultoras em Jaguari (RS) e as possibilidades para melhor viver .... 287  
*Renata Piecha e Maria Catarina Chitolina Zanini*

Mulheres rurais e diversificação de meios de vida na produção de tabaco..... 313  
*Fabiana Helma Lüdtke*

## **CAPÍTULO V.**

### **Saúde de agricultores fumicultores: o problema social do suicídio**

Construções sociais do suicídio de fumicultores.....345  
*Laila Mayara Drebes*

## **CAPÍTULO VI.**

### **Políticas públicas de diversificação produtiva: entre inclusões e limites**

- Reconversão produtiva de produtores de fumo na região oeste de Santa Catarina .....375  
*Arlene Renk, Silvana Winckler, Jane Basso, Juliano Luiz Fossá e Kauê Jéssica Cavalli*
- Processo de diversificação produtiva em áreas de tabaco. Perspectiva teórico-metodológica orientada ao ator ..... 399  
*Cidonea Deponti e Verenice Zanchi*
- Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT). Uma análise a partir da percepção de seus beneficiários no município de Sobradinho/RS ..... 423  
*Camila de Gaspari e Sergio Schneider*
- Implementação de políticas públicas. A atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Nacional de Diversificação em Áreas cultivadas com Tabaco ..... 449  
*Evandro de Oliveira Lucas e Alberto Bracagioli Neto*
- Comunicação para o Desenvolvimento (CpD) e a perspectiva das TICs no sistema produtivo do tabaco ..... 475  
*Carlise Porto Schneider Rudnicki*
- Sobre as autoras, sobre os autores..... 489



# Prefácio

*Maria Ignez Silveira Paulilo*

Foi uma honra ser convidada para fazer o prefácio de uma publicação tão instigante. Em primeiro lugar quero parabenizar o Prof. Joel Orlando Bevilaqua Marin por ter a audácia de organizar um livro no qual entram dissertações, teses de doutorado e até projetos — trabalhos cujo destino, muitas vezes, é uma gaveta. Também a coragem de enfrentar um assunto tão problemático como é a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [CQCT], tratado oriundo da Organização Mundial da Saúde [OMS], que procura diminuir a produção, o comércio e o consumo do tabaco. Para termos ideia da premência dessa diminuição, basta dizer que, segundo a OMS, morrem por ano mais de oito milhões de pessoas em decorrência do fumo, sejam elas fumantes ativos ou passivos. Além disso, ele é plantado no mundo todo e requer grandes quantidades de agrotóxicos.

Para enfrentar o tabagismo, a OMS instituiu medidas de controle nos campos da propaganda, publicidade, patrocínio, advertências sanitárias, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal, preços e impostos, nos níveis tanto regional e nacional quanto internacional. Com o governo Bolsonaro houve um descaso com essas políticas.

O Brasil é o segundo país em produção e o primeiro em exportação. Entre os produtores mais destacados mundialmente temos

China (na liderança), Brasil, Argentina, Estados Unidos, Índia, Indonésia, Itália, Malawi, Paquistão, Turquia, entre outros. No Brasil, as principais regiões produtoras de tabaco são os três estados do Sul, com predominância do Rio Grande do Sul. Mesmo ocupando uma posição tão alta, o Brasil ainda pode ser considerado um caso de relativo sucesso da política pública de controle de tabaco. O número de fumantes diminuiu e foram proibidas as propagandas de cigarro. Há também um trabalho feito pelos órgãos oficiais para incentivar a reconversão e a diversificação produtiva.

A CQCT foi lançada em 2003 e ratificada pelo Brasil em 2005. Em 2021, já havia 192 países signatários. O propósito desse tratado é, conforme o artigo 3º, “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco”.

A preocupação com os problemas de saúde causados pelo fumo requer realmente uma política firme. Os fumicultores reclamam muito de diarreia, dor de cabeça e dor no corpo, mas vários estudiosos relacionam o excesso de agrotóxicos com doenças, depressão e suicídio. E realmente há um número significativo de suicídios na região do fumo no Rio Grande do Sul. Esse assunto “espinhoso” é enfrentado com coragem e cientificidade nesta coletânea. Nela se mostra como os agentes de saúde correlacionam o suicídio com o uso de agrotóxicos, enquanto os representantes da empresa dissociam os dois fenômenos, dizendo que a morte foi consequência de problemas individuais ou familiares. O que não se pode negar é que onde se dá a maior produção de tabaco também há altas taxas de suicídio, com média de 21,6 casos para cada 100 mil habitantes.

O que explica tantos países produtores é que, embora as empresas fumageiras sejam um conglomerado internacional, quem planta o fumo são pequenos produtores, em regime de integração vertical, ou seja, a empresa fornece a eles todos os insumos e compra toda a produção e estabelece o preço. Não vou me alongar neste assunto porque a coletânea começa com uma longa e completa

explicação do coordenador sobre “Cultivo de tabaco em contexto da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde: introdução ao debate”. Outro mérito da obra apresentada é que os trabalhos publicados são pesquisas de campo que, além de bem-feitas, têm sua metodologia explicada com clareza.

Tendo o coordenador deste livro já feito uma breve apresentação de cada artigo, atendo-me a levantar pontos que possam atrair os leitores para um trabalho tão bem elaborado.

O primeiro deles é o gigantismo do conglomerado fumageiro e a quantidade de pequenos produtores a ele ligados. Só na Região Sul do Brasil, tivemos 128.448 famílias produtoras na safra de 2021/2022. Essas famílias produziram 560.181 toneladas, montante que representa 94,5% da produção nacional e 80% do volume destinado à exportação.

A labuta na cultura do tabaco produz grande sofrimento. Apesar da proibição do trabalho infantil vigente no Brasil, geralmente no fumo trabalha a família inteira, de crianças a idosos. O fumo é cheio de “servicinhos”. Na verdade, é extremamente trabalhoso. Começa que as folhas são colhidas uma a uma, e as “baixeiras” ficam perto do chão. Um adulto não aguenta ficar agachado muito tempo e as crianças não têm discernimento para escolher as folhas a serem colhidas, então esse é um serviço para adolescentes.

A necessidade de mão de obra era tão grande que se tornou comum duas famílias se ajudarem. Um dia vinham os adolescentes de uma família colher na terra do vizinho ou amigo e, no dia seguinte, dava-se o inverso. Também era comum a parceria. Famílias grandes sem-terra plantavam no lote alheio, pagando o dono deste com tabaco. Pelo que vi, a parceria continua até hoje.

Já colhidas, as folhas são arrumadas em pequenos feixes (bonecas) que são costurados para serem postos na estufa. As crianças ajudam a fazer as bonecas. Mexer com as folhas de fumo não é inofensivo. Existe a “doença do fumo verde”, provocada por uma espécie de cola preta que as folhas de fumo molhadas, até mesmo

pelo orvalho, soltam nas mãos e que fica grudada nestas e na roupa. Provoca dor de cabeça, mal-estar e diarreia.

Depois de secadas as folhas nas estufas, o que exige vigilância constante dia e noite, é preciso amarrá-las em fardos homogêneos e, para isso, é preciso classificá-las. Muitas vezes, quem faz esse serviço são os idosos, por poderem executá-lo sentados. Quando entregues na empresa, as folhas são reclassificadas, o que causa muita revolta entre os fumicultores.

Daí que não se deve estranhar quando ouvimos a frase “ninguém planta fumo porque quer”, mas devemos ver que há algo “viciante” nessa cultura. O fumicultor recebe todos os insumos, assistência técnica e não precisa buscar compradores para sua produção. Além disso, sempre o fumo dá um dinheiro. Mas que é trabalhoso, é. Tem agricultores que estão esperando se aposentar para largar o fumo. Eu soube de um agricultor que ficou completamente sem rumo quando afastado pela empresa.

O que atrai os pequenos produtores é que o fumo sempre “dá um dinheirinho”. É difícil comparar a rentabilidade do fumo com a de outras plantas. Do fumo não se come uma folha e nem se o dá para os animais. Não é vendido aos poucos, mas sim tudo de uma vez. Então, dá para investir, trocar de carro, comprar um pedacinho de terra etc. Além disso, o fumo ocupa a terra por seis meses, o resto do tempo pode-se plantar outras culturas como feijão e milho, por exemplo.

Quando estivemos em campo pesquisando a fumicultura em 1983, nada se falava sobre a CQCT; inclusive os entrevistados se sentiam livres para falar do uso de agrotóxicos. Diziam “plantamos veneno e colhemos veneno”. Quando começamos a orientar dissertações sobre o tema, já havia medo entre os fumicultores de falar sobre o uso de agrotóxicos. Eles faziam mesmo questão de dizer que tinham muito cuidado com o descarte das embalagens, embora nem todos o fizessem corretamente por não entenderem bem as instruções. Por isso, é uma satisfação muito grande ver que é dada muita importância à saúde do agricultor familiar nesta

coletânea, que apresenta como possível solução a reconversão produtiva e a diversificação das áreas de tabaco. Na obra há cinco artigos sobre esse tema.

Dado o rendimento do tabaco, é difícil haver conversão para outra cultura. Só há um fator que importa mais que o financeiro: a saúde. Há pessoas que simplesmente não podem trabalhar em tal cultura. Nesse caso, é feita a conversão. As experiências de diversificação de culturas têm a capacidade de nos mostrar que os fumicultores não são meros robôs das empresas, eles têm vontade própria e iniciativa. Plantam fumo pela rentabilidade, sabendo dos problemas que têm e dos riscos que correm. Como dizem, “ninguém planta fumo porque quer”.

Finalizando, quero dizer que este trabalho me emocionou. Além das qualidades científicas, do uso de dissertações e teses, ele traz preocupações humanas como a quantidade de mortes entre fumantes ativos e passivos, o alto número de suicídios entre os plantadores de tabaco e o desmonte, no governo Bolsonaro, de algumas iniciativas para minorar esses problemas. Ainda, o Brasil está comprometido com a CQCT, o que nos faz esperar que, havendo vontade política, algumas iniciativas governamentais poderão incidir sobre o setor.

Esta coletânea é, acima de tudo, um trabalho corajoso!



# Cultivo de tabaco em contexto da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde

## Introdução ao debate

*Joel Orlando Bevilaqua Marin*

O tabaco é um cultivo não alimentar, relacionado a causas de doenças crônicas, adquiridas pelo consumo e pela inalação de fumaça de produtos derivados do tabaco. As mortes por doenças relacionadas ao tabagismo somam, no mundo, segundo dados da Organização Mundial de Saúde [OMS], mais de 8 milhões de pessoas por ano, sendo que cerca de 7 milhões são de fumantes e 1,2 milhão de não-fumantes expostos à fumaça de produtos de tabaco (World Health Organization, 2022). No Brasil, o Ministério da Saúde (2021) informa que são 161.853 mortes por ano, atribuídas ao consumo de tabaco.

A partir da década de 1970, os representantes da OMS produziram, em sucessivos debates nas Assembleias Mundiais de Saúde, consensos sobre a existência de um problema universal de saúde relacionado ao consumo de tabaco e reconhecimentos das estratégias globais do mercado de tabaco como determinantes da epidemia do tabagismo. Em 1999, durante a 52ª Assembleia Mundial de Saúde, decidiram negociar um tratado internacional de saúde para enfrentamento da epidemia de tabagismo. Com efeito, em 2003,

a OMS publicou a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [CQCT], após ter recebido a adesão de 50 países, entre eles o Brasil. Em 2005, o Brasil a ratificou pela aprovação do Senado Federal, por meio do Decreto Legislativo n. 1.012/2005 (Cavalcante et al., 2017; Portes et al., 2018). Em 2021, somavam-se 192 países signatários da CQCT, consagrando-se como o primeiro tratado internacional na área de saúde pública (Ministério da Saúde, 2022). O propósito deste tratado é, conforme o artigo 3º, “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco” (Ministério da Saúde, 2011). Para enfrentamento do tabagismo, a OMS delineou compromissos aos Estados Partes, no sentido de instituir medidas de controle do tabaco nos campos da propaganda, publicidade, patrocínio, advertências sanitárias, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal e preços e impostos, tanto em níveis regionais e nacionais, quanto internacionais (Ministério da Saúde, 2011).

O Brasil ocupou posições de liderança na elaboração e adoção de medidas de controle do tabaco inscritas na CQCT. Com a institucionalização de um arcabouço legal e administrativo à luz das orientações da OMS, o país alcançou avanços significativos na redução do número de consumidores de tabaco, contudo manteve destacadas posições mundiais na sua produção e exportação.

Embora seu objetivo central seja o combate ao tabagismo, a CQCT inclui propósitos de salvaguardar meios de vida dos produtores de tabaco, tendo em vista uma suposta redução da demanda global. O artigo 17 especifica a necessidade de medidas orientadas para promoção de alternativas econômicas a determinados agentes sociais inseridos na produção de tabaco. O princípio norteador da CQCT, artigo 4.6, defende a importância da institucionalização de políticas de financiamento e de assistência técnica, devendo os Estados Partes, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, auxiliar os processos de transição econômica de fumicultores e trabalhadores, que tenham seus meios de vida

afetados pelos programas de controle do tabaco. Ainda referente à produção, o artigo 18 da CQCT propugna a necessidade de “prestar a devida atenção” para adoção de medidas protetivas ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores em relação ao meio ambiente.

Com esta orientação, em 2005, o governo brasileiro instituiu o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco [PNDACT], sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA]. O crédito rural e a assistência técnica tornaram-se, então, as principais políticas públicas para o desenvolvimento de alternativas de diversificação produtiva e garantia de condições de vida satisfatórias aos produtores de tabaco, em contexto de controle do tabaco.

A ratificação da CQCT teve repercussões significativas na sociedade, com a construção de redes de instituições organizadas em torno de diferenciados interesses e lutas no setor de tabaco. Por um lado, representantes das agroindústrias do tabaco e das suas instituições sociais orquestraram redes de apoio institucionais, frentes de lutas, estratégias de ação e discursos de legitimação, para garantir a continuidade da produção de tabaco, a maximização dos lucros econômicos e a participação nos espaços de debates e deliberações, em escalas internacionais, nacionais e locais.

Por outro lado, diversos agentes sociais, vinculados a instituições públicas de desenvolvimento rural, organizações não governamentais e movimentos sociais de agricultores familiares, por vezes com a mediação de pesquisadores multidisciplinares de instituições de ensino superior público e privado, mobilizaram-se em torno da construção de políticas públicas, projetos de desenvolvimento social e novas experiências de produtivas e mercantis junto a agricultores familiares. Nessa rede de apoio, os diferenciados agentes sociais unificaram objetivos e lutas sociais para a construção de alternativas de diversificação produtiva, em substituição ao cultivo do tabaco, sob orientações gerais delineadas pela CQCT.

Os interesses e disputas pela consagração de distintos projetos de desenvolvimento social, travados entre os diferenciados

agentes econômicos e sociais, se expressaram no Estado. A atuação de agentes e instituições do Estado brasileiro foi marcada pela contradição, ora apoiando o setor produtivo do tabaco, ora instituindo medidas de controle do tabaco. Por um lado, representantes do campo econômico das agroindústrias do tabaco conquistaram importantes espaços em instituições governamentais para defesa de seus interesses privados: a) no plano federal, com a criação, em 2005, da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco [CST], como órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA] (Pinho, 2021); b) no plano estadual, ao menos no estado do Rio Grande do Sul, com a criação pioneira, em 1996, da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fumo [Câmara Setorial] junto à Secretaria da Agricultura e Abastecimento; c) no plano municipal, com a criação, inicialmente, da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo [Amarvp] e, depois, da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco [Amprotabaco]. Nessa rede, agentes políticos, sejam deputados (federais e estaduais), senadores, ministros, secretários estaduais, ou mesmo prefeitos e vereadores, atuaram em defesa dos interesses do setor produtivo do tabaco em espaços internacionais, nacionais, regionais e locais. Por outro lado, o MDA foi o órgão do poder executivo federal responsável pela objetivação das principais diretrizes da CQCT referentes aos interesses da diversificação dos meios de vida, bem como da preservação do meio ambiente. Já ao Ministério da Saúde, juntamente a suas instâncias estaduais e municipais, coube a tarefa de promover estudos sobre as doenças ocupacionais relacionadas ao cultivo do tabaco e medidas de prevenção e tratamento dos agravos da saúde dos trabalhadores no tabaco.

Evidentemente, diferenciadas agregações em torno da produção de tabaco também se expressaram nas instituições de representação política de trabalhadores rurais e de movimentos sociais rurais. Representantes de sindicatos estaduais, vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura [CONTAG], alinharam-se aos interesses da continuidade da produção de

tabaco, mesmo que, em determinados momentos, atuassem na organização de lutas por melhores preços do tabaco. Representes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar [FETRAF] e do Movimento dos Pequenos Agricultores [MPA], segundo Mengel e Aquino (2017, p. 16), “utilizaram-se, historicamente, da estratégia de confronto direto com a indústria e seus aliados nas disputas pela apropriação dos recursos provenientes da produção.” Reforçaram, desta maneira, posições favoráveis à institucionalização de políticas públicas de controle do tabaco e de diversificação produtiva.

As famílias de agricultores não passaram incólumes diante de discursos, ações e agregações, em jogos de interesses e de lutas tão polarizados, contraditórios e disputados entre os diferenciados grupos de agentes econômicos, políticos e sociais do setor do tabaco. O fato é que, na base do poderoso setor produtivo do tabaco, dominado por poucas agroindústrias de capital transnacional, encontram-se agricultores familiares, que atingiram elevado grau de qualificação do trabalho e de produtividade agrícola. São eles os produtores de uma mercadoria demandada pelo mercado nacional e, sobretudo, internacional. Nos estados da Região Sul, segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA] relativos à safra 2021/2022, somavam-se 128.448 famílias produtoras de tabaco, que destinam uma área total de 246.590 hectares de terra para o cultivo de tabaco e produziram 560.181 toneladas de tabaco. Esse montante de produção de tabaco representa cerca de 94,5% da produção nacional e de 80% do volume destinado à exportação (AFUBRA, 2022). Tais quantitativos colocam o Brasil em posições de destaque no cenário mundial tanto na produção, quanto na exportação de tabaco.

Os agricultores familiares que permaneceram integrados à agroindústria de tabaco precisaram, necessariamente, construir argumentações e justificativas de ordens econômicas, sociais e morais para a escolha de cultivar um produto não comestível, internacionalmente condenado pelos agravos à saúde e mortes dos

consumidores. Os agricultores integrados também se confrontaram com a exclusão da política de crédito rural para o cultivo de tabaco dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [Pronaf], bem como dos serviços oficiais de extensão rural, embora permanecessem habilitados para contratar financiamentos e se beneficiar das orientações de extensionistas em outros cultivos e atividades produtivas. Outrossim, ao lado das históricas lutas por melhores preços do tabaco, os agricultores integrados se depararam com a intensificação dos mecanismos de controle e de punição, estabelecidos em contrato firmado com a agroindústria, relativos ao uso do trabalho de crianças, adolescentes e idosos, ao uso de equipamentos de proteção individual, à destinação adequada das embalagens de agrotóxicos e demais insumos agrícolas, à preservação das florestas nativas e de recursos naturais. Sob discurso de responsabilidade social empresarial, as agroindústrias de tabaco trataram de transferir aos agricultores integrados deveres de cumprimento das legislações trabalhistas, ambientais e protetivas das novas e idosas gerações. Ou seja, sobre esses agricultores integrados recaiu, com intensidade, as medidas de vigilância e punição, em nome de uma suposta responsabilidade social empresarial. Para tanto, o orientador técnico foi transformado em fiscal das obrigatoriedades contratuais e informante de possíveis irregularidades.

Agricultores familiares – numericamente minoritários quando contrastados aos que permaneceram integrados às agroindústrias de tabaco –, por iniciativa própria ou por meio de estímulos de políticas públicas, passaram a desenvolver outras atividades produtivas e construir novas inserções mercantis e institucionais. Mobilizados em projetos familiares de mudanças sociais, lançaram-se na construção de alternativas produtivas e mercantis para transpor certas condições e experiências percebidas como desfavoráveis no cultivo do tabaco, especialmente relacionadas à dependência no sistema de integração agroindustrial, endividamento, conflitos e dificuldades na negociação dos preços do tabaco, penosidade e

intensidade do trabalho, adoecimento, envelhecimento, dentre outros fatores. Todavia, os agricultores familiares motivados por projetos de diversificação produtiva estão condicionados a múltiplos fatores, que perpassam o grau de capitalização familiar para realização de novos investimentos, a quantidade e qualificação da força de trabalho da família, o acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural, a possibilidade de obtenção de financiamento e da construção de mercado para novos produtos. Ademais, os agricultores familiares, assim como as agências e agentes mobilizados em projetos de diversificação produtiva, vivenciaram o desmonte e a extinção do PNDACT, pois os governos instituídos em 2016 e 2019 assumiram posições alinhadas aos interesses econômicos das agroindústrias de tabaco. Desassistidos por políticas públicas de crédito e de extensão rural, restou aos agricultores em processos de diversificação produtiva trilhar caminhos, dentro dos limites e das possibilidades familiares. Situações dramáticas foram vividas pelos agricultores familiares com menores condições econômicas e frágeis inserções nas redes institucionais de desenvolvimento social.

Pesquisadores multidisciplinares também se mobilizaram em torno de questões do tabaco, tanto em processos de elaboração e execução de políticas públicas, quanto na formulação de problemas de pesquisas para compreensão do fenômeno da produção do tabaco e de medidas para o seu controle, sob diferenciados recortes temáticos e teórico-metodológicos. No meio acadêmico, os processos e relações sociais desencadeados pela institucionalização de medidas de controle do tabaco ganharam relevância, a considerar o número significativo de dissertações e teses defendidas nas últimas duas décadas, nos Programas de Pós-graduação de diferenciadas áreas do conhecimento. As principais temáticas das pesquisas acadêmicas foram: a) agricultores familiares em processos de diversificação produtiva; b) instituições e organização de redes de instituições de apoio à produção e ao controle do tabaco; c) inserções e conflitos nas relações de integração agroindustrial na

produção de tabaco; d) família, trabalho e estratégias de reprodução social no cultivo do tabaco; e) relações de geração e de gênero em contextos sociais de produção de tabaco; f) questões ambientais relacionadas ao cultivo de tabaco; g) sofrimento, agravos de saúde e suicídio de agricultores fumicultores; h) relações de trabalho assalariado e de parceria no cultivo de tabaco.

Evidentemente, a formulação de problemas de pesquisas relacionados à produção do tabaco pode perpassar um ou mais temas, especialmente em contexto de controle do tabaco balizados por acordos globais de saúde pública. Ademais, as realidades sociais vividas pelos agricultores familiares são diferenciadas, plurais e complexas, da mesma forma que são múltiplos e contraditórios as ações e os discursos dos agentes econômicos e sociais, públicos ou privados, envolvidos na problemática da produção de tabaco. A pluralidade de instituições e de agentes sociais, mobilizados em ações e discursos para a legitimação e continuidade da produção do tabaco ou para o seu controle e construção de novas alternativas produtivas, torna muito complexo e contraditório o atual fenômeno da produção de tabaco no Brasil.

\*\*\*

Na organização desta coletânea, meu propósito foi reunir artigos que contribuem para o aprofundamento dos estudos sobre a problemática da produção do tabaco em contexto mundial de controle do tabaco em suas interfaces com processos, disputas e conflitos que se estabelecem em defesa da saúde pública e em nome do desenvolvimento sustentável. Outro objetivo foi facilitar a circulação dos resultados de pesquisas acadêmicas disponíveis nos programas de pós-graduação. Outrossim, minha intenção foi proporcionar espaço para inserção das novas gerações de pesquisadores nas redes de estudos sociais rurais, em coautoria com os professores orientadores.

Para compor a coletânea, realizei, com a inestimável ajuda da Profa Laila Mayara Drebes, um amplo levantamento, com buscas na internet, de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a produção de tabaco, publicadas desde 2010 e depositadas nos acervos virtuais dos principais programas de pós-graduação, especialmente sediados na Região Sul do Brasil e que se dedicam aos estudos sociais rurais, bem como no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES].<sup>1</sup> As tarefas de seleção e leitura exploratória empreendidas tornaram-se complexas, não apenas o número considerável de pesquisas com potencial de adesão aos objetivos da coletânea, mas também pelo interesse em contemplar diversos recortes temáticos sobre a produção de tabaco no contexto da CQCT analisados pelos pesquisadores. Seleccionadas as dissertações e teses, em sequência, seus autores e/ou orientadores foram contatados para indicá-los o recorte temático para elaboração de artigos.

Com efeito, além deste texto introdutório, a coletânea está composta por dezesseis artigos, nos quais as autoras e os autores analisam diferenciadas temáticas da produção de tabaco no contexto da CQCT, fundamentando-se em diferenciados aportes teóricos e procedimentos metodológicos. Em comum, os autores analisaram interfaces entre a produção de tabaco e as dinâmicas sociais relacionadas a processos desencadeados pela institucionalização de políticas públicas e de acordos multilaterais destinados ao controle do tabaco no Brasil e no mundo. Para melhor organização da coletânea, apresento uma divisão em seis scapítulos, que agrupam artigos com aproximações temáticas.

<sup>1</sup> Agradeço imensamente à Laila Mayara Drebes, pela participação nos trabalhos de levantamento, seleção e leitura das dissertações e teses, bem como nos contatos pessoais com os pesquisadores.

## **CAPÍTULO I**

### **Convenção-Quadro e estratégias das agroindústrias de tabaco**

No primeiro capítulo temático, os autores analisam processos mais amplos relacionados à ratificação da CQCT, pelo Brasil, e as repercussões no campo do tabaco. Com base em pesquisas documental e bibliográfica, os autores investem na compreensão da institucionalização da CQCT e das estratégias, discursos e ações das agroindústrias de tabaco, para contraporem-se às medidas de controle do tabaco.

Joel Orlando Bevilaqua Marin, a partir do conceito campo econômico de Pierre Bourdieu, analisa diferenciadas estratégias construídas pelas agroindústrias de tabaco e suas instituições de representação social, para dar continuidade à produção na Região Sul do Brasil e enfrentar as medidas de controle do tabaco orquestradas pela OMS. Embora estabeleçam lutas acirradas para reforçar o domínio ou conquistar melhores posições no mercado nacional ou internacional, os agentes das agroindústrias de tabaco unem-se para jogar o mesmo jogo, lutar pelos mesmos objetivos e construir estratégias para defesa de seus interesses econômicos. Além disso, os empresários das agroindústrias de tabaco criaram diversas instituições de representação social, destinadas a produzir e reproduzir capitais político, simbólico e tecnológico, que garantem as condições objetivas de produção e os consensos sociais legitimadores da continuidade do mercado global de tabaco.

Dagoberto de Dios Hernández, apoiando-se em pesquisa documental e bibliográfica, analisa a ratificação e institucionalização da CQCT no Brasil como um processo complexo e lento, devido aos interesses contraditórios entre os diferentes atores e agentes envolvidos. Em termos de mudanças, o autor nota que houve diminuição na superfície cultivada, no número de famílias produtoras e no volume produzido de tabaco, e que foram instituídas políticas públicas orientadas aos interesses da diversificação produtiva.

Dagoberto de Dios conclui que, em face à CQCT, o Brasil adotou uma postura fundamentada no reconhecimento da importância socioeconômica da produção de tabaco, tanto para o país quanto para os agricultores familiares, e na necessidade de construir transições graduais para uma nova matriz produtiva.

Mariana Coutinho Marques de Pinho e Nilson do Rosário Costa analisam a agenda da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco [CST], vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como um órgão do governo federal atuante na defesa da cadeia produtiva do tabaco. A partir do estudo de atas das reuniões da Câmara Setorial, os autores evidenciam um conjunto articulado de ações, de vetos e de agendas para barrar as iniciativas da Política Nacional de Controle do Tabaco e os compromissos multilaterais previstos na CQCT. Mariana e Nilson concluem que, embora a institucionalização da CST, como instância ministerial, tenha favorecido a atuação de representantes das empresas, das instituições e de políticos comprometidos com a defesa dos interesses do setor de tabaco, o Brasil ainda pode ser considerado um caso de relativo sucesso da política pública de controle do tabaco.

Nos textos apresentados, os autores evidenciam a mobilização de diferenciados agentes sociais, vinculados às agroindústrias de tabaco, instituições de representação, assim como políticos comprometidos na construção de estratégias de ação e de discursos, com propósitos de contenção de medidas de controle do tabaco, instituídas a partir da ratificação da CQCT.

## **CAPÍTULO II**

### **Agricultores familiares, produção de tabaco e integração agroindustrial**

Neste capítulo, os autores tematizam, a partir da perspectiva de agricultores familiares, as razões da produção de tabaco e a permanência no sistema de integração agroindustrial, diante de

cenários de incertezas desencadeados pelas medidas de controle do tabaco. A renda familiar, os investimentos familiares, os conhecimentos acumulados, garantia de comercialização e o gosto pelo cultivo do tabaco são argumentos dos agricultores para justificar a permanência no sistema integrado agroindustrial, embora percebam-se submetidos a relações, estabelecidas em contratos formais, nem sempre favoráveis e permeadas por tensões e conflitos de interesses.

Rafaela Vendruscolo e Paulo Dabdab Waquil questionam: “Por que os agricultores familiares produzem tabaco?” A partir de concepções teóricas da crítica e das instituições de Boltanski e Veblen, os autores analisam as qualificações que agricultores familiares da Região Central do Rio Grande do Sul mobilizam para defender o cultivo de tabaco e justificar a continuidade da produção em um ambiente de críticas e de incertezas geradas pelas medidas de controle do tabaco. Os autores apontam que, em defesas e justificações do tabaco, os agricultores fundamentam-se na lógica tradicional de vinculação afetiva ao cultivo do tabaco – que dá sentido ao rural e à relação com a terra, trabalho e conhecimento acumulado –, à eficiência produtiva do tabaco nas condições de pequenas propriedades e com terras quebradas – que garante renda para as famílias rurais e municípios –, e à geração de desenvolvimento socioeconômico – qualificado pelo acesso a bens materiais e melhoria das condições de vida das famílias produtoras.

O artigo de autoria de Ezequiel Redin tem como objetivo contextualizar as relações de agricultores familiares do município gaúcho de Arroio do Tigre com a produção, a assistência técnica, a comercialização e as restrições legais tecidas nos processos de integração na cadeia produtiva do tabaco. O autor destaca que, embora existam diversos conflitos com a agroindústria de tabaco, os agricultores familiares são dependentes da cultura do fumo para manutenção econômica da propriedade e têm dificuldades para construir novas atividades produtivas, que possam ancorar a reprodução social e econômica e romper com a dependência

do tabaco. Ezequiel Redin conclui que os principais problemas e conflitos sociais vivenciados pelos agricultores familiares não são equacionados pelas medidas e interferências do Estado, em face do poder e domínio do sistema de integração agroindustrial.

Enfim, seja pelas relações contratuais firmadas com as agroindústrias do tabaco, pelas condições objetivas e subjetivas de produção ou pela dificuldade de acesso às políticas públicas, os agricultores fumicultores percebem-se envolvidos em uma trama de difícil ruptura e transposição. Desta forma, eles permanecem em uma rotina de produção de tabaco, que se renova anualmente em cada contrato assinado, mas acalentando o sonho da aposentadoria como marco do abandono do cultivo do tabaco.

### **CAPÍTULO III**

#### **Trabalho assalariado e parceria agrícola na produção de tabaco**

A categoria trabalho familiar é central nas análises de pesquisadores sociais dedicados aos estudos do setor do tabaco. Mas outras relações de trabalho também ocorrem na produção do tabaco, na região sul-brasileira. Os artigos agrupados neste capítulo analisam relações de trabalho assalariado e parceria agrícola, temas esses secundarizados pelos pesquisadores. Particularizando o setor de tabaco, com institucionalização de relações contratuais, monetarização das relações, intensificação do ritmo de trabalho e redução do número de trabalhadores da unidade produtiva, agricultores familiares passaram a contratar mão de obra assalariada, entre agricultores empobrecidos ou trabalhadores pobres, moradores em bairros periféricos. Ou, em situações cada vez menos frequentes, ao sistema de parceria agrícola, estabelecidos em acordos verbais entre um agricultor familiar – proprietário da terra – e um agricultor parceiro – responsável pelo trabalho no cultivo do tabaco.

Yves Marcel Seraphim propõe uma revisão da bibliografia sobre os usos da categoria “proletariado rural” nas ciências sociais e um estudo etnográfico com camponeses e proletários na produção de tabaco no Alto Vale do Itajaí, SC. Na análise bibliográfica, o autor destaca quatro postulados na pesquisa sobre proletariado rural: a não pressuposição do que significa ser ou estar desprovido dos meios de produção; o desatrelamento da categoria a determinado tipo de trabalhador agrícola; a compreensão de possibilidades de mudanças nas categorias sociais de campesinato e proletariado rural; a não associação imediata entre certos processos sociais e o processo de proletarização. No contexto do estudo etnográfico, o autor enfatiza que as relações entre camponeses proprietários e trabalhadores assalariados da fumicultura no Alto Vale do Itajaí se estruturam por meio do convívio de trabalho entre as duas categorias sociais e da transformação de camponeses em proletários nos processos locais de herança e sucessão familiar.

A partir de estudo realizado no município gaúcho de Arroio do Tigre, Graziela Pandolfo analisa as relações sociais de trabalho, tecidas na cadeia produtiva do tabaco, pela interligação de agricultores familiares – que são responsáveis pela produção do tabaco –, trabalhadores parceiros – que recebem a outorga do uso da terra e, para tanto, pagam pela renda da terra – ou trabalhadores assalariados – que vendem a força de trabalho em troca de remuneração diária ou por tarefa. A autora destaca que tanto as relações de parceria agrícola quanto o trabalho assalariado caracterizam-se por longas jornadas de trabalho, penosidade do trabalho, exposição aos agrotóxicos, inexistência de vínculos formais trabalhistas, baixa remuneração dos trabalhos assalariados, pagamento de elevadas taxas nas relações de parceria, ausência de regulação das formas de remuneração, falta de acesso à seguridade social e inexistência de organização social dos trabalhadores parceiros e assalariados rurais. Graziela Pandolfo conclui sobre a necessidade de uma reflexão acurada sobre as responsabilidades das agroindústrias do tabaco, que, em última instância, são beneficiárias dos

processos de precarização das relações de trabalho, sejam assalariadas ou em sistema de parceria.

Os artigos de Yves e Graziela aportam elementos importantes para o entendimento das relações sociais de trabalho existentes no setor de tabaco que ainda não alçaram à condição de problema social. Todavia, deve-se lembrar que os agricultores familiares contratantes, as empresas de terceirização e as agroindústrias de tabaco não são legalmente isentos de responsabilidades, em face de possíveis irregularidades relacionadas às condições de trabalho e aos agravos de saúde, sejam no assalariamento ou na parceria agrícola. Portanto, os autores dos artigos deste capítulo aportam elementos necessários para qualificação de debates, tanto nas organizações sociais dos agricultores familiares, nas empresas, nas Procuradorias Públicas do Trabalho, como também no meio acadêmico.

## **CAPÍTULO IV**

### **Geração e gênero: questões relacionadas ao cultivo do tabaco**

Nos estudos sociais rurais, relacionados à produção de tabaco, há uma tendência de enfatizar o trabalho familiar como tarefa “naturalmente” associada ao homem chefe de família, especialmente por se tratar de um produto destinado ao mercado. Nessa visão androcêntrica e adultocêntrica, os trabalhos das mulheres, das idosas e idosos, das jovens e dos jovens, das meninas e dos meninos são socialmente percebidos como “ajuda”. Ou, na afirmação de Paulilo (2016), é “o trabalho leve”, mesmo sendo pesado, repetitivo e cansativo, com o propósito de desvalorizar o trabalho e o trabalhador que o executa. As autoras, agrupadas neste capítulo, colocam em foco os investimentos no combate ao trabalho da criança no cultivo do tabaco e valorização dos estudos escolares, e o protagonismo de mulheres rurais em iniciativas de diversificação produtiva, geração de renda e construção da autonomia pessoal e social.

Tânia Parolin da Cruz e Simone de Fátima Flach analisam relações entre a escolarização e o trabalho infantil em comunidades produtoras de tabaco no município de Prudentópolis, estado do Paraná. A partir de entrevistas com profissionais da educação e agricultores familiares, bem como produções de redações de crianças e adolescentes, as autoras evidenciam que o trabalho infantil é socialmente naturalizado nos processos de socialização das novas gerações, mas que ocultam as relações de exploração da força de trabalho na produção de tabaco. A inserção de crianças e adolescentes no trabalho familiar possui efeitos perversos sobre o desenvolvimento físico e educacional. Tânia da Cruz e Simone Flach concluem que, em contexto social de redução dos gastos com políticas públicas, torna-se impossível erradicar o trabalho infantil por meio da educação escolar.

Em pesquisa etnográfica, Renata Piecha e Maria Catarina Chitolina Zanini analisam as formas de resistência protagonizadas por camponesas da comunidade de Rincão dos Alves, interior do município de gaúcho de Jaguari, frente aos processos de integração agroindustrial na fumicultura. As autoras destacam que, na divisão sexual do trabalho familiar, aos homens cabem as determinações da organização produtiva, a gestão da renda e a representação formal das famílias frente às agroindústrias, enquanto as mulheres são responsáveis pelos trabalhos da casa e cuidados familiares, bem como pelos trabalhos nas lavouras de tabaco. Privadas do reconhecimento social e financeiro, as mulheres camponesas elaboram estratégias de geração de renda pela produção de “quitandas” e comercialização em circuitos curtos. Renata e Maria Catarina concluem que tais estratégias reproduzem saberes-fazeres tradicionais, lógicas sociais e formas de interação com o mundo que permitam a construção de resistência e autonomia das mulheres camponesas, em um contexto social dominado por uma racionalidade homogeneizadora das agroindústrias do tabaco.

A partir de conceitos de gênero e diversificação de meios de vida, Fabiana Helma Lüdtke analisa processos de emancipação

social de mulheres de Candelária/RS, que vivenciam experiências de diversificação produtiva, levando em consideração mudanças nas relações tecidas em diferentes esferas da vida social. A autora destaca que, ao participar de processos de diversificação produtiva, as mulheres rurais pesquisadas mudam as relações nos domínios familiares e comunitários, bem como constroem alternativas de inserção nos mercados locais, pela mediação de agentes de desenvolvimento rural. Em conclusão, Fabiana Lüdtke afirma que as mulheres rurais participantes de ações de diversificação dos meios de vida ampliam as redes interpessoais, geram renda própria e constroem a autonomia social, com mudanças significativas na identidade de mulher rural.

Estudos sociais rurais aportaram conhecimentos importantes sobre questões de gênero, particularizando ações e representações das mulheres rurais integrantes de famílias produtoras de tabaco, bem como de geração, com recortes sobre os processos sociais de construção de uma infância e juventude rural legalmente proibida de trabalhar no cultivo do tabaco, pelo menos até completar 18 anos de idade. No entanto, permanece uma lacuna quanto às pessoas com mais de 60 anos de idade, que também, por força de lei e por orientação de cláusula contratual, estão proibidos de trabalhar no cultivo de tabaco.

## **CAPÍTULO V**

### **O problema social do suicídio na produção de tabaco**

Nesse capítulo, agrego um artigo que analisa o problema do suicídio como construções sociais de representantes de distintas instituições sob diferenciadas ações e narrativas, em região mundialmente reconhecida pela importância na produção de tabaco e também pelas elevadas taxas de suicídio.

No artigo “Construções sociais do suicídio de fumicultores”, Laila Mayara Drebes utiliza o construtivismo estruturalista de

Pierre Bourdieu para compreender quadros institucionais elaborados por diferenciados agentes sociais para a compreensão da ocorrência de casos de suicídios entre fumicultores, na Região do Vale do Rio Pardo/RS. A autora demonstra as repercussões das representações sociais e das ações das instituições regionais sobre as vidas dos fumicultores, bem como a construção de diferenciadas narrativas causais para o entendimento dos suicídios. Em um contexto de disputas, Laila Drebes conclui que enquanto os agentes de saúde pública tentam prevenir os suicídios, reconhecendo que o processo de produção de fumo potencializa riscos de depressão e suicídio em virtude, entre outros motivos, da exposição aos agrotóxicos, por outro lado, os representantes das agroindústrias investem na desconstrução de qualquer correlação entre a produção de fumo e os casos de suicídio de fumicultores, a fim de preservar seus próprios interesses econômicos e o suposto desenvolvimento regional.

São múltiplos agentes sociais que constroem diferenciadas ações e narrativas para internalizar os dramas do suicídio ou, no caso dos representantes das agroindústrias, para isentarem-se desse problema social. Por um lado, os programas sociais disponíveis não conseguem equacionar os problemas de saúde, menos ainda as ideações suicidas de agricultores e os dramas de famílias enlutadas pela morte, causada por ato intencional suicida. Nessas situações, mais fácil é reduzir a abordagem do suicídio como fenômeno individual ou familiar, o que reproduz, por consequência, as elevadas taxas de suicídio entre agricultores familiares na mais importante região produtora de tabaco: o Vale do Rio Pardo. Nesta Região, segundo Frank, Monteiro e Limberger (2020), foi registrada uma taxa de 20,15 casos de suicídio, a cada 100 mil habitantes, nos anos de 2017 e 2018.

## **CAPÍTULO VI**

### **Agricultores familiares em processos de diversificação produtiva**

Os artigos deste capítulo aproximam-se pelas análises de processos sociais relacionados aos investimentos em projetos de diversificação produtiva, entre grupos de agricultores fumicultores que cultivam ou cultivavam tabaco. Os agentes desse processo são agricultores que se lançam nos desafios de desenvolver novas atividades produtivas mercantis ou para ampliar a produção para o consumo familiar, seja por iniciativa da própria família ou por estímulos de políticas públicas de crédito e de extensão rural, previstas no PNDACT. A partir do estudo de diferentes experiências sociais, em diferenciados espaços territoriais, os autores dos artigos reunidos nesse capítulo destacam as potencialidades e os limites dos agricultores familiares para qualificaram-se para o desenvolvimento de outras atividades produtivas, que demandam a apropriação de novos conhecimentos, tecnologias e práticas produtivas, assim como a construção de novos mercados, com mediação de agentes de extensão rural.

Arlene Renk, Silvana Winckler, Jane Basso, Juliano Luiz Fossá e Kauê Jéssica Cavalli analisam alternativas e estratégias na reconversão produtiva, construídas por agricultores familiares que se dedicavam ao cultivo do tabaco, na região oeste do estado de Santa Catarina. A partir de entrevistas com agricultores e lideranças sindicais e de levantamento documental, a equipe de pesquisadores destaca que os processos de reconversão produtiva estão condicionados pelo mercado, nível de capitalização familiar, mão de obra familiar disponível, financiamento público ou privado. Os pesquisadores concluem que a reconversão produtiva é um processo complexo, mas agricultores familiares conseguem construir novas formas de inserção produtiva e mercantil, com atividades de bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura e agroecologia.

Fundamentadas na abordagem teórica-metodológica da perspectiva orientada ao ator, Cidonea Machado Deponti e Verenice Zanchi analisam processos de diversificação em áreas de cultivo de tabaco de agricultores familiares do município de Dom Feliciano-RS. A partir das categorias analíticas “agência, atores sociais e interface social”, as autoras destacam que os agricultores familiares partícipes de ações de diversificação produtiva em São Feliciano apresentam melhores condições financeiras, maior acessibilidade às informações e aos serviços de assistência técnica e de extensão rural, bem como desenvolvem relações positivas entre agência e diversificação da produção. As autoras concluem que os programas de diversificação produtiva precisam ser construídos com os agricultores familiares, especialmente os de maior vulnerabilidade social, para criar oportunidades de acessos às tecnologias e conhecimentos necessários às diferenciadas atividades, estudos para novas inserções nos mercados, garantias aos serviços de assistência técnica e extensão rural, e, sobretudo, processos de autonomia social dos agricultores e suas comunidades.

Camila de Gaspari e Sérgio Schneider estudam processos de diversificação produtiva, a partir do ponto de vista de agricultores familiares do município de Sobradinho/RS, beneficiários do PND-DACT. Os autores evidenciaram que os agricultores familiares têm interesse em desenvolver novas atividades produtivas em alternativa ao tabaco, em decorrência da percepção da penosidade do trabalho, dos problemas de saúde e da falta de valorização financeira. Os agricultores familiares partícipes do Programa conseguiram aumentar a produção de alimentos, reduzir o uso de agrotóxicos, melhorar as técnicas produtivas com base agroecológica e, até mesmo, aumentar a motivação e autoestima do grupo familiar, porém, enfrentam a falta de políticas públicas e de organização de mercados para as novas atividades produtivas. Camila e Sérgio concluem que é necessária a institucionalização de múltiplas medidas de desenvolvimento rural que contemplem a diversificação

produtiva e a construção social de mercados, aproximando mediadores sociais, agricultores e consumidores.

Evandro de Oliveira Lucas e Alberto Bracagioli Neto analisam a atuação de agentes de assistência técnica e extensão rural, vinculados ao Movimento de Pequenos Agricultores [MPA], e de agentes do Estado na implementação da chamada pública voltada à diversificação da cultura do tabaco, no estado do Rio Grande do Sul, em contexto da pandemia do Covid-19. Os autores destacam que os agentes de extensão rural atuaram sob os marcos de enquadramentos institucionais, delineados nas chamadas públicas do programa de diversificação produtiva, tornando-os “burocratas de rua”, com pouca margem para adoção de procedimentos discricionários no cotidiano do trabalho junto aos agricultores beneficiários. Nos últimos seis anos, notam os autores, o governo federal instituiu diversas mudanças nos objetivos, metas, procedimentos administrativos e, sobretudo, glosa de valores, que representam o desmonte e até a extinção da política de diversificação produtiva. Em conclusão, Evandro Lucas e Alberto Bracagioli defendem a retomada de políticas públicas para atendimento de famílias produtoras de tabaco, com aperfeiçoamento dos critérios de enquadramento institucional para revitalização do programa de diversificação da cultura do tabaco.

Carlise Schneider Rudnicki propõe uma reflexão sobre o potencial das tecnologias digitais em sua interface com as políticas públicas e as organizações privadas, organizações não-governamentais antitabagistas, mediante o acionamento de diferentes estratégias de comunicação e suas possíveis relações com o campo do tabaco. A autora conclui que as tecnologias digitais representam potencial de inovação e de transformação social, especialmente em termos de espaços de participação de diferenciados agentes e instituições mobilizados pelos interesses de controle do tabaco.

Embora sejam múltiplos e diferenciados os desafios, tanto para os agricultores quanto para os mediadores sociais, na objetivação de experiências de diversificação das atividades produtivas,

os autores evidenciam avanços importantes na construção de alternativas ao tabaco, ao longo dos quinze anos de vigência dessa política nacional delineada a partir da CQCT. No entanto, após o processo de desmonte, iniciado durante o governo Michel Temer, e de extinção do PNDACT, durante o governo de Jair Bolsonaro, resta aos agentes comprometidos com a institucionalização de políticas de controle do tabaco, proceder a uma avaliação das experiências acumuladas, em seus pontos positivos e negativos, para uma possível retomada, no contexto atual, a fim de gerar oportunidades de trabalho e renda para os agricultores e agricultoras que não mais desejam cultivar tabaco ou que são excluídos/as da cadeia produtiva do tabaco.

\* \* \*

Pelo delineamento da coletânea, os artigos contemplam variados recortes temáticos e analíticos que contemplam diversos processos e repercussões da institucionalização da CQCT no Brasil, bem como distintas experiências vivenciadas por agricultores e agricultoras familiares, situados em diferenciados contextos sociais e espaços territoriais da região sul-brasileira. Todos os artigos estão alinhavados pelo interesse de conhecer as complexidades de processos sociais desencadeados pela institucionalização de medidas globais de controle do tabaco. A minha expectativa é que as reflexões dos autores contribuam para a compreensão desse fenômeno global, complexo, multifacetado e conflituoso, marcado por múltiplas agregações de agentes e instituições sociais, públicas e privadas, nacionais e internacionais, com interesses em confronto, seja no sentido de desenvolver ou de controlar a produção, comércio e consumo de tabaco. Também desejo que os conhecimentos aqui ofertados continuem a estimular os pesquisadores já agregados ao estudo dessa problemática e, oxalá, sirvam de referência para as novas e futuras gerações de pesquisadores de estudos sociais rurais. Ainda, minha expectativa é que a coletânea possa servir de

instrumento para reflexão de agentes que atuam em instituições de desenvolvimento social, sejam elas regionais, nacionais ou internacionais, com propósitos de controle do tabaco, defesa dos interesses da saúde pública e da preservação ambiental.

## **Bibliografia**

Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA] (2022). Estatísticas. In: *Anuário Brasileiro do Tabaco*. Santa Cruz: Editora Gazeta. <https://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2022/>.

Cavalcante, Tânia Maria et al. (2017). Brasil: balanço da Política Nacional de Controle do Tabaco na última década e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(3), 61-75.

Franck, Maria Cristina, Monteiro, Maristela Goldnadel e Limberger, Renata Pereira (2020). Mortalidade por suicídio no Rio Grande do Sul: uma análise transversal dos casos de 2017 e 2018. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, 29(2), 1-12.

Mengel, Alex Alexandre e Aquino, Silvia Lima (2017). A cadeia produtiva do tabaco como campo de disputas. *Mundo Agrário*, 18(38), 1-21.

Ministério da Saúde. (2021). *Mortalidade no Brasil: dados e números do tabagismo*. Rio de Janeiro: INCA.

Ministério da Saúde (2022). *O que é a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco?* Rio de Janeiro: INCA.

Ministério da Saúde. (2011). *Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco*: texto oficial. Rio de Janeiro: INCA.

Paulilo, Maria Ignez Silveira. (2016). *Mulheres rurais*: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Editora da UFSC.

Pinho, Mariana Coutinho Marques. (2021). *Câmara Setorial do Tabaco como veto player da Política Nacional de Controle do Tabaco*. 2021. [Dissertação de Mestrado em Saúde Pública]. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz.

Portes, Leonardo Henriques *et al.* (2018). A política de controle do tabaco no Brasil: um balanço de 30 anos. *Ciência e Saúde Coletiva*, 23( 6), 1837-1848.

World Health Organization (2023). *Tobacco*. Geneva: WHO, 2022. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco>.

**CAPÍTULO I**  
**Convenção-Quadro e estratégias**  
**das agroindústrias de tabaco**



# Agroindústrias de tabaco

## Um campo econômico no contexto da Convenção-Quadro

*Joel Orlando Bevilaqua Marin*

O Brasil, como signatário da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [CQCT], publicado pela Organização Mundial da Saúde [OMS], obteve avanços significativos na redução do número de consumidores de tabaco. Dados disponíveis no Instituto Nacional do Câncer [INCA], com base na Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), indicam que, no Brasil, em 2006, o percentual total de fumantes com 18 anos ou mais era de 14,1% e, em 2021, reduziu para 9,1% (INCA, 2022). No entanto, o tratado não logrou avanços na redução dos volumes de produção e de exportação de tabaco. Segundo dados da Afubra, nos estados da Região Sul do Brasil foram produzidas, em 2010, 691.870 toneladas, sendo 505.620 (73%) toneladas destinadas à exportação. Em 2021, a produção sul-brasileira foi de 628.489 toneladas, sendo 514.287 (81,8%) toneladas exportadas. As séries estatísticas da Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA] também indicam certa estabilidade nos volumes de produção de tabaco na região sul, mas um relativo crescimento dos percentuais dos volumes destinados à exportação (AFUBRA, 2021). Com esses números, o Brasil mantém-se como segundo

maior produtor de tabaco do mundo e maior exportador de folhas de tabaco, posição alcançada desde 1993.

O objetivo deste artigo é analisar diferenciadas estratégias construídas pelas agroindústrias de tabaco e suas instituições de representação social, a fim de garantirem a continuidade da produção na Região Sul do Brasil e contraporem-se às políticas antitabagistas, capitaneadas pela Organização Mundial da Saúde [OMS], no escopo da CQCT. Como perspectiva teórica, utilizo a noção de campo econômico de Pierre Bourdieu para compreender o objetivo proposto.

A pesquisa documental foi um procedimento metodológico fundamental para a produção de dados. Segundo Cellard (2010), além dos historiadores sempre realizaram levantamentos e análises documentais, pesquisadores das áreas das ciências sociais utilizam documentos para produção de dados e análise de fenômenos sociais. Na análise de documentos, como nos orienta o autor, torna-se necessário compreender os contextos histórico-sociais nos quais os documentos foram redigidos, os interesses sociais e econômicos manifestos ou subjacentes dos autores dos documentos, além dos conceitos e da lógica interna do documento que integra o corpus empírico.

Neste artigo, a análise documental apresenta-se como um procedimento metodológico adequado para evidenciar determinadas estratégias e concepções construídas pelas agroindústrias e suas instituições de representação social a fim de continuarem a produção de tabaco e contraporem-se às políticas antitabagistas globais. Desta forma, os documentos utilizados nesta pesquisa foram produzidos por agentes sociais autorizados pelas agroindústrias do tabaco ou por suas instituições de representação social.

A internet tornou-se instrumento fundamental para o levantamento de dados documentais da pesquisa. As buscas foram dirigidas aos sites das agroindústrias de tabaco e de suas instituições de representação social das agroindústrias. Também na internet fiz buscas em canais de comunicação escritos e alinhados com as

agroindústrias e suas instituições de representação. Neste investimento, conferi destaque para documentos publicados pelos canais de divulgação de informações de interesse das empresas e das instituições de representação social do setor produtivo do tabaco. Contudo, para complementação do corpus documental, fiz levantamentos em sites de jornais e revistas locais, nacionais e, eventualmente, internacionais.

Para fins de organização do artigo, inicialmente, analiso a organização oligopólica do campo econômico, dominado pelas agroindústrias atuantes na produção de tabaco no Brasil, como estratégia fundamental para o enfrentamento das medidas previstas na CQCT. Nas seções sequenciais, analiso as práticas e discursos de diversas instituições de representação social do campo econômico das agroindústrias do tabaco na construção de estratégias de luta e defesa dos interesses das empresas e contraposição às políticas de combate ao tabagismo.

## **O capital econômico organizado em oligopólio**

Um número restrito de agroindústrias de capital internacional controla a produção, a industrialização e o comércio de tabaco e seus derivados. As corporações multinacionais oligopolistas dominam todas as etapas da cadeia do tabaco e concentram o capital econômico, cujo poder facilita a construção de diferenciadas estratégias de enfrentamento das políticas antitabagistas, em escala nacional e internacional.

Esse mercado dominado por poucas empresas pode ser analisado, com base na abordagem de Bourdieu, como um campo econômico. Para Bourdieu (2011, p. 195), “o campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social”, constituído pelo espaço social nacional e, até mesmo, internacional. O campo contém “um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses

fenômenos, se revestem aí de uma forma particular.” O campo é considerado um sistema ou um espaço estruturado de posições ocupadas pelos diferenciados agentes que o integram. Portanto, os interesses econômicos ou sociais são específicos em cada campo, de maneira que as práticas e as estratégias dos diferentes agentes podem ser compreensíveis quando relacionadas às posições sociais ocupadas no interior do mesmo.

Particularizando a noção de campo econômico, Bourdieu (2005, p. 25) afirma que “concretamente, são os agentes, isto é, as empresas, definidas pelo volume e a estrutura do capital específico que possuem, que determinam a estrutura do campo e, assim, o estado das forças que se exercem sobre o conjunto (comumente chamado “setor” ou “ramo”) das empresas engajadas na produção de bens semelhantes.” Ainda segundo Bourdieu (2005, p. 24), “o campo econômico é constituído de um conjunto de subcampos, correspondendo ao que se entende geralmente por “setores” ou “ramos” da indústria.” Sob esse prisma, pode-se dizer que as agroindústrias de tabaco constituem um subcampo específico do campo econômico, cuja particularidade produtiva vem sendo problematizada socialmente, em escala global, como causa de doenças, mortes e empobrecimento dos produtores e consumidores de tabaco. Em contraposição, o campo econômico construído em torno da produção de tabaco tornou-se marcado pelo fato de os agentes, isto é, os empresários desse setor unificarem-se para jogar o mesmo jogo e lutar pelos mesmos objetivos, ou seja, contrapor a avalanche de medidas antitabagistas e garantir a reprodução do mercado global de tabaco. A organização oligopolista das agroindústrias na produção de tabaco é fator que muito facilita a unificação em torno dos interesses no jogo e das lutas pelos objetivos.

Em estudo sobre a organização do mercado de tabaco na Região Sul do Brasil, Buainain et al (2009) constatavam que, na década de 2000, a Souza Cruz, Alliance One, Universal Leaf Tabacos, Brasfumo, Continental Tobaccos Alliance, Kannenberg e Phillip Moris eram as principais empresas atuantes na produção

e processamento de tabaco na Região Sul do Brasil, enquanto que a Tabacos Marasca e Intab apresentavam menor importância econômica e produtiva. Apenas a Brasfumo, Tabacos Marasca e a Intab eram de capital nacional, enquanto as demais agroindústrias eram propriedade de grupos empresariais de capital estrangeiro, principalmente norte-americano e, em alguns casos, europeu. Fundamentando-se em dados publicados em 2005 pela Abifumo, os autores afirmam que apenas três empresas – Souza Cruz, Alliance One e Universal Leaf Tabacos – eram detentoras de “75% da capacidade instalada no país para processamento e comercialização de folhas de tabaco” (Buainain et al, 2009, p. 119). Isso significa que a produção e o mercado de tabaco da Região Sul eram organizados por dez empresas, mas com o domínio econômico de três empresas de capital estrangeiro.

Em termos de atuação no mercado, apenas a Souza Cruz e a Phillip Morris tinham plantas industriais instaladas no Brasil para a produção de cigarros. A Souza Cruz era líder no ramo de cigarros industriais, detendo 75% do mercado nacional, enquanto a Phillip Morris ocupava a menor fatia do mercado. A maioria das empresas tinha plantas industriais para processamento de tabaco em folhas, para destinação ao mercado externo. As plantas industriais compreendem as operações de compra, seleção, processamento, embalagem e armazenamento de folhas de tabaco fornecidas pelos agricultores familiares integrados (Buainain et al, 2009).

A organização do capital econômico oligopolizado do tabaco é um processo de construção dos próprios agentes econômicos, isto é, dos empresários das agroindústrias de tabaco, que precisam ser compreendidos em seus devidos espaços, relações e contexto histórico-social. Como destaca Bourdieu (2005, p. 23):

Os agentes criam o espaço, isto é, o campo econômico, que só existe pelos agentes que se encontram nele e que deformam o espaço na sua vizinhança, conferindo-lhe uma certa estrutura. Dito de outro modo, é na relação entre as diferentes “fontes de campo”, isto é, entre

as diferentes empresas de produção, que se engendram o campo e as relações de força que o caracterizam.

Ainda de acordo com Bourdieu (2005), o campo econômico é também um espaço de lutas contínuas, pois os agentes ocupam diferentes posições hierárquicas e encontram-se em lugares diferenciados, constituindo uma arena na qual estão em jogo disputas por recursos, posições, bens, capitais e relações de poder. No campo, existe uma distribuição desigual do capital, e, por conseguinte, dominantes e dominados estabelecem lutas permanentes pela apropriação do capital específico do campo ou pela redefinição das posições desse campo. As empresas estabelecem lutas de concorrência para reforçar posição de dominante ou para conquistar melhores posições, apoiando-se em todos os recursos possíveis, sejam nas dimensões econômicas, políticas ou simbólicas.

No campo econômico do tabaco, essas lutas se evidenciam nos sucessivos processos de reconfiguração das agroindústrias. No estudo sobre o mercado de tabaco, Buainain et al. (2009) salientavam que as fusões, incorporações e entradas de novas empresas eram comuns entre as agroindústrias atuantes no mercado de tabaco. As reconfigurações empresariais aceleraram ao longo da década de 1990 e continuaram na década seguinte. Diversos fatores nacionais e internacionais contribuíram para a configuração das agroindústrias do tabaco, tais como: ausência de barreiras legais para a entrada de empresas no país; queda da produção de tabaco no Zimbábwe, na época, mergulhado em guerra civil; redução da produção de tabaco nos Estados Unidos e países europeus; crescimento de novos mercados consumidores no Leste Europeu e na Ásia; e reconhecida qualidade do tabaco produzido no Brasil. Vale acrescentar, ainda com base nos estudos de Buainain et al. (2009), que as agroindústrias de tabaco dispunham de financiamentos de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento [BNDES], para montar ou ampliar as instalações de classificação e processamento de tabaco. Ademais, podiam dispor de recursos financeiros,

concedidos pelos bancos comerciais, que operam sob as normativas do Sistema Nacional de Crédito Rural, para empréstimos aos agricultores fumicultores, em condições diferenciadas e taxas de juros abaixo do mercado (Buainain, et al. 2009).

Na última década, a configuração das agroindústrias de tabaco no Sul do Brasil passou por importantes mudanças, em virtude da entrada de duas grandes agroindústrias: Japan Tobacco International [JTI], em 2009, e a China Tabaco Internacional do Brasil [CTIB], em 2011. O ingresso dessas agroindústrias repercutiu na redução numérica de empresas atuantes no mercado de tabaco, por novos processos de fusão e criação de *joint venture*.

Fundada em 1999, com sede em Genebra, a JTI representa as atividades internacionais no mercado de tabaco do Grupo Japan Tobacco. Com atuação em cerca de 130 países, a JTI fabrica e comercializa mais de noventa produtos derivados do tabaco, sendo que as marcas mais conhecidas de cigarros são a Winston, Mevius, Camel, Glamour e LD (JTI, 2020). Segundo reportagem do Anuário Brasileiro do Tabaco (2017, p. 45), para iniciar atividades empresariais no Brasil, a JTI comprou duas fumageiras e, no ano seguinte, “houve uma unificação da companhia, e as unidades locais passaram a se chamar JTI Processadora de Tabacos (ex-KBH&C Tabacos) e JTI Kannenberg (ex-Kannenberg & Cia Ltda.)”

A empresa mantém centro de pesquisa, centro de distribuição de tabaco e unidades de compra e processamento de tabaco nos três estados da Região Sul, mas o Rio Grande do Sul concentra o maior número de agricultores fornecedores e de trabalhadores contratados ou temporários. As operações iniciais em território brasileiro estavam orientadas para a produção de tabaco, objetivada pelo consagrado sistema de integração, seguidas das atividades de seleção, processamento, embalagem e armazenamento das folhas de tabaco, para posterior exportação. No ano de 2018, a JTI inaugurou uma fábrica, no município gaúcho de Santa Cruz do Sul, com capacidade para produção de quatro bilhões de cigarros por ano, fundando a primeira na América Latina, dentro de

um universo de 27 outras unidades industriais espalhadas em diversos países (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2018, p. 63). Com esse investimento, a empresa entrou em disputa por uma fatia do mercado consumidor nacional, pela “aquisição de uma extensa rede de distribuição, capaz de garantir a entrega de Norte a Sul do país”, competindo com a Souza Cruz e a Phillip Morris, que até então dominavam o mercado de cigarros.

A expectativa dos agentes da JTI era conquistar o mercado da Argentina, Bolívia, Chile e Equador e, gradualmente, alcançar todos os países da América do Sul (JTI, 2021). Sua atuação também abrange o mercado de cigarros eletrônicos em 28 países, com a Logic – marca de cigarro eletrônico –, e com a Ploom – marca de vapor de tabaco. Essa fatia do mercado foi recentemente potencializada pela afirmação de parceria tecnológica com a Sauber Engineering AG, visando o desenvolvimento de projetos, inclusive de engenharia de precisão, para melhorar os usos de produtos de vapor de tabaco (UOL, 2020). Embora os produtos da JTI circulem em mais de uma centena de países, a produção de tabaco é realizada em países em desenvolvimento, especialmente da América Latina e África.

A CTIB estabeleceu-se em território brasileiro no ano de 2011, com sede no município gaúcho de Venâncio Aires. Atualmente, tem operações de compra e processamento de folhas de tabaco no município de Venâncio Aires e uma unidade de compra em Araranguá (SC). Para início de suas operações, a CTIB anunciou que pretendia investir um total de US\$ 40 milhões, para construção de escritório, pavilhões para compra, seleção, processamento e armazenagem das folhas de tabaco, bem como para a construção da Casa do Produtor, para acolher os agricultores familiares, enquanto aguardam os horários para venda das suas folhas de tabaco (Portal Arauto, 2021). Em 2014, CTIB e a Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos [AOB] formalizaram o processo de criação da *joint venture* China Brasil Tabacos Exportadora S.A. Pelo acordo, a CTIB detinha 51% das ações e a AOB 49% das ações da nova joint

venture (Alliance One Brasil, 2014). A estratégia da AOB era ampliar os lucros, pelo fornecimento do tabaco brasileiro, considerado de alta qualidade, para o maior mercado de cigarros do mundo: a China. Sob a perspectiva da CTIB, o acordo da *joint venture* abriu as portas para ingresso, em solo brasileiro, nas atividades de produção e de processamento das folhas de tabaco, aproveitando-se da expertise acumulada pela AOB desde longa data.

Em 2019, a CTIB computava cerca de treze mil contratos firmados com agricultores familiares para fornecimento de tabaco, sendo 90% no Rio Grande do Sul e 10% em Santa Catarina, abrangendo um total de 116 municípios. Nesse mesmo ano, a CTIB exportou 42 mil toneladas de tabaco em folhas para a China, para abastecimento exclusivo do mercado chinês (Ola Jornal, 2019). Para atendimento das especificidades desse mercado, os diretores do grupo afirmavam que empresa adota o denominado “Estilo China” de produção, com preferências pelas folhas maduras, nas posições medianas e superiores da planta de tabaco, com texturas macias, coloração laranja e boa oleosidade e, para tais padrões de qualidade, investia em assistência técnica e materiais informativos aos agricultores fornecedores de tabaco para a empresa (Folha do Mate, 2021). Com a instalação da CTIB na Região Sul do país, a partir de 2019, a China tornou-se o segundo maior país importador de tabaco do Brasil, ficando atrás apenas da Bélgica.

Vale mencionar, mesmo sucintamente, outra mudança nos processos de reestruturação nas agroindústrias de tabaco, ocorrida no ano de 2017, com a formalização da compra da Reynolds American pela British American Tobacco [BAT], que no Brasil é proprietária da Souza Cruz. Com a transação empresarial, a BAT, que era detentora de 42% do capital da Reynolds American, assumiu a liderança no mercado norte-americano de cigarros industriais, pelo controle das marcas de cigarros da Reynolds American nos Estados Unidos (Reuters, 2017). A BAT também pretendia desbancar o domínio do mercado de cigarros industrial conquistado pela Philip Morris International, bem como concorrer no promissor mercado

internacional de cigarros eletrônicos, estabelecendo-se como a mais forte empresa internacional de tabaco (Veja, 2017)

Em torno das grandes agroindústrias, conforme estudos de Prieb (2005) e Buainain *et al.* (2009), existem diversas empresas de médio e pequeno porte, mormente de capital nacional, que atuam em oportunidades de transações mercantis abertas pelo poderoso mercado do tabaco. Não obstante, como destacaram Buainain *et al.* (2009, p. 123), são as grandes agroindústrias do tabaco que dominam as principais atividades econômicas e, operando em um mercado de elevada concentração de capitais, estabelecem acirradas disputas, que se expressam tanto nos frequentes processos de reestruturação empresarial, por meio de aquisições, fusões e ingresso de novas empresas, quanto nas estratégias para ampliação do número de agricultores fumicultores ou para “capturar” agricultores fumicultores de outras empresas.

No entanto, a estrutura oligopolista do campo tabaco facilita aos dirigentes das agroindústrias a construção unificada de diversas estratégias para organização do mercado de tabaco, nas escalas nacional e global. Eles dispõem de conhecimentos sobre os países que reduziram ou que aumentaram a produção e o consumo de tabaco, que possibilitam o planejamento dos volumes anuais de produção de tabaco, dos fluxos dos estoques de folhas de tabaco e das demandas do mercado consumidor, em todos os países. Da mesma forma, acompanham os avanços, limites e recuos nos processos de institucionalização de leis e políticas antitabagistas nos estados nações, signatários da CQCT. Mobilizam ainda recursos materiais, financeiros e humanos para o desenvolvimento de pesquisas e de processos de inovações e difusão de tecnologias adequadas para todas as etapas da cadeia, desde a produção até a industrialização de produtos de tabaco, bem como de novos produtos e maneiras de consumo de tabaco, haja visto o crescimento dos denominados cigarros eletrônicos e produtos de vaporização. Assim, fundamentado em Bourdieu (2005), posso inferir que o setor das agroindústrias do tabaco, como integrante de um campo econômico, embora

estejam em lutas permanentes, umas contra as outras, para ocupar melhores posições econômicas, estão interessadas na continuidade da sua existência, mantendo “cumplicidade objetiva”, para além das disputas que as colocam em concorrência ou oposição.

## **Representação institucional em escala global**

Embora estabeleçam acirradas competições pelo mercado de tabaco, as agroindústrias desenvolvem estratégias de ações e valores cooperativos unificados, com propósitos específicos de defesa de interesses comuns e de enfrentamento das políticas antitabagistas. Os agentes sociais vinculados a essas agroindústrias constroem seus sistemas de crenças e estratégias de reprodução para permanecerem no mercado. De acordo com Bourdieu (2011a), as estratégias são resultados de decisões tomadas pelos agentes econômicos em determinados contextos, influenciadas por múltiplos fatores que são variáveis nos distintos tempos históricos e espaços sociais. No caso do campo econômico do tabaco, as estratégias visam garantir a sua reprodução e seus modos de dominação, em contexto global de condenação de uma atividade produtiva associada a um problema global de saúde denominado tabagismo.

Os agentes econômicos que controlam as agroindústrias do campo do tabaco criaram um conjunto de instituições e contratam profissionais qualificados, destinados à elaboração de estratégias e discursos unificados para defesa de seus interesses econômicos, em escalas nacionais e internacionais. As empresas dispõem de uma plêiade de instituições e de profissionais contratados – sejam economistas, estatísticos, administradores, advogados, engenheiros, agrônomos, ambientalistas, comunicadores e cientistas multidisciplinares –, que acumulam capital cultural, político, ideológico e tecnológico relativos aos processos do setor produtivo do tabaco. São agentes sociais qualificados e contratados para prestar serviços específicos às poucas e poderosas agroindústrias,

para atuações orientadas à organização da produção, do comércio, da industrialização e do consumo do tabaco, bem como ao combate às políticas antitabagistas capitaneadas pela OMS. Aqueles agentes sociais dominam conhecimentos em áreas da economia, agronomia, mercado internacional, direito, políticas públicas e do meio ambiente, dentre outras, que são instrumentalizados nos processos de construção de diferenciadas estratégias para defesa de seus interesses econômicos e sociais nos distintos países. Além disso, as agroindústrias de tabaco dispõem de profissionais qualificados para elaboração de materiais de publicidade, de jornalismo e de campanhas, necessários para defesa de seus interesses, para contrapontos ideológicos das políticas antitabagistas e produção de consensos sociais.

Os dirigentes das instituições formam um grupo coeso encarregado pela produção do capital simbólico para a defesa e legitimação dos interesses das agroindústrias do tabaco. Como destacou Bourdieu (2005), os diferentes agentes que integram o campo econômico são dotados de historicidade, daí que não existe racionalidade puramente econômica, uma vez que as práticas, estratégias e o próprio campo são socialmente construídos. Desta forma, um contexto marcado pela transformação do tabaco em problema social universal impôs a unificação de agentes e instituições nas lutas e discursos como estratégia para assegurar a reprodução social do próprio campo econômico. Embora tenham enquadramentos, abrangências geográficas e objetivos diferenciados, as diferentes instituições de representação criadas pelas agroindústrias do tabaco estabelecem fortes laços cooperativos para atuações orquestradas e discursos alinhados.

Como instituições atuantes em um campo econômico global, as agroindústrias criaram uma instituição de representação mundial, denominada Associação Internacional de Produtores de Tabaco [ITGA], tradução da International Tobacco Growers Association. A ITGA agrega diversas instituições afiliadas existentes em países produtores de tabaco, dentre eles Argentina, Brasil, Bulgária,

China, Colômbia, Croácia, República Dominicana, Estados Unidos, Índia, Indonésia, Itália, Quênia, República da Coreia, Malawi, Malásia, México, Paquistão, Filipinas, África do Sul, Tanzânia, da Tailândia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. No Brasil, suas principais instituições de representação são a Afubra e o Sinditabaco.

A ITGA se identifica como instituição de produtores de tabaco, mas, objetivamente, representa e defende os interesses das agroindústrias de tabaco. São, portanto, os agentes das agroindústrias desse setor que definem discursos de legitimação, pautas reivindicatórias e estratégias de ação conjunta das instituições afiliadas à ITGA. Estas recebem recursos financeiros para integrar o “grupo de defesa” dos interesses privados das agroindústrias de tabaco.

No plano do discurso, agentes sociais autorizados pela ITGA alegam que as medidas antitabagistas ameaçam o direito ao trabalho, aos meios de vida e à renda de milhões de agricultores familiares, colocando-os em situação de risco pela falta de melhores alternativas produtivas. Porém, em termos práticos, as principais estratégias da ITGA objetivam influenciar agentes públicos no sentido da elaboração de leis e políticas, em nível dos Estados Nacionais, favoráveis à continuidade da produção, circulação e consumo de tabaco, bem como impedir o avanço das medidas antitabagistas globais. Visam ainda dispor de informações sobre os volumes globais de produção e demanda de produtos de tabaco, procurando contornar possíveis elevações na produção de tabaco, em contexto marcado pela redução do consumo de cigarros. Incluem ainda discussões e estratégias para regulamentação do cigarro eletrônico, em países que ainda não dispõem de legislação específica, bem como o enfrentamento e erradicação do contrabando de cigarros. Desta forma, como instituição do campo econômico do tabaco, a ITGA cumpre um importante papel estratégico de legitimação e reprodução social. Ou seja, é uma instituição plenamente integrada ao sistema complexo de estratégias de reprodução do campo econômico do tabaco.

Para unificação do jogo de interesses, discursos e estratégias de ação, anualmente, os dirigentes da ITGA se reúnem em Encontros Regionais das Américas, com participação de representantes dos países da América Latina e América do Norte, e em Encontros Internacionais, com representantes de delegações dos países em que há instituições afiliadas à ITGA, ocasiões em que realizam assembleias gerais e eleição de diretoria. As intensas e contínuas interações de agentes da ITGA facilitam trocas de informações e experiências sobre diversos temas de interesse relacionados à produção, ao mercado, às políticas públicas e às legislações atinentes ao tabaco, que possibilitam o fortalecimento do campo do tabaco e estabelecimento de interesses, estratégias e discursos unificados e específicos, tanto no plano dos países produtores quanto em escala global. Possibilita ainda a tessitura de alianças com múltiplos agentes, públicos e privados, que podem somar-se aos seus interesses econômicos e políticos. Outrossim, esses encontros são espaços privilegiados para os agentes do campo do tabaco elegerem seus adversários para levar adiante suas lutas, cuja vitória significa a contraposição às orientações da OMS e a perpetuação de domínio na produção do tabaco.

Os agentes vinculados à ITGA também lutam para participar dos debates e deliberações das Conferências das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [COPs]. Considerado órgão supremo da CQCT, as COPs são eventos bianuais organizados pela OMS, com a participação de agentes dos países signatários, com propósito de debater e encaminhar decisões sobre aspectos técnicos, processuais e financeiros da implementação do tratado nesses países. Nas COPs, agentes das delegações dos países signatários debatem processos de institucionalização da Convenção-Quadro, resultados dos grupos de estudos e de trabalho e estratégias para a objetivação do tratado (Inca, 2021). Desde as reuniões preparatórias da COP, na qual participam integrantes da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro [CONICQ], os agentes da ITGA, juntamente com políticos comprometidos com interesses

das agroindústrias de tabaco, pressionam e reivindicam o direito de participar na elaboração das reflexões e propostas a serem encaminhadas às COPs.

Mesmo com o conhecimento do artigo 5.3 da CQCT, que atribui aos Estados-Partes o dever de proteger suas políticas antitabagistas dos interesses comerciais das agroindústrias do tabaco (OMS, 2003), e, portanto, não são credenciados para as plenárias de discussões das COPs, os dirigentes da ITGA organizam uma grande comitativa, engrossada por agentes de outras instituições do campo do tabaco, para acompanhar os debates e deliberações sobre as estratégias de combate ao tabagismo. Durante a realização das COPs, criam uma agenda paralela com várias instituições internacionais para apresentar suas posições e defender suas lutas e reivindicações. Conforme reportagem jornalística, na COP8, organizada em Genebra, na Suíça, as comitativas da ITGA reuniram-se com agentes da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação [FAO] e o Banco Mundial, para apresentar suas preocupações com a sustentação das famílias fumicultoras e o futuro da atividade de tabaco, por meio do apoio e financiamento da diversificação produtiva. Em agenda com representantes da Organização Internacional do Trabalho [OIT], a comitativa da ITGA solicitou a manutenção da parceria com a indústria do tabaco para financiamento de programas de combate ao trabalho infantil em diversos países (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2018), uma vez que a OIT era pressionada para aderir à “Política da ONU para prevenção da interferência da indústria do tabaco”, propugnada pela CQCT, que recomenda às agências o não envolvimento com o setor do tabaco. Em suma, em reuniões paralelas às COPs, agentes da Comitativa da ITGA buscam conquistar alianças nas organizações internacionais, para demonstrar-lhes a importância econômica, social e ambiental da cadeia produtiva do tabaco e solicitar-lhes a refutação das proposições da OMS e manutenção de parcerias com as agroindústrias do tabaco.

Outra iniciativa da ITGA, de importância simbólica, foi a institucionalização do “dia do produtor de tabaco”, comemorada aos 28 de outubro em diversos países produtores de tabaco. Essa data faz referência à descoberta das Américas por Cristóvão Colombo, em 1492, e aos primeiros contatos que dois tripulantes da embarcação estabeleceram com indígenas e testemunharam em ritual com inalação de fumaça de folhas de uma planta, posteriormente denominada tabaco. Desde o início da década de 2010, representantes de instituições das agroindústrias e dos agricultores fumicultores organizam comemorações aos produtores de tabaco, como forma de homenageá-los e ressaltar a importância econômica, social e ambiental desses agricultores. Os investimentos confluíram na mobilização de agentes do poder político para a elaboração e promulgação de leis estaduais – Lei 14.208/2013, no Rio Grande do Sul, Lei 16.114/2013, em Santa Catarina e Lei 17.729/2013, no Paraná –, que dispõem sobre a institucionalização do dia estadual do produtor de tabaco e inclusão da data nos seus calendários comemorativos.

Vale ressaltar que, no plano federal, a Lei 5.496/1968 já instituiu o “dia do colono”, comemorado anualmente em 25 de julho. A data comemorativa foi devidamente apropriada pelos agricultores e suas instituições de representação social, identificados por denominações diversas, para promover encontros e estabelecer debates, reivindicações e estratégias de lutas.

Não obstante, a institucionalização do dia do “produtor de tabaco” objetiva enfatizar visibilidades e reconhecimentos sociais a uma categoria específica de agricultores, para torná-los sujeitos de direitos às políticas públicas – a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [Pronaf], do qual foram excluídos desde a implementação de medidas antitabagistas –, e valorizá-los socialmente em virtude da realização de um cultivo, apesar de ser condenado pelas instituições, leis e políticas de controle do tabaco, sempre decantado pelos agentes afiliados às agroindústrias pela sua relevância na geração de empregos e

renda para as famílias, na preservação ambiental e na elevação das exportações nacionais. Valorização dos produtores de tabaco e do cultivo do tabaco são estratégias de construção do poder simbólico, tão necessário ao enfrentamento da corrida antitabagista e à produção de consensos para a aceitação social do campo econômico do tabaco.

Sobre o campo econômico constituído pelas agroindústrias do tabaco pesa fortemente as lutas e os avanços das instituições de países signatários da CQCT. Em defesa do interesse fundamental de garantir a continuidade da atividade produtiva do tabaco, as agroindústrias oligopolistas unificam suas relações de força, suas estratégias, suas lutas e seus discursos em torno de uma instituição de representação global. Desta forma, o campo econômico do tabaco está estritamente relacionado ao capital cultural e ao capital simbólico, do qual a ITGA é uma instituição, ao mesmo tempo, produtora e reprodutora de “verdades”, que precisam ser impostas, sem haver clara consciência dos atores sociais, constituindo, exatamente, uma estratégia do poder simbólico. Ou, em outras palavras, aquela instituição internacional tem um papel de construção social da realidade, destinado a estabelecer uma ordem a ser incorporada como um pensamento compartilhado pela sociedade. Desta forma, existem investimentos sistemáticos na produção simbólica para evidenciar determinados interesses, lutas e discursos, que modelam sua existência no mundo social, em escala nacional e global, bem como para contra-atacar os avanços políticos e jurídicos que resultem na institucionalização de medidas de controle do tabagismo.

### **Representação social organizada em sindicato e associação**

No plano nacional, o campo econômico do tabaco é representado pelo Sindicato Interestadual das Indústrias do Tabaco [Sinditabaco] e Associação Brasileira da Indústria do Fumo [Abifumo]. Essas

organizações apresentam enquadramentos institucionais e certos espaços de atuação diferenciados, no entanto, os agentes de ambas as instituições unificam-se em torno de determinados interesses, objetivos e lutas definidos pelas agroindústrias do tabaco.

O tabaco é um produto carregado de múltiplos significados. Para a OMS, em sua CQCT, assim como para instituições e Estados signatários, o tabaco é apontado como epidemia, responsável por morte, doença e empobrecimento nos fumantes. Daí o significado das lutas sistemáticas e globais para combate da produção, comércio e consumo do tabaco. Em contraposição, para as agroindústrias o tabaco significa geração de renda, trabalho, exportações e responsabilidade socioambiental. Nesse sentido, o campo econômico do setor do tabaco não é apenas um espaço econômico, mas também um espaço social diferenciado, em que se constroem múltiplas relações e significados sociais. Pois, conforme Bourdieu (2011b), os agentes econômicos constroem relações sociais distintas a partir do cumprimento de determinadas condições materiais e simbólicas e do respeito às regras do jogo estabelecidas. O Sinditabaco e a Abifumo também somam-se aos investimentos de construção de relações e de discursos unificados em defesa dos interesses das agroindústrias.

O Sinditabaco, fundado em 1947, representa interesses de quatorze empresas do setor de tabaco atuantes no Brasil: Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda.; ATC – Associated Tobacco Company Brasil Exportação e Importação de Tabaco Ltda.; BAT Brasil; Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S/A.; China Brasil Tabacos Exportadora S.A.; CTA – Continental Tobaccos Alliance S.A.; JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda.; OTC Comércio e Fabricação de Fumos Ltda.; Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda.; Premium Tabacos do Brasil S/A.; ProfiGen do Brasil Ltda.; Tabacos Marasca Ltda.; Universal Leaf Tabacos Ltda.; e UTC Brasil Indústria e Comércio de Tabaco Ltda.

O Sinditabaco é um sindicato patronal. Destina-se, portanto, à defesa de interesses das agroindústrias. A unificação sindical

fortalece o domínio das agroindústrias sobre os agricultores integrados em relações contratuais. Por meio do sindicato, as agroindústrias conseguem certa uniformização dos contratos firmados com os agricultores fornecedores de tabaco, daí que as cláusulas contratuais guardam muitas semelhanças quanto aos direitos, deveres e penalidades de ambas as partes contratantes. Por esses mecanismos, os agricultores são integrados no sistema produtivo sob condições de dominação econômica, tecnológica e social, embora percebam algumas vantagens econômicas como garantia de venda, acesso aos meios de produção e melhor remuneração em relação a outros produtos agrícolas.

Na temática ambiental, o Sinditabaco desenvolve projetos relacionados aos agrotóxicos, reflorestamento e educação ambiental. O cultivo de tabaco sempre foi relacionado ao uso de agrotóxicos e aos agravos à saúde dos agricultores fumicultores. Por tanto, o Sinditabaco instituiu campanhas para redução do uso de agrotóxicos no cultivo de tabaco, bem como recolhimento de embalagens de agrotóxicos, em conformidade com Lei nº 9.974/2000, que disciplina a destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos e determina as responsabilidades para o agricultor, o revendedor e o fabricante. A preservação das matas nativas, da água e do solo são temáticas que integram campanhas educativas junto às famílias de agricultores e também cláusulas dos contratos de integração. Para tanto, a distribuição de mudas de plantas, a realização de debates e as publicações de reportagens e de cartilhas, como “Manual de reflorestamento: preservar o meio ambiente é compromisso de todos” e “Manejo sustentável das propriedades rurais e o respeito ao meio ambiente”, integram um conjunto de medidas para conscientização e responsabilização dos agricultores fumicultores para questões ambientais.

Todavia, como nos adverte Bourdieu (2010), é preciso perceber as intenções objetivas que nem sempre estão explícitas nos discursos declarados. Desta feita, por trás das ações e dos discursos de fundo sustentável e responsável ambientalmente, os agentes do

SindiTabaco escondem interesses de ordem econômica das agroindústrias de tabaco, especialmente em contexto global de valorização do debate da sustentabilidade, para facilitar a blindagem das empresas e a transferência de responsabilidades aos agricultores, em situações de danos e crimes ambientais. Na realidade, são as agroindústrias do tabaco que, por domínio consagrado em relação contratual, impõem usos específicos de tecnologias e dos recursos naturais, que são os causadores de danos perversos ao meio ambiente.

Nas estratégias de prevenção de agravos à saúde, o Sinditabaco estimula os agricultores fumicultores ao uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) na aplicação de agrotóxicos. Com isso, busca reduzir riscos de intoxicação por agrotóxicos e diversos problemas de saúde associados ao cultivo de tabaco. Outrossim, o uso de EPIs durante a colheita é recomendado para evitar o Mal da Folha Verde do Tabaco, uma doença ocupacional tipificada como intoxicação aguda, relacionada à absorção dérmica da nicotina existente nas folhas do tabaco, agravada pela umidade, seja pelo suor do agricultor ou pelo orvalho e chuva. Todavia, vale ressaltar, as causas dos problemas de saúde dos agricultores são o próprio produto de interesse das agroindústrias – tabaco – e os produtos químicos – agrotóxicos – aplicados nas plantações de tabaco. Ou seja, as doenças são ocupacionais, inerentes ao ofício do agricultor, às tecnologias empregadas e às condições de trabalho no tabaco.

O Sinditabaco também incentiva a diversificação produtiva, como estratégia de aumento das fontes de renda dos agricultores fumicultores. Com esse propósito, a Souza Cruz criou o projeto “Plante milho e feijão após tabaco”. Posteriormente, o SindiTabaco ampliou a proposta pela institucionalização do “Programa Milho, Feijão e Pastagens após a Colheita do Tabaco”, com a participação dos governos estaduais e municipais, englobando também outros cultivos, a exemplo da soja. Evidentemente, as maneiras de diversificação produtiva não visam a substituição do cultivo do tabaco por outros cultivos ou atividades geradoras de renda. Objetivam,

vale frisar, a manutenção de agricultores integrados e dependentes das agroindústrias do tabaco, mas praticantes da diversificação produtiva – como bem destacado em campanhas “após o tabaco” e “após a colheita do tabaco” –, a fim de ampliar as alternativas de geração de renda familiar e suportar as possíveis oscilações nos preços pagos ao tabaco ou perdas por intempéries climáticas.

Em outra frente, o Sinditabaco promove campanhas de combate ao trabalho infantil e programa de sucessão hereditária nas unidades familiares produtoras de tabaco. Em face da magnitude de tais questões, dedico-me à análise em seção subsequente.

Outrossim, o Sinditabaco acompanha os debates e atividades das instituições nacionais responsáveis pela implementação das medidas de controle do tabaco, a exemplo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária [Anvisa], e do grupo da Convenção-Quadro no Brasil. Com esse propósito, moveu ações judiciais contra a proibição do uso de aditivos em produtos derivados do tabaco<sup>1</sup>, alcançando decisões e liminares favoráveis para comercializar produtos com sabores.

As agroindústrias também se fazem representar por uma associação específica: a Abifumo. Segundo Boeira (2002, p. 227), a Abifumo foi criada em 1979 para representação da agroindústria do tabaco em instituições estatais e na sociedade civil, com funções estratégicas de relações públicas e de *marketing* corporativo, “procurando gerar uma imagem de modernidade e confiabilidade tecnocientífica diante dos negociadores globais, dos técnicos do poder público e da opinião pública.” Além de orientar as agroindústrias em questões conflitivas frente ao Estado, segundo Renk e Winckler (2020, p. 79), a Abifumo “atua como órgão de defesa dos interesses das instituições produtoras e similares na orientação das demandas decorrentes do público consumidor ou ex-consumidor.”

<sup>1</sup> Segundo a Anvisa (2022), “os aditivos são substâncias adicionadas intencionalmente nos produtos derivados do tabaco para mascarar o gosto ruim da nicotina, disfarçar o cheiro desagradável, reduzir a porção visível da fumaça e diminuir a irritabilidade da fumaça para os não fumantes.”

Atualmente, a Abifumo agrega cinco agroindústrias: Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda, Japan Tobacco Internacional, Philip Morris Brasil, Souza Cruz S.A. e Universal Leaf Tabacos (Abifumo, 2022). Desde a década de 2000, as principais ações estratégicas são o enfrentamento às políticas antitabagistas, o combate ao mercado ilegal de cigarros e os debates jurídicos relacionados à tributação e expansão de seus negócios.

No contexto da CQCT, agentes sociais vinculados à Abifumo intensificaram ações junto a diversas instituições, a exemplo da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco [CST] e do Instituto Pensar Agropecuária [IPA], da Frente Parlamentar do Agronegócio [FPA], com o propósito de estreitar relações com agentes do campo político, do poder executivo ou legislativo. Tais alianças tornam-se fundamentais para a introdução de pautas de interesses socioeconômicos das agroindústrias, seja nas contraposições às políticas de combate ao tabagismo, no combate do mercado ilegal de cigarros e na redução dos tributos incidentes sobre produtos provenientes do tabaco.

Em uma frente de luta, agentes da Abifumo reivindicam a atuação organizada do Estado para o combate do contrabando de cigarros, que ocorre basicamente a partir do Paraguai. Arrolam, para tanto, argumentos com fundamentos legais: perda de arrecadação de impostos, riscos à saúde dos consumidores e crescimento de outras atividades criminosas ligadas ao roubo e tráfico de armas e drogas (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2020). Mas, como afirmam Prieb, Ramos e Souza (2003, p. 63), “o comércio ilegal ou o contrabando de cigarros nem sempre representou um problema grave para as empresas”, pois as próprias empresas beneficiavam-se com a destinação de tabaco de baixa qualidade às indústrias ilegais instaladas no Paraguai. Na medida em que o mercado ilegal cresceu vertiginosamente,<sup>2</sup> agentes da Abifumo passaram a pressionar o

<sup>2</sup> Segundo dados da Receita Federal (2020), o montante de cigarros contrabandeados destruídos somava-se, em 2005, R\$ 67.544.002,28; em 2010, R\$ 96.111.650,98; em 2015

poder público para implantação de políticas públicas e ações de combate ao contrabando e à pirataria de cigarros.

Em outras frentes, atuam estrategicamente nos debates jurídicos e na agregação de aliados entre agentes do Estado e do campo político, para reduzir a carga tributária dos cigarros, assegurar a continuidade do uso de aromatizantes em produtos derivados de tabaco e regulamentar o consumo de produtos vaporizadores e produtos de tabaco aquecido.

Os agentes da Abifumo também atuam com ênfase na contraposição aos avanços da institucionalização de leis e de políticas públicas antitabagistas, decorrentes da implantação da CQCT. Por esta razão, eles travaram lutas contínuas para integrar a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro [CONICQ], vinculada ao Ministério da Saúde, e a Comitativa Nacional que participa das COPs (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2020). Nesses espaços, que estão proibidos de atuar conforme orientação do artigo 5.3 da CQCT, pretendem defender a continuidade da produção, comércio e consumo de tabaco.

A Abifumo, segundo Boeira (2002), também apresenta um papel estruturante e estratégico que se expressa nas relações sindicais, ao mediar as tensões e conflitos entre Sindifumo e os agricultores familiares fumicultores, nas representações em instituições estatais e nas relações internacionais, especialmente no contexto da globalização de lutas antitabagistas. Ainda em busca de legitimidade e aceitação social, agentes da Abifumo fundamentam-se na importância econômica da cadeia produtiva do tabaco, na geração de trabalho e renda para famílias de agricultores, na criação de oportunidades de empregos diretos e indiretos para trabalhadores assalariados, na dinamização das economias locais e na arrecadação de impostos e divisas para o país pelas exportações. Além

---

R\$ 646.114.615,89 e; em 2019, R\$ 1.132.979.836,21. O mercado de cigarros contrabandeados representava reduções no consumo de produtos legais das agroindústrias sediadas no Brasil.

disso, advogam para si uma postura fundamentada na legalidade, na ética e na segurança pública, quando entram em defesa do comércio legal e do combate ao contrabando de produtos de tabaco.

Todavia, os discursos e ações em defesa das dimensões econômicas e legais ocultam os efeitos sociais perversos do tabagismo sobre a saúde dos consumidores e a elevação dos gastos públicos para tratamento de doenças associadas ao consumo de tabaco. Pelo exposto, a racionalidade econômica do campo do tabaco não pode ser dissociada dos interesses sociais, uma vez que há uma luta constante pela legitimação e submissão da ordem social às lógicas dominantes desse universo econômico. Pois, como destaca Bourdieu (1998, p. 53), “os discursos não são apenas (a não ser excepcionalmente) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos”.

## **Atuação e domínio em instâncias do Estado**

Agentes das agroindústrias do tabaco lograram espaços para participação em órgãos estatais, como é o caso da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco [CST], no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]. Ademais, nos marcos legais, construíram uma instituição específica para agregação dos representantes máximos do campo do poder municipal: Associação dos Municípios Produtores de Tabaco [Amprotabaco]. Nesses espaços do poder estatal, conquistam facilidades para práticas de lobby. Isso significa que agentes do campo econômico do tabaco lutam para ocupar espaços em instituições estatais e influenciar decisões do Estado, no sentido de flexibilizar as medidas antitabagistas e de obter segurança jurídica para melhores posições no mercado de tabaco.

O Estado, conforme Bourdieu (2014), constitui o principal agente e instrumento primordial nos processos de construção da

realidade social. O Estado contribui para integrar o espaço econômico – mercados nacionais e internacionais –, o espaço social, o espaço político e os espaços culturais e simbólicos, pela unificação dos enquadramentos jurídicos, burocráticos, linguísticos, dentre outros. Assim, o Estado produz e reproduz os princípios de representação legítima do mundo social, que garantem a coesão e o ordenamento social.

Bourdieu (2005, p. 29) atribui especial relevância das relações entre o campo econômico e o Estado, pois “entre todas as trocas com o exterior do campo, as mais importantes são as que se estabelecem com o Estado.” Os processos de intervenção do Estado no campo econômico são objetivados, fundamentalmente, por meio da regulamentação jurídica. Ademais, a intervenção do Estado também é evidenciado nas situações de conflito de interesses no campo econômico: “a competição entre as empresas assume frequentemente a forma de uma competição pelo poder sobre o poder do Estado [...] e pelas vantagens asseguradas pelas diferentes intervenções do Estado” (Bourdieu, 2005, p. 39-40). O Estado exerce forte influência nas posições e relações de força estabelecidas entre os diferentes agentes no campo econômico. Sob essa perspectiva, Bourdieu entende o mercado como

uma construção social, uma estrutura de relações específicas, para a qual os diferentes agentes engajados no campo contribuem em diversos graus, através das modificações que eles conseguem lhe impor, usando poderes detidos pelo Estado, que são capazes de controlar e orientar. (Bourdieu, 2005, p. 40)

Bourdieu (2005, p. 40) também afirma que as empresas, em tentativas de reproduzir ou modificar as “regras do jogo”, utilizam seu capital social para exercer pressões sobre o Estado e obter dele melhores posições ou vantagens no mercado. Contudo, particularizando o mercado da casa própria na França, Bourdieu (2005) analisa a participação do Estado na construção de demandas, por meio do estímulo de sistemas de preferências individuais, da

destinação de recursos financeiros aos indivíduos, da institucionalização de políticas de crédito, estímulos fiscais, dentre outras, bem como pelo favorecimento de determinada categoria social e de grupo de construtores, imposição de normas de qualidade, padrões arquitetônico e medidas de fiscalização.

Diferente do mercado da casa própria construído pelo Estado francês, o mercado do tabaco tem como particularidade as intervenções estatais no sentido de reduzir a demanda, pela institucionalização de medidas legais e administrativas limitantes à livre produção, circulação e consumo. Porém, em análise um pouco mais acurada, são notáveis as posições contraditórias do Estado brasileiro, em face do poder de pressão do capital econômico das agroindústrias do tabaco.

De um lado, por meio do Ministério da Saúde, como responsável pela implementação da CQCT, o Estado atua para reduzir a demanda do mercado de tabaco como medida de controle do tabagismo, bem como para diminuir a produção do cultivo do tabaco para reduzir as doenças ocupacionais. Os representantes das instituições das agroindústrias do tabaco, como já analisei anteriormente, reivindicam participações nos debates e nas deliberações, que se estabelecem em esferas internacionais e nacionais para implementação da CQCT. Contudo, não logram êxitos, por definição expressa da CQCT. Isso significa interdição de toda representação das agroindústrias nas COPs da OMS e nos espaços institucionais nacionais encarregados pela elaboração de leis, políticas públicas e ações administrativas antitabagistas.

O Estado, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], também procurou controlar a oferta de tabaco, a partir da institucionalização do PNDACT, com serviços de assistência técnica e extensão rural, de apoio aos produtores de tabaco em processos de diversificação produtiva. Ou seja, a intenção desse programa era interferir no mercado de tabaco, tanto pela redução do número de produtores e do volume da produção de tabaco, quanto pela sua substituição por produtos alimentícios. Porém, aqui não cabe

delongas na análise do programa e seus alcances objetivos, uma vez que outros artigos dessa coletânea tematizam tais questões.

Por outro lado, em contradição aos propósitos dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Agrário, o Estado oportunizou a participação de agentes econômicos do tabaco na CST, um espaço institucional criado no âmbito do MAPA. Ao conquistarem legitimidade para atuações em espaço do MAPA, os agentes vinculados à CST lograram melhores posições para investimentos em práticas de lobby, bem como maiores facilidades para influenciar nos espaços decisórios do campo do poder. Pela inserção no MAPA, eles facilmente alçam à condição de integrantes do grupo de pressão sobre os agentes do poder político, para defender interesses privados e influenciar determinadas decisões favoráveis ao campo econômico das agroindústrias do tabaco e contra-atacar as medidas de controle do tabaco, adotadas pelos outros Ministérios.

Vale mencionar que a experiência pioneira da institucionalização da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fumo ocorreu no Rio Grande do Sul, em 1996, pela promulgação do Decreto 36.714. Essa Câmara Setorial apresenta-se com órgão colegiado<sup>3</sup>, com objetivo de “definir, orientar e discutir políticas, estratégias e diretrizes relativas à produção, beneficiamento, industrialização e comercialização do fumo” (Estado do Rio Grande do Sul, 1996).

No plano nacional, a CST foi oficialmente criada em 2004, como integrante da estrutura funcional do Conselho do Agronegócio do MAPA, com caráter consultivo nas discussões da cadeia produtiva do tabaco. Ou seja, um ano antes do Brasil tornar-se signatário da CQCT, agentes do campo econômico do tabaco já

<sup>3</sup> A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fumo do RS é composta por representantes das Secretarias de Estado da Agricultura e Abastecimento, da Fazenda e do Desenvolvimento, dos Assuntos Internacionais do Estado do RS, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul [FETAG], da Associação Brasileira de Agribusiness [ABAG], do Programa Gaúcho da Qualidade de Produtividade, do Sinditabaco, da AFUBRA, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação e do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária [MAARA].

conquistavam espaços no Estado, para demarcar lutas pelos seus interesses privados.

Atualmente, a CST reúne 38 representantes de instituições afiliados às agroindústrias do tabaco, ao poder público federal, estadual e municipal, aos agricultores familiares, aos segmentos da agricultura patronal, aos trabalhadores nas indústrias de alimentação e do fumo, às organizações não-governamentais, dentre outros. Os seus objetivos são elaborar levantamentos de problemas da cadeia produtiva do tabaco e auxiliar o governo federal na elaboração de políticas públicas específicas. Para consecução de tais objetivos e análise acurada das questões, foram criados três grupos temáticos específicos: CQCT e outros acordos Internacionais; Combate ao mercado ilegal de cigarros; e Renda do fumo e complementação com outras atividades.

Os agentes do campo econômico do tabaco, pela participação na CST, também internalizam no Estado as lutas contra o comércio ilegal de cigarros, que ocorre basicamente pelo contrabando a partir do Paraguai, sob os argumentos de concorrência desleal com o mercado legal de cigarros, da perda da arrecadação de impostos aos cofres públicos, da associação ao crime organizado e tráfico de drogas ilícitas, bem como dos possíveis riscos à saúde dos consumidores, face à qualidade duvidosa dos produtos contrabandeados (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2020). Para equacionar tais questões, aqueles agentes pressionam agentes e instituições do Estado para garantir segurança jurídica e institucional na cadeia produtiva do tabaco, desencadeando embates em torno da revisão da legislação pertinente, implantação de políticas públicas e ações efetivas para combate ao contrabando e à pirataria.

Outra questão-chave da CST é o enfrentamento das propostas elaboradas no escopo da CQCT. Portanto, membros da CST acompanham atentamente os desdobramentos das políticas antitabagistas, em escala nacional e internacional, decorrentes dos avanços nas discussões e deliberações da CQCT. Portanto, lutam para integrar a Comitativa Brasileira das Conferências das Partes da

Convenção-Quadro e a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro [CONICQ], vinculada ao Ministério da Saúde (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2020). A partir da posição no MAPA, os agentes do campo econômico do tabaco empreendem lutas para conquistar a participação em outro espaço do poder estatal – o Ministério da Saúde –, cuja atuação é orientada à institucionalização de medidas restritivas ao mercado de tabaco, em nome da defesa da saúde pública. Ou seja, são lutas pela conquista e domínio de um espaço do poder do Estado, que representa contra-ataque ao mercado do tabaco no Brasil.

A temática da CST relacionada à melhoria das condições de produção do tabaco versa sobre políticas públicas para a diversificação produtiva, melhoria da renda dos agricultores produtores e a reestruturação da portaria que versa sobre a classificação do Fumo. É notável, a considerar pelas manifestações públicas dos agentes da CST, que essa temática não alcança a mesma relevância que o contrabando e o enfrentamento das medidas antitabagistas.

O campo econômico das agroindústrias de tabaco também exerce poder e influência em instâncias do campo do poder político local, isto é, as prefeituras municipais. A Amprotabaco foi criada em 2013, no município de Santa Cruz do Sul, para agregação de prefeitos de municípios produtores de tabaco na Região Sul. Contudo, os dirigentes passaram a vislumbrar uma dimensão nacional da instituição, com afiliação de prefeitos de 650 municípios produtores de tabaco no Brasil (Amprotabaco, 2014).

A Amprotabaco foi construída, portanto, como instituição de representação social de uma rede nacional de prefeitos municipais, unificados em lutas, discursos e estratégias de ação, em coalizões com agentes de outras instituições aqui analisadas, em defesa dos interesses do campo econômico do tabaco. Fundamentalmente, os agentes sociais ocupantes de posições diretivas na Amprotabaco pretendem agregar prefeitos municipais em lutas pela defesa das atividades produtivas do tabaco, sob os pressupostos da importância para dinamização da economia dos municípios e do retorno

de recursos financeiros aos cofres municipais, gerados pela tributação da atividade.

Como instituição dominada pelo campo econômico do tabaco, agentes da Amprotabaco reverberam, no âmbito do campo do poder político municipal, as mesmas pautas das outras instituições, quais sejam: combate às políticas públicas antitabagistas, redução das taxas de impostos sobre o cigarro no país, repressão ao contrabando de cigarros, liberação dos cigarros eletrônicos e novos produtos de tabaco e ampliação das políticas públicas e de crédito rural para a diversificação da produção nas unidades familiares integradas às agroindústrias do tabaco (Amprotabaco, 2018).

A defesa dos interesses das agroindústrias do tabaco não se restringe à adesão dos prefeitos municipais, pois também integram agentes das câmaras de vereadores, tecendo uma ampla rede de representantes do poder legislativo municipal comprometidos com a reprodução de discursos e a aprovação de medidas favoráveis ao desenvolvimento das atividades produtivas de tabaco. Desta forma, por meio da Amprotabaco e demais instituições aqui estudadas, o campo econômico das agroindústrias do tabaco se inserem nas dinâmicas da vida política municipal pela conquista e adesão de prefeitos e vereadores, bem como de eleitores.

O poder e domínio do campo econômico das agroindústrias são tão fortes e enraizados nas dinâmicas políticas dos municípios produtores, de forma que prefeitos e vereadores elegem-se mais facilmente quando prometem defesa do cultivo de tabaco. Somente em situações muito excepcionais, algum prefeito ou vereador lograria êxito em eleições caso levantasse bandeiras de combate ao cultivo de tabaco e substituição por cultivos alimentares. A ideia do tabaco como a melhor alternativa de produção e de desenvolvimento local tornou-se consenso entre candidatos aos cargos do poder político municipal e seus eleitores. Produzir a crença de que o tabaco é a melhor alternativa econômica nada mais é que outra face do poder simbólico do campo das agroindústrias do tabaco.

Outrossim, as agroindústrias do tabaco também influenciam fortemente as dinâmicas sociais dos municípios produtores, pela presença em associações e sindicatos de agricultores, clubes comunitários, feiras agropecuárias, festas tradicionais – uva, chop, erva-mate, pinhão –, universidades, escolas, igrejas, centros de tradições gaúchas, dentre outros espaços sociais. Ou seja, as agroindústrias de tabaco sempre se fazem representar nos múltiplos espaços institucionais ou de convivência social, apresentando-se pelo viés da importância econômica para os municípios e da responsabilidade socioambiental para facilitar a legitimação social. Em contrapartida, conforme estudo de Drebes (2018) na Região do Pardo/RS, agentes sociais vinculados às instituições de desenvolvimento rural, de saúde e de comunicação evitam conflitos, discursos ou mobilizações sociais que relacionam a produção de tabaco aos problemas de saúde e suicídios de agricultores fumicultores.

Os dirigentes da Amprotabaco também reivindicam ingresso na comissão brasileira nas COPs (Portal do Tabaco, 2018). Uma delegação dessa instituição chegou a participar em Missão Diplomática do Brasil na Suíça, mas não conquistou assento nas discussões centrais da 8ª COP. Todavia, a partir daí, os dirigentes idealizaram a internacionalização da Amprotabaco, pela tessitura de rede constituída por milhares de agentes do campo do poder municipal, distribuídos em quase uma centena de países produtores de tabaco. Com essa instituição internacional, acreditam conquistar maior representatividade política para interferir nas negociações estabelecidas nos planos nacionais e internacionais, incluindo representação nas COPs (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2018). Sob essa perspectiva, a Amprotabaco tende a reproduzir o modelo da ITGA, que opera em dezenas de países, mas com a particularidade de investir na mobilização de agentes políticos das esferas municipais.

Em síntese, pelos seus objetivos, lutas e estratégias de ação, a Amprotabaco fortalece o campo econômico das grandes agroindústrias, pela mobilização de agentes políticos municipais, em defesa e lutas pela continuidade da produção do tabaco. Ao mesmo

tempo em que articula o campo do poder local, a Amprotabaco integra a ampla rede de representação social nos âmbitos nacional e internacional, fortalecendo o poderio econômico das grandes agroindústrias em contraposição às políticas de combate ao tabaco. Assim, os agentes políticos locais, como integrantes das estruturas do Estado, participam dos processos de reprodução dos interesses econômicos, das lutas e dos discursos do campo das agroindústrias do tabaco, em detrimento dos direitos e defesa da saúde pública.

## **O domínio científico e tecnológico do tabaco**

O campo econômico das agroindústrias detém capital científico e tecnológico para produção e industrialização do tabaco e seus derivados. Uma instituição específica foi criada para tão importante papel. O Centro de Cooperação para Estudos Científicos em Tabaco [Coresta] – tradução francesa do Centre de Coopération pour les Recherches Scientifiques Relatives au Tabac, ou inglesa do Cooperation Centre for Scientific Research Relative to Tobacco – é uma associação internacional, criada em Paris, no ano de 1956, quando ainda mantinha estreitos vínculos com a Société d’Exploitation Industrielle des Tabacs et des Allumettes (Seita), empresa estatal francesa que monopolizava o tabaco (Coresta, 2021).

Atualmente, o Coresta (2021, p. 2) tem regulamentação em dispositivos legais franceses, com objetivo de “promover a cooperação internacional na pesquisa científica relativa ao tabaco e seus derivados produtos”. Constituiu-se por 158 membros plenos, incluindo pesquisadores e representantes de organizações empresariais, institutos, laboratórios e associações, públicos e privados, sediados em mais de 41 países, comprometidos com atividades científicas e tecnológicas relacionadas com o tabaco e seus derivados, perpassando desde produtores de sementes até laboratórios de análises e

fornecedores da indústria, desde pessoas jurídicas até consultores individuais.

A integração dos agentes de pesquisa e desenvolvimento tecnológico ocorre por grupos temáticos, com recortes no estudo de produção vegetal – agronomia e integridade da folha, fitopatologia e melhoramento genético –, ou no estudo de ciência da fumaça e tecnologia de produtos – manufatura, química, metrologia ou materiais de papel, filtros, aerossóis, dentre outros (Coresta, 2021). Os intercâmbios de conhecimentos entre pesquisadores e empresários do tabaco são facilitadas por múltiplos meios e formatos de publicações técnico-científicas, além dos congressos anuais do Coresta, promovidos pelas empresas oligopolistas do tabaco. Em 2017, o congresso foi realizado em Santa Cruz do Sul. Esse evento ganhou ampla divulgação nos meios de comunicação alinhados com as agroindústrias de tabaco, pela participação de centenas de pesquisadores oriundos de todos os continentes e pela sua relevância científica e técnica na área de tabaco e seus derivados (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2017).

Valendo-me da acepção de Bourdieu (2004), o Coresta pode ser entendido como um “espaço de integração social” das agroindústrias do tabaco, na medida em que agrega múltiplas empresas e agentes sociais, vinculados a múltiplas instituições sociais de diversos países. É também a instituição que produz e reproduz o capital científico e tecnológico do campo econômico das agroindústrias de tabaco, dotado de capacidades para interligar diferenciados cientistas e tecnólogos, comprometidos com atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico do tabaco ou seus produtos derivados, incluindo os cigarros eletrônicos e produtos de vaporização. Configura-se, portanto, instituição internacional que integra pesquisadores e representantes das agroindústrias, que produzem e divulgam os avanços científicos e tecnológicos e, sobretudo, criação de condições favoráveis para o estreitamento de relações e intercâmbios de interesses entre cientistas, instituições de financiamentos e possíveis usuários das inovações técnicas.

Como capital tecnológico das agroindústrias do tabaco, o Coresta tem papel estratégico no desenvolvimento de inovações técnicas, na medida em que garante domínio e autonomia para orientação das mudanças necessárias nos processos e produtos específicos ao tabaco. Assim atuando, o Coresta constrói, em escala global, condições institucionais favoráveis ao desenvolvimento de inovações técnico-científicas e sua progressiva adoção nos processos de produção, industrialização e comercialização do tabaco. Em tal posição, o Coresta também pode ser apreendido como “o capital tecnológico” do campo econômico do tabaco. Segundo Bourdieu (2005, p. 25), o capital tecnológico produz um portfólio não apenas de recursos científicos, mas, sobretudo, de recursos técnicos diferenciais, ou seja, um conjunto de “procedimentos, atitudes, rotinas e competências únicas e coerentes, capazes de diminuir a despesa em mão-de-obra ou em capital ou de aumentar o rendimento, susceptíveis de serem implementados na concepção e na fabricação dos produtos.”

### **Ações educativas com crianças e jovens rurais**

As grandes agroindústrias do tabaco, desde longa data, desenvolvem ações educativas orientadas às novas gerações de agricultores de tabaco. No início da década de 1960, segundo Boeira (2002), a Souza Cruz já mobilizava crianças e jovens rurais em programas de educação socioambiental, então denominados Hortas Escolares e Clube da Árvore.

Contudo, foi na década de 2000 que as agroindústrias do tabaco passaram incorporar debates e ações protetivas da criança e do adolescente, na medida em que foram denunciadas por exploração do trabalho infantil. As legislações e as denúncias sociais deixaram evidente que não havia correspondências entre os discursos, apresentados pelas agroindústrias de tabaco, sobre uma suposta responsabilidade socioambiental e as condições sociais de

subordinação e de exploração vivenciadas pelas famílias de agricultores. Submetidas a condições assimétricas de poder e fundamentadas nos princípios da socialização pelo trabalho, conforme analisamos em estudo realizado no município de Agudo/RS (Marin et al., 2012), os chefes dos grupos familiares recorriam ao trabalho de crianças e adolescente para atender as imposições contratuais das empresas e as necessidades de reprodução social da família.

A OIT e diversas outras organizações, internacionais ou nacionais, governamentais e não governamentais, passaram denunciar e exigir a criação de medidas para erradicação do trabalho infantil no tabaco. A Convenção 182 da OIT, de 1998, que trata de enfrentar mundialmente as piores condições de trabalho infantil, e o Decreto nº. 6.481, de 2008, que tipifica as piores formas de trabalho infantil (Brasil, 2008), juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, tornaram-se marcos legais orientadores das denúncias e ações organizadas para diferenciados agentes sociais, mobilizados em lutas sociais pela erradicação da exploração do trabalho de crianças e adolescentes, com menos de 18 anos de idade, nas atividades produtivas na cadeia produtiva do tabaco.

Com efeito, para livrarem-se do problema do trabalho infantil, as agroindústrias do tabaco firmaram um Termo de Compromisso, juntamente com o Sinditabaco e a Afubra, sob a chancela do Ministério Público do Trabalho. A partir desse documento, os contratos de integração na produção de tabaco incorporam uma cláusula social, que obriga o agricultor ao cumprimento de toda a legislação brasileira relacionada à proibição do trabalho infantil e à obrigatoriedade da matrícula e frequência escolar das crianças e adolescentes (Marin, et al, 2012). Além disso, a OIT e o Sinditabaco desenvolveram campanhas de conscientização das famílias de agricultores integrados sobre questões legais e possíveis repercussões do trabalho de crianças e adolescentes. Essas atividades resultaram na publicação do livreto intitulado “Trabalho infantil em lavouras de tabaco – guia para orientadores agrícolas”, para dotar os técnicos das agroindústrias, responsáveis pela assistência

técnica, de um conjunto de informações sobre a legislação pertinente, responsabilidade das famílias e encaminhamentos em face do trabalho infantil (Organização Internacional do Trabalho e Sinditabaco, 2016).

Como analisamos em outros estudos (Marin, et al, 2012; 2014), o Estatuto da Criança e do Adolescente e, mais propriamente, o Decreto 6.481/2008 definiram que todas as atividades produtivas do tabaco estão entre as piores formas de trabalho infantil, portanto, proibido aos menores de 18 anos. Desde 1998, as agroindústrias do tabaco colocaram em suas pautas o combate ao trabalho infantil, com a criação de programas O Futuro é Agora e Crescer Legal, a afirmação de Acordo Judicial com o Ministério Público do Trabalho e a inclusão de cláusula social nos contratos de integração com os agricultores familiares, como mecanismo de interdição e responsabilização dos pais, em casos de exploração do trabalho de crianças e adolescentes, sob o risco de ruptura contratual. Por meio de tais iniciativas, os agentes das agroindústrias procuravam evitar vinculações com o problema do trabalho infantil, salvaguardando-se de possíveis sanções jurídicas, econômicas e sociais, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

A JTI também se incorporou à questão do trabalho de crianças e adolescentes, com a institucionalização do Programa Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte à Educação (Arise), em cooperação com a OIT e a Winrock International. Criado em 2012, o programa articulava famílias, empresas, prefeituras, escolas e instituições locais para o desenvolvimento de atividades educativas no contraturno escolar, com propósitos de eliminar o trabalho infantil no cultivo do tabaco. No entanto, essa proposta foi alvo de muitas críticas de representantes de instituições comprometidas com a CQCT. Os ataques foram dirigidos especialmente à OIT, que recebia recursos financeiros da JTI pela participação no Arise, em contradição com a “política da ONU para prevenção da interferência da indústria do tabaco”, que interdita as agências partícipes de firmar qualquer tipo de relação com as agroindústrias do tabaco.

A OIT, embora agência da ONU, só rompeu o contrato de parceria em 2019, após a atuação incisiva de uma centena de organizações antitabagistas de todo o mundo.

Os supostos compromissos de responsabilidade social, defendido pelas empresas de tabaco, vinculam-se à observância do arcabouço legal de proteção à infância e adolescência e à criação de instituições e de programas de formação profissionalizante das novas gerações. Todavia, não se pode ignorar que as ações e discursos em defesa dos filhos de agricultores familiares são oportunidades e espaços de neutralização das possíveis críticas formuladas pelos segmentos sociais alinhados ao antitabagismo, bem como de demonstração de responsabilidade social, no esforço coletivo de garantir direitos e educação às crianças e adolescentes. Assim, as empresas conseguem aproximar-se das famílias de agricultores, articular-se com instituições públicas e conquistar legitimidade social e melhores condições para enfrentamento das políticas antitabagistas.

O fato é que as agroindústrias do tabaco procuram construir imagens de empresas socialmente responsáveis, pelos investimentos na conscientização dos agricultores, no cumprimento da legislação e na aplicação de penalidades aos que não a cumprem, bem como na participação em projetos de melhoria das escolas e da escolarização. Com tais estratégias, as agroindústrias do tabaco produzem seu poder simbólico. Segundo Bourdieu (1998, p. 14), o poder simbólico é “como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo.” No caso em estudo, as construções simbólicas das agroindústrias têm poder de dominação, de produzir uma “visão” de responsabilidade com as novas gerações de agricultores, quando, de fato, estão mais preocupadas em livrar-se do problema do trabalho infantil e garantir sua legitimidade e reprodução social.

Ainda com o propósito de transformar ameaças em oportunidades de melhorar a imagem diante da sociedade, as agroindústrias

do tabaco desenvolvem projetos educativos com os jovens rurais, filhos de agricultores fumicultores. A Souza Cruz, por meio do Instituto Souza Cruz – atual o Instituto BAT Brasil – foi pioneira na proposição de programa de formação da juventude rural. Em 2000, por meio do Instituto, a Souza Cruz criou o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural [Cedejor], nos estados sul-brasileiro, para implementar o Programa Empreendedorismo do Jovem Rural. O objetivo do programa era construir uma juventude rural dotada de novas visões e conhecimentos para as oportunidades de investimentos nas propriedades familiares. Ao estudar esta experiência, Rudnicki (2008) conclui que, ao término do programa de atividades educativas do Cedejor, os jovens rurais egressos vislumbravam outras possibilidades produtivas, (re)formulavam suas representações de mundo e conseguiam mudar relações familiares e sociais.

A formação profissional de jovens rural ganhou amplitude com a criação do Instituto Crescer Legal, em 2015, sob os auspícios do Sinditabaco, e com manutenção financeira por suas empresas afiliadas. O objetivo do Instituto é proporcionar educação profissionalizante em empreendedorismo e gestão rural a jovens rurais, de ambos os sexos, com idades entre 14 e 17 anos de idade, em conformidade com a Lei de Aprendizagem – Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

Os jovens são selecionados, preferencialmente, entre as famílias de agricultores fumicultores e contratados como aprendizes pelas agroindústrias mantenedoras do Instituto Crescer Legal. Os cursos têm duração de onze meses, carga de 920 horas e vinte horas semanais, no turno inverso ao da escola, com corpo docente e gestores educacionais contratados pelo Instituto. A aprendizagem em empreendedorismo e gestão rural envolve estudos de situações de propriedades rurais, de comunidades, de municípios e de regiões, de organizações produtivas locais, de redes institucionais de desenvolvimento rural e de instrumentos de administração rural (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2019).

No investimento de interligar escola, família e comunidade, parte das atividades educativas é desenvolvida nas dependências de escolas públicas existentes nos municípios – mediante convênios firmados entre o Instituto Crescer Legal e as secretarias de educação municipal e estadual, que reduzem significativamente os custos das empresas –, e outra parte abrange trabalhos em grupo nas famílias e comunidades rurais, além de viagens e visitas técnicas-pedagógicas. Para conclusão do curso, os jovens aprendizes rurais apresentam um projeto para experimentar nas propriedades de seus pais, seja uma nova atividade produtiva, adoção de melhorias tecnológicas ou experimentação de instrumentos de gestão rural (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2019).

Em “A juventude é apenas uma palavra”, Bourdieu (2011, p. 143) nos oferece elementos para a reflexão de processos de socialização das gerações juvenis, que se apresentam úteis no estudo da juventude rural integrada em instituições educativas para o empreendedorismo. Para o autor, a noção de juventude é destituída de significados se não forem consideradas as análises dos contextos históricos e das relações sociais, que se constituem nas mediações entre os indivíduos e a história, entre os agentes sociais e as sociedades. Na reflexão da juventude, Bourdieu nos orienta para a análise das diferenciadas formas de estruturação dos sistemas de educação e socialização das gerações juvenis, visando a uma futura integração na vida e trabalho dominado pelos adultos, em correlação com os aspectos subjetivos que ordenam as representações sociais construídas nos meios institucionais e nos processos específicos de socialização dos jovens.

A educação profissionalizante, propugnada pelas agroindústrias do tabaco, procura criar condições de permanência dos jovens no meio rural e na atividade do tabaco. Na literatura especializada, são recorrentes as associações das atividades produtivas do tabaco ao ritmo intenso de trabalho, ao desgaste físico, aos riscos à saúde, aos elevados custos de produção, aos conflitos na qualificação e remuneração do tabaco, que desencorajam a reprodução social

da profissão de agricultores familiares (Marin et al., 2012, 2014; Troian; Breitenbach, 2018; Redin, 2018). Os pais não desejam a reprodução de tais condições de vida para os filhos e, especialmente, para as filhas, incentivando-os para a continuidade dos estudos escolares e a construção de projetos profissionais orientados para a superação da vida e do trabalho no cultivo do tabaco. Portanto, os programas de ensino profissionalizante integram o conjunto de estratégias de reprodução das próprias agroindústrias do tabaco, em longo prazo, na medida em que buscam diminuir o êxodo rural de jovens e formar os futuros fornecedores de tabaco. Por meio da vinculação em instituições educativas, os empresários das agroindústrias acreditam formar jovens rurais empreendedores, com capacitações para construir a autonomia pessoal, garantir a permanência no meio rural e objetivar a sucessão geracional na agricultura familiar da fumicultura.

## **Considerações finais**

As agroindústrias do tabaco, instaladas na Região do Sul do Brasil, foram por mim analisadas como um campo econômico, que desenvolvem múltiplas estratégias econômicas e sociais para lutar contra as medidas legais e administrativas de combate ao tabagismo, capitaneadas pela OMS. Por um lado, esse campo econômico é estruturado por menos de dez empresas, especialmente de capital multinacional, constituindo, portanto, um mercado oligopolista. Elas têm domínio de todas as fases produtivas, desde a produção agrícola, industrialização e comércio do tabaco. Por outro lado, esse campo econômico tem como interesse mercantil um produto controlado por tratado internacional e diversas leis e políticas públicas nacionais, que objetivam a redução dos volumes de produção e do número de consumidores, em nome da defesa da saúde pública e do combate de uma epidemia, segundo a OMS, causadora

da morte de mais de 8 milhões de pessoas por ano, entre fumantes e não fumantes, em todos os quadrantes do planeta.

Nesse campo econômico, as empresas têm distribuição desigual do capital e ocupam diferenciados espaços do mercado, que resultam em lutas de concorrência para reforçar posição de dominante ou para conquistar melhores posições no mercado global, seja pela compra de empresas, fusões e criação de joint venture. Todavia, em contexto polarizado e oligopolizado, os agentes empresariais do tabaco jogam o mesmo jogo e lutam pelos mesmos objetivos, o que facilita a construção de estratégias unificadas para defesa de todas as medidas de controle do mercado do tabaco e, desta forma, continuar a reprodução enquanto empresas e poderoso campo econômico do tabaco.

Em defesa do mercado global de tabaco, as empresas criaram diferenciadas instituições encarregadas pela produção e reprodução do capital simbólico. Embora tenham enquadramentos legais e espaços de atuação diferenciados, elas objetivam a criação de consensos sociais sobre a importância do tabaco na geração de trabalho, emprego e divisas para o país, bem como da responsabilidade socioambiental das empresas agroindustriais. São elas que organizam variadas estratégias e constroem discursos para continuar a produção do tabaco na Região Sul e dificultar a institucionalização de medidas jurídicas e burocráticas de controle do mercado de tabaco. Assim, mesmo com a progressiva redução numérica de fumantes no Brasil, as empresas integrantes desse campo econômico logram a manutenção de elevados volumes de produção e de exportação de tabaco, não obstante todos os investimentos para controle do mercado de tabaco, instituído por organizações internacionais e nacionais. Em outras palavras, todos os investimentos de agentes sociais, mobilizados em compromissos pela institucionalização de medidas de controle do tabaco, foram insuficientes para colocar limites à ganância e ao poderio desse campo econômico, pelo menos quanto o tema é cultivo de tabaco no Brasil.

## Bibliografia

Associação Brasileira da Indústria do Fumo [Abifumo] (2020). *Quem somos*. Brasília: Abifumo. <https://abifumo.org.br/>

Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA] (2021). Estatísticas. In: *Anuário Brasileiro do Tabaco*. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta. <https://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2020/>.

Alliance One Brasil [OAB] (2014). *RS: CTIB e Alliance One formalizam a criação da joint venture China Brasil Tabacos*. Venâncio Aires: AOB. <https://www.paginarural.com.br/noticia/201793/>.

Associação dos Municípios Produtores de Tabaco [Amprotabaco] (2018). *Amprotabaco estuda internacionalizar entidade*. Santa Cruz do Sul: Amprotabaco. <http://amprotabaco.com.br/2018/10/05/>.

Associação dos Municípios Produtores de Tabaco [Amprotabaco] (2014). *Quem somos*. Santa Cruz do Sul: Amprotabaco. <http://amprotabaco.com.br/quem-somos/>.

Anuário Brasileiro do Tabaco (2017). Uma cultura bem-cuidada: Coresta reuniu as maiores autoridades em agronomia e fitopatologia do tabaco em Santa Cruz do Sul. In: *Anuário Brasileiro do Tabaco*. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta. <https://www.editoragazeta.com.br/2017/>.

Anuário Brasileiro do Tabaco (2019). Aprendiz do campo: Programa de Aprendizagem Profissional Rural do Instituto Crescer Legal formou mais 129 jovens em 2019, totalizando 233 concluintes. In: *Anuário Brasileiro do Tabaco*. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta. <https://www.editoragazeta.com.br/2019/>.

Anuário Brasileiro do Tabaco (2018). Todos por um: Amprotabaco, que reúne prefeitos em defesa da atividade,

cresce, aparece e mostra a relevância da cultura aos meios políticos no País. In: *Anuário Brasileiro do Tabaco*. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta. <https://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2018/>.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária [Anvisa] (2022). *Aditivos em produtos derivados do tabaco*. Brasília: Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/>.

Boeira, Sérgio Luís (2002). *Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica*. Itajaí: Univali.

Bourdieu, Pierre (2011a). *Las estrategias de la reproducción social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

Bourdieu, Pierre (2005). O campo econômico. *Política e Sociedade*, 4(6), 15-58. <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>.

Bourdieu, Pierre (2011b). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 5, 193-216, jan./jul. <https://www.scielo.br/pdf/>

Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, Pierre (1983). *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada.

Bourdieu, Pierre (2014). *Sobre o estado: cursos no Collège de France (1989-1992)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Buainain, Antônio Márcio, et al (2009). *Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.

Cellard, André. (2010). A análise documental. In: Poupart, Jean et al. (Orgs). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. (pp. 295-316). Petrópolis: Vozes.

Centro de Cooperação para Estudos Científicos em Tabaco [Co-resta] (2021). *Who we are*. Paris: Coresta. <https://www.coresta.org/>.

Drebes, Laila Mayara (2018). *Suicídio de fumicultores familiares: construções de um problema social*. 2018. [Tese de Doutorado em Extensão Rural]. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18608>.

Estado do Rio Grande do Sul (1996). *Decreto nº 36.714, de 03 de junho de 1996 - Cria a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fumo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências*. Porto Alegre: Palácio do Piratini. [http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/1298895375Decreto\\_de\\_Criacao\\_Fumo.pdf](http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/1298895375Decreto_de_Criacao_Fumo.pdf).

Folha do Mate (2021). *China Brasil Tabacos inicia sua 10ª safra*. Venâncio Aires: Folha do Mate: Venâncio Aires. <https://folhadomate.com>.

Instituto Nacional do Câncer [Inca] (2022). *Consumo de cigarros per capita*. Brasília: Inca. <https://www.gov.br/inca/pt-br>.

Instituto Nacional do Câncer [Inca] (2021). *A Conferência das Partes da Convenção-Quadro da OMS e seu papel*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. <https://www.gov.br/inca/pt-br/>.

Japan Tobacco International [JTI] (2020). *A primeira da América do Sul*. Rio de Janeiro: JTI. <https://www.jti.com/pt-br/>.

Japan Tobacco International [JTI] (2021). *We are JTI*. Genebra: JTI. <https://www.jti.com/>.

Marin, Joel Orlando Bevilaqua et al (2014). Juventude rural e trabalho no cultivo do tabaco. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Rio de Janeiro, 19(31), 159-194.

Marin, Joel Orlando Bevilaqua et al (2012). O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção do tabaco em Agudo – RS. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50(4), 759-782.

Organização Internacional do Trabalho [OIT] e Sinditabaco (2016). *Trabalho infantil em lavouras de tabaco - guia para orientadores agrícolas*. Brasília:OIT. <https://www.ilo.org/brasilia/documents/432863.pdf>.

Ola Jornal (2019). China Brasil Tabacos é a maior exportadora de fumo do Brasil para o gigante asiático. *Ola Jornal*, Venâncio Aires. <http://olajornal.com.br/>.

Organização Mundial da Saúde [OMS] (2003). *Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco*. Genebra: Suíça. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/>.

Portal Arauto (2021). China Brasil Tabacos inicia 10ª safra em Venâncio. *Portal Arauto*, Santa Cruz do Sul. <https://www.portalarauto.com.br/>.

Portal do Tabaco (2014). China Tabaco pretende investir US\$ 40 Milhões no Vale do Rio Pardo. *Portal do Tabaco*, Santa Cruz do Sul. <http://portaldotabaco.com.br/>.

Portal do Tabaco (2018). Conicq recebe pauta da Amprotabaco e se mostra favorável. *Portal do Tabaco*, Santa Cruz do Sul. <http://portaldotabaco.com.br/>.

Prieb, Rita Ines Pauli (1997). A pequena produção fumageira integrada ao CAI: a subordinação indireta do trabalho familiar ao capital agroindustrial. *Economia e Desenvolvimento*, 7, 20-32.

Prieb, Rita Ines Pauli (2005). *Pluriatividade na produção familiar fumageira*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Prieb, Rita Ines Pauli; Ramos, Pedro e Souza, Marcelino (2003). Elementos para a análise da situação atual e das perspectivas da agricultura familiar articulada ao complexo do fumo. *Economia e Desenvolvimento*, 15, 44-69.

Receita Federal (2020). *Destruição de Cigarros - Valores Anuais por Região Fiscal (em reais)*. Brasília: Receita Federal. <http://receita.economia.gov.br/>.

Redin, Ezequiel (2018). Juventude e trabalho na produção de tabaco. In: Marin, Joel Orlando Bevilaqua; Froehlich, José Marcos. (Orgs.). *Juventudes rurais e desenvolvimento territorial* (pp. 193-216). Santa Maria: Editora UFSM.

Renk, Arlene e Winckler, Silvana (2020). Os paradoxos do agro-negócio fumageiro entre os pequenos agricultores no oeste de Santa Catarina. *História Debates e Tendências*. Passo Fundo, 20(2), 69-85. <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/10925>.

Reuters (2017). *BAT pagará US\$ 49 bi por Reynolds, criando maior empresa de tabaco do mundo*. Rio de Janeiro: G1.Globo. <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia>.

Rudnicki, Carlise Porto Schneider (2008). *Agricultura Familiar e empreendedorismo: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) no Vale do Rio Pardo/RS*. [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Rudnicki, Carlise Porto Schneider e Waquil, Paulo Dabdab (2013). Relações contratuais no sistema integrado de produção de tabaco (SIPT): relações de confiança e contratos . In: Silveira, Rogério Leandro Lima (Org.). *Tabaco, sociedade e território: relações*

e contradições no Sul do Brasil (pp. 89-122). Santa Cruz do Sul: EDUNISC,

Troian, Alessandra e Breitenbach, Raquel (2018). Questão da juventude na contemporaneidade: estudo dos projetos de vida em Arroio do Tigre/RS. *Desenvolvimento em Questão*, 16( 44), p. 260-284.

Uol (2020). A JTI amplia a parceria tecnológica com a Sauber Engineering. *A tarde*. São Paulo, <https://atarde.uol.com.br/economia/pr-newswire/noticias/2137780>.

Veja (2017). Dona da Souza Cruz paga US\$ 49,4 bilhões por controle da Reynolds. *Veja*, São Paulo: Abril. <https://veja.abril.com.br/economia>.

Wacholz, Letícia (2018). Agendas da ITGA buscam apoio efetivo aos produtores de tabaco, em Genebra. *Folha do Mate*, Venâncio Aires. <http://www.folhadomate.com/noticias>.



# Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

## Processos de construção, mudanças e institucionalização no Brasil

*Dagoberto de Dios Hernández*

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [CQCT], promovida pela Organização Mundial da Saúde [OMS], precisou de uma longa trajetória de desenho e construção em torno de 40 anos para sua adoção final e se transformar no primeiro instrumento jurídico e institucional orientado o controle e redução da produção e consumo de tabaco no nível mundial. Sua assinatura se celebrou em 2003 na cidade de Genebra, Suíça. O Brasil teve uma contribuição importante a partir da sua liderança na Comissão Intergovernamental para as negociações e elaboração final do documento base.

Não obstante, a assinatura e ratificação interna se converteu num processo longo e demorado devido à complexidade social, cultural e político-econômica da atividade, que durante quase dois anos, gerou uma conjuntura de incertezas e tensões protagonizadas a partir da pressão exercida por parte de dois grupos: um favorável e outro avesso a sua adoção. Por um lado, o setor da saúde defendia a ratificação como mecanismo para fortalecer e dar continuidade aos resultados atingidos pelo Programa Nacional de

Controle do Tabagismo. Por outro lado, a posição na geopolítica do tabaco por parte do Brasil como o segundo maior produtor e o primeiro exportador mundial, mobilizou a fumicultores e setores da indústria em defesa da atividade e em rejeição ao Tratado.

Em outubro de 2005, finalmente, a CQCT foi ratificada pelo Brasil. A partir desse momento, ocorreu uma diminuição de forma mais visível nos principais rendimentos produtivos, ainda que haviam se incrementando na década anterior (1995-2005). Depois desse período, a queda produtiva se concentrou na superfície cultivada, no número de famílias envolvidas e no volume produzido, que até a safra 2022, essa redução prevalece tanto no nível nacional (concentrada em Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), estadual e municipal, segundo seja o caso. Todavia, alguns fatores apresentaram uma trajetória de incremento, como o rendimento por hectare, o preço pago e o valor total da produção. Por um lado, as mudanças nos rendimentos são inegáveis a partir da influência e a pressão exercida diretamente pelas restrições advindas da CQCT. Mas, também, os incrementos e ganhos em torno da produção podem ser reflexo da ação estratégica das indústrias de introduzir sucessivas inovações e avanços tecnológicos, aliados com os saberes e práticas das famílias fumicultoras.

Além disso, a CQCT promoveu o desenho e a elaboração de políticas e programas públicos, que ancorados nos artigos 17 e 18, visavam apoiar a diversificação produtiva das regiões e famílias fumicultoras. O Brasil instituiu o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco [PNDACT], que, por sua vez, favoreceu outras ações institucionais como o Projeto Piloto para a Geração de Referências ao Cultivo de Tabaco no município de Dom Feliciano, no estado do Rio Grande do Sul. Esses programas e projetos, em aliança como o Programas de Aquisição de Alimentos [PAA] e o Programa Nacional de Alimentação Escolar [PNAE], robusteceram a estrutura governamental e institucional de apoio que visava a diversificação produtiva, mas não a erradicação ou

proibição do cultivo de tabaco como uma atividade histórica adequada as propriedades familiares.

Nesse artigo, analiso a trajetória de elaboração da CQCT, mudanças na produção de tabaco e processos de institucionalização para a diversificação produtiva das regiões produtoras no Brasil.<sup>1</sup> Os dados foram elaborados a partir da pesquisa documental, articulados com pesquisa bibliográfica. Para efeitos de organização do artigo, inicialmente, descrevo os processos de elaboração e da ratificação da CQCT no Brasil, em seguida, analiso algumas mudanças na produção de tabaco em territórios fumageiros do Brasil e, por fim, discuto a institucionalização de ações para a diversificação produtiva.

## **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: trajetória de sua elaboração**

A CQCT foi adotada e assinada na cidade de Genebra, Suíça, no 21 de maio de 2003 (DOF, 2005)<sup>2</sup>. O Brasil se tornou um dos 170 países que a assinaram em 2003 e, posteriormente, a ratificaram entre 2004 e 2005<sup>3</sup>. A CQCT é um tratado internacional promovido pela Organização Mundial da Saúde [OMS], cujo objetivo é o controle

<sup>1</sup> Recorte da Tese de Doutorado “Cumplicidade de dependência e espaços de manobra: agência e resistência nas famílias camponesas produtoras de tabaco no Brasil e no México”, defendida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural [PGDR] da Universidade Federal de Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Leonardo Xavier da Silva. A pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil [CNPq] e da Organização dos Estados Americanos [OEA].

<sup>2</sup> Assim a CQCT converteu-se no primeiro instrumento jurídico de caráter internacional, que visava a redução da mortalidade e morbidez planetária atribuíveis ao tabagismo (López, 2004).

<sup>3</sup> O processo de ratificação interna dessa Convenção foi complexo em cada país, pois, a partir de sua aprovação internacional em 2003, as discussões sobre o controle do tabaco foram intensificadas (Mengel, 2011), sobretudo no Brasil onde as diferentes posições assumidas por parte dos atores envolvidos nas diversas atividades, tanto a favor como contra, precisaram de dois anos para sua ratificação final.

do consumo, do comércio e da produção de tabaco por preocupações da defesa da saúde e do combate ao tabagismo.

Segundo a OMS, dentre as narrativas principalmente mobilizadas para a assinatura do Tratado encontravam-se (OMS, 2003, p. 5), que o cultivo de tabaco “[...] agrava em particular os transtornos sociais e a pobreza, originando um regime de servidão laboral e trabalho infantil; além das repercussões no meio ambiente e a saúde das pessoas”. Após essa etapa, o documento oficial definia o principal objetivo:

Proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco (OMS, 2003, p. 4).

Embora o anterior, a CQCT percorreu uma longa trajetória de pelo menos 40 anos para sua elaboração institucional final. Segundo Mengel (2011), as discussões históricas mais gerais que promoviam a criação de um tratado para o controle do tabaco, possuem registros que remetem a 1967, quando a OMS, sobre as chamadas *Conference on Smoking and Health*, orientou suas preocupações sobre o uso do tabaco e os danos para a saúde. Porém, Kuri (2002) e Guedes de Lima (2012) referem que as outras discussões se iniciaram pela década de 1970 na 23ª Assembleia Mundial de Saúde [AMS] da OMS.

Na década de 1970, os tópicos abordados na temática se debruçaram em torno das consequências e preocupações do consumo de tabaco, que começavam a ter reflexo no aumento dos problemas de saúde, doenças cardíacas e pulmonares entre os fumantes ativos e passivos do mundo todo. Em virtude de uma congruência institucional, se introduziram medidas internas durante as AMS, como a proibição de fumar dentro dos salões onde se desenvolviam as

assembleias, e se começaram a alertar sobre a necessidade de estudar medidas de diversificação das lavouras cultivadas com tabaco.

Gradativamente, na década de 1980, as discussões continuaram a gerar tensão e ter maior densidade no marco das ASM, sobretudo, em função da força e do impacto das ações necessárias para o combate do que, nesse momento, começou a ser denominada epidemia mundial (Mengel, 2011). Mesmo assim, foi até a AMS de maio de 1995, em que através de uma resolução derivada desse evento, se mencionou pela primeira vez a possibilidade de criar um Tratado, como um documento normativo que explicitasse a estratégia principal de luta antitabaco. Essa ideia amadureceu e, em maio de 1999, se materializou com a decisão de elaborar um convênio mundial contra o tabaco (Mengel, 2011; De Dios e Thies, 2018).

A partir de 1999, a OMS promoveu mediante uma equipe de especialistas em saúde pública, os quais depois abriram a participação e aportes para atores dos Estados Membro, para a elaboração de um documento de apoio que explicitasse a justificativa de existência, os fins, os objetivos e as obrigações dos potenciais participantes. Um ano depois, na 52ª AMS do 2000, o anteprojeto foi retomado e criado um Órgão Intergovernamental responsável para realizar as aproximações e negociações do documento e as obrigações nele contidas frente aos Países Membros. Segundo Mengel (2011), o prazo final foi estabelecido em três anos, com o propósito de atingir os compromissos institucionais e apresentar os resultados das ações empreendidas, no marco da 56ª AMS de maio de 2003, quando, finalmente, a CQCT foi aprovada e assinada.

*Figura 1. Trajetória da elaboração e assinatura da CQCT*



Fonte: De Dios (2020).

Nessa longa trajetória, destaque especial mereceu o Brasil pela sua importante participação e liderança, tanto no Órgão Intergovernamental quanto na elaboração final da CQCT. O país tornou-se o coordenador do processo de negociações por diferentes motivos. Um deles foi o embasamento para que a OMS pudesse estudar e subsidiar estratégias de ação em relação à temática graças aos resultados importantes atingidos pelo Programa Nacional de Controle do Tabagismo [PNCT] (Santini em Sogocio, 2008, p. 40). Também, o Brasil gozava de reconhecimento entre as organizações internacionais pela capacidade de negociação, o que motivou a OMS dar a preferência para que um país do Sul<sup>4</sup> liderasse a aproximação entre os Países Membros e a constituição do tratado. Outra questão estratégica, na geopolítica do tabaco, foi a posição brasileira entre os países fumageiros como o segundo maior produtor e o primeiro exportador mundial, o que para a OMS era uma peça-chave para incidir nas negociações da assinatura e a ratificação do convênio entre esses países (Sogocio, 2008).

<sup>4</sup> Canadá foi o outro país considerado para liderar os trabalhos e negociações, só que ao final, se decidiu pelo Brasil, para que um país do Sul tivesse essa atribuição. Isso permitiu ao Brasil ter seus embaixadores, de 2000 a 2003, como presidentes eleitos do Órgão para coordenar as negociações, até o estágio final dos trabalhos (Mengel, 2011; Sogocio, 2008).

Mesmo assim, o caminho percorrido pelo Brasil para a ratificação da CQCT não foi fácil. O processo se tornou longo e demorado devido à complexidade sociocultural e político-econômica da atividade. A tensão social protagonizada pela pressão exercida através da participação de grupos antagonistas, provocou algo pouco comum na história política, quando a exclusividade das discussões em torno aos recintos oficiais e tradicionais das instâncias do poder político, tiveram que sair e se trasladar até as regiões fumicultoras do país para discutir com os diferentes atores e agentes envolvidos na produção (Sogocio, 2008; De Dios y Thies, 2018). Dessa forma, num processo plural e representativo que escutou as vozes e as demandas dos diferentes participantes, o Brasil se tornou o país número 100º em ratificar a CQCT depois de quase dois anos desde sua assinatura (De Dios, 2020).

No bojo dessa conjuntura de turbulência, por certo, os territórios fumageiros não seriam alheios às mudanças nas suas dinâmicas socioprodutivas geradas pela ocasião do Tratado. As possíveis repercussões e desdobramentos afetariam a produção de tabaco que havia se tornado, ao longo de mais de um século, uma atividade da agricultura familiar, que gerava trabalho, renda, benefícios sociais e identidade social. O cultivo de tabaco apresentava-se, portanto, adequado para as famílias e suas pequenas propriedades (Dutra e Hilsinger, 2013).

Ainda que algumas repercussões pudessem ser reflexo de questões de mercado, de ações sociopolíticas e governamentais, no final, seria inegável a influência e pressão exercida pelo tratado. Na próxima seção, apresento algumas das principais mudanças técnico-produtivas ocorridas no Brasil após a ratificação da CQCT.

## A CQCT nos territórios fumageiros do Brasil: mudanças na produção de tabaco

Conforme o Anuário Brasileiro do Tabaco (2018), em torno de 90 países apresentam uma importante produção de tabaco e realizam fortes investimentos, com a expectativa de continuidade da demanda de mercado global. Dentre os produtores mais destacados em escala mundial estão a Argentina, Brasil, China, Estados Unidos, Índia, Indonésia, Itália, Malauí, Paquistão, Turquia, entre outros. Porém, são a China e o Brasil quem vêm liderando e tem consolidada sua posição, desde há alguns anos, no *top ten* do ranking mundial de produção de tabaco, conforme a Tabela 1.

*Tabela 1 - Ranking mundial dos principais países fumicultores (2016-2020)*

No.	Período					
	2016-2017		2018-2019		2019-2020	
	Países	Toneladas	Países	Toneladas	Países	Toneladas
1	China	2.000.000	China	1.727.600	China	1.749.700
2	Brasil	685.983	Brasil	663.909	Brasil	660.722
3	EE.UU.	278.500	Índia	269.600	Índia	269.700
4	Índia	251.000	Zimbábue	259.300	Zimbábue	244.400
5	Zimbábue	187.000	EE.UU.	197.800	EE.UU.	165.900
6	Argentina	113.148	Malauí	165.500	Malauí	120.600
7	Malauí	102.228	Argentina	102.900	Argentina	95.000
8	Turquia	96.000	Moçambique	73.400	Tanzânia	55.000
9	Tanzânia	69.642	Tanzânia	68.800	Moçambique	47.300
10	Itália	56.348	Indonésia	53.700	Indonésia	25.000
	Outros	1.418.101	Outros	801.000	Outros	734.678
	<b>Total 2017</b>	<b>5.258.000</b>	<b>Total 2019</b>	<b>4.383.509</b>	<b>Total 2020</b>	<b>4.166.000</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do Anuário Brasileiro do Tabaco (2016, 2018, 2020, 2021).

A tabela anterior permite observar a composição do grupo de países produtores que comandam a produção mundial fumageira.

Observa-se de algum modo quatro níveis, destacando entre estes a China com uma superprodução que supera os dois milhões de toneladas. Continua o Brasil com patamares acima das 600.000 toneladas. Depois deles, existem um grupo de países em que sua produção oscila entre 100 e 200 mil toneladas. Finalmente, encontra-se um outro grupo de países que seu aporte está limitado abaixo das 100 mil toneladas.

No caso do Brasil, 94,9% da produção de fumo localiza-se principalmente na região Sul, na safra 2021-2022 (AFUBRA, 2023). Depois de dezoito anos da ratificação da CQCT e das regulações advindas desta, as quais têm provocado algumas mudanças e influenciado na fumicultura do sul do país, o Brasil continua tendo suas posições consolidadas como segundo produtor e primeiro exportador mundial. Como produtor o país atingiu, na safra 2020-2021, uma superfície de 273.356 hectares que significaram uma produção de 628.489 toneladas, produzidas por 137.618 famílias, que numa média de 2.29 toneladas por hectare, a um preço de R\$10.54/Kg, se traduziram em 6.623 mil milhões de reais (AFUBRA, 2023).

No que tange às exportações, o Brasil é o maior fornecedor mundial. O fato de ter a segunda maior produção de tabaco permitiu que, em 2020, segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco (2021), as exportações brasileiras atingissem 514.288 toneladas, superando a China, Índia e Zimbábue com mais de 300 mil toneladas. Na ocasião, esses países exportaram apenas 185.649, 176.700 e 150.619 toneladas, respectivamente.

Essa consolidação produtiva da fumicultura brasileira foi resultado de um comportamento estável em alguns dos seus diferentes itens ao longo de pelo menos dez anos. Embora, sua trajetória histórica começou por apresentar variações importantes, direta ou indiretamente, após a CQCT.

*Tabela 2 - Trajetória histórica da produção fumageira no Brasil (1994-2022)*

Safrá	Famílias produtoras	Hectares plantados	Produção		Valor	
			Toneladas	kg/ha	R\$/kg	Total
2021/2022	128.448	246.590	560.181	2.27	17,02	9.536.432.060,00
2020/2021	137.618	273.356	628.489	2.29	10,54	6.623.443.364,00
2019/2020	146.430	290.397	633.021	2.18	8,86	5.609.341.172,32
2018/2019	149.060	297.310	664.355	2.23	8,83	5.864.501.634,34
2017/2018	149.350	297.460	685.983	2.30	9,15	6.278.431.840,85
2016/2017	150.240	298.530	705.930	2.36	8,63	6.090.633.962,38
2015/2016	144.320	271.070	525.221	1.93	9,96	5.230.364.810,00
2014/2015	153.730	308.260	697.650	2.26	7,13	4.976.704.200,00
2013/2014	162.410	323.700	731.390	2.25	7,28	5.321.932.174,00
2012/2013	159.595	313.675	712.750	2.27	7,45	5.309.987.500,00
2011/2012	165.170	324.610	727.510	2.24	6,30	4.583.313.000,00
2010/2011	186.810	372.930	832.830	2.23	4,93	4.105.851.900,00
2009/2010	185.160	370.830	691.870	1.86	6,35	4.393.374.500,00
2008/2009	186.580	374.060	744.280	1.99	5,90	4.391.252.000,00
2007/2008	180.520	348.720	713.870	2.04	5,41	3.862.036.700,00
2006/2007	182.650	360.910	758.660	2.10	4,25	3.224.305.000,00
2005/2006	193.310	417.420	769.660	1.84	4,15	3.194.089.000,00
2004/2005	198.040	439.220	842.990	1.91	4,33	3.650.146.700,00
1999/2000	134.850	257.660	539.040	2.09	2,00	1.078.080.000,00
1994/1995	132.680	200.830	348.000	1.73	1,55	539.400.000,00

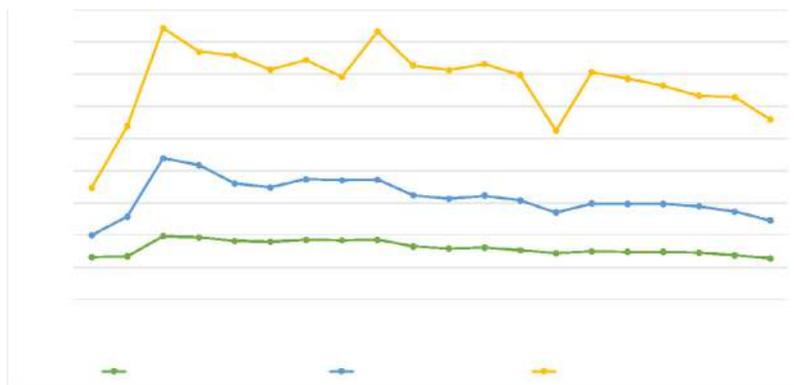
Fonte: Elaboração própria com dados da AFUBRA (2019)

O comportamento produtivo em questão pode ser explicitado em torno de duas trajetórias. A primeira delas, que denomino “ascensão”, começa a partir de 1995 e vai até 2005, e se caracteriza por um aumento de modo geral nos rendimentos produtivos e as famílias envolvidas. Mas, no que tange ao item do preço médio (R\$/Kg), este aumentou no dobro entre o período compreendido de 1999/2000 até 2004-2005, passando de R\$2.00 a R\$4.33; motivo pelo qual o Valor Total da Produção se incrementou três vezes passando de R\$1.078.080.000 para R\$3.650.146.700.

A segunda trajetória é totalmente diferente, já que entre 2005 e até 2022, parcela importante dos critérios e rendimentos foram diminuindo de maneira considerável. Por exemplo, o número de famílias fumicultoras caiu em 69.592, ao igual que a superfície cultivada que terminou-se reduzindo em 192.630 hectares, deixando-se de produzir aproximadamente 282.809 toneladas. Embora a queda da área cultivada com tabaco, o volume produzido foi compensado graças a que desde 2010 o rendimento médio por hectare tem se estabilizado acima das duas toneladas. Mas, o que merece destaque é o aumento constante do preço médio pago por quilo de fumo, chegando este no caso das últimas duas safras, a ultrapassar os R\$10.00/kg e atingir um preço histórico de R\$17.00/kg em 2022.

De modo geral, para alguns dos atores envolvidos na fumi-cultura, as mudanças na produção são conseqüências das oscilações de mercado e de questões climáticas. Eles não consideram que as mudanças produtivas sejam resultado de Tratados econômico-políticos internacionais, como a CQCT. Mas, a realidade fumageira apresentada na Tabela 2 demonstra que, a partir de 2005, de fato existem repercussões na organização da produção. Mesmo que não estejam ameaçando profundamente a continuidade da fumi-cultura, é inegável a presença dessas mudanças. Uma trajetória mais ilustrativa pode ser observada no Gráfico 1, em que apresento mudanças de alguns dos rendimentos mais significativos da produção fumageira no Sul do país.

*Gráfico 1 - Mudanças do número de família e volume produzido na fumicultura no Sul de Brasil (1995-2022)*



Fonte: Elaboração própria com dados da AFUBRA (2023).

Conforme o Gráfico 1, a trajetória de ascensão abrange desde o final do século XX e inícios do século XXI (1995-2005). Depois de 2005, justamente na conjuntura instável e a tensão gerada pela institucionalização da CQCT, começam algumas mudanças possivelmente relacionadas com o Tratado. A partir deste ano, registra-se, então, uma outra trajetória produtiva, de queda ou “descenso” que, com exceções em 2011 por uma supersafra e em 2016 por afetações climáticas (temporais, excesso de chuvas ou estiagem), a constante tem sido a diminuição da superfície cultivada, no número de famílias e no volume produzido. Mas, essa tendência histórica tem sido relativamente compensada pelos rendimentos favoráveis em outros critérios produtivos, como o rendimento médio por hectare. Este tem sido fortemente influenciado por avanços tecnológicos induzidos pelas agroindústrias do tabaco, por meio do pacote repassado às famílias. Mesmo assim, as inovações e os rendimentos atingidos, precisam do conhecimento e dos saberes das famílias para se transformar no manejo e melhoria nas práticas do cultivo.

Após quase duas décadas da ratificação no Brasil da CQCT, a fumicultura nos seus diferentes níveis territoriais (nacional,

estadual e municipal), tem se visto afetada com algumas mudanças nos principais critérios e rendimentos produtivos. Além disso, é inegável também que questões meteorológicas, ambientais e sociais exercem influência negativa direta na produção de tabaco. Por exemplo, o excesso de chuva e a estiagem provocaram perdas consideráveis em 2016; enquanto que na safra de 2018-2019 se perdeu 10% do tabaco, devido à falta de mão de obra para ser contratada durante a colheita.

### **Institucionalização de ações para a diversificação produtiva**

O Brasil entendeu, desde o início, que o objetivo da CQCT não era extinguir ou proibir o cultivo de fumo. Conforme Bonato (2009, p. 16), o país compreendeu que “não existia no Tratado nenhuma menção de proibir aos países de plantar fumo, assim como não há qualquer obrigação da substituição do fumo por outras atividades.”

Mesmo assim, o documento da CQCT contém dois artigos que estão diretamente relacionados com o setor rural e a diversificação produtiva das famílias fumicultoras. Os artigos 17 e 18 apontavam a necessidade dos países implementarem ações com vistas a apoiar a constituição de “[...] alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte”; e também ações para a “proteção do meio ambiente e a saúde das pessoas” (OMS, 2003, p. 14).

Para tanto, o processo de discussões e negociações necessário para que o Brasil aprovasse e fizesse a assinatura da CQCT, que levou pelo menos 25 meses desde agosto de 2003 até outubro de 2005, e que provocou a saída dos recintos políticos oficiais para levar os debates aos territórios fumageiros esteve relacionado, principalmente, com a tradução da CQCT em matéria de políticas públicas e/ou programas de apoio a essa cultura produtiva (De Dios, 2020). O Brasil comprometeu-se, então, com a formulação do PNDACT (Gregolin, 2010), que seria a estrutura institucional

criada através da participação conjunta de seis ministérios,<sup>5</sup> dentre os quais estava o de Desenvolvimento Agrário [MDA], que seria o responsável da sua coordenação (Cavalcante, 2017), atendendo os seguintes objetivos:

A Convenção busca salvaguardas para quem produz tabaco, não simplesmente a proibição. Dentre as alternativas econômicas mencionadas pelo artigo 17 da Convenção-Quadro, a diversificação produtiva figura como um dos caminhos para quebrar a cadeia de subordinação dos fumicultores com a indústria do tabaco. Através de políticas públicas promotoras de intercâmbios, capacitação, assistência técnica e acesso a mercados, os agricultores têm a opção de ampliar suas fontes de renda, diminuindo gradualmente sua dependência em relação à fumicultura, até que possam garantir sua qualidade de vida fora do sistema integrado de produção das fumageiras (CEPAGRO, 2013, p. 16).

De acordo com Gregolin (2010), as metas do Programa de Diversificação contemplavam ações, sobretudo, no âmbito e espaço das propriedades familiares, nas quais se celebravam visitas técnicas às famílias, seminários, cursos de capacitação, intercâmbios técnicos, elaboração de matérias de formação e informativos, além de outros. Inclusive, os projetos envolvidos se destacaram por uma ênfase na produção agroecológica, numa preocupação com questões ambientais, na geração de tecnologias apropriadas e na geração de renda. Além disso, o Programa propunha como eixos estratégicos o financiamento, a pesquisa, a Assistência Técnica e Extensão Rural [ATER], e o apoio ao fortalecimento de mercados com produtos alternativos ao tabaco (Perondi, *et. al.*, 2008). Finalmente, o programa se fortaleceu graças ao diálogo sobre quatro eixos básicos que seriam o combate à pobreza rural, a

<sup>5</sup> O lançamento do programa foi uma ação conjunta de seis ministérios: do Desenvolvimento Agrário [MDA], da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA], da Saúde [MS], da Casa Civil, das Relações Institucionais e da Fazenda (Bonato, 2009; Gregolin, 2010).

segurança e soberania alimentar, a sustentabilidade de produção e a geração de renda e agregação de valor.

Esse programa representava uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável, sobretudo, porque a promoção da diversificação das propriedades fumicultoras levou em conta que a atividade “fazia parte da vida de milhares de famílias agricultoras desde há 100 anos e qualquer ação de incentivo à inclusão de nova matriz produtiva nas áreas de fumiicultura exige um trabalho de capacitação, formação, debate e planejamento com a construção participativa entre gestores públicos, técnicos e agricultores” (Gregolin, 2010, p. 9).

Segundo Gregolin (2010), PNDACT atingiu entre o período de 2006 a 2010 resultados que abrangiam em torno de 30 mil famílias beneficiadas, 80 mil pessoas envolvidas, 600 municípios, 60 projetos de ATER, capacitação e pesquisa e um montante total de 12 milhões de reais investidos.<sup>6</sup> Além disso, entre o período compreendido de 2012 a 2013, o Programa beneficiou pelo menos 11 mil famílias, disponibilizando mais de 60 milhões de reais, de acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Cavalcante, 2017).

Mas, outra novidade destacada do PNDACT foi a sua implementação na realidade empírica do tabaco. O lugar escolhido ou proposto, foi o município de Dom Feliciano, no estado de Rio Grande do Sul [RS], onde se dinamizado através do Projeto Piloto para a Geração de Referências para a Diversificação da Produção e Renda em Áreas de Fumo (Gregolin, 2010). De acordo com o MDA (2010), o projeto representava uma parceria entre os governos dos diferentes níveis, universidades, ministérios, secretaria de Saúde, organizações de ATER e pesquisa da região. Nessa conjuntura, foram destinados para a sua primeira fase R\$400 mil reais que envolviam o trabalho e a participação junto a 1000 famílias. Já o mesmo

<sup>6</sup> De acordo com Perondi *et. al.* (2008), entre 2006-2007 o PNDACT havia se iniciado com 47 programas, 20 mil integrantes e 200 municípios envolvidos entre as regiões Nordeste e Sul do país (Perondi, *et. al.*, 2008).

MDA manifestava que das 200 mil famílias fumicultoras no Brasil, em Dom Feliciano o Projeto Piloto contemplava atendimento para 2.500, as quais representavam apenas o 5% no nível nacional<sup>7</sup> (MDA, 2010).

Um dos propósitos da implementação do projeto por conta do MDA era que, Dom Feliciano se tornasse uma espécie de referência ou município modelo capaz de ser um “laboratório para a implementação de diversos projetos de saúde, produção, comercialização e de acompanhamento técnico que integravam o programa” (MDA, 2010). As ações e atividades derivadas do projeto pretendiam se vincular com outras políticas públicas de apoio à agricultura familiar existentes no país naquele momento, além de encontrar complementaridade como algumas outras propostas que poderiam emergir de maneira local por meio de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), mesmo que Dom Feliciano vinha construindo desde 2001.

Uma das propostas ou demandas contidas nesse Plano Municipal, que mais rapidamente se materializou e que permitiu desenvolver e articular algumas outras ações, foi a criação da Cooperativa Agropecuária Centro-Sul [COOPACS]. Ainda que tivesse sido gerada no PMDR, a Cooperativa acelerou sua materialização no bojo das discussões em torno da assinatura e ratificação da CQCT no Brasil, isto devido às preocupações de uma possível retração do mercado de tabaco em que as famílias do município poderiam se ver afetadas como os desdobramentos e impactos do Tratado.

Conforme De Dios (2020), antes da chegada do Programa de Diversificação e do Projeto Piloto a Dom Feliciano, a Coopacs já vinha sendo responsável certamente desde 2009 da operação dos Programas de Aquisição de Alimentos [PAA] e do Programa Nacional de Alimentação Escolar [PNAE]. Porém, com a chegada do

<sup>7</sup> Para o MDA (BRASIL, 2010) a expectativa era “dobrar esse índice em 2012 e atingir 40% nos próximos cinco anos [mais ou menos até 2017]”.

Projeto, os atores familiares ressignificam e aproveitam essas instituições para a obtenção de novos recursos, tanto que segundo o relatório do MDA haveriam sido liberados R\$171 mil para o PAA beneficiando a 400 famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no município. Dessa vez, 59 famílias produtoras foram selecionadas para participar de uma Chamada Pública e cada uma conseguiu vender até R\$4.500/ano. Já em relação ao PNAE, em 2011, a Coopacs conseguiu que 30 famílias pudessem participar com um montante total de R\$84.262,61 repassados (MDA, 2010).

Além do mais, o Projeto Piloto envolvia ou se vinculava também com outras atividades e ações institucionais. Por exemplo, as “Chamadas Públicas do Tabaco” as quais foram realizadas na ocasião pelo escritório municipal da Emater/RS. Diante desse panorama, sejam em Dom Feliciano, no Rio Grande do Sul ou no Brasil, existe evidência e tem sido documentada a institucionalização da CQCT a partir de políticas públicas e programas que promoviam, facilitaram ou implementaram ações e atividades em algum momento relacionadas com a diversificação produtiva das lavouras familiares plantadas com tabaco.

## **Considerações finais**

A CQCT representa o primeiro instrumento internacional que visa controlar a produção, comércio e consumo de tabaco mundial. A assinatura, ratificação e implementação no caso do Brasil constitui-se num processo complexo e demorado devido a interlocução dos diferentes atores e agentes envolvidos, assim como aos seus interesses, de forma que o país se tornasse o número 100 em assiná-lo após quase dois anos como consequência da necessidade de ouvir aos mais amplos setores. Todavia, destaque especial foi a relevância e compromisso adquirido pelo próprio país para assumir a coordenação do Órgão Intergovernamental e da equipe especializada que elaborou o documento final, graças a confiança

depositada pela OMS, pelos avanços e resultados conquistados com o Programa Nacional de Controle do Tabagismo [PNCT].

Também mereceu destaque a posição internacional que o Brasil possui no ranking dos países produtores e exportadores. Porém, essa posição produtiva transformou-se de forma inegável numa preocupação, sobretudo para os agricultores familiares e os agentes envolvidos nas atividades fumageiras, como resultados dos possíveis impactos e mudanças geradas na conjuntura de ratificação do tratado. Ainda que esses participantes da fumicultura consideravam que a CQCT não iria gerar repercussões, e mesmo que algumas delas já estavam se apresentando, sinalizavam que eram efeitos de questões de mercado ou climáticas. No entanto, as estatísticas demonstram que, a partir de 2005, alguns fatores, no que tange a superfície cultivada, número de famílias e volume produzido, apresentaram uma queda ou diminuição, seja maior ou menor, de acordo com o nível territorial. Ou seja, a CQCT gerou instabilidade e provocou mudanças na produção de tabaco do Brasil.

Em alinhamento com as orientações da CQCT, o Brasil construiu também uma estrutura institucional de apoio com políticas públicas, programas e projetos para promover e respaldar a diversificação produtiva das regiões fumicultoras. As ações governamentais e os instrumentos institucionais se basearam na ideia da diversificação, não da proibição ou erradicação como em outras experiências da América Latina. Promoveram-se e articularam-se programas e projetos fundamentados nos princípios da sustentabilidade, agroecologia, segurança alimentar e nutricional, entre outros, aliados com eixos estratégicos de financiamento, pesquisa, assistência técnica e extensão rural; para finalmente fazer uma articulação institucional com programas como o PAA e PNAE. A posição do Brasil baseia-se no reconhecimento da produção de tabaco como uma atividade produtiva de pelo menos 100 anos, que faz parte das propriedades rurais, e qualquer transição para uma nova matriz produtiva deve ser gradual.

## Bibliografia

Anuário Brasileiro do Tabaco (2021). *Anuário Brasileiro do Tabaco 2021*. Santa Cruz do Sul. [https://www.sinditabaco.com.br/wp-content/uploads/2021/12/TABACO\\_2021-1.pdf](https://www.sinditabaco.com.br/wp-content/uploads/2021/12/TABACO_2021-1.pdf)

Anuário Brasileiro do Tabaco (2020). *Anuário Brasileiro do Tabaco 2020*. Santa Cruz do Sul. <http://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2020/>

Anuário Brasileiro do Tabaco (2018). *Anuário Brasileiro do Tabaco 2018*. Santa Cruz do Sul. <http://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2018/>

Anuário Brasileiro do Tabaco (2016). *Anuário Brasileiro do Tabaco 2016*. Santa Cruz do Sul. <http://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2016/>

Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA] (2023). *Fumicultura no Brasil*. <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>

Bonato, Amadeu, A. (2009). *A fumicultura e a Convenção-Quadro*. Desafios para a Diversificação. Curitiba.

Cavalcante, Tânia (2017). A economia do tabaco e o controle do tabaco. Em colaboração com a Organização Mundial da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Rio de Janeiro. <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//sumario-executivo-conicq-economia-tabaco-eo-controle-tabaco.pdf>

Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo [CEPAGRO] (2013). Diversificação produtiva. Alternativas ao cultivo de tabaco. Florianópolis.

De Dios, Dagoberto y Thies, Vanderlei (2018). Análise comparativa da implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no México e no Brasil. En Marilise Oliveira, Deisi Lisboa,

Tatiana Engel y Eliziane Nicolodi (Comps.), *Saúde coletiva, desenvolvimento e (in)sustentabilidade no rural* (pp. 223-246). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Dutra, Eder y Hilsinger, Roni (2013). A cadeia produtiva do tabaco na região Sul do Brasil: aspectos quantitativos e qualitativos. *Geografia Ensino e Pesquisa*, v. 17, n. 3, Sep-Dic, 17-33.

Gregolin, Adriana (2010). *Ações do Ministério de Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção em áreas cultivadas com Tabaco no Brasil*. Brasília: MDA.

Guedes de Lima, Ronaldo (2012). Por que os projetos alternativos à fumicultura não vêm se tornando prioridade entre os agricultores do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul? *Desenvolvimento em Questão*, n. 19(1), 1-21.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (20 de março de 2023). Produção agrícola municipal. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457#resultado>.

Kuri, Pablo (2002). *Tabaquismo en México*. [http://www.conadic.salud.gob.mx/pdfs/publicaciones/obs2002\\_2.pdf](http://www.conadic.salud.gob.mx/pdfs/publicaciones/obs2002_2.pdf)

Mengel, Alexandre (2011). *Tratados internacionais e disputas locais: A Convenção Quadro para o Controle do Tabaco e as disputas entre os atores da cadeia produtiva no Brasil* [Tesis de maestría]. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA] (2010). *Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil*. Brasília: MDA. <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/acoes-do-ministerio-do-desenvolvimento-agra>

rio-para-a-diversificacao-da-producao-e-renda-em-areas-cultivadas-com-tabaco-no-brasil.pdf

Organización Mundial de la Salud [OMS] (2016). *Convenio Marco de la OMS para el Control de Tabaco*. Ginebra. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42813/9243591010.pdf;jsessionid=309DBBB57C8E2D294515E5445C67BBE1?sequence=1>

Perondi, Miguel, Schneider, Sergio y Bonato, Amadeu (2008). Metodologia de avaliação das políticas de diversificação em áreas cultivadas com tabaco (Ponencia). *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Rio Branco, Brasil.

Quadros, Caroline (2018). *Estudo de caso: Cooperativa Agropecuária Centro Sul (Coopacs)* [Tesis de bachillerato]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco [SINDITABACO] (2023). Estatísticas e Infográficos. <http://www.sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/estatisticas/>

Sogocio, Marcela (2008). *O Brasil adverte: fumar é prejudicial à saúde: Análise do processo de ratificação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco* [Tesis de maestría]. Instituto Rio Branco.



# Agenda da Câmara Setorial do Tabaco

*Mariana Coutinho Marques de Pinho  
e Nilson do Rosário Costa*

As Câmaras Setoriais são colégios de participação tripartite que interagem com a agenda proposta pelo governo central. No âmbito do antigo Ministério da Agricultura, as câmaras setoriais foram parte dos grupos de interesse que influenciaram nas questões relacionadas à Política Agrícola e Plano Safra do Brasil. São instaladas por ato e a critério do Ministro de Estado da Agricultura, enquanto presidente do Conselho Nacional de Política Agrícola, que também faz a designação de seus membros e suplentes. Até 2020, 31 Câmaras Setoriais da Cadeia Produtiva pertenciam à estrutura organizacional do Conselho Nacional de Política Agrícola (Brasil, 2021).

Em dezembro de 2003 – seis meses após o Brasil assinar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco [CQCT] e quatro meses após a criação da Comissão Nacional para sua Implementação [Conicq], em evento realizado na Universidade de Santa Cruz do Sul, relevante polo empresarial do setor de tabaco, foi anunciado que o setor teria uma Câmara Setorial como parte da Política Agrícola brasileira (Brasil, 2017).

A constituição dessa Câmara Setorial foi uma reação à PNCT, à CQCT e, especialmente, à instituição da Conicq. Lencucha *et al.* (2017) afirmam, nesse sentido:

Há mais de 20 câmaras dentro do governo brasileiro para tratar de questões específicas, o que torna difícil afirmar que a Câmara Setorial para a Cadeia Produtiva do Tabaco tenha sido uma resposta direta à CONICQ, embora seja vista assim por vários entrevistados, tendo sido estabelecida logo após a criação da CONICQ (Lencucha et al., 2017, p. S7)

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo, ou do Tabaco [CST], passou por diferentes constituições desde a sua criação em 2004, durante o primeiro governo Lula (Brasil, 2004). Do mesmo modo, a sua composição tem sido atualizada por meio de Portarias Ministeriais. Este trabalho identificou a evolução das composições para os anos de 2004, 2006, 2009, 2018 e 2020 (Brasil, 2004, 2006, 2018, 2020).

A presidência da CST esteve com a Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra) entre 2004 e 2015, e, posteriormente entre 2017 e 2019. No intervalo, a Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo [Amarvp] assumiu o cargo.

Neste artigo, analisamos a agenda da CST, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA], como instância no governo federal que atua na defesa cadeia produtiva do tabaco.<sup>1</sup> Para tanto, realizamos levantamento de documentos, com especial atenção das atas de reuniões da CST, realizadas entre 2004 e 2019. Metodologicamente, procedemos uma análise de atas, combinada com uma revisão bibliográfica relacionada ao tema. O artigo está dividido em quatro seções. Nas duas primeiras, analisamos os vetos e as ações da CST e, nas subsequentes, a agenda e as temáticas da CST.

<sup>1</sup> Recorte da dissertação intitulada “Câmara Setorial do Tabaco como veto player da Política Nacional de Controle do Tabaco”, para obtenção do título de mestre de autora no curso de pós graduação em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz. A pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil [CAPES] - Código de Financiamento 001.

## **a) Vetos da Câmara Setorial do Tabaco**

Cabe chamar a atenção que o período de 2011 a 2013 coincide com dois importantes eventos de controle do tabaco no Brasil: as discussões de âmbito nacional sobre a proposta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária [Anvisa], de proibir aditivos em produtos fumígenos, e o processo legislativo relativo à tramitação da medida provisória 540, de autoria da Presidente Dilma Rousseff e sua conversão na lei federal 12.546/2011.

Há evidências de que os grupos de interesse setoriais promoveram várias ações para impedir, obstruir e retardar a proposta da Anvisa. Representantes do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco [Sinditabaco] e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e Região [STIFA] – membros da CST –, em conjunto com representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, Confederação Nacional do Turismo e Associação Brasileira de Bares e Restaurantes encomendaram da Fundação Getúlio Vargas - Projetos [FGV - Projetos] que apresentassem uma análise de impacto da proibição dos aditivos em produtos fumígenos, proposta pela Anvisa, em consulta pública (Fundação Getúlio Vargas, 2013). Este documento construiu a argumentação do grupo de interesse do tabaco durante os debates públicos e na mídia, ainda que a sua metodologia tenha sido invalidada pela comunidade de especialistas no controle do tabaco (Lencucha e Pontes, 2018; Organização Panamericana de Saúde et al., 2010).

Silva (2019) mostra que, dentre as diversas manifestações contrárias às consultas públicas relativas à proposta de proibição de aditivos, a Anvisa recebeu moção de repúdio da Comissão de Agricultura do Congresso Nacional, através de uma Carta da CST, escrita em papel timbrado do MAPA e brasão da República, “causando

certa confusão entre a posição institucional do MAPA e a opinião da Câmara” (Silva, 2019, p. 38).

Turci et al. (2014) descrevem as estratégias empreendidas pela indústria do tabaco e por seus aliados contra a proposta de proibição de aditivos, com destaque para mobilização articulada pelo então Deputado Federal Luis Carlos Heinze, que propôs um decreto legislativo que se opunha explicitamente às consultas públicas da Anvisa sobre os aditivos. O deputado foi um dos proponentes da audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural convocada para obter esclarecimentos sobre as consultas públicas propostas pela Anvisa. Vale destacar que a campanha eleitoral de 2014, do parlamentar, foi financiada pela Alliance One Brasil Exportadora de Tabaco (Fundação Oswaldo Cruz, 2017).

O grupo de interesse também mobilizou a mídia e agricultores que plantavam fumo sobre a proibição dos açúcares e seu impacto na produção de tabaco do tipo *Burley* durante a COP4 no Uruguai. Outra estratégia adotada foi a realização de audiências públicas nos parlamentos de estados produtores e na câmara dos deputados. O Deputado Luis Carlos Heinze defendeu a cadeia produtiva diversas vezes, usando os argumentos disseminados pelo estudo da Fundação Getúlio Vargas [FGV] e pelas empresas de tabaco durante as reuniões ordinárias públicas da Diretoria Colegiada da Anvisa.

Os agricultores que cultivam tabaco foram mobilizados por suas entidades de classes, em especial a Associação dos Fumicultores do Brasil [Afubra], membro e presidente da Câmara por muitos períodos, a enviar manifestações contrárias à proibição de aditivos. As cartas entregues no escritório da Agência somaram cerca de 130 mil cartas, o que prolongou o período de análise.

Após a publicação da Resolução da Anvisa, em 2012, que proíbe o uso de aditivos, a Associação Brasileira da Indústria do Fumo [Abifumo] – membro da CST –, insatisfeita com o resultado final, solicitou à Anvisa maior prazo para entrada em vigor da resolução,

revisão da lista de aditivos proibidos e inclusão de 145 ingredientes permitidos pela resolução, incluindo o açúcar.

Esses eventos conduzidos e impulsionados pelo braço da cadeia produtiva do tabaco que defende os interesses da indústria significaram mais uma prática obstrucionista contra uma medida eficaz de controle do tabaco. A falta de transparência nas relações entre o governo federal e produtivos grupos de interesse, no âmbito da câmara setorial, contribuiu para a resiliência das práticas empresariais que custam vidas por força da exposição e do consumo de produtos nocivos à saúde.

Além dessa mobilização, a proposta da Anvisa disparou uma série de ações judiciais contra as suas competências em regular produtos fumígenos. As ações tiveram como autores a Confederação Nacional da Indústria, Sinditabaco da Bahia (membro da CST) e Cia Sulamericana de Tabaco, entre outros. Assim, a resolução da Agência, mesmo vigente, está com a sua efetividade prejudicada por conta de dezenas de liminares concedidas em favor da indústria do tabaco.

Nesse contexto, Almeida (2012) analisa a interferência da indústria do tabaco no processo legislativo referente à lei antitabaco 12.546/2011. O pesquisador conclui que:

Em face da natureza e orientação das proposições que foram negociadas e retiradas do texto proposto pelo relator, ou vencidas na votação da matéria na Câmara dos Deputados, ou mesmo, daquelas que permaneceram no texto e nele continuam, ou foram vetadas pela Presidente da República, evidentemente não atendem ao interesse da saúde pública. Igualmente, colocar em texto de lei a permissão/exceção à proibição da propaganda para que sejam exibidas as embalagens de cigarros e outros produtos fumígenos nos pontos de venda, ou, postergar para 2016 a entrada em vigor de novas advertências na parte inferior frontal das embalagens, reduzindo-se a dimensão da área a ser compreendida pela advertência sanitária, excetuar a publicidade institucional das indústrias do tabaco da proibição à propaganda, e, ainda, sugerir a criação de estabelecimentos comerciais

destinados exclusivamente ao público fumante autorizar materiais promocionais e propaganda de cigarros no interior destes estabelecimentos, também não atendem ao interesse da política de saúde para controle do tabaco, nem da população. (Almeida, 2012, p. 77)

## **b) Ações da Câmara Setorial do Tabaco**

De acordo com as atas, os componentes da CST se dividem em grupos temáticos ou de trabalho que se reuniam anteriormente às reuniões da câmara. Os grupos temáticos estabelecidos foram: Combate ao mercado ilegal de cigarros, CQCT e outros acordos internacionais, fundido com o primeiro em 2015, e Renda do fumo e complementação com outras atividades até 2007. Foram criados também grupos temáticos temporários para elaboração de agenda de trabalho em 2005, sobre o charuto brasileiro em 2010, e relativo à COP7, em atividade, entre o final de 2015 e 2016. Cada grupo conta com um coordenador que apresenta as deliberações e posicionamentos à reunião geral da câmara. Cabe destacar que as atas das reuniões dos grupos temáticos não estão disponíveis para consulta.

Por todo período analisado, o MAPA disponibilizou um servidor para prestar apoio às câmaras setoriais no que diz respeito à logística das reuniões, incluindo a elaboração das atas. Estas seguem um padrão por quase todo o período de análise, com exceção das duas últimas reuniões, quando passou a ser resumida. Seu cabeçalho geralmente recebe o brasão da República, a citação da estrutura ministerial na qual está inserida, o número, a data, local e horário da reunião. Em seguida, apresenta-se a lista de membros titulares e suplentes, com a indicação dos nomes, instituição e dados para contato. Muitas vezes, é disposta uma lista de convidados, na qual são inseridos os nomes dos participantes e convidados para a reunião, seguidos de seus respectivos dados de contato. E assim, com base nos itens da pauta, a ata registra detalhadamente

o conteúdo das reuniões, incluindo os debates, as estratégias, os empasses e as deliberações da CST e de seus representantes.

Entre os convidados, foi registrada a presença de outros representantes, além dos titulares, de entidades que já são membros, pessoas que a câmara identificou que pudessem ter relação ou interesse, ou que pudessem contribuir com o tema a ser debatido, ou ainda que fossem apresentar algum assunto de interesse para a Câmara.

Além disso, entre os convidados foi registrada em 12 reuniões (31%) a presença de parlamentares – da Câmara dos Deputados e/ou Câmara de Vereadores ou seus representantes (assessores ou membros de seus gabinetes). Foram duas participações em 2005, uma em 2006 e em 2009, três em 2010, uma em 2014 e em 2015, duas em 2016 e uma em 2018.

O Deputado Federal Luis Carlos Heinze compareceu a três reuniões, Heitor Schuch a duas e os Deputados Federais Francisco Turra, Moacir Micheletto, Sérgio Moraes, Marcelo Moraes a uma reunião cada um. Os vereadores de Cruz das Almas, município que produz tabaco para confecção de charutos, marcaram presença em cinco reuniões e os de Santa Cruz do Sul, em uma.

Ao confrontar as datas das reuniões com participação de parlamentar, observa-se que parte delas coincide com anos em que ocorreram as sessões da Conferência das Partes [COP] da CQCT da Organização Mundial da Saúde [OMS]: 2010, 2014, 2016 e 2018.

A participação do Deputado Estadual Luis Carlos Heinze, em 2010, antecedeu, em alguns meses, não apenas a COP4, que ocorreu no Uruguai, mas o início do processo das audiências públicas sobre a proposta da Anvisa em proibir aditivos, que teve, como uma das principais reações legislativas, um projeto de sua autoria para sustar os efeitos das referidas audiências (Heize, 2010).

Mesmo que a pesquisa não tenha tido acesso às atas que incluem o período da COP5 (2012), que ocorreu na Coreia do Sul, cabe destacar que uma comitiva formada de deputados e lideranças do setor fumageiro foram até Seul. Eram os Deputados Estaduais

Adolfo Brito, Pedro Pereira e Marcelo Moraes, Deputado Federal Heitor Schuch, o presidente da Afubra, o presidente da CST, o presidente do SindiTabaco, prefeito de Venâncio Aires, integrante da Comissão do Fumo da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, e representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais de Santa Catarina [Fetaesc] (Canguçu em Foco, 2012).

Na ocasião, por conta das regras de procedimentos da COP, a comitiva não pôde entrar nas salas das reuniões, o que gerou grande insatisfação entre os representantes da cadeia produtiva, e com repercussão – por vezes distorcida – na mídia brasileira, em especial as de regiões fumicultoras.

Outro fato que ganhou repercussão refere-se à delegação oficial do Brasil. Conforme relatório emitido pela Secretaria-Executiva da Conicq relativo à COP5,

A delegação do Brasil foi composta por representantes do Ministério da Saúde, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e Advocacia-Geral da União.

(...)

Vale salientar que todo processo de formação da delegação brasileira sofreu pressão de parlamentares de regiões produtoras de fumo, que queriam participar da COP5 como membro oficial da delegação. Em um primeiro momento, a delegação chegou a incluir um deputado do estado de Santa Catarina [Heitor Schuch], que posteriormente foi excluído em função da decisão do governo de compô-la apenas com representações do Poder Executivo. (Instituto Nacional de Câncer, 2013, p. 6)

No entanto, no quarto dia da reunião (15 de novembro de 2012), o governo brasileiro, cuja presidente era Dilma Rousseff e o Ministro da Saúde era Alexandre Padilha, enviou orientações de que quatro representantes oficiais da delegação brasileira deveriam deixar as reuniões da COP e retornar imediatamente ao Brasil – dois deles

na Anvisa e dois do INCA. A notícia atravessou os continentes e ganhou espaço na mídia brasileira, com notas e moções de repúdio sobre o caso (Abrasco, 2012; Instituto Nacional de Câncer, 2013).

Para a COP7, em 2016, a Afubra enviou carta ao Ministro das Relações Exteriores solicitando que fossem credenciados para acessar o prédio onde se realizariam as sessões, representantes da entidade, da Fetaesc, e os deputados estaduais do Rio Grande do Sul, Adolfo Brito, Edson Brum, José Nunes, Pedro Pereira e Marcelo Moraes. Este último esteve na 51ª reunião da CST, três meses antes (Afubra, 2016).

### **c) Agenda da Câmara Setorial do Tabaco**

A leitura das 35 atas permitiu identificar os temas levados a debates e deliberações do colegiado. A formação da agenda está diretamente articulada à dinâmica do Ministério da Agricultura que define a função das câmaras setoriais para

atuar como foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos. (Brasil, 2010, p.12)

Assim, as oportunidades de desenvolvimento da agenda de interesse são compreendidas como “ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio” (Brasil, 2010).

Desta forma, é importante destacar que as “agendas estratégicas” da Câmara Setorial do Tabaco representam seus interesses e objetivos e são ratificadas pelo Ministério da Agricultura como parte da Política Pública do Agronegócio brasileiro.

A formulação da agenda estratégica articulada por grupos de interesse no MAPA é periódica e nela estão incluídos os temas de alto interesse do setor do tabaco e as suas metas. Para alcançá-las,

o colegiado descreveu em detalhes as atividades a serem realizadas no período analisado nesse trabalho. A documentação disponível refere-se ao conteúdo preliminar e/ou final de duas agendas regulamentárias, referentes ao período 2010-2015 e 2016-2020.

A primeira fase tem a descrição detalhada do plano de ação em 43 páginas de publicação de propriedade do MAPA, ao passo que a agenda estratégica para o período 2016-2020, na forma como está disponível (cinco slides como documento complementar da 49ª reunião da câmara), mostra que a CST teve um planejamento menos estruturado e com ações menos reativas.

Conforme regimento vigente até 2018, as deliberações das câmaras setoriais são apreciadas pelo Consagro, cujo Presidente é o Ministro do MAPA, ainda que contradiga a Política Nacional de Controle do Tabaco e a Convenção-Quadro, como evidenciado na Agenda Estratégica 2010-2015.

A Agenda estratégica para 2010-2015 está dividida em 10 temas e 23 itens, que resultaram em 83 Diretrizes. Os temas são (1) Estatísticas, (2) PD&I, (3) Assistência Técnica (Capacitação, Difusão e Extensão), (4) Defesa Agrícola, (5) Comunicação e Promoção, (6) Gestão e Qualidade, (7) Governança da Cadeia, (8) Legislação, (9) Crédito e Seguro, e (10) Comercialização.

Nela foi expressa a diretriz de induzir o governo federal a rejeitar as diretrizes relativas à implementação dos artigos 9 e 10 da CQCT – relacionado à proposta de proibir aditivos em produtos de tabaco, que seria levada para quarta sessão da Conferência das Partes (COP4) do tratado (Brasil, 2011).

O tema da Agenda “7. Governança da cadeia”, no item CQCT há a diretriz: “Posicionar o governo brasileiro para rejeitar as diretrizes relativas à implementação dos artigos 9 e 10” (Brasil, 2011, p.24), claramente um ataque às medidas de controle de tabaco. Aqui, o colegiado refere-se ao conjunto de recomendações em elaboração pelos Estados-Parte do tratado integrantes do grupo de trabalho sobre os artigos 9º e 10, que versam sobre a regulamentação do conteúdo dos produtos e da divulgação das informações sobre eles.

Além disso, por meio da agenda, planejaram a flexibilização de normas quanto às embalagens de cigarros destinadas à exportação, buscando a permissão de embalagens com 10 unidades e não 20, como determina a lei federal; a redução de imposto sobre produto industrializado (IPI) de charutos e a equalização tributária com países do Mercosul. Sobre o crédito rural, a proposta era criar uma linha de crédito com taxas competitivas para agricultores, contrário à política implementada em 2002, como será comentado mais à frente.

As propostas da agenda também evidenciam uma estratégia do grupo com interesse em fortalecer o setor por meio de articulações com parlamentares, diversos órgãos do governo federal e MAPA para uma “atuação (...) em defesa de forma mais enfática da cultura do tabaco (...) [e] maior participação nos contrapontos a ataques exagerados e sem fundamentos técnicos ao setor” (Brasil, 2011, p. 25).

A agenda estratégica para o período 2016-2020, menos elaborada que a anterior, sugere que o contexto e a composição da Câmara tenham oferecido menos resistência às propostas do setor ou, até mesmo, estivesse em posição favorável aos seus interesses.

Essa percepção converge para os achados empíricos apresentados por Pinho (2021) e Portes (2020), e, a partir de 2014, as ações governamentais de controle do tabaco estiveram tímidas quando comparadas com anos anteriores.

Nessa agenda, foram três temas e seis diretrizes, resultando em 10 ações propostas. Os temas foram: (1) CQCT, (2) Ambiente Regulatório no Brasil, e (3) Crédito Agrícola (Brasil, 2017).

#### **d) Temas agendados da Câmara Setorial do Tabaco**

Foi identificado que o mercado ilegal e o contrabando de tabaco, em especial de cigarros, estiveram em 63% das pautas das reuniões da CST, enquanto os cigarros eletrônicos estiveram em

apenas uma reunião (3%). Nos informes ordinários, estão contemplados os relatos de participação e acompanhamento das Frentes Parlamentares de Combate à Pirataria e de Combate ao Contrabando e Falsificação, assim como de eventos que contavam com a participação de órgãos governamentais.

*Gráfico 1 – Percentual das reuniões da Câmara Setorial do Tabaco segundo os temas abordados*



Fonte: Elaboração própria com base nas atas disponíveis

O combate ao mercado ilegal de produtos de tabaco é interesse do governo brasileiro, assim como é para o setor. No entanto, o grupo de interesse setorial tem utilizado o mercado ilegal de cigarros como principal preocupação, apontando-o como consequência das medidas propostas e implementadas de controle do tabaco no Brasil. As principais empresas de tabaco fazem parte do Fórum Nacional de Combate à Pirataria, porta-voz de pesquisas e campanhas de combate ao mercado ilegal de cigarros no país. No entanto, conforme demonstrado na análise de Szklo e Iglesias

(2020), os dados produzidos e divulgados pela indústria superestimam o mercado ilegal, configurando-se portanto como uma estratégia de obstruir, dificultar e impedir avanços na política pública regulatória.

Além disso, esse tema aparece frequentemente associado às questões relativas ao preço e impostos dos produtos de tabaco, presente em 26% das reuniões. A relação entre os referidos assuntos é construída e disseminada no sentido de que o aumento de preços supostamente resultaria em aumento do mercado ilegal. De fato, isso pode ocorrer. No entanto, no caso do Brasil, pesquisas indicam que mesmo com aumento do mercado ilegal nos anos subsequentes à Política implementada de preços e impostos – entre 2012 e 2016 –, o objetivo da medida foi alcançado, uma vez que a prevalência de fumantes reduziu, corroborando aquilo que indicam as evidências sólidas: as políticas sobre preços e impostos são as mais efetivas para reduzir o tabagismo.

Ainda sobre o mercado ilegal, vale registrar que companhias transnacionais [CTN] de tabaco sofreram litígios em outros países por estarem envolvidas com o contrabando do produto. No Brasil, uma delas chegou a ser investigada pela Secretaria da Receita Federal e pela Secretaria de Fazenda de São Paulo (Corpwatch, 2001; Folha de São Paulo, 2000, 2018).

A diversificação produtiva e de renda apareceu em 54% das sessões da câmara e nesta categoria estão incluídas deliberações acerca do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco [PNDACT], do Programa Plante Milho e Feijão, e de propostas legislativas relativas. Mesmo que a leitura das atas não foque na análise de discurso, vale destacar que o conceito de diversificação adotado até pelo governo federal, quando o programa foi lançado, e pela câmara setorial diferem um do outro. O primeiro tem como objetivo apoiar a implementação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem fumo, e criar novas oportunidades de geração de

renda e qualidade de vida para as famílias (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010).

De outro lado, os representantes da CST têm entendimentos de que o programa nacional desestimula o produtor e que a diversificação deveria dar “atenção à sustentabilidade da cadeia produtiva do tabaco a longo prazo [e por essa razão,] o setor deve assumir a dianteira para evitar distorções” (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2015). Aqui fica evidente a apropriação indevida e distorção do termo “diversificação” com o objetivo de favorecer e desenvolver o setor fumageiro, perpetuando o cultivo do fumo e ignorando o compromisso do governo brasileiro ao ratificar a CQCT no sentido de salvaguardar os agricultores da esperada redução da demanda global por tabaco.

Além disso, Portes et al. (2018) identificam em seu estudo que as divergências entre a Conicq e a CST acerca do PNDACT foram destacadas como fatores que têm prejudicado o avanço desse programa.

Nas reuniões da CST, como já mencionado anteriormente, seus integrantes traçaram estratégias de ação junto ao poder executivo e legislativo no nível central, estadual e/ou municipal, no sentido de defender, proteger ou enaltecer a cadeia produtiva do tabaco, e este tema está presente em 51% das reuniões.

Em 46% das reuniões, foram apresentados os dados referentes à produção e consumo de tabaco e renda advinda do cultivo das folhas do tabaco produzido no Brasil. Também foram apresentados estudos financiados e encomendados pelas entidades participantes da câmara, que subsidiam os argumentos em favor do desenvolvimento e manutenção da produção de tabaco em regiões produtoras.

As sessões da COP da CQCT são reuniões periódicas com a participação de representantes de países, observadores, imprensa e público para o exame da implementação do tratado, e para tomada de decisões necessárias para promover sua aplicação eficaz. No período analisado, ocorreram oito sessões da COP, o que levou a CST

a debater esse assunto em 43% das reuniões. Esse tema incluiu a articulação para que membros da câmara setorial compusessem a delegação brasileira e para acessar antecipadamente a agenda da COP, assim como o relato das decisões tomadas apresentadas por alguém que tenha participado ou até mesmo por representantes da cadeia produtiva que foram às reuniões. Vale destacar que os critérios para as sessões públicas em que todos os credenciados poderiam assistir – inclusive representantes ou aliados da indústria do tabaco – mudaram em 2018. As empresas de tabaco e entidades a ela relacionadas tiveram limitação às sessões da COP7 e COP8.

Um terço das reuniões da CST debateram as questões referentes ao tabaco produzido na Bahia e Nordeste, um tipo destinado à produção de charutos, e também as questões relativas ao crédito e seguro para o setor produtivo. Quanto a esse ponto, importante destacar que, desde 2002, o Banco Central deixou de conceder créditos para produção de tabaco, permitindo apenas para aqueles agricultores que comprovem que diversificam sua renda e produção. Essa medida é um marco pois o governo deixa de estimular a produção de fumo no Brasil com linhas de créditos a juros mais baixos.

A importante inovação na década de 2010, trazida pela Anvisa, tinha, na proposta, a proibição de aditivos em produtos fumígenos derivados ou não de tabaco. A medida tem como objetivo principal a prevenção da iniciação, especialmente entre o público infanto-juvenil, e proteção à saúde, pois aditivos aumentam o poder aditivo desses produtos e alguns deles tornam-se extremamente tóxicos ao serem aquecidos e inalados. Conforme evidenciado pela agenda estratégica da CST, o colegiado se posiciona expressamente contrário às diretrizes para implementação dos artigos 9º e 10, que incluem essa medida.

Mesmo que as atas relativas a este período não estejam disponíveis, Almeida (2012) em sua pesquisa identificou manifestações na CST e encaminhamento de ofício para o Ministro do MAPA por meio do qual reivindicava que fossem “feitas gestões junto à Casa

Civil da Presidência da República para que seja cumprido o que foi tratado durante a COP4 e que sejam suspensas, imediatamente, as Consultas Públicas nº112 e 117 da Anvisa” (Almeida, 2012, p. 51).

O Sistema integrado da produção do tabaco e a classificação do fumo ou preço pago pela sua produção são temas relacionados e estiveram presentes cada um em 20% das reuniões da CST. Criado pela empresa Souza Cruz em 1918, o Sistema Integrado de Produção de Tabaco estabelece que famílias produtoras, por meio de contrato com empresas agroindustriais (usinas de processamento, fábricas de derivados de tabaco e exportadores),

se comprometem a produzir fumo na quantidade e de acordo com as exigências técnicas das empresas, e a entregarem toda sua produção, em troca da garantia das empresas em realizar o fornecimento de insumos, a assistência técnica, e a intermediação de financiamento junto aos bancos. As empresas igualmente se comprometem a realizar o transporte das propriedades rurais até as usinas ou postos de compra das empresas, e, principalmente, a compra integral da produção. Nessa compra do tabaco, ocorre um controle unilateral das empresas na classificação das folhas entregue pelos produtores nas unidades de compra e nas usinas, o que permite às empresas obterem alta lucratividade, ao mesmo tempo em que ampliam a subordinação econômica, e os níveis de apropriação do sobretrabalho dos agricultores produtores de tabaco. (Silveira, 2015, p. 28)

Esta relação perpetua a vulnerabilidade social e a precariedade das condições de vida das famílias envolvidas com a cultura do tabaco. O sistema garante a compra e assistência técnica correspondendo a um controle que se inicia no plantio e se estende até a entrega do produto, tendo o técnico agrícola como mediador da relação entre a empresa e o produtor de fumo, orientando as diversas etapas do cultivo. As consequências advindas dessa relação são pagar valores mais altos pelos insumos impostos pelas processadoras, não ser ressarcido conforme expectativa nos casos de perda da colheita e, com isso, o endividamento do agricultor junto às empresas.

Além disso, como toda a produção se destina a uma única empresa, o fumicultor fica dependente do preço pago pelo tabaco por ela. Outro fator que agrava a dependência se dá pelo fato de o produtor somente poder plantar a quantidade estipulada no contrato, de modo que qualquer quantidade superior não tem comercialização garantida (Riquinho e Hennington, 2016).

O sistema integrado do tabaco está relacionado com o tema “certificação”, presente em quatro reuniões da câmara (11%). A certificação do fumo “nem sempre significa ganhos maiores nos preços, mas é uma certeza de permanência no mercado” porque a “certificação é uma demanda dos compradores de tabaco em nível mundial” (Brasil, 2017, p. 94, 2017, p. 106).

A forma de avaliação da produção não agrada uma parcela dos agricultores locais. A classificação das folhas do tabaco segue uma lista de mais de 40 classes diferentes e é a indústria quem determina o valor a ser pago pela produção do colono, por mais que ele indique previamente uma classe melhor. As entidades que defendem o interesse dos agricultores procuraram sugerir menos números de classes, enquanto que os que defendem as fumageiras sugerem uma variedade maior de classes.

O fato de o Brasil ser o maior exportador mundial de tabaco há três décadas explica que o tema “exportação e comércio e acordos internacionais” tenha estado presente em 20% das reuniões do colegiado. Nelas estão incluídas as tratativas dos acordos de Mercosul com a União Europeia, que resultou em isenção de tarifas de exportação de fumo em folhas e cigarros por quatro anos; e as articulações para neutralizar iniciativas de cláusulas restritivas ao comércio internacional de tabaco junto à Organização Mundial do Comércio [OMC].

A Austrália, em 2012, foi o primeiro país a implementar embalagens padronizadas, uma medida que têm múltiplos efeitos por tornar o produto menos atraente e reduzir o efeito promocional do produto (o design das embalagens é considerado estratégia de

propaganda) e, desta maneira, prevenir a experimentação e estimular a cessação do tabagismo.

No entanto, a medida foi questionada junto à OMC, sob alegações de as embalagens padronizadas supostamente violariam acordos internacionais de comércio e propriedade intelectual. Seis anos mais tarde, a corte entendeu que não há violações de nenhum acordo de comércio internacional ou propriedade intelectual. Em 2015, o Brasil, por meio de projeto de lei de iniciativa do Senador José Serra, ex-Ministro da Saúde do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, propôs a adoção de embalagem padronizada de produtos de tabaco num pacote de ações de prevenção ao tabagismo.

Em 2019, o texto do projeto de lei foi parcialmente aprovado pelo Senado, excluindo a parte relativa à adoção da embalagem padronizada e atualmente segue na Câmara dos Deputados. Esse tema mobilizou a CST representando 20% de suas reuniões, para preparação e articulação de moções contrárias à proposta tanto no sentido de tentar subsidiar o governo brasileiro no posicionamento, no caso da Austrália, junto à OMC, quanto em âmbito nacional no Congresso.

O acompanhamento e deliberações sobre as questões relativas à legislação trabalhista no campo ou na indústria representaram 20% das reuniões. Nesta categoria foram também incluídos os projetos de prevenção ao trabalho infantil na lavoura, que o Sindicato Tabaco desenvolve como ação de responsabilidade social corporativa junto às unidades familiares das regiões produtoras. A mobilização para acompanhamento das discussões no Congresso Nacional sobre trabalho diário no campo também está nesta categoria. Eventualmente, as entidades representantes dos trabalhadores da indústria fumageira trouxeram para pauta assuntos relativos às questões trabalhistas do setor.

Em cinco reuniões (14%), o colegiado deliberou sobre agrotóxicos, buscando a articulação sobre manutenção da permissão de

uso de determinada classe ou sobre tratar da urgência na análise de produto de interesse da cadeia.

A câmara pressiona para participar na Conicq desde que foi criada. O MAPA, órgão no qual a câmara está inserida, tem assento na Conicq e sua participação é ativa, considerando que esteve em 28 das 36 reuniões analisadas por Portes (2020). Por um período, o mesmo representante do MAPA era também membro da CST e naturalmente havia um relato sobre as reuniões da Conicq. Foram registradas cinco reuniões em que houve mobilização da CST no sentido de buscar assento ou participação nas reuniões da Conicq.

Para Lencucha (2017), mesmo que a Conicq tenha recursos para proteger a política pública da interferência da indústria do tabaco, em atendimento ao artigo 5.3 da CQCT, as normas não atingiram todos os setores.

O caso da Câmara Setorial sugere que interesses comerciais entrenchados podem se beneficiar do acesso a uma instância primordial onde se discute a política de controle do tabaco, e é possível que a existência de membros comuns entre a Conicq e a Câmara venha a obstaculizar a capacidade da Conicq de servir como epicentro do controle do tabaco no Brasil. Além disso, a presença de representantes comuns poderá reforçar um clima de desconfiança entre os membros da Conicq durante as deliberações, se os defensores do controle do tabaco acreditarem que as informações que compartilharem com o conjunto da Conicq serão repassadas aos representantes da indústria do tabaco durante as reuniões da Câmara Setorial para a Cadeia Produtiva do Tabaco. (Lencucha et al., 2017, p. S7)

A análise das atas identificou que a menção às taxas e registros exigidos na regulação dos produtos fumígenos esteve em três reuniões da câmara (9%) e questões relativas à competitividade interna, referente à grande capacidade econômica das companhias transnacionais, em duas reuniões.

## **e) Considerações finais**

Apesar dos obstáculos narrados acima, podemos afirmar que controle do tabaco é uma política bem-sucedida em vários aspectos. A política regulatória brasileira tem sido reconhecida pelos Países-Parte da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco e pela Organização Mundial da Saúde.

O conhecimento de que tabagismo causa prejuízos à saúde das pessoas está disseminado na sociedade civil e a regulação governamental conta com o suporte dos entes federativos, das organizações não governamentais, de pesquisadores, legisladores e de uma parcela da imprensa.

Nesse sentido, destacamos o importante papel da Comissão Nacional para Implementação da CQCT para os avanços alcançados. Especialmente porque a Comissão, secretariada pelo INCA, conduziu, no período estudado, ações de controle de acordo com o estabelecido pela CQCT, conforme mostram Lencucha et al. (2017), Cavalcante et al. (2017), Silva (2019) e Portes (2020).

Cabe-nos assinalar, ainda assim, que as iniciativas de veto às ações governamentais de controle do tabaco retardam os avanços institucionais: o PNDACT teve programas esvaziados em 2014, o Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA] foi extinto em 2016, e desde 2019 as chamadas públicas de assistência técnica foram paralisadas.

O controle do tabaco no Brasil é, enquanto política pública, a expressão de uma teia de interesses e, em virtude disso, foi possível os “pontos de veto” às suas ações mais contundentes. Este trabalho ratificou as diversas pesquisas que registraram as intervenções, negociações e obstruções nas políticas públicas realizadas pela indústria do tabaco, por meio dos seus aliados na sociedade civil e nos Legislativo.

Os estudos identificam uma pluralidade de atores, para além das empresas de tabaco, que defendem os interesses do setor, que

promovem seu desenvolvimento e que atuam para bloquear medidas de controle do tabaco. No ataque à Convenção-Quadro, às companhias transnacionais fumageiras e suas representações sindicais – SindiTabaco, Abifumo, Sindifumo-SP, Sindifumo-RJ, Sinditabaco-BA – somam-se à Afubra, à Confederação Nacional de Agricultura e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, como mostram Menguel e Aquino (2017). A atuação dessas entidades por si só seria um desafio no cumprimento das obrigações da CQCT.

Podemos afirmar que o desafio regulatório do tabagismo ficou ainda maior quando, em 2003, foi criada a CST no âmbito do MAPA. O objetivo da CST é desenvolvimento da cadeia produtiva do tabaco, enquanto que o objetivo da CQCT é proteger as pessoas contra as devastadoras consequências geradas pelo consumo e exposição ao tabaco.

A proteção coletiva implica redução da demanda e o do consumo de produtos de tabaco. E parte da concepção de que, para o Brasil aderir ao tratado internacional de controle do tabagismo, suas medidas tornam-se Política de Estado e o governo brasileiro passa a ficar comprometido com as obrigações estabelecidas.

Nesse contexto, entendemos que a existência da CST é uma afronta à CQCT. Efetivamente, as entidades que promovem o desenvolvimento da cadeia produtiva do tabaco fizeram da CST uma trincheira através da qual podem atacar as medidas de controle do tabaco sob a proteção do Executivo federal.

A CST manifestou-se expressamente contrária às medidas da CQCT e às propostas legislativas e do Executivo federal para controle do tabaco, em especial sua agenda estratégica de 2010-2015. Os temas levados em pauta sinalizam a estratégia do colegiado de construção de argumentos no sentido de que medidas de controle do tabaco devem ser contidas. O combate do mercado ilegal, de acordo com argumentos do colegiado, deveria ser combatido com controle de fronteiras, mas principalmente por redução dos preços dos produtos de tabaco.

O colegiado naturalmente não delibera sobre o prejuízo à saúde e à economia do país na hipótese de os cigarros passarem a ser vendidos com menores preços. Cabe destacar que a utilização do argumento do aumento do contrabando aparece em resposta a todas as medidas de controle do tabaco.

Além disso, nas atas, enfatizam que cultivar tabaco produz riqueza para os agricultores e municípios de regiões fumicultoras, assim como para o Brasil por ser o segundo maior produtor e maior exportador de fumo, no entanto desconsideram a carga de doenças e os prejuízos socioambientais. As empresas e associações afirmam que a diversificação produtiva e de renda já acontece nas propriedades, mas não ressaltam que, quando os agricultores aderem ao modelo da indústria, os colonos permanecem dependentes economicamente das CTN.

Enfim, procuramos demonstrar que a Câmara Setorial do Tabaco é uma instância de veto às políticas de controle do tabaco no Brasil. Entretanto, vale salientar, nesse cenário de disputa de agenda, a atuação do grupo de especialistas na construção e defesa das medidas de controle do tabaco. A comunidade epistêmica brasileira, formada por pesquisadores e sociedade civil, tem também contribuído com a proteção de que os interesses das empresas de tabaco e de seus aliados prevaleçam.

A reação de pesquisadores do INCA para responder à proposta do Ministro Sérgio Moro, então Ministro da Justiça do governo Bolsonaro (2019-2022), para reduzir o preço dos cigarros para conter o contrabando, é um grande exemplo do papel de obstrução ou formulação da comunidade epistêmica no Brasil. Outro exemplo refere-se à mobilização para aprovação de leis municipais e estaduais de ambientes livres ao qual a indústria do tabaco se opôs fortemente. A comunidade epistêmica no Brasil tem como principal fonte de poder a autoridade normativa originada do conhecimento técnico-científico aplicado à implementação da Política Nacional de Controle do Tabaco.

## **Bibliografia**

Abrasco. (2012). *10o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva: Nota de repúdio*. <http://www.abrasco.org.br/abrascao/mocoesh.php>

Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA]. (2016). *COP7: Afubra envia carta à José Serra e solicita credenciamento—09/11/2016*. Afubra - Associação dos Fumicultores do Brasil. <https://afubra.com.br/noticias/10488/fato-relevante-cop7-afubra-envia-carta-a-jose-serra-e-solicita-credenciamento.html>

Almeida, Guilherme Eidl Gonçalves de. (2012). *A interferência da indústria do tabaco na aprovação da lei federal no 12.546 de 2011 para ambientes livres de fumo* [Especialização em Direito Sanitário, Fundação Oswaldo Cruz]. [https://actbr.org.br/uploads/arquivo/974\\_733\\_A\\_Interferencia\\_da\\_industria\\_do\\_Tabaco\\_na\\_lei.pdf](https://actbr.org.br/uploads/arquivo/974_733_A_Interferencia_da_industria_do_Tabaco_na_lei.pdf)

Brasil (2004). *Portaria no 231 de 10 de setembro de 2004. Cria a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo*. Brasília: MAPA.

Brasil (2006). *Portaria n. 10, de 05 de janeiro de 2006. Cria a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo*. <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=09/01/2006>

Brasil. (2011). *Agenda Estratégica 2010 – 2015 Tabaco*. Mapa/ACS.

Brasil. (2010). *Agendas Estratégicas das Câmaras Setoriais do MAPA*. <http://docplayer.com.br/14078417-Agendas-estrategicas-das-camaras-setoriais-do-mapa.html>

Brasil. (2017). *Câmara Setorial do Tabaco*. Brasília: MAPA. <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/camaras-setoriais-1/tabaco>

Brasil (2018). *Portaria nº 2, de 7 de fevereiro de 2018. Cria a Câmara Setorial do Tabaco*. Brasília: MAPA.

Brasil (2020). *Portaria no 13 de 15 de janeiro de 2020. Institui a Câmara Setorial Produtiva de Tabaco*. Brasília: MAPA. <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-13-de-15-de-janeiro-de-2020-238785928>

Brasil. (2021). *Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura*. Brasília: MAPA. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/camaras-setoriais-1/camaras-setoriais>

Canguçu em Foco. (2012). *Comitiva fica do lado de fora da COP5*. <http://www.cangucuemfoco.com.br/2012/11/comitiva-fica-do-lado-de-fora-da-cop5.htm>

Cavalcante, Tania Maria, Pinho, Mariana Coutinho Marques de, Perez, Cristina de Abreu Perez, Teixeira, Ana Paula Leal, Mendes, Felipe Lacerda, Vargas, Rosa Rulff, Carvalho, Alexandre Octavio Ribeiro de, Rangel, Erica Cavalcanti e Almeida, Liz Maria de. (2017). Brasil: Balanço da Política Nacional de Controle do Tabaco na última década e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(suppl 3). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00138315>

Corpwatch. (2001). *Tobacco Companies Linked to Criminal Organizations in Lucrative Cigarette Smuggling corpwatch*. <https://corpwatch.org/article/tobacco-companies-linked-criminal-organizations-lucrative-cigarette-smuggling>

Folha de S.Paulo. (2000). Cigarros: Receita investiga papéis da Souza Cruz. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0202200020.htm>

Folha de S.Paulo. (2018). Fazenda de SP faz operação para apurar supostas fraudes fiscais de R\$ 60 milhões da Souza Cruz. *Folha de S.Paulo*. [len](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0202200020.htm)

Fundação Getúlio Vargas. (2013). *Estudo de Efeitos Socioeconômicos da Regulamentação dos Assuntos das Consultas Públicas no 112 e 117*. FGV Projetos. <https://fgvprojetos.fgv.br/publicacao/estudo-de-efeitos-socioeconomicos-da-regulamentacao-dos-assuntos-das-consultas-publicas>

Fundação Oswaldo Cruz. (2017). *Observatório sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco no Brasil—Luis Carlos Heinze*. [http://cetab.ensp.fiocruz.br/index.php/Luis\\_Carlos\\_Heinze](http://cetab.ensp.fiocruz.br/index.php/Luis_Carlos_Heinze)

Heinze, Luis Carlos. (2010), Projeto de Decreto Legislativo no 3034/2010. Susta os efeitos da Consulta Pública da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa - número 112, de 29 de novembro de 2010. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=489609>

Instituto Nacional de Câncer [INCA]. (2013). *Quinta Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde: Relatório e decisões* (p. 51). <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//quinta-sessao-da-conferencia-das-partes-2013.pdf>

Lencucha, Raphael, Drope, Jeffrey, Bialous, Stella Aguinaga, Richter, Ana Paula, e Costa e Silva, Vera Luiza da. (2017). As instituições e a implementação do controle do tabaco no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 33(suppl 3). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00168315>

Lencucha, Raphael e Pontes, Clelio de Lima. (2018). The context and quality of evidence used by tobacco interests to oppose ANVISA's 2012 regulations in Brazil. *Global Public Health*, 13(9), 1204–1215. <https://doi.org/10.1080/17441692.2017.1373839>

Mengel, Alex Alexandre e Aquino, Silvia Lima de. (2017). A cadeia produtiva do tabaco como campo de disputas. *Mundo Agrário*, 18(38), 057. <https://doi.org/10.24215/15155994e057>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA] 2015.. *Reunião Ordinária N. 46 da Câmara Setorial do Tabaco*. Brasília.: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/cameras-setoriais-tematicas/documentos/cameras-setoriais/tabaco/anos-anteriores/ata-da-reuniao-46.pdf>.

Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA] (2010). *Ações do Desenvolvimento Agrário para diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil*. [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-2583697-3759191-lt\\_Balano\\_do\\_Programa\\_de-2021660.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-lt_Balano_do_Programa_de-2021660.pdf)

Organização PanAmericana de Saúde, Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health, Kids, C. for T.-F., & Aliança de Controle do Tabagismo. (2010). *Análise do “Estudo dos Efeitos Socioeconômicos da Regulamentação, pela ANVISA, dos Assuntos de que tratam as Consultas Públicas no. 112 e 117, de 2010”, assinado pela Fundação Getúlio Vargas*. [https://actbr.org.br/uploads/arquivo/664\\_RES-POSTA\\_FGV.pdf](https://actbr.org.br/uploads/arquivo/664_RES-POSTA_FGV.pdf)

Pinho, Mariana Coutinho Marques de. (2021). *Câmara Setorial do Tabaco como veto player da Política Nacional de Controle do Tabaco*. [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/48400/mariana\\_coutinho\\_marques\\_pinho\\_ensp\\_mest\\_2021.pdf?jsessionid=CE9758B1A8659526F9C2DC65C9FD5663?sequence=2](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/48400/mariana_coutinho_marques_pinho_ensp_mest_2021.pdf?jsessionid=CE9758B1A8659526F9C2DC65C9FD5663?sequence=2)

Portes, Leonardo Henriques, Machado, Cristiani Vieira e Turci, Silvana Rubano Barreto. (2018). Trajetória da política de controle do tabaco no Brasil de 1986 a 2016. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(2). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00017317>

Portes, Leonardo Henriques. (2020). *Política de controle do tabaco no Brasil*. Editora FIOCRUZ.

Riquinho, Deise Lisboa e Hennington, Élide Azevedo. (2016). Sistema integrado de produção do tabaco: Saúde, trabalho e condições

de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(12). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00072415>

Silva, André Luiz Oliveira da. (2019). *As estratégias da indústria do tabaco para enfraquecer as políticas de controle do tabaco no Brasil* [Doutorado]. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

Silveira, Rogério Leandro Lima da. (2015). A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: Dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. *Geografia Ensino e Pesquisa*, 19(2), 23–40. <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/13087/pdf>

Szklo, André Szklo e Iglesias, Roberto Magno. (2020). Interferência da indústria do tabaco sobre os dados do consumo de cigarro no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(12), e00175420. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00175420>

Turci, Silvana Rubano Barreto, Figueiredo, Valeska. Carvalho e Costa e Silva, Vera Luiza da. (2014). A regulação de aditivos que conferem sabor e aroma aos produtos derivados do tabaco no Brasil. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, 3(1), 44. <https://doi.org/10.17566/ciads.v3i1.18>



**CAPÍTULO II**  
**Agricultores familiares, produção**  
**de tabaco e integração agroindustrial**



## Por que os agricultores familiares produzem tabaco?

Instituições que sustentam a fumicultura no Rio Grande do Sul

*Rafaela Vendruscolo e Paulo Dabdab Waquil*

Diversas situações críticas, tanto as protagonizadas por uma rede antitabaco em nível internacional, quanto pelos próprios agricultores integrados às empresas fumageiras, conformaram duas redes que, em diferentes contextos, geraram momentos de disputas em torno do actante tabaco, mobilizando qualificações que fundamentam as críticas ou as afirmações institucionais. Diante das provas a que o tabaco é constantemente submetido pelos atores que mobilizaram críticas, destaca-se a geração de momentos reflexivos em que os atores veem-se obrigados a refletir sobre as suas atividades e assim produzem registros que buscam avaliar e qualificar o que está acontecendo, a realidade. É neste momento que se pode identificar quais as qualificações que os agricultores mobilizam para justificar a produção de tabaco. Essas qualificações e justificações constituem as instituições e respondem à questão: por que os agricultores produzem tabaco?<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Recorte da Tese de Doutorado intitulada “Instituições e críticas na fumicultura do Rio Grande do Sul: mudanças e reafirmações institucionais”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural [PGDR] da Universidade Federal do Rio

Para elucidar, observamos que a rede antitabaco mobiliza operações críticas que questionam o consumo e a produção de tabaco a partir de diferentes elementos que determinam qualificações diferentes. Por outro lado, os agricultores familiares produtores de tabaco, a partir de suas interações com humanos e não humanos, de suas experiências, também se questionam sobre os acordos estabelecidos, na medida em que não condiziam com o que realmente ocorria, produzindo, também operações críticas. Esses questionamentos, somados à interferência das operações críticas protagonizadas pela rede antitabaco, com elementos que chegam aos agricultores por meio de diferentes formas, confrontam-se e geram incertezas, desestabilizando as suas realidades. Como parte da vida social, é necessário estabilizar a realidade e, assim, os agricultores, diante desse universo de críticas e incertezas, mobilizam gramáticas que justificam as suas ações.

Dessa forma, buscamos compreender: por que os agricultores familiares continuam a produzir o tabaco, mesmo diante desse universo de incertezas? As operações de qualificação mobilizadas são compreendidas como interpretações compartilhadas, que dão sentido às coisas com vistas a mostrar a sua pertinência. Essa função de confirmar como estão as coisas é dada às instituições na compreensão de Boltanski (2009; 2011; 2013). Diante disso, nesse artigo, objetivamos analisar as qualificações que os atores mobilizaram em defesa do tabaco e para justificar a continuidade da sua produção nesse ambiente de incertezas e assim, compreender quais são as instituições que sustentam a fumicultura no Rio Grande do Sul.

Os resultados são oriundos de 28 entrevistas realizadas com famílias agricultoras produtoras de tabaco na região central do Rio Grande do Sul. Além disso, foram realizadas entrevistas com

---

Grande do Sul [UFRGS], sob a orientação do Dr. Paulo Dabdab Waquil. A pesquisa teve financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES] - Código de Financiamento 001 - por meio de bolsa de doutorado sanduíche no CIRAD - França.

representantes de entidades envolvidas com o setor, pesquisadora da produção de tabaco e orientadores técnicos de algumas das empresas fumageiras. Por fim, realizamos coleta de dados nos meios digitais. De forma mais específica, a pesquisa corresponde aos municípios de Jaguari, Paraíso do Sul e Dona Francisca. As entrevistas foram realizadas em 2015. As famílias agricultoras produtoras de tabaco, ao serem questionadas sobre o seu modo e a sua trajetória de vida, os significados e as críticas sobre o tabaco, reagiram conferindo conteúdo aos objetos e seres que compunham as suas narrativas. As entrevistas, então, foram compreendidas como defesas públicas<sup>2</sup> em momentos de disputa na medida em que nós, como pesquisadora e pesquisador, propusemos nossas indagações, não no sentido de criticar, mas mobilizando as críticas anteriormente identificadas nos demais espaços públicos, ou ainda, as críticas que surgiam das falas dos agricultores no decorrer das entrevistas.

Analisamos as trajetórias de vida das famílias e, principalmente, as justificativas que emergiam a partir da mobilização das críticas externas e internas à produção de tabaco. Além disso, perguntas como “o que representa o tabaco na vida de vocês?” somaram-se à tentativa de compreender as referências que são usadas para qualificar e justificar as suas ações. Foram compiladas, dessa forma, as interpretações a ponto de sair da individualização das respostas e encontrar as referências compartilhadas pelos agricultores, possibilitando-nos a identificar as instituições que ordenam

<sup>2</sup> Para Dodier (1993, p. 99 e 100) as entrevistas são concebidas como “momentos onde as perguntas do pesquisador induzem as pessoas à produção de justificações, a fornecerem as razões de suas ações”. Constituem, para o autor, modelos de experimentação do pesquisador para chegar às justificações das suas ações e, desta forma, pode-se manifestar um espaço de disputas, um contexto em que os entrevistados se vejam obrigados a defender suas interpretações ou manifestar críticas. Neste caso, é fundamental um roteiro de questões ou outros instrumentos com dispositivos que obriguem as pessoas, deliberadamente a manifestar suas interpretações e “a harmonizar-se com determinados regimes de ação” (Dodier, 1993, p.99). Destaca-se que esta concepção metodológica não visa chegar à verdade íntima da vida social, mas compreender a realidade e as interpretações conforme manifestadas pelos atores nos contextos de disputas.

e dão sentido à vida dos fumicultores. A partir disso, identificamos a lógica tradicional e de imanência à vida dos agricultores, o conhecimento, as relações de mercado e o desenvolvimento atrelado ao actante tabaco, como gramáticas de justificação compartilhadas e interligadas, conformando uma rede institucional acionada pelos atores em defesa de suas ações.

Assim, identificamos as formas duradouras de justificação mobilizadas pelos atores em defesa do tabaco para responder às críticas de forma a refletir sobre o estado das coisas que os envolvem. Essas, aliadas às interações sociais em torno da produção de tabaco no Brasil e ao processo evolutivo de algumas instituições, mobilizaram a produção existente até hoje. Nesse processo, a história geracional das famílias produtoras, bem como, as histórias dos municípios e do próprio país, justificam a emergência desse modo de vida. Assim, compreende-se que a fumiicultura no Rio Grande do Sul sustenta-se sobre um emaranhado de interpretações herdadas e selecionadas ao longo dos processos históricos de disputas e transformações que obrigam os atores a refletir e manifestar as suas justificações.

### **Dando nomes aos seres sem corpo: o marco teórico que fundamenta a análise**

Compreendendo a polifonia de vozes em torno da trajetória da noção de instituições e como essa noção vem auxiliando no entendimento da vida social e econômica, buscamos, aqui, apresentar os conceitos escolhidos e utilizados para compreender como a fumiicultura vem se sustentando ao longo dos anos no Rio Grande do Sul. Quais são as interpretações, justificações e condutas que são compartilhadas pelos atores para a manutenção de relações em torno do actante tabaco? Nesse estudo, as instituições são

compreendidas como interpretações e condutas compartilhadas<sup>3</sup> que justificam a realidade social analisada. Compreende-se, assim, que constituem acordos convencionados entre as partes envolvidas e que sustentam a vida social, as quais emergem de trajetórias experienciais de hábitos que evoluem<sup>4</sup> e são compartilhados entre um determinado grupo, bem como de momentos de disputas fundamentados por visões de mundos, os quais entram em conflito com a realidade.

Apoiando-se nos estudos de Boltanski e Thévenot (1991), Boltanski e Chiapello (2009), Boltanski (2009) e de Hodgson (2004; 2006; 2007) e Veblen (1983), as instituições deixam de ser compreendidas como coercitivas, e sim como gramáticas de referências que dão sentido à vida social. Seja como hábitos de pensamento e comportamento compartilhados na concepção evolucionária da vida social, descrita por Veblen e Hodgson, seja como instâncias de confirmação da realidade, oriundos da Teoria das Convenções, principalmente da Sociologia Pragmática da Crítica de Boltanski (2009), as instituições são utilizadas aqui como interpretações compartilhadas que justificam as condutas dos atores sociais e que dão sentido às suas vidas.

Destacamos que a vida social, neste estudo, é compreendida não apenas como formada pelos acordos, mas também pelos desacordos (Boltanski, 2009). Isso porque, ocorre a interação constante entre as realidades e os mundos e, assim, a realidade pode ser constantemente questionada por reflexões oriundas dos diferentes mundos dos atores. A interação entre realidade e mundo é o que

<sup>3</sup> Reconhecer as instituições como hábitos de pensamento e comportamento compartilhados por um grupo social na perspectiva Vebleniana, envolve construir uma proposta metodológica que auxilie as análises na sociedade atual, já que os estudos de Veblen carecem de uma clareza metodológica e conceitual em alguns aspectos. Desta forma, os termos pensamento e comportamento serão melhor analisados a partir da noção de interpretação e de conduta, construídos nas análises de Agne (2014) sobre mudança institucional.

<sup>4</sup> Destaca-se que a noção de evolução não considera como positiva ou negativa, mas como processos dinâmicos da sociedade.

permite o movimento constante das relações sociais. Grosso modo, a realidade é conformada pelas instituições que dão sentido a ela, enquanto o mundo é o plano da reflexão, da crítica, dos momentos de prova. Nesse processo de interação, Boltanski (2013) deixa claro que as instituições, portanto, não existem sem as críticas, visto que estas possuem contradições que permitem o surgimento de provas. Ao mesmo tempo, as críticas não são possíveis sem a conformação da realidade dada pelas instituições.

Para compreender a ação social, portanto, partindo da diferenciação e interação entre realidade e mundo, Boltanski e Thévenot (1991) distinguem os regimes de ação compreendendo a existência de regimes de paz (rotina e amor), de justiça e de disputa. Com o auxílio dessas categorizações, buscamos analisar, nesse estudo, os regimes de rotina e de justiça acionados em torno da problemática do tabaco. Assim, entendemos que as relações em torno da produção de tabaco sustentam-se por meio de hábitos, rotinas fundamentadas em princípios valorativos comuns, ou seja, interpretações compartilhadas, que são acionados quando a realidade que fundamenta a vida dos atores são colocadas à prova em um regime de justiça. A realidade social em torno da fumicultura decorre em um regime de paz desestabilizado pelos momentos críticos oriundos das reflexões dos diferentes atores que colocaram à prova a realidade, exigindo dos agricultores respostas que justifiquem as suas condutas. Portanto, as justificações que sustentam as ações dos agricultores emergem nos momentos em que os atores são obrigados a refletir sobre o porquê agem daquela forma. Esse momento é o que Boltanski (2014) chamou de regime metapragmático, o qual é oposto ao regime prático, regime da rotina, em que não há reflexão, apenas ação.

Nesse cenário analítico, a crítica é o que mobiliza o regime metapragmático, em que princípios de justiça são mobilizados para colocar à prova as instituições vigentes. As instituições, assim, conformam a realidade, em um regime prático de rotina, as quais emergem apenas nos momentos em que os atores são obrigados a

justificar-se, recorrendo a princípios de equivalências morais que os situa em operações de acordos e de pertencimento a princípios de bem comum compartilhados.

Portanto, o trabalho de manutenção da realidade é realizado pelas instituições, as quais trarão as respostas de porque as pessoas agem de determinada maneira. Segundo Boltanski (2009), para analisá-las deve-se identificar as suas funções semânticas, pois as instituições “são instrumentos orientados para a construção da realidade por intermédio, em particular, de operações de qualificação de entidades – pessoas ou objetos e da definição de formatos de provas” (Boltanski, 2011, prefácio). Assim, é por meio de um processo de classificação e qualificação, o qual é descritivo e normativo, que as coisas adquirem um quadro valorativo de referência (Boltanski, 2011, p. 68). Portanto, as instituições são compreendidas como um ‘ser sem corpo’ que estabelece acordos semânticos capazes de conferir unidade aos pontos de vista individuais.

Mas, as instituições, apesar de serem seres sem corpo, precisam de porta-vozes, entidades corpóreas, as quais manifestam a fragilidade das instituições que detém relativa estabilidade apenas no nível semântico. Assim, pelo fato de possuírem porta-vozes e situações de provas em razão do seu uso pragmático, as instituições são suscetíveis a questionamentos, abrindo espaço para a crítica. Por isso, Boltanski (2011) identifica as contradições hermenêuticas das instituições, entre o que deve ser e o que efetivamente ocorre.

Contudo, ao contrário da posição da sociologia crítica, Boltanski (2011; 2013) não analisa as instituições remetendo ao seu descrédito, mas a partir de suas funções intrínsecas, positivas de segurança semântica e negativas de violência simbólica. Ou seja, as instituições como seres sem corpo são tomadas por forças que, utilizando de instrumentos de policiamento disponíveis, conformam um caráter arbitrário das ações constitutivas institucionais, caracterizando a violência simbólica intrínseca às instituições. Por outro lado, as instituições também conferem segurança semântica, a qual possibilita a identificação e reidentificação dos seres,

ao ponto de transformar seres de carne e osso em seres abstratos, qualificando-os.

Essas interpretações não são individualizadas, na medida em que são compartilhadas seja pelo grupo que concorda com os mesmos sentidos, seja pelo grupo discordante, ou que irá compreender os sentidos alheios por trás do enunciado ou, ainda, questionará esses sentidos. Por conseguinte, as instituições não são compreendidas como padrões de comportamento dados, mas pela dinamicidade dos processos de institucionalização que estão a todo o momento sendo colocados à prova. Um processo evolutivo de afirmação de rotinas que confirmam a realidade vivida pelos atores que compreendem um senso de continuidade até o momento em que, ao serem postas à prova, geram momentos críticos, desestabilizando as rotinas. Fundamentada na análise evolucionária das instituições, descreve-se a todo instante um processo histórico que dá origem às rotinas, em que hábitos se transformam em interpretações compartilhadas e, portanto, institucionalizam-se e, então, conformam a realidade dos actantes envolvidos (Veblen, 1983; Boltanski; Thévenot, 1991; Boltanski, 2009)<sup>5</sup>.

A análise evolucionária embasa essa pesquisa no que tange ao aspecto histórico de institucionalização, compreendido pela interação dos hábitos com as instituições já vigentes, aliado à interação entre os indivíduos, bem como a influência de transformações no ambiente. Na análise evolucionária vebleniana, o conceito de herança propõe a operacionalização metodológica para o exame histórico de emergência e evolução das instituições. Assim, a herança constitui o processo pelo qual os hábitos e instintos são adquiridos, não de forma genética (biológico), o que significa que a evolução das instituições depende de um processo histórico de gerações (Hodgson, 2004).

<sup>5</sup> Entretanto, a análise evolucionária aqui proposta a partir de Veblen (1983) compreende que a evolução das instituições não se relaciona a busca pela mais eficiente, mas como um processo dinâmico da sociedade.

Dito isso, os processos evolucionários da vida social são marcados por regimes de paz e de justiça em relações interdependentes entre os momentos de reflexão e de estabilidade em que as qualificações se assentam. Apoiados no entrelaçamento entre os ferramentais analíticos de Boltanski, Thévenot, Chiapello, Veblen e Hodgson, confere-se ênfase aos acordos e desacordos nas relações analisadas e, dessa forma, percebe-se a existência de instâncias de confirmação da realidade que são mobilizadas como respostas nos momentos metapragmáticos da vida social, momentos em que a incerteza construída pelas críticas (Boltanski, 2011) ou por momentos de transformação no ambiente (Veblen, 1983), obriga os atores a reagirem e refletirem sobre a sua realidade.

Com base nisso, nos momentos em que o tabaco foi colocado à prova na conformação das redes antitabaco e de crítica dos agricultores produtores, operações de qualificação foram mobilizadas para desmoralizá-lo e, por outro lado, outras operações de qualificação foram mobilizadas para confirmar a sua moral. Ao refletir sobre as suas condições envolvidas nesse objeto, os atores refletiram sobre a qualidade do que existe e fizeram emergir manifestações de confirmação de acordos já estabelecidos.

Com isso, os acordos não são por nós analisados como um agir imanente à vida social como se todos os atores possuem uma predisposição para a sua realização, mas um agir que orienta o mundo prático, a realidade dos atores, que se justifica nos momentos em que suas vidas, suas ações, são colocadas à prova. É no registro metapragmático, o qual surge da incerteza provocada pelos momentos de prova que encontramos os dispositivos responsáveis pela manutenção da ordem. Nesse momento, os atores buscam restabelecer a ordem refletindo e situando o seu agir em suas interpretações.

Dessa forma, torna-se relevante e complementar compreender, a partir da abordagem convencionalista, quais os quadros de referência usados para justificar as interpretações e preferências dos atores envolvidos na produção de tabaco e nas estratégias de

diversificação produtiva do Rio Grande do Sul [RS]. Com isso, articulamos alguns conceitos e interpretações da Teoria das Convenções e da Justificação, com o Velho e o Novo Institucionalismo de Veblen e Hodgson, com vistas a compreender os quadros interpretativos que justificam as ações dos indivíduos.

### **“Nós sempre plantamos fumo”: o tabaco como inerente à vida dos agricultores e o respeito à lógica tradicional**

Tradição é uma palavra comumente usada pela linguagem científica, a qual já foi disseminada para os espaços do que muitos chamam de senso comum. Como grande parte das palavras ou seres, a tradição só ganha sentido com a adição de conteúdo que garanta a ela uma interpretação que deve ser operada por mais de uma pessoa. Em torno dela, ao longo dos anos, operações de qualificação foram assentando algumas interpretações compartilhadas do que é tradição. Assim, essa palavra foi ganhando sentido e uso nos espaços acadêmicos, políticos governamentais e nas ações coletivas, etc. Seu uso nesses espaços permite, hoje, que os atores avaliem a grandeza do ser tradicional e segmentam as suas ações ou a dos demais como tradicional ou não, ou ainda, como mais ou menos tradicional.

Trouxemos à tona a noção de tradição, pois ela aparece nas narrativas científicas que buscam analisar e justificar porque a fumi-cultura permanece como uma das atividades produtivas do sul do Brasil ou, ainda, porque os agricultores permanecem cultivando o tabaco em condições que as próprias análises científicas desmoralizam. Além disso, aparece nas narrativas das entidades governamentais, entidades representativas dos agricultores ou ainda em algumas narrativas dos próprios agricultores como reivindicação de seu vínculo histórico com o tabaco. Seja para defender a importância do tabaco, seja para justificar a ação rotinizada que o

envolve, a tradição está presente como uma gramática comum de todos os atores envolvidos com o tabaco.

Começamos por mostrar a recorrência do uso da tradição nas narrativas históricas dos municípios pesquisados, as quais envolvem também estudos científicos que demonstram a tradição ou herança da produção de tabaco.

O processo de colonização italiana na região central do Rio Grande do Sul acompanhou as características da colonização alemã no que tange à diversidade produtiva, tendo o tabaco como umas das produções das colônias. Assim, o Quarto Núcleo Colonial Italiano, bem como o Núcleo Jaguari, que correspondem, respectivamente, a municípios pesquisados, Dona Francisca e Jaguari, passaram a produzir o tabaco, entre outras coisas, como o milho, o trigo, o feijão, o arroz (nas terras baixas), a cevada, as hortaliças e os legumes, bem como a criação de animais para o consumo e comercialização do excedente. O tabaco era transformado em casa, resultando no que os colonos chamavam de ‘fumo em corda’, o qual podia ser comercializado para a confecção de cigarros caseiros com palha de milho chamado de ‘palheiros’. Outros comercializavam o tabaco em folha para as casas de comércio, principalmente localizadas na região de Santa Cruz do Sul e outras em Santo Ângelo, os quais exportavam o produto em folha.

Assim, com exceção de um histórico mais recente de ligação do município de Jaguari ao tabaco, os demais locais analisados recorrem há uma história geracional de envolvimento com esse actante. São nesses recursos de contar a história desses municípios que as narrativas evocam a tradição como justificção para a continuidade dessa relação.

O Sinditabaco, associação que representa as empresas fumageira no Brasil, por exemplo, evoca a tradição como um dos pontos valorados positivamente, buscando demonstrar a importância desse setor para o sul do Brasil. “Tabaco no sul do Brasil: tradição e renda [...] Tradição tem sido palavra de destaque deste setor” (Sinditabaco, 2013), é a chamada para duas das justificções que sustentam

a fumicultura: a tradição e a geração de renda, que, por vezes, é traduzido também na palavra desenvolvimento. Assim, o recurso à tradição e sua relação com o desenvolvimento das famílias e dos municípios produtores é acionada constantemente pelo Sinditabaco, nos momentos em que esse ator, na arena de disputas que se conformou em torno da fumicultura, busca defender o setor.

Os estudos do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais [DESER] também revelam a herança da produção de tabaco e sua compreensão como tradição. Bonato (2009) destaca que a produção não está relacionada a uma cultura étnica específica, mas tornou-se um componente cultural e tradicional nos municípios em que conseguiu afirmar-se, sendo intergeracional. Alguns estudos demonstram que a execução de estratégias de diversificação produtiva é dificultada pela vinculação histórica e geracional das famílias e dos municípios produtores, revelando o vínculo tradicional espacial entre terra, agricultores e tabaco (Etges, 1991; Rudnicki, 2012; Uba, 2012; Andrade, 2014). Outros estudos, com foco na racionalidade dos agricultores destacam a tradição como um dos elementos que os influenciam e justificam a permanência da relação do Sistema Integrado de Produção (Rudnicki, 2012; Andrade, 2014).

Assim, esses estudos acadêmicos revelam a tradução da percepção do agricultor quando este expõe sua trajetória de vida e seu vínculo com os objetos: tabaco, terra e família. Os vínculos históricos da família e do território com o tabaco surgem como uma das justificações evocada de diferentes formas nas narrativas dos agricultores quando respondem às provas pelas quais o tabaco passou ou passa. Muitos agricultores incorporam a palavra tradição em suas narrativas, mas como eles interpretam essa tradição é o que nos interessa.

“Nós sempre plantamos fumo” reflete a reivindicação de respeito ao que muitos resumiram na palavra tradição. Os agricultores, dessa forma, qualificam como algo imanente às suas vidas. A relação entre o que representa a agricultura, o rural e o trabalho, está

relacionada à produção de tabaco, a qual reivindica uma história de ligação, por vezes, geracional. Ao constituírem novas famílias e dar continuidade à reprodução social no rural, seja nas mesmas terras ou no entorno, os novos agricultores dão continuidade à relação com o tabaco.

Das 12 famílias entrevistadas no município de Dona Francisca, 08 famílias possuem um vínculo mais antigo com o tabaco, relacionado ao mesmo histórico de início e desenvolvimento da fumicultura em Santa Cruz do Sul, distantes 120 km. Com a colonização alemã e, posteriormente a italiana, na segunda metade do século XIX, iniciaram a produção do tabaco como um dos itens que compunham a variada cesta de produtos produzidos, incluindo a cevada, o trigo, o feijão, o milho, o arroz, a soja, dentre outros produtos hortigranjeiros e a criação de animais. Histórico também relacionado aos municípios do entorno, como Faxinal do Soturno, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, Agudo, São João do Polêsine, Silveira Martins e Ivorá, os quais compõem o chamado território Quarta Colônia<sup>6</sup> e de onde muitas das famílias são originárias, ou ainda, mantém vínculos.

As 04 famílias restantes, entrevistadas em Dona Francisca, iniciaram a produção de tabaco no final da década de 1970, quando ocorreu um período de expansão da atividade no Rio Grande do Sul. Segundo Silva (2002), é com a situação política brasileira de abertura das fronteiras para a instalação de agroindústrias no país e a constituição dos Complexos Agroindustriais [CAIs], aliado ao contexto internacional de abertura para a importação dos fumos brasileiros e diminuição da concorrência internacional provocada por conflitos na África, que a situação da fumicultura começa a ser

<sup>6</sup> Ao total, nos 09 municípios que compõem a Quarta Colônia, foram plantados, de acordo com dados do IBGE (2014), 9.680 hectares de tabaco. O Território Quarta Colônia é delimitado pela construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial com base na criação de uma identidade territorial e da governança de um consórcio de municípios chamado Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia [CONDESUS]. O território abrange a antiga colônia alemã de Santo Ângelo e a antiga colônia italiana de Silveira Martins.

reerguida e aos poucos evolui para o patamar hoje encontrado no Brasil.

Já no município de Paraíso do Sul, ainda mais próximo do polo industrial fumageiro de Santa Cruz do Sul<sup>7</sup>, o tabaco esteve presente na história de todas as 05 famílias entrevistadas desde os seus antepassados, bem como das narrativas dos atores locais envolvidos com o rural. As narrativas revelam que o tabaco era cultivado no município no mesmo processo de Santa Cruz do Sul, revelando ainda, a grande produção de fumo em corda até a formação do Complexo Agroindustrial Fumageiro [CAI Fumageiro]. Da mesma forma, expandiu-se na década de 1980 com a intensificação do trabalho das empresas multinacionais.

No entanto, no município de Jaguari, a atuação do CAI Fumageiro deu novos contornos à agricultura e ao rural, tendo em vista que, apesar de encontrar narrativas que ligam o município ao tabaco na década de 1960, a produção realmente tem sua expansão na década de 1990. Assim, das 11 famílias entrevistadas, apenas 04 famílias narraram um histórico de vínculo com o tabaco anterior aos anos 1990. Aspecto que é corroborado pelos números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2014), o qual mostra que em 1990 a área plantada com tabaco em Jaguari era de 170 hectares, evoluindo para 3000 hectares em 2010, tendo queda significativa para 1485 hectares em 2014, e retorno de 3000 hectares de área plantada em 2015.

Em relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], Silva, Libardoni e Farias (2013, p. 11) destacam o município de Jaguari pelo seu crescimento substancial da produção de tabaco nos últimos anos: “tal município foi definido porque sua produção de fumo em folha praticamente inexistia até o Censo Agropecuário de 1985, ao passo que, em 2006, era cultura dominante em seus estabelecimentos agropecuários familiares”.

<sup>7</sup> Distância de 77 km entre os municípios.

A família nº 22 narra a trajetória do tabaco em Jaguari a partir de seu antepassado que iniciou o cultivo quando a empresa Souza Cruz chega no município com a ajuda da igreja católica local.

Eu era guri ainda quando o meu pai começou a plantar fumo, aquela estufa. Eu devia ter o que uns 5 anos, faz uns 55 anos [...] que a gente sabe quem trouxe a Souza Cruz pra cá foi o padre Nelson que hoje é falecido. Eles começaram a Souza Cruz aqui em Santo Ângelo. Que que acontecia ali no rio Ijuí? Tinha barca o caminhoneiro levava a carga de fumo, descarregava a metade do lado de cá, porque não passava com a carga completa. Passava meia carga. Descarregava do outro lado, vinha busca o outro resto pra depois seguiu viagem (Família Nº22, agricultor de 60 anos, 2015).

Assim, as narrativas trazem à tona o papel de um padre que buscou alternativas para os agricultores do município na década de 1960, diante das condições do que consideravam de pobreza para a época. Na mesma época, o agricultor, pertencente à família nº12, afirma que seu pai começou a plantar o tabaco. “O pessoal começou a plantar aqui perto e eles gostavam da lida, foram ver e gostaram, tinham bastante filho para sustentar e isso era uma renda” (Família Nº 22, agricultor de 60 anos, 2015).

Destacamos que, o município de Jaguari possuía uma produção significativa de feijão e de cachaça, nas comunidades pesquisadas. Eram os dois principais produtos comercializados, seguido da soja e do milho, de acordo com as narrativas. Além disso, considera-se que a cachaça era o produto tradicional dessas comunidades, o qual foi abandonado por muitos produtores ao longo dos anos. Portanto, observa-se que entre as famílias entrevistadas no município de Jaguari, a relação histórica de vínculo com o tabaco é mais recente.

Salienta-se, ainda, a existência de um assentamento da Reforma Agrária no município de Jaguari, onde foram entrevistadas duas famílias. O assentamento foi criado na década de 1990, com 10 famílias, oriundas principalmente do noroeste do Rio Grande

do Sul. Aos poucos essas famílias iniciaram o cultivo do tabaco, seja em suas propriedades, seja como prestadores de serviço nas lavouras em localidades vizinhas.

Assim, ao analisar todas as narrativas encontradas nas entrevistas, das 28 famílias entrevistadas, 17 possuem uma relação mais antiga com o tabaco, reivindicando a tradicionalidade como narrativa importante de justificação para o cultivo do tabaco. A herança de vínculo com o actante tabaco constitui, portanto, uma das instituições reivindicadas para a relação estabelecida.

Eu me criei plantando fumo. Eu comecei a passar veneno e a máquina batia aqui. Eu tinha que ir com 10 litros de água, senão não tinha como carregar. Olha, o forte mesmo sempre foi o fumo. Plantavam feijão e coisa assim, mas isso aí nunca foi, pra tu pagar uma continha pra viver era o fumo. Era o que tinha pra viver (Família Nº 06, Agricultor de 42 anos, 2015). Sim, nós plantava fumo, só que era o estufa né, em Ibarama (Família Nº 06, agricultora de 30 anos).

Eu plantava junto com meu pai também. Sempre plantemo fumo (Família Nº 10, agricultor de 70 anos, 2015). No começo, nós era fumo e feijão. Fumo sempre plantamos a vida toda... É que tá na cultura, foi sempre [...] É que a vida inteira plantaram e se não planta aquilo (Família Nº 10, agricultora de 65 anos, 2015).

Esse vínculo familiar é demonstrado por entrevistados como uma herança ou como parte da cultura. “É uma cultura dentro da cultura. A cultura do tabaco já está na cultura da própria agricultura familiar. A grande maioria é assim. Não é só na nossa região” (representante da Associação dos Fumicultores do Brasil [Afubra]/entrevista). A herança, portanto, não é somente a terra, mas também o conhecimento, o modo de fazer e de viver, as experiências. “Porque isso já vem de herança familiar dos meus avós e pais” (Família Nº 08, agricultor de 36 anos e representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais [STR], 2015).

Muitos agricultores, narram histórias de infância relacionadas aos actantes terra, agricultura, tabaco e trabalho. A narrativa é

evocada com sentimento de orgulho e, ao mesmo tempo, de merecimento relacionado ao trabalho no rural.

A gente se criou vendo isso, eu comecei a caminhar e eu e minha prima já brincava na frente do fumo sabe?! É um trabalho, é uma profissão da família inteira, mas a gente desde pequenininho sabe, cresceu naquilo, é como se fosse também parte da nossa vida sabe, não é só cultivo pro sustento, faz parte sabe a gente sempre viveu com aquilo (Família N° 22, agricultora de 26 anos, 2015).

Desde pequenininha, eu praticamente nasci no meio do fumo (Família N° 19, agricultora de 23 anos, 2015). A gente desde criança, desde lá quando morava com os pais, a gente plantava fumo. Aí, depois casei e vim pra cá e continuemo plantando fumo. Fumo e mais as coisas que a gente precisa, milho, feijão, criando um porco, galinha, vaca de leite. Não deixando de lado as coisas de comer, que é a necessidade da casa, né (Família N° 19, agricultora de 51 anos, 2015).

A relação estabelecida desde a infância tornou-se, portanto, um costume, um hábito herdado que dá significado à vida dos agricultores. Portanto, consiste em um vínculo com um actante fundamentado em narrativas que o relacionam a uma lógica de vida que atribui sentido ao ser. Uma identidade que o posiciona enquanto agricultor no interior de suas relações. “Sei lá, acho que o cara tá acostumado a viver, que tem na cabeça que precisa do fumo. É uma ilusão. Eu acho que é isso” (Família N° 05, agricultor de 24 anos, 2015).

Tão importante é esse sentido que, ao abandonar a produção do tabaco, um jovem agricultor que já possui outra fonte de renda com os hortigranjeiros, expressa seus sentimentos ao chegar o período de plantio e ver seus vizinhos iniciarem as atividades.

Até eu ano passado achei, ah não vou plantar mais, mas chegava na época de plantar e deu vontade de montar umas mudas. [...] Acho que é porque a gente é acostumado [...]. É aquela vontade, tem uma lavoura, já é aquela rotina né (Família N° 24, agricultor de 26 anos, 2015).

Em conversas e observações nos ambientes em que vivenciamos experiências com os agricultores fumicultores, além do ano da pesquisa, há casos em que há a sucessão e os filhos continuam com a produção de tabaco. Contudo, os idosos acompanham as atividades anuais que envolvem o tabaco e, desta forma, mantêm a rotina de suas vidas. Em muitos casos em que não houve sucessão, os agricultores idosos plantam alguns pés de fumo para continuar a sua rotina e manter seus vínculos. Romper com essa rotina consiste em buscar um novo sentido para a vida, sentimento mais acentuado entre os homens.

Interessante, portanto, é observar esses comportamentos, principalmente no primeiro ano sem o tabaco. Em um dos casos, o agricultor de 60 anos, ao preparar seu fumo para a venda, afirmava que seria o último fumo que ele venderia, pois não plantaria mais tabaco. Em outro encontro, quando todos no entorno começavam a fazer suas mudas e, assim começava a rotina do ano, o mesmo agricultor manifestava sua vontade de produzir pelo menos alguns pés para “se entreter”. “O que vamos fazer se não plantar fumo?” (Família Nº 28, agricultor de 60 anos), era a sua indagação ao justificar sua indecisão ao mudar sua rotina de pelo menos 54 anos, a qual fazia parte da vida de seus pais.

Fato que também é afirmado por um jovem agricultor ao falar da sua região. “Tem gente que se não tem o fumo não sabe trabalhar acho, porque tem gente que sempre viveu assim, pega pro lado de Agudo, nos fundão lá, aquilo é fumo e fumo e fumo, não plantam mais nada né (Família Nº 05, agricultor de 24 anos). Percepção de um jovem que vê o seu entorno rodeado pela rotinização da produção de tabaco.

Uma rotinização e uma herança que, como se afirmou acima, também é dada pela segurança do conhecimento. Os anos de produção fizeram com que o conhecimento fosse passado de geração para geração, bem como aprendido desde a infância. Mesmo quem não teve contato com o tabaco na infância, já possui uma rotina em que o conhecimento está estabelecido, modificando apenas

algumas coisas ao longo dos anos. “O fumo desde que a gente nasceu já tem conhecimento e experiência [...]” (Família N° 22, agricultora de 26 anos).

Dessa forma, compreende-se que a rotinização da produção de tabaco é vinculada a herança familiar e histórica dos municípios produtores, outrossim, a produção de tabaco é relacionada aos sentidos que os agricultores atribuem ao rural, à terra e ao trabalho e, assim, às suas vidas, além de resgatarem a vinculação com um conhecimento específico que foi construído ao longo de suas vidas.

Assim, categorizar como tradicional a produção de tabaco é uma visão fragmentada da realidade complexa das narrativas e do processo de institucionalização que dá sentido à realidade social dessas famílias. Por tal razão, compreender quais os objetos e as interpretações que sustentam o que é considerado como tradicional tornou-se fundamental para compreender o que os agricultores estavam reivindicando quando acionavam o tradicional em suas narrativas.

Contudo, essa instituição não deve ser analisada separadamente, principalmente porque ela vem acompanhada de outras instituições nos espaços em que o tabaco é colocado à prova. Compreende-se, assim, que as instituições devem ser analisadas como uma rede que sustenta as reivindicações de justificações dos agricultores e demais atores nos momentos de disputas.

### **“Não tem o que dá como o fumo”: a lógica industrial em questão**

Interligado à tradição do cultivo do tabaco nas famílias e regiões produtoras, o tabaco também é justificado pela garantia de lucratividade em pequenas propriedades e em terras dobradas. A justificação refere-se, principalmente, ao confronto com outras atividades produtivas, seja quando a justificação da tradicionalidade

é questionada ou, ainda, nos casos em que essa justificação não é evocada. Assim, a lógica industrial da produtividade e da lucratividade, que confere condições de reprodução social para a agricultura familiar é reivindicada nos momentos de disputas.

Na compreensão da pesquisadora entrevistada (2015), os agricultores afirmam o tabaco como a única cultura que pode gerar renda nas pequenas propriedades, como uma máxima que passou a ser difundida pelo setor econômico do tabaco.

Historicamente, ao longo do século XX e primeiros anos do século XXI, havia uma máxima e ela era repetida, principalmente pela AFUBRA, mas claro que pelos representantes das empresas também. De que a única cultura que gerava alguma renda na pequena propriedade era o fumo, não adianta vir com outra conversa (Pesquisadora entrevistada).

A afirmação é reiterada pela representação da AFUBRA, a qual defende a produção de tabaco pela renda que essa confere ao agricultor familiar. “Porque não tem o que dá como o tabaco por hectare”, expõe o representante da AFUBRA em entrevista ao argumentar os percentuais de custos e como o agricultor produtor de tabaco realiza seus cálculos. Esses cálculos também são argumentos utilizados por agricultores e representantes dos agricultores. “Hoje em 01 hectare de fumo vai 18 mil pés de fumo, que vão fazer uma proporção baixa de 150 arrobas que a 100 dá 15 mil. Que hoje se fosse plantar milho quantos hectares precisa ao preço de 25 reais e produzindo 70 a 80?” (Família N° 08, agricultor de 36 anos e representante do STR, 2015). O agricultor argumenta ainda que a lucratividade de uma lavoura de tabaco consiste em mais ou menos 60% dos rendimentos, em anos favoráveis.

A gente tem uma renda grande em pequena área. Hoje a gente tá plantando em torno de 100 mil pés de fumo. Se dá um ano mais ou menos a gente faz 80 a 100 mil reais de fumo. E onde que com cinco ou seis hectares de lavoura a gente vai conseguir fazer esse montante

de dinheiro com outra atividade (Família Nº 08, agricultor de 36 anos e representante do STR, 2015).

Construiu-se, portanto, a compreensão de que o tabaco seria a alternativa de sobrevivência e desenvolvimento do que consideram a “pequena agricultura”, ou seja, para agricultores que possuem pouca terra. Conforme reivindica uma agricultora de 70 anos, “Porque assim, o fumo é do pequeno. Aí tu planta pouco. Muito ou quanto quiser. Já surgiram alternativas, mas só que não tem o que dá mais” (Família Nº 10, agricultora de 65 anos, 2015). Destaca-se que essa família possui uma renda bastante diversificada, incluindo a comercialização de hortigranjeiros para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, além de produção de soja e leite. Fato que demonstra a institucionalização das interpretações que confirmam a realidade, principalmente quando essa é colocada à prova.

Observa-se que, normalmente, essas justificações estão relacionadas à comparação com outros produtos como a soja, o feijão, o milho, entre outros, desqualificando a viabilidade dessas produções. É dessa forma que a grandeza do tabaco se fundamentou ao longo dos anos, no que os atores chamam de alternativa para a agricultura familiar em regiões de relevo dobrado. Além disso, essa justificação também é reivindicada como a sobrevivência dos pequenos municípios, os quais vivem principalmente da agricultura e em grande maioria da agricultura familiar.

Hoje é uma alternativa econômica muito forte, não tem o que dizer. E hoje tem uma dependência muito forte do fumo. Praticamente hoje, a não ser, hortifrutigranjeiro e o leite que agora deu problema também, não tem como a pequena propriedade sobreviver na monocultura. Não tem. Porque o hortigranjeiro, nós temo longe dos grandes centros, fruticultura teria possibilidade, parreira. O leite é aquele problema todo, com as questões que veio ali, há muita exploração também das empresas do leite e a soja não tem como sobreviver na pequena propriedade que a renda por hectare, imagina, um hectare de soja hoje, produz em média 40 sacos. A 50 reais dá 2000 reais, tem

um custo de 1500 a 1800. Um hectare de fumo no preço que tá hoje produz 20 mil reais. Tem a mão de obra, mas se for familiar te dá 10 ou 12 mil. Não tem outra fonte de renda mais rentável. Então hoje a questão é que a dependência é muito grande. Então é complicado. Hoje a pequena propriedade é dobrada e não dá pra mecanizar e então a propriedade pequena, tem muito arrendatário. É uma dependência muito grande (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, grifo nosso).

Além da soja, a comparação com os hortigranjeiros revela a interpretação sobre a falta de oportunidade de comercialização, utilizada por muitos dos atores envolvidos com o tabaco quando questionados sobre possibilidades de produções que possam substituir o tabaco. Destaca-se que esses também são argumentos usados por produtores de arroz e soja desses municípios, não sendo, portanto, exclusividade dos produtores de tabaco. Fator que demonstra que essa instituição, bem como a tradição está muito pautada em uma forma de agricultura baseada na produção de matéria prima para um mercado já estruturado ou na relação com os Complexos Agroindustriais.

O fumo dá serviço, mas é o que mais dá aqui no cerro né. Na parte do serro aqui. Estão falando inté por hectare dá mais que arroz. Porque nós ali com tratorzinho, com uma junta de boi, um arado ali nós fizemo. E a lavoura de arroz né, tem que ter máquina, tem que ter trator do bom, tem que ter maquinário né (Família Nº 03, agricultor de 51 anos, 2015).

O fumo é pra área pequena né (Família Nº 05, agricultor de 55 anos, 2015) [...] Área pequena e dobrada né (Família Nº 05, agricultora de 47 anos, 2015) [...] É que a renda de um hectare de fumo é grande né, então pega uma pessoa que tem pouca área, tem uma renda grande né, com menos área (Família Nº 05, agricultor de 24 anos, 2015).

Começamos porque é a única renda que tem aqui, porque nessa terra não tem outra, porque as pessoas que não plantam fumo, plantam soja, arroz e para essas terras nossas aqui não dá, a única coisa que dá é fumo (Família Nº 20, agricultora de 46 anos, 2015).

Observa-se, também, que essa justificativa também é mantida entre os produtores que abandonaram a produção de tabaco. “Em área pequena é o único, não tem o que bate” (Família Nº 04, agricultora de 54 anos, 2015). Mesmo apostando em outras atividades, com uma propriedade diversificada e com a comercialização tanto através da venda direta quanto para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o agricultor faz um comparativo que utiliza para justificar o que acredita ser o motivo pelo qual os demais produtores não param de cultivar o tabaco. “Eu mesmo, ano passado plantei um quadrinho que ia 02 mil pés de fumo, daria 15 arroba, a 100 reais que tivesse, dava 1500 reais e o feijão deu dois sacos, a 120 ou 100 dá 200 (Família Nº 04, agricultor de 36 anos, 2015).

Fato que também ocorre na narrativa da trajetória da família nº 12, em que houve a conversão para a produção de cachaça, mas retornaram a produzir o tabaco. “O fumo para mim representa a comida que eu boto na mesa, é do fumo que sai. Com toda essa construção é até uma vergonha dizer isso, mas é do fumo que eu tiro o sustento” (Família Nº 12, agricultor de 51 anos, 2015).

Assim, na relação com o actante tabaco, os agricultores reconhecem a rentabilidade e a sobrevivência de suas famílias no rural. Aspecto percebido nas interpretações dos sentidos que eles atribuem ao tabaco.

Hoje representa bem dizer, tudo quase. Tudo e nada bem dizer, quase ao mesmo tempo [...] Eu acho que o fumo ainda, ainda, pode dizer que aqui do jeito que nós temo é tudo. A gente tá tentando sair fora e largar, mas se não tem outra saída, aqui o que dá é o fumo, não adianta (Família Nº 06, agricultor de 42 anos, 2015).

Eu sinceramente não sou favorável ao tabaco, sou favorável porque ele me dá uma renda maior, eu me obrigo a plantar o tabaco porque é uma salvação da minha propriedade (Família Nº 13, agricultor de 54 anos, 2015).

Poxa vida, essa pergunta ninguém me fez até hoje. Eu resumiria em sustentabilidade apesar das dificuldades e do esforço físico que tanto

exige, é a sustentabilidade familiar hoje pra mim (Família N° 08, agricultor de 36 anos e representante do STR, 2015).

Dessa forma, ao mencionar a possibilidade de proibição do cultivo de tabaco, fato que percorre as redes sociais locais, os agricultores reagem afirmando a importância da produção de tabaco para a sobrevivência do meio rural desses municípios. “A rentabilidade de muitas famílias, é o principal, e se tira o fumo, fica complicado pra sobreviver, para manter a renda familiar” (Família N° 08, agricultor de 36 anos e representante do STR, 2015). Interpretação que, na análise da pesquisadora entrevistada, é fruto de um longo trabalho das empresas fumageiras. A pesquisadora interpreta essa instituição como uma construção feita pelos representantes das empresas fumageiras como forma de manter a vinculação, o que ela chama de dependência dos agricultores com as empresas. Uma perspectiva relacionada ao olhar da teoria crítica que interpreta a existência de dominação e hegemonia.

O trabalho mais eficiente que o segmento hegemônico conseguiu fazer foi na cabeça dos produtores. Então, eles pensam de forma teleguiada praticamente. Infelizmente, quando eles se sentem confrontados com isso, eles reagem agressivamente até, em reuniões, audiências públicas, em diversas oportunidades. Dizem, “sim, mas se não é o fumo, o que nós vamos fazer? Me diz o que nós vamos fazer?” (Pesquisadora Entrevistada, 2015).

Esse é um questionamento presente em muitas das conversas e espaços públicos em que os agricultores são questionados sobre a permanência com a cultura do tabaco. “Mas o que nós vamos fazer?” é uma reação às críticas, que demonstra a institucionalização de interpretações em torno do tabaco como única alternativa de renda para a pequena agricultura.

Quando mencionadas alternativas à produção de tabaco, como, por exemplo, programas e projetos oriundos de entidades locais, os agricultores reivindicam justificações que são relacionadas à falta

de mercado ou a pouca renda oriunda do que muitos chamam de “miudezas”. “Mas não tem outra coisa que dá pra plantar. Aqui sobra de tudo um pouco, a gente aqui vende também açúcar de cana e amendoim, Mas, não é uma coisa que dá pra dizer que eu posso comprar alguma coisa com aquilo ali, dá só pra mercado” (Família N° 02, agricultora de 56 anos, 2015).

A afirmação da agricultora reflete a interpretação de que a comercialização de alimentos que não estejam vinculados a *commodities*, é fruto do excedente da produção para subsistência e serve apenas para algumas contas da casa, não sendo contabilizado como renda. Assim, ao serem questionados sobre as suas fontes de renda, os agricultores ignoram a renda advinda da comercialização de produtos como queijos, embutidos, ovos, hortigranjeiros, derivados da cana de açúcar, entre outros que possuem comercialização esporádica ou cotidiana, normalmente informais. Isso também ocorre, pois a produção e comercialização destes produtos, hoje, necessita de maior investimento para sua formalização, o que ainda é motivo de muita resistência destes agricultores.

Outro argumento que sustenta a justificação de que é o fumo que dá lucro para a pequena propriedade é apresentado pelo agricultor da família n° 13. “E o fumo tem esse retorno rápido [...] Você coloca o fumo em setembro, em janeiro você já tem dinheiro [...] e não tem burocracia” (Família N° 13, agricultor de 54 anos, 2015). Dimensionam, portanto, o tempo de retorno financeiro da produção ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, emergem momentos de reflexão dos seus mundos que remete à longa jornada anual de trabalho com a produção de tabaco.

Com isso, observa-se que a lógica industrial é acionada pelos fumicultores, mesmo quando já estão em processo de mudança para outro modo de vida ou outras formas de sobrevivência.

Por enquanto não, porque a única coisa que o povo está indo ainda é com o fumo, por mais que tu plante pouco, mas um pouco tu tira para passar o ano (Família N° 20, agricultora de 46 anos, 2015).

Se parar a planta do fumo vai estar pior do que agora, muitas famílias vão se ver mais difícil (Família N° 21, agricultora de 41 anos, 2015).

Portanto, seguindo o emaranhado institucional que confere caráter valorativo à produção de tabaco, tem na lógica industrial um conteúdo de justificação. Tomando o termo industrial da *citée* Industrial de Boltanski e Thévenot (1991), compreende-se que essas interpretações estão relacionadas à busca por maior eficiência e, assim, o vínculo entre humanos e objetos é funcional, sendo os objetos mais relevantes os que incrementam a eficiência produtiva (Niederle, 2011). Nesse caso, o tabaco, nas condições apresentadas pelos atores, é engrandecido como o mais eficiente e, portanto, o que pode trazer condições de sobrevivência para as famílias imersas nesse contexto. Essa grandeza é dimensionada na medida em que são desqualificadas outras possibilidades de produção agrícola, sempre no senso comparativo apresentado por Boltanski e Thévenot (1991) no que tange à definição do que é grande e do que é pequeno.

A justificação da rentabilidade em pequenas áreas e, principalmente, terras dobradas, seguindo a lógica da rede institucional que sustenta a fumicultura, vem acompanhada, ainda, da interpretação do tabaco como responsável pelo desenvolvimento das propriedades e dos municípios. Resgatando a história dos municípios e de suas famílias, todos os agricultores acionam uma história de pobreza que foi transformada com a renda do tabaco, dando-lhes melhores condições de vida.

**“Graças ao tabaco nós temos o que temos”:  
recorrendo a uma concepção de desenvolvimento  
como elemento de justificação**

O desenvolvimento é acionado como elemento que compõe as gramáticas críticas pela rede de atores que buscam desmoralizar

o tabaco, os quais acionam interpretações que relacionam o desenvolvimento à liberdade de escolha, sustentabilidade em âmbito social, cultural, econômico e ambiental. Por outro lado, o elemento desenvolvimento também compõe a gramática de justificação acionada pela rede em defesa do tabaco, empresas fumageiras, representantes dos agricultores e os próprios produtores de tabaco, que justificam a grandeza do tabaco no emaranhado institucional, conforme analisado neste tópico.

Conforme já exposto, no município de Jaguari, poucos eram os produtores de tabaco, uma vez que a produção de vinho, cachaça, feijão, soja e milho, dentre outros produtos para o consumo e comercialização do excedente foram destacando-se entre os colonos que ali se instalavam. Contudo, no Quarto Núcleo Colonial Italiano e na Colônia Santo Ângelo, os quais abrangem o município de Dona Francisca e Paraíso do Sul, aqui pesquisados, de origem colonial italiana e alemã, o tabaco esteve presente de forma constante desde a colonização da segunda metade do século XIX, acompanhando também o cultivo de feijão, soja e milho, dentre outros produtos para o consumo e a criação de animais.

Nesse processo histórico, os atores locais observam a melhoria das condições de vida dos agricultores fumicultores e reivindicam o sentido da fumiicultura como desenvolvimento para esse município. Aspecto que aparece nas observações de um orientador agrícola, filho de agricultor familiar do município de Jaguari.

A área que eu atendo, tem muitos produtores que dá para dizer que eles mudaram da água para o vinho, em qualidade de vida. É uma casa muito melhor que eles têm, com conforto dentro, um carro do ano, tratores, equipamentos. O produtor a cada ano vem evoluindo, por isso que esses que conseguiram ter uma boa safra acabaram se fixando no interior e não foram embora porque começaram a ter vantagem. [...] Se tu fala com o produtor ele vai dizer que tudo que adquiriu foi graças à cultura do tabaco (Orientador Técnico 02).

O conteúdo da interpretação justificada a partir do desenvolvimento também recorre à qualidade de vida dos agricultores, assim como o conteúdo acessado para desmoralizar a produção de tabaco pela rede antitabaco, que relaciona a produção de tabaco à falta de qualidade de vida. Ambiguidade que se assenta sobre o mesmo recurso semântico, mas com diferentes interpretações dos significados que dão sentido a ele. Esse aspecto também é corroborado pelas narrativas das trajetórias dos agricultores entrevistados, os quais, mesmo que reclamem do trabalho, dos preços e da relação com a empresa, evocam o desenvolvimento de sua propriedade ou de sua família relacionado ao tabaco. Evocações que estão relacionadas, principalmente, ao passado, continuamente sendo reforçadas que, na realidade atual, a lucratividade não é mais a mesma.

[...] Só que aí naquela época, o pai sempre comenta que com uma estufa pequeninha com poucos mil pés o meu avô sustentava uma família de 07 filhos e ainda sobrava dinheiro pra empresta na época né, porque eram poucas pessoas que produziam fumo. Só que aí depois foi mudando a coisa (Família Nº 22, agricultora de 26 anos, 2015).

Porque na época do pai não existia, era miséria, era assim plantava pra sobrevivência [...] O fumo trouxe, hoje essa gente tem terra, carro, trator é do fumo porque se fosse de soja essas coisas não, pra pequena propriedade se não é o fumo não é fácil né, não tem outra coisa (Família Nº 22, agricultor de 60 anos, 2015).

As narrativas sempre evocam, comparativamente, o que os agricultores entrevistados chamam de um tempo de miséria em que a sobrevivência da família era ameaçada e um tempo de conforto, conforme almejavam, que é definido como o tempo atual. Assim, descrevem o que conseguiram ao longo da vida e qual foi o papel do tabaco nessa trajetória. Ao falar do significado do tabaco na vida da família, a agricultora destaca: “Foi uma coisa que começou a mudar para nós, pelo menos para começar a comprar alguma coisa no começo” (Família Nº 21, agricultora de 41 anos, 2015). Assim, o sentido do tabaco também está relacionado ao que

a família conquistou ao longo dos anos. “Significa muita coisa, porque é a única renda, né! Tudo que tem na propriedade vem do fumo” (Família Nº 20, agricultora de 46 anos, 2015).

Nas entrevistas, os agricultores foram questionados sobre as suas opiniões em relação ao desenvolvimento das suas propriedades, com o objetivo de avaliar as suas interpretações sobre esse objeto que vinha sendo acionado tanto pelo movimento de crítica da rede antifumo, quanto pelas empresas fumageiras nos ambientes de disputa acessados nos meios digitais. Apesar das compressões de que ainda podem desenvolver mais, os agricultores responderam de forma a identificar as suas propriedades como desenvolvidas. Na maioria dos casos, o desenvolvimento é interpretado como acesso a benfeitorias, à casa, a um carro, acesso à telefonia, à alimentação, à escolarização, etc. Esse desenvolvimento é reivindicado como fruto dos recursos financeiros oriundos da produção de tabaco. “O fumo, pra mim, é tudo acho, porque não tem outro modo de viver, assim. Pra nós aqui. Tudo que eu tenho foi assim, produzindo fumo, porque outra coisa não vem” (Família Nº 03, agricultora de 43 anos, 2015).

É interessante a compreensão da autonomia expressa pela agricultora que parou de cultivar o tabaco, mas que, mesmo assim, evoca o desenvolvimento da propriedade, oriundo da trajetória de produção de tabaco. “Só que a gente, muita coisa que tem hoje, tem através do fumo. Só que agora chegou num ponto que como tu tem, já pode escolher alguma coisa, então” (Família Nº 04, agricultora de 54 anos, 2015). Uma reivindicação que expressa a compreensão de autonomia como originária de uma condição de vida por eles estipulada que lhes permitisse escolher parar de produzir o tabaco.

Contudo, destaca-se, que essa é uma posição de respeito pela trajetória de vida e as escolhas da família, visto que essa frase foi em reação a uma narrativa de desqualificação do tabaco pelas dificuldades com os preços e com o trabalho e a saúde. A condição de autonomia e liberdade de escolha, muito retratada pelos fundamentos da rede antifumo, baseados na concepção de

desenvolvimento humano, é acionada por essa família a partir dos ganhos com a trajetória de produção de tabaco que lhes permitiu alcançar metas ao ponto de escolher novas trajetórias de vida. Assim como, identificado na narrativa do agricultor da família nº 24, que também parou com o cultivo do tabaco. “Eu não condeno ninguém assim por plantar e também não me arrependo de ter plantado porque foi a cultura que nos sustentou até ano passado. Então, não é tão simples assim parar de plantar fumo pra entrar em outra cultura” (Família Nº 24, agricultor de 26 anos, 2015).

Compreensões que salientam uma situação de vulnerabilidade anterior à produção de tabaco, a qual é superada, em parte, pelo acesso a bens de consumo e o que eles destacam como melhor condição de vida. “O benefício é que você consegue atender teus compromissos, sempre sonhei em ter um carro, a minha casa e eu consegui formar meus filhos com o fumo. O fumo pelo menos você trabalha, mas você vê o ganho” (Família Nº 13, agricultor de 54 anos, 2015).

Outro componente que dá sentido ao desenvolvimento para algumas das famílias entrevistadas é o acesso à terra que é narrado por alguns agricultores como fruto da lucratividade do tabaco. “Compramos mais 27 hectares com dinheiro do fumo, sem financiamento, sem banco da terra, nada, a única coisa que financiamos foi o trator, pelo investimento Mais Alimentos” (Família Nº 18, agricultor de 36 anos, 2015). A terra foi um motivador para o cultivo do tabaco pela família nº17, os quais eram trabalhadores assalariados e filhos de prestadores de serviços, portanto, sem herança de terra. Ao serem questionados sobre porque iniciaram o cultivo do tabaco, o agricultor expõe: “Era o único jeito para tentar pagar. No primeiro ano de pagamento da terra, eu arrumei e não sobrou um real. Eu paguei R\$ 1.740,00” (Família Nº 17, agricultor de 49 anos, 2015).

Dessa forma, ao olhar tanto para sua realidade quanto dos demais agricultores do município, o agricultor entrevistado da

família nº 18, destaca o papel da agricultura e da produção de tabaco na sua vida e na história do município.

Se não fosse o fumo ia ter dinheiro da onde pra comprar as coisas? [...] vão pra cidade fazer o que? Tão tudo mal, não vai ter dinheiro, o comércio tudo gira daí. Se não fosse o fumo não seriam nada. Hoje, todo mundo tem uma casinha bonita, carro, trator, antigamente quando ia jogar bola lá, não tinha nada, umas casinhas velhas, sem carro, hoje todo mundo tem carro, internet (Família Nº 18, agricultor de 36 anos, 2015).

Na opinião dos agricultores, o tabaco gera desenvolvimento não apenas para a economia rural, mas também dos espaços urbanos. Interpretação também corroborada por um dos orientadores técnicos entrevistados.

Aqui, fumicultor é a base da economia do município [...] É a sustentabilidade deles. Nós estávamos conversando isso domingo, se sair o fumo de Jaguari, Jaguari fechar não fecha, mas vira uma cidade aposentada, porque o pessoal não vai ter o que fazer. Hoje o que mantém o município é o fumo. Hoje eu não sei quanto que está, mas a quatro, cinco anos atrás, 49% do movimento da prefeitura era o fumo. Só no município de Jaguari a Souza Cruz ano passado movimentou 11 milhões de reais (Orientador Técnico 03, 2015).

A compreensão de desenvolvimento como justificativa para a produção de tabaco é salientada também por uma representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul [EMATER-RS], filha de agricultor familiar, a qual apresenta a interpretação de sua mãe que vive há mais tempo no município. Ao ser questionada sobre a sua interpretação de desenvolvimento, a entrevistada salienta diferentes interpretações sobre o desenvolvimento. Observa-se que há a compreensão do desenvolvimento a partir da qualidade de vida oriunda das concepções apresentadas pelo movimento de crítica da rede antitabaco, ao mesmo tempo

em que ela reconhece as concepções dos agricultores, salientando como desenvolvimento econômico.

[...] Mas na questão econômica, casas melhores, as famílias com carro, as vezes até dois, três por família. Alguns filhos que ficaram construíram casas boas perto da propriedade dos pais, e todos na fumicultura né. Então lado econômico assim. Apesar de que tem anos que tem crise né, como esse ano foi um ano de crise, não geral, mas assim a maioria dos produtores de fumo foi complicado, tá complicado a situação. Só que tem aquilo né, lado econômico muito bom, mas o lado social, o lado ambiental, a questão da sustentabilidade, tanto a sustentabilidade alimentar das famílias, a gente vê que a questão da fumicultura é precária (Representante da Emater EMATER-RS Nº 01, 2015).

Assim, o desenvolvimento consiste em um bem comum que é interpretado de forma diferente pelos atores envolvidos. Ao serem questionados, os agricultores fumicultores atribuem ao tabaco um processo de desenvolvimento de suas propriedades e de seus municípios compartilhando um quadro de referência que remete ao acesso a bens que conferem a eles comodidades, confortos, suprindo algumas de suas necessidades. Além disso, remetem aos sonhos que são alcançados como justificativa para as escolhas históricas de vínculo com o tabaco.

### **Considerações finais: a rede institucional que justifica a produção de tabaco**

Ao fim, buscamos compreender por que os agricultores continuam a produção de tabaco, mesmo diante dos movimentos de críticas, inclusive por eles protagonizados. Nesse intuito, identificamos que as respostas a esse questionamento são compreendidas a partir de interpretações e condutas compartilhadas que conformam a realidade dos agricultores familiares fumicultores mobilizadas a partir

da necessidade de justificar as suas ações quando imersos em regimes metapragmáticos.

Imbuídos dessa compreensão e das ferramentas de análise anteriormente apresentadas, analisamos as entrevistas com os agricultores fumicultores, orientadores técnicos e representantes do setor, buscando compreender quais as instituições que sustentam a produção de tabaco.

Com isso, identificamos uma lógica tradicional de vinculação afetiva, aliada a uma lógica industrial de produtividade e eficiência, somadas à evocação de desenvolvimento, atribuídas ao tabaco como instituições que justificam as ações dos agricultores. Assim, o estado de grandeza do tabaco é qualificado a partir dos vínculos histórico e relacionais com esse actante que dá sentido ao rural e à relação com a terra e o trabalho, bem como está associado ao histórico de conhecimento construído ao longo dos anos e que também se relaciona com a história dos municípios. Além disso, a qualificação do tabaco é valorada pela eficiência produtiva nas condições de pequenas propriedades e terras dobradas apresentadas pelos agricultores, o qual garante a sobrevivência das famílias e dos pequenos municípios. Aliado a isso, compreendem que o tabaco gerou e gera desenvolvimento, o qual é significado como o acesso a bens materiais, melhoria das condições de vida que garante certa autonomia, a partir de um histórico de sustento das famílias produtoras e dos municípios envolvidos.

Além disso, observamos que as instituições não devem ser compreendidas de forma fragmentada, na medida em que são evocadas de forma conjunta pelos agricultores, o que nos fez compreender que existe uma rede ou um emaranhado de instituições que sustentam e justificam a produção de tabaco. É, portanto, esse emaranhado que emerge nos momentos metapragmáticos em que os agricultores foram instigados a refletir sobre o porquê conduzem suas vidas dessa maneira e, assim, acionam esses elementos, qualificando-os como forma de confirmar e estabilizar as suas realidades.

Compreendemos que esse emaranhado emergiu a partir de uma trajetória de interação entre as transformações no ambiente, os hábitos originários de experiências de vida que geraram interpretações e passaram a ser reproduzidas pelo grupo que deu sentido a eles e, assim, compartilhado pelos diversos agricultores, bem como, pelas empresas fumageiras. Essas instituições dão contorno à vida social que segue seu curso em um regime pragmático de paz e que, diante de momentos críticos, de regimes metapragmáticos, são acessadas para reestabilizar a realidade.

Cabe-nos ainda destacar que o percurso teórico e metodológico escolhido como “óculos” para olhar e compreender essa realidade não condiz com as compreensões que destacam essas afirmações como oriundas das empresas fumageiras, as quais dominaram o pensamento dos agricultores. Compreendemos, sim, que as empresas fumageiras são um dos atores que, na arena da fumicultura, fazem parte do processo de interação e de seleção de hábitos de pensamento e de comportamento que contemplassem objetivos e interpretações existentes nesses períodos.

Dessa forma, entendemos que os agricultores não são sujeitos passivos de um contexto de dominação, mas atores de um processo de interação que, na organização da vida social, dá origem a acordos que conformam a realidade durante um determinado período. Isso porque, compreendemos que a realidade e a vida social são mais complexas do que uma condição estruturante de dominação vertical, o que não quer dizer que não existam relações de poder, assimetrias e processos de dominação.

Com isso, buscamos responder ao questionamento de porque os agricultores familiares continuam a produzir tabaco mesmo diante de um contexto de produção de muitas críticas em relação a este actante. Por meio do olhar teórico e metodológico apresentado, foi possível identificarmos as instituições que sustentam a fumicultura no Rio Grande do Sul a partir do emaranhados de narrativas e reivindicações sustentadas em um momento em que o tabaco é colocado a prova. Compreender essas instituições é fundamental

para estratégias de desenvolvimento que buscam a diversificação dessas áreas, bem como para as diversas estratégias de desenvolvimento que possam estar relacionadas à produção de tabaco ou não, dentre os diversos atores.

## **Bibliografia**

Agnes, Chaiane (2014). *Mudanças institucionais na agricultura familiar: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul*. [tese de doutorado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Moraes de Andrade, Marcelo. *Racionalidade limitada entre agricultores familiares produtores de tabaco no Vale do Rio Pardo/RS*. [Dissertação de mestrado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Boltanski, Luc (2009). *De la critique. Précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard NRF Essais

Boltanski, Luc (2011). *On Critique: A Sociology of Emancipation* (translated by Gregory Elliot). Cambridge: Polity Press.

Boltanski, Luc (2013). Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. *Sociologia e Antropologia*, 06(03), 441-463.

Boltanski, Luc e Chiapello, Ève (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Boltanski, Luc e Thévenot, Laurent (1991). *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.

Bonato, Amadeu (2009). *Conjuntura: Fumo/A fumicultura e a Convenção-Quadro Desafios para a Diversificação*. Curitiba: DESER..

Dodier, Nicolas (1993). Agir em diversos mundos. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant (org.). *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez, Fapespe.

Etges, Virgínia Elisabeta (1991). *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC.

Hodgson, Geoffrey (2004). *The evolution of institutional economics: agency, structure and Darwinism an American institutionalism*. New York: Routledge.

Hodgson, Geoffrey (2006). What are institutions? *Journal of Economic Issues*, 40(1), 1-25.

Hodgson, Geoffrey (2007). Institutions and individuals: interaction and evolution. *Organization Studies*, 8(1), 95-116.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2014). *Agropecuário*. <http://www.ibge.gov.br/home/>.

Niederle, Paulo André (2011). *Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Rudnicki, Carlise Schneider (2012). *Relações de confiança no Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil*. [Tese de Doutorado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Silva, Leonardo Xavier (2002). *Análise do Complexo Agroindustrial Fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação*. [Tese de Doutorado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Silva, Vagner Luís (2010). Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. *Política & Sociedade*, 9(17), 289-323.

Silva, Leonardo Xavier; Libardoni Paulo e Farias, Guilherme Silva (2013). *Descrição e análise do perfil socioeconômico das áreas e dos produtores de fumo em folha no Sul e no Nordeste do Brasil: um estudo baseado nos resultados do Censo Agropecuário 2006*. Brasília, Relatório de Pesquisa Ipea.

Sinditabaco (2013). Tabaco no Sul do Brasil: tradição e renda. *Relatório sobre o tabaco no Sul do Brasil*. [http://sinditabaco.com.br/wp-content/uploads/2013/03/12620\\_2013\\_arquivo\\_pdf\\_relatorio\\_tabaco\\_sul\\_brasil\\_2013.pdf](http://sinditabaco.com.br/wp-content/uploads/2013/03/12620_2013_arquivo_pdf_relatorio_tabaco_sul_brasil_2013.pdf)

Uba, Daniel (2012). *Agricultores Familiares e diversificação em áreas de cultivo de tabaco: o caso de Monte Castelo/SC*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal de Santa Maria.

Veblen, Thorstein (1983). *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural.



# Produção, assistência técnica, comercialização e conflitos na cadeia produtiva do tabaco

*Ezequiel Redin*

A produção de tabaco representou um bônus e um ônus ao sistema social e econômico: o bônus econômico garantiu a permanência dos agricultores familiares na atividade, enquanto o ônus ao sistema público de saúde e ao meio ambiente representam inquietações permanentes na sociedade – este último, motivo de intensos conflitos e disputas de poder. O debate da cadeia do tabaco é marcado, contemporaneamente, por distintos problemas: o econômico, as consequências sociais (saúde pública) e ambientais.

Para uma família produzir tabaco é necessário pouca terra, conhecimento especializado e boa infraestrutura. A experiência produtiva coloca os herdeiros em disposição para reproduzir o que lhes foi apresentado como opção de acumulação e reprodução social. Nessa lógica, o tabaco foi internalizado como alternativa estratégica para as pequenas propriedades dispostas de recursos restritos, em função das suas limitações e possibilidades. Em torno da produção do tabaco, os agricultores desenvolveram lutas históricas, especialmente, pela melhoria dos preços da principal produção mercantil, o que possibilita acumular conhecimento e meios de produção ao longo do tempo, mas não elimina as diversas

estratégias em torno da reprodução da família rural. Um campo recheado de agentes e agências em plena competição para determinar as regras do jogo, um dilema entre o Estado (agente regulador), as indústrias (agentes multiplicadores), a política (agentes indicadores) e os agricultores (agentes produtores) em plena alteração para realçarem sua hegemonia no campo.

Neste trabalho, analiso a produção de tabaco e a reprodução econômica da unidade de produção no atual contexto de programas internacionais e nacionais, que procuram reduzir a produção do tabaco e defender a diversificação produtiva em áreas de cultivo do produto, evidenciando as contradições e a relevância das estratégias de investimento econômico das famílias rurais para o município de Arroio do Tigre, estado do Rio Grande do Sul [RS].<sup>1</sup> Justifico tal imersão com a proximidade da realidade local em função de a minha família produzir tabaco e de o município se tornar referência nos ranqueamentos de produção de fumo no sul do Brasil.

A pesquisa compõe-se a partir de uma combinação de técnicas, tais como: dados secundários, pesquisa de campo através de entrevista semiestruturada com agricultores e assistentes técnicos da cadeia produtiva do tabaco e também uma imersão participativa, pela minha vivência familiar, que historicamente produz tabaco em Arroio do Tigre. Realizei entrevistas semiestruturadas com agricultores que produzem tabaco em diferentes regiões do município, abordando, principalmente, questões como a produção, a relação com a assistência técnica, as percepções sobre o jogo da comercialização e as restrições legais em torno da cadeia produtiva

<sup>1</sup> O texto é uma atualização de parte da Tese de Doutorado intitulada “Família rural e produção de tabaco: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural [PPGExR], da Universidade Federal de Santa Maria [UFSM], sob a orientação do Prof. Joel Orlando Bevilaqua Marin. Parte do curso de doutorado, bem como parte da realização da pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

do tabaco<sup>2</sup>. Para tanto, fiz análises das entrevistas, bem como apresentações do contexto, em especial, com foco no espaço temporal das últimas décadas de produção. O estudo de caso apresenta, nesse ínterim, possíveis dilemas e problemas passíveis de generalização para toda a cadeia produtiva de tabaco no Brasil.

Inicialmente, traço um cenário da produção de tabaco no campo econômico e como a família rural está circunscrita nesse contexto. Em seguida, abordo a questão do relacionamento dos técnicos, a família rural e o jogo social da comercialização do tabaco. No terceiro momento, apresento os conflitos no campo fumageiro com a eminência da Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco [CQCT], a intervenção do Estado e os dispositivos legais que reconfiguram as formas de trabalho e relações entre fumicultores e diaristas, e entre fumicultores e indústria no meio rural. Por último, foco em algumas considerações sobre a família rural na produção de fumo e na reprodução biológica, em suas interfaces contemporâneas em relação à dinâmica rural e no impacto nas relações sociais.

## **O tabaco e a reprodução econômica das unidades familiares**

O capital econômico na unidade familiar fumageira, na forma de diferentes fatores de produção (terra, trabalho e capital), é acumulado, reproduzido e expandido por meio das estratégias de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos sociais e matrimoniais a curto e longo prazo. Para Bourdieu (1994), em estudo das estratégias de reprodução social das famílias francesas, as estratégias de investimento econômico estão dirigidas ao aumento de capital em suas diferentes espécies, que podem envolver

<sup>2</sup> Para a tese, foram realizadas 31 entrevistas com falas registradas (gravadas e/ou escritas) e diversas conversas informais complementares ao estudo. Para este texto, foram selecionadas algumas entrevistas e incorporadas análises qualitativas resultantes da observação e do tratamento dos resultados.

relações sociais, como as estratégias matrimoniais e a reprodução biológica. Em Arroio do Tigre, a principal estratégia de investimento econômico de acumulação na agricultura de base familiar é o tabaco.

Os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná representam 94,9% da produção nacional de tabaco com 560.181 toneladas, 128.448 famílias e 246.590 hectares plantados, segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil [Afubra] na safra 2021/2022. O estado do Rio Grande do Sul lidera a produção de tabaco no Brasil. Entre os municípios do estado gaúcho, Canguçu é o maior produtor de fumo em folha por várias safras consecutivas. Arroio do Tigre, foco desta análise, figura entre os dezoito maiores produtores de tabaco, em especial, com contribuição na produção de fumo Burley no estado. Na safra 2021/2022, de acordo com dados da Afubra, foram produzidas 7.450 toneladas e 2.498 famílias estão envolvidas na produção de fumo no município de Arroio do Tigre (Afubra, 2022).

O tabaco traz uma contribuição à produção e à reprodução do capital econômico no município e no âmbito da família, expressando um *status* de desenvolvimento. Produzir fumo em folha sacralizou-se como uma lógica econômica coerente à reprodução social das famílias rurais de Arroio do Tigre. Para os agricultores, plantar tabaco não é uma livre escolha, mas a escolha mais racional que as famílias rurais têm disponível, atualmente. Nesse sentido, a produção de tabaco é a estratégia de reprodução principal das famílias rurais em Arroio do Tigre e tem uma justificativa generalizável: a alta renda bruta por hectare. O questionamento sobre os principais motivos para desenvolver a atividade passa por uma resposta sincronizada sobre o retorno econômico em pouca quantidade de terra. Para os agricultores, é difícil, num primeiro momento, raciocinar sobre outro fator que destoe do econômico, pois estão imersos na lógica do ingresso econômico na propriedade, o que acaba sendo, historicamente, uma das principais estratégias produtivas. As opiniões dos entrevistados em Arroio do Tigre

corroboram com os resultados da pesquisa na região sul de Santa Catarina, realizados por Paulilo (1990), e endossados pelo estudo de Prieb (2005), sobre a pluriatividade na atividade fumageira no Vale do Rio Pardo, pois os agricultores familiares anseiam pelo aumento da renda familiar e procuram estratégias para sua reprodução social.

O volume de dinheiro da cultura do tabaco, recebido após a comercialização, causa uma ilusão sobre a rentabilidade elevada, sendo que os próprios agricultores têm ciência de que o montante recebido não representa a universalidade dos ganhos. Os cálculos contábeis realizados pelos agricultores estão reduzidos ao binômio receita/despesa da cultura com a agroindústria ou agropecuárias da região, ou seja, existe uma simplificação dos gastos com os insumos agrícolas (mecânicos, biológicos ou químicos), os valores com seguro do tabaco ou com a contratação temporária de diaristas. Portanto, para os agricultores, as despesas são, estritamente, aquelas provenientes de fora da propriedade. Ademais, possuem consciência de que não contabilizam, no cálculo econômico, a remuneração da mão de obra da família, a depreciação das máquinas e instalações ou outras ações que envolvem recursos já disponíveis na unidade de produção. As pesquisas de Etges (1991), Vogt (1997), Boeira (2002) e Lima (2007) relativizam acerca da rentabilidade elevada da produção de tabaco com argumentos sobre a baixa remuneração da força de trabalho e certa dependência ao sistema agroindustrial.

De fato, as tarefas na produção de tabaco são intensivas em mão de obra. A família rural fumicultora necessita seguir um rígido calendário de atividades agrícolas que se inicia na produção e plantio de mudas, manejo da lavoura, desponete e controle dos brotos, colheita, cura, armazenagem, comercialização e outras atividades, como construção, melhorias, reformas das unidades de cura, paiol, varandas e benfeitorias. Para a família rural, seguir algumas orientações da empresa nem sempre é um fardo, pois há a consciência de que, seguindo certos padrões na produção de

tabaco, haverá um produto final de boa qualidade, produtividade e rentabilidade. Não obstante, o que a família não permite é que pessoas sem vínculo afetivo algum opinem que suas formas de produção não estão corretas ou que, trabalhando de outra maneira, podem melhorar a eficácia. Tais opiniões são deslegitimadas com argumentos de que não se conhecem as lidas diárias da produção de tabaco.

Em Arroio do Tigre, as famílias rurais elencam diversas razões para dar continuidade à produção do tabaco, tais como: a alta renda bruta por hectare, a existência de seguro agrícola, a rusticidade da cultura, a assistência técnica, a garantia de compra da safra, o sistema de produção intensivo, a possibilidade de duas culturas na safra, após a retirada do tabaco, o financiamento e crédito de insumos e instalações, a responsabilidade da logística do produto pela empresa, o uso de mão de obra familiar e a negociação de preços antes, no momento e pós-comercialização. Além disso, há elementos não econômicos que também se configuram como relevantes à continuidade da produção de tabaco: saber fazer, reconhecimento social, confiança, tradição produtiva, segurança, e ação de cooperação entre agroindústrias e fumicultor.

A cultura do tabaco foi resultado da incorporação cultural e produtiva, ou seja, uma produção historicamente conduzida, que se tornou naturalizada entre os agricultores de Arroio do Tigre. Por mais que as famílias indiquem outras estratégias para o futuro, elas estão imbricadas pelo sistema de integração do tabaco. Muitas famílias argumentam que têm por objetivo cessar com a produção quando os filhos terminarem os estudos ou quando casarem ou, ainda, quando a família projetar os herdeiros à terra ou fora dela. No entanto, não conseguem se desprender da atividade de maneira tão fácil. Tal comportamento reflete-se na produção de fumo em folha no município.

A lavoura *tipo ideal*, que pode ser gerida por uma família de três integrantes (pai, mãe e filho) em condições de se obter uma boa produção e qualidade final, tem 35 mil pés de tabaco, ocupa dois

hectares e exige galpões (entre dois ou três, dependendo do tamanho) ou uma estufa a lenha (eucalipto) ou elétrica (LL). Quanto maior o número de integrantes na família, maior a quantidade, em potencial, de tabaco que podem cultivar. O tabaco tipo Burley, de coloração castanha e textura média, é produzido em maior quantidade e em maior número de propriedades pelas famílias rurais de Arroio do Tigre, pois dependem de menos investimentos e mão de obra, em especial, no momento da colheita, que é o ponto crucial da qualidade da folha. Durante a década de 1990, a colheita do fumo baixeiro era realizada pelas famílias antes do corte do pé, entretanto, nos últimos anos, não tem sido realizada pelas famílias, por dispender de maior necessidade de trabalho, apesar da indicação da indústria.

A produção de tabaco representa cerca de 70% do Produto Interno Bruto [PIB] de Arroio do Tigre. Todo o processo, desde o início da atividade até a comercialização, precisa receber cuidados da família rural. A cultura exige a presença constante de cuidados da família rural, desde a semeadura até a colheita e cura, com objetivo de se obter o máximo de produtividade e qualidade do produto final. A produção de tabaco pelas famílias rurais representa uma posição de poder, sobretudo poder econômico, que guia a conduta dos agentes sociais na região, sendo produto de uma relação histórica de diferenciação.

O tabaco no âmbito da família rural arroio-tigrense é uma renda central. Outros produtos agrícolas comerciais situam-se como complementares para a renda econômica da propriedade. Os produtos voltados para o autoconsumo são desprezados do cálculo econômico, apesar de cientes da importância para a alimentação da família. Reproduzir a cultura do tabaco entre as famílias no ciclo geracional é reproduzir a estrutura econômica da unidade de produção, que se organiza em prol das trocas no mundo dos negócios, num jogo social que, de uma forma ou outra, pode garantir a reprodução social no meio rural. Além disso, o tabaco é produto de experiências sociais e produtivas, legitimadas, ainda, pelo capital

cultural quando as pesquisas de melhoramento da planta do tabaco são realizadas por técnicos de nível médio, formação superior e com pós-graduação. Portanto, o esforço do lado da família em continuar produzindo está inculcado, também, no alto investimento tecnológico sobre a produção de fumo em folha.

## **O orientador de tabaco e a família rural**

A relação entre a família rural e os técnicos da indústria do tabaco (orientadores de fumo) tornou-se tensa ao longo do tempo, com certo grau de desconfiança. Historicamente, os estudos apontam que, para fortalecer essa relação, a maioria das empresas possuem como política a seleção de técnicos orientadores que residam nas comunidades onde se localizam as unidades de produção (Paulilo, 1990; Buainain *et al.*, 2009). Sendo membros da comunidade, os orientadores estariam em melhor posição para obter informações sobre os produtores, bem como estabelecer laços de confiança (Buainain *et al.*, 2009). Porém, atualmente, com a demanda por procedimentos legais, o aumento das famílias fumicultoras e o atendimento de condições burocráticas, o instrutor passou a ser um simples executor das determinações burocráticas da empresa e tem relativa distância do agricultor, o que causa estranhamento e desconfiança na relação.

Contemporaneamente, os vínculos de confiança pessoal entre o instrutor e o agricultor foram fragilizados. O instrutor é percebido, pelos agricultores, como um agente intruso, que é guiado por metas, procedimentos burocráticos e informações tendenciosas, ou seja, um empregado cumpridor de requisitos das demandas da empresa, cujas orientações prejudicam a qualidade do tabaco e que usam estratégias discursivas para manterem-se ligados às empresas fumageiras. O orientador técnico, mesmo sendo um conhecido da localidade ou um parente próximo, atualmente, é visto como um agente de desconfiança no campo de poder. Atualmente,

são responsáveis pela assistência técnica de, entre 150 a 200, famílias produtoras de tabaco. Em relação a esses agentes, as famílias rurais apresentam uma aversão em relação ao seu papel de técnico, uma vez que questionam o fato de seu trabalho ser mais burocrático (fazer pedido, entregar manuais, cartões para os fardos, fiscalizar a entrega da produção ou cobrar clientes em débito com a empresa) do que a prestação de assistência técnica sobre a cultura do tabaco propriamente dita.

O orientador era considerado, historicamente, um agente de difusão de inovações, em especial, da cultura do tabaco. A resistência dos agricultores por novidades geralmente foi dissolvida pelas experimentações em unidades demonstrativas, em que os agricultores podiam comprovar os resultados a *olho nu*. Cientes de sua resistência, os instrutores de fumo dirigiam-se às propriedades dos agricultores e solicitavam a permissão da família rural para testar determinado produto químico ou insumo agrícola numa pequena área de tabaco em estágio de desenvolvimento. Com o passar dos meses, com efeito positivo na lavoura do tabaco, os agricultores eram convencidos, pelos orientadores, a modificar suas práticas agrícolas. Essa técnica tem sido, historicamente, utilizada pelas empresas fumageiras quando pretendem lançar uma inovação tecnológica para os agricultores do tabaco. Tal estratégia também é adotada pelas empresas comerciais do ramo do agronegócio, em diferentes focos, atividades e produtos.

Nas experimentações com novas variedades de tabaco nas propriedades dos agricultores, enquanto a empresa fornecia todos os produtos necessários ao cultivo, a família rural ingressava com a mão de obra e a responsabilidade de seguir as recomendações das culturas, recebendo visitas dos técnicos da empresa para fiscalização do desenvolvimento da pesquisa. Com tais estratégias, a indústria tratava de facilitar a adoção de suas inovações tecnológicas. A comunicação entre os agricultores, a visitação entre as famílias e a visualização do andamento da cultura por pessoas externas à propriedade facilitavam, demasiadamente, a difusão de informações

e conhecimentos pela comunidade rural. Quando os orientadores apresentavam a variedade, no momento da realização do “pedido” (celebração do contrato entre agricultor e empresa no início da safra), a resistência dos agricultores era menor em virtude do conhecimento prévio, seja por acompanhar o desenvolvimento na propriedade do vizinho, seja por ouvir comentários sobre o bom desenvolvimento da nova técnica produtiva. Esses fatos facilitaram a adoção de novidades tecnológicas para a cultura do tabaco. Análise similar convém para a implementação de novas estufas, como as estufas elétricas para a secagem do tabaco Virgínia.

O requisito básico para a contratação de orientadores para áreas de cultivo de tabaco é, geralmente, a diplomação em curso técnico em agropecuária. Às vezes, é indicado por outros técnicos mais experientes para exercer o ofício. Os conflitos entre a empresa e a família rural são mediados pelos técnicos. Porém, em boa parte dos casos, os técnicos não possuem poder de decisão sobre o principal ponto de divergência, isto é, o preço pago pelo tabaco no momento da comercialização.

## **O jogo social da comercialização do tabaco**

O problema da comercialização do tabaco é histórico. No estudo da agricultura familiar articulada ao complexo do fumo, Prieb e Ramos (2004) afirmam que existe uma situação de oligopsônio, da qual se favorecem as empresas processadoras, que operam de forma a estabelecer os preços de toda a cadeia, influenciando a oferta tanto da matéria-prima como do bem final para o que é fundamental, ou seja, o manuseio de estoques e o planejamento da produção (Prieb e Ramos, 2004). Diante de uma análise do discurso dos agricultores de tabaco em Arroio do Tigre, entendo que a dominação no processo produtivo está de tal maneira ancorada no inconsciente que eles não a percebem mais; que está de tal forma incorporada aos costumes, que essa situação é encarada naturalmente, não se

prevendo que os conflitos em torno do poder das empresas, tanto na produção como na determinação de preços, são processos de dominação consentida no campo. A mesma análise é válida para o discurso dos tempos em que o fumo era vendido para os comerciantes rurais, no qual a idealização do passado apresentava-se de forma tênue, mas que também os agricultores eram submetidos à arbitrariedade das regras impostas pelos compradores do tabaco.

No início do século XX, a classificação do fumo restringia-se a duas classes – primeira e segunda – e, anos mais tarde, em 1919, a classificação do fumo em folha foi estendida em sete classes. Em 2022, por exemplo, o fumo em folha tipo Virginia possuía 41 classes<sup>3</sup>; o fumo Burley, 30 classes; e o fumo Comum, 18 classes. O aumento do número de classes para a classificação do tabaco em folha representa, na concepção dos agricultores, uma estratégia que a empresa emprega com objetivo de diminuir, no ato da compra, o preço pago pelo produto. O aumento no número de classes é um grande embate entre empresas, Estado, entidades representativas e famílias agricultoras. Pedro, agricultor aposentado, contesta o foco de luta dos representantes da categoria:

Eu sempre digo assim, o pessoal briga por causa do preço, mas não adianta. O negócio é a classe. Não adianta pedir o preço lá em cima e a classe no momento da classificação fica lá em baixo, né! Então, para nós, é melhor o preço ficar como está e na hora de vender ter um preço bem bom. Compra meio ‘abare’, assim. Porque com a firma não adianta, eles fazem o que querem depois que o fumo está lá, eles fazem o que eles quiserem. (Entrevista – Pedro, agricultor)

O depoimento reforça um dos principais questionamentos sobre o aumento do número de classes, o que tem por objetivo um maior jogo de preço em anos de contextos instáveis nos contratos

<sup>3</sup> Atualmente, as empresas de tabaco possuem tabelas com classes e preços diferenciados, com assinatura de protocolo. Há empresas que criaram uma classe extra denominada “Plus”, que é um valor adicional por um tabaco classificado com de melhor qualidade do que os demais, agregando um valor diferenciado.

estabelecidos pelas indústrias fumageiras. Por outro lado, ao mesmo tempo em que a comercialização do tabaco é um problema, ela também é uma estratégia na comercialização de produtos agrícolas, pois a cultura do fumo é a única, com raras exceções, em que se negociam os preços anteriores à venda e na própria comercialização. Além disso, a intervenção do agricultor na classificação pode proporcionar maior acumulação, conseqüentemente, aumento na renda bruta da família rural. Conforme Boeira (2002), no estudo das estratégias de modernização e crescimento global da indústria de tabaco na Região Sul do Brasil, a definição antecipada dos preços mínimos a serem pagos aos produtores no final da safra é um dos motivos que gerou a estabilidade do sistema integrado.

Geralmente, os agricultores querem a garantia do preço previamente estabelecido, para, então, enviarem a produção à empresa. Entretanto, dificilmente o técnico pode garantir o preço e, quando o faz, usa do oportunismo, sendo que, depois que o tabaco está na empresa, o acordo oportunista não se concretiza. Em anos considerados excelentes, nos quais existe a perspectiva de falta de produto, os representantes das indústrias do tabaco chegam a ignorar a classificação padrão máximo e ofertam, para o agricultor, um valor por produto maior que o máximo estabelecido (o valor máximo é a arroba de BO1 para o tipo Virginia, e B1 para o tipo Burley), ignorando aspectos de qualidade e enfatizando maior relevância para a quantidade do tabaco. Nesse momento, a função do técnico é extremamente importante e garante um valor fechado já nos galpões do agricultor. Essa tática, além de agradar os agricultores, facilita o trabalho dos técnicos, sendo que, com isso, podem até aumentar o número de agricultores integrados, com exceção se a prática for realizada por todas as empresas ao mesmo tempo.

No entanto, as empresas usam múltiplas estratégias na compra, as quais se modificam de semana para semana, de contrato para contrato, de uma safra para outra safra ou, de forma mais específica, o preço pago pelo produto da família rural pode variar de um dia para outro, conforme as contingências do negócio. O caso

relatado pelo Sr. Pedro, agricultor familiar aposentado, é ilustrativo dessa questão:

O fumo não tem uma certeza, porque, às vezes, dá um ano bom no meio de dois, três ou quatro anos que o pau pega na classificação, o pau pega pra valer. Como que dá, às vezes, um ano ou dois ralos assim? Tem safras que o instrutor chega aqui em casa e diz não precisa surtir o fumo, tu só precisa atar, até tu entregar é isto. Mas com valor acima do melhor, 'abare' e isso aconteceu dois anos, assim. Mas, quantos anos era ferro brabo na hora de vender o fumo. (Entrevista – Pedro, agricultor)

Essa narrativa expressa a situação de ambiguidade e de incerteza quanto ao valor pago pelo tabaco. O rigor na classificação em determinadas safras, em contraponto com safras bem remuneradas para a família rural fumicultora, é uma constante incógnita. Os agricultores, quando satisfeitos com a compra da safra anterior, fazem aquisições, projetam novas safras e aumentam a quantidade produzida. Na outra safra, quando o valor pago pelo fumo em folha apresenta decréscimo, as expectativas são frustradas e os embates reemergem novamente. No entanto, os agricultores se veem presos ao sistema de integração do cultivo de tabaco. Apesar de frustrados, não pretendem desistir de cultivar fumo, pois usam o argumento “que é a cultura de maior renda para pequena propriedade”. A indústria, ciente dos ativos imobilizados, específicos para a cultura do tabaco, não se preocupa com a perda de alguns integrados, tendo em vista que pode recuperar em outras ocasiões. Para a indústria, o importante é continuar recebendo a mesma quantidade de tabaco, seja direto das famílias rurais integradas, de intermediários (picaretas) que comprem fumo de produtores de outras empresas, ou adquirindo tabaco de empresas de menor porte. Situação similar sobre a experiência da classificação relata o Sr. Nilton, 64 anos, agricultor:

Porque hoje eu tenho meu produto, é um tipo. Eu vou lá embaixo [Santa Cruz do Sul] pra vender, se eles estão nos dias bons, deles lá, eles te compram louco de bem. Daí, no outro dia, eu vendo o meu fumo com melhor qualidade do que esse que eu tinha, daí o cara vende mais mal. Por isso, depende, isso é tudo relativo. Porque, eles lá, não compram pelo que é o fumo, compram por média de ti. Então, é isso aí que tá funcionando, pra mim aconteceu esse ano, que eu deixei o meu melhor fumo pra vender por último, ia vendendo os outros, eu vendi melhor o fumo que era ruim, por um preço maior do que o fumo de boa qualidade que levei depois. (Entrevista – Nilton, agricultor)

Em anos em que a compra está excelente, acima do padrão normal, é valorizada a família que produz quantidade em detrimento daquelas que se dedicam à qualidade do fumo em folha. Nas safras de maior rigor na classificação, a família rural que se dedica a um maior cuidado com a planta, com foco na qualidade da produção, obtendo uma folha de bom tamanho e coloração atraente tem vantagem relativa. Nessas situações, os embates com a empresa e os orientadores são maiores, com alegações de que “como o fumo do vizinho foi melhor que o meu, ele tirou uma média maior que a minha, se meu fumo é igual o dele?”. Esse discurso realizado pelos agricultores despreza, também, evidências sobre a qualidade do tabaco, considerando que todos produzem os mesmos padrões e sob as mesmas condições. A intensa iluminação no momento da classificação do tabaco, pela indústria, distingue, com grandes evidências, o produto de boa qualidade e exigido pela empresa daquele não tão atraente. Os embates de discurso entre o comprador e o vendedor são endossados de contradições ao longo da comercialização, visando justificar ou reprovar a conduta adotada na hora da venda.

O chefe da família sabe que esse momento é um período chave para a reprodução econômica no ciclo curto e no ciclo longo. No entanto, alguns, mesmo conscientes disso, optam por não acompanhar o momento da classificação, alegando que a empresa faz o

que quer com o seu produto. Ficam numa situação de impotência, pois a logística do produto até a propriedade implica custear o frete, o que sempre é um transtorno com o transportador. Nesse sentido, quando as empresas centralizaram a compra em suas sedes (Santa Cruz do Sul ou Venâncio Aires, especialmente), elas diminuíram o atrito entre o produtor e o classificador, pois, muitas vezes, inviabilizaram a ida de uma pessoa da família para acompanhar a venda. É um campo repleto de estratégias, fundamental para o domínio da empresa. A empresa também opta por burocratizar o processo de classificação e evitar, ao máximo, o contato físico do classificador com o agricultor, sendo que as classes atribuídas aos fardos, que não foram aceitas pelo agricultor diante da classificação da empresa, são delegadas a outro encarregado para realizar a classificação – uma estratégia psicológica para ludibriar a negociação. A quantidade de classes também favorece o classificador, pois ele tem mais conhecimentos sobre os valores específicos de cada uma delas do que o agricultor. Disso, resultam manobras discursivas para finalizar a negociação.

O campo fumageiro tem raízes históricas. Conforme Bourdieu (2005), o campo configura-se no ambiente ou espaço social de interação, conflitos, embates, interesses, percepções diferenciadas, que induzem ou são, de certo modo, induzidos, isto é, numa relação de influência. Estritamente quanto ao campo econômico, Bourdieu (2005, p. 33) afirma que “é um campo de lutas” destinado a manter ou a transformar o campo de forças; um campo de ação socialmente construído onde se afrontam agentes apoiados de recursos distintos. O resultado das ações dos agentes econômicos e sua eficácia dependem de sua posição na estrutura da distribuição do capital sob todas as suas formas.

A *illusio* tem relação direta com o campo. É no campo que se estabelece o jogo de interesse entre os agentes. Conforme as palavras de Bourdieu (1997, p. 141), “La *illusio* es el hecho de estar metido en el juego, cogido por el juego, de creer que el juego merece la pena, que vale la pena jugar.” Tendo em vista a análise da relação

da família rural fumicultora com o sistema de integração, a qual mantém um vínculo contratual formal e moral, em linhas gerais, a *illusio* auxilia no desvendamento da relação de fascinação ou encantamento com o sistema de integração que proporciona certo conforto às famílias rurais. O conforto é a comodidade que o sistema fornece às famílias integradas.

A partir do jogo social (*illusio*) estabelecido, configura-se uma forma de cooperação em prol de interesses mútuos, ou seja, ambos trabalham pela geração de um produto de qualidade e por uma boa margem de lucratividade ou ainda pela divergência quando ambos discordam no momento da comercialização do produto. A *illusio* regida por contratos atua como o conhecimento das regras do acordo. Nesse sentido, o agricultor do fumo mobiliza suas ações e estratégias de comercialização, incorporando as regras do sistema de integração, que sustentam uma relação de compromisso dele com a agroindústria. O conhecimento dessas regras, entendendo o sentido do jogo desse campo, está imerso em um sistema no qual o produto sempre chegará à indústria. Diante disso, um sistema de coação e receio estabelece-se nesse campo, quando o agricultor opta por quebrar as regras estabelecidas devido à inexistência de um acordo no preço do produto. Expostos nesse campo, as famílias rurais sabem quais as possíveis consequências dessa ação. Para eles, uma possível penalidade financeira e, para a empresa, a perda do produto e, talvez, a não renovação de contrato; opção quase descartada pela existência da concorrência. Portanto, estão familiarizadas com esse campo e assimilam o jogo oportunista, mesmo, muitas vezes, tendo um papel de coadjuvante, obedecendo a critérios normativos estipulados pela indústria e pelo Estado.

O fumo não é um produto perecível. A sua secagem na estufa ou no galpão permite uma armazenagem por longo período. Contudo, a secagem diminui o peso da folha e, quanto mais seco, menos pesado. Algumas famílias comercializam no início da safra; outras vendem em parcelas conforme “aprontam o produto”; outras, ainda, negociam, somente, no final do período de compra

(geralmente, final de agosto, quando a compra é cessada pelas indústrias). A venda do tabaco é o ponto crucial para a família rural, momento que representa o período decisivo entre ter um bom retorno ou não pelo produto final do seu trabalho. Para a família rural, o momento da comercialização é contingencial, ou seja, uma aposta no escuro, pois pode vender num momento de compra muito favorável economicamente à remuneração, como o contrário também acontece. Quando uma má venda é realizada, logo no início da safra, a família tem a liberdade de retornar com o produto à propriedade. No entanto, muitos ficam com o sentimento de que o ano agrícola pode ser frustrado com a possibilidade de a comercialização continuar a piorar. Comercializar para outras empresas nem sempre é um “bom negócio”.

O dilema da comercialização é complexo até para os próprios colaboradores das empresas, sejam os orientadores ou os classificadores. O fato é que eles não têm certeza do cenário que poderá se estabelecer no decorrer da comercialização, podendo trazer bons retornos para a família rural caso os contratos firmados com o comércio exterior tornem-se atrativos às indústrias. Um cenário ideal é uma compra acima da média, em que os conflitos entre famílias com técnicos, classificadores e empresa são menores. Excetuando-se esse cenário ideal, a família está em constante preocupação, sendo que uma safra mal comercializada pode representar problemas financeiros ou minimizar a acumulação. Em propriedades com maior produção, o montante calculado pelo preço da venda, comparado ao melhor preço durante a safra, pode significar a compra ou não de um novo veículo popular de passeio. É um ponto crucial na esfera da negociação do tabaco, sendo fator decisivo no aumento do patrimônio e na reprodução social da família rural.

Em 2022, após uma grande demanda e mobilização dos representantes dos agricultores, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou o projeto de Lei 204/2015, que prevê que o tabaco seja classificado nas propriedades dos agricultores. Essa nova legislação na compra do tabaco prevê maior autonomia para a família

rural no momento da comercialização do produto. No entanto, os representantes da indústria do tabaco não ficaram satisfeitos, uma vez que isso implica uma grande reestruturação na forma de compra da comercialização, questionando também a intervenção do Estado na cadeia produtiva do tabaco.

A sobreposição de padrões homogêneos na agricultura e o realce à produção de *commodities* agrícolas colocou a família rural num impasse entre produzir as exigências do mercado, pouco competitivo devido às restrições com a terra, ou abandonar a condição de agricultor. O tabaco atendeu os requisitos de uma produção rentável e, por isso, seguiu, historicamente, sendo produzido pela agricultura familiar. No entanto, ao longo do tempo, surgem mecanismos que visam regular, em especial, o consumo do tabaco que afeta diretamente a produção.

## **Os conflitos no campo da cadeia produtiva do tabaco**

Os conflitos entre o Estado, a indústria, os grupos ambientalistas e de saúde pública estabelecem um campo de eminentes preocupações às famílias rurais. O Estado é pressionado pelos organismos internacionais para se readequarem aos acordos estabelecidos pela CQCT, enquanto a indústria se mune de artifícios legais para minimizar o impacto ambiental e relativo à saúde do agricultor, em especial. Os contratos estabelecidos entre a indústria e as famílias rurais estão apoiados na estratégia de isentar a agroindústria dos problemas sociais e ambientais que envolvem diretamente a fumicultura, como o trabalho infantil, o uso de Equipamento de Proteção Individual [EPI], o destino adequado às embalagens de agrotóxicos, a preservação das matas e o reflorestamento, dentre outras determinações legais.

As mudanças nas técnicas de produção têm modificado as formas pelas quais as famílias rurais fazem a gestão da unidade de produção e consumo. Conforme tratado no trabalho de Marin,

Redin e Costa (2014), em face da intervenção do poder público no uso da força de trabalho de crianças e jovens menores de 18 anos, os pais procuram encaminhar os filhos, de maneira especial, aos estudos escolares, na expectativa de prepará-los para outras ocupações laborais fora da unidade produtiva (Marin, Redin e Costa, 2014). Os confrontos com os mecanismos do Estado e das organizações civis, por vezes, ganham dimensões maiores que os embates com as agroindústrias pelos preços de compra e venda do tabaco. Essas ações externas acabaram invertendo a lógica de conflitos, pois desviam o foco central da família, que era a indústria e ambos se direcionaram para combater o Estado e seus marcos legais, que incidem na gestão da família e provocam mudanças na produção final de cigarros para a comercialização.

Os problemas sociais envolvendo a cultura do tabaco, a família rural, a sociedade civil e o Estado provocam um cenário turbulento. Os imperativos legais colocam em xeque os valores tradicionais acumulados ao longo do tempo e legitimados de geração em geração. A família rural fumicultora visualiza uma relação de poder na autonomia da educação como disciplina. Nesse contexto, a escola é responsabilizada por suprir os problemas que a intervenção do Estado gerou na gestão da família rural. A integração do agricultor à indústria pode estabelecer um cenário polivalente, com fortes contradições e disputas, mas ambas as partes possuem um desejo comum: aumentar os ganhos por meio da produção do tabaco.

O cenário turbulento na cadeia fumageira iniciou com a aprovação da CQCT, no Brasil, em 2005, a qual objetiva, grosso modo, a redução do consumo e o controle ou a regulamentação da fabricação do cigarro. No entanto, até esse período, os agricultores e a indústria não tinham preocupações em relação à CQCT, pois, como afirma Bonato (2007), na prática, o acordo não visa o fim da produção do produto, não havendo qualquer cláusula que aluda à erradicação. Contudo, a partir desse marco, as ações da CQCT provocam inquietações tanto para a indústria quanto para a família rural. A opinião de Nilton, agricultor de tabaco, 64 anos, sobre a CQCT e

as movimentações em torno da penalização da cultura do tabaco, exclama:

No caso ele é complicado, eles tão botando bastante pressão. Só que uma coisa do fumo hoje: o tabaco vai menos produto de veneno que no feijão e no milho. E isso eles não falam nada, daí tu vai plantar milho ou feijão daí o jovem pode ir lá no meio né. Agora, no fumo não pode porque é tabaco. A serventia dele só pra fazer fumaça. Eu tenho aqui, as minhas parreiras, um parreiral, tem uns pés aí. Tenho minha experiência, o ano passado eu teimei de não colocar veneno, agrotóxico, mas sobrou meia dúzia de grão nos pés, o resto caiu tudo, morreu, estragou. E, o cara que colocou, colheu uva. Então, é tudo assim, se tu não tá só com veneno, tu não come nada. Eu ainda tinha dito que ia roçar tudo fora, porque se eu era pra tá com veneno enfiando no rosto eu não ia cultivar uvas. Ia seguir plantando fumo, não ia lidar nisso. Porque tá difícil. (Entrevista – Nilton, agricultor)

O depoimento do agricultor relata uma contradição emergente entre a produção de alimentos e a produção de tabaco. Na sua avaliação, produzir alimentos com agrotóxicos é mais prejudicial do que produzir fumo com agrotóxicos, pois “serventia dele só pra fazer fumaça”. O agricultor não consegue visualizar uma produção sem agrotóxicos e se coloca numa situação de incapacidade frente às demandas agroindustriais. Ao fazer a analogia entre a produção de tabaco e de alimentos, em outras palavras, o agricultor está defendendo a reprodução social da sua família, quando percebe que o tabaco rende mais numa pequena propriedade do que outras alternativas de ciclo curto. É um discurso de legitimação da sua atividade no meio rural.

Em 2010, intensificou-se o debate da CQCT, em especial, sobre os artigos 17 e 18, que delegam medidas de intervenção ao “apoio a atividades alternativas economicamente viáveis” à cultura do tabaco (artigo 17) e de “proteção do meio ambiente e saúde das pessoas” na cultura do fumo (Artigo 18). Do outro lado, havia as famílias rurais, apreensivas com a circularidade discursiva instituída de

que o Estado pretendia a substituição da cultura do tabaco. Nesse contexto, o Estado brasileiro criou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco [PNDACT], que buscou, por intermédio de chamadas públicas de projetos, atender famílias produtoras de tabaco no sentido da proposição de alternativas de diversificação produtiva. A Região Centro-Serra foi agrupada no Lote 01 – Região Centro-Oriental Rio-grandense, RS –, envolvendo o número de 1600 famílias agricultoras beneficiárias no total. Em Arroio do Tigre, foram contempladas 80 famílias, segundo a Chamada Pública SAF/ATER nº 04/2011. A chamada pública referente ao Lote 1<sup>4</sup>, que integra o município, foi gerenciada pela Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda [Cooperfumos]<sup>5</sup>, que passou a assistir as famílias produtoras de tabaco. A ação do Estado junto às famílias agricultoras, via assistência técnica e extensão rural, contempla uma nova estratégia em assistir agricultores direcionados à determinada atividade produtiva, ação pública inexistente nas últimas décadas.

A intervenção pública para modificar as dinâmicas socioprodutivas das famílias rurais fumicultoras pode estimular ou acelerar mudanças nas lógicas e estratégias de reprodução social em questão. Em contraponto, as famílias rurais não assistidas alegam que já praticam a diversificação na propriedade; discurso similar é utilizado pela indústria que reforça nos manuais de cultivo de tabaco. Esse discurso da empresa é uma forma de minimizar a responsabilidade da indústria sobre uma safra mal sucedida da

<sup>4</sup> A Região Centro-Serra foi agrupada no Lote 01 – Região Centro Oriental Rio-grandense – RS, envolvendo os seguintes municípios: Candelária, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.

<sup>5</sup> Os objetivos do projeto da Cooperfumos são estimular a produção de alimentos para o autoconsumo, as práticas agropecuárias diversificadas, a implementação de sistemas combinados para a produção de alimentos e energia, geração de autonomia da produção camponesa, por meio do controle genético de sementes e mudas, o acesso aos mercados institucionais e a organização da comercialização para outros mercados.

família ou uma comercialização rígida realizada pela própria empresa. A diversificação tornou-se comum nos discursos para diferentes instituições no campo fumageiro. No entanto, em 2022, os investimentos do Estado via chamadas públicas de ATER tiveram redução significativa, sendo que os projetos de diversificação em andamento não possuem mais acompanhamento dos extensionistas em função dos cortes públicos relacionados aos trabalhos de Extensão Rural.

Sobre os contornos da produção agrícola, Bourdieu (2008, p. 439), em pesquisa com agricultores franceses de tabaco e diante dos problemas da sucessão familiar, destaca que “[...] os agricultores estão, de hoje em diante, novamente ligados pelos fios invisíveis da dependência em relação ao Estado, de suas regulamentações onipresentes, de suas subvenções tão indispensáveis quanto incertas”. A autonomia das famílias rurais, com o passar do tempo, tem sido reduzida, e a intervenção estatal no rural se mostra cada vez mais necessária.

No Brasil, a atuação do Estado atingiu uma amostra minoritária de famílias rurais fomiculoras, sendo que o Programa de Diversificação tende a reduzir a intervenção no campo fumageiro. Outra questão que colidiu inquietações no âmbito da família rural foi a consulta pública (CP 112/2010) aberta pela Anvisa para proibir a adição de aromatizantes em produtos derivados do tabaco. A indústria alegou que a proibição ou restrição do uso de ingredientes em produtos derivados do tabaco, chamados de *flavors*, acabaria por prejudicar a fabricação dos cigarros do tipo American Blend. A Anvisa alegava que esses aromatizantes estimulavam o ingresso de novos fumantes e, portanto, deveria ser proibido. O fato, na época, acabou gerando uma série de boatos sobre o futuro da produção de tabaco tipo Burley e tensões sobre a continuidade da produção. Em 2010, em torno de cem famílias rurais fomiculoras de Arroio do Tigre, numa resposta rápida para os problemas emergentes, iniciou a construção de estufas para a produção de fumo tipo Virginia. Nessa situação, a família rural que, historicamente,

produziu tabaco, visualizou como estratégia a mudança do tipo de tabaco cultivado, ou seja, o comportamento das famílias rurais frente a esse cenário de instabilidade impactou em estratégias restritas, continuando na cultura do fumo pela segurança que tem na atividade em relação à produção e à renda, que, em sua percepção, é elevada. De acordo com Paulilo (1990), a segurança é um elemento fundamental na relação com a empresa integradora pela comercialização garantida, pelo recebimento e pela assistência técnica.

Ademais, nesse embate, parlamentares eleitos pela sociedade levantaram a bandeira “Em defesa da fumicultura”, que se organizou para anular a consulta da Anvisa sobre aromatizantes em cigarros, o que foi realizado em novembro de 2011. O campo fumageiro é um campo de lutas dos agentes públicos, privados e das famílias rurais, sendo que, a priori, o poder econômico acaba determinando ou orientando a validação das estratégias adotadas pelo Estado e pela iniciativa privada, legitimando representações sobre o desenvolvimento econômico. As famílias rurais integradas ao campo fumageiro representam a significação da reprodução econômica, porém, elas são consideradas um problema social emergente diante dos discursos de supressão da cultura do tabaco.

O campo de poder instaura-se em três oposições: o econômico, a saúde pública e o ambiental. Nesse tripé, os agentes produzem e reproduzem discursos sobre a sua percepção de mundo das implicações da produção e do consumo do tabaco. A família rural, por exemplo, mesmo representando estar disposta a mudar de estratégia produtiva, está fundamentada em uma lógica econômica que, segundo ela, é a que sustenta a permanência da agricultura de base familiar no campo. Os efeitos sociais, como a exclusão, também podem estar atrelados à crescente mecanização das lavouras de tabaco.

## Considerações finais

No texto, trato de identificar que a família rural se constituiu em um campo de dominação econômica e simbólica sob a lógica da agricultura empresarial do tabaco. A reprodução social na agricultura familiar fumageira foi afiançada pela transmissão de saberes tradicionais, meios de produção e inovações da indústria do tabaco, num jogo de relações de poder dentro da porteira e fora da porteira. A permanência nesse sistema de integração, sem dúvida, está acompanhada da produção de autoconsumo, que garante redução das despesas da família rural. Apesar da crescente especialização na cultura do fumo, abandonar a produção de autoconsumo pelas famílias rurais fumicultoras é uma estratégia arriscada. Dos argumentos vulneráveis de que “planto mais mil pés de fumo” e “compro um saco de feijão ou um porco para abastecer de carne a mesa da família”. Esses custos externos acabam influenciando a lógica das famílias rurais, fazendo com que algumas delas acabem revendo essa posição.

Percebo que a família rural constrói suas estratégias de reprodução paralelamente às suas atividades produtivas. Numa primeira percepção, colocam-se em evidência as racionalidades econômicas e os mecanismos que operam a lógica da produção do tabaco. Em consonância com essas racionalidades, a família rural produz discursos circulares, presos a uma lógica de produção de tabaco ou produtos de larga escala, estes últimos insuficientes para manter a reprodução econômica no rural. Em outra percepção, a família se coloca como refém de um sistema pela própria comodidade que ele a oferece para a produção e comercialização do tabaco, mas ignora que o mesmo sistema lhe apresenta um alto custo embutido, lógica do avanço agroindustrial no campo.

Nesse sentido, o Estado e seus mecanismos legais de intervenção atuam para amenizar as lógicas de exploração da mão de obra, com vistas a preservar a integridade da família e das pessoas que se

envolvem no trabalho rural. Os conflitos socialmente construídos nesse embate, pela percepção da família, interferem na organização do trabalho familiar. Contudo, sob a perspectiva dos dispositivos legais, é necessário corrigir os efeitos das relações de poder assimétricas impostas pela indústria e pela expectativa de ganhos cumulativos. Indiscutivelmente, essas reordenações fornecem novos contornos às tradicionais estratégias de reprodução social das unidades de agricultura familiar em Arroio do Tigre.

Dessa forma, as estratégias de reprodução social das famílias rurais que possuem relações contratuais com as agroindústrias do tabaco, em especial, no que tange à lógica produtiva, partem de uma visão restrita da família rural sobre as possibilidades de perpetuação da propriedade. A primeira estratégia de reprodução econômica, a de produção de tabaco, mostrou exatamente como a atividade produtiva, historicamente, tem ocupado um espaço importante na vida econômica da família rural, sendo, gradativamente, legitimada pela sociedade local, mas questionada pelos organismos internacionais e nacionais que propugnam a defesa da saúde pública e da sustentabilidade ambiental. Os conflitos do campo fumageiro indicam que, ainda, várias mudanças podem surgir nesse campo de embates entre o âmbito produtivo/econômico *versus* saúde/ambiental.

O jogo social entre a família-indústria provoca efeitos catalizadores e gera um cenário de expectativas futuras, muitas delas falsificadas com o tempo. O reconhecimento social dos agricultores do tabaco apresenta-se, antes de tudo, como um reconhecimento da família rural na sociedade, o que implica *status* social e crédito no comércio. Quiçá, por isso, seja tão difícil para a família rural abandonar a cultura do fumo, mesmo investindo em outras estratégias produtivas, como a agroindústria familiar de carnes, de panificados, de frutas, de hortaliças, de mel, dentre outras.

Aliado a isso, a redução da família rural ao longo do tempo implica a diminuição da mão de obra e a crescente necessidade de os filhos estudarem e migrarem para o urbano. Nessas condições,

a família rural fumageira está em permanente reordenamento de fatores de produção, inclusive aumentando a mecanização, como forma de colocar doses de motivação para continuar na atividade rural. As mudanças em curso na dinâmica social e produtiva no meio rural de Arroio do Tigre forjam espaços de dominação, incapacidade e também de legitimação de uma atividade que as famílias rurais viveram e aprenderam a praticar, a qual utilizam como lógica de reprodução econômica e social.

## **Bibliografia**

Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA]. (2022). *Fumicultura no Brasil*. Disponível em: <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>.

Boeira, Sérgio Luís (2002). *Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica*. Itajaí: Univali.

Bonato, Amadeu Antônio (2007). *Perspectivas e desafios para a diversificação produtiva nas áreas de cultivo de fumo: a realidade da produção de fumo na região Sul do Brasil*. Curitiba: DESER.

Bourdieu, Pierre (2005). O campo econômico. *Política e Sociedade*, Florianópolis, 4(6), 15-57.

Bourdieu, Pierre (1997). *Razones prácticas: sobre la teoría de la acción*. 1994. Traducido por Thomas Kauf. Barcelona: Anagrama.

Bourdieu, Pierre (1994). Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 105, 3-12.

Bourdieu, Pierre (2008). Uma vida perdida. In: Bourdieu, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. (pp. 437-449). 7. Petrópolis: Vozes.

Buainain, Antônio Márcio *et al* (2009). *Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil*. Campinas: Unicamp.

Etges, Virginia Elisabeta (1991). *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Lima, Ronaldo Guedes de (2007). Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, 9(18), p. 190-225.

Marin, Joel Orlando Bevilaqua Marin; Redin, Ezequiel e Costa, Felipe Ferrari da. (2014). Juventude rural e trabalho no cultivo do tabaco. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Rio de Janeiro, 19(31), p. 159-194.

Paulilo, Maria Ignez Silveira (1990). *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC.

Prieb, Rita Inês Pauli. (2005). *Pluriatividade na produção familiar fumageira*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Prieb, Rita Inês Pauli e Ramos, Pedro (2004). Aspectos institucionais e referenciais teóricos para a análise da agricultura familiar articulada ao complexo do fumo. *Extensão Rural*, Santa Maria, 11(17), 59-89.

Vogt, Olgário Paulo (1997). *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.



**CAPÍTULO III**  
**Trabalho assalariado e parceria agrícola**  
**na produção de tabaco**



# De volta ao proletariado rura

## Revisão da categoria e o caso da fumicultura

*Yves Marcel Seraphim*

Em 2019, ao fim de uma apresentação em que dois pesquisadores do setor socioeconômico da Empresa de Pesquisa de Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina [Epagri] expunham e discutiam os dados estaduais do último censo agropecuário do IBGE, datado de 2017, abriu-se uma sessão de perguntas. O presente autor levantou sua mão para questionar, dentro do léxico do censo, se havia dados referentes aos homens e mulheres que trabalhavam dentro de estabelecimentos agropecuários de outrem, mas cujas próprias habitações não se enquadravam como tal tipo de unidade agrária produtiva. A resposta foi rápida: não. Não havia dados institucionais (basilares para formulação de políticas de extensão rural) acerca da população cujo ofício é notadamente *agrícola*: roçar, limpar, semear, colher, tratar; porém cuja habitação, quando a possuem de fato, não chega a ser *agrária*.

Escrevo a respeito dessas trabalhadoras e desses trabalhadores sem terras suficientes para que trabalhem apenas em suas próprias roças e cuja operação econômica mais preciosa está na venda da capacidade e da destreza de seus braços, da sua força de trabalho. A proposta se fundamenta na exposição e na curta análise de um contexto de relação entre campesinato e proletariado rural

no Alto Vale do Itajaí, interior de Santa Catarina, em que realizei trabalho de campo a fim de pesquisar a fumicultura. Antes, porém, há de se realizar a revisão do conceito de proletariado rural em alguns de seus usos – alguns mais diretos, nominais e propositivos, outros indiretos e circundantes – nas ciências sociais. O sobrevoo incluirá autores que relacionam de forma mais direta e propositiva com o conceito, como Sidney Mintz, Michael Taussig e o brasileiro Octavio Ianni, além de indicar outras pesquisas nacionais em que a problemática do proletariado rural figura mais indiretamente, como nos trabalhos de Giralda Seyferth, Lygia Sigaud, Afrânio Garcia Jr, Maria Aparecida Moraes Silva. Por fim, nosso trabalho de campo na fumicultura catarinense oferece outro exemplo de como levar em conta alguns argumentos sintéticos da revisão, observando, em especial, como o estudo do proletariado rural está implicado no estudo do próprio campesinato, e vice-versa.

## **O proletariado rural: caracterização e contribuições analíticas**

Acerca do proletariado rural, o sociólogo Juan Giusti-Cordero afirmou que o conceito se encontrava na posição de “patinho feio das ciências sociais” (Giusti-Cordero, 1997, p. 53, n. 2), desprezado em comparação com outras categorias analíticas, a exemplo do “campesinato”. Antes que se declare óbito, é preciso, mais uma vez, se esforçar para entender em que debates o conceito se encontrou e o que se pode fazer analiticamente através dele.

Não recuaremos aqui até Lênin e Marx, não porque seus escritos não sejam pertinentes, mas porque, além de objetivar um recorte temporal e autoral mais enxuto, tais digressões temáticas já foram realizadas por outros escritores (Silva, 2012; Ramalho e Moreira, 2014). Basta afirmar que a categoria de proletariado reavivado pelos autores que empregam tal termo é certamente legatária do conceito de Marx a respeito do proletário como o trabalhador

livre (não escravo) expropriado e/ou apartado dos meios de produção, ao ponto de objetificar sua própria força de trabalho na forma de uma mercadoria para disponibilizá-la e vendê-la no mercado a fim de garantir sua subsistência (Marx, 1988). Cabe apenas lembrar que os escritos de Marx eram reflexões voltadas ao cenário da industrialização urbana na Europa, identificado como nascedouro do que era então uma nova classe, o proletariado. Logo, parte do esforço dos pesquisadores concernidos com o proletariado rural, todos aqui trabalhando na América Latina, consiste em identificar e expor diferenças entre a composição da classe trabalhadora e suas relações nos dois continentes.

É provável que a obra de Sidney Mintz seja, até hoje, a mais relevante para qualquer um que se proponha a estudar e experimentar a categoria de proletariado rural. Embora ele mesmo chame atenção ao fato de que sua tese e trabalhos posteriores não haviam inaugurado o termo para abordar populações rurais de sua área de estudo ao longo da vida, o Caribe, algo feito previamente por outros estudiosos da mesma região (Mintz, 1974, p. 297), Mintz é responsável pela sistematização do conceito em antropologia. Por sistematização me refiro não apenas a um esclarecimento do que definiria um grupo social como um “proletariado rural”, senão à demonstração de um plano de pesquisa organizado em relação à constelação social circundante, ou seja, ao conjunto que incluía o campesinato, além de elites rurais, e, em termos históricos, escravizados. No entanto, haja vista a amplitude dos textos de Mintz acerca do proletariado rural, convém se ater à apresentação dos aspectos estruturais de seu programa de pesquisa, deixando de lado suas observações e conclusões sobre as realidades caribenhas que estudou. Nesse sentido, há de se demonstrar pelo menos três níveis de relações nas quais o proletariado rural se encontra envolvido, conjugados em nosso esforço de síntese, e não em alguma peça específica do trabalho do autor.

Partindo do nível mais geral de relações, Mintz encara o proletariado rural caribenho através de suas ligações de continuidade

com as comunidades que haviam orbitado as *plantations* coloniais, e com aquelas atreladas às *plantations* do século XX (Mintz, 1974, p. 299). Assim, o estudo do proletariado rural deve atentar à principal instituição socioagrária vigente durante sua emergência ou consolidação enquanto classe. O segundo nível, por sua vez, é aquele que vincula o proletariado rural com o campesinato. A preocupação de Mintz está menos em demonstrar como o primeiro derivou do segundo por processos de expropriação, empobrecimento e migração, ainda que, de fato, assinala tal relevância. Em vez de adotar essa postura diacrônica, Mintz aconselha uma análise conjuntiva que não isole as duas categorias, atitude que tenderia a negligenciar dinâmicas entre os dois setores (de uma mesma sociedade) tais como conflitos, convergências, populações oscilantes de um estrato ao outro etc. fatos que valem igualmente para pesquisas voltadas ao campesinato.

Não obstante, o autor salienta a assimetria própria dessa relação, uma vez que a existência do proletariado rural está “baseada na existência de outras classes que detêm os instrumentos de produção, provêm as oportunidades de trabalho, pagam os salários, e vendem as mercadorias a serem compradas” (Mintz, 1953, p. 141). Por fim, em um terceiro nível de análise – o mais circunscrito ao proletariado – Mintz se detém às diferenças entre comunidades de proletários rurais de acordo com suas histórias particulares, regimes de trabalho, e arranjos domésticos, além de, de volta ao segundo ponto, suas distintas relações com os setores proprietários de meios de produção e, portanto, empregadores.

Há ainda um processo, o qual enxergamos como parte do segundo (relação entre proletariado rural e campesinato) e para esclarecê-lo, no entanto, é preciso suavizar uma diferença que Mintz ressalta. Tendo em vista que seu estudo é marcado pela categoria “comunidade”, o autor opera através de uma distinção entre os seguintes grupos: de um lado, comunidades compostas majoritariamente por proletários rurais, de outro, comunidades de camponeses entre os quais vivem também assalariados sem-terra (Mintz,

1974, p. 305). Tendo em vista que nosso objetivo aqui não está comprometido com a noção de “comunidade” e influenciado pelas circunstâncias do exemplo catarinense que fornecerei na seção seguinte, torna-se frutífero englobar esses assalariados sem-terra em comunidades camponesas para dentro do que entendemos aqui por proletariado rural, de modo que no próximo parágrafo os termos “proletário rural” e “assalariado sem-terra” serão sinônimos. Assim, um processo descrito por Mintz ganha amplitude analítica que nos parece essencial. Trata-se do que ele chama de “ocultação” [*concealment*], em que a latência da condição proletária de diversas pessoas é eclipsada perante a socialidade tradicional do campesinato.

Nesse sentido, Mintz elenca alguns fatores que conformam essa ocultação (Mintz, 1974, p. 305-306). Assalariados sem-terra e proprietários de terra são muitas vezes relacionados por parentesco. Aliás, o exemplo do parentesco ritual mediante o apadrinhamento na América Latina, trabalhado particularmente em outro texto clássico de Mintz com coautoria de Eric Wolf (Mintz e Wolf, 1950), é bastante didático por apresentar um processo no qual um assalariado busca identificar seus filhos a padrinhos em condições econômicas superiores, fato que remonta às *haciendas* coloniais e seus senhores. Além disso, o parentesco implica arranjos domésticos em que pessoas sem-terra habitam na mesma moradia que seus parentes proprietários. Outro fator decorre do fato de que trocas de bens e serviços podem ser realizadas sem transações pecuniárias, dificultando a identificação de um salário e, portanto, de um assalariado. Há, enfim, um embaralhamento ainda mais complexo dentro de coletivos de parentesco em que não há grupos uniformes e definidos entre os que são proprietários de terra. Existe, portanto, à parte dos sem-terra, diferenças importantes entre “ricos de terra” e “pobres de terra”.

Esses fatores, alguns frutos de ações conscientes por parte de indivíduos, outros resultados da estrutura camponesa, tendem a aplinar no nível das aparências o relevo acidentado que é a

composição de classes camponesas e proletárias. Acreditamos ainda que tal ocultação é responsável em parte pela dificuldade dos pesquisadores em identificar seus interlocutores como proletários rurais, de onde decorre a invisibilização dessa classe social.

Outro antropólogo de renome dedicado à temática é Michael Taussig, notadamente nos anos 70 e meados dos 80. Em seus trabalhos, Taussig se aproxima do proletariado rural colombiano do Vale do Cauca visando principalmente seu processo de conformação na diacronia (história social da mão-de-obra) e na sincronia (transformação de camponeses em recém-proletários). Assim, parece correto afirmar que ele pesquisa antes a proletarização rural do que o proletariado rural como classe.

Nesse empreendimento, Taussig – à época integrante confesso de uma emergente antropologia marxista – apresenta a superestrutura (as expressões simbólicas no Vale do Cauca) não como um fruto subordinado aos arranjos da infraestrutura (relações econômicas e distribuição dos meios de produção), mas como uma crítica interna do sistema local de ritos e mitos ao fetichismo da mercadoria. Em seu próprio uso da categoria “fetichismo da mercadoria”, Taussig se refere a um processo em que as relações sociais de trabalho tendem a ser ocultadas, capturadas pelos objetos-mercadorias os quais, então, assumem para si o caráter animado das relações que os produziram, à mesma medida em que as relações humanas tendem a ser objetificadas de tal modo a serem convertidas, elas mesmas, em mercadorias servientes ao acúmulo de capital (Taussig, 2010). No entanto, por fazer trabalho de campo em um contexto muito distinto daquele da proletarização europeia, Taussig apresenta como uma sociedade não ocidental percebe e responde ao fetichismo da mercadoria mediante uma dialética entre tradição e invenção de ações mágicas que incluem e mesclam novas modalidades de trabalho, a presença do dinheiro e forças sobrenaturais.

Mais especificamente, o autor aponta como os trabalhadores rurais proletarizados, por estarem dispostos à acumulação de

capital, trabalhando e recebendo mais do que o considerado suficiente pelo consenso camponês, estão enredados em narrativas sobre ritos malignos. Nos canaviais, esses assalariados evocam o diabo e trocam suas almas pelo êxito de concentrar em si mesmos (e não na comunidade) inúmeras riquezas (Taussig, 1974; 2010). Segundo os camponeses, também os proletarizados são responsáveis por ritos de batismo de dinheiro, em que, aproveitando-se das forças espirituais presentes em uma cerimônia batismal, em vez de apadrinharem uma criança dão um nome a uma nota de dinheiro escondida para que ela, uma vez posta em circulação, atraia outras notas e retorne a seu “padrinho”, enquanto a criança permanece sem ter sido efetivamente batizada. Segundo Taussig, esses tipos de traição, bem como os pactos demoníacos, passaram a existir junto com a emergência de um contingente significativo de proletarizados, sujeitos de um processo que, como demonstra Taussig ao interpretar os discursos nativos, não apenas muda os pressupostos de relações econômicas, senão antagoniza todo um sistema camponês de dádiva e partilha de bens, que atravessa relações pessoais e cosmológicas.

Embora haja diferenças entre Mintz e Taussig tanto no que diz respeito ao modo como recortam seu objeto, respectivamente a classe de proletariado rural e a proletarização rural, quanto aos arcabouços teóricos aos quais recorrem, há, de fato, um ponto de encontro. Ambos os autores dialogam com Marx e com a tradição marxista – ainda que o façam em diferentes searas da teoria. Entre outros objetivos, seus esforços pretendiam contribuir à análise de temas marxistas em realidades distintas daquelas estudadas diretamente por Marx, notadamente para o contexto colonial da América Latina. Um tipo similar de conjuntura é estudado pelo sociólogo brasileiro Octavio Ianni, um dos poucos autores nacionais a abordar nominalmente o tema do proletariado rural (Ianni, 2012).

Diferente dos dois casos etnográficos acima, o escopo sociológico de Ianni é menos circunscrito, preocupado com a formação

de uma classe de trabalhadores rurais em nível nacional. O artigo destaca o desenvolvimento das condições capitalistas que aos poucos leva o camponês de um universo ideológico de tipo comunitário o qual engloba em um só plano, um só “nós” (incluindo o fazendeiro, o capataz e o camponês ele mesmo) para o instante de ruptura da base desse universo pretensamente compartilhado. Essa transformação ocorre quando, enfim, delimitam-se as fronteiras que separavam e separam os detentores dos meios de produção dos trabalhadores agrícolas, momento em que o camponês se torna proletário.

Mais do que enfatizar a transformação no contexto interiorano, Ianni ressalta as mudanças nas expressões da própria transformação. Por isso, estabelece uma sequência entre o messianismo, o banditismo e, por fim, as ligas camponesas e sindicatos rurais, manifestações de resistência aos rumos da desigualdade agrária que, na visão do sociólogo partem do sociocultural rumo ao político, algo demasiado secularista tendo em vista a primazia antropológica de nossa revisão, mas compreensível dentro de seus termos ao se notar a pretensão de Ianni de incluir a população rural do Brasil – por vezes considerada acomodada e conservadora – na passagem de uma “classe em si” para uma “classe para si” de potencial francamente revolucionário.

No mais, o tema do proletariado rural nas ciências sociais brasileiras foi tratado de forma difusa. Há estudos cujo objeto são trabalhadores rurais assalariados e sem-terra, mas sem empregar o termo “proletariado”, talvez com receio de que isso “descamponize” os ditos camponeses, preocupação válida se considerarmos correntes, como a de Ianni em que “camponês” e “proletário” formam um verdadeiro par de oposição. Mesmo assim, é pertinente destacar alguns desses trabalhos e as contribuições que possam trazer ao debate, além de evidenciar a diversidade de facetas que o tema e o termo assumem.

Giralda Seyferth, estudiosa das populações teuto-brasileiras de Santa Catarina, dedica alguns artigos à figura do

camponês-operário [*worker-peasant*], em que tematiza a realidade dos colonos na segunda metade do século XX que dividiam sua jornada de trabalho entre sua roça e a fábrica em cidades vizinhas (Seyferth, 1984) e ainda, às vezes, ocupavam-se de pequenas facções têxteis em casa (Seyferth, 1992). Além de argumentar que parte dessa pluriatividade se estabeleceu logo nas primeiras décadas da colonização do Vale do Itajaí no início da segunda metade do século XIX, quando colonização, industrialização e urbanização foram em boa medida processos simultâneos, Seyferth demonstra que para esses trabalhadores, trabalhar na fábrica era, em primeiro lugar, uma maneira de completar a renda suficiente para perpetuar, em casa, o modo de vida colono vinculado à possibilidade de ser dono de terra e de nela trabalhar.

Dada a já pequena porção de hectares recebida no chegada da migração e o número de filhos herdeiros dessa terra, tornava-se cada vez mais difícil herdar uma quantidade suficiente de terras para que uma família se mantivesse apenas com a produção agrícola de uma propriedade diminuta, o que fazia do emprego na indústria uma fonte de subsistência auxiliar, a qual não suplantava por completo o serviço agrícola, tendo em vista o vínculo identitário entre terra e colono. Poder-se-ia afirmar que, sendo donos de meio de produção estes homens e mulheres não eram proletários, porém convém discordar dessa objeção quando se constata que o meio de produção do qual dispunham era efetivamente insuficiente para que dele obtivessem o sustento necessário. Por isso, a escolha de ir à fábrica não era um capricho, mas uma inevitabilidade, o que botava em oposição “colonos fortes”, que viviam somente da produção em suas terras e “colonos fracos” com terras de baixa produção e subordinados ao assalariamento nas fábricas. Além disso, o termo semi-proletariado não nos parece ser instrutivo.

Por sua vez, Lygia Sigaud identifica os moradores de *plantations* pernambucanas no fim da década de 1960 como proletários rurais, elegendo como objeto de pesquisa suas representações acerca do trabalho na lavoura canavieira (Sigaud, 1973). Nessa época, ser

morador significava que o proprietário lhe cedia temporariamente uma porção de terra para morar e cultivar para si e, em contrapartida o morador disponibilizaria a integrar ao contingente de assalariados (dividindo espaço com assalariados “de fora”, não moradores) para o trabalho nos canaviais do proprietário Assim, a autora se deparou com dois regimes de discurso distintos. Quando perguntados sobre o trabalho no canavial, os trabalhadores discorriam sobre suas relações com os “homens”, isto é, com os patrões, ao passo que, quando indagados quanto ao trabalho em seus próprios roçados, a representação se detinha trabalho propriamente dito (Sigaud, 1973, p. 108).

Nas *plantations*, a categoria “salário” não se referia a uma quantia fixada a ser recebida mediante o cumprimento de horas por parte dos trabalhadores. Cabe a cada trabalhador “fazer salário” e, para isso, é preciso alcançar o montante mínimo de produção estabelecido pelo patrão. Além de tudo, esse objetivo é dificultado pelos arranjos na disposição das tarefas do trabalho (e.g. dimensão da área trabalhada; pesagem do corte de cana), disposições traiçoeiras que são compreendidas como “roubos” do patrão. Nesse cenário, os trabalhadores passam a enxergar as relações de trabalho que precederam o assalariamento com contornos apazíveis, idealizando antigos senhores de engenho frente aos atuais patrões. Sigaud sintetiza a ideologia desses moradores proletários ao indicar que representam “suas condições de existência no trabalho e o próprio tempo histórico a partir de uma única relação social, que é a relação com o proprietário” (Sigaud, 1973, p. 111).

Em contexto semelhante, Afrânio Garcia, Beatriz Heredia e Marie France Garcia-Parpet argumentam que a *plantations* nordestina é simultaneamente geratriz da proletarização de seus trabalhadores e a matriz para campesinatos emergentes (Garcia, Heredia e Garcia-Parpet, 1978), premissa que, como vimos, Mintz também defende no que tange à realidade caribenha. Os autores declararam que, entre os fatores, a derrocada das relações pessoalizadas que outrora vigoravam nas *plantations* minou a autonomia dos

trabalhadores dentro desse sistema regional, o que lançou luzes atrativas ao caminho do sul. Assim, muitos deixaram o Nordeste, rumo a São Paulo e Rio de Janeiro, onde se assalariavam em empreitadas urbanas e acumulavam capital suficiente para que ao retornarem, pudessem adquirir terras, de modo que, ao fim, proletários conseguiam se tornar pequenos proprietários ou pequenos arrendatários (Garcia, Heredia e Garcia-Parpet, 1978 p. 274). Havia, ademais, diferenciações internas importantes (como vimos com Seyferth a respeito de colonos fortes e fracos) em que mesmo pequenos proprietários, os quais tradicionalmente evitavam o emprego da mão-de-obra familiar, utilizavam-se de uma massa proletária local de proprietários de áreas ainda menores ou de moradores da cidade. Há, como se nota, dentro da proletarização rural uma diversidade de expressões e origens, necessariamente ligadas umas às outras, ao campesinato, e a grandes empreendimentos socioagrários, a exemplo da *plantation*.

Maria Aparecida de Moraes Silva estudou a proletarização de camponeses mineiros em canaviais paulistas (Silva, 1990). A autora destaca que os trabalhadores mineiros, migrantes temporários, não se encontram transformados em proletários de uma hora para a outra, e que tal transição é tudo, exceto espontânea. Nessa iniciativa, o artigo realiza o que poderíamos chamar de uma microscopia da proletarização, pois se atém às diferentes mediações que compõem o disciplinamento do corpo e da mente do assalariado e convertem-no em um trabalhador adequado. Assim, a contratação de dívidas logo na entrada, a presença ambígua do agenciador sob o manto do camponês bem-sucedido, a presença de vigias conterrâneos nos espaços de trabalho e descanso, a submissão aos horários, a distribuição espacial dos alojamentos, entre outras condições, executam aquilo que o título do artigo de Moraes Silva anuncia: expulsam o camponês do proletário. Uma contribuição de sua abordagem está em somar ao ambiente da proletarização a organização de dados sobre circunstâncias mínimas das atividades de trabalho e das relações interpessoais.

A essa altura, resumidas as abordagens de diferentes autores que estudaram uma diversidade de contextos de trabalhadores rurais – especialmente na América Latina e no Brasil –, deve estar mais nítida a diversidade de expressões do proletariado rural. Chamo a atenção a essa diversidade empírica – acompanhada pela multiplicidade de análises – por, pelo menos, quatro motivos.

- 1) Em primeiro lugar, apreende-se a não pressupor de antemão o que significa ser e/ou estar desprovido dos meios de produção. Com efeito, muitos proletários rurais são donos de alguns poucos hectares, o que não acarreta afirmar que podem ser autossuficientes, afinal as condições da produção agrícola exigem uma variedade de espaços, inclusive alguns que devem estar, de quando em quando, ausentes do circuito produtivo, a fim de que o solo descanse. Na verdade, o mínimo produtivo deve variar conforme pressupostos sociais e conforme o que se espera cultivar ou criar.
- 2) Nossa demonstração de casos pretende também evitar que se aloque a categoria do proletário rural neste ou naquele tipo de trabalhador, a exemplo da associação comum com a categoria específica do boia-fria, a qual não está incorreta, mas que não deve eclipsar outros representantes.
- 3) O conjunto dos estudos citados contribui para descartar uma teleologia simplista que faz do proletariado rural o fim do campesinato. Fim aqui em dois sentidos, primeiro, como finalidade, propósito, *telos*; segundo, como final, término. Esse argumento se faz perceptível nas idas-e-vindas e reversibilidades de grupos sociais que passam do campesinato ao proletariado rural e vice-versa. A suposição de uma teleologia, contudo, não seria arbitrária nessa seara, afinal a teoria marxista que nos oferece o léxico proletário, de fato, está concernida com o desenvolvimento dos modos de produção em etapas subsequentes, com foco no modo capitalista, em

que se dá formação da classe revolucionária do proletariado, aspectos que nunca foram pontos simpáticos com a antropologia. Preferimos antes sublinhar outra premissa marxista, qual seja o caráter dialético e contraditório das relações sociais, circunstância patente nas relações entre camponeses e proletários rurais, desde sua composição (como evidencia a força motriz das *plantations*) à sua convivência.

- 4) Outra crítica que a revisão fornece diz respeito à associação direta entre determinados processos sociais e uma estrutura proletária, caso exemplificado, embora não detidamente aqui, pela migração, fato social que já figurou quase que exclusivamente como efeito imediato de expulsões e expropriações, mas que foi, em alguns casos, reinstaurado como um aspecto estrutural de determinadas expressões camponesas. Mais uma vez, mesmo nas linhas dessa revisão propositiva, é difícil não cair na separação simples entre camponeses e proletários, motivo honesto pelo qual o segundo termo parece ter caído em desuso, em detrimento do uso generalizado do primeiro. Entretanto, queremos fazer da categoria proletariado rural um experimento de alcance e rigor, uma lente alternativa para o aparato fotográfico que é o corpo de estudos acerca das populações rurais, não para descartar as fotos anteriores e correntes, mas para acessar e demonstrar nuances inexploradas nas imagens do Brasil rural.

## **A fumicultura do Alto Vale do Itajaí e o proletariado rural**

Após uma breve revisão sobre a categoria do proletariado rural seguida de alguns apontamentos analíticos, convém retratar um exemplo que nos é familiar: a fumicultura (Seraphim, 2019; 2021). O cultivo de tabaco no Alto Vale do Itajaí representa uma das

principais lavouras na região. Vale também indicar que a região Sul do país é responsável pela maior parte da produção nacional e que o Brasil se situa, mundialmente, entre os primeiros produtores e, sobretudo, exportadores de tabaco. As estatísticas e as cifras são grandes, porém quem se aproximar dos locais de cultivo irá se deparar com minifúndios. No Alto Vale esses minifúndios são em boa parte habitados e dirigidos por camponeses descendentes de imigrantes alemães e que se identificam como colonos.

A agroindústria do tabaco se organiza da seguinte forma: os camponeses estabelecem contratos anuais de compra e venda com grandes empresas fumageiras. Assim, o agricultor se compromete a vender sua produção de folhas de tabaco curadas para as empresas, à medida que se compromete a adquirir da mesma empresa os insumos necessários à produção, desde sementes, agrotóxicos, equipamentos de proteção à orientação técnica. Portanto, o lucro obtido pelos camponeses advém do valor que as empresas estipulam para as qualidades das folhas de tabaco, processo que, segundo os colonos, é repleto de artimanhas em que as empresas “desclassificam”, isto é, rebaixam a categoria de qualidade das folhas entregues. Trata-se, enfim, da produção e da venda de mercadorias.

No entanto, uma das circunstâncias mais notáveis em meu trabalho de campo junto aos fumicultores do Alto Vale do Itajaí parecia abalar os princípios que fundamentam a relação contratual descrita acima. Em diversas propriedades, agricultores e agricultoras, quando faziam as contas retroativas ou as projeções de seus gastos de lucros, mencionavam uma mesma queixa: o fato de que seus ganhos “não contavam a mão-de-obra”. Desde sua perspectiva, era lastimável saber que o dinheiro recebido ao final da safra não incluía o valor de seus esforços nas colheitas debaixo da chuva, nas madrugadas adentro cuidando para que a estufa elétrica secasse apropriadamente as folhas colhidas e em outros inúmeros serviços relativos ao tabaco.

A problemática da mão-de-obra na fumicultura não é nova e já figurou em instâncias como o Ministério Público do Trabalho

[MPT] (Souza, 2010). Não há, vale salientar, vínculo empregatício entre fumicultores e empresas fumageiras. Foi uma hipótese aventada pelo citado MPT instaurar esse tipo de vínculo ao cenário fumageiro, mas tal possibilidade foi rechaçada não apenas pelas empresas, senão também pelos próprios camponeses. Um *ethos* do trabalho livre certamente impera no modo como os colonos se enxergam, de tal modo que firmar a relação com as fumageiras seria assumir a posição de empregado, oposto da representação que fazem de si como regentes exclusivos de suas propriedades. É claro que a relação com as fumageiras, ainda que apenas sob a rubrica da compra e venda, está repleta de tensões acerca de quem exerce autoridade efetiva sobre as condições de produção, porém não nos compete entrar nessa questão aqui.

Se na relação entre empresas fumageiras e fumicultores não se condiciona o reconhecimento pecuniário da mão-de-obra, e tampouco se espera a mudança desses termos contratuais, como explicar a reclamação a respeito da não valorização da mão-de-obra? Por que, além de enxergarem a desvalorização da mercadoria que vendem, o tabaco, esses camponeses objetificam sua força de trabalho como uma mercadoria apenas para constata-la enquanto algo negligenciado? Nossa hipótese está na relação que esses grupos camponeses estabelecem com o tipo regional de trabalhador assalariado, o “camarada”, pago exclusivamente por sua mão-de-obra. No Alto Vale, “camarada” é o trabalhador ou a trabalhadora que realiza serviços agrícolas mediante um pagamento diário ou mensal de preço pré-estabelecido e, na maioria dos casos, independentemente de qualquer montante produzido.

Levando a cabo a sugestão de Mitnz de operar uma interpretação conjuntiva dos diferentes grupos rurais (Mintz, 1974), torna-se frutífero observar as diferentes dimensões que a posição de “camarada” assume na vida dos camponeses. Ao passo que os “colonos fortes” (segundo os termos locais) contratam vários “camaradas” para trabalharem em sua roça, pagando-lhes pela força de trabalho, outros, os “colonos fracos”, em especial os mais jovens,

trabalham eles mesmos de “camaradas” nas terras de fumicultores fortes ou na colheita de cebola, outro cultivo importante na região do Alto Vale. Assim, o contato constante entre camponeses e proletários rurais sugere que os valores do que poderíamos chamar de um pequeno campesinato razoavelmente capitalizado (tendo em vista as grandes flutuações de dinheiro que o fumo pode trazer, junto, é claro, com grandes flutuações de endividamento) são perpassados pelo modo de serviço do típico assalariado agrícola local, categoria de trabalhadores conformada não tanto pelo fato de ter ou não terra e roça próprias, mas pelo fato de se trabalhar nas roças dos outros para completar o sustento – sustento que pode exigir mais dinheiro quando se economiza justamente na esperança de comprar alguns hectares para si.

Existe, com efeito, uma espécie de gradação das formas de capacidade de produção e trabalho na fumicultura do Alto Vale do Itajaí. Deve-se notar, de partida, que essa gradação vincula produção, propriedade de terra e sucessão familiar. No topo, estão famílias que detêm bastantes hectares de terra para a produção de tabaco (o que ainda assim não significa muito mais que umas dezenas de hectares) e que produzem razoavelmente bem. Embaixo, estão as famílias com propriedades reduzidas e que fazem uso de equipamentos antigos ou mesmo de técnicas não recomendadas pela instrução das fumageiras.

Sobre os primeiros, chamados “colonos fortes”, durante as safras, são capazes de contratar alguns camaradas para o serviço. Em termos de equipamentos de trabalho, compram das fumageiras estufas modernas e renovam outros instrumentos. Como arguentei em outro texto (Seraphim, 2021), essa aquisição constante de equipamentos representa não apenas a vontade de aprimorar a produção e a renda, mas, sobretudo, uma boa disposição em relação às ofertas e aos aconselhamentos técnicos dos instrutores das empresas fumageiras. Esses produtores, ao que parece, são tidos pelas empresas como produtores disciplinados tanto no modo de

produzir quanto no modo manter ativo, constante e pacificado o vínculo estabelecido entre as duas partes do contrato.

No casos das famílias desse estrato que conheci, os filhos adultos, se casados construía uma nova casa dentro da propriedade e recebiam áreas destinadas para seu próprio cultivo de tabaco, o que talvez signifique – mas apenas talvez, porque não pude obter este dado – que iniciem um contrato novo com alguma empresa fumageira, possivelmente a mesma com a qual seus pais trabalham. Há, contudo, uma ressalva a ser feita. Mesmo nos casos de colonos considerados “fortes” as propriedades não suportariam divisões sem perder a capacidade de produção que as tornam valorizadas.

Por isso, em uma das famílias pesquisadas, em que havia três filhos, um deles menor de cinco anos, outro, um adolescente e ainda outro, um jovem adulto casado vivendo em casa própria construída dentro da propriedade dos pais, o filho do meio, em conversas sobre seu futuro, parecia não cogitar se manter agricultor, pensando, em vez disso, em carreiras no exército ou como mecânico. É provável que ele saiba que não poderá ocupar um lugar parecido com o de seu irmão mais velho, o primogênito, futuro sucessor no papel de agricultor principal dentro da propriedade dos pais. Se optasse por manter um futuro com serviços agrícolas, o irmão do meio (e futuramente também o irmão mais novo) se defrontaria com duas opções pouco desejáveis: ou se manter na propriedade da família na condição de subordinado do seu irmão, ou sair e trabalhar como camarada não mais na propriedade de sua família, mas na dos outros.

Vale mencionar, aliás, que as profissões almeçadas podem, no casos de colonos mais fortes, incluir a passagem pelo Ensino Superior, o que demanda renda suficiente ou para deslocamento e mensalidade em universidades privadas na região, ou moradia para universidades públicas em outras regiões, ou ainda, mensalidade e conexão de internet de qualidade razoável para os cursos a distância. Dificilmente os colonos fracos conseguiriam custear qualquer uma das opções acima e, portanto, parecem não cogitar, quando

muito, os estudos para além do Ensino Médio, o que reforça ainda mais a limitação de seu leque de caminhos profissionais.

De maneira esquematizada, as situações de sucessão entre jovens envolvidos na fumicultura, variam, por um lado, em classe (de acordo com o tamanho da propriedade dos pais), oposição a que chamarei pelos termos locais (e já estudados por Giralda Seyferth) de “forte” e “fraco” e, por outro, em parentesco/aliança (de acordo se é solteiro ou casado).

Os solteiros fortes integram, com seus pais, a força de trabalho familiar de uma mesma propriedade. Alguns dispõem de áreas de produção próprias dentro do total familiar, em que quem *ajuda* no serviço são os pais. Em outras palavras, mantém-se a unidade produtiva familiar intacta, mas já se adianta a tarefa de administração à parte para o futuro sucessor. Os jovens casados e fortes podem ou não integrar, com os pais, a força de trabalho familiar de uma mesma propriedade, mas certamente dispõem de áreas próprias de produção e, o que é mais importante, uma área própria de consumo, a saber, a casa – ainda que construída dentro dos limites da propriedade dos pais de um dos esposos. Quanto aos colonos fracos, os solteiros integram, com os pais, a força de trabalho familiar, mas somam a isso outros serviços agrícolas ou outros, de todo o modo, fora da propriedade, atuando como camaradas ou em empreitadas. Os jovens casados dessa categoria ou saem de casa para se concentrarem nos serviços que prestam ou no trabalho assalariado que encontram nos centros das cidades rurais – eventualmente retornando aos pais para ajudarem em períodos como a safra –, ou casam, constroem uma casa na propriedade dos pais, mas não dispõem de área para um cultivo próprio, tendo que enfatizar, de um modo ou outro, os serviços agrícolas alhures.

O que as observações em campo permitem notar é que parte importante da massa do proletariado rural advém de uma sucessão não realizada ou não realizável no universo dos colonos fracos. As propriedades são pequenas a ponto de ser impraticável qualquer forma de divisão que seja capaz de perpetuar capacidades

produtivas mínimas. Além disso, como, pelo menos, para os casos estudados, os filhos são frequentemente apenas vinte anos mais jovens que seus pais, à época em que os filhos atingem a idade adulta e se casam, não há uma previsão próxima de aposentadoria dos pais (ainda relativamente jovens) e de sucessão da direção produtiva do estabelecimento agrícola.

Uma das famílias de fumicultores com que estive no Alto Vale havia trabalhado, por maior parte da vida, como arrendeiros e fazia menos de uma década que possuíam um terreno próprio, onde cultivavam tabaco. No entanto, a renda do trabalho dos familiares, isto é, de pai, mãe de meia-idade e de dois filhos (até que saíram de casa), destinava-se ao pagamento gradual de sua terra. Por essa primazia da finalização do pagamento do meio de vida e produção, não havia como reservar área do terreno para a renda particular dos dois filhos, a quem resta trabalhar com variados serviços agrícolas e braçais na propriedade de outros colonos.

Ao fim e ao cabo, o que se percebe é que os proletários rurais estão próximos e misturados aos camponeses – o que, como apontou Mintz (1974), dificulta precisamente sua identificação e consequente estudo. Aliás, muitos deles foram camponeses e talvez o serão novamente. Mas, nesse caso, além de um sistema sincrônico (ex: um irmão proletário rural vive na terra de seu irmão mais velho, herdeiro e detentor da terra e da produção) há um sistema diacrônico, em que, no futuro, um filho que se proletarizou na vida adulta, mas que se manteve no campo e em serviços agrícolas, sucederá os pais, quando esses se aposentarem ou falecerem, na direção da pequena propriedade familiar. No entanto, também esse sistema é instável, afinal se houver mais de um filho, como costuma ser o caso entre os colonos, a propriedade (elemento ainda mais valioso em famílias com quase nenhum outro patrimônio financeiro) será objeto de disputa por divisão, a qual, dado o tamanho da terra, poderá terminar em venda (para, aí sim, comportar a distribuição entre os filhos), de modo que se liquida qualquer chance de sucessão

na mesma terra, sem que tampouco se alcance o montante financeiro capaz de adquirir novas terras.

Esta seção retorna, portanto, às conclusões extraídas dos estudos sobre o proletariado rural, abordados na seção anterior. Em particular, vale destacar que o proletário rural, no contexto camponês do Alto Vale do Itajaí, não é um ponto final de processos históricos ou sociais, pois pode voltar a se tornar o proprietário da propriedade rural. Além disso, o processo de proletarização rural não é nem homogêneo, afetando todo indivíduo envolvido em um território em uma atividade agrícola, nem irrestrito, uma vez que afetará diretamente determinadas categorias sociais que, no caso deste estudo, correspondem a 1) categorias de classe, impactando de maneira ampla os colonos fracos e a 2) categorias de parentesco, impactando, entre os colonos fortes, aqueles a que não prevê a herança, ou seja aos filhos não primogênitos. Descrever a situação das filhas mulheres exigiria pesquisar as condutas de matrimônio entre os camponeses da região, a fim de identificar se, por se retirar, de antemão, a mulher do possível sucessor da propriedade, seu casamento não funciona, independentemente da consciência disto, como um método de mantê-la camponesa, mas nas terras da família do marido. Mesmo sem esses dados no momento, creio ser possível fazer entender que os hábitos locais formam um sistema de herança e sucessão em que as diferenças internas às categorias de parentesco e às práticas de casamento participam das contradições que produzem a proletarização rural.

Ainda na esteira de indicações para estudos futuros, há outras situações dentro do universo da fumicultura no Alto Vale do Itajaí que ganhariam contornos explicativos relevantes se vistas sob o prisma do proletariado rural. O caso que mais chama atenção é o do arrendamento de estufas. Sintonizar nas rádios da região significa escutar, na seção de classificados, casais jovens divulgando sua disposição para trabalharem em uma estufa. Nesses casos, normalmente, o anúncio procura alguém que arrende galpão com moradia (cama, fogão, banheiro) com estufa anexada. Portanto,

mesmo dentro dessa modalidade de arrendamento existe uma diversidade de situações. Há quem tenha terra para plantio, mas que não possa ou prefira não arcar com a construção de uma estufa; há quem deve arrendar ambos a estufa e uma terra para cultivo; e há quem, além de tudo, necessite de moradia junto à estufa. Essas são apenas algumas situações dentro da fomicultura e que, caso sejam abordadas, exigirão provavelmente que se elucide a relação entre a agroindustrialização e a estrutura local de classes e parentesco, além das relações de trabalho que perpassam diferentes cultivos.

### **Considerações finais**

O principal objetivo deste artigo era realizar uma revisão de usos empíricos da categoria “proletariado rural”, o que não a isenta de incongruências internas, haja vista as diferenças entre os autores. Esta foi uma curta e limitada ilustração dos potenciais que a aproximação via proletariado rural pode oferecer para os estudos rurais, caso a operemos sem os compromissos e os temores de uma conversão, paradigma de exclusividade diacrônica e de metamorfoses irreversíveis em que declarar um camponês um proletário rural era como despi-lo definitivamente das sociabilidades tradicionais que tanto fundamentam as ciências sociais a respeito desses grupos. Esperamos, sobretudo, que o contrário seja posto em prática, ou seja, que futuras pesquisas não tratem campesinato e proletariado rural como categorias mutuamente excludentes. Talvez a terminologia não seja adequada e, quem sabe, a melhor saída seja, de fato, incluir o que chamamos de proletariado rural dentro do campesinato, mantendo, todavia, as potências analíticas oferecidas pelo discernimento das divisões de classe e suas implicações. O que importa é que revertamos a condição inicial que provocou esse texto: o desconhecimento e a invisibilização de uma população rural que, na carência de terras, conta apenas com a força e a habilidade dos braços.

## Bibliografia

Garcia, Afrânio; Heredia, Beatriz; Garcia-Parpet, Marie France (1978). Campesinato e “plantation” no nordeste. *Anuário Antropológico*, 3 (1), 267-287.

Giusti-Cordero, Juan (1997). Labour, Ecology, and History in a Puerto Rican Plantation Region: ‘Classic’ Rural Proletarians Revisited. Em Shahid Amin e Marcel van der Linden (ed.), “*Peripheral Labour? Studies in the history of partial proletarianization*” (pp. 53-82). Cambridge: Cambridge University Press.

Ianni, Octavio (2012). A formação do proletariado rural no Brasil. Em João Paulo Stédile (org.), *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980* (pp. 127-146). São Paulo: Expressão Popular.

Marx, Karl (1988). *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural.

Mintz, Sidney (1953). The folk-urban continuum and the rural proletarian community. *American Journal of Sociology*, 59(2), 136-143.

Mintz, Sidney (1974). The Rural Proletariat and the Problem of Rural Proletarian Consciousness. *Journal of Peasant Studies*, 1(3), 291-325.

Mintz, Sidney e Wolf, Eric (1950). An Analysis of Ritual Godparenthood (compadrazgo). *South-western Journal of Anthropology*, 6(1), 341-368.

Taussig, Michael (1974). *Rural proletarianization: a social and historical enquiry into the commercialisation of the Southern Cauca Valley, Colombia* [Tese de Doutorado em Antropologia Social]. London School of Economics, Londres.

Taussig, Michael (2010). *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: Editora Unesp.

Ramalho, Cristiano e Moreira, Raimundo (2014). A visão escatológica de Marx e Engels sobre o campesinato e a vida local rural. *Revista Estudos de Sociologia da UFPE*, 16(1), 179-208.

Seraphim, Yves Marcel (2019). A fumicultura percebida pelos pés: a propósito da recusa a um equipamento de proteção individual (EPI). *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, 6(2), 28-45.

Seraphim, Yves Marcel (2021). Venenosos abraços: o disciplinamento fumo-fumicultor no Alto Vale do Itajaí (SC). *Revista de Antropologia da UFSCar*, 13(1), 173-192.

Seyferth, Giralda (1984). Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*, 29(1), 73-96.

Seyferth, Giralda (1992). Trabalho assalariado, trabalho artesanal e campesinato. *Antropologia social - comunicações do PPGAS*, 1(1), 127-145.

Sigaud, Lygia (1973). Trabalho e tempo histórico entre proletários rurais. *Revista de Administração de Empresas*, 13(3), 105-112.

Silva, Ligia Maria (2012). Lenin: a questão agrária na Rússia. *Crítica Marxista*, 35(1), 111-129.

Silva, Maria. Aparecida de Moraes (1990). Como “expulsar o camponês do proletário”. *Travessias*, 8(3), 05-12.

Souza, Liêge (2010). *Análise do contrato de integração entre produtores de fumo e a indústria fumageira* [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional]. Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.



# Assalariamento e parceria agrícola na produção de tabaco

*Graziela Castro Pandolfo*

O trabalho assalariado e a parceria agrícola situam-se em um dos extremos da complexa cadeia de produção de tabaco em folha, que inclui agricultores familiares, fabricantes de insumos, transportadores, indústrias de processamento, fabricantes de cigarros, varejistas, entre outros. Estes trabalhadores inserem-se neste setor produtivo por meio de relações que estabelecem com os agricultores familiares, que são os responsáveis pela produção do produto primário, e que lhes outorgam o uso da terra – no caso dos parceiros – ou que contratam seus serviços, no caso dos trabalhadores assalariados. Compreender o modo como se estabelecem as relações de produção na cultura do tabaco envolvendo produtores rurais, trabalhadores assalariados e parceiros, contribui não apenas para a compreensão das dinâmicas envolvidas nestas relações, mas, também, para a elucidação das contradições presentes nesta complexa cadeia produtiva.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Recorte da Tese de Doutorado O assalariamento e a parceria na agricultura familiar produtora de tabaco, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia [PPGS] da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS]. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil [CAPES] - Código de Financiamento 001.

Os dados primários deste estudo foram coletados através de entrevistas semiestruturadas realizadas com trabalhadores assalariados temporários (16 entrevistados), trabalhadores assalariados permanentes (quatro entrevistados), trabalhadores parceiros (três entrevistados), trabalhadores que atuam na intermediação da contratação de trabalhadores assalariados temporários pelos agricultores familiares (quatro entrevistados) e informantes-chave (cinco entrevistados). Os informantes-chave são lideranças locais, com amplo conhecimento e experiência sobre a produção de tabaco na região. As entrevistas ocorreram no município de Arroio do Tigre, na região Centro-Serra do Rio Grande do Sul, entre os meses de janeiro e agosto de 2018.

### **Condições socioeconômicas dos parceiros agrícolas e dos trabalhadores assalariados na produção de tabaco**

Ao tratar dos trabalhadores assalariados, para fins de descrição e análise das condições socioeconômicas, não se realizou distinção em relação ao tipo de atividade e/ou vínculo de trabalho, incluindo nesta categoria os trabalhadores assalariados temporários (16 entrevistados), os trabalhadores permanentes (quatro entrevistados) e os que fazem a intermediação na contratação dos trabalhadores temporários (quatro entrevistados), uma vez que, de modo geral, é possível afirmar que se trata de um grupo homogêneo no que se refere aos aspectos aqui analisados. As principais variações encontradas dentro deste grupo estão relacionadas, sobretudo, ao modo como efetuam a prestação de serviço, em grupos que executam tarefas ou individualmente por dia de trabalho, e ao local de moradia (rural ou urbano).

A coleta de dados abrangeu diversas regiões de Arroio do Tigre, desde a sede do município até às comunidades do Taquaral, Sítio, Linha Paleta, Linha Cereja e Coloninha. Os trabalhadores em sistema de parceria residem em áreas rurais do município, enquanto a

maior parte dos trabalhadores assalariados habita na área urbana (16 residem na sede do município e oito no meio rural). Entre os que habitam na cidade, as residências se concentram em bairros periféricos do município e entre aqueles que residem em comunidades do interior as localidades são: São Roque, Taquaral, Sítio Novo e Coloninha.

Foram entrevistados 18 trabalhadores assalariados do sexo masculino e seis do sexo feminino, entre os parceiros todos eram do sexo masculino. No que se refere a cor ou raça, a maior parte dos trabalhadores assalariados (15) se identificou como “moreno” ou negro e o restante (9) como “alemão” ou branco. Entre os parceiros dois se classificaram como brancos e um como moreno. A idade dos trabalhadores assalariados variou entre 18 e 72 anos, ficando em média em 40,7 anos. Já os parceiros tinham 22, 28 e 32 anos – uma média de 27,3 anos.

Assim como acontece com os agricultores familiares da região, no que se refere às trajetórias de vida relacionadas à escolarização, de modo geral, os trabalhadores assalariados e os parceiros apresentam baixos índices de escolarização. Apenas três trabalhadores assalariados concluíram o Ensino Médio, dois estudaram até o primeiro ano do Ensino Médio e o restante (19) abandonou os estudos sem concluir o Ensino Fundamental. Entre os parceiros, um conclui o Ensino Médio e dois possuem o Ensino Fundamental incompleto.

Os entrevistados, em sua maioria, são casados ou estão em união estável, 20 entre os assalariados e dois entre os trabalhadores em sistema de parceria. Entre os trabalhadores assalariados, 14 têm pelo menos um filho e dois trabalhadores em sistema de parceria também possuem filhos. Os filhos em idade escolar, tanto dos parceiros quanto dos trabalhadores assalariados, frequentam a escola da rede Municipal ou da rede Estadual de ensino. O Ensino Fundamental é oferecido pelo município, que conta com 12 escolas (11 no meio rural e uma na área urbana), pelo governo do Estado (duas escolas no interior e uma na sede da cidade) e por uma escola

particular. A única escola que dispõe de Ensino Médio está localizada no Centro da cidade e os alunos que residem em localidades rurais precisam deslocar-se de suas comunidades até a sede do município para frequentar esta etapa do ensino. Algumas localidades ficam muito distantes do Centro da cidade, como é o caso do Sítio, que fica a 20 quilômetros da sede, e da Coloninha, que fica a 36 quilômetros. A municipalidade disponibiliza transporte escolar para todos os estudantes de Ensino Fundamental e Médio que residem no município.

Os trabalhadores assalariados e os parceiros iniciaram sua vida laboral muito cedo, entre os nove e os 17 anos de idade, a idade média de início das atividades laborais é 12 anos. Parte deles já desenvolveu ou ainda desenvolve outra atividade laboral na entressafra do tabaco, sobretudo em atividades relacionadas à construção civil, ao comércio e à prestação de serviços diversos.

A maioria dos trabalhadores assalariados entrevistados nesta pesquisa (75%) reside atualmente na sede do município, em bairros periféricos (Cohab, Industrial e Felicidade) que distam cerca de um quilômetro do centro da cidade. O restante (25%) habitam diferentes comunidades rurais da cidade (São Roque, Linha Cereja, Taquaral, Sítio Novo e Coloninha). Entre os parceiros, um reside na área urbana (Cohab) e dois no meio rural (Taquaral e Linha Paleta).

Somente um entrevistado (incluindo assalariados e parceiros) informou residir em imóvel alugado, os demais são proprietários das casas onde moram. No entanto, as condições das moradias podem ser consideradas precárias em boa parte dos casos, como entre os cinco trabalhadores assalariados que não possuem banheiro dentro de casa. Entre os parceiros, dois moram em casas de alvenaria e um em casa de madeira, todos possuem banheiro dentro da residência. Entre os trabalhadores assalariados, 19 moram em casa de madeira, três em casa mista e dois em casa de alvenaria, o banheiro está presente na casa de 19 desses trabalhadores assalariados enquanto cinco não possuem banheiro em casa. Entre os

cinco trabalhadores assalariados que não dispõem de banheiro em casa, quatro residem em localidades rurais.

O percentual de trabalhadores assalariados sem banheiro nas residências encontra-se muito acima da média municipal, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010<sup>2</sup>, 2,8% dos domicílios de Arroio do Tigre não têm banheiro ou sanitário, enquanto que no levantamento feito nesta pesquisa o total de trabalhadores assalariados sem banheiro em casa representa 20%. A situação fica ainda mais desigual se considerarmos apenas os residentes em áreas rurais, pois de acordo com os dados do IBGE 4% dos domicílios rurais do município não possuem banheiro enquanto entre os trabalhadores assalariados entrevistados residentes no meio rural o percentual superou 66% dos entrevistados.

Todos os entrevistados possuem luz elétrica e água em suas residências. O município de Arroio do Tigre conta com uma baixa cobertura de rede de saneamento básico, limitada a uma pequena parcela da sede municipal, dessa forma, em todos os casos entrevistados o destino do esgoto se dá através de fossa séptica ou rudimentar. As famílias dos trabalhadores assalariados e dos parceiros entrevistados segue a tendência nacional de redução do número de membros, os dados demonstram que mais de 80% dos entrevistados moram em residências com até quatro pessoas.

Itens como geladeira, televisão e máquina de lavar roupas estão presentes na maior parte das residências dos trabalhadores assalariados e parceiros: 96% possuem geladeira, 92% têm televisão e 84% possuem máquina de lavar roupa. Freezer, computador e carro ou moto são menos comuns: 64% dos entrevistados possui freezer em casa, 48% possuem carro ou moto e 44% têm computador.

Nos meses em que não há forte demanda de trabalho na produção de tabaco – entre março e setembro – muitas famílias dependem exclusivamente dos recursos recebidos por aposentadoria ou benefícios sociais: doze entrevistados informaram que a família

<sup>2</sup> Dados disponíveis em: <https://infosanbas.org.br/municipio/arroio-do-tigre-rs/#>.

recebe algum tipo de auxílio através de programas sociais e seis entrevistados afirmaram que há pelo menos uma pessoa na família que está aposentada.

Apenas dois trabalhadores assalariados e um parceiro afirmaram já ter tido algum problema de saúde por causa do trabalho na produção de tabaco. Os problemas relatados estão relacionados com o contato com a folha de tabaco úmida, que causa intoxicação e sintomas como náuseas, vômitos, tonturas, dores de cabeça, dores abdominais, diarreias, entre outros. Na literatura acadêmica esta doença é conhecida como “Doença da Folha Verde do Tabaco [DFVT]” (Riquinho e Hennington, 2014, pp. 4798). Quando questionados sobre problemas de saúde que consideravam não estar relacionados ao cultivo do tabaco, os entrevistados relataram a ocorrência de problemas como gastrite, pressão alta, diabetes, depressão e intoxicação por agrotóxicos durante o trabalho no cultivo da soja.

Conforme os dados contidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde [CNES], em 2010, o município de Arroio do Tigre possuía um hospital filantrópico, três unidades básicas de saúde [UBS] e sete postos de saúde. Os entrevistados, tanto parceiros quanto trabalhadores assalariados, costumam usar os postos de saúde. Os trabalhadores que residem na sede do município possuem maior facilidade de acesso aos serviços públicos de saúde, pois os postos ficam a uma distância máxima de 1,5 quilômetros das residências. Entre os que moram no meio rural as distâncias variaram entre 200 metros e sete quilômetros, ficando em média a 3,9 quilômetros das residências.

De modo geral, tanto os trabalhadores assalariados quanto os parceiros estão satisfeitos com os serviços de saúde dos postos municipais, apenas três trabalhadores assalariados avaliaram negativamente os postos de saúde. Os pontos positivos apontados pelos entrevistados são o bom atendimento e a boa infraestrutura. Entre os pontos negativos descritos pelos entrevistados estão a falta de

medicamentos, a dificuldade em agendar consulta e a troca frequente de médicos.

Quando questionados sobre lazer os entrevistados informaram as seguintes atividades: descansar, assistir televisão, jogar futebol, visitar parentes e amigos, ir a balneários, cuidar da horta. Todos os parceiros informaram que acessam a Internet, entre os trabalhadores assalariados 13 (54%) acessam. A forma mais comum de acesso à internet é através do celular e o principal objetivo é o acesso às redes sociais, como Whatsapp e Facebook. Alguns entrevistados informaram ainda que acessam a internet para realizar pesquisas sobre a previsão do tempo e receitas culinárias.

Dois dos trabalhadores assalariados entrevistados fazem parte do grupo de quilombolas que existe no município. De acordo com Brumer et al. (2011), esse grupo, que conta com aproximadamente 25 famílias, foi identificado na década de 1990 através de um trabalho realizado pela Emater Regional e pela Emater de Arroio do Tigre. O quilombo fica na comunidade do Sitio Novo e, segundo a agente da Emater de Sobradinho, que trabalhava em Arroio do Tigre na época do reconhecimento dos quilombolas, eles viviam praticamente isolados, até que no ano 2000 foram contatados.

Os quilombolas não têm terra suficiente para o cultivo de culturas comerciais que garantam o sustento das famílias e a maior parte deles trabalha como força de trabalho assalariada temporária, prestando serviços para os agricultores da região onde estão estabelecidos, principalmente nas colheitas do tabaco e do feijão. Entre os dois quilombolas entrevistados (um homem e uma mulher), ambos trabalham como assalariados temporários na colheita do tabaco e, eventualmente, em outros cultivos ao longo do ano e produzem uma pequena quantidade de tabaco que comercializam com atravessadores (conhecidos na região como “picaretas”), uma vez que, devido às exigências, não conseguem firmar contrato com as indústrias de tabaco que atuam na região.

## **A parceria agrícola na produção de tabaco**

Os trabalhadores em sistema de parceria se inserem na produção de tabaco em folha como parte de uma estrutura da pequena produção agrícola. A parceria é um elemento da produção de pequenos agricultores que decorre da ausência de condições financeiras do produtor para assalariar trabalhadores em sua propriedade ou no interesse em diminuir os custos e aumentar os lucros. É comum essa relação de trabalho aparecer na produção capitalista como estratégia do capital para diminuir os custos com a remuneração dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que a parceria pode ser a estratégia que os pequenos produtores utilizam para aumentar a sua área de cultivo e sua renda.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, dos 1.940 estabelecimentos agropecuários existentes em Arroio do Tigre, 139 são áreas de terra a título de parceria. No entanto, durante o período de realização do trabalho de campo no município houve dificuldade em localizar produtores rurais que trabalhem em sistema de parceria com os proprietários de terra.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais [STR] do município de Arroio do Tigre auxilia os produtores na formalização dos contratos de parceria, no entanto, não armazena os dados referentes aos contratos. A hipótese é de que a dificuldade em localizar produtores que trabalham em sistema de parceria esteja relacionada com a redução deste tipo de vínculo nos últimos anos, pois segundo informações do Presidente daquele sindicato houve um declínio neste tipo de contrato ao longo da última década e a estimativa atual é a de sejam realizados cerca de 30 contratos de parceria agrícola anualmente no município com o auxílio do STR. De acordo com presidente do STR e com a Assessora da Secretaria Municipal da Agricultura, a redução no número de contratos de parceria agrícola tem relação como a ampliação de políticas públicas, como a

criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário [PNCF] que impulsionou a aquisição de terras.

As famílias dos três parceiros entrevistados são do município de Arroio do Tigre e os pais também trabalhavam com plantação de tabaco. Um dos entrevistados informou que os pais possuem propriedade, outro disse que os pais tinham propriedade e venderam e o terceiro entrevistado informou que os pais também trabalhavam como parceiros.

Entre os três entrevistados, dois dedicam-se exclusivamente ao trabalho agrícola, que inclui a produção comercial de tabaco e o cultivo de produtos para a subsistência, tais como, feijão, milho, mandioca, batata e hortaliças. O outro entrevistado concilia o trabalho em um supermercado com o cultivo de tabaco e com a produção de alimentos para o consumo (feijão, mandioca e batata). Este último entrevistado reside no meio urbano e informou que iniciou a produção de tabaco há dois anos porque estava desempregado, e que não pretende plantar tabaco na próxima safra.

Nenhum dos entrevistados formalizou o contrato de parceria agrícola que realizam com os proprietários das terras, os acordos são apenas verbais. Como não há contrato formal, cada um dos trabalhadores estabeleceu um formato diferente de vínculo com o produtor, divisão do trabalho, divisão de investimentos e lucros:

1. O primeiro entrevistado cultiva o tabaco sozinho, sem a participação do proprietário ou de membros da sua família durante as atividades. O entrevistado informou que planta tabaco numa área de 1,5 hectares, ele investe nos insumos e entrega 15% da sua produção final ao proprietário da terra. O entrevistado afirmou que o valor anual bruto obtido com a sua parcela da safra de tabaco corresponde a cerca de R\$ 15.000,00.
2. O segundo entrevistado trabalha em parceria com os tios, eles plantam sete hectares de tabaco. O investimento é feito pelos tios e o entrevistado recebe no final da safra 15% da

produção do tabaco do tipo Virgínia e 25% da produção do tabaco da variedade Burley. O entrevistado afirmou que o valor anual obtido com as suas parcelas de tabaco chega a aproximadamente R\$ 30.000,00.

3. O terceiro entrevistado produz o tabaco junto com a sua esposa, eles plantam 12 hectares de tabaco na propriedade de outro agricultor que entra com as terras enquanto eles se responsabilizam pelo trabalho. O entrevistado informou que o investimento nos insumos e os lucros obtidos na safra são repartidos ao meio com o proprietário da terra. Ao final da safra o casal informou obter cerca de R\$ 10.000,00 com a produção. Após a realização desta entrevista um informante que não quis se identificar afirmou que o caso deste casal poderia ser classificado como análogo à escravidão, pois eles possuem um acordo com o proprietário da terra em que este cedeu um pedaço de sua propriedade para o casal construir uma residência, em contrapartida o casal se comprometeu a trabalhar por dois anos para o proprietário recebendo um valor mensal de R\$ 600,00. O acordo estabelece ainda a quantidade de tabaco que a ser produzida anualmente pelo casal. Com base na quantia produzida o informante estimou que seria possível obter um rendimento líquido de R\$ 160.000,00 por ano.

Segundo informação do STR, boa parte dos trabalhadores realizam os acordos de forma verbal, mas o sindicato presta a assessoria para a formalização dos mesmos. A formalização dos contratos traz garantias para ambas as partes, pois estabelece de forma clara os termos e condições do acordo, diminuindo as chances de divergências futuras. Além disso, caso haja divergência e rompimento do acordo, o STR também realiza o distrato. Em alguns casos, quando não há acordo entre as partes, é necessário recorrer ao poder judiciário. Além das questões relacionadas ao entendimento e à negociação entre as partes, o contrato garante aos parceiros

(tanto outorgantes, como outorgados) a condição de segurado especial do Instituto Nacional do Seguro Social [INSS]. O presidente do STR esclarece ainda que o contrato não pode estabelecer valores em dinheiro, somente o percentual da produção a que cada parte terá direito.

A legislação (Estatuto da Terra – Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964) estabelece o tempo mínimo de três anos para a permanência dos contratos de parceria agrícola, mas abre a possibilidade para períodos diferentes quando convencionados entre as partes. Assim, de acordo com o ex-técnico da Emater entrevistado na pesquisa, os parceiros não costumam permanecer mais do que dois ou três anos na mesma propriedade, com o mesmo patrão. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) afirma que os contratos realizados por intermédio do sindicato normalmente estipulam a permanência de um ano, tempo correspondente a uma safra.

Assim como ocorre com os demais produtores, os parceiros costumam contratar mão-de-obra assalariada para auxiliar no período de colheita. Os três parceiros entrevistados afirmaram contratar diaristas durante a colheita do tabaco. Os diaristas são pessoas conhecidas dos entrevistados e o pagamento é feito por dia de trabalho, os valores variaram entre R\$ 100,00 e R\$ 120,00 por dia.

Os entrevistados informaram que fazem uso do Equipamento de Proteção Individual [EPI] somente durante a aplicação de agrotóxicos e no período inicial da manhã, quando estão realizando a colheita, pois nesse horário o tabaco ainda está úmido. O calor é a principal justificativa para a não utilização do EPI.

O trabalho na produção de tabaco foi avaliado de forma negativa por dois entrevistados e de forma positiva pelo outro entrevistado. O principal aspecto positivo apontado foi a flexibilidade do trabalho em que a maior parte das tarefas se concentram em apenas um período no ano. Entre os aspectos negativos se destaca a penosidade do trabalho.

## **O trabalho assalariado na produção de tabaco**

O trabalhador assalariado aparece na unidade de produção como um complemento da força de trabalho familiar em momentos do ciclo agrícola em que se necessita maior força de trabalho; essa demanda pelo trabalho assalariado na unidade de produção pode se tornar recorrente e passar a ser permanente, e o produtor passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada (OLIVEIRA, 2007). Dos 24 trabalhadores assalariados entrevistados, 20 trabalham de forma temporária nas unidades de produção e quatro são trabalhadores assalariados permanentes.

Os trabalhadores assalariados entrevistados são originários do próprio município de Arroio do Tigre ou de cidades vizinhas, como Segredo, Estrela Velha e Pinhal Grande. Todos os entrevistados informaram que os pais já trabalhavam com a produção de tabaco: como produtores de tabaco em 21 casos e como trabalhadores assalariados em três casos. Entre os 21 assalariados que informaram que os pais produziam tabaco, cinco afirmaram que os pais possuíam ou ainda possuem terras e o restante (16) informou que os pais trabalhavam em parceria agrícola. Dessa forma, é possível observar que, assim como ocorre com os agricultores familiares, o trabalho assalariado no cultivo de tabaco também se dá de modo endógeno, ou seja, dificilmente indivíduos que não foram socializados neste meio ingressam nesta atividade laboral.

A colheita do tabaco em Arroio do Tigre inicia em outubro e se estende até fevereiro do ano seguinte. O trabalho é muito dependente do clima, pois nos dias em que há chuva não é possível realizar a colheita. A maior parte dos produtores de tabaco não dispõe de trabalhadores assalariados permanentes na propriedade e, mesmo entre aqueles que possuem, o número de trabalhadores é reduzido, limitando-se a uma ou duas pessoas por unidade de produção. Além disso, a utilização de maquinário para realizar a colheita ainda é rara neste tipo de cultivo e foi encontrada em apenas

uma propriedade visitada durante o período de coleta de dados. Diante deste contexto, quase a totalidade dos produtores de tabaco necessita de força de trabalho extrafamiliar durante a colheita. As famílias produtoras organizam o trabalho de colheita basicamente através de dois modelos:

- a) Contratação de equipes que trabalham por empreitada: é quando a família produtora contrata uma equipe para a realização da colheita do tabaco, essa tarefa é denominada como “quebrar o tabaco”. As equipes geralmente são compostas por cinco ou seis trabalhadores que realizam todo o trabalho de colheita e os produtores se encarregam apenas do transporte dos fardos até o galpão (em alguns casos os trabalhadores assalariados também carregam o tabaco até o galpão). O pagamento é feito pelo conjunto da tarefa combinada e executada;
- b) Trabalho realizado pelos produtores rurais com o auxílio de trabalhadores assalariados: neste caso a colheita do tabaco é realizada pela própria família de produtores com o auxílio de alguns trabalhadores temporários (normalmente varia entre um e três trabalhadores) que realizam as mesmas tarefas que os produtores. O pagamento é feito por dia de trabalho.

Considerando a periodicidade com que os trabalhadores prestam seus serviços (de forma permanente ou temporária) e o modo como organizam a prestação de serviço (trabalho diário ou por empreitada) foi possível categorizar os trabalhadores assalariados em quatro tipos:

- a) Assalariados permanentes: são aqueles trabalhadores que executam suas atividades laborais por um período contínuo (ao longo de todo ano) na mesma unidade de produção. Eles negociam as atividades laborais e a remuneração

diretamente com o produtor rural e não são vinculados a equipes. Como eles trabalham na unidade de produção ao longo de todo o ano, eles se envolvem em praticamente todas as tarefas produtivas relacionadas à produção de tabaco, assim como nas atividades referentes aos demais cultivos existentes na propriedade. Foram entrevistados quatro trabalhadores nesta categoria, nenhum deles possuía carteira de trabalho assinada;

- b) Trabalhadores assalariados com vínculo diário: são aqueles trabalhadores que negociam e executam as atividades laborais por dia de trabalho, negociam as atividades laborais e a remuneração diretamente com o produtor rural e não são vinculados a equipes. Foram entrevistados seis trabalhadores nesta categoria;
- c) Trabalhadores assalariados que organizam equipes para trabalhar por empreitada: são aqueles trabalhadores que organizam equipes de trabalhadores para a prestação do serviço de colheita nas unidades de produção. Esse trabalhador é responsável pela organização e pelo transporte da equipe, assim como pela negociação com o produtor rural sobre o conjunto de tarefas as serem realizadas (empreitada) e o valor a ser pago pelo serviço. O empreiteiro também participa das atividades de colheita do tabaco, porém, ele fica com uma parcela maior do valor pago pelo serviço do que os demais membros da equipe. O pagamento é feito pelo produtor rural diretamente a essa liderança, que repassa os valores aos outros trabalhadores. Esse trabalhador é conhecido na região como empreiteiro. Foram entrevistados quatro trabalhadores nesta categoria;
- d) Trabalhadores assalariados que integram equipes que trabalham por empreitada: são os trabalhadores que atuam em equipe na colheita de tabaco. Eles negociam as tarefas e os

valores com o líder da equipe (empreiteiro) e são subordinados a este. Foram entrevistados dez trabalhadores nesta categoria.

Existe uma relação entre a forma como se estrutura o trabalho de colheita e o local de residência dos trabalhadores assalariados temporários. Todos os trabalhadores temporários residentes na sede do município trabalham na colheita do tabaco através do sistema de empreitada, sejam eles integrantes das equipes ou os líderes que organizam os grupos. Já os trabalhadores assalariados temporários que executam o serviço e cobram por dia de trabalho, todos residem nas áreas rurais do município.

No trabalho por empreitada o valor a ser cobrado varia de acordo com o montante de serviço a ser realizado. Geralmente o valor é estabelecido pela “fornada”, ou seja, a colheita de tabaco para o preenchimento de uma estufa de secagem de tabaco. Porém, as estufas não são todas do mesmo tamanho e o valor da empreitada varia conforme o tamanho da estufa. Além disso, as atividades a serem realizadas também interferem no valor cobrado pelo serviço, por exemplo, uma empreitada na qual os trabalhadores farão somente a colheita e as trouxas de tabaco, terá um valor menor do que outra empreitada que além destas tarefas, inclua o transporte do tabaco até o galpão.

Conforme informaram os entrevistados, há empreitadas nas quais uma equipe leva até três horas para executar o serviço, enquanto outras empreitadas podem levar um dia inteiro de trabalho. Como a maior parte das empreitadas dura em média um turno de trabalho, é comum que as equipes realizem mais de uma empreitada por dia. O valor cobrado por empreitada varia entre R\$ 800,00 e R\$ 1.200,00. O valor pago pelos empreiteiros aos demais membros das equipes varia entre R\$ 75,00 e R\$ 120,00 por empreitada. E o valor que o empreiteiro recebe varia entre R\$ 150,00 e R\$ 400,00 por empreitada.

A renda mensal dos trabalhadores assalariados que executam as tarefas por empreitada é muito variável, pois além da oferta de trabalho que se concentra entre outubro e fevereiro, há a dependência em relação ao clima. Dessa forma, o valor mensal auferido por estes trabalhadores nos meses de safra varia entre R\$ 1.200,00 e R\$ 4.000,00.<sup>3</sup> Já nos demais meses do ano a remuneração está relacionada com as atividades que desenvolvem, sobretudo, aquelas não relacionadas à produção de tabaco.

Durante o período de safra, que vai de outubro a fevereiro, a oferta de trabalho é intensa para os trabalhadores por empreitada, eles chegam a trabalhar em média 18 dias por mês nesse período. O trabalho também é realizado aos finais de semana, só há folga em dias de chuva. A jornada de trabalho também é bastante intensa, chegando a 12 horas de trabalho por dia. Os trabalhadores assalariados chegam a trabalhar em até 12 unidades de produção durante uma safra, em média trabalham em oito propriedades.

Em outros períodos do ano nem todos os trabalhadores por empreitada têm trabalho garantido, a maior parte faz outros tipos de serviço temporário, como serviços na área de limpeza, construção civil e comércio. Dois trabalhadores são funcionários de uma empresa responsável pela manutenção das estradas da região e conseguem folga durante a safra do tabaco. Outros dois trabalhadores buscam trabalho nas empresas fumageiras de Santa Cruz do Sul, que contratam pessoal para trabalhar na classificação do tabaco dentro da fábrica, o contrato também é temporário e as empresas oferecem transporte diário para os trabalhadores.

No trabalho assalariado com vínculo diário, o trabalhador executa as tarefas junto com os membros da família produtora de tabaco. Na época da colheita, existe maior demanda por este tipo de serviço, porém, estes trabalhadores também costumam prestar serviço aos produtores rurais em outros períodos do ano. A

<sup>3</sup> O salário mínimo nacional no ano de realização da coleta de dados desta pesquisa (2018) era R\$ 954,00.

negociação é feita diretamente com o produtor rural, não existem intermediários neste caso. Na época da safra as principais tarefas desempenhadas por estes trabalhadores são: quebrar o tabaco (colher), sortir, costurar (variedade Virgínia) e erguer o tabaco no galpão (variedade Burley). Em outras épocas as principais tarefas são o plantio e a limpeza do tabaco e as atividades referentes a outros cultivos das propriedades que também podem demandar força de trabalho extrafamiliar, como o milho e o feijão. O valor recebido por dia de trabalho varia entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 durante a safra do tabaco e entre R\$ 30,00 e R\$ 70,00 fora da safra.

Durante o período da safra (de outubro a fevereiro) alguns dos trabalhadores com vínculo diário chegam a trabalhar 20 dias por mês e as jornadas de trabalho duram em média 10 horas. Entre os seis trabalhadores enquadrados nesta categoria, quatro continuam trabalhando como diaristas nos outros períodos do ano, um tem propriedade e cultiva um pouco de tabaco e uma faz serviço doméstico e só trabalha fora de casa na época da safra de tabaco. Em média, estes trabalhadores assalariados prestam serviço em três propriedades por safra.

No trabalho assalariado permanente os trabalhadores também executam as tarefas junto com os membros das famílias produtoras. Neste caso, os quatro trabalhadores entrevistados informaram que se envolvem praticamente em todas as etapas da produção do tabaco e nos demais cultivos das propriedades. A única atividade para as quais os entrevistados apresentaram restrição trata-se da aplicação de veneno, dois entrevistados informaram que não executam esta tarefa e os outros dois afirmaram que executam esporadicamente, mas que esta é uma atividade realizada predominantemente pelo produtor rural. O valor mensal recebido por estes trabalhadores varia entre R\$ 1.200,00 e R\$ 2.000,00 e não há variação ao longo do ano. A jornada de trabalho é bastante extensa, eles trabalham em média 10 horas por dia.

Com base nos dados levantados é possível observar que existe uma desigualdade no que se refere à remuneração dos

trabalhadores assalariados com reflexo nas condições de vida de cada um destes grupos. Porém, quando se trata da formalização destes trabalhadores existe uma homogeneidade nas condições de trabalho, uma vez que todos os entrevistados, inclusive aqueles que trabalham de forma permanente nas unidades de produção, afirmaram que não possuem nenhum contrato ou vínculo formal de trabalho com os produtores rurais.

Independente da categoria analítica que tenha sido enquadrado o trabalhador (assalariado permanente, assalariado com vínculo diário, assalariado que organiza equipes para trabalhar por empreitada ou assalariado que integra equipes que trabalham por empreitada), os acordos de trabalho são feitos exclusivamente de forma verbal e não há quem se comprometa com as garantias legais às quais esses trabalhadores têm direito. São os próprios trabalhadores assalariados que ficam com a responsabilidade de conseguir, através de alguma forma, ingressar no sistema nacional de seguridade social, seja através de contribuição individual ou com bloco de produtor rural. Entre os entrevistados onze afirmaram possuir bloco de produtor rural, um informou contribuir para o INSS individualmente, um afirmou ser aposentado e onze informaram que não possuem nenhum vínculo de seguridade social.

A falta de formalização acarreta prejuízo aos trabalhadores assalariados, que estão sem cobertura previdenciária em casos de enfermidade ou para aposentadoria. A formalização, ao mesmo tempo em que garantiria direitos aos trabalhadores, geraria um custo aos produtores rurais que são os responsáveis diretos pela contratação desses trabalhadores. Na visão do representante do STR, os próprios trabalhadores assalariados não estão interessados na formalização, pois preferem receber o valor referente ao seu trabalho sem o desconto do INSS. No caso de formalização, o produtor rural teria que arcar com o custo do percentual cabível ao trabalhador (11%), além do percentual referente ao empregador (20%).

Além dos prejuízos acarretados aos trabalhadores pela informalidade das relações de trabalho das quais participam e dos possíveis custos extras a que os produtores rurais estariam sujeitos, caso formalizassem as relações com os trabalhadores assalariados, cabe questionar qual seria o papel e a responsabilidade das empresas integradoras, uma vez que se trata de um produto que já possui compra garantida através de contrato firmado entre estas empresas e os agricultores familiares.

Os trabalhadores assalariados entrevistados desconhecem a legislação trabalhista, assim como os benefícios aos quais teriam direito. Todos afirmaram não saber detalhes da legislação trabalhista e não ter conhecimento sobre leis específicas sobre trabalho temporário ou trabalho assalariado na agricultura. Além disso, nenhum dos trabalhadores participa de sindicatos ou associações de trabalhadores.

Com base nos dados coletados é possível afirmar que o trabalho assalariado na produção de tabaco se caracteriza por longas jornadas de trabalho, falta de vínculos formais que garantam estabilidade e acesso à seguridade social, penosidade das tarefas, exposição a produtos com alta toxicidade, falta de regulação específica sobre a remuneração, inexistência de articulação entre os trabalhadores da categoria e baixos valores de retribuição.

Estas características podem ser enquadradas no que Gerry Rodgers e Janine Rodgers (1992) classificam como trabalho precário. Para os autores, o trabalho precário é aquele que apresenta ao menos uma das quatro características a seguir: primeiro, é um trabalho por um período de tempo ou com alto risco de ser finalizado; segundo, é um trabalho que gera rendimento insuficiente para a reprodução social do trabalhador, sendo esta característica social e culturalmente determinada; terceiro, é uma atividade que não possui proteção social adequada, seja por não contribuir para a previdência social, por não possuir seguro desemprego, por não ter proteção à saúde ou por não possuir outros benefícios assegurados pela legislação trabalhista e; quarto, quando não há um adequado

controle dos salários e/ou de suas condições de trabalho devendo se sujeitar a condições como a extensão da jornada de trabalho, más condições do ambiente físico de trabalho, relações pessoais de dominação ou condições perigosas ou insalubres de trabalho.

Outro autor importante no debate sobre a precariedade é Cingolani (2007, 2011 apud Queiroz, 2013) que distingue três sentidos de apreensão da noção de precariedade ao longo do século XX: a) a precariedade no sentido de emprego precário, que seria uma condição objetiva ligada à intermitência do tempo de trabalho; b) a precariedade como experiência sociocultural, que revelaria práticas, estratégias e experiências precárias que marcaram as trajetórias biográficas; e 3) a precariedade como uma manifestação específica da pobreza, que se refere às desigualdades que operam sobre descontinuidades biográficas.

A discussão sobre o trabalho na agricultura possui especificidades que estão relacionadas às características que tornam este tipo de trabalho diferente de outras atividades, como a indústria, os serviços e o comércio. O trabalho agrícola compreende aspectos como os ciclos biológicos, as safras, a diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, a fixação ao território, a segmentação do mercado de trabalho por razões espaciais, por gênero e por geração, entre outras (Piñeiro, 2007).

Apesar das características de precariedade encontradas no trabalho assalariado na produção de tabaco, a maior parte dos entrevistados apresentou avaliações positivas sobre o trabalho na cultura de tabaco: quinze trabalhadores avaliaram positivamente o trabalho na produção de tabaco e nove avaliaram de forma negativa. Os principais aspectos positivos destacados pelos entrevistados foram o valor recebido pelas tarefas, que é superior ao que recebem em outras atividades, e a flexibilidade de dias e horários de trabalho. Entre os aspectos negativos foram destacadas a penosidade e a insalubridade do trabalho.

Ao comparar o trabalho na produção de tabaco com outras atividades, os entrevistados, em sua maioria, afirmaram que o

trabalho no cultivo de tabaco é mais penoso do que outras atividades, porém, apresenta melhor remuneração.

Os três entrevistados que informaram já ter trabalhado como parceiros foram questionados sobre qual modo de vínculo trabalhista consideravam mais vantajoso, o trabalho assalariado (mesmo que temporário) ou a parceria agrícola, todos afirmaram considerar o trabalho assalariado melhor do que a parceria. As justificativas apresentadas estão relacionadas à remuneração, à possibilidade de residir na sede do município e a menor carga de trabalho, uma vez que todos trabalham com o tabaco somente no período de colheita.

## **Considerações finais**

De acordo com os dados da pesquisa, é possível afirmar que tanto o trabalho assalariado quanto a parceria agrícola se caracterizam por longas jornadas de trabalho, falta de vínculos formais que garantam estabilidade e acesso à seguridade social, penosidade das tarefas, exposição a produtos com alta toxicidade, falta de regulação específica sobre a remuneração, inexistência de articulação entre os trabalhadores da categoria e baixos valores de retribuição.

Dessa forma, cabe a reflexão sobre a responsabilidade das empresas integradoras diante deste contexto, uma vez que estas se beneficiam ao negligenciar os custos envolvidos com a contratação de força de trabalho assalariada para a produção de tabaco.

Observa-se que, devido tanto à legislação brasileira desde 2008 como à pressão internacional, há preocupação por parte das fumeiras no que se refere ao trabalho infantil nas Unidades de Produção Familiares [UPF], acarretando em sanções aos produtores que forem flagrados utilizando trabalho de menores de 18 anos nas atividades de produção do tabaco. No entanto, não existe nenhum controle no que tange à formalização dos trabalhadores que prestam serviços aos produtores rurais.

Os trabalhadores assalariados e os trabalhadores em sistema de parceria desconhecem as legislações que regulamentam o trabalho na agricultura. A falta de conhecimento resulta em prejuízo aos trabalhadores, uma vez que, na prática, observei que a falta de conhecimento resulta em vínculos de trabalho em desacordo com a legislação, privando os trabalhadores de seus direitos.

As características identificadas no trabalho para a produção de tabaco, tanto no trabalho assalariado quanto na parceria agrícola, vão ao encontro do que diversos autores atribuem como características de precariedade. De acordo com Sylos Labini (1980), as ocupações precárias seriam aquelas com atividades esporádicas, com rendas menores, com ganhos incertos e variáveis, considerando precários tanto empregos como ocupações. Gerry Rodgers e Janine Rodgers (1992) identificam como trabalho precário aquele que apresenta ao menos uma das quatro características: intermitência, rendimentos insuficientes, falta de proteção social e falta de controle dos salários e das condições de trabalho. Cingolani (2007, 2011 apud Queiroz, 2013) trata de três sentidos de apreensão da noção de precariedade: a precariedade no sentido de emprego precário, a precariedade como experiência sociocultural, a precariedade como uma manifestação específica da pobreza. E Paugam (2000) cita os empregos periféricos, os subempregos e a desestabilização dos empregos estáveis como formas de precariedade.

Os resultados apresentados permitiram visualizar as diferentes formas através das quais ocorre o trabalho assalariado na produção de tabaco, assim como, conhecer as condições de trabalho e de vida dos assalariados e dos trabalhadores em sistema de parceria na produção de tabaco em folha no município de Arroio do Tigre/RS. A partir deste estudo é possível identificar um amplo campo de análise em aberto para novas pesquisas, sobretudo, para estudos sobre o assalariamento e a parceria agrícola em outras localidades produtoras de tabaco e em outras culturas agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares, como a produção de maçã, por exemplo.

## Bibliografia

Brumer, Anita. et al. *Produção e trabalho na cultura do tabaco na agricultura familiar em Arroio do Tigre – Rio Grande do Sul – Brasil*. Porto Alegre: Winrock, 2011. Relatório de pesquisa. (não publicado).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2017). *Censo Agropecuário de 2017*. <http://www.ibge.gov.br>.

Labini, Sylos (1981). *Ensayo sobre las clases sociales*. Barcelona: Península.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino (2007). *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur Edições.

Paugam, Serge (2000). *Le salaridé de la précarité: Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Paris: Presses Universitaires de France.

Piñeiro Pagliere, Diego Enrique (2007). *O trabalho precário na agricultura uruguaia*. [Tese de Doutorado em Sociologia], Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Queiroz, Allan Souza (2013). *Entre a formalização e a precarização: o trabalho e o emprego dos cortadores de cana de Alagoas*. [Dissertação de Mestrado em Sociologia], Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Riquinho, Deise Lisboa e Hennington, Élide Azevedo (2014) Cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Porto Alegre, 19(12), 4797-4808.

Rodgers, Gerry e Rodgers, Janine (1992). *El trabajo precario en la regulación del mercado laboral: crecimiento del empleo atípico en Europa Occidental*. Madrid: OIT.



## **CAPÍTULO IV**

### **Geração e gênero: questões relacionadas ao cultivo do tabaco**



# A situação contraditória da infância na produção de tabaco

## Relações entre educação e trabalho

*Tânia Parolin da Cruz e Simone de Fátima Flach*

*Perseu tinha um capacete que o tornava invisível, para perseguir os monstros. Nós, de nossa parte, nos embuçamos com nosso capuz mágico, tapando nossos olhos e nossos ouvidos, para poder negar as monstruosidades existentes.*

Karl Marx

No prefácio da primeira edição de *O Capital*, Marx (2002, p. 17), ao entregar sua obra ao público, alerta que o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação assumem formas brutais, pois representam a expressão das relações e dos interesses de classe. Sob tal lógica, a produção de mercadorias fundamenta-se na exploração da força de trabalho, de modo que uma determinada classe (e seus filhos), em razão das necessidades materiais de existência (e sobrevivência), se submete aos mais duros e exaustivos processos de trabalho.

Na produção de tabaco, a lógica capitalista faz-se presente em toda a sua aspereza, visto que, além de explorar a força de trabalho dos trabalhadores adultos, submete, de forma não explícita,

crianças e adolescentes à exaustão física. O envolvimento especialmente de crianças no processo de produção as expõe a condições de trabalho que colocam em risco sua saúde física e mental, pois prejudica o processo educativo e, muitas vezes, condena tais indivíduos a um futuro de exploração e, conseqüentemente, à manutenção do sistema regido pela lógica do capital. Nesse contexto, grande parte dos indivíduos que, de alguma forma, conhece tal realidade, ao fechar olhos e ouvidos, nega sua existência e contribui para a sua manutenção.

Na tentativa de romper com tais monstruosidades, o presente texto trata do trabalho infantil na produção de tabaco, dado que, assim como a produção de todas as demais mercadorias, a produção do tabaco se adapta às exigências do mercado e oculta as relações de exploração infantil, colaborando, de forma direta, para a manutenção e a reprodução do capital.

É importante destacarmos que o envolvimento de crianças e de adolescentes nos processos de trabalho foi, ao longo da história da humanidade, aceito socialmente e naturalizado. No Brasil, a sociedade tem forte influência de pensamento religioso, patrimonial e escravocrata, fato que corrobora a defesa do trabalho desde a mais tenra idade, uma vez que é entendido como uma atividade digna, educativa e necessária para a formação das novas gerações, especialmente as mais pobres, pois garantirá, no futuro, a sobrevivência das famílias e a manutenção da lógica que fundamenta a organização social.

Em que pese a Constituição Federal, há a “[...] proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” (Brasil, 1988, n.p.). Além disso, no Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] – Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, proíbe-se “[...] qualquer trabalho a menores de quatorze anos” (Brasil, 1990, n.p.). Nesse sentido, a realidade demonstra o quão distantes estão as previsões legais da

vida cotidiana, especialmente em comunidades distantes, onde a fiscalização não existe ou é precária.

Para desvelar a realidade vivida por crianças no processo de trabalho, este texto apresenta o contexto de produtores de tabaco no município de Prudentópolis, no estado do Paraná (PR), no qual as crianças e os adolescentes estão inseridos no processo de trabalho<sup>1</sup>. Para tanto, no intuito de apreender as relações entre o processo de escolarização e o trabalho infantil no cultivo do tabaco e, ainda, analisar os elementos que possibilitam ou dificultam o enfrentamento do trabalho infantil via educação, apresentamos o contexto educacional do município pesquisado, o qual tem forte relação com a produção de tabaco. Assim sendo, analisamos, a partir de dados empíricos, os limites e as possibilidades de rompimento da lógica que fundamenta a produção do tabaco por meio da educação escolar.

## **O contexto educacional de Prudentópolis/PR: notas introdutórias**

O município de Prudentópolis está localizado na região Centro-Sul do Paraná, sendo o sexto maior município em extensão territorial do estado. A configuração da educação do município apresenta uma forma peculiar de organização, considerando que a população rural é superior à urbana. Atualmente, dos 48.792 habitantes, 26.329 residem no campo, enquanto 22.463 habitantes residem na cidade. Em virtude disso, grande parte dos estabelecimentos de ensino está localizada na zona rural. As escolas localizadas na zona rural correspondem a 67%, enquanto na zona urbana o percentual

<sup>1</sup> Texto derivado de pesquisa de Mestrado em Educação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa [UEPG], sob a orientação da professora Simone de Fátima Flach. A pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes] – Código de Financiamento 001.

é de 33%. Quanto à dependência administrativa, constatamos que 77% das escolas são municipais, 18% são da rede estadual e a menor parcela, cerca de 5%, pertence à rede privada de ensino.

Pela sua característica rural, o município ainda mantém um número expressivo de escolas no campo, em comparação a outros municípios. Em termos de imediatividade, representa uma grande conquista para a população do campo, mas, na essência, há profundos processos excludentes no acesso à educação pública de qualidade. Basta observarmos o nível de instrução da população prudentopolitana, em que 64,4% possuem o Ensino Fundamental incompleto, um quadro que se agrava ainda mais em relação aos produtores de tabaco, considerando que 89% apresentam esse mesmo nível de instrução, conforme a Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA] (2022).

Sob tais condições apriorísticas, realizamos uma pesquisa empírica em duas comunidades do município de Prudentópolis/PR, denominadas, aqui, “C1” e “C2”, cuja produção está centrada na plantação de tabaco. A pesquisa<sup>2</sup> centrou-se em entrevistas de 11 famílias produtoras de tabaco, em entrevistas com professores e diretores das escolas dessas localidades e em coleta de textos de alunos de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, os quais foram produzidos a partir de atividade dirigida em sala de aula, sob a supervisão das professoras regentes das turmas, com a proposta de relato sobre as férias escolares.

Enquanto, nas comunidades, a produção de dados da pesquisa envolveu as famílias produtoras, alguns vizinhos e parentes, na escola, houve a colaboração de professores, merendeiras e diretoras. Houve, também, análise de dados fornecidos pelas coordenadoras da Secretaria Municipal de Educação. Assim, o quadro de análise é composto por três escolas que nominamos “A”, “B” e “C” e por

<sup>2</sup> Tendo em vista o compromisso ético com os dados, informações coletadas e publicação, a pesquisa foi submetida à aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa [CEP] – Plataforma Brasil, tendo sua aprovação conforme Parecer n° 2.621.857, emitido em 25 de abril de 2018.

famílias de produtores de tabaco que residem nessas localidades e que têm filhos com idades entre 9 e 14 anos, os quais são, respectivamente, alunos do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I e alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II. Cabe esclarecermos que as escolas “A” e “B” são municipais, e a escola “C” é estadual. Essa última funciona na mesma comunidade e no mesmo espaço físico que a escola “B”, só que sua mantenedora é a Secretaria Estadual de Educação [SEED] do Paraná.

No Quadro 1, apresentamos a organização das entrevistas realizadas nas comunidades C1 e C2, cujas escolas identificamos como “A”, “B” e “C”, os professores e os diretores com “P” e a funcionária da escola com “F” e as famílias entrevistadas com “E”<sup>3</sup>.

*Quadro 1 – Identificação dos entrevistados nas comunidades C1 e C2*

Comunidades	Escolas	Profissionais das escolas	Famílias
C1	A	P1, F1	E1, E2, E3, E4, E5, E6
C2	B	P2, P3	E7, E8, E9, E10, E11
	C	P4	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As comunidades foram escolhidas pela alta produtividade, as quais apresentam um número expressivo de famílias produtoras de fumo. Em uma das comunidades, há uma escola que é multiseriada e oferta Educação Infantil para alunos de 4 e 5 anos de idade e a primeira etapa do Ensino Fundamental, nominada escola “A”. Já a escola “B” é seriada, com oferta de Educação Infantil para alunos de 4 e 5 anos de idade e a primeira etapa do Ensino Fundamental pela rede municipal. Junto a essa escola, funciona também a segunda etapa do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, na escola “C”, que é de responsabilidade da Rede Estadual de Ensino.

<sup>3</sup> As entrevistas foram concedidas a Tânia Parolin da Cruz, nos meses de maio e junho de 2018.

A primeira é uma escola localizada a aproximadamente sete quilômetros da sede, sua fundação data de 1923 e, atualmente, possui um total de 30 alunos, distribuídos em três turmas, a saber: Pré I e Pré II, 1º e 2º anos e a última turma com alunos de 3º, 4º e 5º anos. A escola possui três professoras, uma estagiária e uma cozinheira. A professora responsável pelas turmas, que tem alunos da faixa etária entre 9 e 10 anos (nosso recorte para a análise), reside na comunidade, a aproximadamente dois quilômetros da escola, e trabalha nessa instituição há 27 anos.

As escolas “B” e “C” estão situadas a 18 quilômetros da sede, sendo a escola “B” fundada em 1914, e a escola “C” foi instalada mais tarde, somente no ano de 1998. Essas escolas dividem o mesmo espaço físico. Em 2016, a escola “A” possuía oito professores, uma diretora e 96 alunos, com turmas seriadas do Pré I ao 5º ano do Ensino Fundamental. Já a escola “C” possuía 194 alunos, 40 professores, com turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio – esse último segmento funciona no período noturno.

Apresentada a singularidade da realidade pesquisada, buscamos compreender as relações entre o processo de escolarização e o trabalho infantil na produção de tabaco em Prudentópolis/PR. De imediato, identificamos que o trabalho precoce é legitimado e socialmente naturalizado, de forma hegemônica, pela sua dimensão educativa. Eis uma tentativa de conciliação entre o trabalho e o processo de escolarização, como veremos, em detalhes, a seguir.

### **As (im)possibilidades de ruptura do trabalho infantil por meio da educação escolar**

No cultivo do tabaco, é lugar-comum o emprego de crianças e de adolescentes na produção, haja vista ser uma atividade realizada pela própria família e que, em grande parte do processo produtivo, não requer força muscular para o seu desenvolvimento. A

necessidade familiar de garantir a produtividade e o cumprimento das estimativas de produção, acordada com a indústria do tabaco, para salvaguardar melhores rendimentos, impõe-se e colabora para a naturalização do trabalho infantil.

Sob o argumento de “ajuda” no trabalho familiar, há uma ocultação da necessidade de utilização da força de trabalho infantil, e, assim, crianças e adolescentes, naturalmente, adentram o mundo do trabalho. A “cultura” do trabalho consolidou-se de tal forma no imaginário popular que seus efeitos nocivos são desconsiderados.

As cláusulas contratuais das empresas não permitem a utilização da força de trabalho de crianças e de adolescentes, sob pena de rescisão de contrato e de denúncia junto ao Ministério Público. Em razão disso, no momento de coleta de dados da pesquisa junto às famílias, a grande parte delas se sentiu insegura em dar entrevistas, principalmente os pais que já foram repreendidos pelo Conselho Tutelar. No depoimento das famílias, é corrente a negação da utilização da força de trabalho dos filhos no processo de produção do tabaco, o que não significa que ela não seja empregada.

De acordo com o depoimento da professora e da cozinheira da escola “A”, a família instrui as crianças a não relatarem que ajudam na produção. Em razão disso, na escola, as crianças não comentam que trabalham na produção de tabaco.

A gente sabe porque conhece a família e vê. Esses dias, eu passei lá em frente à estufa e as crianças estavam embonecando fumo. Mas, eles não contam nada na escola. (P1).

Hoje em dia, eles são bem instruídos, se a criança não estiver na escola, a empresa não dá pedido [...], muitos vão porque têm que tá matriculado, senão não vem o pedido. (F1).

O temor por represálias faz com que as famílias neguem que os filhos trabalham, conforme verificamos no depoimento de uma produtora: “as crianças ficam em casa, jogando bola, brincando por aí, no telefone também agora. Eles não ajudam nada.” (E5).

Em contrapartida, a professora relatou que, nessa família, o menino que atualmente tem 12 anos de idade trabalha, inclusive, na colheita de fumo.

A gente sabe que não pode. Mas, veja, os meus vizinhos, o piá está com a idade do meu filho, doze anos, mas ele chega da escola e vai junto com o pai colher fumo. Ano passado, ele passou a safra inteira na roça. [...] o pai diz que já leva porque tem que ensinar desde pequeno porque senão depois não adianta. (P1).

Entretanto, o discurso da família tende a ocultar a necessidade de força de trabalho infantil, até porque, há alguns anos, um tio desse menino foi encaminhado ao Conselho Tutelar pelo mesmo motivo. Segue o depoimento da avó:

Eu tive incômodo [com o Conselho Tutelar], ainda que eles não pegaram ele fazendo nada, ele estava jogando bola. Eles vieram porque ele estava fazendo umas bonecas. Depois, o Conselho sempre vinha me chatear, queriam que eu fosse limpar as escolas, queriam que o piá fosse no PETI [Programa de Erradicação do Trabalho Infantil], queriam me botar a lei. Eu xinguei eles. Aqui não fui só eu, foram uns cinco ou seis pais, pegaram um outro ajudando o pai carregando a carreta de tijolo. Daí, a gente vai lá no promotor. Ele nem escuta, quer ponha a lei dele, daí o que a gente vai fazer, tem que escutar e ficar bem quieto. (E6).

Pelo depoimento, o emprego de adolescentes, tanto na produção de tabaco como em outras atividades, é socialmente naturalizado. Nessa família, mesmo que não se admita que o filho trabalhe na produção do fumo, no depoimento da mãe, é possível identificarmos alguns traços que indicam o contrário: “ até ontem meu marido fez o pedido e eu falei: olhe bem nestas folhas o que está escrito, que é proibido levar menor de 18 anos, você assinou, mas leia o que você assinou.” (E5).

Percebemos que, nessa família, a mãe tem conhecimento de que o trabalho infantil não é permitido, e o seu depoimento

leva a entender que a força de trabalho infantil é empregada na produção.

Nessa mesma comunidade, outra situação contraditória é identificada. No depoimento a seguir, a mãe relatou que os filhos não vão com ela à produção:

A minha irmã fica com as crianças, lá na estufa não dá, nem tem como [...]. Lá, eles não ficam porque o instrutor não deixa, esse da Souza Cruz não deixa mesmo. Essa empresa não dá nem pra falar de levar junto. Às vezes, eu deixo eles com a sogra, que não é longe, é bem pertinho. (E4).

Nesse depoimento, fica evidente o temor das represálias ou das advertências por parte da empresa. Esse depoimento contrapõe-se ao da professora, a qual relatou que as filhas dessa produtora são suas alunas, tendo uma 9 anos e a outra 10 anos de idade, e ajudam na produção de manocas: “[...] a gente passa lá em frente elas estão no barracão embonecando fumo.” (P1).

A atuação das fumageiras também é contraditória, pois, ao mesmo tempo que proíbe a utilização da força de trabalho infantil, sob pena de rompimento do contrato com o produtor, não financia qualquer tipo de projeto ou programa de proteção à infância no município. Tais empresas impõem altas metas de produção aos fumicultores, o que contribui para o emprego da força de trabalho das crianças e dos adolescentes na produção do tabaco.

Destacamos que o processo produtivo e de beneficiamento do fumo, tanto na produção quanto no processamento de suas folhas, apresenta sérios riscos à saúde das crianças e dos adolescentes e compromete o seu pleno desenvolvimento. Isso está descrito na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil [Lista TIP], a qual é adotada por vários países e define as atividades que mais oferecem risco à saúde, ao desenvolvimento e à moral de crianças e de adolescentes<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> As piores formas de trabalho infantil foram propostas pela Organização Internacional do Trabalho [OIT] – Convenção N° 182 (OIT, 2000) – e ratificadas, no Brasil, por meio do Decreto N° 6.481, de 12 de junho de 2008 (BRASIL, 2008).

No entanto, na produção de tabaco, não são considerados os prejuízos causados à vida humana, pois a rentabilidade da produção garante a ampliação e a acumulação de capital.

Outras pesquisas realizadas sobre a exploração do trabalho infantil na fumicultura foram ao encontro dessa discussão e constataram esse mesmo discurso de legitimação do trabalho precoce, a exemplo do estudo de Marin *et al.* (2012), em Agudo, Rio Grande do Sul, e de Araújo (2010), em Angelina, Santa Catarina. Embora sejam particularidades distintas, o consenso hegemônico, sob a égide do senso comum, consolida o trabalho como ajuda educativa e como alternativa à marginalidade e à delinquência, fazendo-se presente no cotidiano de muitas famílias, que utilizam esse argumento para justificar o emprego da força de trabalho dos filhos.

É o caso da produção de tabaco em Prudentópolis, em que grande parte dos fumicultores estão nessa atividade há muitos anos, a qual se tornou uma tradição no município, passando de geração em geração. A incorporação de forças de trabalho subsidiárias, de crianças e de adolescentes na produção, historicamente foi considerada como “ajuda”, pois era um trabalho simples, realizado manualmente, sem nenhuma tecnologia, que possibilitava o emprego dos menores em todo o processo, desde a mais tenra idade. Embora a modernização das estufas, a utilização de tratores na preparação do solo e no transporte do tabaco e o crescente uso de agrotóxicos tenham diminuído a demanda de força de trabalho, eles não erradicaram o trabalho infantil, como podemos observar nos textos produzidos por crianças sobre as suas férias no campo.

Eu ando bastante, ajudo a minha mãe, brinco com o meu primo e faço muitas brincadeiras, como fazer carrinho. E às vezes brinco no celular do meu tio com meu primo. Ajudo, às vezes, amarrar fumo na casa, ando com o trator com o meu pai. Eu assisto muito na casa, como muito e ajudo meu pai a malhar feijão e tenho muitos amigos e como muitas coisas. E fim. (Texto de criança de 10 anos, da localidade de fumicultura de Prudentópolis/PR, 2018).

Nas produções textuais das crianças, é possível verificarmos que o trabalho infantil se faz presente, não somente na cultura do tabaco, como também em outras atividades, como observamos em texto produzido por um aluno de 9 anos de idade:

Nas minhas férias, eu levanto bem cedo e vou tomar café e depois de tomar café vou ajudar meu pai a quebrar milho. E, quando chega a hora do almoço, eu vou com meu pai almoçar. Depois, eu e meu pai vamos para o pai ver as vacas. E depois de ficar mais ou menos uma hora, eu e meu pai voltamos para casa e eu vou assistir. (Texto de criança de 9 anos, da localidade de fumicultura de Prudentópolis/PR, 2018).

É importante destacarmos que muitos fumicultores trabalham paralelamente em outras atividades produtivas como forma de complementação de renda e para a subsistência, utilizando, sempre que necessário, o emprego da força de trabalho de crianças e de adolescentes.

O depoimento oral da diretora da escola “C” confirma a incidência de trabalho infantil na comunidade.

Sim, eles ajudam, eles trabalham. Eu acho que, no interior, em todas as escolas, as crianças trabalham. Muitos pais, às vezes, têm receio, têm medo de falar: “Olha o meu filho trabalha”. Mas, os alunos chegam e falam: “Eu trabalhei hoje”. E não é só no fumo. Aqui, têm alunos do Ensino Médio que trabalham em várias atividades: de auxiliar de pedreiro, com maquinário. Têm uns que são de menor, não tem carteira, mas eles trabalham no trator, trabalham na colheitadeira. São tudo de menor, mas eles trabalham. É que na lavoura é diferente, tem que trabalhar, pois se quiser alguma coisa vai ter que ganhar o dinheiro. (P4).

No caso da produção de tabaco, o grupo familiar é encarregado da produção da mercadoria. No decorrer da produção, as famílias recebem orientações de instrutores das empresas fumageiras, os quais são responsáveis pela assistência técnica e pela garantia de

produtividade, conforme prévia estimativa da produção do fumicultor. Essa questão não é nova e já foi alertada por Marx (2002), quando discorreu sobre o comércio e o artesanato de rendas na Inglaterra:

Quando as senhoras trabalham com os próprios filhos em casa, [...], a situação é ainda pior, se isso é possível. [...] Quando o garoto empregado nos estabelecimentos comerciais deixa-o, às 9 ou 10 da noite, dão-lhe muitas vezes um embrulho com rendas para fazer seu acabamento em casa. O fariseu capitalista, representado por um dos seus lacaios assalariados, faz-lhe a entrega com a frase untuosa: “Isto é para a mamãe”, mas sabe muito bem que o pobre menino vai ter de ficar sentado ajudando. (Marx, 2002, p. 531).

Assim como o fato descrito por Marx (2002), o processo produtivo do tabaco envolve todo o grupo familiar, inclusive as crianças e os adolescentes, os quais, geralmente, desenvolvem atividades que não requeiram o uso de força muscular. As atividades mais intensas e pesadas são realizadas por adultos ou, em determinados casos, por adolescentes com mais de 15 anos de idade.

Uma das famílias entrevistadas reconhece que leva o filho que, atualmente, tem 14 anos de idade em serviços mais leves: “Eu não ponho ele no serviço muito pesado, eu sei o que a gente ponha a criança, um pouquinho as crianças trabalhando também é bom, porque, se crescer muito largado, eles não vão aprender.” (E10).

Em depoimento, outro produtor relatou que o filho, de 13 anos de idade, também auxilia na produção. Em sua opinião, o filho “tem que aprender a trabalhar” (E11). Ele ajuda na produção de manocas e na colocação do fumo na estufa.

No período do plantio, as crianças e os adolescentes auxiliam no transplante das mudas dos canteiros para o solo, colocando as mudas uma a uma na máquina plantadeira, que é manipulada por outra pessoa. A manutenção da lavoura é realizada com fertilizantes que estimulam o crescimento do tabaco e com agrotóxicos para combater inços, pragas e doenças, juntamente à capina. Essa etapa

geralmente é realizada por adultos ou, em alguns casos, por adolescentes a partir dos 15 anos de idade.

Após 70 dias do plantio, iniciam-se as colheitas realizadas manualmente. Extraem-se as folhas uma a uma, seguindo seu ciclo de maturação. Essa etapa dura, aproximadamente, dois meses, sendo a mais intensa da produção. Enquanto algumas pessoas colhem o fumo, outras vão transportando, e outras colocam-no nas estufas de secagem, que, atualmente, são mais modernas, fato que resultou na diminuição da força de trabalho e favoreceu o aumento da produção.

Lembremo-nos, aqui, do depoimento da profissional da educação (P4) que afirmou que a maioria dos alunos, na faixa etária entre 11 e 16 anos, trabalha. Segundo o seu depoimento, durante a colheita de fumo, os alunos mostram-se muito cansados, pois trabalham o dia inteiro, independentemente das condições climáticas.

Quando não há força de trabalho suficiente, os fumicultores utilizam-se do sistema de “troca de dias” com os vizinhos e os parentes, auxiliando uns aos outros, ou contratam diaristas para auxiliar na colheita. A escassez de força de trabalho ou a falta de recursos para contratar diaristas conduz os pais a levarem as crianças ou os adolescentes para “ajudarem” na colheita, carregando ou descarregando o fumo. Cabe considerarmos que muitos pais não obrigam os filhos a trabalhar horas consecutivas, mas eles auxiliam aos poucos, pois esse é um trabalho intenso e cansativo, sendo realizado o dia todo pelos fumicultores, sem considerar as condições climáticas, principalmente os que têm filhos em idade inferior a 12 anos, como observado nos depoimentos.

Depois da secagem, as folhas são classificadas de acordo com a posição e a cor do tabaco, amarradas em forma de manocas e depositadas em uma caixa prensa, para fabricação do fardo do fumo. Posteriormente, os fardos são destinados à comercialização. A etapa da produção das manocas é, geralmente, realizada pelos filhos, enquanto os pais se encarregam da classificação e da produção dos fardos.

Pela sua aparência fenomênica, o trabalho precoce na produção do tabaco é entendido como elemento educativo, fato que acirrou o processo de naturalização do trabalho infantojuvenil, o qual é considerado intrínseco à socialização e à formação dessas crianças. No entanto, segundo Custódio e Veronese (2007), essa situação furta o direito de crianças e adolescentes de brincarem e de se desenvolverem a partir do lúdico e da criatividade.

Não obstante, é notório os efeitos sobre o processo de escolarização, principalmente a partir da segunda etapa do Ensino Fundamental, conforme explica a diretora da escola “C”:

Eles vêm cansados, e como o aluno vai estar disposto a estudar se ele trabalha o dia todo na lavoura, não só no fumo, como em qualquer outra coisa? Eles se sentem muito cansados. As nossas aulas vão até 10:45 da manhã. Quando são 10 horas, às vezes, a gente pega eles dormindo. Eles cansam mesmo. É lógico que o rendimento é muito menor que o aluno que só estuda. (P4).

Um dado positivo é que, nos primeiros anos do Ensino Fundamental, até os 10 anos de idade, tanto as professoras quanto a diretora relataram observar um decréscimo na incidência de trabalho infantil e não observaram efeitos negativos sobre a escolarização, pois as crianças demonstram disposição, fazem as tarefas escolares quando solicitadas, como podemos visualizar no depoimento a seguir:

Eu percebo que eles estão indo menos pra roça, tanto é que as mães vêm nas reuniões e falam: “Podem mandar um monte de tarefas porque eles têm tempo pra fazer, eles ficam mais por casa, eles vão pouco e quando vão é porque gostam, eles vão mais é pra brincar e não pra trabalhar de verdade. (P2)

O depoimento da diretora dessa mesma instituição corrobora as afirmações da professora:

O pessoal já está bem mais conscientizado em relação à exploração do trabalho infantil. Tem aquelas crianças que vão porque gostam, eles preferem ir junto com o pai pra roça, sentem prazer e se eles não

estão fazendo nada que possa comprometê-los, então por que não ir junto? (P3).

Além disso, entre as famílias entrevistadas, há uma em que a mãe é professora, e o pai trabalha na produção de tabaco com o seu irmão. Segundo a mãe (E1), as crianças vão de manhã para a escola e ficam à tarde em casa sob a responsabilidade do pai, e salientou que nem ela e nem os filhos auxiliam na produção. Ela trabalha o dia todo na escola, e os filhos ficam jogando no celular, brincando, vendo TV, fazem as tarefas escolares, mas, em nenhum momento, ajudam na produção. Ela relatou que não concorda que as crianças trabalhem desde a infância.

Aqui reside um dado importante, pois, conforme a mãe, ela nunca trabalhou na roça. Em contraposição, grande parte dos fumicultores que trabalharam desde crianças e não possuem escolaridade superior ao Ensino Médio salientaram que as crianças têm de aprender a trabalhar desde a infância para aprenderem o “valor do trabalho”.

Não podemos desconsiderar os casos das famílias que levam os filhos junto à produção por não terem com quem deixá-los, principalmente os menores. Destacamos que as entrevistas foram realizadas no período entressafras, em que grande parte dos fumicultores já haviam encerrado a produção; os que ainda não haviam terminado, estavam na etapa final de classificação. Mesmo assim, ao passarmos nas propriedades, observamos várias crianças, inclusive com faixa etária inferior a 6 anos, junto a seus pais nas estufas. Embora elas estivessem brincando, estavam no mesmo ambiente, o qual é prejudicial à saúde.

Algumas produtoras relataram levar os filhos junto não para trabalharem, mas por não ter com quem deixá-los, já que eles vão apenas um período para escola. Ademais, na comunidade, não há Centros de Educação Infantil, e as mães precisam auxiliar na produção, conforme mostra o relato de uma mãe: “meu filho foi uma

vez no meio da aveja e chorava no meio do sol, ele disse que nunca mais iria pra roça.” (E2).

Em outras palavras, as duras condições de trabalho na produção e nas etapas de plantio, de manutenção e de colheita são vivenciadas frequentemente por essas infâncias e adolescências que necessitam, muitas vezes, acompanhar os pais, independentemente de sua vontade. As empresas fumageiras, por sua vez, “punem” as famílias que usam trabalho infantil, mas não promovem projetos ou programas de proteção social a essas famílias.

A reflexão teórica dialética, a partir da perspectiva materialista, revela que esse trabalho realizado pelas crianças e pelos adolescentes é, na verdade, um trabalho abstrato produtor de mais-valia, conforme explica Araújo (2010, p. 73):

Na fumicultura, o trabalho das crianças e dos adolescentes, além de ilegal é socialmente invisibilizado. O trabalho de crianças não entra nos cálculos dos custos de produção, sendo inclusive alvo de campanhas de combate ao trabalho infantil mobilizadas pelas grandes fumageiras, que as propagandeiam em seu marketing de responsabilidade social. De maneira que todo o trabalho realizado pelas crianças e adolescentes na produção de fumo é trabalho excedente que é apropriado pelo capital.

Em dado contexto, o trabalho infantil não é eficazmente combatido e acaba se perpetuando, mesmo com a iniciativa de retirada de crianças do processo de trabalho por meio de propostas e de programas sociais – a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil [PETI], que, em 2007, possuía 21 polos no município, conforme o Plano Diretor Municipal. Com a unificação do PETI ao Programa Bolsa Família [PBF], não consta a localização da gestão do PETI na estrutura do município. O programa foi reconfigurado e, hoje, se encontra estruturado em eixos, a saber: Informação e Mobilização; Proteção Social; Defesa e Responsabilização; e Monitoramento (Brasil, 2017). Assim, deixou-se de investir em

medidas socioeducativas, pois benefícios focalizados nos limites das políticas de ajuste fiscal impactam a redução dos gastos sociais.

Ainda de acordo com o Plano Diretor Municipal, o valor do repasse mensal ao PETI<sup>5</sup>, destinado ao município, é de R\$4.200,00. Esse valor é irrisório, incapaz de garantir ações estratégicas de proteção social e de erradicação do trabalho Infantil. A rigor, o PBF segue essa mesma direção. Essas políticas sociais/públicas, na verdade, “jorram água em cesto” (Oliveira, 2003), pois possibilitam a permanência dos alunos na escola, sem a garantia de que estes vão permanecer longe do trabalho no período em que não estão na escola. O impacto desse ajuste incide, diretamente, sobre os fumicultores, que, em sua maioria, acabam levando os filhos com eles para o trabalho.

Para essas infâncias/adolescências desprovidas de proteção social, a educação configura-se como a matriz central no enfrentamento ao trabalho precoce, pois, para a classe trabalhadora, “[...] escola é mais do que escola, é uma promessa de um mínimo de estabilidade nas formas efêmeras e provisórias de emprego e de viver” (Arroyo, 2015, p. 39).

Entretanto, na atual conjuntura, a educação encontra um entrave, uma vez que tem sido orientada pela lógica da focalização, concentrando suas ações em programas que garantem somente o acesso e a permanência das crianças e dos adolescentes nas instituições escolares, por meio de programas de distribuição de renda, como o PBF.

Os recursos destinados às escolas são limitados, a exemplo das escolas municipais do campo de Prudentópolis, cuja oferta de educação pública é precária, visto que as escolas existentes são, em sua maioria, unidocentes e/ou multisseriadas e, ainda, funcionam

<sup>5</sup> Com a integração entre o PETI e o PBF, o PETI foi redefinido e se concretiza por meio de ações estratégicas que consistem em ações territorializadas e intersetoriais voltadas à aceleração da erradicação do trabalho infantil. O redesenho encontra-se estruturado em cinco eixos: Informação e Mobilização; Proteção Social; Defesa e Responsabilização; e Monitoramento (Brasil, 2017).

com precária estrutura física e pedagógica. Fato semelhante ocorre na Rede Estadual de Ensino. Conforme o depoimento da diretora da escola, uma das grandes dificuldades encontradas na instituição é a infraestrutura da escola:

O problema é a falta de espaço físico, aqui é muito restrito. Estamos pleiteando uma unidade nova, só que o governo não autorizou, porque nossa escola foi sorteada no Programa Escola 1000<sup>6</sup> e recebeu uma verba para reformar a escola, trocar o telhado, arrumar os banheiros. Então, neste momento, eles não vão fazer. Também, ano que vem, terá a reforma no Ensino Médio e eles pretendem colocar algumas disciplinas a distância. Só que não sei como vai funcionar, ninguém sabe ainda. Na verdade, só sabemos que diz que irão ter mudanças a partir do ano que vem. (P4).

Aqui, são notórios os desdobramentos das políticas de ajuste fiscal na atual gestão estadual, em que prevalece a adoção da perspectiva reformista, que é formulada sob a óptica do capital e permanece “[...] estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como um modo de reprodução social metabólica” (Mészáros, 2008, p. 26). Para o autor, essas reformas têm por objetivo corrigir os defeitos da reprodução da ordem capitalista e não eliminar os seus fundamentos causais, sendo incapazes de transformar a realidade social.

Em relação à obrigatoriedade da oferta da Educação Infantil às crianças de 4 a 5 anos de idade, em que pese suas limitações, trouxe benefícios à população do campo. Até 2016, as crianças dessa faixa etária não tinham acesso a essa modalidade de ensino, visto que o município possui apenas um Centro Municipal de Educação Infantil localizado no campo. As crianças que residiam em comunidades mais distantes só iniciavam seu processo de escolarização no 1º ano do Ensino Fundamental, devido à ausência de oferta e de

<sup>6</sup> O Programa Escola 1000 é um programa do Governo Estadual que oferece condições de recuperação e de melhorias na infraestrutura de 1000 escolas da rede estadual (Paraná, 2020).

transporte escolar. Os efeitos da ampliação da escolaridade para essa faixa etária foram positivos para os produtores de tabaco, pois, enquanto os pais trabalham, os filhos estão na escola, sem que seja necessário levá-los com eles às unidades de produção.

Para Conde (2012, p. 141), “[...] a escola em período integral é apontada como possível solução ao problema, pois tende a manter a criança na escola durante todo o dia enquanto os pais trabalham”. A nosso ver, a escola em tempo integral só ocupa mais o tempo da criança, mas não resolve, estruturalmente, a questão do trabalho infantil.

É importante destacarmos que a educação em tempo integral no município foi ofertada de forma parcial, por meio do Programa Mais Educação [PME], com um contingente de 13 escolas que aderiram ao projeto no ano de 2014, sendo sete localizadas na área rural, e seis na área urbana. Em se tratando da dependência administrativa, sete escolas são de administração estadual, e seis são municipais.

As condicionalidades do PME também eram desenvolvidas em parceria com o PBF, que, segundo o Ministério da Educação [MEC] (Brasil, 2014), tem como objetivo aumentar a oferta de educação em tempo integral para as crianças e os adolescentes, beneficiários do programa de transferência de renda. Nesse contexto, é importante destacarmos que o PME, implementado pelo MEC, incentiva a oferta de educação em tempo integral para as crianças, os adolescentes e os jovens matriculados em escolas públicas, contribuindo para a qualificação da educação no país. O objetivo do PME é promover a educação integral em jornada escolar ampliada (com, no mínimo, sete horas diárias), intercalando atividades como música, esporte, cultura, artes, mídia, ciências aplicadas, direitos humanos, entre outras, com disciplinas básicas e apoio pedagógico (Brasil, 2014).

Não obstante, o PME não é mais ofertado na Rede Municipal de Ensino e nunca foi oferecido na escola “A”, conforme apontou a professora (P1). Na escola “B”, o programa funcionou por cerca

de três anos na Rede Municipal, e, na escola “C”, a diretora relatou que não ocorre mais, dado que, como requisito para a aderência ao programa, a escola deveria ter professores voluntários, como podemos observar neste excerto:

Eu tinha pedido o programa, mas cancelei, porque tinha que ser professor voluntário. Daí, o que acontece? É difícil encontrar alguém que queira trabalhar de graça, ainda mais lá da cidade, porque tem que pagar o transporte pra vir aqui e trabalhar de graça. Então, não temos mais. (P4).

Nessa perspectiva, evidenciamos mais uma artimanha governamental, fruto das políticas neoliberais adotadas pelo Estado, cujo fim é a redução de gastos, fato que inviabiliza as possibilidades de enfrentamento ao trabalho infantil via educação. Sob tais limitações, a escola, embora seja uma forte aliada no combate ao trabalho infantojuvenil, não é capaz de solucionar esse problema, pois sua origem está substancialmente enraizada nas relações contraditórias que conduzem os trabalhadores familiares à subserviência ao capital. Assim, “[...] ela é, ao mesmo tempo, meio capaz de instrumentalizar o trabalhador contra sua opressão e desenvolvê-lo individualmente, porém insuficiente para erradicar a exploração” (Conde, 2012, p. 172).

Cabe lembrarmos que o Ministério Público do Trabalho [MPT] desenvolve um projeto de resgate à infância nas escolas municipais com turmas de 4º e 5º anos. O Projeto Resgate a Infância – “A Escola no Combate ao Trabalho Infantil”, do Ministério Público do Trabalho [MPT], tem por objetivo, conforme o seu regulamento: levar a temática do trabalho infantil para a sociedade, por intermédio da comunidade escolar; fomentar a participação de crianças e de adolescentes nas ações de mobilização, de conscientização e de prevenção do trabalho infantil; e envolver educadores em ações de prevenção à violação dos direitos de crianças e de adolescentes (Brasil, 2022). O projeto do MPT na escola irá selecionar e premiar os melhores trabalhos literários, artísticos e culturais produzidos

pelos alunos das escolas que participam do projeto. Além da premiação com medalhas e troféus, as escolas premiadas recebem recursos para serem usados em melhorias nas instalações ou nos equipamentos.

Em depoimento, a diretora da escola “B” relatou que as professoras estão trabalhando a questão do trabalho infantil na instituição e estão empenhadas para ver se conseguem ganhar o prêmio (P3). Pelo depoimento, o desenvolvimento desse projeto na escola é em virtude do “prêmio”, não necessariamente pela preocupação com a problemática do trabalho na infância. A nosso ver, em que pese seus limites, o projeto é uma possibilidade de trazer o debate sobre o trabalho infantil para as escolas.

A realidade apresentada denota que educação e trabalho são conceitos que, nessa forma de sociabilidade, não se articulam em uma perspectiva emancipadora; na verdade, estão articulados para responder às exigências necessárias para a manutenção do capital. O Estado, por sua vez, cria mecanismos que reforçam essa lógica, com a implementação de políticas públicas assistencialistas e compensatórias que mantêm o domínio econômico-político da classe dominante.

A necessidade de uma reformulação significativa das propostas e dos programas educacionais impõe-se nesse contexto, com o intuito de mudar a realidade social. Trata-se, portanto, da formulação de uma abordagem educacional que abarque a “[...] totalidade das práticas político-educacional-culturais, na mais ampla concepção do que seja uma transformação emancipadora” (Mészáros, 2008, p. 57).

A rigor, as ações precisam atingir a origem dos problemas, ou seja, a educação. Nesses termos, ela precisa se constituir em um processo de transformação qualitativa, de forma a intervir na realidade e indicar outros caminhos a serem seguidos. Por essa razão, o argumento de Mészáros (2008, p. 27, grifo do autor) é indiscutível: “[...] é por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se

quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”.

É sob essa perspectiva que a educação tem de ser pensada exclusivamente por meio de uma educação “para além do capital”, pautada em uma perspectiva social emancipatória, que se fundamente no processo de luta e de mobilização dos trabalhadores para assumirem a condução das políticas sociais e que acredite em possibilidades de transformação da realidade. Enquanto vigorar o modo de produção capitalista, fundado na exploração de uma classe sobre a outra, o trabalho infantil não será totalmente erradicado. Por isso, a luta por políticas sociais e educacionais comprometidas com a alteração radical da ordem em vigor não se faz isolada da luta pela superação do atual modo de produção.

### **Considerações finais**

O trabalho infantil na fumicultura em Prudentópolis/PR, sob seu invólucro cultural e material, é entendido como educativo e necessário à formação das novas gerações. A história repete-se, e as múltiplas histórias de infâncias e de adolescências “acostumadas” a trabalhar desde a mais tenra idade produzem e reproduzem novas histórias de crianças trabalhadoras. Na perspectiva das famílias de agricultores, o trabalho das crianças e dos adolescentes é posto à luz sob a aparência de “ajuda”, na tentativa de legitimar a cultura do trabalho, mas que oculta as relações de exploração da força de trabalho infantil no cultivo do tabaco.

Se, no plano do discurso, a positividade do trabalho na produção do tabaco está presente no imaginário popular, atrelada às questões culturais, por seu caráter enobrecedor, educativo e moralizador; no plano objetivo, além de prejudicial à saúde, pois causa dor de cabeça, náuseas, vômito, possui implicações sobre o processo de escolarização, tendo em vista que muitos alunos chegam

cansados e sem disposição para estudar, principalmente na segunda etapa do Ensino Fundamental.

Os depoimentos das famílias são construídos nas trilhas do contraditório, pois, ao mesmo tempo que revelam a necessidade de ensinar o valor do trabalho, buscam ocultar o trabalho realizado pelos filhos, seja por medo de represálias por parte do Conselho Tutelar, do Ministério Público ou ainda das próprias empresas fumageiras.

É nesse claro-escuro, nessa relação contraditória que a escola se localiza. As escolas municipais e estaduais pesquisadas funcionam com precárias condições de trabalho e de infraestrutura, sendo um instrumento a serviço da classe dominante, com o intuito de qualificar os trabalhadores para o mercado de trabalho, garantindo a manutenção do existente. Dessa maneira, esse fato impossibilita qualquer tentativa de enfrentamento do trabalho infantil no cultivo do tabaco, via educação. É por isso que a produção de tabaco, inserida na lógica que fundamenta a produção capitalista, “[...] só desenvolve a técnica e combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (Marx, 2002, p. 571).

Na perspectiva aqui analisada, sob o capuz do senso comum, a força produtiva é exaurida desde a infância, impossibilitando o enfrentamento das “monstruosidades existentes” (Marx, 2002, p. 17).

## Bibliografia

Araujo, Claudio Marcelo Garcia de (2010). *A exploração da força de trabalho infantil na fumicultura no município de Angelina* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina.

Arroyo, Miguel Gonzáles (2015). A infância repõe o trabalho na agenda pedagógica. In Arroyo, Miguel Gonzáles; Viella, Maria dos Anjos Lopes e Silva, Maurício Roberto da (Orgs.). *Trabalho infância: exercícios tensos de ser criança: haverá espaço na agenda pedagógica?* (pp. 21-53). Petrópolis: Vozes.

Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA] (2022). *Fumicultura no Brasil*. <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>.

Conde, Soraya Franzoni (2012). *A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 [CF] (Brasil). [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Custódio, André Viana e Veronese, Josiane Rose Petry (2007). *Trabalho infantil: a negação de ser criança e adolescente no Brasil*. Florianópolis: OAB Editora.

Decreto Nº 6.481, de 12 de junho de 2008. *Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências* (Brasil). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm).

Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências* (Brasil). [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266).

Marin, Joel Orlando Bevilaqua et al (2012). O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção do tabaco em Agudo – RS. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50(4), 759-782.

Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política* (2002). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mészáros, István. *A educação para além do capital* (2008). São Paulo: Boitempo.

Ministério da Educação [MEC] (2014). Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação*. Brasília: MEC/SASE. [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf).

Ministério Público do Trabalho [MPT] (2022). *Resgate à Infância – Projeto MPT na escola – Regulamento Estadual Unificado: Estado do Paraná*. Brasília: MPT. [https://www.prt9.mpt.mp.br/images/arquivos/informe\\_se/PR%C3%8AMIO\\_MPT\\_NA\\_ESCOLA/2022/REGULAMENTO\\_ESTADUAL\\_2022\\_publica%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.prt9.mpt.mp.br/images/arquivos/informe_se/PR%C3%8AMIO_MPT_NA_ESCOLA/2022/REGULAMENTO_ESTADUAL_2022_publica%C3%A7%C3%A3o.pdf).

Organização Internacional do Trabalho [OIT] (2000). C182 - *Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação*. Brasília: OIT. [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_236696/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236696/lang--pt/index.htm).

Organização Internacional do Trabalho [OIT] e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (2017). *PR Prudentópolis. Diagnóstico Intersetorial Municipal. Desenvolvimento das Ações Estratégicas*

*Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.* [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/PETI/Diagnostico\\_Brasil/958\\_Priorit%C3%A1rios/PR-pri/4120606\\_PR\\_Prudentopolis.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/PETI/Diagnostico_Brasil/958_Priorit%C3%A1rios/PR-pri/4120606_PR_Prudentopolis.pdf).

Oliveira, Francisco de (2003). *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

Secretaria de Estado de Educação [SEED] (2020). *Escola 1000* (Paraná). [https://www.fundepar.pr.gov.br/sites/fundepar/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-03/manual\\_escola\\_1000.pdf](https://www.fundepar.pr.gov.br/sites/fundepar/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/manual_escola_1000.pdf).

## “Não tem corpo que guente”

### O “puxado” cotidiano de trabalho de fumicultoras em Jaguari (RS) e as possibilidades para melhor viver

*Renata Piecha e Maria Catarina Chitolina Zanini*

Fruto de uma etnografia realizada entre 2018 e 2022, este trabalho tem como objetivo analisar a organização do campesinato em Rincão dos Alves, município de Jaguari, região central do Rio Grande do Sul, considerando-se a recente introdução da fumicultura como principal atividade produtiva.<sup>1</sup> Contemporaneamente, Jaguari conta com uma população de cerca de 11 mil habitantes, dos quais 43% vivem na zona rural e 47% são mulheres. A formação histórica do município guarda forte relação com o processo de colonização europeia, que se iniciou no Brasil no século XIX. De 1888 até 1906, Jaguari recebeu diversos imigrantes europeus, como alemães, húngaros, poloneses e italianos (Marchiori, 1999), tendo

<sup>1</sup> Recorte da Dissertação de Mestrado “O serviço que não aparece”: a divisão sexual do trabalho e as formas de agenciamento de mulheres camponesas em Jaguari-RS, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais [PPGCSOCIAIS] da Universidade Federal de Santa Maria [UFSM], sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Maria Catarina Chitolina Zanini. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil [CAPES] - Código de Financiamento 001.

esses últimos moldado, com maior intensidade e representatividade simbólica, os valores étnicos e culturais vigentes.

A comunidade de Rincão dos Alves é formada, principalmente, por descendentes de imigrantes italianos, poloneses e alemães que se autodenominam colonas/os. Ou seja, são camponesas/es que reivindicam uma etnia diferenciada, com base nas suas origens europeias, formando, como aponta Giralda Seyferth (1983), grupos étnicos. São oitenta famílias dispostas em unidades produtivas que possuem cerca de 25 hectares.

Em Rincão dos Alves, a estratégia de manutenção e reprodução da condição camponesa frente à modernização do rural brasileiro, que ocorre desde os anos de 1970, tem sido a adesão da fumicultura. Integrando as agroindústrias fumageiras à lógica da agricultura familiar, essa atividade produtiva possibilita, assim, que a mão de obra permaneça sendo familiar, obedecendo também às lógicas ali circulantes. Desde crianças a idosos, homens e mulheres adultos/as, todos os membros do grupo familiar contribuem, de uma forma ou de outra, para os processos que este cultivo necessita. A família camponesa é uma unidade hierarquicamente organizada (Woortmann, 1995) e, portanto, a divisão do trabalho ocorre com base nessa hierarquia, que se estrutura por gênero e geração (Paulilo, 1987). Permanecendo estritamente manual, a cultura do tabaco demanda extensas jornadas laborais dessas/es trabalhadoras/es. Nessas, o corpo ainda é o mais relevante instrumento de trabalho, usado à exaustão. Sendo uma atividade produtiva marcada justamente pela penosidade do trabalho, quem mais se expõe à extenuação são as trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves, dado as abrangentes funções historicamente delegadas às mulheres do campo.

Entretanto, neste artigo, partiremos da perspectiva da antropóloga palestina-americana Abu Lughod (1996), quando sugere que olhemos para o ponto de vista das mulheres acerca das suas sociedades. Assim, apresentaremos as “quitandas”, produtos que emergem do trabalho feminino, comercializados informalmente

em circuitos curtos que, além de manter os saberes-fazeres ligados à ancestralidade, às raízes familiares e à construção histórica e social desse território, mantém interações equânimes com o espaço, garantindo, ainda, uma melhoria de vida às famílias. Nosso interesse em analisar essas novas dinâmicas ocorre pelo fato de uma das autoras ser filha de um casal de camponeses dessa comunidade rural. Assim, por originar de Rincão dos Alves, tem acompanhado, ao longo dos anos, as modificações impostas pelo cultivo do tabaco em nível doméstico e também regional. Modificações essas que analisaremos ao longo deste texto, mas sem deixar de lançar um olhar acerca das formas de resistências cotidianas protagonizadas, sobretudo, por mulheres camponesas que, mediante suas práticas laborais, mantêm os “saberes-fazeres” que identificam as particularidades e a história desse campesinato.

### **Inserção, permanência e a penosa homogeneização da cultura do tabaco em Rincão dos Alves**

As pessoa hoje trocaram de carro, de trator, reformaram a casa, a gente já não passa tanta necessidade como passava antigamente (...) Só tem que tê esse compromisso com a firma, né? (Entrevista, 2019)

Tereza, na época com 54 anos, embaixo da sombra de um pé de cinamomo, com as mãos suspensas na cintura, segurando as luvas encardidas de terra e o rosto ainda vermelho, denunciando as horas que passara exposta ao sol e ao trabalho na lavoura, relatava os motivos que levaram ela e a família a aderirem ao cultivo do tabaco. Desde 2009, quando, por custosas imposições acerca da modernização leiteira vindas da já extinta cooperativa de laticínios do município, abandonam esta atividade produtiva como a principal fonte de sustento. Partindo disso, a possibilidade de renda passou a vir da fumicultura, que já se instaurava em algumas propriedades de Rincão dos Alves, sob a justificativa de rentabilidade e garantia

de ganho. Segundo dados divulgados em 2013 pelo Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais [DESER], o Brasil é o segundo maior produtor de tabaco do mundo, exportando cerca de 800 mil toneladas por ano. É no sul do país que se concentra 98,5% da produção, e a densa maioria das famílias fumicultoras reside no Rio Grande do Sul, segundo os últimos estudos publicados pela Agência Pública (2022). Isso se deve ao fato de que, na década de 1980, por meio de incentivos governamentais, as agroindústrias do tabaco foram estabelecidas na região sul do Brasil (principalmente no Rio Grande do Sul), devido à disponibilidade de mão de obra de origem europeia (Dutra y Hilsinger, 2013). Em Jaguari, o cultivo do tabaco está presente em 68% das propriedades rurais.

Assim, a fala de Tereza vai ao encontro do discurso predominante na comunidade, pois a cultura do fumo está intimamente relacionada à “melhoria de vida”, voltada principalmente para a aquisição de bens materiais e de consumo cotidiano. A noção de rentabilidade associada ao cultivo do fumo, que permeia o imaginário dessas famílias, foi decisiva para sua permanência e homogeneização nas propriedades de Rincão dos Alves. No entanto, trazemos algumas considerações de Paulilo (1990) quando, em seus estudos sobre a fumicultura no estado de Santa Catarina, afirma que a ideia de lucratividade associada ao cultivo do fumo é equivocada porque, primeiramente, não é levada em consideração a mão de obra aplicada nesta cultura. Em segundo lugar, a família camponesa tende a consumir o que produz, de uma forma ou de outra, mas no cultivo do tabaco toda a produção é direcionada para o mercado (Paulilo, 1990), para a venda. Por fim, Paulilo (1990) afirma que o produtor recebe ganhos em um curto período de tempo, o que reforça a ideia de que o tabaco é uma produção lucrativa, de bom ganho e de retorno. Para as/os trabalhadoras/es do Rincão dos Alves, é a possibilidade de subsistência diante das diversas mudanças ocorridas recentemente neste contexto, mas também uma tentativa de ascensão social com a permanência do trabalho na terra.

Por um lado, há uma desvalorização mercantil dos produtos associados à agricultura familiar e, principalmente, relacionados à produção de alimentos e à soberania alimentar. Como exemplo, citamos o abandono da produção de feijão, que, no passado, além do consumo dessas famílias, também era direcionado para a venda, segundo a lógica local baseada na venda de excedentes. A cultura do milho mantém-se, mas está sobretudo centrada no consumo familiar ou na manutenção das necessidades da propriedade e dos animais. Assim, a fumicultura foge da lógica da venda de excedentes e obriga essas famílias a comprarem muitos produtos nos mercados locais, basicamente pela dificuldade de conciliar outras atividades produtivas com a cultura do tabaco, mas também por obter um lucro que lhes permita ter acesso a determinados bens e produtos. Concordamos com Marafon (2009), quando aponta que esses fenômenos são resultado do processo de modernização do campo brasileiro, iniciado na década de 1970, momento em que o Estado brasileiro direciona a produção agrícola para o mercado, industrializa a agricultura e a transforma em agronegócio.

A inserção da fumicultura em Rincão dos Alves é perpassada por diversas problemáticas, dentre elas a perda de autonomia frente às imposições das agroindústrias multinacionais do tabaco. As queixas recorrentes se relacionam, basicamente, com a impossibilidade de negociar o preço do tabaco, visto que há um sentimento de não pertença em relação ao produto final. As/os fumicultoras/es não possuem autonomia na decisão do preço do produto, sendo as formas de negociação estipuladas pelas fumageiras, tal como se observa também em outros contextos de produção do tabaco (Castro e Almeida, 2015; Almeida, 2005). Vale atentar que os membros da Câmara do Setor do Tabaco são em grande parte representantes dos interesses das multinacionais fumageiras, o que acaba impedindo os fumicultores de participar de reuniões voltadas para discussões relacionadas ao setor (Castro e Almeida, 2015). Pensamos como Marin (2010), quando afirma que são as agroindústrias que estabelecem o valor do tabaco, de forma a obtê-lo em quantidade

satisfatória, com boa qualidade e a preços baixos, ocupando, assim, uma posição de superioridade econômica, política e social. Desse modo, há uma alienação desse processo produtivo que, embasado em uma lógica regida pelo capital, transforma o trabalho dessas famílias em mercadoria, suprindo a demanda do mercado mais amplo, da exportação de *commodities* que rege o agronegócio brasileiro.

Quem supervisiona essa produção é um assistente técnico, contratado pelas empresas, que, por vezes, tenta determinar ou intervir no trabalho feito na cultura do tabaco durante suas visitas à propriedade da família. No entanto, é oportuno afirmar que as designações acerca do labor deslocam-se para o “pai-patrão-proprietário” (Seyferth, 1993) ou o patriarca, que, segundo Segato (2003), ostenta autoridade moral e poder. Dentro desse sistema, como já destacamos em outros escritos (Piecha e Zanini, 2020), a mulher se torna invisível, pois, quando chega à propriedade familiar, é pelo homem que o assistente técnico solicita. Segundo Tsing (2015), a monocultura do agronegócio, desde as antigas *plantations* europeias, baseia-se na domesticação de plantas e mulheres. O homem é o principal representante da família camponesa no sistema integrado no cultivo de tabaco, por isso entendemos esse agronegócio como estritamente patriarcal, pois privilegia o espaço produtivo e se centra na figura masculina, mas, sem deixar de notar, que os homens de Rincão dos Alves também sucumbem à exploração de suas terras, corpo, tempo e capacidade de trabalho, dada a condição subalterna desse campesinato. Nesse sentido, concordamos com hooks (2017), quando salienta que os homens não logram dos privilégios da dominação patriarcal de forma igualitária, pois cabe atentar como poder e autoridade se articulam.

Conforme nos aponta Tsing (2015), a lógica da agricultura capitalista rompe as relações multiespécies, levando ao isolamento dos indivíduos de seu ambiente. Ademais, a propriedade familiar, vista como um bem simbólico vinculado ao sistema de herança, tornou-se agora um espaço por busca de lucros. A lógica de mercado se

insere de forma a domesticar também corpos e mentes, na busca da possibilidade de ascensão ou mesmo de reprodução da condição camponesa. A inserção das agroindústrias fumageiras transforma os camponeses, inspiradas nas ideias de Moura (1988), em “trabalhadores para o capital”, inaugurando uma nova racionalidade com bases produtivistas e tecnicistas determinada pelo capital econômico, como também já observou Paulilo (1990). Essa nova racionalidade tende a se sobressair aos saberes tradicionais, aos modos de vida vigentes nesse meio, transformando, inclusive, as espacialidades e territorialidades. Como por nós observado, serviços de terraplanagem são constantemente adquiridos para expandir as lavouras de tabaco.

Além disso, essa cultura causa prejuízos ao bem-estar das/os camponesas/es. Esses prejuízos estão relacionados tanto à saúde física, manifestada por distúrbios respiratórios, intoxicações<sup>2</sup> e dores musculares, quanto à saúde mental, como a depressão, bem como quadros emocionais de muita tensão e apreensão, especialmente com as dívidas. As mulheres rurais de Rincão dos Alves entendem que sua saúde é diretamente afetada por essa cultura, pelas agruras do trabalho, pois, por exemplo, os domingos e “dias santos” (feriados religiosos) que determinavam a suspensão temporária do labor são, se necessário, designados para o trabalho. Isso devido às constantes exigências sobre a produtividade das famílias e a qualidade do cultivo vindas das multinacionais do tabaco.

Há também exposições constantes a agrotóxicos e insumos, e preocupações decorrentes das exigências impostas pelo sistema de procedência, no qual há regras para que a família atenda a uma demanda de produção pré-determinada, exigindo prazos e fidelidade à venda para determinada empresa, e os constantes

<sup>2</sup> Consequência da chamada “doença da folha verde”, que é resultado da nicotina que é absorvida diretamente pela pele durante o período da colheita do tabaco (CASTRO; MONTEIRO, 2015).

financiamentos<sup>3</sup>, o que acarreta endividamentos e tende a ameaçar a propriedade e conseqüentemente a reprodução da condição camponesa. Em sua análise sobre os altos índices de suicídios, principalmente entre os homens fumicultores na região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, Drebes (2019) aponta que o fenômeno estaria ligado aos constantes endividamentos, que atravessam de forma significativa a noção vigente acerca da masculinidade, uma vez que mina o papel do “homem-provedor”. Portanto, a autora conclui que o suicídio é visto como uma saída honrosa para essa situação que infere sob a identidade desses trabalhadores rurais. Vale afirmar, contudo, que o sucesso ou a qualidade da safra não depende somente do empenho das famílias, como bem fomenta a racionalidade neoliberal, mas, sim, de recursos, disponibilidade de mão de obra e, como se manifesta nas falas das agricultoras, de condições naturais favoráveis, ou seja, destoando da estiagem ou do excesso de chuvas.

Apesar de entenderem que a fumicultura garantiu uma melhoria de vida, estritamente relacionada à possibilidade de consumo, as mulheres de Rincão dos Alves têm consciência dos problemas acarretados por essa cultura e defendem unanimemente que se trata de uma atividade produtiva temporária, e esboçam que “é cansativo e a idade vai pegando né?” e “depois que a gente se aposentá vamo largá o fumo”. Nesse sentido, após usufruírem dos benefícios previdenciários, abre-se a possibilidade de abandonar o cultivo do tabaco, dado que a renda, advinda da aposentadoria, será a garantia de subsistência. Ressaltamos, portanto, a importância de o Estado reconhecer essas mulheres como trabalhadoras rurais, o que garante sua aposentadoria após os 55 anos de idade por meio da Constituição Brasileira de 1988. As trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves legitimam essa conquista e a valorizam.

<sup>3</sup> Os financiamentos com as agroindústrias ocorrem no início de cada nova safra e incluem desde infraestrutura (galpões, estufas etc.) até o acesso a compra de insumos e de uma boa assistência técnica.

A aposentadoria, porém, não significa o fim da dinâmica de trabalho, mas sim a redução do ritmo laboral, sem a necessidade de exposição a uma rotina tão penosa, nem temendo as imposições das agroindústrias e, assim, envelhecendo com estabilidade e segurança, usufruindo de bens e serviços capazes de garantir isso.

Desse modo, constatamos que a inserção da fumicultura tem modificado, em parte, as formas de viver desses camponeses e camponesas. No entanto, muitos saberes e práticas que sentenciam seu modo de vida, ainda são mantidas, como, por exemplo, a adesão de produtos naturais (ervas, chás e compressas) para sanar problemas decorrentes da exposição a essa cultura. Vale afirmar que quem garante e preza por esse saber são, exclusivamente, as mulheres camponesas, visto que são elas as principais responsáveis pela “lida da casa”, pelo trabalho doméstico e de cuidado. Espaço esse que permite, ainda, que outras lógicas locais ancestrais sejam mantidas. São os “saberes-fazer” que sentenciam a identidade, os modos de interagir com o ambiente desse estilo de ocupação do território. Além disso, mantém-se as lógicas de “ajuda-mútua” que asseguram a coletividade do trabalho e das relações entre famílias, vizinhos, compadres e outros moradores. Pensamos que essas práticas e saberes são formas de resistências cotidianas, como nos apresenta Scott (1976), isto é, formas sutis, dissimuladas e sem anseio simbólico, executadas por grupos socialmente subalternos em relação aos dominantes.

## **É “puxado” o trabalho na fumicultura**

“É dia e noite. A gente não tem descanso. Acordar seis, sete vez durante a noite. Não dorme direito. Acorda cedo. Mal termina uma safra, já tem que começa a outra. Não há corpo que guente.” (Diário de campo de Renata Piecha, 2019)

Tereza resume assim sua rotina de trabalho frente à fumicultura, que conta com a mão de obra sua e de seu marido e com a

solidariedade de parentes e vizinhos. Isso pela impossibilidade do casal ter tido, outrora, filhas/os. Tereza e seu marido cultivam o tabaco do tipo *Virgínia*, que necessita de estufas alimentadas com lenha no processo de secagem da planta e cujas folhas são retiradas uma a uma durante a colheita, de acordo com as fases de amadurecimento, começando da base do caule, até as últimas folhas, na parte superior. As famílias que cultivam tabaco *Virgínia* o fazem em terras arrendadas de terceiros, contando ainda com a lógica de “ajuda-mútua” entre parentes e vizinhos. Na comunidade, predomina o tabaco *Burley* ou, como é comumente chamado, “fumo de galpão”. Segundo Redin (2010), em estudos com fumicultores também em Jaguari, o custo dessa cultura é menor e a infraestrutura exige menos investimento dos produtores. Nessa cultura, a planta é cortada inteira na lavoura e, como o próprio nome sugere, sua secagem ocorre em grandes galpões, nos quais as plantas penduradas passam pelo processo de secagem. Isso é feito na propriedade da família, dependendo do trabalho familiar.

O trabalho na cultura do tabaco é caracterizado, sobretudo, pela penosidade, sendo estritamente manual, não contando com maquinários específicos e exigindo cuidados durante todo o processo produtivo. O período mais penoso ou mais “puxado”, como afirmam as interlocutoras, é o período de colheita da planta, aquele que lhes demanda mais tempo e trabalho. No tabaco do tipo *Burley*, as plantas são cortadas manualmente com o auxílio de um facão. Esse processo ocorre nos meses de novembro a fevereiro, período marcado por altas temperaturas no hemisfério sul. Para se proteger do sol, as/os agricultoras/es usam roupas que cobrem todo o corpo, além de luvas, botas e chapéus de palha. Essas vestimentas também evitam o contato direto com animais peçonhentos, como cobras e aranhas.

Em terreno íngreme e pedregoso, é preciso muito esforço para se equilibrar e se movimentar e ressoa pelo ambiente o barulho do facão fazendo contato com as pedras. Trata-se de um som que faz parte do cotidiano da produção. Os movimentos constantes

remetem ao “corpo-máquina”, e exigem força e habilidade. Nos diálogos estabelecidos em campo, as/os agricultoras/es por vezes comparavam seus corpos a máquinas, corpos “usados” para trabalhar. Para Bourdieu (2006), a *hélix*, ou seja, a consciência corporal incorporada, resulta da posição social dos sujeitos e, assim, o corpo camponês está associado às atividades desenvolvidas no espaço rural. As mãos encardidas, a postura curvada, a pele violentada pelo sol, são traços desse corpo, seguindo o raciocínio de Bourdieu (2006), “encamponizado”.

Ademais, o corpo camponês em Rincão dos Alves é socializado para suportar longas horas de trabalho e, portanto, é um corpo acostumado ao labor e que tende a ver a ociosidade como algo pejorativo e desmerecedor. Um corpo bom é um corpo disposto ao trabalho duro. O corpo em Rincão dos Alves é, assim, um corpo levado ao extremo da exaustão e as mazelas que o afetam são negligenciadas, indo ao encontro das considerações de Boltanski (2004), quando observa que os cuidados com o corpo variam de acordo com as classes sociais. Quanto mais subalterna a posição do sujeito, menos cuidado e atenção se dá ao corpo. Para entender mais profundamente essa relação entre corpo e trabalho, utilizamos a ideia de “poder disciplinar” de Foucault (2010). O poder que se reflete no sujeito, disciplina-o, transforma-o em máquina, torna-o dócil e maximiza sua eficácia. Como destaca Foucault (2010), esse processo disciplinar recorre à punição e à vigilância, tornando o sujeito quanto mais obediente, mais útil.

Baseando-se no percurso dos seus antepassados, enquanto descendentes de imigrantes europeus, tomam, principalmente, o trabalho como forma de ascensão social e diferenciação, transformando-o em “virtude étnica” (Seyferth, 1993). A ideia de trabalho como virtude étnica e uma qualidade própria do pertencimento étnico (Seyferth, 1993) formam uma racionalidade voltada ao labor como prerrogativa de existência. Em seus estudos com descendentes de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul, Zanini e Santos (2009) apontam que a grande maioria dos imigrantes

recém-chegados ao Brasil não possuía capital econômico e a estratégia adotada se resumia em vender seu trabalho ou torná-lo possibilidade de ascensão social. Partindo disso, o trabalho torna-se constitutivo da identidade dessas/es trabalhadoras/es rurais.

Após cortarem a planta, as mulheres as empilham, os homens as carregam para o reboque e, com o auxílio do trator, o fumo é transportado até o galpão. São os homens que dirigem o trator, no entanto, as interlocutoras afirmavam que elas também sabiam dirigir, porém, não é comum que o façam. Isso ocorre pela nítida separação entre o trabalho “leve” e o trabalho “pesado”, como nos detalha Paulilo (1987). O trabalho considerado “pesado” seria aquele realizado, exclusivamente, por homens. Já o trabalho “leve” seria aquele realizado por mulheres e crianças. Todavia, essas classificações em nada têm a ver com as condições reais de execução de dada tarefa, mas, sim, com a posição de quem o executa ocupa na hierarquia familiar (Paulilo, 1987). Homens e mulheres executam funções que exigem força física em Rincão dos Alves.

Todavia, a condição delegada às mulheres perante o trabalho no tabaco se resume a uma espécie de “assessoramento” aos homens. As trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves reiteram essa postura quando dizem: “tenho que estar sempre atrás dele”, referindo-se a essa relação de trabalho que desenvolvem com o marido. Esse trabalho conjunto com os homens legitimava a ideia de que as funções desempenhadas pelas camponesas sejam caracterizadas como “ajuda”. Segundo Brumer (1996), as funções destinadas às trabalhadoras rurais, no espaço produtivo, são consideradas funções intrínsecas às mulheres. Ademais, em outros estudos (Piecha, 2020; Piecha e Zanini, 2020) destacamos que, em Rincão dos Alves, pela manutenção de relações de dominação (do masculino sobre o feminino), mantém-se a noção de que seria “obrigação” da esposa “ajudar” o marido no trabalho que se desenvolve na lavoura. Essas concepções são interiorizadas durante o processo de socialização feminina, fazendo com que as mulheres tenham propensão a manterem-se em posição de disposição e assistência.

Outra característica do trabalho das mulheres na cultura do fumo é a monotonia. No processo de repicagem, as mudas são separadas e dispostas em viveiros. Este é um processo executado, em maioria, por mãos femininas, repetidamente. No tabaco *Burley*, as mulheres são as principais responsáveis pelo processo de seleção das folhas, que envolve passar semanas e até meses embaixo do galpão, arrancando as folhas do caule e separando-as, uma a uma. No caso do tabaco tipo *Virgínia*, além dessas tarefas, as agricultoras são as principais responsáveis pelo cuidado e controle da temperatura da estufa. É um trabalho delicado porque as folhas precisam alcançar determinada coloração, que vai atribuir qualidade ao produto, para atender às exigências das agroindústrias. Assim, o trabalho na fumicultura, se estende entre o dia e a noite, entre a lavoura e o galpão, exigindo das famílias e, sobretudo, das trabalhadoras da comunidade de Rincão dos Alves, uma extensa exposição e dedicação. Os intensos períodos de trabalho são marcados por queixas decorrentes das tensões físicas, dores ou lesões corporais, mas também emocionais. O sofrimento, físico e psíquico, marca o cotidiano das/os trabalhadoras/es do tabaco.

Porém, além dessa participação ativa na esfera produtiva, no cultivo do tabaco, as mulheres de Rincão dos Alves são as principais responsáveis pela manutenção da rotina camponesa, fornecendo, por exemplo, alimentação e roupas limpas para os demais membros da família. Na constante bricolagem entre as esferas produtiva e reprodutiva, as mulheres tendem a se sobrecarregar com o trabalho da fumicultura. Algumas atividades, como ordenhar as vacas, no período da colheita do fumo, muitas vezes são realizadas sem luz solar. Já outras precisam ser adiadas, como, por exemplo, o cuidado com a horta e com o plantio de espécies vegetais domésticas. Em muitos casos, por falta de tempo, essas camponesas passam a usar agrotóxicos em suas hortas. Isso, pois, como a esfera produtiva monopoliza a concepção de trabalho, ou seja, o que se compreende entre essas famílias como trabalho acontece na lavoura, e assim toda a mão de obra é a ela direcionada. Dessa

forma, o restante das atividades acaba por ser adiado ou realizado nas brechas que o cultivo do tabaco possibilita. Esse ciclo de valorização do tempo destinado ao tabaco gera uma dependência dos processos de compra e venda e também uma diminuição da variedade e soberania alimentar, pois muitos cultivos deixam de ser realizados. Assim, o conhecimento acerca do plantio, cultivo e colheita de algumas espécies também se perde.

Além disso, há uma grande impossibilidade das mulheres de usufruírem dos momentos de descanso e lazer. Lurdes, 48 anos, referindo-se a essa extenuante jornada de trabalho, mais uma vez, durante a colheita, afirma que, “às vezes, eu sento só pra almoçar”. Nesse momento, ela descrevia sua rotina, destacando que acordava sempre antes que o restante dos membros da família, ordenhava as vacas, alimentava os animais, organizava a casa e, adiantava o almoço, para só então se dirigir à lavoura. Ademais, para evitar intoxicações, as vestimentas molhadas da chuva ou do sereno das manhãs são trocadas, havendo um aumento significativo de roupas a serem lavadas. Em casos de troca de dias, ou “ajuda-mútua”, o almoço abarca um número maior de pessoas e, assim, há mais comida a ser feita, o que fica aos cuidados das “mulheres da casa”.

As trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves são, assim, as principais (ou únicas) responsáveis pelo trabalho doméstico, da casa e do cuidado e zelo familiar, com os filhos, idosos e também com o marido. O trabalho nesse espaço não é reconhecido em Rincão dos Alves, pois é classificado como secundário e, portanto, negligenciado tanto pela família quanto pela sociedade como um todo. Por outro lado, a esfera produtiva, ou seja, o trabalho da roça, da fumicultura, direcionado para o mercado e gerador de renda, considerado por essas famílias como significativo, e de domínio masculino, tende a ser valorizado. Essa forte distinção de papéis e, posteriormente, funções, está relacionada a um dos princípios organizacionais da divisão sexual do trabalho, para o qual Kergoat (2009) chamou a atenção. Um desses princípios seria a “separação”, que determina quais trabalhos são para homens e quais são

para mulheres. O que é chamado e reconhecido como trabalho em Rincão dos Alves é o trabalho produtivo, aquele que se faz na roça, tendo a figura humana como protagonista. Portanto, podemos destacar outro princípio definido por Kergoat (2009), que seria a “hierarquização”, que considera socialmente o trabalho do homem mais importante que o da mulher.

A falta de reconhecimento do trabalho das mulheres, tanto na lavoura quanto em casa, legitima a desigual distribuição dos ganhos advindos da fumicultura. Durante a pesquisa de campo, observamos que, no imaginário dessas camponesas, o lucro da cultura do fumo é considerado familiar. Dessa forma, existe a ideia de que todos os membros da família usufruem desses ganhos porque todos, de uma maneira ou de outra, esforçam-se para obtê-los. Na prática, porém, observamos que a grande maioria das mulheres não têm acesso, por exemplo, a uma conta bancária. Seyferth (1999) também destaca essa disparidade na distribuição de renda entre homens e mulheres no vale do Itajaí-mirim. São, assim, os homens que administram esses ganhos, visto que surgem da esfera dita masculina. No entanto, de acordo com os escritos de Das (2008), apesar de viverem situações de opressão, os indivíduos reagem de uma forma ou de outra. A forma de resistência das camponesas de Rincão dos Alves são suas quitandas, produtos que são fruto do trabalho exclusivamente feminino, transmitido de geração em geração por/entre mulheres, preservando o “saber-fazer” camponês, relacionado ao trabalho realizado na terra, que garante alimentos e preserva as raízes familiares.

### **As “quitandas” como possibilidade de melhor viver**

Aqui a gente sempre planta ou faz pra mais. Daí vende (...) Bem no fim, não é nada, não é nada, mas as coisa da casa, o que a gente come, né? Vem tudo daí. A conta de luz.. Se não fosse isso era só o dinheiro do fumo, né? (Diário de campo de Renata Piecha, 2019)

Maria nos conta um pouco sobre o processo de manutenção e produção das quitandas, produtos que advêm exclusivamente da esfera de trabalho tida como feminina. Em Rincão dos Alves, são as mulheres que atendem às necessidades diárias das famílias. Além disso, são essas trabalhadoras rurais que procuram garantir a soberania alimentar da família, mantendo a pecuária leiteira e os cuidados com a horta. É nesses espaços que são produzidas e comercializadas as quitandas, isto é, produtos que resguardam “saberes-fazer”, relacionados com o trabalho na terra e com a produção de alimentos, incluindo conhecimentos transmitidos de geração em geração por/entre mulheres. Do âmbito de trabalho considerado de domínio e responsabilidade feminina, produzem e comercializam, entre outras coisas, queijo colonial, banha de porco, frutas e verduras (que são vendidas frescas ou em compostas), ovos, galinhas crioulas e pães. Como Seyferth (2015) também observou entre as camponesas do Vale do Itajaí-mirim, o que as mulheres de Rincão dos Alves vendem está relacionado à produção tradicionalmente associada ao trabalho feminino e ao auto-consumo. Assim, as mulheres da comunidade têm autonomia para decidir o destino desses produtos, direcionando parte ao consumo familiar e parte ao mercado, respeitando a venda do excedente, rompida com o ingresso da fumicultura.

A comercialização das quitandas é feita na informalidade, principalmente para comerciantes que buscam esses produtos na comunidade. Em suas viagens pelo interior, enquanto adquirem as quitandas, vendem seus produtos industrializados. Trata-se de produtos que essas famílias não produzem, como farinha de trigo e milho, arroz, produtos de higiene e para a limpeza, entre outros. Esses comerciantes ocupam a posição de intermediários que revendem as quitandas em seus mercados nas cidades próximas. Por um lado, esta venda informal faz com que o espaço no qual os produtos são produzidos (a casa) continue sendo gerido pelas mulheres. Por outro lado, porém, isso abre possibilidade para a instalação de relações díspares, pois os intermediários, por vezes,

tentam determinar o trabalho dessas camponesas e, comumente, atribuem um baixo valor aos produtos adquiridos.

Além disso, essas vendas ocorrem também com as/os trabalhadoras/es cidadinas/os, os “clientes fiéis” e uma rede de consumo que se estabeleceu ao longo do tempo. Essas formas de comercialização incluem aspectos simbólicos, estabelecendo redes de amizade, solidariedade e reciprocidade. Observou-se que as quitandas também servem como instrumento para a gratificação de favores entre parentes e vizinhos. Segundo Sabourin (2009), essas práticas de reciprocidade são dinâmicas da reprodução de benefícios, geradores de laços sociais que se expressam por meio da solidariedade e também da distribuição de alimentos, que se constituem tanto em nível real quanto simbólico. Em Rincão dos Alves, observando-se o trânsito desses produtos, conhece-se também o caminho de “casa” a “casa”, nas linhas que traça, de mesa a mesa, de família a família.

Como destacou Maria, são as agricultoras que mantêm a atividade leiteira nessa comunidade – atividade localmente percebida como feminina. No passado, as famílias agricultoras de Rincão dos Alves tinham como principal fonte de renda a venda do leite, destinado tanto ao consumo familiar quanto ao mercado, segundo uma lógica camponesa que valoriza a venda do excedente. Em um passado não tão distante, todos os membros da família participavam dessa tarefa, mas o principal representante do grupo familiar era o homem que, por exemplo, participava das reuniões com as cooperativas leiteiras. Com a modernização da produção leiteira, o fechamento de algumas empresas e a introdução de equipamentos de alto custo, as famílias abandonaram o laticínio. Com essas mudanças, a atividade leiteira passou a ser gerida e mantida exclusivamente por mulheres que utilizam o excedente dessa produção para a fabricação do queijo colonial.

Manter as quitandas requer habilidades seculares, passadas de geração em geração por/entre as mulheres. As habilidades podem ser compreendidas segundo Ingold (2010), que as define como

conhecimentos sensoriais que ocorrem na prática. O conhecimento sensorial é regido pelo corpo em ressonância com ambiente em que os indivíduos estão expostos (Ingold, 2010). É o aprender fazendo, em que o ambiente orienta o corpo como veículo que fornece conhecimento. A elaboração do queijo colonial, por exemplo, necessita das qualidades sensíveis de quem o elabora. É pelo tato que se mede a temperatura do leite, que se percebe a textura da puína<sup>4</sup>, enquanto o cheiro irá denunciar o estágio de maturação. Esses são ainda trabalhos diários, que ocorrem uma ou mais vezes durante o dia.

Além disso, a comercialização de quitandas possibilita relações com os mercados locais, de modo que as camponesas de Rincão dos Alves precisam aprender novas habilidades, como o conhecimento das trocas comerciais, mas sem deixar de lado a campesinidade. Seyferth (1999) defende a necessidade de compreender o trabalhador rural, levando em consideração o fato de que ele não apenas detém conhecimentos relacionados ao seu papel como produtor rural, mas também interage e vivencia relações com o(s) mercado(s). Vale atentar que essas negociações que abrangem as mulheres como protagonistas, são recentes no contexto camponês dado, pois as relações com o mercado e os espaços públicos foram historicamente reservadas aos homens. O acesso à aposentadoria rural é, na nossa perspectiva, vital na busca por ganho dessas trabalhadoras rurais atualmente.

Esses ganhos são chamados de “dinheiro pingadinho”, porque as mulheres o recebem gradativamente – ao contrário dos lucros da cultura do fumo, que são recebidos em curto espaço de tempo e são amplamente utilizados para saldar dívidas, investidos na propriedade, maquinário, entre outros – e se destinam, em grande parte, ao bem-estar da família, reproduzindo a ideia de família como valor. Esse ganho tem como foco o conforto, o vestuário e

<sup>4</sup> A “puína” é um estágio de fabricação do queijo colonial. Trata-se do momento em que o leite, após ser misturado ao coalho, forma “grumos”.

a garantia da compra de alimentos que essas famílias produzem cada vez menos (pela dificuldade de conciliar com o trabalho que desenvolvem na cultura do fumo), como café, açúcar, feijão, farinhas e outros. São, assim, as mulheres que garantem a manutenção das necessidades básicas dessas famílias e o acesso a bens e produtos dos quais foram privados por muito tempo. Além disso, obviamente, satisfazem suas próprias necessidades de consumo, e a decisão de direcionar os ganhos para a família é sempre uma escolha delas. Assim, a capacidade de geração de renda e o poder de decisão são vistos como formas de agenciamentos cotidianos.

Além disso, são as trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves que mantêm muitos dos conhecimentos camponeses sobre o cultivo e produção de alimentos. Segundo Cunha (2007, p. 78), tais saberes tradicionais podem ser entendidos como modos de compreender e agir no mundo, com validade local, ao mesmo tempo que são plurais. Além disso, opõe-se à predatória racionalidade do capitalismo, que se manifesta na inserção da agroindústria fumageira em Rincão dos Alves. Nesse sentido, concordamos com Tsing (2006), pois as/os camponesas/es, embora imersas/os em uma lógica global, mantêm uma lógica local por meio de alegorias agrárias.

Ademais, as quitandas são consumidas principalmente por cidadãos urbanos, que se reconhecem como descendentes de imigrantes europeus. Ao consumir esses alimentos (queijo colonial, frutas, pães, cucas, e verduras em compotas), eles invocam seus processos de pertencimento e identificação ao período da colonização europeia na região. Dessa forma, as quitandas criam relações complementares e interdependentes entre as áreas rurais e urbanas. Wanderley (2009) defende a importância de compreender ambos os espaços (rural e urbano) mediante uma relação de mão dupla, pois se estabelecem trocas e redes de reciprocidade. Assim, enquanto os cidadãos citadinos têm acesso garantido a determinados alimentos, as mulheres rurais de Rincão dos Alves têm um ganho que lhes proporciona autonomia, investimento em saúde, educação, conforto e bem-estar – não só para si, mas para toda a família.

## **Considerações finais**

A presença de um capitalismo (neoliberal), com suas racionalidades, pode ser visualizada pelas formas de atuação das agroindústrias fumageiras em Rincão dos Alves. Essa presença tem transformado os valores, as normas, as práticas, as relações sociais e de trabalho impostas ao tempo e aos corpos dessas/es agricultoras/es. As noções de tempo e espaço também têm sido afetadas, como apresentamos no texto, fazendo com que o cultivo do tabaco subtraia o tempo a ser investido em outras atividades. Marcados pelas relações desiguais estabelecidas em conjunto com o sistema de oligopólio do agronegócio, esses agricultores familiares tornam-se trabalhadores do capital ao canalizarem sua força de trabalho para o mercado, em dinâmicas laborais precárias e penosas.

As imposições das agroindústrias do tabaco enfraqueceram a autonomia familiar, bem como o acesso a alimentos antes por eles produzidos. As/os trabalhadoras/es de Rincão dos Alves entendem essas problemáticas, mas, por falta de incentivos e suporte governamental, a alternativa adotada é a submissão a esse sistema de produção como garantia de sustento e reprodução da condição camponesa. Observam, igualmente que, apesar da penosidade, o cultivo do tabaco permite a aquisição de bens de consumo e serviços antes inviáveis. Seja na melhoria da qualidade de vida da família, no investimento em educação e saúde, a exploração da força de trabalho se subverte e materializa em consumo. Trata-se, com certeza, de um cenário que deve ser analisado em suas diversas dinâmicas, como procuramos apresentar neste artigo.

Há formas de resistência, sobretudo, envoltas à esfera de trabalho reconhecida como feminina. As quitandas, são um exemplo de novas possibilidades de sustento e garantia de melhor viver, sem a necessidade de exposição à lógica predatória e liberal da fumaça. Trata-se de um tempo investido na produção que significa, ou seja, que está vinculada aos processos de pertencimento e

de identificação com suas origens europeias. Alguns produtos são sazonais, como as compotas de frutas e doces, mas outros, como queijo, possuem uma continuidade em sua produção, distribuição e consumo. Há uma fidelização ao queijo que possibilita sua constante produção. Mantendo uma relação harmônica com o ambiente, com a comunidade e o território, as quitandas, garantem uma melhoria de vida às famílias e, também, uma possibilidade de sustento, para além da fomicultura. Além de garantirem alimentação ao grupo familiar, distribuem alimentos à comunidade (rural e urbana), nos quais se reconhece a procedência, a qualidade e a história por trás das elaborações.

## **Bibliografia**

Abu-Lughod, Lila (1990). Can there be a feminist ethnography? Women & performance. *A Journal of Feminist Theory*, 5( 1), 7-27.

Almeida, Guilherme Eidt Gonçalves (2005). *Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos*. Curitiba: Terra de Direitos.

Alves, Giovanni (2011). Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem que trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: Vicazzaro-Amaral, André Luis; Mota, Daniel Pestana; Alves, Giovanni (Orgs.). *Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. (pp. 39- 55). São Paulo: LTr Editora, . <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/3019>

Boltanski, Luc (2004). *As classes sociais e o corpo*. São Paulo: Paz e Terra.

Bourdieu, Pierre (2006). O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 26, 83-92.

Brumer, Anita (1996). Mulher e desenvolvimento rural. In: Previously Clio; Almeida, Francisca Rodrigues; Almeida, Joaquim Anécio. (Orgs.). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. (pp. 39-58). Santa Maria: EDUFMS.

Castro, Laura Silva Peixoto e Monteiro, Janine Kieling (2015). Fumicultores adverteem: a causa do seu sofrimento é a exploração no trabalho. *Psicologia e Sociedade*, 27( 1).. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p087>

Cunha, Manuela Carneiro da (2007). Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. *Revista USP*, São Paulo, 75, 76-84. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i75p76-84>.

Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rurais [DESER] (2012). <https://abong.org.br/associadas/deser/>

Drebes, Laila Mayara (2019). *Suicídio de fumicultores familiares: construções de um problema social* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

Dutra, Éder Jardel; Hilsinger, Roni (2013). A Cadeia produtiva do tabaco na região Sul do Brasil: aspectos quantitativos e qualitativos. *Geografia Ensino e Pesquisa*, 17(3), 17-33. DOI: 10.5902/22364994124

Favaro, Jean Filipe; Corona, Hieda (2017). *O campesinato na modernidade: aspectos microsociais, continuidades e resistência*. In: Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. Santa Cruz do Sul [Anais] Santa Cruz do Sul, UNISC.

Foucault, Michel (2010). *Vigiar e punir*. Petrópolis - RJ: Vozes.

Hooks, bell (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva.

Ingold, Tim (2010). Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*, Porto Alegre, 33( 1), 6-25.

Kergoat, Danièli (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, Helena; Françoise, Laborie; Doaré, Hélène Le; Senotier, Danièle (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 67-75). Editora UNESP: São Paulo,

Lévi-Strauss, Claude (1989). *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus.

Marafon, Glaucio José (2009). Permanências e mudanças no campo: uma leitura sobre as transformações recentes no espaço rural fluminense. *Proyección*, 2(7), 1-21.

Marchiori, José Newton (1999). *Esboço Histórico de Jaguari*. Santa Maria: Palotti,

Marin, Joel Orlando Bevilaqua (2010). O agronegócio e o problema do trabalho infantil. *Revista Sociologia e Política*, 18( 35), 189-206.

Moura, Maria Margarida (1988). *Camponeses*. São Paulo: Ática.

Ortega Martínez, Francisco (2008). “Rehabitar la cotidianidad”. In: Ortega Martínez, Francisco. *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad* (pp. 15-79). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

Paulilo, Maria Ignez da Silveira (1987). O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, (5)28, 64-70.

Paulilo, Maria Ignez da Silveira (1990). *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC.

Picolotto, André, Levy, Clarissa e Bonaldo, Manoela (2022). *Tabaco e a saúde mental*. Agência Pública. <https://apublica.org/especial/tabaco-e-saude-mental/>

Piecha, Renata (2020). “*O serviço que não aparece*”: a divisão sexual do trabalho e as formas de agenciamento de mulheres camponesas em Jaguari – RS [Dissertação de mestrado] Universidade Federal de Santa Maria.

Piecha, Renata e Zanini, Maria Catarina Chitolina (2020). “*Se tu não plantá fumo, tu vai vivê de quê?*”: a inserção da fumicultura no cenário camponês de Rincão dos Alves (RS). In: Encontro Nacional da ANPOCS, 44. Anais eletrônicos [...] São Paulo. <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/gt-32/gt18-28>

Redin, Ezequiel (2010). A fumicultura e agricultura familiar: o caso de Jaguari/RS. *Revista Sociais e Humanas*. Santa Maria, 23(02), 99-116. <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1242>

Sabourin, Eric (2009). *Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda.

Scott, James (1976). *The moral economy of peasant*. Rebellion and subsistence in South Asia. New Haven and London: Yale University Press.

Segato, Rita (2003). *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal, Argentina: Universidad Nacional de Quilmes.

Seyferth, Giralda (1999). *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Editora Movimento.

Seyferth, Giralda (1993). *Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Tsing, Anna (2016). Alegoría agraria y futuros globales. *Revista Colombiana de Antropología*. 52(1), 289-346. DOI: <https://doi.org/10.22380/2539472X37>

Tsing, Anna (2015). *Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras*. Florianópolis: Ilha R. Antr. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n1p177>.

Wanderley, Maria Nazareth (2009). O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 17(1), 60-85.

Woortmann, Ellen (1995). *Teorias do campesinato e teorias do parentesco. Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec.

Zanini, Maria Catarina Chitolina; Santos, Miriam Oliveira (2009). O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). *Revista Internacional de Mobilidade Humana*. Brasília, 17( 33), 175-196.



# Mulheres rurais e diversificação de meios de vida na produção de tabaco

*Fabiana Helma Lüdtke*

Neste artigo analiso a participação das mulheres rurais em processos de diversificação de meios de vida empreendidos em unidades de produção familiar de tabaco na Região do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul.<sup>1</sup> A participação das mulheres é analisada a partir das relações que estabelecem nas diferentes esferas da vida social, ou seja, nos domínios da família, da comunidade, do mercado e do Estado, em diferentes níveis e arranjos. Procuo destacar a importância das atividades de diversificação desenvolvidas para construção da autonomia feminina, para além de sua relevância econômica.

O estudo de caso, de abordagem qualitativa, foi realizado no meio rural do município de Candelária no estado do Rio Grande do Sul, localizado na Região do Vale do Rio Pardo. Essa Região apresenta a maior produção de tabaco do país, que articula e estrutura

<sup>1</sup> Esse artigo é resultado da tese de doutorado, de minha autoria, intitulada “Tecendo meios de vida diversificados na agricultura familiar do tabaco”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria [UFSM, RS], no ano de 2018, sob a orientação do Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil [CAPES] - Código de Financiamento 001.

a rede fumageira, e abarca municípios consideravelmente dependentes do cultivo.

A amostra de interesse do estudo, constituída por amostragem do tipo não-probabilístico, por tipicidade ou intencional e, também, em bola de neve, incluiu 24 mulheres pertencentes a vinte famílias que produzem, e que deixaram de produzir tabaco, e que diversificaram seus meios de vida. As técnicas de coleta de dados incluíram observação e realização de entrevista semiestruturada. Para capturar as relações de gênero nos processos de diversificação, alguns questionamentos foram direcionados à família e outros especificamente às mulheres. Foram entrevistados, também, agentes de extensão rural, à composição de um quadro geral do contexto da produção de tabaco e de processos de diversificação no município e região.

## **Produção de tabaco em Candelária**

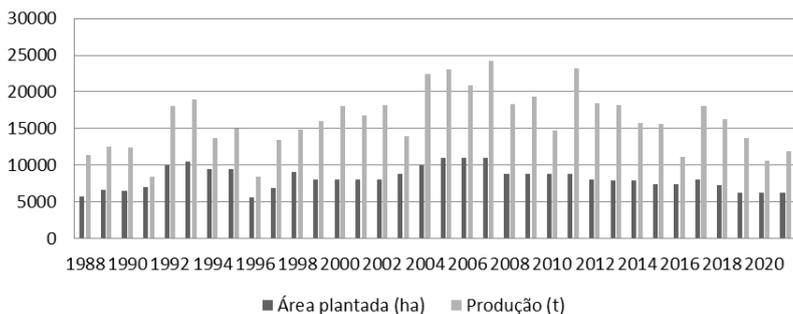
Povoada por colonos de origem germânica e por luso-brasileiros, Candelária ocupa uma área territorial de 943,95 km<sup>2</sup> e possui 30.171 habitantes, dos quais 47,9% vivem no meio rural (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010). A produção agrícola do município é baseada na agricultura familiar (89,3%) (IBGE, 2017), em cujas propriedades produz-se fumo, arroz, soja, milho e produtos como derivados do leite e da cana-de-açúcar, mel e hortifrutigranjeiros vendidos no comércio local e nas feiras de produtores rurais. Muitas propriedades associam os cultivos com a criação de gado, suínos, ovinos e aves. Na estrutura fundiária do município predominam estabelecimentos de até 20 ha de área (72,2%) que ocupam apenas 28,8% da área total das propriedades. As propriedades de maior área, no geral, dedicam-se à produção de soja e arroz (IBGE, 2017).

Do total dos 3.647 estabelecimentos rurais do município, 2.060 dedicam-se à produção de tabaco, perfazendo 56,5% das

propriedades (IBGE, 2017). O Censo Agropecuário de 2006 apontava a existência de 3.432 estabelecimentos, de um total de 4.057, dedicados ao cultivo (IBGE, 2006), representando uma variação negativa de 33,23% no número de estabelecimentos dedicados à produção de tabaco no período intercensitário.

A quantidade e a área de fumo produzido no município têm oscilado ao longo do tempo, acompanhando a tendência cíclica mais geral da produção de tabaco, que busca, constantemente, adequações de mercado. Essas oscilações nas safras são explicadas, de modo geral, por eventos políticos e econômicos, como a adoção de barreiras fiscais, subsídios e mudanças na política cambial pelos governos dos países exportadores e importadores e, principalmente, por eventos político-culturais, como a ampliação da campanha mundial de combate ao tabagismo (Silveira, 2009). São explicadas, também, pelo clima mais ou menos favorável e intempéries em países importantes na produção, e nos estoques resultantes de boas temporadas anteriores. Dados extraídos do sistema ComexStat (2021) da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais [SECINT], do Ministério da Economia, demonstram que o total de exportações brasileiras de fumo em folhas caiu 35% entre os anos de 2013 e 2021. Essa tendência é verificada na evolução da área plantada e na produção de tabaco em Candelária, apresentada no Gráfico 1.

*Gráfico 1. Evolução da área plantada e da produção de tabaco no município de Candelária (1988-2021)*



Fonte: Dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2021).

A área plantada de fumo apresentou maior oscilação na década de 1990, aumentando gradativamente até atingir, entre os anos de 2005-2007, a área máxima de cultivo de 11 mil ha. A partir daí, a área plantada experimentou certa estabilidade entre 2008-2014, permanecendo em torno de 8 mil ha, e declinando desde então, retornando aos patamares mínimos, de 6.220 ha, da série histórica nos últimos três anos. Esses dados, contudo, mantêm Candelária entre os principais produtores de tabaco do sul do Brasil.

O fumo é o principal gerador econômico do município, responsável por mais de 50% do valor bruto da produção agropecuária e por mais de 60% da arrecadação de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços [ICMS] do setor (Emater, 2016). Além da dependência socioeconômica, a produção também se encontra enraizada na cultura da comunidade, constituindo um componente importante e predominante na tessitura social do município. Contudo, a diversificação de meios de vida também é uma realidade e vem disputando espaço com a cultura do tabaco em diferentes medidas e arranjos.

Por meios de vida, compreendo as capacidades, atividades e recursos (tanto materiais quanto sociais) necessários ao sustento (Chambers e Conway, 1992). A diversificação dos meios de vida

rural implica, segundo Ellis (1998), um “[...] processo mediante o qual as famílias rurais constroem um portfólio de atividades diversas e de capacidades de apoio social para sua sobrevivência e melhoria de seus padrões de vida” (p. 4, tradução nossa).

As famílias estudadas têm conseguido viabilizar estratégias de diversificação de meios de vida com relativo sucesso e de formas distintas, motivadas, principalmente, pelos efeitos deletérios da produção de tabaco à saúde, por questões de endividamento e em decorrência da escassez de mão de obra. Essas famílias diversificam meios de vida, comumente, em atividades não agrícolas, agroindustriais e de produção de hortifrutigranjeiros e bovinocultura leiteira.

Acreditei, inicialmente, tendo em vista a robustez do sistema de integração, que os agricultores produtores de tabaco necessitassem mais de estímulos externos ao realizar opções alternativas de cultivos, ou seja, que dependessem mais da intervenção da extensão rural, de Programas pontuais e orientadores de governo e oportunidades de mercado. Não obstante, observei que as atividades inicialmente desenvolvidas, tiveram como ponto de partida, as atividades circundantes ou de autoconsumo e relacionadas ao saber fazer dos agricultores, bem como, dos recursos existentes nas propriedades.

As tensões geradas pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [CQCT] nos segmentos ligados ao setor fumageiro no país, também não influenciaram, diretamente, os processos de diversificação estudados. O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco [PNDACT], instituído em 2005, como compromisso assumido pelo governo federal com os milhares de produtores de fumo no contexto da CQCT, embora aposte em ações desenvolvidas em várias frentes e esteja apoiado na rede de políticas públicas governamentais, como Programa, se mostrou de alcance muito limitado. Conforme o observado na pesquisa de campo em Candelária, o Programa não encontrou legitimidade junto aos produtores e nem mesmo entre os agentes de desenvolvimento. O

município, embora seja dos maiores produtores de tabaco do estado, não foi contemplado com nenhuma Chamada Pública para Diversificação. O relato do agente de extensão rural entrevistado deixa manifesto o descrédito com relação ao PNDACT:

[...] então todas as iniciativas, elas são para mostrar caminho, mas elas não têm poder de alavanca, de transformação a ponto de financiar toda uma conversão a outra cultura e mesmo que fizesse isso precisaria ter um mercado né ... por isso a gente entende que se for acontecer, se reduzir, vai sendo aos poucos.

Ações e iniciativas de diversificação constituem, portanto, tramas muito mais variadas e combinadas na realização de meios de vida diversificados do que, propriamente, resultados de soluções únicas, como aquelas baseadas exclusiva ou predominantemente nas ações e interesses do Estado, por exemplo. Mas, as políticas públicas para agricultura familiar, com destaque às ações da Assistência Técnica e Extensão Rural [ATER] em Candelária, têm sido de auxílio fundamental ao desenvolvimento e aprimoramento de novas atividades – novas no sentido de destaque dessas atividades como estratégias de meios de vida alternativos à produção de tabaco. Através dessas estratégias de diversificação, os agricultores familiares estudados buscam manter e melhorar seu sustento, ampliar suas opções e reduzir, assim, a dependência do cultivo de fumo nos seus processos de reprodução.

Sob essa perspectiva, ganha relevância a participação das mulheres rurais em atividades produtivas diversificadoras dos meios de vida. Nessas atividades, as mulheres rurais tecem renda familiar, mas, também, espaços, identidades, poderes e valores.

## **Mulheres rurais nas atividades da agricultura familiar**

Muitas mulheres rurais de Candelária estão envolvidas na agricultura como trabalhadoras e, mesmo, como chefes de família ou em

ocupações não agrícolas, desempenhando atividades substanciais na gestão de recursos familiares. De modo geral, estudos sociais rurais apontam que essa contribuição feminina na composição dos meios de vida familiar tem sido usualmente compreendida e nomeada como secundária e subordinada, e boa parte dos estudos sobre mulheres rurais têm se debruçado sobre esta condição de privação e de baixa valorização e visibilidade do trabalho feminino (Paulilo, 1987; Brumer, 2004; Machado e Menasche, 2013).

Nessa perspectiva, Paulilo (1987) desenvolve a noção de trabalho “leve”, como aquele desempenhado por mulheres e crianças, contraposto ao trabalho “pesado”, como aquelas atividades desempenhadas por homens, na agricultura familiar, em três regiões distintas do país. Essa contraposição relaciona, ainda, a maior remuneração para o trabalho pesado, e masculino, independente das características envolvidas na realização das atividades. A autora conclui que o trabalho é leve e a remuneração é baixa, não pelas características próprias do trabalho executado, “mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (Paulilo, 1987, p. 71). Em síntese, o trabalho é leve porque realizado por mulheres.

Já o estudo de Brumer (2004), põe em foco a seletividade dos processos migratórios por idade e sexo, explicada, entre outras razões, pela forma como se dá a divisão do trabalho nas propriedades e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, e na chefia do estabelecimento e comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalhos não agrícolas; e pela exclusão das mulheres na herança da terra. Segundo a autora, a posição subordinada das mulheres no espaço produtivo das famílias implica no reconhecimento do seu trabalho como “ajuda” e a invisibilidade desse trabalho decorre do fato de ser praticado no interior do estabelecimento, sem contato com atores externos; além disso, elas não detêm conhecimento

tecnológico e nem controlam os recursos originados da comercialização da produção. O que cabe às mulheres são os trabalhos domésticos, de processamento de matérias-primas agrícolas, o trato dos animais e as capinas de limpeza e cultivos de horta. Esse é o domínio das mulheres, onde elas têm relativa autonomia e poder. A autora conclui que por essas razões, “as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens” (Brumer, 2004, p. 225). Então, as mulheres migram mais porque são mulheres e não encontram expectativas na agricultura e nem para permanecer no meio rural.

Em semelhante perspectiva, Machado e Menasche (2013) discutem os papéis atribuídos a homens e mulheres no processo de trabalho familiar. As autoras analisaram dados de um trabalho desenvolvido junto a crianças de 1ª a 4ª série do ensino fundamental de uma escola rural, visando apreender a percepção das crianças do seu lugar de vida através de desenhos. O resultado foi a representação do trabalho nas propriedades distinguidas por gênero, caracterizando espaços e atividades como femininos (casa) e masculinos (roçado), deixando manifesta a incorporação desses símbolos e significados pelas crianças. Esses símbolos constituem os modos de vida dessas famílias, e, ainda que existam modificações no trânsito dessas atividades – como mulheres exercendo ocupações não agrícolas e homens assumindo parte das tarefas domésticas – as mudanças coexistem com os códigos tradicionais e com a hierarquia de gênero (Machado e Menasche, 2013), ou seja, o roçado continua sendo o domínio do homem, ainda que ele “ajude” nas atividades domésticas. Às mulheres resta o espaço da casa e as tarefas condizentes a sua posição no ordenamento familiar.

Essa compreensão do trabalho feminino como condicionado às atividades relacionadas ao ambiente doméstico, e como destaca Scott (2010), que conjuga “subjetividades com estratégias familiares e locais” (p. 18), é histórica. Redin (2015) assinala que os processos agroindustriais (e outros, como a ordenha manual), realizados, especialmente, por mulheres, transformaram-se numa extensão

da cozinha doméstica orientada por legislações sanitárias. No caso da ordenha, ela só permanece no domínio feminino enquanto for realizada manualmente. A utilização de ordenhadeira transforma a atividade em trabalho masculino, embora em ambos os casos, o destino do leite seja a comercialização (Machado e Menasche, 2013).

Isso acontece, na avaliação de Bourdieu (2012), porque as mulheres permaneceram muito tempo confinadas à esfera doméstica e às atividades relacionadas à reprodução biológica e social e excluídas dos assuntos públicos e, principalmente, dos econômicos. As atividades reconhecidas e valorizadas só o são, de fato, quando subordinadas às atividades de produção. O trabalho doméstico passa despercebido, e mesmo malvisto, e seu caráter não monetário, o torna desvalorizado, inclusive na sua própria percepção. Opera como se o tempo, sem valor de mercado, pudesse ser dado sem compensação e sem limites, tanto na casa como na realização de beneficência, como nos eventos comunitários e festas de igreja (Bourdieu, 2012).

A compreensão de que o “serviço de casa” (tarefas domésticas, da horta, do quintal e do trato dos animais) é sempre responsabilidade da mulher, persiste. Essas práticas, em conjunto com outras atividades que auferem renda à propriedade, continuam sendo, em boa medida, interpretadas como “ajuda”.

Ao mesmo tempo, justamente nestes locais onde é mais nitidamente estabelecida a ideia de que as mulheres “ajudam”, os estudos ressaltam nuances de significados que contestam qualquer ideia simples de “conformismo” ou de “complacência”. Descobrem espaços de agência feminina, entremeados nas práticas observadas; repensam a ajuda em termos de “complementação”; mostram uma pluriatividade que confere uma valorização a fontes diversificadas nas quais a contribuição feminina é fundamental; revelam mulheres que assumem plenamente as tarefas e que não podem ser concebidas como simplesmente “ajudando”; apontam mulheres que ganham políticas de crédito e de benefícios que apoiam o seu trabalho como as

principais administradoras e tomadoras de decisão sobre recursos produtivos; [...] mostram como o envolvimento em associações e movimentos ascende uma consciência sobre o poder de atuação política delas, individual e coletivamente (Scott, 2010, p. 24).

De acordo com Scott (2010), limitar a compreensão das atividades desenvolvidas pelas mulheres no meio rural a uma simples caracterização de “ajuda”, não contribui para uma perspectiva de gênero baseada em relações de poder, em constante negociação, entre mulheres e homens em domínios de poder diversos. Aquela compreensão de “ajuda”, contrária ao entendimento de trabalho como prerrogativa de quem tem o poder de decisão, a que se referem Renk, Badalotti e Winckler (2010), em estudo sobre mudanças geracionais e de gênero, não faz sentido no universo de mulheres que circulam nos diferentes domínios da vida social, e que diversificam, administram, negociam e comercializam seus produtos.

Em estudo realizado sobre diversificação em assentamentos rurais no estado de São Paulo, Ferrante et al. (2013) apontam que o fato de as mulheres desempenharem papéis centrais nas experiências produtivas diversificadas, tem se contraposto aos modelos tradicionais empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e dos papéis entre homens e mulheres nos assentamentos. Essas experiências embrionárias podem ser pensadas como sementes de alterações possíveis, que de fato acontecem no interior das relações familiares, e dos códigos que perpassam a produção e a reprodução social.

No quadro dos meios de vida, as questões de gênero estão relacionadas, particularmente, à questão do acesso aos recursos e atividades. Isso depende, por sua vez, das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, as quais estão longe de ser igualitárias (Haan, 2005). A subordinação feminina, segundo Haan (2005), representa o tipo de poder socialmente normalizado, inquestionavelmente aceito como verdadeiro, e que existe somente quando exercido. Essa compreensão de poder, de concepção foucaultiana

– que faz o servo aceitar a servidão ou as mulheres aceitarem papéis subordinados – é o componente de poder da instituição chamada gênero. Entretanto, como destaca Foucault (1998, p. 241), “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência”, em que se pode sempre modificar a circunstância da dominação/subordinação em determinadas condições e estratégias.

Nesse sentido, Villareal (1994, citado em Haan, 2005) insere a noção de espaço de manobra das mulheres. Baseado na ideia do sociólogo britânico Anthony Giddens, sobre a interação contínua entre agência e estrutura, aventa a possibilidade de que os atores, por sua vontade, se desviem dos discursos moldados pelas gerações anteriores e, assim, induzam mudanças na estrutura. As relações de poder, criadas e recriadas na interação entre os indivíduos, resultam da negociação que considera os objetivos de cada um, independentemente da desigualdade inicial (Haan, 2005). Nessa negociação, as mulheres podem melhorar sua posição no processo, usando seu espaço de manobra, ou seja, sua resistência aos processos normalizadores. Pois, é importante considerar, que ajustes por equidade sempre envolvem luta. E é no uso desse espaço de manobra que, segundo Haan (2005), a capacitação começa.

Derivada da “teoria das capacidades” de Sen (2008 e 2010), a ideia de “capacitação” se refere às habilidades dos indivíduos para realizar seu potencial como seres humanos, no sentido de ser (ser adequadamente nutrido, livre de doenças etc.) e fazer (para exercer escolhas, desenvolver habilidades e experiências, participar socialmente etc.). O conceito expressa a ideia de igualdade de oportunidades (apreciada por intermédio da igualdade de capacidades) valorizando a liberdade de escolha das pessoas, portanto, sua capacidade de agência. Essas oportunidades não envolvem apenas a disponibilidade de recursos, mas, também, o acesso das pessoas a esses recursos, e suas habilidades e talentos para usá-los (Sen, 2008).

A natureza das assimetrias de poder estabelecida nas relações de gênero, que existem no âmbito das esferas institucionais, da família, da comunidade, do mercado e do Estado, influencia as estratégias de meios de vida das mulheres rurais, afetando seu contexto e opções de escolha e a forma como a agência é exercida, levando a diferentes resultados de bem-estar. Essas esferas estão interligadas. As construções sociais de gênero em um domínio podem reforçar desvantagens relacionais em outro. As instituições políticas, por exemplo, podem reforçar leis e normas de família, da comunidade, da vida cultural, e excluir mulheres do acesso a tipos específicos de capital (Department For International Development [DFID], 2001), assim como, mudanças transformadoras das relações de gênero em um domínio podem criar oportunidades transformadoras em outros (Nazneen, 2010), como as políticas públicas para as mulheres, por exemplo.

Em um exame metodológico da abordagem dos meios de vida relacionado a questões de gênero, Levine (2014) assinala que as análises no quadro tendem a ficar relegadas a questões de distribuição de recursos ou de poderes de decisão no âmbito do agregado familiar e, dessa forma, tratadas como um processo separado da análise dos meios de vida. Nesse sentido, é importante considerar as relações de poder dentro do agregado familiar, as formas como todos os membros da família vivem, as maneiras como eles definem metas, reivindicam ativos e são tratados pelas instituições. A contribuição das mulheres na produção de meios de vida perde visibilidade e importância na consideração da família como um segmento homogêneo e único, e onde o trabalho das mulheres é meramente compreendido como complementar ao trabalho principal executado pelo homem. Tanto o aspecto monetário quanto o não monetário do trabalho são fundamentais à reprodução física e social das famílias e indivíduos, que dependem das atividades de mercado, sim, mas também das atividades domésticas e das relações afetivas, emocionais e sociais que, no seu conjunto, concorrem à organização de meios de vida mais justos e dignos.

Scott (1995) também critica as interpretações que limitam o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, por não permitir a ligação do conceito, nem do indivíduo, com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder mais amplos. A autora destaca que alguns pesquisadores reduzem o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco, estabelecendo o universo doméstico e a família como fundamentos da organização social. Sugere, então, a necessidade de uma concepção mais ampla que inclua, não só o parentesco, mas também o mercado de trabalho, a educação e o sistema político. Assim, gênero é construído através do parentesco, mas também é construído nos espaços da economia, da organização política, e opera, atualmente, de forma amplamente independente do parentesco (Scott, 1995). O exame das relações de gênero extrapola, portanto, o domínio da família e coloca as atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais sob outra perspectiva.

### **Meios de vida tecidos por mulheres**

No contexto de estudo, mulheres rurais têm proatividade em processos de diversificação. As esposas e filhas dos agricultores participam, em diferentes medidas e arranjos, e algumas delas de forma efetiva, na realização das atividades. O depoimento do agente de extensão rural elucida:

Às vezes, as iniciativas de diversificação são muito mais da mulher. Se a propriedade é diversificada e a diversificação fica ao encargo da mulher, ela consegue ver a entrada de dinheiro, isso motiva a busca de ampliação da atividade. Eu não me lembro de nenhum caso, entre meus assistidos, em que o homem queria diversificar e a mulher não. Agora, o caso oposto tem, da mulher querer diversificar e o homem ter uma postura negativa (agente de extensão rural).

As famílias estudadas conduzem processos de diversificação de seus meios de vida de modo mais igualitário e democrático do que aqueles historicamente reconhecidos. As mulheres participam nos principais domínios da vida social, não permanecendo mais restritas aos espaços familiares e comunitários. Atuam também, na construção de mercados e junto aos atores do Estado, seja por intermédio do acesso a políticas públicas ou organizadas, reivindicando recursos e direitos e assumindo seu papel político. As principais relações estabelecidas pelas mulheres nos domínios da família, comunidade, mercado e Estado estão apresentadas, de forma sintética, no Quadro 1.

*Quadro 1. Relações estabelecidas pelas mulheres nas principais esferas sociais*

Família	<p>Decisões são tomadas em conjunto; negociadas.</p> <p>Divisão do trabalho: serviços domésticos e capina e trato dos animais, no geral, são desenvolvidos pelas mulheres; o veneno no fumo e outras atividades compreendidas como pesadas, geralmente são tarefas dos homens, mas não excluem a participação das mulheres. A divisão é tradicional, embora as mulheres participem de modo mais ativo nas decisões e atividades de produção e na comercialização dos produtos.</p> <p>Renda familiar indivisível; renda própria das mulheres somente naquelas atividades que desenvolvem por conta própria.</p> <p>As mulheres controlam somente as atividades que desenvolvem por conta própria. As demais atividades são controladas conjuntamente.</p> <p>Não percebem restrições de participação na unidade familiar.</p>
Comunidade	<p>As mulheres que chefiam as propriedades percebem restrições. Tanto pelo fato de ser mulher, quanto de morarem sozinhas. Percebem a discriminação (machismo).</p> <p>As demais não identificam discriminações, embora algumas assumam que esta não seja uma situação generalizada na comunidade.</p> <p>A fucicultura mantém maior isolamento. Com a diversificação de atividades há percepção de ampliação das relações sociais.</p> <p>As mulheres participam mais de mutirões, especialmente para realização de festas comunitárias, religiosas e escolares.</p> <p>As mulheres que integram grupos formais ou informais são mais participativas, em todas as dimensões (sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas).</p>
Mercado	<p>Participam das decisões familiares e sociais. Aquelas que participam ativamente do processo de comercialização não percebem restrições por serem mulheres.</p>
Estado	<p>Recebem ATER pública.</p> <p>Em 50% das famílias pesquisadas, as mulheres acessam políticas de crédito. Em todas as famílias as mulheres afirmaram poder realizar financiamentos, se necessário.</p> <p>Apenas as mulheres participam das compras públicas do PNAE, entre as famílias estudadas.</p>

Fonte: Elaboração própria

Pelo exposto, houve mudanças nos processos decisórios no âmbito das famílias ao longo do tempo. As mulheres rurais, sejam adultas ou jovens, têm mais autonomia, não apenas no espaço familiar, mas também nos demais domínios.

É muito difícil chegar numa propriedade e tu conversa com a mulher e ela te diz “olha, tenho que ver com meu marido”. Se chego para avisar “olha, na semana que vem tem um dia de campo”, ela pergunta o dia e responde que vai. E é uma decisão importante. Tem de tudo um pouco, mas já tem bastante autonomia da mulher (agente de extensão rural).

Envolvidas na comercialização, por vezes, sem os maridos ou os pais, empenhados em outras atividades, elas administram negócios. É usual, entre as famílias estudadas, essa divisão mais igualitária, e mesmo alternada, no processo de comercialização. Homens e mulheres dividem-se para realizar mercados diversos. Enquanto a esposa realiza a feira, o marido entrega em domicílio ou realiza as atividades na propriedade. Essa divisão, de modo geral, é negociada no espaço familiar e a posição de “quem faz o quê”, pode ser readequada conforme necessidades e interesses dos indivíduos ou da família.

Na divisão das tarefas no espaço familiar e produtivo, as mulheres exercem as práticas produtivas, visíveis e valorizadas, além das reprodutivas que no imaginário pertenceriam a elas. Os homens inclusive “ajudam” na produção de panificados, doces e compotas. “Ah, eu ajudo ela no pão e nas cucas, unto e enformo, o que precisa, mas é!” (agricultor familiar, 63 anos). Mas deixa claro que ajuda, logo, não considera que esses afazeres façam parte das suas atribuições rotineiras, ainda que sejam, de fato, rotineiras. O espaço doméstico segue, na compreensão geral, pertencendo apenas à mulher, embora não o seja na prática.

As mulheres têm, em alguns casos estudados, tomado iniciativas protagonistas na realização de outras atividades diversas nas propriedades. Na propriedade de uma família entrevistada, a filha

(39 anos) é a principal empreendedora da agroindústria de banana. Por iniciativa própria, visitou outras propriedades, definiu a produção, buscou recursos para implementação das atividades, aprendeu por conta a manusear os equipamentos e procura, constantemente, adequar e melhorar a produção por intermédio de cursos e pesquisas na internet. Sempre atuou sozinha na agroindústria, embora, no momento, em razão do aumento da produção, conta com auxílio da mãe. Ademais, organizou um grupo de produtores de banana, da vizinhança, que envolve quatro famílias produtoras, conforme relata, “para juntar as pessoas com o mesmo foco”. As iniciativas de organização social estenderam-se à constituição da Associação dos Feirantes de Candelária [AFE-CAN]. A entrevistada reúne-se aos grupos para tomada de decisões, apreciação da opinião de todos os integrantes e para planejamento do atendimento das demandas. Comercializa na feira, em exposições-feira e no mercado institucional (Programa Nacional de Alimentação Escolar [PNAE]). Na propriedade de 18 ha, a família produz fumo, feijão, hortaliças, mandioca, milho, banana, açaí e cria bovinos, aves e suínos. As atividades principais da filha são as bananas e as hortaliças, especialmente alface, batata-doce, repolho, beterraba, moranga, cenoura e couve-flor. As bananas, além de comercializadas *in natura*, junto com o açaí, são processadas na agroindústria familiar, a qual encontra-se devidamente legalizada, com alvará para processamento de frutas para produção de *schmier*, passas de banana, *chips* de banana e cristalizados.

A Agroindústria de Panificados, o Horto Medicinal e a Rota Turística Caminho dos Tropeiros, também resultam do empreendedorismo feminino. Uma agricultora familiar entrevistada, 55 anos, relata que os projetos surgiram a partir da organização de uma palestra na comunidade sobre uso de fitoterápicos. Reuniu 50 mulheres, a partir de um grupo preexistente formado pela Emater local, que se decidiram produzir um horto medicinal. Viajaram na companhia de uma extensionista para conhecer modelos de horto e aprenderam a manipular ervas, projetando a construção de um

laboratório para produção de pomadas e xaropes. O projeto encontrou inúmeros obstáculos na legislação e o prédio construído permaneceu ocioso por cinco anos. Entretanto, as visitas frequentes ao Horto reclamaram por espaço e preparo do grupo para recepção dos turistas. No curso preparatório empreendido para tanto, foi proposto o desafio de criação de uma rota turística local. Observaram, então, as famílias que dispunham de potencial em suas propriedades, encontrando, numa delas, objetos suficientes para a organização de um museu. Da realização de um mutirão, amalharam mais itens na comunidade e criaram, por fim, uma das rotas turísticas denominada de Museu Rural. Adjacente à Ponte do Império, o Aqueduto e o Moinho, e com as agroindústrias de melado existentes, constituíram seis pontos de turismo necessários ao roteiro e desenvolveram uma rota turística na localidade. A partir de 2010, com o estímulo importante do PNAE, o grupo de onze mulheres criou a agroindústria de panificados no prédio conquistado para manipulação de ervas. “Foi uma grande oportunidade para a comunidade”, relata a entrevistada.

Outra mulher rural por mim entrevistada, com 65 anos, chefia a unidade de produção. É viúva e vive sozinha na propriedade. Quando vivia com o marido cultivava fumo e hortaliças. No momento, produz fumo, milho e soja em parceria, hortifrutigranjeiros e leite, além do queijo e da coalhada que comercializa na feira. Também produz para o PNAE. Além disso, é aposentada, pensionista e recebe aluguel de arrendamento. Faz frequentes e diversos cursos de qualificação sobre leite, queijos, cuidados de bezerros, de conservas, compotas e doces. “Eu gosto de fazer cursos”, conta orgulhosa. Para melhorias de suas produções, acessa crédito para custeio e investimento. Para ampliar o mercado consumidor local participa da AFECAN. Sozinha, assumiu a gestão da propriedade e ampliou o portfólio de atividades produtivas.

Na propriedade de outra agricultora familiar, 59 anos, são produzidos fumo, panificados e atividade não agrícola, além da renda adicional da aposentadoria. A nora (23 anos) optou pelo trabalho

fora da propriedade. Trabalha em um salão de beleza, faz diversos cursos para capacitação e planeja abrir o próprio negócio. Todo mês guarda parte do dinheiro que ganha para esse fim. Ajuda na propriedade quando tem tempo. “Ajudo mais minha sogra, que faz pão e cuca, mas no fumo não”, relata. “Eu comecei por conta, me casei e saí para fazer um curso de manicure, arrumei vaga no salão, depois fiz outros cursos. Agora corto cabelo, arrumo, maquio, de tudo, [...] aqui em casa sempre me ajudaram”.

Conforme Wanderley (2003), no caso da mulher, o trabalho externo pode ter duas significações principais:

[...] às vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participar dos ganhos da família (ela contribui para a família com o dinheiro que ela mesma ganhou); às vezes, o que ela ganha é investido de alguma forma na produção ou destinado a pagar dívidas do estabelecimento familiar. Em outros casos, o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento em relação ao estabelecimento familiar. É uma autonomia para fora, semelhante à individualização dos jovens. É como se ela tivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor (Wanderley, 2003, p. 53).

As duas condições foram encontradas entre os membros femininos (e também masculinos) das famílias que se ocupam em atividades não agrícolas. Como no caso relatado, a esposa do filho, se torna apenas esposa de agricultor, assim como existem, também, apenas filhas de agricultores; também pluriativas e ocupadas em agroindústrias que mantêm vínculos estreitos com a agricultura e se reconhecem como mulheres rurais. E todas essas situações caracterizam experiências de diversificação de meios de vida.

As mulheres nas famílias estudadas participam em diferentes medidas nos processos de diversificação, algumas de forma mais dinâmica, outras menos. Essas últimas, dividem o interesse e a realização das atividades com seus maridos e famílias. Participam das atividades com maior ou menor protagonismo, mas nem por isso, necessariamente, de modo menos igualitário ou importante.

Partilham conhecimentos, participam de reuniões de grupos, opinam e decidem. Mas, essa mudança não é, segundo elas, generalizada nas comunidades. Os relatos, na sequência, deixam entrever a condição de algumas mulheres quando da sua chegada ao grupo de mulheres.

Nós tínhamos um grupo de mulheres que entrou, depressivas, tomando um monte de remédios, desmaiavam, choravam, pessoas que hoje nem dá para conhecer [...]. Então ajuda muito para essas mulheres, elas quase todas plantam fumo (agricultora familiar, 57 anos).

As mulheres adoram o trabalho, é uma terapia. Antes ficavam só nas suas casas, muitas tinham depressão. Aqui conversam, se divertem, trocam informação (agricultora familiar, 55 anos).

Através destes e de outros tantos relatos, observei que a fumi-cultura tende a isolar as famílias e, especialmente, as mulheres, mantendo-as mais restritas ao convívio doméstico e comunitário. Todavia, o trabalho que desenvolvem no fumo é tão intenso e importante quanto o do homem.

Na produção de tabaco, ela ajuda direto. Assim, tem uma sobrecarga de trabalho por conta de ter as atividades domésticas e ainda tá ajudando sempre na produção e, principalmente, por conta dos filhos que até 18 anos não poderem trabalhar na cultura e tal. [...] ela tá junto produzindo, planejando, colhendo tabaco, fazendo tudo que o homem faz, e decidindo também, ela tem uma participação bem efetiva na produção (agente de extensão rural).

Segundo o relato do agente de extensão rural, a participação da mulher na fumi-cultura é mais categórica do que em algumas outras culturas, como a soja, por exemplo, porque ela está mais presente na produção, e isso inclui a participação nos processos decisórios. Mas, dificilmente, a mulher participa do processo de comercialização. Além disso, está submetida a uma grande carga de trabalho e exposta a riscos de intoxicação, exercendo o trabalho tão “pesado” quanto o homem e fundamental à realização dos

meios de vida familiares nos seus aspectos produtivos e reprodutivos. Mas, isso não significa o reconhecimento social mais amplo desse trabalho como “pesado”. O fato de permanecer mais restrita em suas relações, confinada ao círculo doméstico, a torna invisível em referência ao trabalho que desenvolve.

A capacidade das mulheres de realização de meios de vida diversificados está relacionada, principalmente, ao alargamento de suas redes interpessoais. Através de formas organizativas, principalmente, ampliam seus contatos e lidam, então, com extensionistas, bancos, sindicatos, cooperativas, compradores e consumidores. Essa experiência fortalece a rede de sociabilidade, contribuindo para uma aproximação dos espaços compreendidos como masculinos e femininos de atuação. As fronteiras desses domínios tornam-se mais permeáveis (Offe, 1999). O conhecimento acumulado, as informações compartilhadas e as redes de apoio mais amplas são ativos essenciais à capacitação e ao empoderamento das mulheres rurais.

### **Importância das atividades desenvolvidas: “para tinta de cabelo e batom, mas para a casa também!”**

As mulheres rurais obtêm suas rendas próprias por meio de atividades alternativas que desenvolvem, não necessariamente, fora da propriedade. Esses recursos são utilizados, conforme os relatos, para as contas e maior conforto da casa, e para a aquisição de artigos femininos. Além da autoestima gerada pelo desempenho da atividade em si, e pelo ganho monetário, existe um reforço ou retomada da vaidade feminina.

Eu lembro quando recebi meu primeiro cheque foi uma alegria, saber que era um dinheiro meu, que eu estava trabalhando, porque sempre estava em economia. Nós trabalhávamos na roça, eu não tinha o meu dinheiro separado, nem ele, era tudo junto, meu e do meu

marido. Mas, aquilo era um dinheiro meu. Olha, assim é pra todas. Elas têm o ganho delas, é uma autoestima. Mas, nem se fala o prazer de te encontrar ali, de conversar. Por isso que eu falo, é muito gostoso o nosso grupo lá. As mulheres muito sofridas às vezes, mas, como diz a outra lá, as vezes tu pede o dinheiro para o homem: “me dá duzentos?” Aí, ele te diz: “vou te dar duzentos, chega?” Mas, não gasta tudo, [risos]. Agora elas ganham o dinheiro delas, compram no mercado, compram produtos. Então, é uma autoestima muito grande, isso não tem preço. Então, ajuda muito para essas mulheres. Elas, quase todas, plantam fumo, mas é um dinheirinho, como uma diz, pago a luz as vezes, porque tem meses que não tem dinheiro para pagar a luz, ir no mercado, não é só para o uso da gente né, para tinta de cabelo e batom, mas para a casa né? Então, é um trabalho importante (agricultora familiar, 57 anos).

Auferir renda própria implica em maior autonomia e busca de igualdade de condições. Pedir dinheiro ao marido é até aceitável para cobrir as despesas da casa, mas quando se trata das necessidades e desejos pessoais, a situação é outra. Em boa medida, elas consideram humilhante e degradante. Não obstante, Bruno et al. (2013) lembram que, em algumas situações, a mulher internaliza de tal forma o direito de não decidir sobre o uso dos recursos, que acaba não comprando nada para si, apenas para a família. E, de modo geral, como observado, a prioridade é sempre a família.

Na feira ecológica observei o capricho das mulheres com as roupas, o cabelo arrumado, o brilho labial ou o batom rosado, o rímel, o perfume etc. São agricultoras empoderadas que também se integram em redes sociais virtuais, têm *facebook*, *whatsapp* e mesclam, cada vez mais, valores rurais tradicionais e urbanos. A sociedade em rede, conforme Castells (2002), transforma padrões de sociabilidade, porque amplia os contatos e insere os indivíduos em todos os domínios de vida, tornando-os social e politicamente mais ativos. As mulheres acompanham, dessa maneira, as diversas tendências, da moda a qualidade e aparência dos produtos que comercializam.

As atividades de trabalho também se misturam com atividades de lazer. São nos encontros na feira, nas reuniões da associação, nos grupos de mulheres, nos mutirões de festas, que conversam, trocam ideias e se divertem. E, nesses encontros, as mulheres rurais fortalecem as redes de sociabilidade.

A mulher está envolvida na comunidade, a discussão no seu grupo é mais social, né. Ela vai na reunião do grupo de mulheres, faz tricô, artesanato, já está fazendo uma atividade alternativa. Dificilmente o mundo masculino tem isso, ficam mais na venda, jogando carta e bocha. A mulher tem contato maior para trocar informações e isso vai influenciar sim as ações dela (agente de extensão rural).

Conforme Bruno et al. (2013), a participação em grupos não se restringe às motivações econômicas. Significa, para as mulheres – e também para os homens –, o estreitamento dos laços de sociabilidade, de amizade e de uma atividade prazerosa que possibilita o convívio e a união para o enfrentamento de adversidades. “A organização das mulheres nesses grupos em muito contribui para que elas reflitam a respeito de sua própria condição e se descubram plenamente capazes de assumir uma atividade produtiva” (Bruno et al., 2013, p. 218). Nesse sentido, essas relações propiciam elementos simbólicos para que as mulheres percebam e questionem as desigualdades de gênero e se construam como coletivos para avançar em suas realizações.

Nesses espaços também discutem sobre cuidados com a saúde da família, especialmente das crianças e dos idosos, questões ambientais, violência etc. Questões de saúde, principalmente decorrentes do trabalho na fumiicultura, e alimentação das famílias, não raramente têm conduzido a experiências agroecológicas de produção, com participação efetiva das mulheres. Em metade das famílias entrevistadas são desenvolvidas atividades de base ecológica, com participação determinante das mulheres. O melado, as bananas, as hortaliças, são todos produzidos em sistemas ecológicos liderados por mulheres. E essa é uma bandeira extremamente

importante e estimulante no contexto atual, onde as questões ambientais ganham importância categórica. Segundo Siliprandi (2013), é comum ouvir de técnicos que trabalham no setor que, muitas vezes, são as mulheres que iniciam processos de “conversão” das propriedades para sistemas ecológicos, em hortas e pomares de uso doméstico, e que os homens somente passam a se interessar por essa forma de produção após contemplar os resultados positivos das experiências.

As atividades desenvolvidas pelas mulheres, ou com decisiva participação delas, têm funções diversas, na geração de renda, na autonomia, na autoestima, no uso dos saberes, na segurança alimentar da família e dos consumidores, na consciência ambiental, na ampliação das relações etc. “Na experiência com práticas alternativas, as próprias mulheres se fazem visíveis, seja no espaço da feira livre, seja nos espaços institucionais que foram possibilitados por alguns dos projetos governamentais” (Henn, 2013, p. 82). Isso remete à perspectiva de uma melhor qualidade de vida e também à formação de uma nova identidade como mulher.

Mas nem para todas as mulheres essa visibilidade é possível. O relato de uma das entrevistadas manifesta uma situação, que, possivelmente, ainda é significativamente presente no meio rural:

Tem uns por aí, que eu conheço, que, nem pensar, a mulher não pode quase nem sair de casa. Nem deixa ela aparecer no nosso grupo. Ela foi uma, duas vezes, três e nunca mais. Guria, tu me acredita que chamaram ela pra trabalhar numa casa, eram até meio parentes dela, pra cuidar de umas crianças, duas, e aquele homem não deixou. Nem pensar, e eles precisando de dinheiro... Me diz, que mal tem? E a mulher louca para trabalhar lá, e ele mandou ela trabalhar em casa. [...] Tem muito machismo ainda (agricultora familiar, 44 anos).

Como defendido por Sen (2010), “a negação do direito de trabalhar fora de casa é uma violação monumental da liberdade feminina” (p. 140). Essa situação pode funcionar, ainda, de forma mais implícita, graças ao poder das convenções e da conformidade. Pode ser

que não exista uma proibição tão clara, como a relatada, quanto ao trabalho fora de casa. Mas, aquelas que foram criadas em meio a valores tradicionais podem, por vezes, ter receios de desrespeitar as tradições e incorrer em algo que não seja considerado “normal” ou apropriado pela família, ou pela comunidade. Alentadas nessa compreensão, essas mulheres costumam abandonar planos e vontades que elas valorizam, submetendo-se a essas relações de subordinação aos homens, sejam maridos, pais, irmãos ou filhos (Sen, 2010).

No entanto, conforme Bourdieu (2012), a principal mudança que se estabelece está no fato de que a dominação masculina não se impõe mais como uma questão indiscutível. Esse questionamento, segundo o autor, caminha lado a lado com as transformações decorridas na condição feminina relacionadas à melhor escolaridade, ao trabalho assalariado, ao aumento do acesso às esferas públicas; ao distanciamento das tarefas domésticas e as funções reprodutivas (muito menos no caso das mulheres rurais); e, sobretudo, ao adiamento da idade do casamento e da concepção; a elevação dos percentuais de divórcio e redução dos percentuais de casamento. Desses fatores, Bourdieu (2012) destaca o acesso à educação, como o principal fator de transformação na reprodução da diferença entre os gêneros, pela sua capacidade em aumentar o acesso das mulheres à instrução e, correlacionado a isso, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares.

As mulheres rurais, pesquisadas em Candelária, estão contribuindo à desconstrução das estruturas do mundo rural. Pela tinta do cabelo e pelo batom, pelas inserções produtivas e mercantis, pelo acesso às redes sociais e às políticas públicas, elas constroem seus processos de emancipação social, através de novas experiências de vida e de novos espaços de sociabilidade, ao mesmo tempo em que procuram assegurar meios de vida dignos para elas mesmas, para suas famílias e para as comunidades de pertença.

## **Considerações finais**

As mulheres rurais de Candelária, por mim entrevistadas, participam ativamente nos processos de diversificação. Não permanecem mais restritas às esferas da família e da comunidade. Atuam na construção de mercados e junto aos atores do Estado. Administram processos de produção e comercialização e, em alguns casos, são protagonistas absolutas na realização de atividades. Essas experiências fortalecem suas redes de sociabilidade e, a partir daí, também as capacitam a exercer atividades que valorizam, que geram renda para suas necessidades pessoais e familiares, bem como para investimentos para melhoria das atividades de consumo familiar e de interesses mercantis.

Assim, a capacidade socioproductiva das mulheres para realização de meios de vida diversificados está relacionada, principalmente, ao alargamento das suas redes interpessoais. Essa capacidade extrapola aspectos econômicos e passa a dizer respeito aos aspectos da autonomia social, e, ao mesmo tempo, da construção de novas visões de mundo, nos signos tradicionais e, por conseguinte, na identidade de mulher rural.

Para finalizar a análise, é importante ressaltar que qualquer projeto ou programa com objetivo de promover o desenvolvimento em áreas rurais e, mais especificamente, no contexto da fumi-cultura, deve atentar e priorizar as capacidades das famílias e dos indivíduos, sejam homens ou mulheres, idosos, adultos ou jovens. Quando cada membro da família tem capacidades para realizar suas potencialidades e construir seu futuro, essa capacidade é poder. Nesse sentido, as mulheres rurais estudadas têm muito a contribuir no que se refere à construção de capacidades para criar, manter e ampliar redes de relações. Nessa articulação, as famílias e, especialmente as mulheres rurais, têm criado espaços mais favoráveis de atuação social e oportunidades mais justas de desenvolvimento.

## **Bibliografia**

Bourdieu, Pierre (2012). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brumer, Anita (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 205-227. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>

Bruno, Regina et al. (2013). Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. En: Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros (Orgs.), *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* (pp. 217-236). Niterói: Alternativa.

Castells, Manuel (2002). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Chambers, Robert e Conway, Gordon (1992). Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. *IDS Discussion Paper*, (296). Brighton: IDS.

ComexStat (2021). Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais [SECINT]. Ministério da Economia. *Exportação e Importação Geral*. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>

Department for International Development [DFID] (2001). Manual de orientação sobre meios de vida sustentáveis. *Reforma política*. Brighton: DFID.

Ellis, Frank (2000). *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University.

Emater (2016). *Relatório de Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social do Escritório Municipal de Candelária*. Candelária, Jan./Dez.

Ferrante, Vera Lúcia Silveira Botta et al. (2013). Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. En: Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros (Orgs.), *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* (pp. 195-216). Niterói: Alternativa.

Foucault, Michel (1998). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Haan, Leo de (2005). How to Research the changing Outlines of African Livelihoods. African Studies Leiden [paper]. *11th General Assembly of CODESRIA*. Maputo.

Henn, Iara Aquino (2013). Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. En: Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros (Orgs.), *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* (pp. 65-88). Niterói: Alternativa.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2006). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2017). *Sistema IBGE de Recuperação Automática [SIDRA]*. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-estabelecimentos>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2021). *Produção Agrícola Municipal*. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>

Levine, Simon (2014). How to study livelihoods: Bringing a sustainable livelihoods framework to life. *Working Paper*, (22). London: Overseas Development Institute [ODI].

Machado, Carmen Janaina Batista e Menasche, Renata (2013). Trabalho de homem, trabalho de mulher: olhares sobre a

organização do lote a partir da produção. *Seminário Internacional Fazenda Gênero 10*. Florianópolis.

Nazneen, Sohela (2012). *Rural livelihoods and gender*. New York: UNDP.

Offe, Claus (1999). A atual transição histórica e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. En: Luiz Carlos Bresser-Pereira, Jorge Wilhelm e Lourdes Sola (Orgs.), *Sociedade e Estado em transformação* (pp. 119-145). São Paulo: Editora da UNESP, Brasília: ENAP.

Paulilo, Maria Inez Silveira (1987). O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, 5(28), 64-70.

Redin, Ezequiel (2015). *Família rural e produção do tabaco: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS*. [Tese de doutorado]. Universidade Federal de Santa Maria.

Renk, Arlene; Badalotti, Rosana Maria e Winckler, Silvana (2010). Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no oeste catarinense. En: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais* (367-389). Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.

Scott, Joan (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.

Scott, Parry (2010). Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. En: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais* (pp. 15-36). Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.

Sen, Amartya Kumar (2008). *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.

Sen, Amartya Kumar (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Siliprandi, Emma (2013). Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. En: Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros (Orgs.), *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* (pp. 329-343). Niterói: Alternativa.

Silveira, Rogério Leandro Lima da (2009). Globalização e dinâmica espacial do mercado mundial de tabaco: reflexos na organização e nos usos do território na região Sul do Brasil. *12º Encontro de Geógrafos de América Latina*. Easy Planners Congressos e Exposiciones, Montevideo, Uruguay.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (2003). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 42-61.



**CAPÍTULO V**  
**Saúde de agricultores fumicultores:**  
**o problema social do suicídio**



# Construções sociais do suicídio de fumicultores

*Laila Mayara Drebes*

O suicídio é uma pauta de importância, em virtude das elevadas estatísticas encontradas em nossas sociedades modernas, e recentemente vem sendo associado à ideia de desenvolvimento, sendo o índice de suicídios considerado até como indicador de sustentabilidade. Nesse sentido, por trás das preocupações com o suicídio encontra-se um questionamento: que padrão de desenvolvimento é esse que conduz as pessoas a optarem pela morte?

De acordo com os dados mais recentes da Organização Mundial da Saúde [OMS], no mundo, cerca de 800.000 indivíduos cometem suicídio anualmente, gerando uma morte a cada 40 segundos. Embora, entre os anos de 2010 e 2016, tenha ocorrido uma redução de 9,8% no índice de suicídios do mundo, essa não é a realidade do Brasil, que, em 2010, apresentou uma taxa de suicídios de 5,7 mortes (a cada 100.000 habitantes), enquanto que em 2016 passou a apresentar uma taxa de 6,1 mortes. Isto consiste em um aumento de 7,0% nos suicídios no decorrer dos anos analisados, representando uma elevação acima da média das demais nações do continente americano (Organização Mundial da Saúde, 2019).

Ademais, no território brasileiro, um caso curioso é o do estado do Rio Grande do Sul. Segundo dados do Centro Estadual de

Vigilância em Saúde da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul [CEVS/RS], no ano de 2016, o estado evidenciou uma taxa de suicídios de 11,0 mortes a cada 100.000 habitantes, o que é quase duas vezes a taxa brasileira. As regiões com maiores registros, também a cada 100.000 habitantes, referem-se ao Botucaraí (21,9 suicídios), ao Caminho das Águas (19,2 suicídios) ao Planalto (17,9 suicídios) e ao Vale do Rio Pardo (17,2 suicídios) (Centro Estadual de Vigilância em Saúde da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, 2018). Esta última região é palco da cadeia produtiva do tabaco, reconhecida nos âmbitos nacional e internacional por concentrar as atividades agrícolas e industriais vinculadas ao produto.

Referente à cadeia produtiva do tabaco, conforme dados recentes do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco [Sinditabaco], o Brasil ocupa posição de destaque nos *rankings* de exportação e produção, sendo a Região Sul do país a grande responsável, com ênfase no estado do Rio Grande do Sul. Neste último, o Vale do Rio Pardo é referência em fumicultura, incluindo 4 dos 15 maiores municípios produtores do país, sendo eles Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária e Vale do Sol (Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco, 2019).

Com isso, percebe-se que o Vale do Rio Pardo se destaca por dois motivos: pela predominância da fumicultura e pela recorrência do suicídio, trazendo à tona um eventual nexo de causalidade entre ambos. Embora existam teorizações no senso comum sobre este assunto, os suicídios de fumicultores sofrem de um vazio científico, pois os dados disponíveis não permitem apontar com precisão o percentual de mortes por ocupação, isto é, qual é o número de fumicultores que cometem suicídio. Nesse mesmo sentido, são poucas as pesquisas pautadas em analisar esta temática, principalmente considerando as circunstâncias sociais envolvidas nos suicídios de fumicultores.

Não obstante estudos como o de Falk et al. (1996), Almeida (2005), Meneghel, Ceccon e Hesler (2012), Faria et al. (2014a), Peres e Neto (2018), entre outros, mencionem a ocorrência de suicídios

de fumicultores, não os consideram como um elemento de centralidade nas análises realizadas e os estudam sem reiterar suas circunstâncias sociais. Já os estudos de Klein (1984), Leal (1992), Heck (1994), Faria et al. (2006), Arias e Blanco (2010), Werlang (2013), Perez (2013; 2014), Deffontaines (2014), Droz et al. (2014), Mendes e Werlang (2014; 2015), entre outros, embora considerem as circunstâncias sociais como causadoras de sofrimento e, assim, associem-nas, em maior ou menor medida, com a ocorrência de suicídios, pesquisam outros grupos de agricultores com suas próprias singularidades, não envolvendo os fumicultores.

De certa maneira, este vazio científico propicia a disseminação de especulações sobre as causas dos suicídios de fumicultores e contribui com o acirramento da divergência de opiniões das instituições sociais regionais sobre este assunto, fomentando a oposição entre os favoráveis e os desfavoráveis à fumicultura; oposição, esta, crescente desde o acordo da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [CQCT]. Se, inicialmente, as políticas públicas concentraram-se em reduzir o consumo de cigarros e congêneres, mitigando, concomitantemente, as enfermidades e as mortes derivadas do tabagismo, com a CQCT as políticas públicas foram aprimoradas, preocupando-se, inclusive, em reduzir as áreas de cultivo do tabaco, pela institucionalização de programas de diversificação produtiva e substituição do cultivo do tabaco.

Assim sendo, no Vale do Rio Pardo estruturou-se um campo de poder no entorno da fumicultura, onde as instituições sociais envolvidas disputam entre si para tentar perpetuar suas próprias verdades sobre esta atividade econômico-produtiva, priorizando os seus próprios interesses. Se, de um lado, o complexo agroindustrial fumageiro é favorável à atividade, uma vez que necessita dela para sua manutenção socioeconômica, de outro lado, o serviço de saúde pública não é, pois a fumicultura tem efeitos perversos sobre a saúde da população. De maneira análoga, diversas outras instituições sociais também permeiam este campo de poder, construindo suas próprias reflexões e ações orientadas no sentido de

conter ou de incrementar o crescimento da fumicultura (Drebes, Marin, 2021).

Assim, o reconhecimento dos suicídios de fumicultores aguça ainda mais as divergências institucionais, trazendo à tona uma diversidade de narrativas muitas vezes conflitantes entre si. Em defesa de seus próprios interesses, cada instituição mobiliza suas reflexões e suas ações socialmente construídas com o intuito não só de descobrir as causas dos suicídios de fumicultores, mas, principalmente, de, ao identificar as causas, eximir-se de uma possível responsabilidade por estas mortes: ninguém anseia carregar esta culpa. Logo, no contexto da CQCT, o problema social do suicídio tornou o campo de poder da fumicultura do Vale do Rio Pardo ainda mais intrincado.

Frente ao elucidado, neste estudo, analiso como os suicídios de fumicultores são socialmente construídos no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil.<sup>1</sup> Para isso, conduzi um estudo de caso em que coletei os dados realizando entrevistas com indivíduos vinculados às instituições sociais conhecedoras dos suicídios de fumicultores, perpassando por familiares, vizinhos, representantes do complexo agroindustrial fumageiro, extensionistas rurais, agentes de saúde pública, autoridades religiosas, membros da imprensa regional e voluntários de organização não governamental voltada à prevenção do suicídio.<sup>2</sup> Adicionalmente, também foram consultados documentos, como comunicados institucionais, notícias e números oficiais.

<sup>1</sup> Recorte da Tese de Doutorado “Suicídio de fumicultores familiares: construções de um problema social”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural [PPGExR] da Universidade Federal de Santa Maria [UFSM], sob a orientação do Prof. Joel Orlando Bevilaqua Marin. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES] - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> O estudo foi conduzido em conformidade com as orientações éticas encontradas na Resolução 466 de 2012, do Conselho Nacional de Saúde: foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos [CEP] da Universidade Federal de Santa Maria [UFSM] e inscrito na Plataforma Brasil sob número CAAE 66561617.1.0000.5346.

O estudo está dividido em três seções. Na primeira, apresento o referencial teórico sociológico empregado na análise dos suicídios de fumicultores, entendidos como construções sociais. Na segunda, adentro o campo da fumicultura do Vale do Rio Pardo para analisar quais são os diferentes quadros institucionais que contribuem com a construção social dos suicídios de fumicultores. E, na terceira seção, traço breves considerações sobre as descobertas do estudo, com vistas à conclusão.

### **Suicídio: um fenômeno socialmente construído**

Inúmeras áreas do conhecimento científico se mostram interessadas em estudar a ocorrência de suicídios em nossas sociedades modernas, como ocorre com a Antropologia, o Direito, a Enfermagem, a Filosofia, a Medicina, a Psicologia, a Psiquiatria, a Sociologia, a Teologia, entre outras. Apesar da interdisciplinaridade, neste estudo concentrei-me em compreender o suicídio por meio de aportes teóricos-metodológicos oriundos do conhecimento sociológico, dando visibilidade à complexidade do fenômeno visado, sem cair na clássica dicotomia entre indivíduo e coletivo.

Por isso, acionei o construtivismo estruturalista do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Conforme Bourdieu (1983, p. 60), o construtivismo estruturalista consiste na ciência da “dialética da interioridade e da exterioridade, isto é, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade”. Dessa maneira, a compreensão do suicídio vincula-se tanto às estruturas sociais como às representações sociais, sendo, as primeiras, base para as últimas e vice-versa. Através desta ótica, é possível compreender o suicídio a partir da história do indivíduo e sua interconexão com a história do coletivo, sendo o indivíduo produto e produtor da sua realidade em sociedade.

Vale ressaltar que essa dimensão foi destacada no estudo de Davis (2012), no qual o suicídio foi analisado através da

ótica bourdieusiana. Ao utilizar a Teoria da Prática e o Método da Praxiologia, o estudo defendeu como o fenômeno social seria melhor entendido se colocado simultaneamente entre a exterioridade e a interioridade. Para a autora, o valor do construtivismo estruturalista de Pierre Bourdieu reside em sua elevada fertilidade analítica, conveniente até mesmo ao entendimento do suicídio por permitir considerar as circunstâncias sociais tanto do indivíduo como do coletivo.

Sociologicamente, a dicotomia anteriormente citada reduz os acontecimentos sociais a acontecimentos naturais. Assim, de acordo com Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2002, p. 16), a “maior parte dos erros a que está exposta tanto a atividade sociológica quanto a reflexão sobre tal atividade encontra sua raiz na representação falsa da epistemologia das ciências da natureza e da relação que ela mantém com a epistemologia das ciências do homem”. Logo, inúmeros eventos considerados naturais são, na realidade, construções sociais. Embora exista uma inclinação a naturalizar uma série de fenômenos sociais como evidentes, isto é somente uma ilusão naturalista. Não existem atributos inatos à natureza do ser humano, pois não existe uma natureza do ser humano. Toda natureza é resultado de uma socialização: da intervenção mútua entre indivíduo e coletivo (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 2002; Bourdieu, 2004).

Portanto, na visão de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2002), toda tentativa de definição da verdade sobre um fenômeno sem considerar seu sistema de relações sociais e sem situar este sistema em termos históricos (temporalmente) e geográficos (especialmente), resultará em construtos vazios. Assim, Bourdieu (2004, p. 27) afirma que “o mal da sociologia é que ela descobre o arbitrário, a contingência, ali onde as pessoas gostam de ver a necessidade ou a natureza [...]; e que descobre a necessidade, a coação social, ali onde se gostaria de ver a escolha, o livre-arbítrio” e que, dessa maneira, “ao historicizar, a sociologia desnaturaliza, desfataliza”.

Diante disso, para compreender como os suicídios de fumicultores são socialmente construídos é preciso, inicialmente, superar a ideia de fatalidade, pois o suicídio não é um produto, e sim um processo. Conceber os suicídios de fumicultores como construções sociais consiste em entender as relações existentes entre o indivíduo suicida e o coletivo onde o mesmo está inserido. Portanto, os mesmos não devem ser analisados de maneira desconectada de seu contexto, isto é, de suas características espaciais e temporais. Em um referido contexto, os fenômenos sociais – incluindo até a morte – se revestem de sentidos não necessariamente atribuídos em outros contextos.

No caso, os suicídios de fumicultores são contextualizados nas áreas rurais, nomeadamente nas áreas rurais de cultivo de tabaco encontradas no Vale do Rio Pardo, onde uma série de instituições sociais interferem sobre a realidade da fumicultura. Estas instituições são relevantes na contextualização do fenômeno estudado, interferindo através de suas reflexões e ações sobre como os suicídios são socialmente construídos. Assim, os indivíduos vinculados a estas variadas instituições sociais elaboram e mobilizam distintos quadros institucionais quando procuram compreender os suicídios de fumicultores, sendo eles muitas vezes conflitantes entre si.

De acordo com Drebes e Marin (2021), esses quadros institucionais estão vinculados com a posição que cada instituição ocupa no campo de poder estruturado acerca da fumicultura. Bourdieu (2011, p. 201) afirma que um campo é “um campo de forças e um campo de luta para transformar as relações de força”. Isso significa que o campo é um cenário de poder e, conseqüentemente, de dominação. Bourdieu (2003) também acrescenta que o campo é um ambiente simbólico socialmente estruturado, onde diferentes agentes ocupam diferentes posições sociais e mantêm relações concorrenciais entre si. Tais posições sociais são estruturantes deste campo e relacionais, isto é, não são definíveis por si só, sendo estabelecidas somente umas em relação às outras.

Diante do elucidado, como mencionado anteriormente, a divisão de opiniões a respeito da fumicultura acentuou-se desde a CQCT, colocando de um lado aqueles que preconizam a continuidade e o crescimento da atividade, a despeito de seus efeitos sobre a saúde – e também sobre o ambiente –, enquanto, de outro lado, estão aqueles que censuram a fumicultura, exatamente por esses efeitos. Dessa maneira, em virtude da posição ocupada no campo de poder, ascendem quadros institucionais que promovem motivações variadas para os suicídios de fumicultores, sendo estas motivações elaboradas e mobilizadas no sentido de amparar a posição e, em vista disso, os interesses de cada instituição no campo.

Para ilustrar, vale analisar como a ciência, através dos estudos da Sociologia Rural, construiu socialmente os suicídios de fumicultores. Até recentemente, os sociólogos rurais não estudavam esta problemática, o que contribuiu para ocultar a ocorrência de suicídios de agricultores no campo científico. Devido ao seu caráter dicotômico, os estudos da Sociologia Rural serviram, inicialmente, à conformação de uma secessão entre áreas urbanas e áreas rurais, concebendo-as como universos contrários e conceituados inversamente através de características duais. Nos termos de Marques (2002, p. 97), ponderando sobre estas concepções, “nesta classificação o espaço rural corresponde àquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características”.

Assim, enquanto as pesquisas enquadraram as áreas urbanas como o espaço “do artificial” e “da individualidade”, associaram as áreas rurais ao ideário “da natureza” e “da coletividade”. Isto consistiu em um verdadeiro processo de idilização do espaço, como se as áreas rurais estivessem imunes aos sofrimentos causadores de suicídios. Nos termos de Arias e Blanco (2010, p. 195, tradução minha<sup>3</sup>), em estudo sobre os suicídios nas áreas rurais da Améri-

<sup>3</sup> “Discurso dominante e idealizado de lo rural como idílico ha contribuido a segregar y excluir grupos a los que se considera como constituidos por una barrera natural contra las presiones que afectan su salud mental, al contrario de sus pares urbanos” (Arias; Blanco, 2010, p. 195).

ca Latina, o “discurso dominante e idealizado do rural como idílico contribuiu para segregar e excluir grupos considerados como constituídos por uma barreira natural contra as pressões que afetam sua saúde mental, ao contrário de seus pares urbanos”.

Assim, para os estudos da Sociologia Rural, se os suicídios eram característicos das áreas urbanas, não o eram, concomitantemente, das áreas rurais. Desta maneira, o caráter dicotômico da Sociologia Rural contribuiu significativamente com a omissão dos suicídios de agricultores em seus escritos. Porém, a ausência do suicídio como problema sociológico rural não significava necessariamente a sua inexistência como problema social rural, isto é, mesmo não sendo mencionados, os suicídios ocorriam.

Somente com a dissolução dos referenciais dicotômicos da Sociologia Rural, possibilitados principalmente pelas críticas oriundas de sua vertente francesa com sua visão multidisciplinar, os suicídios puderam ser entendidos como problemas sociais possíveis às áreas rurais e como problemas sociológicos cabíveis à Sociologia Rural. Inicialmente, vale destacar a relevância das análises realizadas sobre os efeitos deletérios da modernização e de seu intento industrializante sobre as esferas ambientais, culturais, econômicas, sanitárias e sociais da vida nas áreas rurais como descortinadoras da ocorrência de suicídios. Portanto, os estudos sociais rurais embrionários sobre os suicídios, elaborados principalmente a partir da década de 1990, concentraram-se em demonstrar como as mudanças estruturais e simbólicas decorrentes da modernização afetaram as condições de vida nas áreas rurais e engendraram a ocorrência de suicídios de agricultores.

Embora não se deva circunscrever à modernização o entendimento da ocorrência de suicídios nas áreas rurais, os estudos sociais rurais, ao analisarem ostensivamente este tema, evidenciaram um cenário de intensas interferências vindas das agroindústrias integradas às atividades agrícolas sobre a vida dos agricultores, muitas vezes, causando sofrimentos sociais em razão

de suas intervenções incisivas sobre os processos produtivos, reduzindo a autonomia dos envolvidos.

Segundo Werlang (2013), analisando o caso das atividades agrícolas altamente integradas às agroindústrias no Rio Grande do Sul, a modernização é considerada causadora de um processo de precariedade social no qual a violência econômica e técnica exercida sobre as famílias rurais resulta em sociopatologias. Nesse mesmo sentido, os estudos de Mendes e Werlang (2014; 2015), também sobre as áreas rurais do Rio Grande do Sul, abordam como a modernização afetou as condições de trabalho dos agricultores, não só excluindo muitas famílias rurais dos processos produtivos, como submetendo muitas ao domínio das agroindústrias, revelando a precariedade das relações sociais no trabalho e a possibilidade de estas incitarem a ocorrência de suicídio.

Assim, atualmente, além de contribuir com o reconhecimento do fenômeno dos suicídios de agricultores, os estudos vinculados à Sociologia Rural também chamam atenção sobre como a modernização, principalmente por meio da industrialização das atividades agrícolas, cria condições sociais convenientes à ocorrência de suicídios. Dessa forma, no caso dos fumicultores, com o quadro institucional que os estudos sociais rurais propiciam para a análise do suicídio, o fenômeno é socialmente construído em relação à precarização das relações sociais no trabalho, no cerne do complexo agroindustrial fumageiro.

### **Suicídios no campo da fumicultura no Vale do Rio Pardo: pluralidade de construções sociais**

Como pontuado anteriormente, no campo da fumicultura coexistem narrativas causais distintas utilizadas no entendimento dos suicídios de fumicultores. Tais narrativas causais decorrem dos quadros institucionais construídos socialmente, levando em consideração a posição que cada instituição estruturante do campo da

fumicultura ocupa no mesmo, com a intenção de preservar seus interesses particulares.

Nesse sentido, um quadro institucional que deve ser considerado é o construído no âmbito das famílias e das comunidades de fumicultores, as quais são as instituições sociais mais próximas aos casos de suicídios, uma vez que no seu interior ocorrem as mortes. Na fumicultura do Vale do Rio Pardo, atualmente, as famílias e as comunidades ainda são consideradas relevantes no ordenamento da vida em sociedade, muito em virtude de seu papel no processo de socialização primária dos indivíduos, cujos mais velhos ensinam aos mais novos costumes culturais, normas sociais e valores morais. No caso estudado, esse processo de socialização primária é particularizado pela identidade étnica dos fumicultores, descendentes de colonos alemães, intitulados “teuto-brasileiros”.

Segundo Seyferth (1994), observando historicamente as colônias alemãs no Sul do Brasil, a identidade étnica teuto-brasileira consiste em uma consciência coletiva sobre a origem comum manifestada através do uso cotidiano da língua alemã, da manutenção dos usos e dos costumes alemães – como a gastronomia e a religião – e da intensidade das interações sociais internas, isto é, entre teuto-brasileiros.

Entre os membros das famílias e das comunidades de fumicultores, a valorização da identidade étnica contribuiu na conformação e conservação de um *ethos* austero, dada a relevância conferida aos valores morais teuto-brasileiros. Destarte, as narrativas dos entrevistados conduzem a associar o elevado número de suicídios entre estes fumicultores do Vale do Rio Pardo, sobretudo do sexo masculino, ao *ethos*. Para Bourdieu (2003), o *ethos* é uma ética, uma identidade constituída por valores morais interiorizados e mobilizados rotineiramente, sustentando as práticas sociais.

Entre outros motivos, a colonização alemã das áreas rurais do Vale do Rio Pardo, no decorrer dos séculos XIX e XX, foi impulsionada pelo cenário de miséria encontrado na Alemanha após a Revolução Industrial. Ademais, durante o próprio processo de

povoamento do Vale do Rio Pardo, os colonos alemães vivenciaram situações de instabilidade socioeconômica nas colônias devido à falta de políticas públicas voltadas ao atendimento de suas necessidades básicas, como alimentação, educação, habitação, saúde e outros (Woortmann, 2000, Vogt, 2003).

Assim, mesmo passados dois séculos desde o início da colonização alemã, as carências materiais vivenciadas nesse período ainda são rememoradas pelos descendentes no Vale do Rio Pardo. As recordações das necessidades não assistidas, tanto na Alemanha como no Brasil, foram passadas de geração em geração no processo de socialização primária, sendo internalizadas. Devido a isso, a identidade étnica teuto-brasileira contribuiu para a criação de um *ethos* de aversão à escassez, estimulando práticas sociais de moderação econômica e de trabalho intenso, como revelaram os relatos dos entrevistados: “Quando a imigração começou, se veio de uma região que estava na miséria [...], senão não viriam. Aí isso começou a ficar internalizado: a gente tem que poupar pra quando precisar [...]” (Lúcia, 47 anos, extensionista rural e filha de fumicultores familiares); “Eles [fumicultores teuto-brasileiros] são acostumados só a trabalhar, trabalhar, trabalhar: eles não saem de casa, eles não tiram um dia ou dois pra sair, pra passear, eles só trabalham!” (Claudir, 48 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Este *ethos* é facilmente visualizado entre os fumicultores do Vale do Rio Pardo e confere aos mesmos um modo único e muito severo de se colocar diante de situações críticas, nutrindo sofrimentos convenientes ao suicídio. Um caso ilustrativo deste *ethos* consiste na aversão dos fumicultores ao endividamento e na associação destes à ocorrência de suicídios no universo de análise. Moura (2016), em estudo em Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo, evidenciou a coincidência de sentido entre as palavras dívida e culpa no dialeto alemão, restritas a um termo único: *schuld*. Para os fumicultores estudados, como as dívidas são uma contravenção ao seu *ethos*, são causadoras de sofrimento. Para um fumicultor,

possuir dívidas é motivo de descrédito e desonra diante de seus pares, como mostraram os relatos coletados: “Porque o alemão tem muito essa questão, ele não quer ser apontado como alguém que está devendo. Não conseguir pagar suas contas, para o alemão isso é muito duro [...]” (Lair, 62 anos, padre católico).

De certa maneira, foram as dívidas que trouxeram à tona os suicídios de fumicultores no Vale do Rio Pardo, revelando-os e institucionalizando-os enquanto problema social. Na transição dos anos 2000 para os anos 2010, a região foi cenário de uma fraude financeira: uma associação teria acessado créditos agropecuários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [PRONAF] em nome dos sócios, sem o conhecimento e a autorização dos mesmos. O resultado disso foi um elevado número de fumicultores endividados e muitos suicídios.

Contudo, diante de casos de suicídio, sobretudo de inúmeros casos em variadas gerações de uma mesma família, estas mortes costumam ser elucidadas através de um argumento genético, utilizando a metáfora do sangue. No Vale do Rio Pardo, em relato sobre a situação de família vizinha, onde ocorreu o suicídio de tio e sobrinho, um fumicultor sintetizou a causa dessas mortes com a sentença “é o próprio sangue deles” (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida.) Para os membros das famílias e das comunidades estudadas, os elevados índices de suicídios dos fumicultores seriam resultado do código genético dos germânicos, mais suscetíveis ao suicídio.

Entretanto, o que os familiares e vizinhos dos fumicultores suicidas entendem e acionam como um código genético, na realidade, consiste em um código identitário, oriundo dos valores morais característicos de sua socialização. Nesse sentido, o suicídio se mostra como um comportamento formulado no cerne das famílias e das comunidades teuto-brasileiras, vinculado ao seu *ethos*, o qual autoriza o suicídio como uma saída honrosa diante de contravenções, sobretudo de cunho econômico.

Outro quadro institucional que deve ser considerado no entendimento dos suicídios de fumicultores no Vale do Rio Pardo é aquele construído na esfera do complexo agroindustrial fumageiro, isto é, as agroindústrias e outras organizações agregadas, as quais intervêm sobre a vida dos fumicultores através do sistema de integração. O sistema de integração consiste em uma articulação vertical estabelecida contratualmente entre agricultores e agroindústrias, visando organizar o processo de produção de modo mais industrial, com aplicação de capital e tecnologia, com vistas a gerar benefícios para ambas as partes (Paulilo, 1990; Melz, 2017).

A criação e a consolidação do complexo agroindustrial fumageiro no Vale do Rio Pardo mescla-se com a evolução da colonização alemã. Com o decorrer dos anos, as famílias e as comunidades de teuto-brasileiros especializaram-se nesta produção agrícola e isto atraiu as agroindústrias de processamento. Atualmente, dada a importância socioeconômica do complexo agroindustrial fumageiro na região, as críticas destinadas às suas atividades por causa dos problemas em termos de meio ambiente e saúde não são aceitas sem contestações, pois o desenvolvimento do Vale do Rio Pardo estaria atrelado a estas atividades, como evidenciaram os relatos dos entrevistados: “É muito forte na região a fumicultura, não só no rural, mas no urbano, por causa das indústrias” (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco); “A fumicultura é muito presente aqui, digamos que uns 90%. Hoje dependemos da fumicultura. Se cortar a fumicultura, eu acho que toda a cidade teria uma grande dificuldade de se sustentar” (Claudir, 48 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Diante disso, referente aos suicídios de fumicultores, os representantes do complexo agroindustrial fumageiro fazem uso deste discurso da “fumicultura como alavanca do desenvolvimento”, como estratégia para amortecer o impacto e a repercussão das mortes. Para os representantes do complexo agroindustrial fumageiro, os suicídios de fumicultores são casos isolados e, por isso, não representam um verdadeiro problema social e não causam

preocupação a ponto de necessitar de medidas preventivas, mesmo esses suicídios acontecendo no ambiente de trabalho dos fumicultores, normalmente dentro dos chamados “galpões de fumo”: “Isso não nos traz preocupação como entidade, porque é um número relativamente pequeno [de suicídios de fumicultores]” (Neivaldo, 65 anos, representante do complexo agroindustrial fumageiro).

Mas, como ressaltado no estudo de Werlang (2013), em análise dos suicídios de agricultores no Rio Grande do Sul, não se tratam de números: o suicídio de um único agricultor é um indício do estado de sofrimento encontrado na agricultura como um todo. Dessa mesma maneira, na visão de Dejours e Bègue (2009), ao estudar a realidade francesa, o número de suicídios de trabalhadores no ambiente de trabalho não é relevante na sua determinação enquanto problema social, sendo que um único suicídio é suficiente para delatar sérios problemas nas relações sociais no trabalho, afetando toda a comunidade trabalhadora.

Analisando a presença e o poder do complexo agroindustrial fumageiro sobre as famílias e comunidades de fumicultores do Vale do Rio Pardo, percebe-se que, por meio de inúmeros mecanismos de dominação estabelecidos em cláusulas contratuais (como é o caso do sistema de classificação das folhas de fumo, entre outros), as agroindústrias controlam a rentabilidade da fumicultura e, por consequência, controlam os agricultores, reduzindo sua autonomia. Como destacou um entrevistado: “O pessoal está colhendo fumo e ainda não tem preço definido [...] Sem uma luz no fim do túnel, sempre no escuro, o fumicultor não sabe o preço que vai ter pelo produto” (Claudir, 48 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Se tratando dos suicídios, essa dominação exercida pelas agroindústrias sobre os agricultores no sistema de integração precariza as relações sociais no trabalho, causando sofrimentos sociais devido à violação de seu *ethos*, principalmente em casos de endividamentos. Para ilustrar, vale destacar o suicídio de uma fumicultora de 61 anos, noticiado no ano de 2007. Endividada com a

agroindústria, a agricultora foi submetida a um arresto, isto é, teve o seu fumo confiscado como maneira de saldar a dívida. De acordo com as notícias, a fumicultora teria comunicado os oficiais sobre seu suicídio caso o arresto fosse efetuado, mas não foi ouvida. Assim, assistindo todo o seu fumo ser confiscado, enforcou-se. Diante disso, este suicídio tornou-se um violento recado dessa agricultora à agroindústria e aos demais sobre a violação do *ethos* dos fumicultores teuto-brasileiros, e, conseqüentemente, sobre o seu sofrimento na fumiicultura. Vale assinalar como também Peres e Neto (2018), em estudo referente à indústria do tabaco no Vale do Rio Pardo, encontraram esta relação entre endividamento e suicídio nos discursos de seus entrevistados.

Ademais, ao analisar os suicídios de fumicultores, também é válido considerar o quadro institucional da extensão rural: serviço estatal que possui como público prioritário os agricultores familiares, mas que não presta assistência à atividade da fumiicultura, mesmo quando os fumicultores se enquadram nos critérios de agricultura familiar. Nota-se, assim, a existência de um estigma em relação à fumiicultura, pois, mesmo revelando íntimas relações entre os fatores terra, trabalho e família (pequenas propriedades rurais, reduzido índice de mecanização, elevada demanda de mão-de-obra), a atividade contradiz os valores simbólicos atribuídos à agricultura familiar: seu processo produtivo é altamente industrializado devido ao sistema de integração e o seu produto não é um alimento, nem mesmo é saudável. Como bem sintetizou um extensionista: “o tabaco não é alimento, é um vício, uma droga legalizada” (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco).

Embora não deixe de ser constituinte desta categoria, a fumiicultura não desfruta das conveniências materiais e simbólicas consagradas em outras atividades produtivas entendidas como próprias da agricultura familiar, existindo restrições no acesso às políticas públicas e até mesmo ao serviço público responsável pela implementação das mesmas, isto é, da extensão rural. Se não bastasse, recentemente, a extensão rural foi responsabilizada por

incentivar a transição dos fumicultores para outras atividades produtivas no contexto da CQCT, nomeadamente através do Programa de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco [PNDACT].

Diante de tudo isso, a ação dos extensionistas rurais vem contribuindo com a desvalorização da fumicultura, acentuada no âmbito da CQCT. Graças ao PNDACT, as intervenções da extensão rural favoreceram uma crise identitária dos fumicultores: sua atividade não somente não é genuinamente reconhecida como agricultura familiar, como ainda é omitida e até mesmo combatida pelas políticas públicas executadas por meio do serviço de extensão rural. Este cenário desencadeou o aviltamento da atividade, conveniente à crise identitária dos fumicultores e ao suicídio. Neste sentido, considero interessante ressaltar resultados encontrados em contextos internacionais correlatos. Em estudo realizado no Kentucky, Estados Unidos, referente ao período de 1979 a 1985, Stallones (1990) sublinhou como as campanhas contra o cigarro causaram sensações de exclusão entre os fumicultores: frente aos esforços realizados contra o seu trabalho, estes agricultores sentiam-se dispensáveis, aumentando, portanto, o risco de suicídio.

Não somente, o serviço público de extensão rural não é percebido como instrumento de prevenção dos suicídios de fumicultores, repassando essa responsabilidade para o serviço público de saúde, como evidenciou o relato de um extensionista entrevistado: “O que a gente faz é orientação e encaminhamento para o serviço de saúde. Sempre esse encaminhamento. Até porque não temos competência profissional para isso [trabalhar com prevenção de suicídios] e não queremos ser questionados depois” (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco). De certa maneira, ao compreender o fenômeno como matéria de saúde, os extensionistas rurais corroboram a ilusão naturalista dos suicídios, invisibilizando suas circunstâncias sociais nas áreas de cultivo de tabaco.

Também é necessário considerar o quadro institucional construído pelo serviço de saúde pública para compreender os suicídios de fumicultores. Neste, a ênfase recai sobre condicionantes

naturais, comumente de cunho fisiológico e/ou psicológico, estudadas sob uma ótica epidemiológica ou suicidológica. Dessa maneira, a saúde concentrou-se na identificação dos riscos de suicídio, contribuindo com a conscientização da ocorrência de suicídios de agricultores em virtude do uso de agrotóxicos. Para o Ministério da Saúde, os agricultores em contato com certos agentes tóxicos representam população vulnerável ao suicídio, sendo os agrotóxicos o mais relevante risco associado ao suicídio nas atividades agrícolas (Ministério da Saúde 2017).

Nesse sentido, no ano de 2009, o estado do Rio Grande do Sul desenvolveu um projeto piloto de prevenção de suicídio, instituído em municípios com elevados índices. Em comum, os municípios selecionados possuíam a predominância da fumicultura: dos 4 municípios participantes do projeto, 3 pertenciam ao Vale do Rio Pardo. Devido aos atributos do projeto piloto, o serviço de saúde pública do Rio Grande do Sul construiu uma contundente associação entre suicídio e ruralidade, sobretudo nas áreas de fumicultura, atribuindo às mesmas um rótulo de zonas de risco de suicídio. No relato de uma psicóloga que participou do projeto piloto mencionado: “quando a gente começou a fazer o levantamento de quem se matou e onde, a gente começou a ver que de dez casos, sete aconteciam no interior, começou assim: a gente se preocupou e foi ver que eram agricultores e agricultoras [...]. É o veneno, o fumo? O que é a causa?” (Rosane, 55 anos, psicóloga).

Inúmeros estudos das ciências da saúde avivam estes nexos causais entre o “veneno” e os suicídios no contexto da fumicultura. Faria, Fassa e Meucci (2014b) analisaram as 558 microrregiões brasileiras e concluíram o seguinte: nas microrregiões com maior uso de agrotóxicos e maior incidência de casos de intoxicação, ocorreram taxas de suicídio mais elevadas. As preocupações estão centradas sobre os distúrbios mentais desencadeados pela exposição a certos agrotóxicos, potencializando a ocorrência de suicídios. Em outro estudo, Faria et al. (2014a) mostraram como o contato com agrotóxicos tem sido associado com transtornos mentais de

ordem menor entre os agricultores. Na visão dos autores, existe elevado risco agregado ao cultivo do tabaco, devido ao volume, a recorrência e a toxicidade dos agrotóxicos utilizados.

Embora não se renuncie à relevância dos agrotóxicos no entendimento dos casos de suicídios de agricultores, é necessário atentar à maneira como estes riscos ocupacionais são incorporados. Para Gomez e Costa (1997), existe uma propensão ao isolamento dos riscos ocupacionais – inclusive nas atividades agrícolas –, medicalizando-os em razão de seus sintomas e sinais ou, ainda, associando-os a determinadas enfermidades. Dessa maneira, encobrem-se os processos produtivos causadores destes riscos, mascarando seus nexos causais. No caso da fumicultura teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, isso acontece quando os agrotóxicos são associados à depressão e esta é acionada como motivação dos suicídios de fumicultores, esquecendo-se que estes riscos químicos são derivados das características do processo produtivo da fumicultura, que requer o uso de agrotóxicos, assim como estabelece o modo de aplicação e o tipo de produto aplicado.

Mas, mesmo que as orientações provenientes do serviço público de saúde contribuam para um ideário de medicalização e/ou naturalização dos suicídios – em detrimento de suas circunstâncias sociais –, ainda assim auxiliam na prevenção ao criticar o uso de agrotóxicos, os quais fazem parte das precárias condições de trabalho encontradas no processo produtivo da fumicultura, entre outros riscos ocupacionais que agridem a saúde dos fumicultores.

Brevemente, ainda é necessário destacar os quadros institucionais que outras instituições construíram para compreender os suicídios. No caso da igreja cristã, o suicídio era rotulado como um pecado imperdoável até recentemente, muito em virtude dos Dez Mandamentos e da clara orientação encontrada no Quinto Mandamento: “não matarás” – nem o outro, nem a ti mesmo. Devido a isso, os suicidas e seus entes por vezes eram submetidos a sanções morais por estarem contrariando as ordenações divinas: “Nos católicos era assim, suicidas não podiam ser enterrados dentro dos

muros do cemitério, tinha que ser do lado de fora [...]. E para o cara que se tirava a vida não se rezava missa de corpo presente. Isso era comum há uns quantos anos atrás” (Lair, 62 anos, padre católico). Embora este entendimento venha sendo atenuado, sustentado em ideias bíblicas mais brandas, no Vale do Rio Pardo os fumicultores internalizaram a ideia de pecado imperdoável, mesmo não existindo mais sanções morais aos suicidas. Assim, o cristianismo se mostra como uma maneira de contribuir para a prevenção.

Já no caso da imprensa regional, existe um silêncio acerca dos suicídios de fumicultores, sendo estes veiculados somente nas imprensas nacional e internacional. Em parte, este silêncio vincula-se com o receio dos meios de comunicação em incentivar mais casos de suicídio através das notícias: “É que assim, quanto ao suicídio existe algo que não é uma lei, não é uma norma, não é nada, mas seria um entendimento geral da imprensa de que não se deve noticiar suicídios para não estimular” (Rômulo, 33 anos, jornalista). Mas esta realidade também está encadeada com pressões do complexo agroindustrial fumageiro sobre a imprensa regional, com o intuito de manter os suicídios dos fumicultores na esfera privada, mascarando seus possíveis vínculos com a precariedade das condições e das relações de trabalho na fumicultura.

E ainda existe uma organização não-governamental especializada na prevenção de suicídios, atuando com atendimento telefônico de escuta solidária no Vale do Rio Pardo, através de uma ótica psicológica: “A gente vai trabalhar fazendo uma escuta compreensiva e não um aconselhamento, não uma terapia, mas aquela escuta compreensiva, partindo do pressuposto que está na pessoa a possibilidade de solucionar aquele problema” (Mara, 47 anos, voluntária de organização de prevenção). Embora este serviço seja reconhecido nacional e internacionalmente como um interessante canal de enfrentamento do suicídio, no Vale do Rio Pardo o mesmo encontrou duas limitações: primeiro, o tabu acerca do suicídio; segundo, o isolamento de certas áreas rurais, dadas as dificuldades de infraestrutura, como é o caso da telefonia.

## Considerações Finais

Para as nossas sociedades, cada vez mais preocupadas em “potencializar” a vida, é árduo conviver com a ocorrência de suicídios: a opção voluntária pela morte é um fato social difícil de ser assimilado por contrariar a mais primitiva das normas sociais: viver! Devido a isso, as pessoas procuram superar o sofrimento desta perda por meio do apontamento de causas: a responsabilização é necessária para a compreensão destas mortes. Assim, a análise de como os suicídios dos fumicultores são socialmente construídos perpassa um campo de interpretações culpabilizantes destes fenômenos sociais, muitas vezes contraditórias.

Em decorrência, no Vale do Rio Pardo, o suicídio se mostrou um assunto especialmente embaraçoso, inconveniente, incomodativo e mesmo provocativo, principalmente, em virtude dos conflitos institucionais circundantes à fumicultura. Diferente de outras atividades agrícolas, a fumicultura não resulta em um alimento, pois da produção e do processamento fabricam-se cigarros e congêneres, contendo em seu interior não somente nicotina, mas uma série de substâncias tóxicas causadoras de efeitos nocivos à saúde. Assim, da fumicultura decorre uma droga – lícita, mas ainda assim uma droga –, provocadora de enfermidades e até mortes entre os fumantes. Devido a este cenário, existe uma divisão da opinião pública a respeito da fumicultura: muitos criticam seus efeitos nocivos sobre a saúde dos fumantes, muitos outros defendem a sua relevância no desenvolvimento regional e na geração de renda dos fumicultores.

Para os interessados no crescimento da atividade, não é sensato trazer à tona a ocorrência de suicídios, pois isso indicaria a ocorrência de mortes também entre os fumicultores – e não só entre os fumantes. Isso auxilia a entender a inconveniência do assunto suicídio no Vale do Rio Pardo, internacionalmente reconhecido pela importância da produção e do processamento do fumo.

Sinteticamente, este é o intrincado contexto de meu estudo: um espaço social permeado por disputas entre variadas instituições, direta e indiretamente vinculadas com esta atividade marcada não apenas pela importância econômica, mas, entre outras, pelas preocupantes associações com situações de sofrimento e suicídio entre os fumicultores.

Diante disso tudo, notei, portanto, a existência de uma intensa luta no Vale do Rio Pardo acerca do reconhecimento do suicídio de fumicultores como um problema social. Se, de um lado, os agentes de saúde pública, principalmente, articulam-se com o intuito de promover ações de prevenção do suicídio no contexto da fumicultura, com o auxílio pouco padronizado vindo de outras instituições sociais, de outro lado, os representantes do complexo agroindustrial fumageiro, apoiados principalmente pelos membros da imprensa regional, utilizam de conhecimentos oriundos, por vezes, da própria saúde pública para encobrir este problema social.

Considerando a importância socioeconômica das agroindústrias e de suas entidades agregadas no Vale do Rio Pardo, embora exista o reconhecimento do suicídio de fumicultores como um problema de saúde pública, as narrativas naturalizantes construídas pelos representantes desta poderosa instituição vem impedindo a sua autenticação como problema social e, assim, impossibilitando a articulação e a mobilização pública envolvendo as diversas instituições sociais, citadas neste estudo, em prol da prevenção do suicídio de fumicultores familiares. Portanto, no Vale do Rio Pardo, o problema social do suicídio torna-se palco de disputas de diferentes práticas e representações socialmente construídas por distintas instituições mais preocupadas em preservar e defender seus próprios interesses e se eximir de responsabilidades, por vezes, em detrimento da vida dos fumicultores.

## Bibliografia

Almeida, Guilherme Eidt Gonçalves de (2005). *Fumo: servidão moderna e violações de direitos humanos*. Curitiba: Terra de Direitos. [http://actbr.org.br/uploads/arquivo/594\\_Fumo\\_serv\\_moderna\\_livro.pdf](http://actbr.org.br/uploads/arquivo/594_Fumo_serv_moderna_livro.pdf).

Arias, Eliezer e Blanco, Iraida (2010). Una aproximación al entendimiento del suicidio em comunidades rurales y remotas de América Latina. *Estudios Sociológicos*, 28(82), 185-210. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59820675008>.

Bourdieu, Pierre (2004). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.

Bourdieu, Pierre (1983). Esboço de uma teoria da prática. In: Ortiz, Renato (coord.). *Pierre Bourdieu: sociologia* (pp. 46-81). São Paulo: Ática.

Bourdieu, Pierre (2011). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (5), 193-216. <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>.

Bourdieu, Pierre (2003). *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século Edições.

Bourdieu, Pierre; Chamboredon, Jean-Claude e Passeron, Jean-Claude (2002). *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes.

Centro Estadual de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul [CEVS/RS] (2018). *Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio*. <https://cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201809/05162957-boletim-de-vigilanciaepidemiologica-de-suicidio-n1-2018.pdf>.

Davis, Catherine (2012). *A discussion of male suicide using Bourdieu's concept of habitus*. Athabasca: Athabasca University. <http://dtpr>.

lib.athabascau.ca/action/download.php?filename=mais/700/catherinedavisProject.pdf.

Deffontaines, Nicolas (2014). La souffrance sociale chez les agriculteurs: quelques jalons pour une compréhension du suicide. *Études rurales*, (193), 13-24. <https://journals.openedition.org/etudesrurales/9988>.

Dejours, Christophe e Bègue, Florence (2009). *Suicide et travail: que faire?* Paris: PUF.

Drebes, Laila Mayara e Marin, Joel Orlando Bevilaqua (2021). Suicídios de fumicultores e atuação dos agentes de Extensão Rural pública no Vale do Rio Pardo/RS. *Revista Grifos*, 30(54), 315-336. <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5941>.

Droz, Yvan et al. (2014). *Malaise en agriculture: une approche interdisciplinaire des politiques agricoles France-Québec-Suisse*. Paris: Éditions Karthala.

Falk, João Werner et al. (1996). *Suicídio e doença mental em Venâncio Aires – RS: Consequência do Uso de Agrotóxicos Organofosforados? Relatório Preliminar de Pesquisa*. Porto Alegre: Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Faria, Neice Müller Xavier et al. (2006). Suicide rates in the State of Rio Grande do Sul, Brazil: association with socioeconomic, cultural and agricultural factors. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(12), 2611-2621. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2006001200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006001200011).

Faria, Neice Muller Xavier et al. (2014a). Occupational exposure to pesticides, nicotine and minor psychiatric disorders among tobacco farmers in southern Brazil. *Neurotoxicology*, (45), 347-354. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24875484>.

Faria, Neice Muller Xavier; Fassa, Ana Cláudia Gastal e Meucci, Rodrigo Dalke (2014b). Association between pesticide exposure and suicide rates in Brazil. *Neurotoxicology*, (45), 355-362. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0161813X14000849>.

Gomez, Carlos Minayo e Costa, Sonia Maria da Fonseca Thedim (1997). A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(2), 21-32. 1997. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1361.pdf>.

Heck, Rita Maria (1994). *Suicídio, um grito sem eco: o contexto social de Santo Cristo* – RS. Pelotas: Editora da UFPel.

Klein, Cleci Eulália Favero (1984). Aparência e realidade social no Brasil: o caso de Teutônia. *Estudos Ibero-Americanos*, 10(1), 41-77.

Leal, Ondina Fachel (1992). Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha. In: Teixeira, Sérgio Alves; Oro, Ari Pedro. *Brasil e França: ensaios de antropologia social* (pp. 141-150). Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS.

Marques, Marta Inez Medeiros (2002). O conceito de espaço rural em questão. *Revista Terra Livre*, 2(19), 95-112. [www.territoriosdadadania.gov.br/o/3467997](http://www.territoriosdadadania.gov.br/o/3467997).

Melz, Rodrigo Luís (2017). *Os interesses manifestados pelos atores sociais no jogo da fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS: uma análise dos fatos sociais produzidos de 2002 a 2005*. [Dissertação de Mestrado em Administração]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168996/001047792.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Mendes, Jussara Maria Rosa e Werlang, Rosângela (2015). Da violência contra si: a autodestruição por meio do suicídio no meio rural do Rio Grande do Sul/Brasil. *Krypton*, (5-6), 150-159.

<http://ojs.romatrepress.uniroma3.it/index.php/krypton/article/view/620>.

Mendes, Jussara Maria Rosa e Werlang, Rosângela (2014). Suicídio no meio rural no Rio Grande do Sul. In: Crespo, Álvaro Roberto; Bottega, Carla Garcia; Perez, Karine Vanessa (coord.). *Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho* (pp. 133-160). Porto Alegre: Evangraf.

Meneghel, Stela Nazareth; Ceccon, Roger Flores e Hesler, Lilian Zielke (2012). O suicídio na rota dos galpões de fumo: um olhar etnográfico. *Revista Interface*, 1, [s.p.]. <http://conferencias.redeunida.org.br/ocs/index.php/congresso2012/CRU10/paper/view/5513>.

Ministério da Saúde (2017). *Setembro Amarelo: Ministério da Saúde lança Agenda Estratégica de Prevenção do Suicídio*. <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/Coletiva-suicidio-21-09.pdf>.

Moura, Rosylaine (2016). *Narrativas sobre suicídio, cultura e trabalho em um município colonizado por alemães*. [Tese de Doutorado em Enfermagem]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1952/1/Rosylaine%20Moura.pdf>.

Organização Mundial da Saúde [OMS] (2019). *Suicide in the world: global health estimates*. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf?ua=1>.

Paulilo, Maria Ignez (1990). *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Peres, João e Neto, Moriti (2018). *Roucos e sufocados: a indústria do cigarro está viva e matando*. São Paulo: Elefante.

Perez, Andrea Lissett (2013). *Suicidio en la población rural: análisis de la dimensión sociocultural en los municipios de Yarumal y La Unión (Antioquia)*. Medellín: Centro de Estudios de Opinión.

Perez, Andrea Lissett (2014). Muertes silenciadas: problemática del suicidio en los campesinos de La Unión (Antioquia). *Revista da Facultad Nacional de Salud Pública*, 32(2), 92-102. <http://www.scielo.org.co/pdf/rfnsp/v32n2/v32n2a12.pdf>.

Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012. *Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos*. Conselho Nacional de Saúde (Brasil). [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html).

Seyferth, Giralda (1994). A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: Mauch, Cláudia; Vasconcellos, Naira (coord). *Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade, história* (pp. 11-27). Canoas: Editora da Ulbra.

Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco [Sinditabaco] (2019). *Tabaco: relevância socioeconômica e social*. <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/tabaco/2019/sinditabaco-relatorio-institucional-2019.pdf>.

Stallones, Lorann (1990). Suicide mortality among Kentucky farmers, 1979-1985. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 20(2), 156-163. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/2385858>.

Vogt, Olgário Paulo (2003). Germanismo e nacionalização em Santa Cruz do Sul, RS. *Revista Ágora*, 7(2). 49-92. <http://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/documentos/germanismo.pdf>.

Werlang, Rosangela (2013). *Pra que mexer nisso? Suicídio e sofrimento social no meio rural*. 250f. [Tese de Doutorado em

Psicologia Social e Institucional]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77921/000896265.pdf?sequence=1>.

Woortmann, Ellen (2000). Identidades e memória entre os teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. *Horizontes Antropológicos*, 6(14), 205-238. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832000001400009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400009).

**CAPÍTULO VI**  
**Políticas públicas de diversificação**  
**produtiva: entre inclusões e limites**



# Reconversão produtiva de produtores de fumo na região oeste de Santa Catarina

*Arlene Renk, Silvana Winckler, Jane Basso,  
Juliano Luiz Fossá e Kauê Jéssica Cavalli*

Nos documentos *Projeção do Agronegócio 2017/27 e 2018/28*, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2017; 2018), com o objetivo de apontar direções ao desenvolvimento, subsidiar os formuladores de políticas públicas e tendências dos principais produtos do agronegócio brasileiro, o Ministério justificava a razão e a importância da inclusão do tabaco:

No ano de 2017, fumo e seus produtos geraram ao país uma receita de exportação de US\$ 2,0 bilhões. Nestes últimos 12 meses, até maio de 2018, o faturamento da Balança Comercial devido ao fumo foi de US\$ 2,34 bilhões. A produção projetada para 2027/28 é de 967 mil toneladas. Projeção para 2018 foi [...], com variação de 17,9 %. (MAPA, 2018, p. 68, grifo nosso).<sup>1</sup>

Paralela a essa realidade, situa-se a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [CQCT], da Organização Mundial da Saúde [OMS], ratificada pelo Brasil em 2005, que tem desencadeado campanhas para a diminuição do consumo de tabaco e,

<sup>1</sup> As projeções do Agronegócio Brasil 2020/2021-2030/2031, MAPA, 2021, já não incluem o fumo como produto de exportação.

consequentemente, de seu plantio. Os dados estatísticos mostram a diminuição do tabagismo, mas isso não corresponde com igual proporção aos números da produção e da exportação<sup>2</sup>. Um dos pontos sensíveis está na diminuição do cultivo do fumo. O governo brasileiro, numa mão, o tem banido do espaço público, tem programas de saúde para combate ao tabagismo, dispõe de rede oncológica reconhecida (Instituto Nacional do Câncer - INCA), combate o contrabando do cigarro, diminui o número de fumantes (Vigitel, 2018), noutra mão acenou favoravelmente ao crescimento da produção do tabaco no próximo decênio (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2017; 2018). É nesse contexto conflituoso e oscilante que se situam os pequenos produtores dos quais trataremos adiante.

Na economia brasileira, o fumo figura entre os cultivos, não de primeira grandeza, mas na condição de “primo pobre”. No período colonial, tomado comparativamente ao açúcar, ficava nas franjas das grandes propriedades ou em pequenas áreas (Lapa, 1968; Acio-li, 2005). Mesmo assim, seu cultivo persistiu. Geograficamente, o eixo de importância migrou da Bahia ao sul do Brasil, nas áreas de colonização europeia. Persistiu, também, com seu ramo florido dando suporte ao Brasão da República; já constava nas armas imperiais. Há uma longa distância daquela que foi considerada a “erva sagrada”, do século XVII, para fins terapêuticos, ao tabaco proscrito pela Organização Mundial de Saúde.

Este texto é um aprofundamento de trabalho anterior (Renk; Winckler, 2020), no qual lançávamos a indagação do porquê, apesar da CQCT e das campanhas antitabagistas desencadeadas, ainda persistia a fumicultura no Brasil e no oeste catarinense.

Naquele momento, alertávamos aos indicativos dos dados dos anos de 2017 e 2018 terem apresentado ligeira diminuição na produção no Brasil. Continuamos a estudar o mesmo *locus* de pesquisa,

<sup>2</sup> Para maiores informações, consultar os dados da Associação Fumicultores do Brasil – Afubra <https://afubra.com.br/>.

o oeste de Santa Catarina. Neste estudo deslocamos o olhar para a reconversão produtiva dos agricultores que deixaram a fumicultura. A pergunta que fazemos é a seguinte: em que atividades produtivas se engajaram as famílias de agricultores que fizeram a reconversão produtiva da fumicultura a outras atividades?

Nosso objetivo é discutir as alternativas e estratégias dos agricultores na reconversão produtiva. Procuramos, na medida do possível, focar sua condição subalterna e os cerceamentos no horizonte de suas possibilidades de reconversão.

O texto vale-se de recursos bibliográficos, documentais e materiais de fontes jornalísticas que estão à disposição. Recorremos a dados estatísticos, já organizados pela AFUBRA e INFOAGRO/EPAGRI/CEPA, à bibliografia disponível, centrando-nos em Santa Catarina. Realizamos entrevistas com lideranças sindicais e agricultores, por meio remoto, gravadas, considerando o contexto da Pandemia da Covid-19. Tomamos como base aqueles agricultores familiares que deixaram a fumicultura há três ou mais safras e inseriram-se em nova atividade.

## **Historicizando**

Nas primeiras décadas do século XX, consolidou-se o fenômeno da desconcentração da produção do tabaco do nordeste e seu deslocamento ao sul do Brasil (Nardi, 1987). No Rio Grande do Sul, verifica-se a presença do fumo entre os agricultores alemães e seus descendentes no século XIX, mais fortemente no Vale do Rio Pardo (Vogt, 1997; Boeira 2000; 2006; Cunha, 1998; Roche, 1969). Os registros apontam que a produção do fumo esteve presente nas primeiras horas na Colônia de Santa Cruz do Sul “resultado da intervenção combinada da administração colonial e do Capital no processo produtivo que na fase seguinte do desenvolvimento econômico de Santa Cruz determinará a especialização de sua produção” (Cunha, 1998, p. 174).

Historicamente, na economia agrícola das pequenas propriedades, as áreas coloniais de Santa Catarina tiveram a presença da fumicultura (Silva, 2002). Em algumas regiões catarinenses, como planalto norte e sul, ainda hoje persiste como cultivo de renda considerável (Kopper-Mullers; Tavares, 2016).

O oeste catarinense, área de estudo, é uma região de colonização iniciada no século XX, com agricultores migrantes do Rio Grande do Sul, em busca de terras como estratégia de reprodução social camponesa. O fumo em folhas era repassado aos comerciantes que o revendiam aos centros maiores, escolhendo seu comprador, de acordo com preço ou laços de lealdade ou dívida contraída. Com a Revolução Verde, a pequena propriedade subordina-se ao sistema mundial (Szmrecsányi, 1990); uma das consequências é a perda da autonomia (embora nunca fosse absoluta) e a implantação da integração vertical com as agroindústrias.

Nessa ocasião são introduzidas novas formas de plantar, homogeneizando os procedimentos, substituindo os cultivares, introduzindo sementes, insumos, assistência técnica, agroquímicos e, o fundamental, firmando contrato com a empresa integradora, com processo de institucionalização. A relação contratual substitui o anterior vínculo com o comerciante ou bodegueiro, mantido na informalidade. Estabelece-se um vínculo que, à primeira vista, para o agricultor, significa ter a garantia de haver comprador para a safra; mas existe um reverso da moeda, que são os liames da dependência creditícia exigida pela atividade, a orientação técnica, que deixa de ser uma orientação e transforma-se numa obrigação de seguir os procedimentos da integradora. Registre-se que a integradora é sempre uma transnacional do tabaco, à medida que as empresas nacionais ou foram incorporadas ou mantiveram-se em segundo plano. Paulillo (1990) e Vogt (1997) estudaram o processo de integração vertical na fumicultura, respectivamente, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, detalhando os meandros da entrada das integradoras na propriedade familiar e da crescente exigência dos padrões de cultivo, levando os produtores à subordinação.

Ressalte-se que, acerca do processo de integração, não é o produto que a diferencia, porque os elementos são invariantes: trabalho familiar, a integradora fornece os insumos e a orientação técnica, fixa o padrão de produção e assegura aquisição do produto. A integração da avicultura e da suinocultura obedecerá aos mesmos princípios, com a ressalva de que estas exigem montante elevado de capital para a infraestrutura, pressupondo um processo seletivo, à medida que exclui os agricultores de menor capitalização.

O campesinato ou agricultura familiar, numa intercambialidade de termos (Seyferth, 2011), tautológico dizer que se vale de trabalho familiar, tem relação de posse/propriedade com a terra, ocupa um papel subalterno na sociedade (Shanin, 1972 Galeski, 1972). A fumicultura era uma atividade familiar, típica das práticas camponesas, hierarquizada, sob a administração do pai de família, incluindo as forças plenas e marginais (Tepicht, 1975). A literatura a respeito do campesinato explica a conjugação dos esforços da agricultura familiar, em autoexploração, da figura complexa que reside na conjugação da força de trabalho, de se ler na organização de suas atividades, mas estar, simultaneamente, em relação de subordinação, recebendo o epíteto de “inclassificável” (Grignon, 1975). Foi esse contingente populacional que preencheu os requisitos para pavimentar o mercado e a industrialização do tabaco no sul do país.

E essa subalternização é agudizada quando da integração vertical, mesmo que formalmente possa aparecer sob o manto de uma relação simplesmente contratual, estabelecida de comum acordo, como rotineiramente constam dos instrumentos contratuais. As cláusulas e condições forçam o pêndulo da balança em desfavor do produtor, principalmente em dois itens, os quais são os mais ressaltados, e sob os quais não tem governabilidade. Um deles é a classificação do tabaco, que eleva ou diminui o montante da renda, e o outro é o preço estabelecido pela integradora que, na lógica do produtor, nem sempre cobre os custos de produção.

A instituição da integração firma os vínculos da violência simbólica (Bourdieu, 1989), na medida em que constitui uma rede de mediadores, indispensável para o funcionamento da cadeia produtiva. Essa violência simbólica ocorre mediante o efeito de desconhecimento.

### **A subalternização do agricultor familiar**

Claude Grignon (1975) descreve a posição do camponês como inclassificável, na medida em que é proprietário, trabalha, mas não tem emprego; é remunerado não pela força de trabalho, mas pelo produto que vende, mas não estabelece o preço; é livre ao administrar seu tempo, mas subalterno na ordem societal. O fumicultor é parceiro da indústria fumageira e, conforme a ótica, é a razão desta existir. Pode, secundariamente, ser acusado como um dos vilões dos males do tabagismo e dos problemas decorrentes do tabaco. Por outro lado, enquanto agricultor, o tabaco é atividade familiar, e é o ponto sensível na economia do grupo doméstico. A relação do produtor com as Corporações Transnacionais de Tabaco [CTN] é etérea, é o terreno propício para o surgimento dos mediadores nesse campo econômico, com matizes políticos.

Apresenta-se como espaço de disputa, de luta concorrencial entre os agentes envolvidos na luta. Pierre Bourdieu dirá que é espaço multidimensional, no qual os agentes ocupam posições hierárquicas, encontram-se em lugares diferenciados, polarizados, disputando recursos, postos, bens, capitais, relações de poder (Bourdieu, 1989, p. 64-70). Dada a posição subalternizada dos agricultores familiares, a ênfase recai no papel dos mediadores. Partimos do suposto que os agricultores situam-se, hierarquicamente, na posição mais subalterna e afastada dos centros de decisão, razão pela qual é usual a delegação de poder e representação para agir em seu nome.

Esse processo é altamente institucionalizado, permitindo e legitimando que a instância mediadora aja como delegada formal em nome do produtor, seja para defesa de seus interesses, sejam eles a precificação dos produtos, a representação em outra instância ou a constituição de outro ente. Um caso exemplar seria a Associação dos Fumicultores do Brasil [Afubra], criada em 1955, inicialmente para os produtores do estado do Rio Grande do Sul. Em 1963, passou a integrar os agricultores do Paraná e de Santa Catarina. A justificativa para sua criação foi a defesa dos interesses de comercialização do tabaco. No entanto, ela estaria na liminaridade entre a representação dos produtores e o bom trânsito junto à indústria de tabaco.

Considerando que o Brasil se insere no mercado global, na década de 1980 foi constituída a International Tobacco Growers Association [ITGA], traduzida como Associação Internacional de Produtores de Fumo, da qual a Afubra faz parte. Não raro é encontrar juízos expressando que a ITGA representaria antes os interesses das fumageiras que os dos fumicultores (INCA 2004). Neste caso, a ITGA estaria a serviço dos interesses globais das empresas transnacionais de tabaco, acusando a CQCT da Organização Mundial da Saúde de colocar os meios de subsistência de milhões de agricultores em situação de risco.

Na base territorial dos fumicultores situam-se os sindicatos de trabalhadores rurais e suas federações. O vínculo efetivo do agricultor familiar é com o sindicato dos trabalhadores rurais. Numa instância superior, o fumicultor delega poderes à Confederação.

Noutra inserção, compulsória, e por delegação, está o Fórum Nacional de Integração, cuja instalação está prevista na Lei 13.288/2016, em que as cadeias produtivas agropastoris criariam seus fóruns (FONIAGRO), visando à regulação de contratos, dirimir os impasses e aperfeiçoar os cálculos. A composição paritária envolve integrados e integradoras.

Se o intento da Lei 13.288/2016 foi assegurar condições de regulação e precificação mais justas, as páginas das instituições dos

representantes dos produtores reiteram que não obtêm êxito. Ora os representantes das fumageiras não comparecem às reuniões de negociação, ora, quando comparecem, não chegam ao denominador comum. O que se observa é que a Lei se reveste do argumento de ser criada com o intento de regulação de preços. Como seria de esperar, em mercado oligopsônico, de um lado, mostra-se a força desproporcional que evidencia as não tão boas práticas empresariais à medida que, simbólica e brutalmente esse grupo não comparece às negociações das partes. No comércio internacional, o mercado oligopsônico mostra a fragilidade brasileira, bem como a indiana e doutros grandes produtores, à medida que qualquer “suspiro” do comprador se reflete no movimento interno, ficando a cadeia produtiva fragilizada.

Em segundo lugar, situam-se as condições de compra e critérios de classificação do fumo, isto é, o refinamento da força bruta mais sensível imposta ao produtor é o critério de classificação do tabaco, perceptível aos seus sentidos e comparável às colheitas anteriores. Além disso, arbitrariamente, as integradoras podem desvincular os produtores, ou não renovar os vínculos, o que é o grande temor destes, e mais ainda quando houver financiamento a pagar.

Quando os produtores se deparam com a dificuldade na venda do produto, as vozes são uníssonas, lançando manifesto, no qual se apresentam como setor agroindustrial que gera empregos, que ocupa posição geográfica de destaque no mapa, levantam inclusive os empregos sazonais gerados.

O ano de 2019 foi apontado como o ano da crise na fumicultura, atribuída pelos baixos preços, pandemia, produção mundial em alta, levando o produto nacional a baixar de preço. As pontas antagônicas, produtores e indústria, reuniram-se, ocasião em que foi instalada uma Frente Parlamentar em Defesa dos Produtores e Produtoras da Cadeira Produtiva do Tabaco. Entre as bandeiras estava o combate ao contrabando do cigarro e a implementação da Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação de Integração [Cadec], em atendimento à Lei 13.288/2016.

No ano seguinte foi lançado o “Manifesto em favor dos Fumicultores”. O manifesto ressalta a importância socioeconômica do tabaco na região sul, atividade presente em 557 municípios, gerando mais de 103 mil empregos sazonais na contratação de mão de obra externa ao núcleo familiar.

Efetivamente, as crises são *leitmotiv* no setor fumageiro. O empresariado alega redução do percentual de compra de tabaco, face à diminuição da importação do produto pela China em 2020. Síndemia ocorre lá e ocorre cá. A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina [FAESC] coloca em suspeição a informação e pede maior transparência na cadeia produtiva. O contexto é oligopsônico, reconhecido pelos mediadores, de excesso de produto e falta de compradores. Fato idêntico vale para o mercado externo.

Em manifesto assinado pelas Federações da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina [FAESC], do Paraná [FAEP] e do Rio Grande do Sul [FARSUL], estas cobram o cumprimento da Lei da Integração (13.288/2016) pelas indústrias fumageiras do Sul do País e a reposição imediata dos custos de produção na tabela de preços do tabaco. A medida atende reclamação dos produtores de fumo dos três Estados que estão perdendo rentabilidade nas últimas safras. Os fumicultores estão encerrando a colheita 2019/2020 com média de venda abaixo dos custos.

No caso catarinense, a crise saiu do âmbito econômico e procurou abrigo na Assembleia Legislativa, mais especificamente nas Comissões de Agricultura e de Economia. O cerne da questão foi discutido na audiência pública, e dizia respeito ao preço e classificação do fumo. A reivindicação dos agricultores respalda-se na garantia de ter assegurada a cobertura de custos de produção, acrescidos de índice de lucratividade previamente negociado com fumageiras. No que diz respeito à classificação, reivindicam que seja respeitada exclusivamente a do órgão oficial do estado

catarinense<sup>3</sup>. O recurso à audiência pública com a presença de mediadores das várias cores partidárias mostra a agudização da crise e aponta o papel subalterno, não obstante procurarem caminhos e mediadores para encontrar alternativas.

Nas safras seguintes, de 2021/2022 e 2022/2023, o preço pago aos agricultores familiares pelo tabaco teve alta significativa, o que se reflete em novo ânimo para seguir na atividade. Em trabalho de campo realizado na primeira quinzena de fevereiro de 2023 nos cinco municípios que mais produzem fumo na região oeste de Santa Catarina (Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Nova Itaberaba, Pinhalzinho e Coronel Freitas, segundo o Censo Agropecuários de 2017), constatamos a satisfação dos agricultores com o produto da safra.

Se há aqueles que fazem a reconversão a outras culturas ou à pecuária, deixando o fumo, mesmo que em pequeno número, há aqueles que defendem a permanência na atividade. Não pretendem parar de produzir fumo tão cedo. Por ouvir dizer, sabem que em algumas regiões o fumo está sendo produzido com uso de tecnologias, do plantio à colheita em áreas maiores, tudo com uso de máquinas, com alta produtividade por hectare.

### **Iniciativas de reconversão produtiva entre os fumicultores no oeste catarinense**

É recorrente a afirmativa de que o fumo foi cultivo essencial nas primeiras décadas da colonização e, posteriormente, seu cultivo esteve relacionado ao de áreas restritas, o que diminuiu o percentual de produção nas últimas décadas. A diminuição do plantio é atribuída à falta de mão de obra, pois exige o esforço manual no

<sup>3</sup> O pleito refere-se à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, que teria critérios mais próximos aos almejados pelos agricultores.

ciclo do cultivo. Um segmento desses ex-fumicultores migrou à bovinocultura de leite, que lhe assegura renda mensal.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó informa que, no âmbito de sua área de abrangência, os municípios com fumi-cultura expressiva são Nova Itaberaba e Caxambu do Sul. Os dados do Instituto CEPA/SC apontam que em Santa Catarina, na safra 2019/2020, a área plantada de tabaco era de 93.058 hectares e, na safra seguinte, de 93.451 (estimativa). A produção média no primeiro período foi de 2.211 kg/ha e na safra de 2021 foi de 2.083 kg/ha.

De um lado, há diminuição no número de fumicultores, como apontam os relatos dos representantes dos fumicultores. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cunha Porã afirma que naquele município, noutros tempos, era difícil quem não trabalhasse com fumo e, hoje, não chega a trinta o número de famílias que se dedicam a esse cultivo.

De outro lado, embora estatisticamente possa não ser relevante, há de se considerar os casos de famílias que, do cultivo de grãos, migraram à fumi-cultura. Como havíamos explicitado, o argumento para o ingresso nessa atividade é, paradoxalmente, a busca da integração com as indústrias. Avaliam favoravelmente a integração, que lhes garante a compra da produção, os preços sempre corrigidos e fixados no início de colheita e o cálculo que apresentam é tomar a renda bruta de um hectare de tabaco por equivaler a mais de seis hectares de feijão ou de milho, quando cultivados com pouca tecnologia ou no sistema tradicional (Renk e Winckler, 2020).

Para grande parte dos agricultores familiares, sair da fumi-cultura equivale à ascensão na hierarquia das atividades agrícolas. Apresentamos o caso de uma família cuja propriedade resulta de trabalho realizado pelo casal, nos primeiros anos de casamento, em churrascarias de São Paulo, num esforço de autoexploração.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Nas décadas de 1990 do século passado e 2010 deste século, grande fluxo migratório de jovens, especialmente masculino, mas não exclusivamente, foi recrutado pelo setor de churrascarias em Curitiba e São Paulo, chegando até a Bahia, sob o argumento de serem brancos, filhos de agricultores, trabalhadores, não recusar serviço e

Com as economias, juntaram o recurso e adquiriram uma franja de terras. Voltaram-se à fuminicultura. Com a herança paterna houve aumento da propriedade e partiram para a bovinocultura de leite. No entanto, o filho, em vias de emancipação, não pretendia seguir o caminho paterno. Mas, ao ser-lhe oferecida a parceria de um galpão para criação de suínos, por integradora, do qual o pai é o avalista, aceitou e estabeleceu-se nessa atividade, o que é considerado um patamar ascendente.

Estatisticamente, observando as safras catarinenses no período de 2008 a 2018, constatamos que há uma queda na área plantada (-2,5%a.a). Nesse período, o ano de 2012 foi aquele apresentou maior volume de exportação. Olhando para as microrregiões, a mesorregião oeste teve a maior produção em 2011, aumentando em 2013 e 2014 e depois com considerável decréscimo (Síntese Agropecuária 2018-2019, p. 99).

Há um aspecto que é invariante na paisagem rural do oeste catarinense. Seja na microrregião ou na mesorregião do oeste catarinense, apesar de algumas peculiaridades, há aspectos comuns, tais como a diminuição da população rural, decréscimo populacional dos municípios, com exceção daqueles com agroindústrias. Estas têm atraído a mão de obra dos municípios menores. Ocorre, igualmente, o envelhecimento da população rural que, a partir da Constituição de 1988, adquiriu o direito à aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social em condições paritárias com os trabalhadores urbanos. O outro lado da moeda é o gradativo movimento de retirada dos jovens da agricultura, seja para estudar, seja para procurar outros ofícios fora do mundo rural, com constante migração. As atividades rurais, de integração vertical, como a suinocultura, avicultura e bovinocultura de leite (esta não formalmente integrada) têm uma crescente tecnologiação, o que demanda

---

tampouco jornadas extensas. A vida com poucos gastos possibilitou amealhar recursos para investir em propriedades com diferencial de inovação (Dorigon; Renk, 2015) ou pequenos empreendimentos urbanos.

capital para investimento. O espectro das propriedades sem sucessores preocupa dirigentes sindicais e lideranças políticas. Ao contrário de outrora, a bandeira de luta pela terra parece ter pouca ressonância. Meios de transporte como automóveis e motocicletas são comuns. O celular está presente em todas as famílias.

A conversão produtiva ocorre numa fração de agricultores familiares, mais expressiva em alguns municípios e noutros menos. Há aqueles que defendem a permanência na atividade. Outros não pretendem parar de produzir fumo por ouvir dizer que em algumas regiões do país o tabaco seria produzido com uso de tecnologias, do plantio à colheita, em áreas maiores, tudo com uso de máquinas, com alta produtividade por hectare. Por outro lado, também há aqueles que afirmam que haverá exclusão de um segmento significativo de produtores, porque a tecnologia terá ônus, requerendo investimento.

A seletividade alcança outros por questões endógenas, como, por exemplo, a falta de mão de obra familiar, quando os proprietários estão em faixa etária de declínio vital e seus filhos já saíram da propriedade. Entram em jogo os padrões de herança adotados, a opção por outras ocupações no mundo rural ou urbano, a escolarização que lhes possibilita ofícios considerados menos penosos e mais prestigiosos. É comum ouvi-los afirmar que irão produzir fumo por médio e curto prazo, até poderem usufruir da aposentadoria. Segundo um sindicalista: “Os jovens vão para a faculdade. Só ficam os pais, que desanimam”. Se os pais cumprem o ciclo até a aposentadoria, o reverso é o fenômeno das propriedades sem sucessores, o que vem preocupando os formuladores de políticas sociais (Abramovay, 2001; Dorigon e Renk, 2019).

A fumicultura é praticamente naturalizada enquanto atividade de há algumas décadas, quando havia poucas opções à disposição dos agricultores. Remonta ao passado, como reminiscência dos pais ou avós que produziam tabaco. Hoje, abre-se um leque de possibilidades e permanecer nela remete ao estigma do atraso desse

segmento; do uso do agrotóxico com agravos à saúde. As críticas mais severas são dirigidas às empresas tabagistas.

Essa afirmação nem sempre é corroborada pelo trabalho de campo (entrevistas). Constatamos que muitos agricultores familiares produzem fumo concomitantemente com outras culturas ou com outras atividades, como a bovinocultura de leite, como uma fonte de renda que agrega recursos vultosos para a propriedade. O rendimento do tabaco, por hectare, em valores monetários, é superior a outras culturas e, diferentemente da pecuária, é um benefício que entra na propriedade uma vez ao ano, “num bolo só”, o que permite fazer investimentos (aquisição de automóvel, máquina agrícola etc.). Também argumentam que outros cultivos, como o milho, consomem muito mais agrotóxicos do que o fumo.

A narrativa de reconversão produtiva não pode ser lida como um ato independente ou de “escolha” do agricultor familiar. Antes, o agricultor é escolhido pelas condições do mercado que estão à disposição, a depender da capitalização familiar e da mão de obra disponível para o ramo selecionado. Ou seja, são variáveis que concorrem para a reconversão produtiva, o mercado disponível e o capital econômico acumulado ou à disposição, bem como as políticas públicas que o credenciam a concorrer.

Vejamos o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [Pronaf]. Quando instituído, em 1996, abriu a possibilidade de financiamento ao fumo. Logo após, tornou-se restritivo. Não impedia, no entanto, que em caso de consorciação com outro cultivo, como o milho, este recebesse financiamento.

No entanto, para outras atividades agrícolas o Pronaf, nas suas diversas modalidades, beneficiou a agricultura familiar, deixando a fumicultura em posição de isolamento, o que soa em consonância com a CQCT. Fossá (2021, p. 106) mostra o “enxugamento” do Pronaf, no período mais recente, o que cerceia o ingresso de ex-fumicultores em atividades mais rentáveis e aos demais vale o mesmo nos limites de ampliação de seus investimentos. Os efeitos da

Emenda Constitucional do “teto dos gastos” refletem-se no mundo rural.

No oeste catarinense a reconversão produtiva da fumicultura tem quatro possibilidades, modo geral: a de grãos, a da bovinocultura de leite; a da integração vertical na suinocultura e avicultura e a da agroecologia. Salientando que o plantio de grãos pode ter ocorrido em paralelo ao cultivo do fumo, ou na entressafra.

### ***A bovinocultura de leite***

A paisagem rural no interior do oeste catarinense mudou na última década. Há áreas contíguas de pastagem, com gado leiteiro, cercas elétricas substituindo as anteriores cercas precárias de arame farpado. A bovinocultura de leite foi favorecida com o deslocamento da bacia leiteira da região do Vale do Itajaí para o oeste catarinense. Na constituição dessa bacia consta a implantação de conglomerados locais, regionais e de âmbito nacional, demandando a matéria-prima, o leite. Dentre essas empresas compradoras da matéria prima e que estabelecem o vínculo com os agricultores podemos mencionar laticínios de diversas configurações, como Piracanjuba, com planta de fábrica local, a Caxambu, mineira, que recolhe leite de clientes selecionados, a Tirol, de ampla circulação, a Laclélo, com vasto portfólio, a Gran Mestri, voltada a queijos finos, a Aurora, de cooperativa empresarial. Sem dúvida há a imposição de padrões tecnológicos, como sala de ordenha, ordenha mecânica, resfriamento do leite, melhoramento genético dos animais, diferentes possibilidades de manejo das vacas. Uma nova cultura se instaura, com padrões higiênicos e de qualidade determinados pelas empresas.

Apesar do vínculo de subordinação com a empresa de laticínio, há a possibilidade de rompê-lo e passar para outra, por não se tratar de mercado oligopsônico, na proporção regional. Trata-se de uma integração informal, à medida que o produtor pode romper os vínculos e procurar a empresa que melhor remunerar pelo

produto. Face à relativa abundância de empresas no mercado, hoje isso é possível, nada garante que no futuro seguirá sendo.

O atrativo da bovinocultura de leite é a renda mensal, avaliada favoravelmente em relação à safra dos produtos anteriores. Na medida do possível consorciavam grãos para o uso com o rebanho. Outro fator positivo, apesar da rotina diária das duas ordenhas (ainda não implantada a terceira, porque consideram uma agressão à natureza) e do trato aos animais, é que avaliam ser uma atividade limpa, se cotejada à do fumo. A consolidação da bovinocultura redimensiona o mercado agrário, no arrendamento de terras, numa divisão de trabalho entre agricultores, isto é, aqueles que se voltam ao aluguel de máquinas, ao cultivo de feno e similares, configurando novos arranjos.

O ingresso na bovinocultura foi favorecido pelas políticas públicas que permitiram realizar os empréstimos e fortalecer-se na atividade produtiva. Os agricultores reconhecem que, sem as políticas públicas, não alcançariam o grau de melhoria nas propriedades. É um recurso que não estava à disposição nas gerações anteriores. Mesmo com críticas, têm avaliação positiva.

Cabe a ressalva de que ambientalistas consideram que a opção pela bovinocultura não representa uma atividade ecologicamente isenta. A produção de gás metano e o nitrogênio, inerentes aos processos fisiológicos, contribuem para a poluição.

### ***Integração vertical da suinocultura e avicultura***

O oeste catarinense é produtor de proteínas de carne suína e de aves por meio da integração vertical, que as empresas preferem referir com o eufemismo de “parceria”, prontamente aceito pelos “parceiros”. Agricultores que “aguentaram o tranco no fumo” procuraram ou foram procurados pelas agroindústrias para estabelecer contratos de parcerias, principalmente na suinocultura.

A empresa, neste caso, pode assinar junto ao banco financiador como avalista. Por parte da agroindústria esses agricultores, que

pretendem deixar a fumicultura, são recrutados sob o qualificativo de bons trabalhadores, egressos de atividade árdua (fumicultura) e que, portanto, seriam credenciados para a integração com aves ou suínos. Recebem da empresa integradora o “enxoval”, isto é, estrutura (aviário ou o galpão para suínos conforme a terminabilidade), necessitando *unicamente* gerenciá-lo e assumir o contrato de financiamento mediado pela empresa junto ao banco, por dez anos, bem como responsabilizar-se pelo passivo ambiental da propriedade.

As questões suscitadas pelos sindicalistas são a razoabilidade do cálculo feito pelos agricultores familiares em obter rendimento suficiente para o giro do empreendimento e a amortização do financiamento bancário. Consideram que o montante financiado é elevado, o que exigirá amortização sob estrita vigilância, aprisionando-o. “Saiu da cadeia e entrou na penitenciária”.

A grande indagação é o porquê da aposta das empresas em incentivar e avalizar os empreendimentos de alto custo.

Esses fumicultores saíram de uma integração vertical e passaram a fazer parte de outra, com responsabilidade bancária, além daquela de gerenciamento do seu estabelecimento. Outro fato questionado, além da responsabilidade assumida, que pode comprometer seu patrimônio, seria o mercado de proteínas ser instável, na dependência do mercado externo. “Se der um ameaça de febre aftosa? Compromete toda a produção? Se de uma febre como a africana, perde tudo? Como vai se recuperar”, pergunta um sindicalista.

Outro aspecto a ser considerado é a complexa rotina de suinocultores e avicultores. Há exigências sanitárias que afetam a propriedade, perdendo a autonomia quanto à criação de aves “caipiras”, de animais de estimação, da higienização. Some-se a isso o monitoramento do encarregado da empresa que, conforme a avaliação, poderá ser um item que leva ao descredenciamento. Entrar na atividade não significa, automaticamente, a garantia de permanência.

Há uma dimensão não levada em conta que é a da sociabilidade, do lazer. Conforme a integração, a de aves, principalmente, o período inicial requer cuidado especial para evitar que pereçam pintinhos recém chegados, o que resultaria em prejuízo ao integrado. Em outros trabalhos de campo, já foi observado (Bonamigo, Dorigon, Renk, 2020) que as pessoas afirmavam viver (ter tempo de lazer) no período entre a entrega dos frangos e o recebimento de novo lote. Era quando podiam ir à missa, a uma festa ou outra atividade da comunidade.

Na suinocultura, além das atividades de rotina, das visitas do encarregado da empresa para a avaliação, consta da responsabilidade do produtor o passivo ambiental causado pela atividade da suinocultura. Os sucessivos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com o Ministério Público de Santa Catarina são reveladores das dificuldades enfrentadas para trabalhar em consonância com a legislação ambiental.

### ***A agroecologia***

Outra forma de reconversão é a da agroecologia. Se a agricultura convencional foi interpretada como uma profissão, um modo de vida, uma cultura que gerou inúmeros processos produtivos, a exemplo dos pequenos empreendimentos familiares, alguns dos quais passaram a indústrias familiares, pesa sobre ela a acusação de uso de agrotóxicos em determinados cultivos. Há de se considerar que nem todos os agricultores podem ser incluídos na mesma métrica. Há aqueles que fazem opção pelo autoconsumo por razões de segurança alimentar. Como afirmam Dorigon et al. (2018), longe de ser considerada sinônimo de atraso e subsistência, é um sistema agroalimentar que está presente de modo amplo no oeste catarinense.

O tabagismo e o cultivo do tabaco foram pontos sensíveis na agenda de saúde de movimentos sociais e organizações não governamentais. Um dos focos foi a reconversão no plantio do tabaco.

Neste caso, uma rede de mediadores como a Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Saúde, Movimento de Mulheres Camponesas, Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, dentre outros, tem agido na região com palestras, cursos e oficinas, tem empreendido esforços para realizar a mudança.

A alternativa preconizada é a agroecologia, passível de ser realizada em pequenas áreas de terra. No entanto, não se trata de uma conversão automática, requer uma mudança de modo de vida. Implica em nova “filosofia” de viver, em um “habitus” ecológico que está interpenetrado com outros valores da vida familiar, comunitária e da sociedade.

Nos últimos anos foi aberto um mercado consumidor de produtos agroecológicos, de cadeias curtas, possibilitando, por meio de feiras urbanas, a venda dos produtos. Se o plantio requer o manejo adequado, obedecendo aos preceitos agroecológicos, há o lado da administração da venda, da logística do transporte.

Na agroecologia não é só agrotóxico que é combatido, também são retiradas da agenda as sementes produzidas em laboratório. Estas foram frutos de uma “colonização” produtiva, por ocasião da modernização rural. Raros foram os agricultores e agricultoras que mantiveram as sementes até então em uso. O movimento pela agrobiodiversidade foi desencadeado pelo Movimento das Mulheres Camponesas [MMC] e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores [MPA], combatendo sementes transgênicas, convencionais e estimulando o plantio de sementes crioulas. Ideologicamente, amparam-se no cerne de produção cujo destino é um mercado selecionado e reivindicam o papel de movimentos de resistência. A agroecologia tem respaldo em política nacional, tal qual a produção orgânica. Muito mais que um modo produzir, é um modo de vida, pois implica em mudanças graduais para aqueles que aderem.

Em 2003 foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos [PAA] e, posteriormente, em 2009, o Programa Nacional de Alimentação

Escolar [PNAE], que possibilitam a aquisição das produções da agricultura familiar. As medidas governamentais deveriam considerar sua importância para a segurança alimentar e nutricional. No Decreto 5658/2006, que ratificou a CQCT, estava inclusa a criação de políticas de transição da fumicultura para cultura mais saudável e aceitável.

Observamos que os agricultores que migram para agroecologia o fazem movidos pela convicção de fundo ecológico e pela compatibilidade de área pequena em que possam produzir adequadamente. Há um período de transição, que pode ser maior ou menor, a depender das condições do solo (mais ou menos contaminado por agroquímicos).

## **Considerações finais**

O texto abordou as possibilidades e condições de reconversão da fumicultura a outras atividades rurais num contexto delimitado, o que não pode ser generalizado. As transformações por que passa o meio rural não são unilineares. Constituem-se, antes, num feixe de possibilidades, de um lado, encontrando agricultor familiar próximo ao perfil do empreendedor, de outro, aquele que seria simpatizante de Walden de Thoreau. Nesse entremeio ocorrem a pluriatividade, a multifuncionalidade da propriedade, a produção para autoconsumo, as aposentadorias, temas que merecem estudos em profundidade e que repercutem sobre a cadeia do fumo. As recentes variações no preço pago aos produtores de tabaco (safras 2021/2022 e 2022/2023), bastante favoráveis, quando comparadas a outras culturas, sinalizam para a possibilidade de alterações no quadro anterior, ou seja, de estímulo à permanência na atividade.

De outra parte, há que levar em consideração que o Brasil está comprometido com a CQCT e que algumas iniciativas governamentais poderão incidir sobre o setor (agricultura, indústria, comércio, consumo).

## Bibliografia

Abramovay, Ricardo (Coord.) (2001). *Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios*. Brasília: Editora Sober.

Antonil, André João (1837). *Cultura e opulência do Brazil, por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas de fazer o assucar; plantar e beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas e descobrir as de prata e dos grandes Emolumentos que esta conquista da América Meridional dá ao Reino de Portugal com estes e outros gêneros e contratos reaes*. Rio de Janeiro: Casa de Souza e Com. . <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>

Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA] (2023). <https://www.afubra.com.br/>

Bonamigo, Irme (2019). A modernização da produção industrial de aves e o Pronaf Mais Alimentos. En Comerlato, Dúnia (Org.). *Políticas e desenvolvimento: tendências contemporâneas*. Curitiba: CRV Editora.

Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brasil. Banco Central (2008). *Resolução 3.559 de 28/03/2008*. <https://www.bcb.gov.br/Htms/Normativ/RESOLUCAO3559.pdf>.

Brasil (2006). *Decreto 5658, de 02 de janeiro de 2006*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5658.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5658.htm).

Brasil (2016). *Lei 13.288, de 16 de maio de 2016*.

Brasil (2012). *Resolução 4.107, de 28 de junho de 2012*. <https://www.bcb.gov.br/htms/normativ/RESOLUCAO4107>

Brasil (2016). *Resolução 4.483, de 05 de maio de 2016*. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4483>

Dorigon, Clóvis; Nesi, Cristiano Nunes; Tonezer, Cristiane; Haag, Aureo Leandro (2020). A produção de alimentos para o autoconsumo na Região Oeste do estado de Santa Catarina. *Redes*. 25(Edição Especial 2), 2060-2085.

Dorigon, Clóvis (2019). *Juventude rural e sucessão profissional no oeste catarinense: um balanço histórico e perspectivas atuais*. Brasília: Embrapa.

Fossá, Juliano Luiz (2021). *A agricultura familiar e as alterações promovidas pelo Pronaf em Santa Catarina*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.

Grigon, Claude (1975). Le paysan inclassable. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, 4, p. 82-87.

Hahn, Leandro (2016). En Frazen, Douglas Orestes; Mayer, Leandro (Org.). *Porto Novo 90 anos de perspectivas históricas e contemporâneas*. São Leopoldo: Oikos.

Kopper-Müller, Giane Carla; Tavares, Lorena Benathar Ballod (2018). Panorama da fumicultura em folha no estado de Santa Catarina, Brasil. *Revistaea*, 65, 297-299.

Lspa, José Roberto do Amaral (1968). Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial. *Afro-Asiático*: Salvador, 6(7), 83-90.

Ministério da Saúde (2004). Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional do Câncer. *A ratificação da convenção-quadro para o controle do tabaco pelo Brasil: mitos e verdades*. Rio de Janeiro: INCA.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA] (2018). *Projeções do agronegócio. Brasil 2017/18 a 2017/28*. Projeções de longo prazo. Brasília: MAPA. [http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/banner\\_site-03-03-1.png/view](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/banner_site-03-03-1.png/view)

Nardi, Jean Baptiste (1987). *O fumo no Brasil Colônia*. São Paulo: Brasiliense.

Paulilo, Maria Ignez Silveira (1990). *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos (o caso de Santa Catarina)*. Florianópolis: Ed. da UFSC.

Prado Júnior, Caio (2004) [1942]. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense.

Renk, Arlene; Winckler, Silvana (2020). Os paradoxos do agronegócio fumageiro entre os pequenos agricultores no oeste de Santa Catarina. Passo Fundo. *História, Debates e Tendências*, 20(2), 88-94.

Szmrecsányi, Tamás (1990). *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Vigite (2023). Base de dados – meta dados – MS – vigilância de doenças por inquérito telefônico – Vigitel. <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/ministerio-da-saude/vigilancia-de-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico-vigitel>.

Vogt, Olgário Paulo (1997). *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS, 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Winckler, Silvana; Renk, Arlene; Munari, Ana (2018). Conflitos socioambientais entre agricultura orgânica e agronegócio no oeste de Santa Catarina. *Acta Ambiental Catarinense*, 15, 17-39.



# Processo de diversificação produtiva em áreas de tabaco

Perspectiva teórico-metodológica orientada ao ator

*Cidonea Deponti e Verenice Zanchi*

Neste artigo, temos por objetivo compreender processos de diversificação da produção em áreas de cultivo de tabaco, a partir da utilização da abordagem teórico-metodológica da Perspectiva Orientada ao Ator [POA]. A pesquisa foi desenvolvida no município de Dom Feliciano-RS porque este município serviu de Projeto Piloto de Diversificação Produtiva do Ministério de Desenvolvimento Agrário [MDA], lançado em outubro de 2005, apresentando relevância para discussão sobre o processo de diversificação produtiva, implementado a partir de políticas públicas, gestadas após a assinatura da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [CQCT].<sup>1</sup>

A POA é uma abordagem teórica desenvolvida por Norman Long e aprofundada por Jan Douwe van der Ploeg que visa a

<sup>1</sup> O presente artigo é resultado de um processo de discussão sobre a diversificação em áreas de tabaco proposto a partir do Pós-Doc de Deponti (2012). Este capítulo apresenta passagens do artigo construído por Deponti e Schneider (2013), do relatório do Projeto de Pesquisa Edital MDA/SAF/CNPq (2010), do artigo Deponti, Zanchi e Oliveira (2019) e da tese de Doutorado de Deponti (2010).

compreender os processos de mudança social a partir da ação dos atores sociais. Esta abordagem apresenta embasamento na fenomenologia, na teoria da estruturação, no interacionismo simbólico e no construtivismo social.

Considerando esta perspectiva teórica, desejamos responder as seguintes questões: (a) Qual é o perfil dos agricultores que cultivam tabaco em Dom Feliciano-RS que participaram da pesquisa? (b) Quais os fatores que levaram estes agricultores a diversificarem a sua produção e quais os fatores que impediram tal iniciativa? e, (c) Quais as interfaces entre os conceitos de diversificação produtiva e agência humana na opinião dos atores entrevistados?

Como metodologia utilizamos a revisão de literatura e o estudo de caso para responder aos questionamentos acima, por meio das seguintes categorias teóricas: agência, atores sociais, interface social e diversificação produtiva. No estudo de caso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 33 agricultores familiares, as percepções foram anotadas em um diário de campo, e para a análise dos dados coletados utilizamos o programa Statistical Package for the Social Sciences [SPSS].

Além da introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em mais 4 seções. Na primeira seção, tratamos da abordagem teórica escolhida para embasar os objetivos definidos e uma breve revisão de literatura. Na segunda seção, destacamos a metodologia, o perfil dos entrevistados, a técnica de coleta e de tratamento dos dados. A terceira seção discute os resultados da pesquisa relativo ao processo de diversificação produtiva, focando nas respostas positivas à diversificação e nas razões para não diversificar. Na quarta seção analisamos as interfaces entre os distintos contextos de diversificação produtiva e a agência humana na opinião dos atores entrevistados.

## **A Perspectiva Orientada ao Ator**

Inicialmente, salientamos que a abordagem teórico-metodológica da Perspectiva Orientada ao Ator, foi proposta em 1982 por Norman Long e tem como foco “[...] una perspectiva analítica centrada en el actor social sobre la intervención para el desarrollo y el cambio social” (Long, 2007, p. 33). Em outras palavras, tem como objetivo principal compreender como os processos sociais surgem e são transformados na vida cotidiana das pessoas. As pessoas são parte ativa dos processos de desenvolvimento. Dessa forma, a intervenção externa medeia e transforma o “mundo da vida” dos indivíduos. (Long, 2007).

Segundo Long e Ploeg (2011, p. 24), na perspectiva orientada ao ator, os atores sociais são vistos “[...] como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas”. Dessa forma, a compreensão sobre o espaço no qual as pessoas estão inseridas e os recursos que elas possuem para a ação são relevantes para compreender como estes atores agem nas mais diversas situações.

Para compreensão das interfaces entre a POA e o processo de diversificação produtiva em áreas de tabaco, optamos por utilizar os seguintes conceitos: agência, atores sociais e interface social. A apresentação da definição dos conceitos e sua discussão será realizada na análise dos resultados da pesquisa.

De acordo com González, Pereira e Dal Soglio (2014), a Perspectiva Orientada aos Atores tem sido utilizada em várias pesquisas no Brasil, principalmente, no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em estudos de mestrado e de doutorado que analisam diversos temas que envolvem questões técnico-produtivas. Sobre esses estudos, os autores citam: Preiss (2013), Cardoso (2012), Luz (2012), Muniz (2011), Medeiros (2011), Cotrim e Dal Soglio (2010), Bulhões e

Dal Soglio (2009) e Marques (2009). Acrescentam os estudos de Gazolla e Peregrini (2011), Oliveira *et al.*, (2011) e Conterato *et al.*, (2011), Pacífico (2008), Carvalheiro e Garcez (2007) em relação à construção social de mercados. E ainda destacam os trabalhos de Triches, Froehlich e Schneider (2011) e de Deponti (2010).

Além disso, Schneider e Gazolla (2011) organizaram o livro *Os atores do desenvolvimento rural*, o qual demonstra a relevância da Perspectiva Orientada ao Ator para o desenvolvimento rural e mostra suas potencialidades e aplicabilidade.

Para González, Pereira e Dal Soglio (2015), a POA apresenta um caráter teórico e metodológico. O caráter teórico da POA está em auxiliar a análise de fenômenos sociais no que tange aos efeitos das políticas de desenvolvimento, mobilizando conceitos e orientando suas aplicações. O caráter metodológico está no sentido de focar nos atores sociais, partindo do pressuposto de que essa abordagem necessita da sensibilidade do pesquisador em buscar compreender o ponto de vista dos atores.

Também nestes estudos, apesar de tratarem da abordagem aqui apresentada e utilizarem-se de alguns conceitos desse enfoque teórico metodológico, observamos que não há muitas pesquisas e artigos que tratem da utilização desta perspectiva teórica para analisar processos de diversificação produtiva em áreas de tabaco.

## **Das escolhas da pesquisa**

A perspectiva orientada ao ator não é apenas um aporte teórico, é também um aporte analítico que favorece a compreensão das transformações recentes da agricultura e do meio rural como um todo. Ou seja, contribui com o entendimento do que ocorre no meio rural, que passa por constantes mudanças, das quais a agricultura familiar vem se tornando protagonista da construção de alternativas e obtenção de novos mercados. Esses mercados podem se transformar em estratégias de inserção social e econômica,

e, por fim, converter-se em autonomia frente às adversidades enfrentadas, sendo elas quais forem. Ploeg (2008) aponta que os agricultores familiares contam com diversas alternativas de diversificação, as quais contribuem com a ampliação de sua autonomia e ampliam o conjunto de possibilidades frente aos circuitos tradicionais de mercado.

A opção pela Perspectiva Orientada ao Ator, como abordagem teórico-metodológica, decorre da intenção de focar nas ações do sujeito para compreender o processo de diversificação produtiva em áreas de tabaco. Long (2007) indica um caminho para a análise e a compreensão do ato de reflexão do sujeito, focado na agência. Cabe destacar que “[...] uma abordagem orientada aos atores não é uma pesquisa-ação, mas uma abordagem teórica e metodológica para o entendimento de processos sociais” (Long e Ploeg, 2011, p. 43), cuja utilização implica o uso de métodos de investigação qualitativos (Long, 2007).

Podemos dizer que essa abordagem contribui com a compreensão dos processos de interação entre os fatores internos e externos, principalmente no que diz respeito ao papel central da ação humana e da consciência, por ser uma proposta que abarca desde os modelos de tomada de decisão e transacionais, até a análise interacionista simbólica e fenomenológica.

Nesse sentido, o autor destaca a importância de iniciar a partir da experiência vivida, porque ela revela as mais diversas formas de lidar com as crises, as lições e os dissabores da vida cotidiana. Esta observação crítica é importante, pois,

[...] necesitamos ver detrás de los mitos, modelos y poses de la política del desarrollo e intuiciones, así como de las variaciones de la cultura local y el conocimiento para desvelar “los detalles de lo vivido em los mundos de la gente”. Es decir, necesitamos documentar las maneras en que las personas dirigen o enredan sus caminos em sucesivos escenarios difíciles, convirtiendo lo malo em circunstancias menos malas (Long, 2007, p. 45).

Os autores consideram que a heterogeneidade na agricultura emerge dos próprios agricultores, ou seja, do estilo de agricultura, das práticas agrícolas e das relações sociais, as quais geram uma série de alternativas, estratégias, reações e transformações, que não fazem parte dos modelos propostos pelo estado ou por outras instituições.

Podemos afirmar que cada propriedade familiar representa em si mesma um conjunto específico de respostas adaptativas. E que os agricultores “[...] entram em uma cadeia de decisões que os conduz a conjuntos específicos de relações sociais de produção e os leva a seguir lógicas particulares de agricultura” (Long e Ploeg, 2011, p. 36). Em outras palavras, quando participam de projetos, o fazem em projetos específicos que eles mesmos criaram e se inter-relacionam com atores cujos projetos estão alinhados aos seus.

Portanto, os agricultores se interligam e interagem para que seus projetos e práticas gerem novas possibilidades, ou seja, propriedades economicamente viáveis (Long e Ploeg, 2011). Em outras palavras, há um esforço, por parte dos agricultores, que envolve ações estratégicas, discursos e modos de argumentação para que as possibilidades se tornem possíveis e efetivadas.

Para o presente estudo, utilizamos um conjunto de técnicas. Na metodologia utilizada consideramos a observação direta e um questionário semiestruturado realizado com 33 famílias de agricultores produtores de tabaco, buscando verificar o perfil socioeconômico e cultural dessas famílias. Dentro das técnicas utilizadas, também realizamos um grupo focal com aproximadamente 30 agricultores que permitiu a aplicação de alguns formulários de entrevista. As informações obtidas estão em um banco de dados, disponíveis para pesquisas futuras. Para organização e análise dos dados foi utilizado o Programa SPSS. Também utilizamos um caderno de campo para registro de impressões e informações coletadas por meio da observação direta.

O município de Dom Feliciano encontra-se localizado, na zona sul do Rio Grande do Sul, na microrregião de Camaquã. O

município apresenta uma abrangência uma população total de 14.380 habitantes, sendo que 3.334 pessoas vivem na área rural e que 11.046 mil vivem na urbana. A área é de 260,2 km<sup>2</sup> e o relevo é acidentado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2011b).

A população composta por descendentes de imigrantes poloneses que chegaram à região em 1861 e a economia do município é composta, basicamente, pela produção de arroz, leite, feijão e tabaco.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2017) há um total de 2.631 estabelecimentos de agricultura familiar. Nas pequenas propriedades, na Encosta da Serra do Sudeste, predomina o cultivo do fumo e nas médias e grandes propriedades, na Serra do Sudeste, predomina a pecuária extensiva.

Souza (2001) realizou uma pesquisa em que identificou quinze tipos de sistemas de produção praticados pelos agricultores na região da Encosta da Serra do Sudeste, tais como: (a) Fumicultor empresarial; (b) Fumicultor empresarial diversificado; (c) Fumicultor mecanizado familiar; (d) Fumicultor de tração animal familiar; (e) Fumicultor familiar diversificado; (f) Fumicultor - parceiro (familiar); (g) Fumicultor diarista familiar; (h) Fumicultor arrendatário; (i) Agricultor empresarial diversificado; (j) Agricultor familiar diversificado; (k) Aposentado proprietário; (l) Aposentado não proprietário; (m) Produtor intermediário; (n) Comerciante; (o) Diarista. Na pesquisa realizada por Deponti e Schneider (2013), os autores observaram que dos quinze tipos de sistemas de produção analisados por Souza (2001), oito eram voltados ao cultivo do tabaco, destacando a importância que a fumicultura teria para o município de Dom Feliciano e justificando a preocupação desses fumicultores com a ratificação do tratado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [CQCT].

Para a efetiva análise e a compressão das respostas e das interpretações, é necessário considerar a heterogeneidade das famílias. Isso porque “[...] os agricultores desenvolvem, ao longo do tempo,

projetos e práticas específicas para a organização de suas atividades agrícolas. [...] O resultado desta gama de práticas reflete-se na impressionante heterogeneidade agrícola existente [...]” (Long e Ploeg, 2011, p. 30).

Em termos gerais, podemos inferir que os agricultores entrevistados apresentam as seguintes características socioeconômicas: área total média das propriedades é de 41 hectares; a maioria é proprietária das terras e trabalha com a agricultura como atividade principal; em torno de 45% possui outras rendas além da agricultura e cultivam outros produtos (o leite, ovelha, aveia, azevém, batatinha, mandioca, abóbora, mel, eucalipto e flores), apresentando certa diversificação da produção, mas voltados para o autoconsumo e não para o mercado; as demais fontes de renda derivam do trabalho assalariado no centro urbano; em torno de 50% participa de atividades sindicais e associativas; o tempo médio de integração é de aproximadamente 28 anos; e a maioria apresenta ensino fundamental incompleto<sup>2</sup>.

No caso da existência da diversificação, um ponto importante para a política pública é a possibilidade de constituir mecanismos de lançamento destas atividades, até então destinadas basicamente para o autoconsumo como atividades comerciais e geradoras de receita monetária, como parece estar ocorrendo a partir do conjunto de projetos desenvolvidos no município, tais como: avicultura, piscicultura, fruticultura, bovinocultura leiteira e através do Programa de Aquisição de Alimentos [PAA].

A compreensão de que são os sujeitos da pesquisa e quais as características que os condicionam culturalmente, socialmente e economicamente são importantes para observar suas escolhas, suas margens de manobra e suas negociações com os demais atores

<sup>2</sup> Destacamos que as características dos entrevistados não representam, em termos probabilísticos, os agricultores familiares da região. Daí decorre a importância da compreensão de quem se está falando, pois estas características podem condicionar as ações dos atores.

envolvidos nos processos de diversificação produtiva em áreas de tabaco.

As análises realizadas a partir da POA são mais úteis, segundo Long (2007), quando realizadas no contexto regional. Porém, o sucesso depende da combinação dos fatores históricos e econômicos da região, bem como sua relação com o sistema nacional e as mudanças ao longo do tempo. Assim, temos como material primordial dessa investigação a fala cotidiana do sujeito, tanto nas relações afetivas e técnicas, quanto nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos.

### **Interfaces entre a Perspectiva Orientada ao Ator e o processo de diversificação**

De acordo com Ellis (2000) apud Deponti (2017, p.264) “a diversificação é uma capacidade que cria a diversidade que oportuniza às famílias a sobrevivência e a qualidade de vida.”. Consequentemente, o processo de diversificação não é sinônimo de substituição de cultivos e nem de conversão produtiva. A diversificação da produção está relacionada com “a capacidade de criar diversidade na produção, atributo que se manifesta em diferentes atividades produtivas e sistemas de produção” (Deponti, 2017, p. 264).

Para Ellis (2000) podem ocorrer diversos determinantes da diversificação dos meios de vida rurais, dentre eles, o autor destaca: aspectos edafoclimáticos<sup>3</sup> ou socioeconômicos, sazonalidade, riscos, vulnerabilidade, migrações, efeitos do mercado de trabalho, dentre outros. Dessa forma os efeitos do processo de diversificação podem ser expressos como atributo da diversidade na forma de

<sup>3</sup> “A expressão “edafoclimático” vem do grego édafos (base, fundação, solo, chão + climático), significa relativo aos solos e ao clima”. [...] “Os fatores edafoclimáticos são importantes para o desenvolvimento de diferentes culturas, como também para a definição de sistemas de produção” (Deponti, 2017, p. 368).

atividades (pluriatividade) e de rendimentos (multirrendimentos) (Baierle, Deponti e Arend, 2015).

Assim, ainda de acordo com Deponti

a diversificação produtiva difere-se da diversificação de renda [...], de atividades e dos meios de vida. A diversificação de renda é um resultado da diversificação produtiva, pois, ampliando o portfólio de atividades produtivas, reduz-se o risco e amplia-se a renda. A diversificação de atividades pode ser exemplificada pela interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas, levando a diversificação das atividades econômicas rurais. A diversificação dos meios de vida é uma abordagem específica desenvolvida por Frank Ellis, compreendida como uma estratégia de desenvolvimento rural voltada para a redução da pobreza (Deponti, 2017, p.264).

A seguir apresentamos, de acordo com a percepção dos atores entrevistados, os motivos/razões/determinantes para diversificar ou não diversificar a produção, bem como uma análise da relação entre diversificação produtiva e agência humana.

Dentre os aspectos destacados pelos agricultores entrevistados a favor da diversificação produtiva, salientamos:

a) Baixo preço do tabaco: “porque na colônia assim não sendo fumo é difícil outra coisa que dê. Plantando fumo já tá dando muito pouco” (Entrevistado 12). O preço do tabaco depende do mercado internacional, não sendo uma variável de possível controle por parte do agricultor.

b) Problemas de saúde (problemas com agrotóxico): “É o problema do fumo, ela trabalha desde os treze anos. E o médico falou pra ela. Ela tem problema do coração, pressão, está sempre em tratamento [...]” (Entrevistado 8). Os motivos relacionados à saúde são considerados por muitos agricultores entrevistados como uma necessidade de mudança, busca de alternativas e até substituição de culturas.

c) Aumento da estabilidade (redução da dependência), a partir da diversificação: “Porque aí quanto mais variedade a gente tiver na propriedade [...] a gente tem mais retorno, né?” (Entrevistado 2). Os entrevistados apostam na diversificação da produção como uma forma de ampliar sua liberdade autonomia e ampliar sua qualidade de vida.

d) Serviço pesado na produção do fumo: os entrevistados destacaram que as altas horas dedicadas ao trabalho com o tabaco, tanto na lavoura, como na estufa provocam doenças, como por exemplo problemas de coluna,

[...] se a gente produzisse outra coisa que desse exatamente a mesma coisa que nem a gente colhe do fumo, claro que a gente trocaria. Porque o serviço do fumo é um serviço bem brabo [...]. Ninguém planta fumo porque quer. Isso eu digo sempre. Ninguém planta porque quer. Planta por necessidade [...] (Entrevistado 4).

Dessa forma, a “abordagem da diversificação dos meios de vida pode significar um instrumento para entender o grau de vulnerabilidade ou mesmo de exposição aos riscos assumidos pelos agricultores” (Baierle, Deponti e Arend, 2015, p. 171). É possível considerar, de acordo com os autores supracitados, que os agricultores que permanecerem em uma situação de dependência em relação as limitadas opções de rendimentos, de diversidade de fontes de renda e de capitais estão mais expostos ao mercado.

e) Capital cultural: os agricultores que optaram pela diversificação da produção foram aqueles que apresentam maior acesso à informação. De modo geral, as pessoas bem informadas são aquelas que apresentam maior capital cultural. Na perspectiva bourdieusiana, capital cultural refere-se a variável educação, mas não se limita a ela.

[...] Normalmente as que têm um capital intelectual maior elas também têm um capital econômico maior. Mas isso não é regra. Tem

pessoas que nos procuram que não têm muito dinheiro pra investir.  
[...] (Entrevistado 6).

f) Autoconsumo: caracteriza-se pela produção de culturas de subsistência, permitindo maior autonomia e reduzindo a compra de produtos fora da propriedade. Ademais, o autoconsumo também garante maior controle sobre o processo produtivo, como por exemplo o uso de agroquímicos.

g) Busca pela mudança: esta situação caracteriza-se pela oportunidade de o agricultor participar de alguma atividade/ação/projeto que permita a troca, a redução ou a extinção do cultivo do tabaco.

h) Ampliação da renda: a busca por outras atividades ou outros rendimentos reduz a dependência de apenas um cultivo. A composição de um portfólio de rendimentos apresenta diferentes possibilidades que reduzem o risco, os limites da sazonalidade e contribuem para autonomia financeira.

Assim, o ator é considerado um agente coletivo. O ator se estabelece como um ente coletivo e o que define sua agência é sua “condição de agente”, entendida como a capacidade de saber e de agir (González, Pereira e Dal Soglio, 2015).

Dentre as soluções encontradas pelos agricultores entrevistados estão as estratégias relacionadas à diversificação de atividades na propriedade. A perspectiva orientada ao ator “[...] parte do pressuposto de que diferentes agricultores [...] definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento agrícola com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas” (Long e Ploeg, 2011, p. 30). Os agricultores que buscaram a diversificação produtiva:

[...] apresentaram uma compreensão mais clara do significado deste processo, destacando que esta opção lhes proporcionaria mais liberdade, qualidade de vida, ampliação do portfólio de atividades e

dos produtos ofertados, inserção aos mercados, alternativa à sazonalidade, redução da dependência, gerando mais autonomia e possibilitando a geração de inovações e de mudanças técnicas dentro da propriedade, poupadoras de recursos (Deponti e Schneider, 2013, p. 201).

“Ser capaz de atuar de outro modo significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas” (Giddens, 2009, p.17). No caso aqui analisado os agricultores entrevistados que buscaram o processo de diversificação produtiva não estavam contentes com a situação que se encontram (sistema de integração da produção do tabaco) e buscaram novas formas, contra-hegemônicas (processo de diversificação) para explorar. Dessa forma, mesmo que esses atores necessitem traduzir significados, mudar definições e negociar posições, todas estas situações envolvem agência humana (Deponti e Zanchi, 2019, p. 305).

Por outro lado, os agricultores também levantaram razões que os levaram a não diversificar a produção.

[...] o fumo criou um ciclo vicioso no produtor. O colono ele aprendeu ultimamente que o que dá dinheiro é fumo. Se sair em Dom Feliciano aí nos bancos o pessoal só fala em fumo [...] se chegar nas agropecuárias assim sempre tem um cara cortando aqueles plásticos pra fazer canteiro e vendendo bandeja e cada vez aumenta mais. E o colono é muito olho grande também, se eu disser assim que vou diminuir dez mil pés na minha planta, o meu vizinho ali vai aumentar dez, porque o Juarez diminuiu dez. Tem isso aí também. Então é difícil de mudar e tem outra coisa também, é o que dá um troquinho (Entrevistado 12).

Abaixo destacamos outros fatores que foram destacados pelos entrevistados para a não adesão à diversificação produtiva:

a) Sistema de integração da produção do tabaco: este sistema, embora apresente problemas, ele também garante a compra da produção e a renda estável. O sistema firma um contrato de entrega

da produção, nesta ocasião os agricultores recebem o montante de recursos de uma vez só, gerando uma ilusão de alto lucro.

b) Conhecimento do cultivo e falta de incentivo – “Por falta de incentivo. [...]. Daí tu tem o fumo que é o que mais dá, por mais que esteja caindo é o que mais dá. As pessoas não acreditam no apostar em começar outra coisa, e o que eles sabem a vida inteira só fizeram isso” (Entrevistado 28). O saber-fazer da produção do tabaco os torna especialistas na produção, esse domínio produtivo qualifica o processo produtivo do tabaco, mas ao mesmo tempo gera uma dificuldade de troca de cultivo, dificuldade de apego e de acomodação.

c) Produtividade/rentabilidade da cultura do tabaco: a região de Dom Feliciano apresenta condições climáticas e de solo favoráveis a produção do tabaco e desfavoráveis a produção de grãos. Esta condição permite maior produtividade e rentabilidade do cultivo do tabaco quanto comparado com outros cultivos

d) Modo de pensar – “[...] é aquela mentalidade, ficaram viciados” (Entrevistado 13). O sistema de integração da cadeia do tabaco criado pelas empresas fumageiras, embora apresente diversas críticas e pontos negativos permitiu aos agricultores sentirem-se respaldados frente aos riscos, já que possuem um contrato de compra da produção. No entanto, este mesmo sistema os torna refém das condições impostas pela empresa. Contudo, os entrevistados destacaram que não gostam de correr riscos e que se submetem a esta situação.

A cultura do tabaco, de modo geral, sufoca “o *ethos*<sup>4</sup> camponês, ou seja, entra em conflito com a essência da coprodução, a relação

<sup>4</sup> A expressão *ethos* é a característica, os estilos, a marca, o modo de ser, a “sabedoria implícita ao domínio de um conjunto de informações, de códigos e de modalidades mentais, operacionais e adquiridas ao longo das experiências de vida, as quais produzem e deixam aos indivíduos, num lento processo de sedimentação, um conjunto

de pertencimento, a identidade, a proatividade, colocando o agricultor em um círculo de dependência, de acomodação, de insatisfação e de baixa autoestima” (Deponti e Schneider, 2013, p.199).

e) Descapitalização dos agricultores – “[...] muitos, porque não tem mais condições. [...] o pessoal tá muito descapitalizado hoje e muito endividado também” (Entrevistado 14). Embora alguns agricultores entrevistados encontrem na diversificação da produção uma alternativa, eles também observam a dificuldade associada a troca de cultivo em função dos custos para a implementação da nova produção. Ademais, salientam também os gastos gerados pela antiga produção de tabaco com estufas e fornos.

f) Falta de informação: os entrevistados destacaram a falta de informação sobre o “Programa de diversificação em áreas de tabaco”. Quando perguntados sobre os motivos para esta desinformação, salientaram os seguintes: distância da propriedade, problemas com a frequência do rádio, não participação em associações, sindicatos e cooperativas.

Salientamos que foi verificada uma falta de compreensão por parte dos agricultores do significado do processo de diversificação produtiva. A confusão com a substituição, a extinção da produção do tabaco foi o fator determinante para o processo não avançar ou avançar com dificuldades. Este fato, aliado à dificuldade de comunicação e os demais problemas do item f, desfavoreceu a adesão ao processo.

g) Falta de mercado para outros produtos: o processo de comercialização sempre foi um gargalo para os agricultores familiares, de modo geral, há uma carência de experiência em comercialização bem sucedida. Na região, esta situação não é diferente, pois

---

de saberes, um senso prático determinado” (Gaiger, 1994, p. 179, apud Tedesco, 1999, p. 49).

o costume de entregar a produção para a empresa fumageira reduz ainda mais a capacidade de negociação e barganha por parte do agricultor. “Olha, por enquanto não tem outra coisa, no caso se eu deixasse de planta fumo. Pra nós o que dá mais é o fumo” (Entrevistado 26).

A diversificação não se consolidará, segundo Schneider (2009), enquanto não se institucionalizar (formal ou tacitamente) e enraizar-se nas estruturas cognitivas, mentais e culturais dos agricultores e da população em geral, incluídos os gestores públicos e instituições governamentais. Quanto mais os mecanismos de controle e de institucionalização forem democráticos e participativos, tão melhor será para sua sustentabilidade (Schneider, 2009).

A partir das falas dos agricultores percebemos que a diversificação produtiva está diretamente relacionada à agência de cada ator. A agência humana está presente no cotidiano, mas nem sempre ela é de fácil percepção, pois a própria insatisfação pode representar agência.

O programa “piloto” de diversificação proposto pelo MDA em Dom Feliciano aproxima-se da expressão de North - *path dependency*, dependência de trajetória/caminho, ou seja, segundo North, uma vez numa trajetória, maior a possibilidade de se permanecer nela, sendo que decisões tomadas no passado influenciam as possibilidades presentes (Deponti e Schneider, 2013).

A interface social, ou seja, as múltiplas e complexas relações que o agricultor estabelece no seu dia a dia influenciam diretamente em suas ações, e muitas vezes repercutem sobre os padrões de mudança, tanto regional, quanto nacional, e até mesmo internacional. Mas, por outro lado, as relações de interface entre as indústrias de tabaco e os agricultores revelam, tal como constatou Cotrim (2013), grande tendência à homogeneização dos projetos individuais dos agricultores e à sua permanência no cultivo do tabaco, devido à forte hegemonia desse projeto social.

Nesse contexto de interface com outros agricultores, entidades, associações, indústria, entre outros, o agricultor se torna um ator,

assim como afirmam Schneider e Gazolla (2011, p. 12), capaz de “[...] construir soluções para enfrentar desde problemas corriqueiros até lidar com reptos de maior alcance [...]”. Essas ações se refletem em melhorias na condição de vida e do ambiente social no qual o mesmo está inserido.

Os recursos dos agricultores são outros, são diferentes dos recursos dos mediadores, por isso a consideração da assimetria de poder entre eles. O próprio silêncio pode ser considerado uma forma de poder. O silêncio do agricultor é, justamente, seu maior aliado, não representando aceitação, concordância ou até mesmo passividade. O silêncio também é uma forma de manifestação, não sendo sinônimo de anulação. Os recursos dos agricultores concentram-se nas suas decisões, na forma de “tocar” o estabelecimento rural, nas redes formadas, nas suas organizações e nas diferentes maneiras de responder aos problemas. Esses recursos lhes dão a possibilidade de manobra e negociação. Na arena local (projeto de desenvolvimento), duas espécies de poder estão emaranhadas: a dos agricultores e a dos técnicos. Apesar de esses atores serem dotados de recursos de poder desiguais e desequilibrados, eles têm a capacidade, não retórica, mas real, de não fazer o que se espera deles ou de fazer diferentemente, apresentando margem de manobra, como a resistência e a recusa a participar, “formas invisíveis de agir dos mais desprovidos” (Deponti, 2010, pp. 190-191).

Dessa forma, os mesmos agricultores que apresentam capacidade de agência e redes de interface também colocam-se em posição subordinada e submissão conforme as “lutas” travadas e os objetivos a serem alcançados.

## **Considerações finais**

Os projetos e/ou programas de diversificação produtiva, embora bem intencionados e focados em qualificar o processo produtivo do tabaco e a qualidade de vida dos agricultores, ainda mantiveram

a concepção *top down*, ou seja, de projetos desenvolvidos por *experts* em centros de comando sem a participação dos envolvidos. O princípio básico para um processo de intervenção que pretenda ser operacionalizável de forma democrática, exige a construção do conhecimento híbrido por meio de interface social entre os participantes. Para que isso ocorresse seria necessário mobilizar a participação dos agricultores no processo de construção da política/programa; conhecer e estudar as famílias de maior vulnerabilidade social e os demais participantes; promover acesso ao conhecimento necessário para a introdução de um novo cultivo; estudar e analisar o mercado e os canais de comercialização; construir projetos com prazos mais longos para seu desenvolvimento; acompanhar a implementação do projeto; e, construir a autonomia das famílias frente ao término da política.

Nos casos analisados verificamos que a diversificação da produção não foi uma escolha, mas uma necessidade das famílias, principalmente pelo fator “saúde” que se colocou à frente da questão econômica, ou seja, quando os agricultores estão enfrentando um problema de saúde na família, a busca por alternativas ao tabaco é mais intensa.

Então, a ideia de “vítima indefesa” não se encaixa ao agricultor, pois esses agentes percebem-se capazes de manobrar dentro de determinados contextos ou redes e desenvolver estratégias, assim como decidir o caminho a ser percorrido. Isso não implica deixar de reconhecer o espaço frequentemente restrito para as iniciativas individuais, mas considerar como os atores identificam e criam espaço para seus próprios interesses e para a mudança.

Ressaltamos que os agricultores também possuem iniciativas, muitas vezes ofensivas e autônomas, as quais permitem reconfigurar o espaço social e material, provocando readaptações, recriações e transformações. Neste sentido é válido analisar, no âmbito do rural e do agrícola, o papel que assumem os agentes que buscam promover o desenvolvimento e articular mundos sociais diferentes.

Assim, concluímos que a perspectiva orientada ao ator é uma abordagem teórico-metodológica que permite analisar os processos de diversificação produtiva em áreas de tabaco, principalmente a partir do conceito de agência, porque é possível identificar nos depoimentos dos entrevistados a possibilidade de uma relação positiva entre agência e diversificação produtiva.

## **Bibliografia**

Baierle, Cláudia Luciani, Deponti, Cidonea Machado e Arend, Silvio Cezar. (2015). Contribuições da Diversificação Produtiva da Cooperativa Agroindustrial de Tabaco de Jujuy – Argentina – para o Vale do Rio Pardo-RS. *Estudos do CEPE*, 42, 166-185. <https://doi.org/10.17058/cepe.v0i42.6488>

Bulhões, Flavia Muradas e Dal Soglio, Fabio Kessler (2009). A Agroecologia e a Perspectiva Orientada ao Ator na análise do processo de construção do conhecimento e da inovação. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 4, 613-616. <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/7998>

Cardoso, Marcos Abraão. (2012). *Agrofloresta como ferramenta de autonomia: a percepção do agricultor familiar de base ecológica*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Carvalho, Elizangela Mara e Garcez, Daniela. (2007). Da perspectiva orientada a ator ao processo de mercantilização: o caso da produção de banana ecológica no litoral norte do Rio Grande do Sul. Em *Anais do XLV Congresso Sociedade Brasileira de Economia*,

*Administração e Sociologia Rural*. Londrina: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

Conterato, Marcelo Antonio, Niederle, Paulo André, Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo e Schneider, Sergio. (2011). Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. Em Sergio Schneider e Marcio Gazolla (Orgs.), *Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais* (pp. 67-89). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Cotrim, Décio Souza, e Dal Soglio, Fabio Kessler. (2010). Análise do processo de Construção do Conhecimento Agroecológico. Em *Anais do 8º Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*. Porto de Galinhas.

Cotrim, Décio Souza. (2013). *O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Deponti, Cidonea Machado (2017). Fatores edafoclimáticos. Em Marcos Paulo Dhein Griebeler e Mario Riedl (Orgs.), *Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos*. Uruguaiana: Editora Conceito.

Deponti, Cidonea Machado (2022). Atores Sociais: Protagonistas do Processo de Desenvolvimento Regional. Em Rogério Leandro Lima da Silveira e Erica Karnopp (Orgs.), *Atores, ativos e instituições: o desenvolvimento regional em perspectiva* (pp. 129-154). Porto Alegre: Pedro & João Editores.

Deponti, Cidonea Machado e Schneider, Sergio. (2013). A Extensão Rural e a diversificação produtiva da Agricultura Familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS. *Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, 7(2), 176-213.

Deponti, Cidonea Machado, Zanchi, Verenice e Oliveira, Edson Aparecida de Araujo Querido (2019). Capacidade de fazer a diferença: a agência humana no processo de diversificação produtiva em áreas de tabaco. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 15, 295-307. <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5202>

Deponti, Cidonea Machado. (2010). *Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ellis, Frank. (2000). *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford University Press.

Gazolla, Marcio e Pelegrini, Gelson (2011). As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. *Ensaio FEE*, 32(2), 361-388.

González, Shirley Rodríguez, Pereira, Viviane Camejo e Dal Soglio, Fábio Kessler. (2015). A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. *Perspectivas Rurales. Nueva Época*, a. 13(25). <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/perspectivasrurales/article/view/6386>

Gregolin, Adriana (2010). *Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil*. Brasília: MDA.

Guidens, Anthony. (2009). *A constituição da sociedade* (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2010). *Censo Demográfico do Brasil de 2010*. Rio de Janeiro: Fibge.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2017). *Cidades*. Rio de Janeiro. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/dom-feliciano/pesquisa/24/76693>

Long, Norman e Ploeg, Jan. D. van der. (1994). Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. Em David Booth (Editor), *Rethinking social development theory, research and practice* (pp. 62-90). London: Longman Scientific & Technical.

Long, Norman e Ploeg, Jan. D. van der. (2011). Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. Em Sergio Schneider e Marcio Gazolla. *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais* (pp. 21-47). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Long, Norman. (1982). *Introdução à sociologia do desenvolvimento rural*. Rio de Janeiro: Zahar.

Long, Norman. (2001). *Development sociology: actor perspectives*. Routledge.

Long, Norman. (2007). *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el ator*. Ciudad de México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social.

Luz, Moisés da. (2011). *Carijos e Barbaquás no Rio Grande do Sul: resistência camponesa e conservação ambiental no âmbito da fabricação artesanal de erva-mate*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Marques, Flávia Charão. (2009). *Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no sul do Brasil*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Medeiros, Monique. (2011). *Diversidade de saberes em situações de interface: A emergência da agricultura de base ecológica entre*

*agricultores familiares no sul do rio grande do sul*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Muniz, Mariana Francisca Arreguy. (2011). *Percepção de agricultores e a agrobiodiversidade em quintais no Rio Grande do Sul: expressões da luta por autonomia camponesa*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Oliveira, Daniela, Gazolla, Marcio, Carvalho, Cynthia Xavier de e Schneider, Sergio. (2011). A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferente? Em Sergio Schneider e Marcio Gazolla (Orgs.), *Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais* (pp. 91-116). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Pacífico, Daniela Aparecida. (2008). *Impasses na transição para uma agricultura de base ecológica: o projeto café de Lerroville-PR*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ploeg, Jan. D. van der. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização* (R. Pereira Trad.). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Prefeitura Municipal de Dom Feliciano. *Mapa*. Recuperado em 09 de agosto de 2018 de <http://www.domfeliciano.rs.gov.br/>

Preiss, Potira Viegas (2013). *Construção do conhecimento agroecológico: o processo das famílias produtoras de arroz no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Schneider, Sergio e Gazolla, Marcio. (2011). Os atores entram em cena. Em Sergio Schneider e Marcio Gazolla (Orgs.), *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. (pp. 11-17). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Schneider, Sergio. (2009). *A Pluriatividade na Agricultura Familiar* (2a ed.). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Souza, Sergio Tadeu de. (2001). *Utilização da reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários no aprimoramento do processo de planejamento estratégico participativo da EMATER-RS - Estudo de caso do município de Dom Feliciano*. 2001. 216 p. [Monografia de Especialização]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tedesco, João Carlos. (1999). *Terra, Trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF.

Triches, Rozane Márcia, Froehlich, Elisângela e Schneider, Sergio. (2011). Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). Em Sergio Schneider e Marcio Gazolla (Orgs.), *Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais* (pp. 253-266). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

# Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT)

Uma análise a partir da percepção de seus beneficiários no município de Sobradinho/RS

*Camila de Gaspari e Sergio Schneider*

A região Sul do Brasil responde pela maior produção de tabaco do país, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor. Na safra 2020/2021, o estado respondeu por 283.479 mil toneladas, cultivadas por 70.997 famílias produtoras de 206 municípios, arrecadando o valor bruto de 4,26 bilhões de reais (Afubra, 2022).

Além de sua importância econômica, a cultura do tabaco está relacionada à identidade dos agricultores e, por outro lado, é responsável por gerar um círculo de dependência, de acomodação, insatisfação e baixa autoestima (Deponti e Schneider, 2013). Neste sentido, Freitas (2015) caracteriza a fumicultura no Rio Grande do Sul como um “paradoxo do desenvolvimento”, de modo que os ganhos econômicos não refletem o desenvolvimento humano dessas famílias.

Segundo Schneider (2010) para estabelecer mudanças sociais e econômicas, é necessário ir além da substituição de meios de produção por tecnologias modernas que visam o aumento da produtividade, evidenciando a importância da diversificação produtiva

no contexto de monoculturas como o tabaco. Uma vez que quanto maior o grau de diversificação menor a dependência da cadeia produtiva do tabaco (Freitas, 2015). Desse modo, consideramos a análise da diversificação a partir de três níveis: micro, meso e macro. Em que o primeiro nível corresponde à unidade de produção, considerando a diversidade de atividades e combinações de processos, o segundo considera a economia local e seu contexto social, e o terceiro, refere-se aos processos que ocorrem em escala nacional e global (Schneider, 2010).

Diante da heterogeneidade das trajetórias de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco, Vendruscolo (2017) destaca como fundamental reconhecer e compreender a realidade destas famílias, suas formas de produção, buscando compreender suas reais necessidades, aproximando gramáticas entre agricultores, academia e instâncias governamentais. Neste íterim, destaca-se também o papel fundamental da extensão rural para os processos de diversificação produtiva de modo a potencializar alternativas que reduzam os impactos gerados pela dependência do cultivo do tabaco (Deponti e Schneider, 2013).

Do ponto de vista da produção, a fumicultura está relacionada aos agricultores familiares, por outro lado, são discutidos também os efeitos nocivos causados pelo tabagismo. Assim, destaca-se o cenário global, em que 192 países assinaram a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [CQCT], que consiste em um tratado internacional apoiado pela Organização Mundial de Saúde [OMS] com o objetivo de proteger a população mundial e suas gerações futuras dos malefícios provenientes do tabagismo (INCA, 2004).

A CQCT é composta de 38 artigos que versam sobre a produção, beneficiamento, comercialização e o consumo do tabaco, dos quais se destacam o Artigo 17 e 18. O Artigo 17 propõe o apoio a medidas que viabilizem atividades produtivas alternativas economicamente viáveis para os atores envolvidos na produção e comercialização do tabaco. Já o Artigo 18 visa proteger o meio ambiente e a saúde das pessoas, responsabilizando os Estados signatários para o

cumprimento das obrigações referentes ao cultivo e à fabricação de produtos à base de tabaco (CQCT, 2003).

Diante do contexto da ratificação da CQCT, foi criado em 2005, o Programa Nacional de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco [PNDACT], a fim de incentivar e promover a diversificação de culturas. Neste sentido, as chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural [ATER] desempenharam um papel importante no desenvolvimento de ações voltadas à diversificação em regiões fumicultoras.

Tendo em vista o propósito do PNDACT, de viabilizar a diversificação produtiva, nosso objetivo é realizar uma análise dos processos de diversificação, considerando para tanto, as percepções e visões dos agricultores que foram beneficiários desta política no município de Sobradinho, no interior do Rio Grande do Sul.<sup>1</sup> Justificamos a abordagem desta temática pela importância em dar visibilidade ao trabalho realizado entre os anos de 2014 a 2017, mais ainda diante do cenário atual, em que tais políticas foram sistematicamente desmanteladas e encontram-se completamente desestruturadas. Desta forma, esperamos que esta análise possa contribuir e fornecer aporte teórico por meio das evidências da pesquisa à campo, fornecendo respaldo para a reformulação e ampliação de todo um conjunto de políticas de apoio à agricultura familiar em âmbito nacional.

Neste sentido, Valencia, Witmann e Blesh (2019) analisaram agricultores familiares participantes e não participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar [PNAE] e a diversificação destas propriedades, concluindo que o incentivo à diversificação do tabaco possui maior potencial de concretização quando

<sup>1</sup> Recorte da Dissertação de Mestrado “Os processos de diversificação na agricultura familiar produtora de tabaco – Análises a partir de Chamadas Públicas de ATER no município de Sobradinho/RS”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural [PGDR] da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS], sob a orientação do Prof. Sergio Schneider. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil [CAPES] - Código de Financiamento 001.

vinculada à políticas de apoio à comercialização. Tais constatações reforçam a compreensão de que a geração de renda a partir de canais de comercialização estruturados, voltados para a produção diversificada possui importância central para o fortalecimento da diversificação no meio rural.

Segundo Ellis (2000), a diversificação dos meios de vida consiste na melhor e mais efetiva estratégia de ação para alcançar o desenvolvimento rural, principalmente em áreas rurais em países de baixa renda. Para tanto, o autor sugere como fundamental o respeito às especificidades dos grupos sociais abordados, centrando-se na compreensão das pessoas, bem como em suas possibilidades de liberdade para realizar escolhas.

A realização desta pesquisa resultou em uma dissertação a partir do trabalho da autora como agente de ATER junto à Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil [Cooperfumos]<sup>2</sup>. Na metodologia deste estudo, consideramos dados coletados em dois momentos distintos, inicialmente no ano de 2014 e, posteriormente, no ano de 2017, correspondendo, respectivamente, ao início e finalização de um contrato de prestação de serviço de ATER, executado pela Cooperfumos.

As entrevistas ocorreram nas propriedades das famílias beneficiárias e tiveram a duração média de 4 horas cada com aplicação de questionários semiestruturados, diálogo e caminhada pela propriedade. Foram realizadas 80 entrevistas no momento inicial e 80 no momento final, totalizando 160 questionários.

No estudo sobre a percepção dos agricultores familiares, utilizamos a abordagem da diversificação dos meios de vida descrita por Frank Ellis, por meio da qual se busca avaliar o desempenho de políticas públicas de desenvolvimento rural (Perondi e Schneider, 2012).

<sup>2</sup> Entidade de representação legal do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), localizada no município de Santa Cruz do Sul.

Assim sendo, buscamos analisar as percepções dos agricultores de forma comparativa, nos dois pontos do tempo citados, considerando a produção de tabaco e a identificação das mudanças com relação aos processos de diversificação naquele período. A interpretação das respostas foi realizada por meio de análise qualitativa e sistematização de conteúdo, com o auxílio de diários de campo, além da observação participante da realidade local durante os três anos de vigência do contrato.

A abordagem da diversificação dos meios de vida pode ser complementar à compreensão em torno da percepção dos agricultores familiares enquanto reflexo de sua diversidade e heterogeneidade interna, podendo ser útil para compreender seus meios e modos de vida, abordando suas perspectivas, satisfações, oportunidades, estruturação interna e características específicas de suas unidades de produção.

A contribuição a partir da análise das características individuais dessas famílias possui o potencial de identificar particularidades específicas sobre diferentes estilos de agricultura que pertencem a um grupo aparentemente homogêneo, nesse caso, representado por agricultores familiares produtores de tabaco. Portanto, neste estudo, buscamos aprofundar as compreensões acerca dos processos de diversificação decorrentes do trabalho de ATER por meio da análise de suas percepções considerando as mudanças ocorridas a partir do desenvolvimento desta política pública.

Além dessa introdução o artigo está estruturado em cinco seções. Na primeira, realizamos uma caracterização do território de estudo, seguido pela avaliação e perspectivas dos agricultores sobre o cultivo do tabaco no início do trabalho. Na terceira seção, realizamos uma abordagem sobre o PNDACT e a percepção dos agricultores sobre esse cultivo após três anos de participação nessa política e, na quarta seção, abordou o papel das chamadas públicas de ATER nos processos de diversificação, com base nas percepções dos agricultores. Na quinta seção, remetemos à contribuição da

Cooperfumos enquanto entidade executora da proposta técnica, seguida pelas considerações finais.

## **Caracterização da região e do município de Sobradinho**

O município de Sobradinho está localizado sob a abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento [Corede], do Vale do Rio Pardo e Centro Serra, no Rio Grande do Sul. Possui uma área de 128, 379 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 15.041 habitantes, (IBGE, 2021).

O território denominado como Centro Serra é composto por 12 municípios: Arroio do Tigre, Cerro Branco, Estrela Velha, Ibarama, Jacuizinho, Lagoão, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Salto do Jacuí, Segredo, Sobradinho e Tunas. Devido à emancipação política dos municípios adjacentes nos anos 1990, Sobradinho teve seu território consideravelmente reduzido, o que impactou na redução de suas atividades agrícolas, cedendo espaço para a prestação de serviços no meio urbano como a principal atividade econômica, o que tornou Sobradinho o município polo da região Centro Serra. Segundo o último Censo Agropecuário, o número de estabelecimentos rurais no município chega a 655 com uma média de 13,2 hectares por propriedade, totalizando uma área de 10.497 hectares (IBGE, 2017).

Sobradinho apresenta-se com uma agricultura praticada em minifúndios, com emprego de mão de obra familiar, em que a maior expressividade financeira na agricultura é representada, principalmente, pela comercialização do tabaco e soja, sendo as demais culturas como milho, feijão, mandioca, uva, trigo, laranja, batata doce, entre outras, destinadas principalmente ao consumo familiar (IBGE, 2021).

As famílias beneficiárias da política pública de ATER analisada neste trabalho residiam em distintas localidades do interior do município de Sobradinho, dentre os quais: Arroio Bonito, Linha

Campos, Campestre, Campo da Aviação, Rincão do Segredo, Linha Apolinário, Linha Carijinho, Linha Rubert, Linha Tupi, Linha Brasileira e Linha Quinca.

A produção de tabaco é reconhecida como uma das primeiras atividades agrícolas desenvolvidas na região Centro Serra, como estratégia de reprodução principal em conjunto com o desenvolvimento das culturas para autoconsumo das famílias, como feijão, milho, trigo, entre outros (Redin, 2011). O cultivo do tabaco para comercialização ocorre há mais de 40 anos no município de Sobradinho, gerando uma forte ligação com as indústrias fumageiras por meio do Sistema Integrado de Produção do Tabaco [SIPT] (Gaspari, Agne e Avila, 2017). Atualmente, as experiências na região Sul, que produzem o tabaco fora do SIPT são raras, evidenciando o grande controle estabelecido por estas empresas (Lucas, 2022).

De acordo com Riquinho e Hennington (2016), o sucesso do SIPT está atrelado a uma ideia de cultivo rentável e seguro que foi “semeada” pela indústria fumageira por meio de sua rede de instrutores, os quais refletem em influência econômica e política em conjunto com o Poder Público, por meio do qual se estabeleceu um ciclo de exploração e endividamento que resulta na dependência e subordinação dos agricultores familiares fumicultores.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], a produção de fumo no município de Sobradinho no ano de 2020 respondeu por cerca de 3.770 toneladas, colhidas em 1.850 hectares. As regiões do Vale do Rio Pardo e Centro Serra, somam a produção de 124,7 mil toneladas de tabaco, correspondendo a 20,5% do total da produção do Sul do Brasil, envolvendo mais de 32.000 famílias que se dedicam à produção como forma de garantia de renda e permanência no meio rural (IBGE, 2021).

Historicamente, o município de Sobradinho carregava o título de capital estadual do feijão, por apresentar-se com uma produção significativa desta cultura, contudo, a produção de feijão foi consideravelmente reduzida, sendo atualmente cultivado aproximadamente cerca de 150 hectares, ao mesmo tempo em que, associada à

produção de tabaco, a partir dos anos 2000, ocorreu o aumento do cultivo de áreas destinadas à soja, atingindo cerca de 2.350 hectares IBGE, 2021).

Por outro lado, a área utilizada para a produção de culturas como mandioca (115 ha), uva (73 ha), batata doce (25 ha), laranja (14 ha), pêssego (7 ha) são consideravelmente menores quando comparadas à produção de fumo e soja (IBGE, 2021). De acordo com esses números, evidencia-se uma agricultura com iniciativas de diversificação, voltada principalmente ao autoconsumo das famílias.

Diante do desenvolvimento da política de diversificação, na sequência do texto, buscamos ampliar compreensões acerca das percepções dos agricultores na produção de tabaco.

## **Avaliação e perspectivas dos agricultores sobre o cultivo de tabaco**

Nesta seção, realizaremos uma abordagem em torno da visão dos agricultores sobre a produção de tabaco no ano de 2014, apresentando sob suas distintas compreensões a realidade em que estão inseridos

Segundo os agricultores, havia um forte interesse na migração de cultivos voltados à diversificação, razões estas que foram atribuídas à vários fatores, entre eles, insatisfações com relação à penosidade do trabalho, exposição aos agrotóxicos, doenças, exigência de mão de obra intensiva e escassez da mesma, desvalorização pelo baixo preço pago aos produtores, impotência diante da falta de poder de decisão nas negociações com as indústrias durante a comercialização e custo de produção elevado.

Por outro lado, apesar das dificuldades relacionadas ao cultivo do tabaco, existia também a percepção de garantia por meio do SIPT. Entre as quais, foram identificados: financiamentos para aquisição de insumos e infraestrutura para iniciar a atividade, assistência técnica, além da compra total da produção. No entanto,

apesar dessas condições, os agricultores apresentaram queixas com relação ao valor pago pelas empresas no período da venda. Contudo, a garantia da comercialização acabava por minimizar a insatisfação pela baixa lucratividade. Em outras palavras: “O fumo é uma renda certa, às vezes dá mais ou menos, mas sempre dá um pouco.” (Família nº 41).

As dificuldades para quitar dívidas dos agricultores junto às empresas fumageiras também foram caracterizadas como um fator responsável por dificultar o rompimento de contratos. Ou seja, os agricultores continuavam na produção por considerar a única alternativa de quitar suas dívidas.

As perspectivas das famílias com relação a alternativas para a produção de tabaco, ao vislumbrar mudanças, esbarravam na realidade que expõe a falta de estruturas de comercialização e ausência de garantias de preço mínimo. Além disso, os agricultores demonstraram a necessidade de maior subsídio governamental, por meio de políticas públicas, apontadas como cruciais para promover essa transição.

No contexto referente ao apoio público, os agricultores evidenciaram a importância da ampliação de financiamentos a juros baixos, entre outras dificuldades relatadas, como a complexa burocracia exigida por agentes financeiros, falta de ATER, razões identificadas como entraves para novos investimentos. Tais constatações evidenciam a falta de disponibilidade de recursos públicos para as categorias que mais necessitam de auxílio, comprovando que os montantes mais significativos de financiamentos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [Pronaf], por exemplo, privilegiam os setores mais capitalizados da agricultura, contribuindo para asseverar ainda mais as desigualdades no meio rural brasileiro (Aquino, Gazolla e Schneider, 2018).

Para além das questões práticas, os agricultores relataram suas percepções em torno da importância de ter coragem, força de vontade, persistência e capacidade de correr riscos, evidenciando as dificuldades enfrentadas na busca por alternativas para a

migração de cultivos. Outrossim, parte dos agricultores compreendem a necessidade efetiva de mudanças, mas possuem dificuldade em visualizar alternativas que resultem em mudanças concretas.

Nesse sentido, a falta de recursos financeiros ou mesmo habilidades para realizar escolhas em busca de caminhos alternativos ao cultivo do tabaco, são considerados enquanto fundamentais, de tal modo que sua ausência pode acarretar na estagnação dos atores em diversos aspectos, resultando em sentimentos de abandono, desencanto, frustração e privação (Freitas, Rambo e Sartorelli, 2015).

Por fim, as considerações dos agricultores fumicultores sobre o SIPT e suas garantias de compra e padronização da produção, constituem-se, portanto, em entraves para os cultivos diversificados, que por sua vez, apresentam-se frágeis diante de uma comercialização estruturada, gerando insegurança quanto à renda destas famílias. Assim, há um grande desafio que consiste na construção de modelos de comercialização com a participação dos próprios agricultores, a exemplo de cooperativas, feiras, entre outros, capazes de reduzir a dependência da produção de tabaco, buscando romper com a dinâmica imposta pelo sistema integrado.

## **O PNDACT e as percepções dos agricultores sobre a produção de tabaco**

O PNDACT foi criado no contexto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [CQCT]. Por meio de ações voltadas à Assistência Técnica e Extensão Rural [ATER], esta política visava o incentivo para o desenvolvimento de culturas alternativas e economicamente viáveis em propriedades produtoras de tabaco.

No município de Sobradinho foram beneficiadas 80 famílias, as quais receberam acompanhamento técnico pelo período de três anos. Na região Centro Serra/RS cerca de 880 famílias foram beneficiadas por esta política. Entre as atividades previstas pela ATER

estavam visitas técnicas nas propriedades, discutindo temáticas em torno da gestão das unidades produtivas, possibilidades de aumento da diversificação respeitando as características das famílias, bem como realizando abordagens sobre os desafios acerca da comercialização. Além das visitas técnicas individuais, foram realizadas diversas atividades coletivas, como cursos, intercâmbios, dias de campo, seminários. Ações planejadas e executadas sempre visando à participação e protagonismo das famílias beneficiárias.

Nesta seção, nosso objetivo consiste na realização de uma análise a partir do desenvolvimento da ATER, buscando identificar a percepção dos agricultores após sua participação como beneficiários do PNDACT.

A pesquisa demonstrou que houve um aumento no número de famílias que gostariam de abandonar o cultivo do tabaco, resultados que emergiram no contexto de um conjunto de insatisfações, as quais já foram identificadas no primeiro momento da pesquisa no ano de 2014, dentre as quais os agricultores destacaram o trabalho oneroso, uso de agrotóxicos e os malefícios causados, gerando problemas de saúde associados à idade avançada, falta de mão de obra e, por fim, o endividamento.

A desvalorização do trabalho dos agricultores, por sua vez, foi atrelada ao fator financeiro, devido ao valor pago na comercialização não ser condizente com o esforço assumido diante da produção, considerada pelos agricultores como extremamente desgastante.

Em outras palavras, mesmo que o SIPT seja uma forma de segurança para comercialização do tabaco, o mesmo também se caracteriza pela manutenção de poderes assimétricos entre empresa e agricultores, o que pode acarretar em dívidas acumuladas em decorrência da dificuldade no pagamento dos custos da plantação (Riquinho e Hennington, 2016).

As críticas ao SIPT já foram evidenciadas em outros trabalhos a partir da visão dos agricultores fumicultores, os quais denunciam este modo de vida como degradante, devido aos prejuízos causados

à saúde, insegurança diante das intempéries climáticas, incertezas quanto ao preço de comercialização e falta de apoio governamental (Vendruscolo, 2017).

Os relatos apresentados a partir da pesquisa corroboram com estudos já conhecidos, demonstrando percepções amplas da falta de valorização dos agricultores, os quais permanecem na atividade principalmente pela falta de alternativas de renda. Tais afirmações tornam-se ainda mais evidentes a partir da identificação dos motivos citados pelos agricultores que não tem interesse em abandonar o cultivo do tabaco. Uma vez que as razões citadas por esses agricultores também estão atreladas diretamente à garantia de comercialização e, conseqüentemente, à geração de renda.

As respostas obtidas ao longo da pesquisa demonstraram que a principal razão dos entrevistados para continuar plantando o tabaco ainda consiste na segurança financeira que esta cultura proporciona. Muito embora, na comparação entre os dois períodos analisados, início e fim da chamada pública, houve um aumento do número de agricultores que deixaram o cultivo, de 2 para 13. Esse aumento teve como principal razão a aposentadoria de integrantes das famílias, seja por idade ou problemas de saúde. Em outras palavras, a problemática em torno da busca de formas de diversificação e geração de renda permaneceu sendo um desafio a ser superado ao final do contrato da política voltada à diversificação.

Com o objetivo de aprofundar as compreensões sobre possíveis mudanças que impactaram nos modos de vida dos agricultores, na seqüência do texto realizamos uma abordagem a partir das perspectivas dos beneficiários sobre o desenvolvimento da chamada pública.

## **O papel das chamadas públicas de ATER e os processos de diversificação na produção de tabaco – Análises a partir das percepções dos beneficiários**

Nesta seção, buscamos analisar as percepções dos agricultores acerca das mudanças ocorridas em suas propriedades ao longo do desenvolvimento da chamada pública de ATER, bem como, os impactos causados a partir da participação no PNDACT. Para tanto, consideramos as percepções dos beneficiários a partir do conteúdo de suas respostas descritivas.

Sobre as atividades agrícolas e não agrícolas que as famílias passaram a desenvolver ou fortalecer entre os anos de 2014 a 2017, as respostas encontradas evidenciam tanto o fortalecimento, quanto o início de novas atividades produtivas, além de mudanças relacionadas às práticas de manejo na produção.

Entre as novas atividades que passaram a ser desenvolvidas, ao longo dos três anos de ATER, foi citado o plantio de árvores frutíferas como nogueira, videira, pessegueiro, além de espécies de laranja, bergamota, limão, entre outras; incluindo o plantio de feijão, arroz de sequeiro, cebola, alho, bem como, implantação de hortas para produção de alimentos que antes do acompanhamento técnico não existiam. Foi citada também a criação de suínos, gado de leite, frango de postura e criação de abelhas, tanto para extração de mel, como para melhorar a polinização nas produções.

Entre as atividades que já eram realizadas nas propriedades, foi citado o fortalecimento da produção de milho, feijão, cebola, batata, mandioca, amendoim, eucalipto, além de árvores frutíferas e hortaliças. Também foram identificados relatos do aumento da produção de leite visando o preparo de queijo, tanto para consumo, como para comercialização excedente.

Como forma de fortalecimento, tanto das atividades que já eram desenvolvidas, quanto daquelas que se iniciaram no período da chamada pública, as técnicas de manejo utilizadas como

as podas e uso de insumos alternativos para prevenção e controle de doenças, entre outras, foram identificadas como relevantes pelos agricultores, principalmente do ponto de vista qualitativo da produção.

Identificamos o aumento de famílias que passaram a utilizar insumos agroecológicos de fabricação doméstica, entre outras técnicas, a exemplo das caldas biofertilizantes e microrganismos eficientes, resultando na redução do uso de agrotóxicos e insumos químicos para a produção de alimentos para consumo familiar. Fatores esses, que contribuem para promover o aumento da autonomia e fortalecimento da base de recursos disponíveis e, conseqüentemente, a redução da dependência de mercados externos (Ploeg, 2017).

Outras técnicas de manejo citadas foram práticas de conservação do solo como plantio direto e adubação verde com pastagens nas lavouras, resultando no aumento da produtividade segundo os agricultores. Também foi citada a construção de estufas para a produção de hortaliças por períodos maiores ao longo do ano, implantação de composteiras e minhocários como forma de reaproveitar resíduos domésticos e produzir adubo orgânico para a produção de alimentos nas hortas das propriedades. E por fim, a fabricação caseira de rações alternativas evidenciou-se como uma forma de melhorar a alimentação dos animais nas propriedades.

Diante dessas informações, salientamos que as temáticas citadas pelos beneficiários, em grande medida, foram sendo trabalhadas durante as visitas técnicas, bem como, fizeram parte dos assuntos abordados nas atividades coletivas durante todo o período vigente da ATER.

Outro ponto a ser considerado foram os relatos sobre o incentivo a partir das mudas de árvores frutíferas e sementes crioulas de feijão, milho e hortaliças, biofertilizantes e pó de rocha, doados por intermédio da Cooperfumos durante o período de acompanhamento técnico. Essas ações refletem em impactos positivos

aliados a novas perspectivas de produção por meio dos alimentos cultivados.

Do ponto de vista dos beneficiários, ao analisar aspectos positivos e importantes no trabalho de ATER, foram identificadas duas categorias, a primeira considera como fatores positivos, o conhecimento em torno de questões técnicas, como o manejo do solo, a importância de sementes de qualidade, além da produção de alimentos como forma de valorizar a importância da diversificação enquanto alternativa para garantir maior qualidade de vida para as famílias fumicultoras. Já, a segunda, está relacionada a fatores igualmente importantes, porém mais subjetivos como o aumento da motivação e autoestima, além do empoderamento dos agricultores a partir da apropriação de conhecimento.

O conhecimento foi citado como um fator de importância central para o aumento da diversificação, considerado como fundamental para migrar para sistemas de produção agroecológicos (ainda que em transição no período em que o trabalho foi desenvolvido) além da conscientização para a produção sem o uso de agrotóxicos, principalmente nos alimentos. O conhecimento foi citado como uma forma de “despertar de consciência” acerca da importância do fortalecimento da produção para autoconsumo familiar.

O aprendizado adquirido ao longo do trabalho da assistência técnica e extensão rural foi citado por meio do conhecimento compartilhado através de técnicas produtivas, resgate de saberes populares, valorização da qualidade de vida a partir do aumento da produção de alimentos para o consumo familiar e redução no consumo de alimentos industrializados.

O aumento da motivação e autoestima por meio da participação nas atividades coletivas evidenciou-se a partir dos relatos sobre o aprendizado de novos conhecimentos. A partir da valorização das características e necessidades específicas desenvolveu-se um sentimento de pertencimento à apropriação: “Vocês abriram nossos olhos para a realidade, para um mundo novo.” (Família N°

45). A diversificação a partir da produção de alimentos para autoconsumo, mesmo que em pequena escala, ainda que a transição de cultivos estivesse distante, mostrou-se importante na medida em que aproxima a compreensão de que outras possibilidades podem se concretizar.

Diante desse cenário, emerge a importância da construção de uma extensão rural pautada em bases participativas com envolvimento dos atores locais enquanto protagonistas de suas decisões, sendo possível assim, alcançar resultados para além da autoestima e motivação.

Também foi citado como positivo o incentivo proporcionado a partir dos intercâmbios e dias de campo em que as trocas de experiências refletiram no aumento da autoestima, sentindo-se motivados a buscar soluções para problemas da propriedade. Quer dizer, o contato com outros agricultores nos encontros de atividades coletivas, visualizando outras possibilidades além do cultivo do tabaco também demonstraram um potencial de expansão de consciência a partir de novas realidades, impactando de forma positiva na vida das famílias participantes desta política pública.

Como resposta ao questionamento sobre o que ainda estava faltando ou poderia ser melhor identificamos duas categorias: a primeira, em nível micro, envolve desafios relacionados às próprias famílias em suas propriedades. Já a segunda, diz respeito a aspectos mais amplos, como, por exemplo, as dificuldades para comercialização, o acesso a políticas públicas e continuidade do trabalho da ATER.

Na primeira categoria foram determinados desafios com relação aos aspectos técnico produtivos, como acesso à mudas e sementes crioulas, bem como a falta de recursos financeiros para iniciar novas atividades. Dentro desta categoria foram ainda identificadas questões de gênero, em que foi exposta a necessidade dos homens perceberem a importância de abrir espaço nas propriedades para a diversificação. Nesse caso, os relatos das mulheres nas propriedades evidenciaram a produção de alimentos como uma

atribuição feminina e, além disso, subordinada à figura masculina, e estes, em sua maioria, se dedicando às culturas produzidas em maior escala, como o fumo, soja e milho.

Neste sentido, a abordagem de Frank Ellis (2000) sobre a diversificação dos meios de vida, dialoga diretamente com os resultados provenientes das percepções dos entrevistados em vários níveis. Entre os quais, a distribuição de renda, por meio da diversificação de suas fontes, como forma de superação da pobreza, pelo aumento da produtividade e práticas sustentáveis de cultivo, bem como, pelas relações de gênero, capazes de alterar relações de dominação, além de proporcionar maior segurança em relação a efeitos macroeconômicos com relação ao acesso a mercado e variação de preços (Perondi e Schneider, 2012).

A compreensão a partir dos relatos apresentados durante a pesquisa, bem como por todo período de desenvolvimento do ATER demonstraram que, em muitos casos, a diversificação não é assimilada a partir do lucro, razão que pode ser atribuída à falta de organização para comercialização destas produções, a exemplo dos relatos das famílias pesquisadas.

Da mesma forma em que, a partir da segunda categoria, identificamos a necessidade da formação de estruturas para comercialização como forma de garantir a rentabilidade das famílias a partir da adoção da diversificação. Nesse sentido, foi destacada a dificuldade para formalizar agroindústrias facilitando a venda de seus produtos, tanto de origem vegetal como animal, bem como a inexistência de cooperativas e associações de agricultores como forma de organizar a produção, estipular preços e valorizar o trabalho dos pequenos agricultores.

Nessas circunstâncias, verificamos também a falta de subsídios públicos para investir em alternativas de diversificação, assim como, dificuldades de acesso, em termos burocráticos, naquelas já existentes. Ou seja, ficou claro que os agricultores entrevistados não se sentem contemplados pelas políticas públicas existentes, fator este que dificulta a ampliação da diversificação como uma

alternativa para a migração para novos cultivos, como demonstrado a partir do relato de um beneficiário: “É preciso incentivo financeiro para poder começar novas atividades, porque do fumo mal sobra pra passar o ano.” (Família N° 55).

Assim, a pesquisa evidencia o grande desafio a ser superado diante das perspectivas de construção de sistemas agrícolas diversificados, bem como, a importância do aumento de investimentos públicos de apoio para a transição para uma agricultura mais sustentável e sistemas agroecológicos (Kremen; Miles, 2012; DeLonge; Miles; Carlisle, 2015).

A relação estabelecida entre a importância acerca das lutas sociais torna-se relevante quando se considera a dependência relacionada à cultura do tabaco com os agricultores pesquisados, de modo que os mesmos possam encontrar “capacidade” (SEN, 2000) para exercer o protagonismo diante da construção de novas trajetórias, visando a diversificação produtiva como meio para o desenvolvimento rural.

Entre as expectativas das famílias destacamos como fundamental a continuidade do acompanhamento técnico, com visitas assíduas nas propriedades, por ser um incentivo importante para ampliar conhecimentos e solidificar o empoderamento dos agricultores de forma permanente.

## **O papel da Cooperfumos no acompanhamento técnico**

A avaliação do acompanhamento realizado durante os três anos de vigência deste contrato foram descritos como: bom, muito bom e ótimo, mas o foco desta análise consistiu nas razões que motivaram esta avaliação, as quais serão detalhadas na sequência do texto.

As justificativas para a avaliação do acompanhamento técnico foram citadas por meio da motivação e conhecimento para aumento da diversificação, definindo esses fatores como responsáveis por

contribuir no desenvolvimento de melhorias em torno da diversificação em suas propriedades. Em outras palavras, os processos de diversificação foram sendo fortalecidos a partir de novas técnicas de produção, aliadas à diversidade dos temas abordados nas visitas e também durante as atividades coletivas. Outro fator citado, para além do conhecimento, foi a integração social entre os beneficiários, proporcionada por meio dos encontros nas atividades coletivas, as quais foram caracterizadas também pela construção de laços de amizade ao longo dos três anos de desenvolvimento da política de ATER.

Acerca das visitas técnicas foi relatada a importância do incentivo para a produção de alimentos, por meio de conhecimentos que impulsionaram os agricultores para acreditar na viabilidade de novas formas de produção. A partir das visitas nas propriedades, os entrevistados citaram também a importância da construção de conhecimento voltado para a valorização dos seus saberes, uma vez que o trabalho desenvolvido sempre teve como prioridade o respeito às diferentes realidades em que as famílias estavam inseridas. Nesse sentido, é fundamental destacar o papel atribuído aos agricultores beneficiários enquanto atores sociais e protagonistas, com capacidades específicas sobre seus processos de diversificação.

Entre as considerações realizadas sobre as atividades coletivas foi relatada como importante a organização das temáticas, que, por sua vez, eram enriquecidas pelas trocas de experiências entre os beneficiários e técnicos, pela construção de conhecimento de forma simples e com linguagem acessível a todos os participantes, resultando em uma percepção de acolhimento e pertencimento àqueles espaços de construção de conhecimento coletivo.

Outras avaliações relembrou a realização do Cadastro Ambiental Rural [CAR] realizado de forma gratuita pelos técnicos, além de relatos que enfatizaram a importância da ATER como meio de acessar mais conhecimento. Desse modo, o acompanhamento técnico foi identificado como o responsável por reduzir a

resistência para as “novidades” que poderiam ser desenvolvidas nas propriedades, uma vez que as experiências proporcionadas pela ATER durante as visitas técnicas e atividades coletivas, a partir do diálogo entre os agricultores sobre colocar em prática novas formas e técnicas de produção, aos poucos proporcionou a proximidade com a temática da diversificação e, conseqüentemente, foi deixando os agricultores cada vez menos resistentes para testar novas possibilidades de técnicas produtivas, bem como, cultivar novas espécies.

Por fim, destacamos um trecho de uma resposta sobre o acompanhamento técnico realizado: “Foi muito bom pelo ensino de novas técnicas de produção, de compostagem e produção de matéria orgânica, pelo acompanhamento e motivação para melhorar a propriedade.” (Família Nº 25).

Com relação ao interesse em participar de uma próxima chamada pública, todas as famílias, sem exceção, deixaram claro que gostariam de continuar sendo beneficiárias, destacando-se entre as principais razões expostas, a busca por conhecimento. Os relatos dos agricultores entrevistados evidenciaram este desejo: “O agricultor precisa de uma ajuda como a de vocês, não pode ficar sozinho, vocês nos ajudaram a entender o valor que tem a gente produzir nossos próprios alimentos.” (Família Nº 17); “Queremos continuar participando porque temos interesse em mudar, em diversificar mais, em sair da dependência do fumo, buscar soluções viáveis de permanecer no campo.” (Família Nº 34).

A interpretação das respostas demonstra a importância da continuidade do trabalho para que os agricultores possam assumir seu protagonismo diante da dependência gerada pelo cultivo do tabaco. Também analisamos os relatos como um “despertar” motivacional acerca da importância da autonomia em escala doméstica, quando a agricultora refere-se ao “valor” sobre a produção de alimentos como algo importante para a família.

A ideia expressa pela visão sobre não poder ficar sozinho, possibilita uma interpretação acerca do sentimento de pertencimento

e valorização, conduzidos como diretrizes no trabalho de ATER, uma vez que o trabalho oportunizou a construção de conhecimento de forma coletiva e participativa entre os beneficiários e técnicos. Estas afirmações não somente legitimam a importância de uma ATER contínua, como demonstram a sua necessidade frente aos desafios a serem superados.

De forma geral, a motivação para implementar a diversificação na propriedade foi exposta por meio de avaliações acerca do potencial em torno do aprendizado para realizar melhorias nas propriedades, o que por sua vez, oportuniza a ampliação de alternativas para o futuro e geração de renda para além da produção de fumo.

## **Considerações finais**

No presente artigo, buscamos sistematizar, a partir da visão dos agricultores, como o trabalho de ATER foi capaz de promover processos de diversificação em suas propriedades, demonstrando formas e meios distintos para sua ocorrência.

As percepções dos beneficiários foram interpretadas de forma qualitativa, de modo a ampliar suas compreensões. Os resultados abordados compreendem os impactos gerados pelo PNDACT para além do incentivo técnico produtivo e variabilidade de espécies, considerando a relevância da motivação pela busca de conhecimento, integração com o meio ambiente, por meio de práticas relacionadas à agroecologia e valorização de saberes populares; dinâmicas essas que compõem a diversidade do meio rural analisado.

As perspectivas sobre a produção de tabaco demonstraram que a dependência financeira constitui-se no principal entrave para os agricultores migrarem para novos cultivos, tanto para a maioria dos agricultores que demonstram estar insatisfeitos, como para aqueles que ainda desejam permanecer na atividade. Entre as perspectivas para a transição de cultivos, ficou evidente a insegurança com relação à comercialização de outras produções, uma vez que

os agricultores fumicultores estão “acostumados” com a segurança de renda proporcionada pelo SIPT. Nesse sentido, os subsídios por meio de políticas convergentes ao ATER, como o PAA, PNAE, além de financiamentos para auxiliar no pagamento de dívidas e iniciar novas atividades, podem consistir em meios para construção de alternativas que promovam maior segurança para a transição de cultivos e geração de renda.

As principais respostas sobre as mudanças positivas provenientes da política de diversificação orbitam em torno do conhecimento e aprendizado sobre as culturas diversificadas e como implantar a diversificação nas propriedades. Outros aspectos mais subjetivos como a motivação e autoestima também estiveram presentes nos relatos sobre o empoderamento e valorização das famílias a partir dos seus saberes populares, impactando no aumento de autonomia e vislumbrando a ampliação de possibilidades para realizar escolhas.

A interpretação dos dados permite-nos afirmar que todas as famílias, em maior ou menor grau, demonstraram não ter saído indiferentes aos incentivos com relação ao processo de diversificação. Independente das quantidades produzidas identificou-se que as respostas encontradas retratam a importância de considerar contextos referentes aos meios qualitativos para viabilizar alterações nas propriedades.

Acreditamos que, embora o incentivo e motivação dos agricultores tenha se destacado como um dos resultados do trabalho, sendo fundamental para todo e qualquer processo de transição, ainda assim, não é suficiente para efetuar as mudanças necessárias. Enfim, ressaltamos, para que mudanças efetivas sejam estabelecidas de forma permanente são necessárias ações integradas em diferentes frentes, além da oferta de uma ATER gratuita e permanente, é necessária a ampliação das políticas de incentivo à comercialização e, sobretudo, a viabilização de investimentos para que as mudanças necessárias ocorram.

Estudos já realizados acerca da problemática envolvendo a produção de tabaco, bem como pela busca por alternativas de diversificação, citados em parte neste artigo, evidenciam tanto a insatisfação dos produtores, como a importância da extensão rural no reconhecimento da heterogeneidade da agricultura familiar para promover o aumento da diversificação. Seguindo esta compreensão, concluímos que a avaliação e os impactos gerados pelo PNDACT a partir das percepções das famílias, permitiu conhecer dimensões qualitativas acerca das mudanças geradas por esta política, ampliando as formas de perceber a heterogeneidade e diversidade da agricultura familiar camponesa produtora de tabaco.

Portanto, os resultados da pesquisa identificaram que a dependência do tabaco vai além da vontade de produzir diversificado, ou mesmo do incentivo por meio da assistência técnica e da extensão rural. Para que a diversificação se concretize a ponto de consistir em alternativa à produção de tabaco, são necessárias ações em vários níveis, desde a produção até a comercialização, passando pela construção de canais de comercialização tão diversificados quanto se mostram esses agricultores, uma vez que não há como inserir, ou há maiores dificuldades em inserir agricultores que possuem características diversas em mercados homogêneos, ainda que este seja um grande desafio a ser superado.

Assim, sugerimos a ampliação de uma agenda de pesquisa que contemple o estudo acerca de meios e formas de inserir produções diversificadas em canais de comercialização personalizados, não apenas para os agricultores fumicultores, mas beneficiando, de forma ampla a agricultura familiar camponesa, com foco na aproximação entre a produção e o consumo. Ou seja, para além dos entraves relacionados às questões técnicas e de produção, é imprescindível trazer para o centro da discussão o direcionamento da produção diversificada ao mercado.

Entre as conclusões deste trabalho, enfatizamos a necessidade de ampliação de formas mais sensíveis e humanas de perceber a diversidade que compõe a agricultura familiar, e, neste contexto,

ampliar as possibilidades de estruturação de redes de comercialização guiadas pela oferta de produtos de acordo com as possibilidades e respeito à identidade desses agricultores.

Por fim, os resultados deste estudo, reafirmam a importância do protagonismo dos agricultores enquanto atores sociais, como fundamental para o desenvolvimento de seus processos de diversificação, bem como, justifica e reitera a importância da reconstrução das políticas públicas, não somente o PNDACT, mas todas as formas de apoio e valorização da agricultura familiar camponesa brasileira.

## **Bibliografia**

Aquino, Joacir Rufino de, Gazolla, Marcio e Schneider, Sergio (2018). Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 56(1), p. 123-142. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108/>.

Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA] (2022). <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html/>.

DeLonge, Marcia S, Miles, Albie e Carlisle, Liz (2016) Investing in the transition to sustainable agriculture. *Environmental Science & Policy*, 55(1), 266-273. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2015.09.013/>.

Ellis, Frank (2000). *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University.

Freitas, Tanise Dias (2015). *A diversificação dos meios de vida como expansão das capacidades: por uma sociologia das condições de vida na fumicultura no Rio Grande do Sul* [Tese de doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Freitas, Tanise Dias, Rambo, Anelise Graciele e Sartorelli, Anderson (2015). Os meios e as condições de vida no espaço rural: o caso das famílias produtoras de tabaco em Arroio do Tigre (RS) e Laranjeiras do Sul (PR). *Redes*, 20(3), p. 138 - 162. <https://10.17058/redes.v20i3.5405/>.

Gaspari, Camila de, Agne, Chaiane Leal, e Avila, Lucas Veiga (2017). *Análise dos aspectos sociais e produtivos dos agricultores produtores de tabaco no município de Sobradinho/RS*. [Trabalho de conclusão de pós graduação]. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. *Censo Agropecuário 2017*. IBGE: Rio de Janeiro <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sobradinho/pesquisa/24/76693/>.

Kremen, Claire, Miles, Albie (2012). Ecosystem services in biologically diversified versus conventional farming systems: benefits, externalities, and trade-offs. *Ecology Y Society*, 17(4). <https://doi.org/10.5751/ES-05035-170440/>.

Lucas, Evandro de Oliveira (2021). *O trabalho de organizações do movimento dos pequenos agricultores (MPA) em chamadas públicas de ATER voltadas à diversificação da cultura do tabaco* [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Machado, Cidonea Machado, Schneider, Sergio (2013). A Extensão Rural e a Diversificação Produtiva da Agricultura Familiar em Áreas de Cultivo de Tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS. *Revista Ideas: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, 7(2), p. 176–213. <https://revistaideas.ufrjr.br/ojs/index.php/ideas/article/view/106/105/>.

Organização Mundial da Saúde [OMS] (2003). *Convenção Quadro para o Controle do Tabaco*. Brasília: Anvisa. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/tabaco/convencao-quadro/arquivos/convencao-quadro-tabaco>

Perondi, Miguel Angelo, Schneider, Sergio (2012). Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. *Redes*, 17(2), p. 117-135. <https://doi.org/10.17058/redes.v17i2.2032>

Ploeg, Jan Douwe van der (26 de janeiro de 2017). *The importance of peasant agriculture: a neglected truth*. Wageningen: Wageningen University Y Research. <http://www.jandouwewanderploeg.com/PORT/the-importance-of-peasant-agriculture-a-neglected-truth/>

Redin, Ezequiel (2011). *Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS* [Dissertação de mestrado]. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria.

Riquinho, Deise Lisboa, Hennington, Élide Azevedo (2016). Sistema integrado de produção do tabaco: Saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(12) p. 1-10. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00072415>

Schneider, Sergio (2010). Reflexões Sobre Diversidade e Diversificação - Agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Revista do Centro de Estudos Rurais*, v. 4, p. 85–131. <http://ppgaa.prospesp.ufpa.br/pdfs/prosel2020/MAFDS/M4.pdf>

Sen, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Valencia, Vivian, Wittman, Hannah, Blesh, Jennifer (2019). Structuring markets for resilient farming systems. *Agronomy for Sustainable Development*, 39(25), <https://doi.org/10.1007/s13593-019-0572-4/>.

Vendruscolo, Rafaela (2017). *Instituições e críticas na fumicultura do Rio Grande do Sul*: Mudanças e reafirmações institucionais [Tese de doutorado]. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## Implementação de políticas públicas

### A atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Nacional de Diversificação em Áreas cultivadas com Tabaco

*Evandro de Oliveira Lucas e Alberto Bracagioli Neto*

O Brasil assinou a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [CQCT] no ano de 2003, e, em 2005, lançou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco [PNDACT], pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA]. A criação deste programa ocorreu em virtude de o artigo 17 da CQCT estabelecer que as entidades governamentais são responsáveis em promover alternativas economicamente viáveis para substituição desta cultura e de, no artigo 18, haver orientações com respeito à proteção do meio ambiente e à saúde das famílias envolvidas com o cultivo e a fabricação de produtos do tabaco (INCA, 2015; OMS, 2003).

O Brasil, como signatário desse acordo, assumiu o compromisso em criar um programa que atendesse às famílias produtoras de tabaco. O PNDACT correspondeu a uma exigência do Senado Federal para aprovar a ratificação da CQCT, contendo a assinatura de 6 ministros que se comprometeram em lançar este programa. Ele contém quatro eixos estratégicos: financiamento, acesso à tecnologia, agregação de valor à produção local e garantia de comercialização (Brasil, 2004).

O governo brasileiro assumiu o compromisso de criar mecanismos para disponibilizar auxílio técnico, científico e de financiamento para a diversificação da produção e manutenção da viabilidade econômica dos agricultores que cultivam o fumo e que desejam, livremente, se dirigir a outras atividades (Brasil, 2005). Nos estados da região Sul, que respondem por 95% da produção nacional, havia na safra de 2004/2005, quando foi criado o PNDACT, 198 mil famílias produtoras de tabaco, número este reduzido em 70 mil famílias nos últimos 17 anos, com um registro de 128 mil famílias na última safra de 2021/2022 (AFUBRA, 2023).

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural são uma das principais estratégias para implementar o PNDACT. O Programa de apoio à diversificação continha a Assistência Técnica dentro do eixo voltado ao acesso à tecnologia, constando que seria promovido através de protocolos e acordos específicos por instituições públicas e privadas, conforme a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural [PNATER] (Brasil, 2005).

O primeiro projeto lançado para a diversificação da cultura do tabaco ocorreu no ano de 2007, sob gerência do Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], sendo ainda na modalidade de contrato de repasse/convênio com vigência entre janeiro de 2008 a dezembro de 2009. No Rio Grande do Sul, a entidade conveniente foi a Associação Santacruzense de Pequenos Agricultores Camponeses [ASPAC], na época ligada ao Movimento dos Pequenos Agricultores [MPA]. Ainda foram realizados outros convênios, principalmente com a prefeitura de Dom Feliciano, porém logo foram substituídos pelas chamadas públicas. O MPA passou a assumir maior destaque nesta temática, quando passou a atuar na implementação de projetos voltados à diversificação produtiva do tabaco, na região do Vale do Rio Pardo, que é considerado o berço das indústrias do tabaco.

Entre os anos de 2011 e 2018, foram lançadas 3 chamadas públicas voltadas à diversificação da cultura do tabaco. A primeira implementada entre 2012 e 2013; a segunda entre 2014 e 2017, ambas

lançadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], e a terceira entre 2018 e 2021, já sob a gestão da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural [ANATER], todas essas com atuação de organizações ligadas ao MPA.

Como visto no enunciado, o MPA possui um papel importante no que se refere às ações voltadas à diversificação da cultura do tabaco. Nesse íterim, nosso objetivo é analisar a atuação dos agentes de ATER, ligados às organizações do MPA, na implementação da chamada pública voltada à diversificação da cultura do tabaco, executada entre os anos de 2018 e 2021.<sup>1</sup> Também analisamos a ação do Estado no desenvolvimento de políticas públicas voltadas a atender às famílias produtoras de tabaco, tendo em conta o compromisso assumido pelo Estado brasileiro no atendimento às famílias que trabalham com esta atividade agrícola.

### **Procedimentos metodológicos: pesquisa-ação em tempos de pandemia**

A pesquisa foi desenvolvida durante o ano de 2020, com abordagem qualitativa, utilizando o referencial de pesquisa-ação. Optamos por este método de pesquisa para permitir maior imersão do pesquisador nas práticas presentes na atuação dos profissionais de extensão rural. O método de pesquisa-ação propõe que os pesquisadores desempenhem um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas, não

<sup>1</sup> Recorte da Dissertação de Mestrado “O trabalho de organizações do Movimento dos Pequenos Agricultores [MPA] em chamadas públicas de ATER, voltadas à diversificação da cultura do tabaco”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural [PGDR] da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS], sob a orientação do Prof Alberto Bracagioli Neto. A pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [CNPq] e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil [CAPES] - Código de Financiamento 001.

constituindo-se apenas pela ação ou investigação; nele é necessário produzir conhecimento, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões levantadas (Thiolent, 1987).

A pesquisa-ação, ao mesmo tempo que contribui na produção de informações sobre determinada ação, também pode ser instigadora, problemática e até mesmo assumir um caráter transformador, configurando-se em um cuidadoso ato de inserção do pesquisador no cotidiano dos pesquisados, a modo de permitir uma melhor compreensão dessa realidade, fazendo com que a pesquisa desenvolvida esteja em constante interface com os grupos estudados.

Mayring (2002) considera o “eu” dentro da pesquisa-ação, através do qual as pessoas afetadas pela pesquisa não são objetos de estudos, mas parceiros. E considera que pesquisador e pesquisado estão envolvidos numa troca e discurso igualitários, livre de dominação contínua. A pesquisa, portanto, se desenrola em meio a relações pré-estabelecidas entre pesquisador e pesquisado, contudo, a realização desse trabalho de partilha na produção social de conhecimentos não significa o direito a pré-ideologizar partidariamente os pressupostos da investigação e a aplicação de seus resultados (Brandão; Borges, 2007).

Elementos de pesquisa-ação são incluídos em todos os projetos de pesquisa em que o pesquisador discute e devolve os resultados obtidos, no fim da análise, aos sujeitos pesquisados (Mayring, 2002), algo que foi realizado não somente no fim, mas durante a pesquisa junto às organizações ligadas ao MPA.

A pesquisa foi desenvolvida junto à Cooperativa de Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Educação Rural LTDA [COOPSAT] e ao Instituto Cultural Padre Josimo [ICPJ], ambas ligadas ao MPA. Essas organizações atuaram na implementação das chamadas públicas lançadas voltadas à diversificação da cultura do tabaco. A definição por elas ocorreu em virtude do envolvimento histórico

do MPA na atuação de ações junto a agricultores produtores de tabaco, bem como em projetos voltados à sua diversificação.

As organizações que fizeram parte da pesquisa de campo possuíam atuação em 3 lotes distintos. A COOPSAT atendeu dois lotes, o primeiro oriundo da chamada pública 04/2018, no qual o ICPJ também foi contemplado e desenvolveu suas atividades. O segundo lote atendido pela COOPSAT é proveniente da chamada pública complementar 07/2018. Ao total, a COOPSAT atendeu a 1640 famílias em dezenove municípios e, o ICPJ, a 960, em oito municípios. As chamadas públicas iniciaram em outubro de 2018 e possuíam originalmente dois anos de contrato, porém ocorreram alterações no plano de ação e foram concluídos somente no segundo semestre do ano de 2022.

A região de estudo foi definida com base nos municípios em que MPA possuía atuação na implementação da chamada pública e corresponde a locais em que a produção de tabaco é bastante significativa. No caso do ICPJ, a maioria dos municípios é da região Centro-Sul, com exceção de General Câmara, que pertence ao Vale do Rio Pardo. Já a COOPSAT atendeu treze municípios na região do Vale do Rio Pardo, três municípios na região Jacuí Centro (Paraíso do Sul, Novo Cabrais e Cerro Branco), um na região Central (Agudo), e um que pertence ao Alto da Serra do Botucarái (Lagoão). Desses, foram visitados onze municípios, atendidos por dez agentes de ATER.

Dos agentes de ATER acompanhados da COOPSAT, quatro atuavam no lote Centro Serra e dois no lote Vale do Rio Pardo, além de quatro agentes de ATER do ICPJ, resultando em um total de 44 visitas a famílias beneficiárias do projeto. Ambas as entidades possuíam 25 agentes de ATER, atuando a campo, no mês de março de 2020. Porém, à medida que as metas eram concluídas, alguns agentes de ATER eram desligados do projeto, sendo esse um grande desafio, pois a pesquisa precisou ser realizada durante um momento de bastante insegurança em relação a pandemia de COVID-19.

As visitas aos agricultores junto aos agentes de ATER foram ocorrendo conforme o projeto ia se encaminhando para o fim, sendo somente realizada em municípios com baixos casos da COVID-19, e seguindo protocolos estabelecidos pelas organizações. Os dez agentes de ATER acompanhados em visitas a campo, posteriormente, foram entrevistados via Google Meet. Todos os agentes de ATER também responderam um questionário pelo Google Forms, e foi realizado um grupo focal on-line, com 6 pessoas que atuaram na coordenação do projeto do ICPJ e COOPSAT.

Quando a pesquisa que embasa este estudo foi concluída, no começo de abril de 2021, havia perdido a vida, devido a pandemia da COVID-19, um número superior a 350 mil pessoas. A negligência e indiferença do governo da época atrasou a vacinação e fez com que chegássemos a quase 700 mil mortes. Torna-se impossível falar da pesquisa, neste trabalho, sem lembrar do momento histórico em que essa foi realizada e da desgraça que nos acometia enquanto sociedade.

## **Burocratas ou militantes? A atuação dos agentes de ATER ligados a organizações do MPA**

O MPA surgiu no estado do RS, em 1996, após a organização de milhares de “pequenos agricultores” para cobrar ações do governo do estado em decorrência de uma grande seca que ocorria no estado do RS. É denominado como um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, que faz parte da Via Campesina (MPA, 2020).

No Vale do Rio Pardo (RS), o MPA começou a ter representantes no início dos anos 2000, como um movimento social de representação dos pequenos agricultores. A organização do movimento na região ocorreu motivado pela falta de representantes dos fumicultores. Segundo Gorgen (2017), o MPA iniciou sua atuação na região por meio da organização dos agricultores para demandarem das

indústrias fumageiras melhores preços para o fumo, redução no número de classes, pagamento de insalubridade e mudança do modelo tecnológico.

A atuação do MPA na região, por seus dirigentes, e, principalmente, a criação de organizações voltadas a atender a base social do movimento foram determinantes para que organizações criadas na base do MPA passassem a desenvolver um papel de destaque na implementação de políticas públicas voltadas à diversificação da cultura do tabaco.

Apesar da grande relação do MPA com os fumicultores, algumas questões ainda precisavam ser exploradas, a começar por sua base social, afinal, estavam as famílias produtoras de tabaco demandando um programa de diversificação produtiva? e dirigentes que atuavam enquanto MPA nos municípios estariam dispostos a atuar em políticas públicas com esse propósito?

A pesquisa mostrou que a implementação das políticas públicas de ATER e a militância no MPA não andavam juntas e, salvo exceções, não eram desenvolvidas ações a campo por profissionais identificados com o Movimento. Nesse sentido, a equipe que atuava junto aos agricultores não era formada a partir da base social do MPA, sendo identificado que a seleção de profissionais para atuarem na ATER priorizava técnicos que residissem em municípios de abrangência dos contratos.

O referencial de “burocracia de nível de rua”, segundo Lipsky (2019), sinaliza um paradoxo no qual: “burocracia” implica um conjunto de regras e estruturas de autoridade, enquanto “nível de rua” refere-se a uma distância do centro, onde presumivelmente a autoridade reside. Desta forma, o autor argumenta que as rotinas que estabelecem e os dispositivos que criam, para lidar com incertezas e pressões no trabalho, tornam-se efetivamente as políticas públicas que eles realizam.

Os agentes de ATER, à vista disso, usufruíram, ao longo dos seus dois anos de trabalho, desta distância da autoridade, expressa no nível de rua, no que se refere ao desenvolvimento das atividades

previstas no contrato. A coordenação, esta identificada politicamente com o MPA, possuía um papel de auxílio e cobrança em torno do cumprimento das metas, porém sem ter ações voltadas a ajustar a conduta pessoal do técnico junto às famílias beneficiárias da chamada pública.

As coordenações, tanto da COOPSAT, quanto do ICPJ, não faziam exigências para que os agentes de ATER participassem de atividades políticas do MPA. No decorrer dos projetos, os agentes de ATER estavam liberados em relação à militância no MPA, isto é, era necessário ser um bom trabalhador no nível de rua, ou seja, junto com os beneficiários da ATER, cumprindo as atividades que constavam no contrato de trabalho. Após isso, o técnico ficava livre para executar outras atividades, fossem estas pelo MPA, ou não. Dessa forma, foi possível identificar que o desenvolvimento da ATER voltada à diversificação da cultura do tabaco não era utilizado para aumento da base ligada ao MPA junto às famílias beneficiárias. No grupo focal, um dos coordenadores do projeto de ATER realizado pelo ICPJ fala um pouco sobre isso:

A gente nunca conseguiu encontrar a consonância entre ação militante e o cumprimento de contrato de ATER. A ideia, quando foi construída a PNATER, é que a gente conseguisse estruturar muito das regiões onde os camponeses moram e produzem, aliado isso com uma política de movimentos sociais, não só o MPA, mas vários outros do campo. Só que no fim acaba que saíam grupos de contratos, se encerram, iam iniciar outros, algumas coisas mudaram para melhor e outras para pior [...] (Grupo focal, Coordenação ICPJ).

As ponderações realizadas reforçam o papel que as burocracias exercem no trabalho dos agentes de ATER durante a implementação da política pública. Existe um interesse das coordenações em fortalecer o MPA, entretanto, a rotina de trabalho e momento político adverso aos movimentos sociais faziam com que o MPA não estivesse presente no trabalho que chegava até os agricultores atendidos. Foi possível identificar alguns motivos pelos quais

o MPA ia perdendo força durante a implementação do projeto de ATER. O primeiro relacionado ao risco que seria realizar atividades com símbolos que remetessem ao MPA durante um governo que o Movimento considerava como oposição; o segundo está no fato de a que maior parte dos agentes de ATER, que atuavam junto aos beneficiários, não tinham identificação social com o Movimento; já o terceiro será o que Lipsky (2019) chama de discricionariedade, ou seja, o burocrata a nível de rua pode modificar e fazer com que as políticas públicas tenham representações de suas individualidades, conferidas durante a implementação. Nesse caso, como o MPA estava distante do seu cotidiano, acabava não sendo expresso no seu trabalho.

O ato discricionário, apontado em trabalhos por Lipsky (2019), pode ocorrer de muitas formas em serviços de ATER, podendo ser presente na atuação de trabalhadores que atuam na esfera pública ou em organizações da sociedade civil, na implementação de políticas públicas (Maynard e Musheno, 2000). O agente de ATER, que atuava ao nível da rua, pode ter inclinações favoráveis ao cultivo do tabaco ou pautar a agroecologia; também pode ser um cumpridor de metas ou ter preocupações em torno de aspectos sociais. Ou seja, no desenvolvimento do seu trabalho, ele poderá ajustar suas ações a partir de crenças e valores pessoais, que o deixem mais confortáveis durante o cumprimento das metas.

A discricção acaba sendo orientada e determinada por políticas que podem criar maior discricção através do conflito, confusão e imprecisão de múltiplas regras e procedimentos – uma situação que Lipsky analisa como característica da burocracia no nível das ruas (Evan e Harris, 2004). Muitas literaturas visam explicar “o que acontece”, assumindo relações com fatores do próprio nível da rua (Hupe; Buffat, 2014). Dessa forma, segundo os autores, fica de lado o fato de que os contextos de implementação podem variar entre países e sistemas administrativos políticos, no que diz respeito ao desenho institucional, às relações entre os atores e até às culturas políticas.

Ao supor que os dois atores (trabalhadores no nível da rua e usuários) sejam naturalmente movidos por uma racionalidade comum, na busca de uma finalidade também comum, não se leva em consideração o fato de que cada ator persegue interesses, não necessariamente convergentes, cada qual com seus próprios recursos, ainda que desiguais, para influenciar no curso da relação (Dubois, 1996).

Identificamos, durante as visitas realizadas com os agentes de ATER, que todos os profissionais mobilizam diferentes conceitos na implementação da política pública, algo que também ficou nítido durante as entrevistas. Utilizando o software Iramuteq, extraímos das entrevistas os principais conceitos que são mobilizados durante a realização do seu trabalho junto aos beneficiários, com destaque para a diversificação, as burocracias, a agroecologia e o MPA.

Quando consideramos a realidade da cultura do tabaco, podemos nos deparar com famílias que apresentam um alto nível de diversificação produtiva para atender às necessidades do grupo familiar, porém a atividade a ser comercializada será predominantemente o tabaco. Redin (2012), ao analisar a diversificação produtiva no município de Arroio do Tigre/RS, aponta que a diversificação compete, além da exigência de área agricultável disponível, em mais mão de obra, investimentos, conhecimento das técnicas das atividades, assistência técnica, logística e comercialização, além de mercado disponível, isto é, toda uma estrutura de apoio desde a produção até a venda.

No município de Dom Feliciano-RS, Deponti e Schneider (2013) destacam que, embora exista boa vontade por parte da administração municipal e dos próprios extensionistas, no anseio de que o Programa Piloto de Diversificação de Dom Feliciano tenha êxito, há fragilidades na execução pela carência de estudos de mercado e por não levar em consideração o saber-fazer do agricultor.

Diversificar a renda é uma tarefa complexa, e, quando os agricultores não tem êxito, passam a conviver com frustrações. Durante as

visitas realizadas junto a Agente de ATER de Candelária, presenciamos a experiência de uma agricultora que investiu nos morangos, com acesso a crédito, mão de obra, assistência técnica, e conseguiu ter uma nova fonte de renda a partir dessa atividade produtiva. Contudo, também em Candelária, havia outro beneficiário da ATER com uma experiência frustrada de diversificação da renda e convicto em não plantar mais nada para comercializar, além do tabaco. Era perceptível a impossibilidade de olhar para as famílias somente a partir do que a política pública buscava, tendo em vista as diferentes trajetórias de vida de cada beneficiário da chamada pública, e as motivações que faziam se cadastrar no projeto.

Os resultados do programa de diversificação não apontaram para a substituição do tabaco por outras fontes de renda de forma massiva, entretanto existem experiências mais pontuais que demonstram a diversificação a partir da produção para o autoconsumo. Sobre isso, Ludtke (2016) relata que famílias beneficiárias de programas de ATER, voltados à diversificação do cultivo do tabaco em Santa Cruz do Sul, ampliaram sua produção para o autoconsumo e se inseriram em novos mercados, porém mantendo o tabaco como sua principal fonte de renda.

Algo identificado em algumas visitas foi uma real diversificação de renda e substituição do tabaco. No município de Cerro Grande do Sul, uma agricultora destaca: “plantei fumo a vida toda e morava no galpão. Agora faz seis anos que trabalho na horta e estou construindo minha casa.” A substituição do tabaco, normalmente, tinha como motivação problemas de saúde, registrados até mesmo entre os agentes de ATER que trabalhavam na chamada pública.

Eu vou no meio do tabaco, me dá alergia a nicotina. Eu não posso mais trabalhar no meio do tabaco. É uma das condições também que me fizeram começar como agente de ATER. Até a minha mãe sofre de depressão, não sei se é inclusive do tabaco que gerou isso. Mas, assim, é um cultivo bem pesado [...] (Entrevista com o agente de ATER de Cristal).

Nas visitas realizadas no município de São Jerônimo, um agricultor chama atenção para a dificuldade de comercializar outras produções: “nós aqui, se não é o fumo ou a melancia, não é outra coisa.” São comuns os relatos de agricultores que não aumentam a produção de alimentos e/ou permanecem produzindo tabaco por falta de garantias de mercado para os demais cultivares (Siqueira, Lucas e Cruz, 2020). Uma alternativa para inserção dos agricultores produtores de tabaco em outros mercados poderia ser pelo Programa de Aquisição de Alimentos [PAA], com alguma linha voltada a esse público, porém era visível o fato da política de ATER ser realizada de forma isolada, estabelecendo pouca relação com outras políticas públicas.

Boa parte das famílias que eram beneficiárias da chamada pública manifestavam sentimentos de insatisfação com o tabaco, ao mesmo tempo mantinham forte resistência à diversificação produtiva. Diante disso, durante as visitas técnicas realizadas pelos agentes de ATER, o foco do trabalho costumava ser na horta, nas frutíferas, no milho, feijão, mandioca e tantos outros cultivos, fazendo com que o tabaco ocupasse um papel secundário, sem protagonismo, algo que, de maneira muito sutil, contestava sua produção em forma de monocultivo. Ao entrevistar o agente de ATER, que atuou em Passa Sete, ele aponta que ser contra o fumo é construir uma barreira com o agricultor.

Eu nunca me posicionei contra o fumo, pois se tu começa assim tu cria um certa barreira entre técnico e agricultor. A gente tem que reconhecer que a cultura do tabaco é uma realidade da pequena propriedade, mas eu sempre tentei levar aos agricultores algumas alternativas que eles pudessem reconhecer como importantes [...] (Entrevista com o agente de ATER de Passa Sete).

Havia uma orientação, em ambas as organizações, de não trabalhar em orientações voltadas ao manejo com agrotóxicos. Com isso, a agroecologia passa a ser outra característica que vai se construindo ao longo da atuação dos agentes de ATER. Eles foram

aprendendo entre si, se ajudando, conversando, estudando e, até mesmo, praticando técnicas agroecológicas. Também aprenderam com agricultores que já desenvolviam práticas agroecológicas e foram criando estratégias, por meio da comunicação, com as famílias beneficiárias para elas produzirem alimentos livres de agrotóxicos. Então, além da mensagem sobre a importância de diversificar deixada pelo projeto, ficou a construção de consciência em torno da produção de alimentos sem agrotóxicos. O agente de ATER de Agudo, que foi se aproximar da agroecologia após começar a atuar no ATER, pontua “[...] coloquei, principalmente no ATER, a necessidade de produzir o alimento básico da casa sem a utilização de agrotóxicos, sem veneno. Coloquei muitas e muitas vezes isso para o pessoal saber o que está consumindo.”

Apesar de os serviços de ATER desenvolvidos pelas entidades ligadas ao MPA não serem um trabalho para formar base política, contribuíram em ações voltadas ao fortalecimento da produção para o autoconsumo e para a produção de alimentos livre de agrotóxicos, a destacar o desenvolvimento destas ações em um momento que o governo não as reconhecia como prioritária. A discricionariedade expressa no trabalho ocorria em dois estágios: organizacional e no nível das ruas. As organizações, ao orientarem a implementação das políticas públicas, colocavam a agroecologia e produção diversificada como um caminho a ser buscado pelos agentes de ATER. Já estes, quando estavam junto aos beneficiários, podiam desenvolver as mais diversas estratégias durante sua atuação para buscar esse objetivo.

A pressão expressa no nível da rua mostrou que a ação discricionária realizada pelos agentes de ATER era projetada em benefício das famílias mais exigentes do serviço. Alguns recebiam as metas mínimas presentes no projeto, já outras recebiam um atendimento com maior intensidade. Algo que ocorria a partir de aspectos locais e da relação estabelecida entre os beneficiários e os agentes de ATER.

Deponti (2010), ao analisar o trabalho de ATER pública no RS, apontou que a negociação e a compatibilização entre metas e demandas dependem, em grande parte, da postura do técnico e, com isso, nem sempre são consideradas na ação extensionista, tendo em vista a diversidade de perfis profissionais. A autora ainda destaca que o dia a dia do técnico, muitas vezes, está isolado de um plano estratégico para a ação, restringindo-se a responder as demandas que surgem no cotidiano dos agricultores ou cumprindo metas.

A pressão exercida pela burocracia criada pelo governo sob os agentes de ATER faz com que eles atuem com os beneficiários da política pública como burocratas e não militantes. Apesar disso, existem margens para que sejam adotados procedimentos discricionários dentro de suas ações. Lotta (2010) destaca que, ao mesmo tempo em que os atores exercem a discricionariedade nas decisões relacionadas aos beneficiários, suas ações individuais acabam tornando-se o comportamento da agência pela qual respondem.

A burocracia enquadrou até mesmo os agentes de ATER mais militantes do MPA durante a implementação da política pública. Assim, o trabalho prestado pelas organizações do MPA não fez com que o movimento aumentasse sua base social, de forma que agiu estritamente no cumprimento de metas e na resposta a constrangimentos institucionais realizados pela ANATER, a serem explorados na próxima seção.

### **Impasses e constrangimentos institucionais na implementação das chamadas públicas de diversificação da cultura do tabaco**

As chamadas públicas, voltadas à diversificação da cultura do tabaco, passaram por algumas mudanças nos últimos anos. A própria modalidade de chamada pública ainda é bastante recente, visto que a primeira chamada pública voltada à diversificação da

cultura do tabaco foi realizada no ano de 2012, contratada pelo MDA, com duração de 1 ano e com um modelo muito engessado em relação às metas e execução. A segunda chamada pública foi realizada no ano de 2014, ainda por meio do MDA. Porém, após o impeachment de Dilma Rousseff, esse ministério foi extinto e os contratos transferidos para a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário [SEAD]. A terceira e última chamada pública é do ano de 2018, tendo sido lançada pela ANATER com recurso proveniente da SEAD. Além disso, o sistema de Gestão de ATER foi substituído, a equipe de recursos humanos que acompanhava o contrato foi quase que integralmente substituída e a subordinação da política pública de ATER migrou da Casa Civil para o MAPA.

A chamada pública, lançada no ano de 2018, apresentava como principal objetivo “a diversificação, a sustentabilidade dos meios de vida e da produção de modo a promover o desenvolvimento sustentável das UFPA – Unidades Familiares de Produção Agrária” (ANATER, 2018, p.5). A vinculação do projeto de ATER à CQCT sempre foi uma associação difícil de ser realizada nas regiões em que o tabaco era produzido, dada a grande oposição criada no momento em que estava para ser ratificada a CQCT.

[...]a ratificação [da CQCT] foi um processo bastante tumultuado e expôs a força do *lobby* da indústria, seja diretamente ou indiretamente, por meio de organizações vinculadas, como, por exemplo, a Afubra, ou por meio dos parlamentares financiados pela indústria e publicamente comprometidos com a produção de tabaco ou por meio dos produtores individualmente e organizados em sindicatos (Hilsinger, 2016, p. 103).

As disputas e movimentos em torno da CQCT sempre foram bastante intensas. O lobby do tabaco criou um amplo movimento para disseminar a ideia de que a CQCT proibiria o cultivo de tabaco e de que a adesão do país ao tratado acarretaria em forte impacto negativo às famílias produtoras de fumo (Cavalcante et al., 2017).

Essa mobilização repercutiu de tal forma que, nos projetos executados voltados à diversificação da cultura do tabaco, comumente, era necessário enfatizar aos agricultores produtores que, ao participarem do projeto, não seria necessário deixar de produzir tabaco. Uma liderança da Comissão Pastoral da Terra [CPT] da região do Vale do Rio Pardo destaca um pouco do que foi o movimento contrário à CQCT:

Resgatando um pouco a história, em 06/12/04, o então Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) veio a Santa Cruz do Sul numa audiência pública na UNISC [Universidade de Santa Cruz do Sul] para debater o tema da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. Na época, a indústria fumageira e também outras organizações, políticos, etc., mobilizaram mais de 10 mil agricultores contra a convenção, espalhando falsa e maldosamente que o governo Lula iria proibir de plantar fumo. Daí, imaginem o clima que se criou. Eu testemunhei, pois estava lá junto com um pequeno grupo defendendo a Convenção-Quadro, a Irmã Lurdes Dill de Santa Maria falou em nome do grupo e foi vaiada do começo ao fim de sua fala, mas não se calou (quase que tivemos que sair escoltados). Pobre dos agricultores que neste dia foram utilizados como ponta de lança pela indústria fumageira para defender os interesses da indústria e contra um tratado que lhes seria bom [...] (Liderança CPT, Vale do Rio Pardo).

A memória que a CQCT remete às famílias produtoras de tabaco não é positiva. A pesquisa realizada junto aos beneficiários mostrava que, quando perguntados sobre esse tratado internacional, boa parte das famílias o relaciona a algo feito para terminar com o tabaco. Consequentemente, surgia uma particularidade no que se refere a essa política pública, a falta de apoio dos beneficiários.

Muitas famílias participavam das ações promovidas pelas organizações e até reconheciam a importância da diversificação e da produção de alimentos livres de agrotóxicos, mas a maior parte delas não estava disposta a deixar de plantar tabaco. A participação na política pública também não era imediata, com muitos agentes

de ATER destacando grande dificuldade em atingir o número recomendado de beneficiários.

O cadastro de beneficiários a um serviço público normalmente envolve seleção, havendo frequentemente impossibilidade em atender a todos os requisitantes. No caso dos projetos voltados à diversificação da cultura do tabaco, essa característica é pouco identificada e, pelo contrário, no momento do cadastro, normalmente os agentes de ATER precisavam fazer um esforço para convencer as famílias a participarem.

Essa situação fazia com que a reivindicação da política pública não fosse realizada por seus beneficiários. Dessa forma, apesar de haver constantes cortes de recursos e questionamentos sobre o trabalho prestado pelas nas organizações pela ANATER, estes não resultaram em uma mobilização dos beneficiários em prol da manutenção das chamadas públicas, algo que considero ter facilitado substancialmente o desmonte da política pública de ATER voltada a famílias produtoras de tabaco e, conseqüentemente, do PNDACT, pois essa acabava sendo a última ação realizada pelo governo.

Desde a aprovação da CQCT, é o primeiro momento em que não são desenvolvidas políticas públicas junto às famílias produtoras de tabaco. Após o encerramento dos contratos, na metade do ano de 2021, não foram realizados novos projetos pelo governo, sendo inclusive admitido em ofício pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo [SAF], vinculada ao MAPA, que projetos voltados à diversificação da cultura do tabaco podem ser totalmente revistos, manifestando por parte da secretaria o interesse em implementar novos projetos, sem o que classificavam como ataque constante à cultura lícita do tabaco (Brasil, 2019). Contudo, durante o governo Bolsonaro, não foram mais desenvolvidas políticas públicas, optando-se pela inércia do Estado em relação a este assunto e ao descumprimento de um tratado internacional.

O descontentamento da SAF/MAPA fez com que as ações do PNDACT passassem por um processo de asfixia, no caso, promovida pela ANATER, a partir de uma série de constrangimentos

institucionais ao longo da implementação do projeto, sendo a principal ação algo que a ANATER chamou de repactuação, efetuada em agosto de 2019. Essa medida consistia no corte de aproximadamente 50% do recurso que havia sido destinado para a chamada pública. A SAF/MAPA atribuiu a crise financeira do país à redução orçamentária nos contratos de ATER. Mas também alegou que possuía novas diretrizes e projetos em relação ao desenvolvimento dos pequenos e médios produtores, e destacava insatisfação na forma com o trabalho estava sendo desenvolvido.

A repactuação foi bastante discutida durante o grupo focal e marcou um dos períodos mais complicados que as organizações enfrentaram durante o desenvolvimento da ATER. A repactuação foi imposta às organizações pela ANATER, com pouco diálogo, resultando em muitas críticas por parte das organizações.

[...] a capacidade de negociação é zero com o ANATER. É tudo unilateral. Então, a ANATER impõe as coisas e a gente tem que acatar. Nenhuma sugestão, nenhum apontamento, nenhuma questão que a gente levantou, que a gente propôs para a ANATER eles aceitaram. Tudo era unilateral [...], tem que repactuar, tem que cortar 50% do contrato, mas 50% fica inviável, não interessa, mas tem que ser 50% [...] (Grupo focal, Coordenação ICP).

Após realizadas as repactuações, algumas decisões foram tomadas por parte das organizações, como a adequação no número de famílias por agente de ATER. Em ambas as entidades, o número, que era de setenta ou no máximo oitenta famílias atendidas por profissional, aumentou para até cem famílias (máximo permitido pela ANATER). No caso da COOPSAT, esse aumento não ocorreu para todos os técnicos, sendo realizado para os que possuíam as metas em dia e uma logística para realizar o atendimento. Com isso, também passaram a condicionar o pagamento dos salários ao número de atividades realizadas ao longo de um mês, assim aumentando a pressão dos profissionais que atuavam no nível das ruas em relação à realização das atividades. Tal fato forçou os técnicos a serem

burocratas eficientes e restringiu ainda mais o espaço para uma atuação voltada ao fortalecimento de base social para o MPA. As entidades não realizaram demissões, mas passaram a executar os projetos com grande dificuldade e constante falta de recursos financeiros.

O monitoramento por parte da ANATER foi realizado pelo novo Sistema de Gestão de ATER [SGA]. Este permitiu à ANATER a realização de um controle mais intenso nas atividades desenvolvidas. Alterações nos planos de trabalho elaborados no SGA só podiam ser realizadas com autorização da ANATER, para, posterior a isso, serem indexadas ao SGA. O sistema também contava com uma versão Mobile, com a realização da maior parte das atividades no smartphone do técnico. Conforme o manual SGA Mobile, o aplicativo possibilita o acompanhamento e a avaliação das ações do técnico. O sistema opera de forma off-line e possui, como grande diferença, a diminuição de documentação física, sendo a visita planejada e validada diretamente através do aplicativo. O agricultor é identificado no SGA Mobile por reconhecimento facial, e todas as informações são lançadas diretamente no aplicativo, sem necessidade de conexão com a internet, podendo o técnico sincronizar e lançar a atividade no SGA quando tiver acesso (ANATER, 2019).

O SGA colocou todas as atividades do projeto dentro de um sistema, fazendo com que cada vez o técnico e a organização ficassem mais enquadrados pela burocracia. As atividades começaram a ser mecânicas, com pouca margem para desenvolver atividades, além das que estavam cadastradas no SGA. A pressão exercida pela ANATER, por meio do adensamento institucional, foi criando impasses e constrangimentos nas entidades prestadoras de serviço e, conseqüentemente, nos técnicos. Esse enquadramento burocrático tornou-se ponto crucial no desmonte da chamada pública e, com isso, na única ação que venha sendo desenvolvida no âmbito do PNDACT.

As repactuações são o principal exemplo de constrangimento, tendo em vista que governo opta por suspender o pagamento de

atividades realizadas até abril de 2019, e condiciona este pagamento ao aceite da repactuação, concluída em agosto de 2019. Esta estratégia coercitiva colocou as organizações em uma condição de forte insegurança, pois ficaram com dívidas resultantes das atividades desenvolvidas, portanto não podiam desistir do contrato, ao mesmo tempo que repactuar poderia comprometer sua saúde financeira.

[...] as entidades só ficaram sabendo da parte que iriam receber e quando iriam receber depois de assinar a repactuação. Fazia a repactuação, depois ia para a sala da presidência, conversar com o presidente da ANATER, para de fato ele dizer: “olha, do volume que vocês têm pra receber nós conseguimos pagar tanto”. Então, esse que foi o processo da repactuação. (Grupo focal, Coordenação COOPSAT).

Os agentes de ATER, em conjunto com as coordenações, ajustavam o seu trabalho em meio às mudanças realizadas durante a implementação da política pública. Ao longo do período de execução do contrato, faltou recurso para pagamento de salários, principalmente, no período anterior à repactuação. Depois disso, intercâmbios com os beneficiários foram suspensos e o número de famílias atendidas por profissional aumentado. Somado a isso, ocorreu a pandemia de COVID-19, que teve como consequência a paralisação das atividades e uma retomada parcial repleta de medo e insegurança. A ANATER não prestou qualquer tipo de auxílio às organizações ou compensação ao longo desse período.

O último fato que envolveu a implementação da chamada pública foi a realização da glosa de valores de ambas as organizações pela ANATER. Foi considerado que o remanejamento de visitas realizada no SGA pelas organizações era uma prática não pactuada, algo que ocorria quando algum agricultor deixava de participar do projeto (falecimento, mudança, desistência). Com isso, o número de visitas que restavam era transferido para outras famílias que demandavam mais atividades, algo que era possível de ser realizado no SGA. Próximo ao encerramento do contrato, a ANATER

calculou o número de famílias que haviam recebido mais de quatro visitas, considerado o máximo pela ANATER, e descontou este valor na nota de pagamento. Essa prática foi realizada semelhante à repactuação, com a ANATER, retendo valor de alguma nota que a organização tinha por receber e pressionando a aceitar a glosa financeira como condição para o pagamento da diferença do valor. Um dos coordenadores do ICPJ destaca que:

[...] concluir a execução desse contrato, desse projeto, dessa chamada de ATER uma epopeia, com todos os entraves que nós tivemos, fluxo financeiro, mudança de concepção, mudança de gestores, de equipe, de governo. O tempo todo um entrave surgindo. Raros foram os momentos de tranquilidade, que pudesse dizer: “agora está tranquilo, agora podemos executar folgado.” Nenhum momento nesse período teve. Eu considero uma verdadeira epopeia o trabalho que foi desenvolvido por toda a equipe (Grupo focal, Coord. ICPJ-1).

Muitos agentes de ATER falaram, durante as entrevistas, do prazer que sentiam em realizar esse trabalho. Todavia, após cada paralisação, o retorno das atividades ocorria com maior desânimo por parte dos profissionais e gestores, principalmente no que se referia a ações que demandam um esforço externo à chamada pública, pois não havia recursos para isso.

Ao analisar o PNDCAT, no âmbito das ações de ATER, pode ser identificado que são mobilizadas mais de uma estratégia de desmonte. Porém, algumas dessas são acionadas em momentos diferentes, criando um processo que tende a conduzir até a inefetividade ou extinção da política pública. Ainda durante a implementação, um dos coordenadores da ATER na COOPSAT destaca: “a expectativa real de continuidade não existe. O programa de diversificação está acabado.”

Ao analisarmos brevemente o processo de desmonte no PNDACT, compreendemos que ele ocorre junto ao desmonte generalizado em políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A política pública de ATER voltada à diversificação da cultura do

tabaco foi desmontada junto à própria PNATER. Em estudo realizado sobre o desmantelamento da PNATER, Diesel et al. (2021) apontaram que existe uma tendência a dar preferência às modalidades educativas baseadas em enfoques teórico-metodológicos liberais, em desfavor de críticos, e chamam atenção para um possível desmantelamento por mudança no vínculo institucional e nos objetivos. Como visto durante a pesquisa de mestrado realizada pelos autores, a política pública de ATER voltada à diversificação da cultura do tabaco foi asfixiada pelo governo federal durante a vigência dos contratos, correspondendo a um caso de desmonte (Lucas, 2021).

## Considerações Finais

A implementação da política pública voltada a atender as famílias produtoras de tabaco sofreu uma asfixia promovida pelo governo Bolsonaro. A atuação dos profissionais ficou comprometida em razão dos cortes de recursos e atrasos em pagamentos às organizações, levando ao seu término no final do ano de 2020. O referencial do *policy dismantling* pode ser utilizado para explorar o desmonte nas políticas da agricultura familiar, mas, além disso, é necessário chamar atenção para a crise democrática que afetou diretamente instituições ligadas à agricultura familiar ao longo desse período.

O governo federal, ao promover o desmonte desta política pública, deixou de atender às famílias produtoras de tabaco, dessa maneira vinha descumprindo o compromisso assumido junto à comunidade internacional ao ratificar a CQCT. É de extrema importância a retomada do PNDACT, com revisão em suas atividades e aperfeiçoamento nos instrumentos presentes na política pública.

O trabalho desenvolvido pelas organizações ligadas ao MPA promoveu aumento na produção destinada ao autoconsumo e agiu na construção de uma consciência em torno da agroecologia. Porém, encontrou dificuldades em inserir famílias dispostas a

diversificar em novos mercados, sendo necessário a construção e o fortalecimento de mercados locais e institucionais, maior interlocução com os agentes públicos municipais, entre outras medidas para alcançar esse objetivo.

Percebemos a eficiência das organizações ligadas ao MPA no desenvolvimento das atividades e sua resiliência ao longo do desenvolvimento do projeto. Destacamos, conquanto, a possibilidade de fortalecimento das ações ao assumir a participação do movimento social na implementação, ou seja, a separação do burocrata e do militante acaba por prejudicar o movimento social e a limitar a condição efetiva de mudança que pode ser promovida através da política pública.

A burocracia a nível de rua mostrou-se como um referencial possível de ser utilizado em pesquisas sobre extensão rural, permitindo uma adequada compreensão em torno do trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam no nível das ruas. Recomendamos seu emprego em novas pesquisas voltadas à análise do trabalho de profissionais de extensão rural.

Por fim, destacamos para a necessidade da retomada das ações voltadas ao atendimento desse público, porém com inserção a mercados e maior relação com outras políticas públicas. A diversificação não deve ser assumida como um caminho simples. Pelo contrário, ela corresponde à construção de um novo paradigma de agricultura para as famílias que estão dentro do Sistema Integrado de Produção de Tabaco, o qual, ao não ser feito adequadamente, distancia cada vez mais essas famílias da diversificação produtiva.

## Bibliografia

Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA] (03 de janeiro de 2023). *Fumicultura no Brasil*. Santa Cruz do Sul. <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural [ANATER] (2018). *Chamada para seleção de entidades executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural* [...]. Brasília: [http://www.anater.org/wp-content/uploads/2021/02/cp07\\_2018](http://www.anater.org/wp-content/uploads/2021/02/cp07_2018).

Brandão, Carlos Rodrigues e Borges, Maristela Correa (2007). A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, 6(1).

Brasil (2005). Casa Civil. *Aviso nº 1151/2005: Casa Civil, em resposta ao parecer recebido o Senado*. Brasília: Casa Civil do Distrito Federal.

Brasil (2019). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Assunto: resposta ao ofício no 098/2019/Presidência/ANATER*. MAPA: Brasília.

Cavalcante, Tânia Maria, et al. (2017). Brasil: balanço da Política Nacional de Controle do Tabaco na última década e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, 33. 62-65.

Deponti, Cidonea Machado (2010). *Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul*. 2018. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://hdl.handle.net/10183/35398>.

Deponti, Cidonea Machado, Sergio Schneider (2013). A extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS. *Revista IDeAS*, 7(2), 176-213.

Diesel, Vivien, et al. (2021). Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento?. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 29(3), 597-634.

Dubois, Vincent (1996). Une institution redéfinie par ses usage [Sur quelques pratiques du guichet dans les CAF]. *Revue des politiques sociales et familiales*, 45(1), 5-13.

Evans, Tony; John Harris. (2004). Street-level bureaucracy, social work and the (exaggerated) death of discretion. *British journal of social work*, 34(6), 871-895.

Gorgen, Sérgio Antônio (2017). *Trincheiras da resistência camponesa: sob o pacto de poder do agronegócio*. Instituto Cultural Padre Josimo.

Hilsinger, Roni (2016). *O território do tabaco no Sul do Rio Grande do Sul diante da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco*. 2016. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://hdl.handle.net/10183/148765>.

Hupe, Peter e Buffat, Aurélien (2014) A public service gap: Capturing contexts in a comparative approach of street-level bureaucracy. *Public Management Review*, 16(4), 548-569.

Instituto Nacional de Câncer [INCA] (2015). *Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco*. Rio de Janeiro: INCA. <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local>.

Lipsky, Michael (2019) *Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Brasília: ENAP.

Lotta, Gabriela Spanghero (2010). *Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/>.

Lucas, Evandro de Oliveira (2021). *O trabalho de organizações do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em chamadas públicas de ATER voltadas à diversificação da cultura do tabaco*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://www.lume.ufrgs.br>.

Ludtke, Rosieli Cristiane (2016). *Iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco no município de Santa Cruz do Sul/RS: um estudo de caso*. 2016. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Fronteira Sul. <https://rd.uffs.edu.br/>.

Maynard-Moody, Steven e Musheno, Michael (2000). State agent or citizen agent: Two narratives of discretion. *Journal of public administration research and theory*, 10(2), 329-358.

Mayring, Philipp (2002). *Introdução à Pesquisa Social Qualitativa: Uma orientação ao pensamento qualitativo*. 5 ed. Brasília: BELTZ Studium.

Redin, Ezequiel (2012). O enredo da diversificação produtiva no rural de Arroio do Tigre/RS. *Geografia Ensino e Pesquisa*, 37-48.

Siqueira, Angélica; Lucas, Evandro de Oliveira e Cruz, Fabiana Thomé. (2020). Políticas voltadas para feiras da agricultura familiar no Vale do Rio Pardo (RS): estratégias locais para a soberania e segurança alimentar e nutricional. *Retratos de Assentamentos*, 23(2), 65-96.

Thiollent, Michel JM. (2011). *Crítica metodológica, investigação social & enquete operária*. São Paulo: Polis.

# Comunicação para o Desenvolvimento (CpD) e a perspectiva das TICs no sistema produtivo do tabaco

*Carlise Porto Schneider Rudnicki*

Baseando-se em reflexões a partir de Michel Foucault, o artigo tensiona, os discursos sobre desenvolvimento que circulam na esfera midiática no campo do tabaco, levando em conta as relações de sociabilidade pós pandemia de COVID-19, em especial em relação aos usos e consumos da informação no meio digital.

A tecnologia sempre foi um elemento crucial nos processos de mudança e mobilização. Entende-se a mobilização social como um processo comunicativo, aproximando a área de comunicação e os processos mobilizadores (Mafra, 2010). As transformações socio-técnicas – ou seja, diferentes apropriações das tecnologias pelos atores sociais –, decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos, associados à necessidade cada vez maior de “novidades”, têm demonstrado suas limitações e as múltiplas facetas que emanam de realidades distintas, por vezes, conflitantes. Os processos de desenvolvimento são de continuidade e mudanças, que reproduzem e reafirmam as características agrícolas como práticas que são transformadas no decorrer do tempo.

Para Sodré (2014), as Tecnologias de Informação e Comunicação [TICs] não são meros meios transmissores de informação,

característica da mídia e tecnologias em sua gênese – sentido de veículo. Ao contrário, podem, com o passar do tempo e novos conhecimentos, converter os usuários em produtores de conteúdo. Emergem os sentidos de vínculo e de cognição que as dimensões comunicacionais e informacionais podem propiciar.

O mundo mediado pela comunicação faz parte da forma como as comunidades humanas produzem símbolos, visões, sentidos (significados) sobre o que é o real no mundo social. Ou seja, tem-se a comunicação envolve o processo de “[...] vincular, relacionar, concatenar, organizar ou deixar-se organizar pela dimensão constituinte, intensiva e pré-subjetiva do ordenamento simbólico do mundo” (Sodré, 2014). No entanto, é preciso levar em conta as relações de poder nos processos comunicacionais. Sob a perspectiva de que o poder sempre compreende “relações de força” (Foucault, 2009), é possível pensar em uma constante disputa e produção de sentidos, uma vez que os interlocutores sempre estabelecem relações de forças com bases em informações e saberes, que permitem a utilização de estratégias de comunicação com o objetivo de direcionar ou manipular a individualização dos sentidos.

Pensando assim, ao retornamos ao ano de 2005, quando o Brasil assinou um tratado internacional de saúde pública denominado Convenção-Quadro do Controle do Tabaco [CQCT]. A cadeia produtiva desse cultivo envolve fabricantes de agroquímicos, vendedores de máquinas e implementos agrícolas, transportadores, distribuidores, agricultores do tabaco, safristas, trabalhadores em usinas de processamento, exportadores, fabricantes de cigarros e varejistas. Assim como outros países, o governo brasileiro se comprometeu a tomar medidas para o controle – e estímulo à redução espontânea – do consumo de cigarros e semelhantes, bem como a implementar políticas e ações que possam salvaguardar as centenas de milhares de famílias cuja subsistência, hoje, depende da produção do tabaco. Esse compromisso implica ainda na geração de oportunidades para diversificação da produção e melhoria das

condições de trabalho, saúde e gestão ambiental nas áreas dedicadas ao cultivo de tabaco.

Quando buscamos informações sobre este setor no meio digital, que discussões encontramos nesses espaços? Entendemos que buscar informações abrange não apenas questões econômicas ou de trabalho, mas políticas. Destaca Gamson (2011) que cada questão política, objetivando a construção de sentido, apresenta um conjunto de ideias e símbolos usados em fóruns públicos. Nessa direção, os discursos e práticas da saúde, carregados de símbolos e ideias, podem ser considerados elementos relevantes para as mudanças institucionais na cadeia produtiva desse cultivo. Dentre as questões institucionais que abalam o setor tabagista, a CQCT, além de fomentar as proibições em publicidade e propaganda e a adoção de medidas em relação aos aditivos nos cigarros, como o açúcar, também, indiretamente, exerce pressão para que sejam implementadas ações governamentais no sentido de aumentar as cargas tributárias como alternativas para a diminuição de acesso ao cigarro. Nesse sentido, a comunicação das empresas com seus públicos tem acontecido nos meios digitais? Que meios o setor do tabaco tem se comunicado com seus produtores?

Diretamente articuladas a essas questões, na arena midiática, organizações privadas, não-governamentais antitabagistas e órgãos governamentais voltados à saúde pública, discursivamente, disputam visibilidade, credibilidade e, mesmo, legitimidade e capital simbólico. Mediante o acionamento de diferentes estratégias de comunicação, considerando-se a comunicação a partir da possibilidade de as relações se estabelecerem, cada força em disputa (empresas, ONGs, órgãos governamentais e outras forças) procura promover, tornar públicos seus interesses e representações de mundo – suas “verdades” –, bem como obter opiniões favoráveis. Em sentido estratégico, cada organização, mais do que avaliar os alvos e as ameaças, seus pontos fortes e fracos, tende a (e é provável que o faça) estudar os códigos culturais das forças contrárias para, a partir disso, implementar estratégias que possam diminuir

o nível das resistências de tais forças que, de alguma forma, não compactuam com os desejos e fazeres da organização que se apresenta. Para França e Ferrari a comunicação, apresenta um exercício de influência permanente sobre os públicos, aproximando-se do *lobby* (França e Ferrari, 2011, p.88).

Não é simples transitar entre os interesses públicos e privados, dado que as organizações que tornam presentes diferentes estratégias discursivas e argumentos para validarem suas falas e, em algum nível, neutralizar e/ou desqualificar o discurso da diferença. No caso do campo do tabaco, temos, de um lado, ONGs e órgãos do governo assumindo o tema da saúde pública como interesse público, evidenciando danos sociais, culturais e econômicos que o tabaco gera à saúde pública (seja para os que trabalham na sua produção, seja para seus consumidores). Ao mesmo tempo, discursivamente, colocam em suspenso as organizações da cadeia produtiva do tabaco. Por outro lado, as empresas do setor tabagista também tornam presente a ideia do interesse público à medida que ressaltam o argumento da liberdade individual de escolha, ou seja, o direito das pessoas optarem por fumar ou não. Com isso, apresentam-se como isentas de responsabilidade sobre tal decisão.

Ao pesquisarmos sobre o setor na internet, encontramos notícias que ressaltam a necessidade dos agricultores “defenderem” o setor. Abrangem diversas organizações: entidades representativas das empresas e dos agricultores, jornais impressos e versões digitais em municípios de plantio, sites oficiais de órgãos públicos, como secretarias da agricultura. Em outra ponta, encontramos discursos de órgãos de saúde pública e organizações não-governamentais ressaltando a problemática da saúde pública não apenas em relação ao produto, mas às questões de saúde durante o plantio.

Ao lançarmos um olhar na arena midiática, levando em conta que onde há poder, há resistência, vemos movimentos interesses públicos e privados sobre essa questão tensiona e contrapõe o direito à liberdade individual e o controle do Estado. Se o mesmo poder que reprime, produz efeitos de verdade (Foucault, 2021), os

discursos sobre trabalho e a geração de riqueza e o desemprego dispersam, historicamente, apagando a ideia de unidade prometida.

Diante disso, que relações de poder são materializadas nos/pe- los produtos midiáticos a partir do tensionamento entre as orga- nizações voltadas à saúde pública<sup>1</sup>, as pessoas e as organizações no campo do tabaco? Como estas diferentes organizações, em sua comunicação midiática, acionam conteúdos simbólicos no sentido de se apresentarem e instituírem como legítimas para a sociedade? Que conteúdos simbólicos são materializados em tais discursos nas mídias digitais e impressas e como esse simbólico é percebido pela população local? Do ponto de vista da complexidade do conceito de comunicação como um encontro (Peruzzolo, 2008) e as possibilidades de ordenamento simbólico do mundo (Sodré, 2014), compreendemos que pensar a noção de comunicação e desenvolvi- mento exige um olhar atento aos discursos e silenciamentos.

## **Os discursos na esfera midiática e possíveis efeitos de sentido**

Desde as discussões iniciais, em 2006 em Genebra, os debates na Conferência das Partes [COP] da CQCT, suscitam discussões calorosas. Estrategicamente, a relação das associações, empre- sas e agricultores, em defesa do setor, segue sendo efetiva. Em matéria publicada, em julho de 2023, na GHZ Digital, em que os desafios para as empresas são as “medidas restritivas”, impostas pelo governo. O representante da associação destaca que “[...] não

<sup>1</sup> A CONICQ refere-se à articulação, organização e implementação de uma agenda go- vernamental intersetorial para o cumprimento das obrigações da CQCT Além disso, a Comissão busca promover o desenvolvimento, a implementação e a avaliação das es- tratégias da CQCT, planos e programas, assim como políticas, legislações e outras me- didas. Precedida pela Comissão Nacional para o Controle do Uso do Tabaco [CNCT], a qual foi criada pelo Decreto nº 3.136/1999, a CONICQ é presidida pelo Ministro da Saúde e integrada por representantes do Ministério da Saúde, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária [ANVISA] e o Instituto Nacional de Câncer [INCA]. Ao INCA cabe o papel de Secretaria-Executiva.

incentivamos o consumo” (Loeblein. 2023), apenas desejam atender à demanda global. A declaração do presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil [AFUBRA] na matéria citada (“Nunca fomos aceitos, queremos um assento nesse debate. Estamos trabalhando muito forte para isso”) demonstra a estratégia de trabalhar junto aos agricultores a ideia de “participação “:” [...] Também vamos atuar forte no diálogo com os associados, que são um número muito grande. Pretendemos fazer reuniões regionais, chegar mais próximo do associado”(Loeblein. 2023).

As discussões que envergamos sob a perspectiva comunicacional, com enfoque para a construção, as circulações e as apropriações de elementos simbólicos, levam em conta o conjunto de outras pesquisas que analisaram o funcionamento da cadeia produtiva do tabaco (Silva, 2002; Buainain, 2009), o contexto socioeconômico em que acontecem as relações entre empresas e produtores de tabaco (Prieb, 2005; Liedke, 1977; Rudnicki, 2008, 2012), os danos causados pela produção de fumo ao meio ambiente e à saúde humanas (Etges, 2006), e as relações e conflitos no processo de regulação do tabaco entre atores locais (Scheibler, 2006).

O lobby da indústria não é novo. A sátira norte-americana ao setor no filme “Obrigado por fumar” (2005), tendo Elon Musk na produção executiva, os “centros de pesquisa” são um caminho na tentativa de estreitar relações com a comunidade e obter apoio da opinião pública. Em 2011, a Japan Tobacco International [JTI] anunciou a criação de uma unidade de pesquisa, em Santa Cruz do Sul [RS], com o objetivo de estudar novas tecnologias relacionadas ao cultivo e transferir aos agricultores. Em matéria publicada pela assessoria de imprensa do jornal Folha do Mate, no município de Venâncio Aires, o “Dia de Adet” será dedicado a casais produtores de tabaco (Folha do Mate, 2023). Pela primeira vez, o convite se estende ao casal, e não apenas a um representante da propriedade. Iniciando o encontro com uma palestra motivacional, as atividades práticas demonstram técnicas que visam a “sustentabilidade da produção do tabaco”. Estes novos movimentos anunciam a

pertinência de análises relacionadas aos processos de comunicação e às estratégias de engajamento dos públicos; da mesma forma, contemplamos um imbricamento da inovação com enfoque em temáticas ainda pouco pautadas pelas empresas, como as relações de gênero.

A última década aponta para uma ascensão do digital, que representa uma transformação nas possibilidades de desenvolvimento das tecnologias sociais e de alcance de seus objetivos, direcionados à inovação social em populações periféricas, as quais devem ser condizentes com as aspirações da comunidade beneficiada (Dagnino, Brandão e Novaes, 2004). Nos aproximamos da perspectiva teórica da Tecnologia Social para firmar nosso vínculo aos estudos que reconhecem na tecnologia uma oportunidade para o fomento da comunicação para o desenvolvimento [CpD], pois, em sua relação com o contexto social dos sujeitos, tem potencial para recriar, remodelar e transformar.

Ao fomentar a discussão sobre a articulação interesses públicos e interesses privados, os meios de comunicação poderão estimular processos, ações e políticas públicas que se revertam em avanços significativos em termos de qualidade de vida das pessoas do local. Além disso, os resultados desta pesquisa, que serão socializados de diferentes formas (publicações científicas, fóruns de discussão, palestras etc.), poderão subsidiar a sociedade civil para que reflita sobre questões de saúde pública, responsabilidade social organizacional e sustentabilidade, bem como para que consiga avaliar como as organizações privadas, muitas vezes, empregam o discurso sobre questões de interesse público como se fossem de caráter privado e, para além disso, como usam esse simbólico para se apresentarem e promoverem como legítimas. Atenta-se, aqui, para o fato de que as organizações, em particular as empresas, têm assumido papéis cada vez mais relevantes na construção da sociedade através das relações econômicas, políticas, sociais e/ou culturais que materializam nas comunidades em que se inserem em jogos complexos de relações por elas materializado, ou seja, as

organizações privadas podem ser considerados agentes de manutenção e transformação da cultura. De alguma forma, essas organizações procuram instituir-se como modelos a serem seguidos e, portanto, procuram orientar os padrões e valores a serem assumidos e respeitados pela população local, chegando, muitas vezes, a disputar forças com o poder público.

Dessa forma, contribui-se para melhor compreender essa questão, pois que, assim como é possível afirmar que o viés econômico atravessa todo o sistema do tabaco, também parece evidente que as questões simbólicas (imaginários, representações, construções de mundo, cultura) são permanentemente acionadas pelo sistema para, discursivamente, reforçar determinadas concepções, mitos, tabus, ‘verdades’ e ritos em detrimento de outras visões de mundo. Da mesma forma, também é pela comunicação que determinadas concepções de mundo, assumidas como verdades pelos diferentes sujeitos podem ser questionadas e, mesmo, revistas. Nesse sentido, parece evidente a necessidade de estudos sobre os processos comunicacionais, como o que se está propondo aqui, para que se possa considerar essa variável que é fundante dos processos organizativos e organizadores: sistemas organizacionais pressupõem, necessariamente, processos comunicacionais.

Diante disso, parece evidente a necessidade de pesquisas que atendam essa carência investigativa de modo a complexificar a compreensão sobre essa realidade e, como desdobramento, avancem na construção do conhecimento e, considerando-se os retornos e a socialização do conhecimento, subsidiem a sociedade civil para que melhor compreenda sua realidade e decida pelas ações mais adequadas, considerando processos sustentáveis.

### **Considerações finais: “as vontades de verdade”**

Em nossas reflexões sobre possíveis espaços de luta e resistência, compreendemos que a inovação social, destacada como

possibilidade de inclusão social e melhoria da qualidade de vida de sociedades em desenvolvimento, apresenta-se como um aparato capaz de propiciar aos arranjos produtivos novas oportunidades de relacionamento com seus públicos de interesse. Em uma perspectiva crítica, podemos considerar as tecnologias sociais e a comunicação para o desenvolvimento como complementares, tendo como foco as pessoas (Rudnicki e Zanchi, 2022), pois se assemelham quanto a sua finalidade, participação e transformação social. A ciência e a tecnologia são, da mesma forma, um processo social de construção da realidade e do conhecimento, estando condicionadas, portanto, por fatores econômicos, sociais, políticos e culturais.

Nesse sentido, importa ampliar espaços de pesquisa e discussões que se proponham a melhor conhecer uma dada realidade e a subsidiar a sociedade para que reflita e discuta sobre questões de interesse público. Da mesma forma, sob a perspectiva do estudo que propõe aqui, é relevante investigar os diferentes discursos que circulam na mídia sobre as questões do tabaco (cultivo, industrialização, comercialização e consumo) para, assim, evidenciar as estratégias discursivas que são empregadas no tensionamento entre os interesses públicos e privados, até porque nessa arena estão em disputa questões como: saúde, doença, morte, renda, emprego, desemprego, saúde pública e desenvolvimento.

O caráter participativo/mobilizador acontece quando as pessoas conseguem expressar perspectivas sobre questões básicas que organizam a sua vivência comunitária, quando têm a oportunidade de acessar canais para participar de debates, compartilhar, opinar. Pensando no campo do tabaco, e nas inúmeras dimensões de poder instaurados entre sujeitos, organizações e instituições, temos ainda um longo caminho a trilhar, na perspectiva da comunicação como um encontro. Cremos que o acesso às TICs apresenta um grande potencial transformador, de forma que através desse acesso às comunidades rurais têm a possibilidade de adquirir maior protagonismo para se organizarem coletivamente e se

desenvolverem. Vale destacar que a CpD, intrinsecamente ligada aos debates sobre a territorialidade, evidencia “[...] a pluralidade de atores com interesses e valores distintos e, algumas vezes conflitivos, influem sobre a dinâmica e sobre as inter-relações dentro do território comum (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, 2006, p.13).

Nessa direção, refletir, sob o olhar foucaultiano, sobre a tentativa de desvelar as relações de poder que se materializam e se esfumaçam, bem como para os possíveis efeitos que se exercem no território. Outrossim, importa observar que a compreensão dessas relações estratégicas, tal qual suas conexões e inscrições nas relações socioculturais, caso desejemos ações orientadas por princípios éticos e democráticos. Ganha-se, em algum grau, efetividade na crítica ao sistema. Portanto, localizar temas de interesse público, neste campo de estudos, nas redes de comunicação na mídia e suas, na política e na ciência, significa entender, em algum nível, como se estruturam as “vontades de verdade” na sociedade.

## **Bibliografia**

Buainain, Antônio Márcio. (2009). *Organização e funcionamento do mercado de tabaco no sul do Brasil*. Campinas: Editora Unicamp.

Bueno, Wilson da Costa. (2009). As transgressões conceituais em Comunicação Empresarial. *Organicom*, 6(10-11), 121-127. <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139014>.

Dagnino, Renato e Brandão, Flávio e Novaes, Henrique. (2004). Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In:

Lassance Jr, et. al. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil.

Etges, Virgínia Elisabeta. (2001). A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: Vogt, Olgário; Silveira, Rogério. *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC.

Foucault, Michel. (2009). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola.

\_\_\_\_\_ (2014). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

França, Fábio e Ferrari, Maria Aparecida. (2011). Pode a comunicação organizacional ser considerada uma atividade de lobby? *Organicom*. São Paulo, 14, 87-104.

Gandhi, Mahatma (2001). *A roca e o calmo pensar*. São Paulo: Editora Palas Athenas.

Jornal Folha do Mate. (2023). *Notícias*. 'Dia de Adet', da JTI, ocorre nesta semana, com foco nos casais produtores de tabaco. Venâncio Aires. <https://folhadomate.com/noticias/dia-de-adet-da-jti-ocorre-nesta-semana-com-foco-nos-casais-produtores-de-tabaco/>.

Liedke, Erika. (1977). *Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no RS*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Brasília, Brasília.

Loeblein, Gisele. (2023). *Notícias*. Produtores querem ganhar espaço nos debates da COP de Controle do Tabaco. 31 de julho de 2023. Zero Hora Digital.

Mafra, Rennan. (2010). Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. *Revista Mediação*. Belo Horizonte, 11(10), 105-118.

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação [FAO] (2006). *Comunicação, diálogo, conciliação: a DTPN, mais que um método, uma estratégia de integração e interação*. Roma: Divisão de Desenvolvimento Rural Serviço de Regimes Fundiários (SDAA). <https://www.fao.org/3/i1789p/i1789p.pdf>.

Perondi, Miguel e Schneider, Sérgio e Gregolin, Adriana. (2009). *References for the Development of Economically Viable Alternatives to Tobacco Production and the Diversification of the Livelihoods of Farmers*. A paper presented at the WHO meeting in New Deli (India) on economically sustainable alternatives to tobacco growing. September.

Peruzzo, Cícilia Maria. Krohling. (2009). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e suas reelaborações no setor. *Eco-Pós*, 12, 46-61.

Peruzzolo, Adair Caetano. (2006). *Comunicação como Encontro*. Bauru: Edusc.

Prieb, Rita Inês Pauli (2005). *Pluriatividade na produção familiar fumageira*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Rodrigues, Ivete e Barbieri, José Carlos. (2008). A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. *Revista Administração Pública*. 42(6), 1069-1094.

Rudnicki, Carlise Porto Schneider. (2012). *Relações de confiança no Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil*. [Tese de Doutorado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Rudnicki, Carlise Porto Schneider e Alves, Denise Avancini. (2016). Comunicação e organizações em regiões de tabaco: que perspectivas são percebidas? In: *Questões Transversais- Revista de*

*Epistemologias da Comunicação*, 4(8), 92-98. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182152/001076803.pdf?sequence=1>.

Rudnicki, Carlise Porto Schneider e Zanchi, Verenice. (2022). “Escuchar para cambiar”: comunicação para o desenvolvimento (CpD), políticas públicas e mulheres periféricas. In: *Comunicación, tecnología e desarrollo: aportes epistémico- teóricos y metodológicos en la investigación y las agendas de latinoamérica*. Taubaté: UNITAU. <https://editora.unitau.br/index.php/edunitau/catalog/view/62/55/205-1>.

Scheibler, Juliana Luisa. (2006). *A Emergência de Fóruns Reguladores Globais: relações e conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Silva, Leonardo Xavier. (2002). *Análise do Complexo Agroindustrial Fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação*. [Tese de Doutorado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sodré, Muniz. (2014). *A ciência do comum: nota para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes.



## Sobre as autoras, sobre os autores

**Alberto Bracagioli Neto:** Engenheiro Agrônomo, Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Professor Adjunto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul — (UFRGS), Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Principais pesquisas sobre: Sociologia Rural, Extensão Rural e Agroecologia. Publicações: 1) Bracagioli Neto, A., & Marques, F. C. (2023). *Extensão rural: trajetórias e desafios*. 1 ed. coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2) Bracagioli Neto, Alberto; Fabio Kessler Dal Soglio (2022). *Metodologias participativas e sistematização de experiências em Agroecologia*. 1 ed. coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS. E-mail: abracagioli@gmail.com. Orcid: 0000-0002-3947-2289

**Arlene Renk.** Mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente dos programas de pós-graduação em Ciências Ambientais e Direito da Universidade Comunitária da Região do Oeste de Santa Catarina. Dedicar-se a estudos socioambientais, principalmente aos de hidrelétricas e da agricultura familiar. Entre os trabalhos mais recentes, em

parceria, publicou *Financeirização da natureza: as hidrelétricas da bacia do rio Uruguai* (Renk; Winckler, *Cadernos Ceom*, vol. 59, p. 24-39 2023); *Family farming in short food supply chains (SDSCS) agroecological commercialization in Chapecó DC*, publicado na revista *REDES* (Santa Cruz do Sul), v. 28, p 5-17, em 2023, em parceria com Juliano Luiz Fossa, Alexandra Matte e Bruna Pessinato. E em coautoria com Silvana Winckler, na revista *História: Debates e tendências*, vol. 20, p. 88-94, publicou o artigo *Os paradoxos do agronegócio fumageiro entre os pequenos agricultores do oeste de Santa Catarina*. E-mail: arlene@unochapeco.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3524-0739>

**Camila de Gaspari:** Graduada em Horticultura, Especialista em Gestão e Desenvolvimento Rural (UERGS), Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professora do curso Técnico em Agropecuária do Centro de Educação Profissional (CEPRU) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). As principais linhas de pesquisa são agricultura familiar e desenvolvimento rural. E-mail: camilahorti@gmail.com. Orcid: 0009-0008-7944-3934

**Carlise Schneider Rudnicki:** Professora Adjunta no Departamento de Ciências da Comunicação (FACOS), da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM); Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (POSCOM) - Campus Santa Maria. Experiência com os seguintes temas: mensuração e controle de impacto de políticas públicas; produção de conteúdo acessível e inclusivo; comunicação, cultura e cidadania; mineração de dados em Python e Linguagem R; análise qualitativa Software NVivo. Dentre as produções mais recentes, em parceria, seguem: Rudnicki, Carlise Schneider e Motta, Caio. *Eventos estratégicos, visibilidade e algoritmos: influenciadores digitais e a criação de conteúdo (no prelo)*. *Dispositiva* (2023). Rudnicki, Carlise e Zanchi, Verenice. “Escuchar para cambiar”: comunicação para

o desenvolvimento (CpD), políticas públicas e mulheres periféricas. In: Claudia Pilar Garcia-Corredor; Monica Franchi Carniello; Federico Beltramelli. (Org.) Comunicación, tecnología y desarrollo: aportes epistémico-teóricos metodológicos en la investigación y las agendas de latinoamérica. 200-212. Taubaté: EdUNITAU (2022). Rudnicki, Carlise e Ritter, Francisco. A comunicação e as tecnologias de realidade aumentada e gamificação. *Animus* (2020). E-mail: carlise.rudnicki@ufsm.br. Orcid:0000-0002-2257-0501.

**Cidonea Machado Deponti:** Pós-Doutora em Sociologia, Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora e pesquisadora do Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Coordenadora Adjunta do PPGDR-UNISC. Editora-Chefe Adjunta da Revista Redes. Bolsista Produtividade Científica CNPq. Principais pesquisas sobre Inovação, solução tecnológica, agricultura familiar, desenvolvimento regional. Publicações: Fontoura, Fernando Batista Bandeira da, Silva, Luis Carlos Alves da e Deponti, Cidonea Machado. (2023). O desenvolvimento organizacional multidimensional sob a ótica da dimensão territorial. *Informe Gepec*, 27, 45-57.; Silva, Luis Carlos Alves da, Deponti, Cidonea Machado e Fontoura, Fernando Batista Bandeira da. (2023). A produção científica em desenvolvimento organizacional e cocriação de valor. *Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional*, 20, 153-175.; Alberto Junior, Carlos, Deponti, Machado Cidonea e Arend, Silvio Cezar. (2023). A Sucessão Rural: o olhar do jovem agricultor. *Redes*, 28, 1-21.; Preiss, Potira Viegas, Deponti, Cidonea Machado e Gac, Daniela. (2023). Comercialização da agricultura familiar em tempos de pandemia: uma análise da Região do Vale do Caí-RS. *Revista Geotemas*, 13, p. 1-18. E-mail: cidonea@unisc.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8833-1450>

**Dagoberto de Dios Hernández:** É professor-pesquisador adscrito à *Unidad Académica de Educación y Humanidades* (UAEyH) da

*Universidad Autónoma de Nayarit* (UAN), no México. Tem sido responsável operacional dos projetos de pesquisa “Desafíos de la reconversión productiva y sus contribuciones a la construcción de seguridad alimentaria en municipios productores de tabaco en Nayarit” (A1-S-17116 - Ciência básica) e “Transición agroecológica de la agricultura de pequeña escala en tres regiones agrícolas de México” (319060 - Pronaces - Fordecyt), ambos com financiamento do *Consejo Nacional de Humanidades, Ciencia y Tecnología* (CONAHCyT). Suas linhas de pesquisa tem sido: fumicultura, campesinado, soberania alimentar, agroecologia e sucessão rural, áreas nas quais tem se concentrado nas suas últimas pesquisas e publicações. E-mail: dagobertodedios@uan.edu.mx.

**Evandro de Oliveira Lucas:** Engenheiro Agrônomo, Professor de Gestão e Projetos na Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC) e do curso de Bacharelado em Agroecologia (UERGS). Mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). As principais linhas de pesquisa são Extensão Rural, Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Publicações: 1) Lucas, Evandro de Oliveira; Bernardo, Janaina Tauil; Mesquita, Marilise Oliveira; Schmitz, José Antônio Kroeff (2020). Contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos na região central do Rio Grande do Sul, Brasil. *Research, Society and Development*. Vargem Grande Paulista: CDRR Editors, Vol. 9, n. 9. 2) Lucas, Evandro de Oliveira (2023), *Desafios da Extensão Rural*. In: Bracagioli Neto, Alberto; Marques, Flavia Charão (org.). Extensão Rural: Trajetórias e Desafios (pp. 209- 240). Porto Alegre. E-mail: evandrodeoliveiralucas@gmail.com. Orcid: 0000-0002-1360-1177.

**Ezequiel Redin:** Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professor do Departamento de Ensino do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais

(PPGER) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). As principais linhas de pesquisa são: extensão rural, juventude rural, agricultura familiar. Publicações: 1) Zuin, Luís Fernando Soares; Redin, Ezequiel; Bastos, Paula Andrea de Santis (2023). *Diálogos na extensão rural: semeando propostas, compartilhando saberes*. São Carlos: Pedro & João Editores 2) Melo, Thiago Vasconcelos; Redin, Ezequiel; Barbé, Luciane Costa (2023). Crédito rural e fundiário: acesso e percepções das famílias rurais na região noroeste de Minas Gerais. *Interações*, Campo Grande, 24(3), p. 943-958. E-mail: ezequielredin@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3750-8225>

**Fabiana Helma Lüdtke:** Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria. Principais áreas de interesse e estudo incluem o desenvolvimento de territórios rurais com ênfase na multifuncionalidade e pluriatividade agrícola; processos de diferenciação social e econômica em agricultura familiar; avaliação da qualidade de vida no meio rural; relações de gênero; políticas públicas e diversificação dos meios de vida rurais. Última publicação intitulada “O enfoque organizacional nas Chamadas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural [ATER]”. Email: [fabiana\\_ludtke@yahoo.com.br](mailto:fabiana_ludtke@yahoo.com.br). ORCID: 0000-0002-5120-1334

**Graziela Castro Pandolfo:** Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Principais linhas de pesquisa: agricultura familiar, reprodução social, socialização, gênero, juventude, parceria agrícola e trabalho assalariado na agricultura. Publicações: CONTERATO, Marcelo. Antonio; CARVALHO, Ananda de; PANDOLFO, Graziela. Castro. Desenvolvimento regional e rural no Rio Grande do Sul:

desigualdades e multidimensionalidades. In: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky; Marcelo Antonio Conterato; Sergio Schneider. (Org.). Pesquisa em Desenvolvimento Rural: técnicas, bases de dados e estatísticas aplicadas aos estudos rurais. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, v. 2, p. 317-336 e PANDOLFO, Graziela Castro; SCHNEIDER, Sergio; LIBARDONI, Paulo, José. As Características e o Perfil dos Produtores de Tabaco com Base no Censo Agropecuário 2006. In: Rogério Leandro Lima da Silveira. (Org.). Tabaco, sociedade e território: relações e contradições no Sul do Brasil. 1ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, v. 1, p. 1-264. Email: somosositio@gmail.com ORCID:

**Jane Elisabete Basso:** Mestra em Ciências Ambientais (Unochapecó). Engenheira Agrônoma (Unochapecó). Áreas de atuação em pesquisa na seguinte temática: dinâmicas socioambientais e biodiversidade com estudos sobre agricultura familiar em municípios da Região Oeste de Santa Catarina. publicações: Fumicultores no Oeste Catarinense e o uso de agrotóxico: veneno indispensável? En CAOVIALLA, Maria Aparecida; WINCKLER, Silvana. (Org.). *Sustentabilidade, socioambientalismo e justiça ambiental*. 1 ed. São Leopoldo: Karywa, 2019, v. 1, p. 170-185. E-mail: jjjane\_basso@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1331-9710>

**Joel Orlando Bevilaqua Marin:** Doutor em Sociologia. Professor Titular do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. As principais linhas de pesquisa são migrações, gerações e gênero em espaços sociais rurais, agricultura familiar. Publicações: MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; FROEHLICH, José Marcos. (Orgs.). *Juventudes rurais e desenvolvimento territorial*. Santa Maria: Editora UFSM, 2018 e MARIN, Joel Orlando Bevilaqua (Org.) *Agricultores familiares em migrações internacionais*. Santa Maria: Editora UFSM, 2016. Orcid <https://orcid.org/0000-0001-7438-7939>

**Juliano Luiz Fossá:** Juliano Luiz Fossá. Doutor em Administração (UFSC). Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (UNOCHAPECÓ). Bacharel em Ciências Econômicas (UNOCHAPECÓ). Professor na Faculdade Empresarial de Chapecó (UCEFF) com atuação nos cursos da área de Gestão e Negócios. Áreas de atuação na pesquisa nas seguintes temáticas: desenvolvimento rural, agricultura familiar, políticas públicas e sociologia rural. Artigos publicados no ano de 2023: Impactos da COVID-19 nos preços e na produção agropecuária Sergipana - *Revista Política e Planejamento Regional*; Recursos hídricos e desenvolvimento rural sustentável: um estudo no município de São Lourenço do Oeste/SC - *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*; (A falta de) financiamento de crédito rural: reflexões a partir do PRONAF linhas “verdes” - *Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional*; Desafios do PRONAF Habitação na promoção da qualidade de vida de agricultores familiares no Sul do Brasil - *Mundo Agrario* (La Plata); Agricultura Familiar em Circuitos Curtos de Abastecimento Alimentar: Comercialização Agroecológica Em Chapecó/SC - *Redes*; Riscos e Programas de Transferência de Riscos na Produção De Milho no Semiárido Sergipano - *Revista Grifos*; Do Hippie Ao Chique: Os Signos Presentes no Consumo de Cestas de Alimentos Orgânicos - *Acta Ambiental Catarinense*. E-mail: j.fossa@unochapeco.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9658-4850>.

**Kauê Jéssica Cavalli:** Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Mestra em Direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). As principais linhas de pesquisa são agricultura familiar, políticas públicas e direito. E-mail: [kaue.cavalli@unochapeco.edu.br](mailto:kaue.cavalli@unochapeco.edu.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2981-365X>

**Laila Mayara Drebes:** Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria [UFSM]. Professora da Faculdade de Educação do Campo e do Programa de Pós-Graduação

em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará [Unifesspa]. Estuda dinâmicas da agricultura familiar em diferentes regiões do Brasil, com foco em questões relacionadas à gênero, juventude, migrações e saúde nas áreas rurais. Publicações: DREBES, Laila Mayara e SANTOS, Tamara Karime Lima (2023). Cooperativismo agropecuário e sucessão geracional em propriedades rurais: reflexões sobre o caso da Cotrijal/RS. *Interações*, 42(2), pp. 635-649. DREBES, Laila Mayara; RODRIGUES, Micaella Bastos Sampaio Rodrigues; LOPES, Larissa Matias e LEMOS, Nelma de Sousa (2023). Relações de gênero e perspectivas de inserção profissional das graduandas em Medicina Veterinária da Unifesspa, campus Xinguara/PA, Brasil. *Emancipação*, 23, pp. e2321575. DREBES, Laila Mayara e MARIN, Joel Orlando Bevilacqua (2022). Suicídio e trabalho na fumicultura: o caso do Vale do Rio Pardo/RS. In: SAUER, Sérgio; GRISA, Cátia.; GOMES, Ramonildes; OLIVEIRA, Valter Lúcio e DIAS, Janise Bruno (Coord.). *Estudos Rurais: entrelaçando reflexões sobre desenvolvimento, natureza, políticas públicas e lutas no campo*. 1ed. São Leopoldo, RS: Oikos. pp. 258-276. E-mail: drebeslm@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0681-238X>

**Maria Catarina Chitolina Zanini:** Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo - USP. Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tem experiência na área de Antropologia, trabalhando principalmente com as seguintes temáticas: migrações, teoria antropológica e campesinato e etnicidade. Publicações: ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Inmovilidad, miedo e incertidumbre: brasileños en Italia (y Europa) durante la pandemia de covid-19, 2020-2021. *Carta Económica Regional*, v. 35, p. 85-100, 2023 e PIECHA, Renata; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *A gente aprendeu com as mais velhas: saber-fazer camponês e trabalho feminino na produção do queijo colonial em Jaguari-RS*. ANTROPOLÍTICA: REVISTA

CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA, v. 55, 2023. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4523-9915>

**Maria Ignez Silveira Paulilo:** Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Produtividade do CNPq nível 1B. Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutorado pela The London School of Economics and Political Science, Londres. A principal linha de pesquisa é gênero em espaços rurais. Publicou o livro: PAULILO, Maria Ignez Silveira. (2016). *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2437-2314>

**Mariana Coutinho Marques de Pinho** é Mestre em Saúde Pública pela Fiocruz e coordenadora do Projeto Controle do Tabaco da ACT Promoção da Saúde. Atua no tema desde 2001, tem passagem pelo Instituto Nacional do Câncer e Fundação do Câncer, colaborou com projetos junto à Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde. As linhas de pesquisa são: políticas públicas, controle do tabaco e fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis. As últimas publicações são: Mendes, Felipe Lacerda, Perez, Cristina de Abreu; Casado, Letícia; Pinho, Mariana Coutinho Marques de; Seta, Marismar Horst de. “Eu entro num Consórcio Funerário”. Percepções e Representações de Adultos sobre Embalagens Padronizadas de Cigarros. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 68(4):e-112712. <https://doi.org/10.32635/2176-9745.RBC.2022v68n4.2712>, Ling, Pamela M; Kim, Minji; Egbe, Catherine O; Patanavanich, Roengrudee; Pinho, Mariana; Hendlin, Yogi. Moving targets: how the rapidly changing tobacco and nicotine landscape creates advertising and promotion policy challenges. *Tobacco Control*. 2022;31:222-228. <https://doi.org/10.1136/tobacco-control-2021-056552>. Pinho, Mariana; Costa, Nilson do Rosário. Portes LH. Política de controle do tabaco no Brasil. *Saúde em Debate*.

45 (129) · Apr-Jun 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202112922>.  
Orcid: 0000-0002-8372-9272.

**Nilson do Rosário Costa:** é graduado em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz, lotado na Escola Nacional de Saúde Pública. Suas linhas de pesquisa incluem: Política de saúde e de saneamento no Brasil, Complexo econômico- industrial da saúde, Avaliação de Programas e Políticas Sociais. Suas recentes publicações são: Costa, Nilson do Rosário et al. Community health workers' attitudes, practices and perceptions towards the COVID-19 pandemic in brazilian low-income communities. *WORK- A Journal of Prevention Assessment & Rehabilitation* , v.1 (9); 2021; COSTA, Nilson do Rosário et al. A capacidade institucional do Setor Saúde e a resposta à COVID-19 em perspectiva global. *Ciência & Saúde Coletiva* , v. 26, p. 4645-4654, 2021, e Costa, Nilson do Rosário et al. A avaliação de desempenho da atenção primária: balanço e perspectiva para o programa Previne Brasil. *Saúde debate*, v.46(spe8), p. 08–20; 2022. Orcid: 0000-0002-8360-4832.

**Paulo Dabdab Waquil:** Agrônomo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutor em Economia Agrícola pela University of Wisconsin, Madison - EUA. Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua nas linhas de pesquisa: Economia Agrícola; Análise de cadeias produtivas agroindustriais; Estado, políticas públicas e desenvolvimento rural. Dentre as publicações mais recentes estão: Vendruscolo, R.; Waquil, P. D.; Anjos, J. C. G.; Tourrand, J.; Ventura, F. Institutions and critiques in tobacco cultivation in

Rio Grande do Sul, Brazil: institutional changes and reaffirmation. *Redes* (Santa Cruz do Sul. online), v. 28, p. 1-24, 2023 e o livro Viana, J. G. A.; Waquil, P. D. (Orgs.). *Instituições, Regras e Hábitos: proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais*. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2020. v. 1. 242p. email: waquil@ufrgs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9430-7040>

**Rafaela Vendruscolo:** Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Extensão Rural pela UFSM e Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi docente no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e, atualmente, atua como Gerente ESG na SoluBio Tecnologias Agrícolas SA. Suas pesquisas estão centradas em mudanças institucionais, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento territorial e ESG. Dentre as publicações mais recentes estão: Dentre as publicações mais recentes estão: Vendruscolo, R.; Waquil, P. D.; Anjos, J. C. G.; Tourrand, J.; Ventura, F. *Institutions and critiques in tobacco cultivation in Rio Grande do Sul, Brazil: institutional changes and reaffirmation*. *REDES* (Santa Cruz do Sul. online), v. 28, p. 1-24, 2023. Viana, João Garibaldi Almeida; Vendruscolo, Rafaela; Silveira, Vicente Celestino Pires; De Quadros, Fernando Luiz Ferreira; Mezzomo, Mariana Patrícia; Tourrand, Jean François. *Sustainability of Livestock Systems in the Pampa Biome of Brazil: An Analysis Highlighting the Rangeland Dilemma*. *Sustainability*, v. 13, p. 13781-1, 2021. Email: vedruscolorafa@gmail.com. Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-5292-1192>

**Renata Piecha:** Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra e doutoranda no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGC SOCIAIS/UFSM). Tem centrado suas pesquisas na área de Antropologia Rural, discorrendo sobre campesinato, gênero, trabalho, memórias e resistências. Publicações: PIECHA, Renata; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Se não tem quem faz o*

trabalho de casa, não tem quem faz o trabalho da roça: gênero, trabalho e agenciamentos cotidianos em Jaguari - RS. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, 2022 e PIECHA, Renata; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. A gente aprendeu com as mais velhas: saber-fazer camponês e trabalho feminino na produção do queijo colonial em Jaguari-RS. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 55, 2023. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1114-1979>

**Sergio Schneider:** Professor Titular de Sociologia do Desenvolvimento Rural e Estudos da Alimentação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Coordenador GEPAD: [www.ufrgs.br/agrifood](http://www.ufrgs.br/agrifood). Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq, PQ1B. E-mail: [schneide@ufrgs.br](mailto:schneide@ufrgs.br). Orcid: 0000-0002-4353-6732

**Silvana Winckler.** Doutora em Direito (Universidade de Barcelona). Mestre em Direito (UFSC). Graduada em Direito (UFPEL). Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Direito da Unochapecó (Brasil). Atua nas seguintes linhas de pesquisa: Dinâmicas Socioambientais e Biodiversidade; Direito, Sustentabilidade e Socioambientalismo. Desenvolve estudos sobre agricultura familiar, barragens, conflitos socioambientais, financeirização da natureza, mudança climática e justiça ambiental. Últimas publicações: A financiarização da natureza: as hidrelétricas da bacia do rio Uruguai. *Cadernos do CEOM*, v. 36, p. 24-39, 2023; O Futuro da Litigância Climática no Brasil: uma análise a partir do descumprimento de acordos internacionais e agenda 2030. *Contribuciones a las ciencias sociales*, v. 16, p. 2008-2028, 2023; Conflito territorial e a implantação dos vazios: a luta do povo Kaingang pela demarcação da TI Toldo Chimbangue no pós-1986. *Oficina do Historiador*, v. 15, p. 1-12, 2022; Hidronegócio e conflitos socioambientais no oeste de Santa Catarina. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 22, p. 34-53, 2022; Os paradoxos do agronegócio fumageiro entre os pequenos agricultores no oeste de Santa

Catarina. Revista História: Debates e Tendências, v. 20, p. 69-85, 2020. E-mail: silvanaw@unochapeco.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2980-2288>

**Simone de Fátima Flach:** Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – Nível 2, desenvolvendo e orientando pesquisas sobre políticas educacionais atuais, direito à educação, órgãos colegiados, processos de gestão na educação e na escola. E-mail: [sfflach@uepg.br](mailto:sfflach@uepg.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9445-0111>

**Tânia Parolin da Cruz:** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora colaboradora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-oeste (UNICENTRO). As principais linhas de Pesquisa: Educação do Campo, condições de trabalho dos professores e valorização docente. Entre as últimas publicações: “A ausência de políticas para a educação básica do campo: análise das condições de trabalho dos professores da microrregião de Prudentópolis/PR”, em parceria com a professora Gisele Masson (UEL). E-mail: [taniaparolin@yahoo.com.br](mailto:taniaparolin@yahoo.com.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5819-7040>

**Verenice Zanchi:** Doutoranda e Mestra em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Administradora e Especialista em Gestão Empresarial. Supervisora Administrativa e Financeira na Associação Hospitalar Moinhos de Vento. As principais temáticas de pesquisa são produção de tabaco, cooperativismo e desenvolvimento rural, Rudnicki, Carlise Schneider, Zanchi, Verenice. ?Escuchar para cambiar?: comunicação para o desenvolvimento (CpD), políticas públicas e mulheres

periféricas. In: Claudia Pilar García-Corredor; Monica Franchi Carniello; Frederico Beltramelli. (Org.). *Comunicación, tecnología y desarrollo: aportes epistémico-teóricos metodológicos en la investigación y las agendas de latinoamérica*. 1ed. Taubaté: EdUnitau, 2022, v. 1, p. 200-2012. Zanchi, Verenice, Souza, Mariana Barbosa, Etges, Virginia Elisabeta. *Expansão urbana e espaço rural: condomínios urbanísticos/ loteamentos fechados em Santa Cruz do Sul-RS*. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 8, p. 165-188, 2020. E-mail: [verenice.zanchi@gmail.com](mailto:verenice.zanchi@gmail.com). Orcid:

**Yves Marcel Seraphim:** Bacharel em Antropologia pela UFSC e Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Atualmente, é Analista em Assuntos Culturais – Área Antropologia no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae), no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac) – Rio Grande do Sul. Estuda temas de campesinato e etnologia indígena. Sobre seu trabalho de campo com fumicultores catarinenses, publicou o artigo “Venenosos abraços: o disciplinamento fumo-fumicultor no Alto Vale do Itajaí (SC)”. E-mail: [yves.seraphim@gmail.com](mailto:yves.seraphim@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2984-0498>.





## **Agricultores familiares em contexto de controle global do cultivo de tabaco**

A coletânea agrega estudos sobre distintos e conflituados processos de construção de medidas de controle do tabaco, institucionalizadas a partir de um tratado mundial de saúde publicado pela OMS e ratificado pelo Brasil, em 2005. A coletânea tem um objetivo fundamental: analisar a problemática do cultivo de tabaco na região sul-brasileira, em contexto de controle global do tabaco, em suas interfaces com relações e lutas sociais estabelecidas entre diferenciadas instituições e agentes sociais, públicos e privados, organizados em defesa da produção de tabaco ou em defesa da saúde pública e diversificação produtiva. Os artigos permitem a compreensão de processos da construção social de limites ao domínio de empresas transnacionais interessadas em um produto causador de epidemia global e, paralelamente, da construção de agricultores familiares submetidos ao sacrifício, seja pela reprodução social na produção integrada de tabaco ou pela inserção em novas atividades produtivas e mercantis.